LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL

MOTA-ENGIL ENGENHARIA

spie batignolles /international

TÚNEIS DE DRENAGEM DE LISBOA

EMPREITADA DE EXECUÇÃO DOS TUNEIS DE DRENAGEM DA CIDADE DE LISBOA E INTERVENÇÕES ASSOCIADAS



PROJETO DE EXECUÇÃO

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL DO PROJETO DE EXECUÇÃO (RECAPE)

VOLUME 4 – ANEXOS

ANEXO 5 – PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA

NOVEMBRO 2021

GER-GER-GER-PE-REL-RCE-04.05-R0

LCW AQUALOGUS Engenharia e Ambiente

Responsável pelo RECAPE

AGRI.PRO AMBIENTE CONSULTORES, S.A

PÁGINA EM BRANCO

EMPREITADA DE EXECUÇÃO DOS TÚNEIS DE DRENAGEM DA CIDADE DE LISBOA E INTERVENÇÕES ASSOCIADAS

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL DO PROJETO DE EXECUÇÃO (RECAPE)

ÍNDICE GERAL

VOLUME 1 – RESUMO NÃO TÉCNICO

VOLUME 2 – RELATÓRIO BASE

VOLUME 3 – PEÇAS DESENHADAS

VOLUME 4 – ANEXOS

2021/10	0	Primeira emissão do documento	VÁRIOS	ER	RC
Data	Revisão	Descrição	Redação	Verificado	Aprovado

EMPREITADA DE EXECUÇÃO DOS TÚNEIS DE DRENAGEM DA CIDADE DE LISBOA E INTERVENÇÕES ASSOCIADAS

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL DO PROJETO DE EXECUÇÃO (RECAPE)

VOLUME 4 – ANEXOS

ANEXO 5 – PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA

ÍNDICE

ANEXO 5.1 – Levantamento do Património Arqueológico e Arquitetónico e Prospeção Arqueológica a efetuar nas zonas de estaleiro, manchas de empréstimo e depósito de terras, caminhos de acesso à obra, zonas imersas, caso as mesmas se encontrem fora das áreas anteriormente prospetadas ou que tivessem apresentado ausência de visibilidade do solo;

ANEXO 5.2 – Carta de Condicionantes do Património

ANEXO 5.3 – Levantamento do Estado de Conservação Interior e Exterior do Património Arquitetónico localizado numa faixa de 50 metros centrada a eixo dos traçados e onde a profundidade dos túneis seja inferior a 20 m

ANEXO 5.4 – Programa de Salvaguarda Patrimonial que envolva a Salvaguarda, Monitorização, Conservação e Restauro, quer na Fase de Execução quer na Fase de Exploração, de Bens Imóveis Classificados ou em Vias de Classificação

ANEXO 5.5 – Programa de Acompanhamento Arqueológico da Obra

ANEXO 5.6 – P.A.T.A.

ANEXO 5.1

Levantamento do Património Arqueológico e Arquitetónico e Prospeção Arqueológica a efetuar nas zonas de estaleiro, manchas de empréstimo e depósito de terras, caminhos de acesso à obra, zonas imersas, caso as mesmas se encontrem fora das áreas anteriormente prospetadas ou que tivessem apresentado ausência de visibilidade do solo



EMPREITADA DE E□ECUÇ□O DOS T□NEIS DE DRENAGEM DA CIDADE DE LISBOA E INTERVENÇ□ES ASSOCIADAS

Relatório da Prospeção Arqueológica

OUTUBRO

□2021□

ÍNDICE

ÍNDICE ..... Página 2

Acrónimos Utilizados no Documento ..... Página 3

1. Apresentação ..... Página 4

1.1. Território ..... Página 6

2. Conformidade com a DIA ..... Página 8

3. Metodologia ..... Página 12

3.1 Considerações Gerais ..... Página 12

3.2 Recolha de Informação ..... Página 13

3.3 Trabalho de Campo e Constituição da Equipa ..... Página 14

4. Caracterização da Situação de Referência ..... Página 17

4.1 Caracterização Histórica da Área de Estudo do Projeto ..... Página 17

4.1.1 Freguesias da Área de Incidência do Projeto ..... Página 21

5. Resultados da Prospeção Arqueológica ..... Página 22

5.1 Ocorrências Patrimoniais ..... Página 22

5.2 Estaleiros ..... Página 43

5.3 Vazadouros / Empréstimos ..... Página 46

6. Identificação e Avaliação de Impactes ..... Página 49

6.1 Impactes Negativos no Património Arquitetónico ..... Página 52

6.2 Impactes Negativos no Património Arqueológico ..... Página 54

6.3 Impactes Negativos no Património Escultórico e Etnográfico ..... Página 57

6.4 Quadros das Ocorrências Patrimoniais em Risco de Impacte Negativo ..... Página 60

6.5 Critérios de Avaliação ..... Página 96

6.6 Lista das Interferências Inevitáveis ..... Página 97

7. Medidas de Minimização de Impactes ..... Página 99

7.1 Fase de Construção ..... Página 99

7.2 Fase de Exploração ..... Página 102

8 Considerações Finais ..... Página 104

8. Bibliografia ..... Página 106

ANEXOS ..... Página 114

Acrónimos Utilizados no Documento:

AE – Área de Estudo;

APA – Agência Portuguesa do Ambiente;

APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.;

CE – Caderno de Encargos;

CML – Câmara Municipal de Lisboa;

CNANS – Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática;

DGPC – Direção-Geral do Património Cultural;

DIA – Declaração de Impacte Ambiental;

DIA2961 – Declaração de Impacte Ambiental do Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental nº 2961;

EIA – Estudo de Impacte Ambiental;

EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.;

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais;

MM – Medida de Minimização;

NATM – New Austrian Tunnelling Method;

PATA – Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos;

PDM – Plano Diretor Municipal;

PGA – Plano de Gestão Ambiental;

PGDL / PGDL 2016-2030 – Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016-2030;

PGP – Plano de Gestão Patrimonial;

RJAIA – Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental;

RECAPE – Relatório de Conformidade de Ambiental do Projeto de Execução;

PSP – Plano de Salvaguarda do Património;

TBM – Tunnel Boring Machine;

TCB – Túnel Chelas - Beato;

TMSA – Túnel Monsanto - Santa Apolónia;

U.E. – Unidade Estratigráfica.

1. Apresentação

O presente Relatório dos Resultados da Prospeção Arqueológica) é referente à execução da Empreitada de Execução dos Túneis de Drenagem da Cidade de Lisboa e Intervenções Associadas, a cargo do agrupamento Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A. e Spie Batignolles. Esta empreitada encontra-se prevista no âmbito do Plano Geral de Drenagem de Lisboa (doravante designado por PGDL), para o período 2016-2030, destinada à drenagem das águas pluviais durante eventos pluviométricos extremos.

Os trabalhos referentes ao presente documento dizem respeito à Prospeção Arqueológica Sistemática, realizada entre 16 a 20 de setembro de 2021.

Com a elaboração do presente relatório pretende-se apresentar os resultados dos trabalhos de campo realizados, proporcionando, deste modo, uma perspetiva atualizada das ocorrências de valor patrimonial, de natureza arqueológica e edificada, que se encontram localizadas na Área de Estudo do Projeto, seja na Área de Incidência (AI), como na Área Envolvente (AE) do mesmo, e que possam incorrer em risco de impacte negativo, direto, ou indireto, durante a fase de Execução da Empreitada. Deste modo, é possível, atempadamente, identificar as ocorrências patrimoniais em risco, assim como preconizar as necessárias medidas de mitigação a desenvolver.

Este documento foi realizado no cumprimento da legislação em vigor para execução de trabalhos arqueológicos, nomeadamente: o Decreto-Lei nº 164/2014, de 04 de novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos); a Lei 107/2001, de 08 de setembro (Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural); o Decreto-Lei nº 164/97, de 27 de junho (Património Cultural Subaquático); e a Circular de 10 de dezembro (Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental).

O Projeto dos Túneis de Drenagem de Lisboa consiste na realização dos trabalhos de construção de dois Túneis, nomeadamente o Túnel de Monsanto a Santa Apolónia (doravante designado por TMSA), com uma extensão de 4,4 km, e o Túnel de Chelas ao Beato (doravante designado por TCB), com uma extensão aproximada de 1,4 km. Para ambos os Túneis estão previstas a construção, a céu aberto, de troços na zona de saída e descarga. Na conceção de ambos os Túneis foi considerado que irão transportar caudais centenários,

respetivamente a um período de retorno de 100 anos. Para além da construção destas duas grandes infraestruturas, o Projeto contempla a execução das seguintes obras especiais:

- Obra de desvio do Caneiro de Alcântara para a obra de entrada a construir na secção inicial do TMSA, incluindo, entre outras funcionalidades, um sistema de tamisagem, uma bacia antipoluição e um reservatório de água tratada;
- Câmaras de desvio e de interceção de caudais (na Avenida Liberdade, Rua de Santa Marta e Avenida Almirante Reis), e câmaras com queda em vórtice associadas, que concretizam a ligação ao TMSA dos caudais pluviais nas bacias intercetadas;
- Ligação do TMSA à descarga no estuário do Rio Tejo na zona de Santa Apolónia, numa extensão de 200 m, com alargamento progressivo da secção na zona da descarga;
- Sistema de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais da zona baixa da bacia de Santa Apolónia (setor ocidental e oriental), na zona envolvente à descarga do TMSA;
- Requalificação de espaços exteriores em Santa Apolónia, incluindo a requalificação artística do espaço urbano;
- Obra de desvio do Caneiro de Chelas para a obra de entrada a construir na secção inicial do TCB, na zona de Chelas, incluindo, entre outras funcionalidades, um sistema de tamisagem;
- Ligação do TCB à descarga no estuário do Rio Tejo na zona da Doca do Poço do Bispo, numa extensão de 300 m, com alargamento progressivo da secção na zona da descarga;
- Sistema de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais intercetado pelas obras de descarga do TCB.

A realização dos Túneis será de forma mecanizada, com as seguintes soluções técnicas:

- Recurso a uma TBM mista, do tipo EPB, para a escavação e colocação do revestimento definitivo (anéis de aduelas prefabricadas) durante o avanço;
- Utilização de uma só TBM para ambos os Túneis (TMSA e TCB);

• Remoção do material escavado com recurso a um tapete rolante contínuo, desde a frente de escavação até ao ponto de descarga à superfície;

• Abastecimento da frente com meios rodoviários MSV (*Multi Service Vehicle*);

• "Contra-ataque" de cerca de 42 m, entre o PK 4+433,30 e o PK 4+391,30, executado em NATM, na zona da saída da tuneladora, a partir da estrutura do TM5, numa área densamente urbanizada. Este túnel terá um suporte provisório pesado, dimensionado para minimizar os assentamentos à superfície por forma a garantir a segurança do edificado, e será realizado em paralelo com a escavação com TBM;

• A tuneladora desembocará, no PK 4+391,30, neste túnel em NATM, realizado antecipadamente. Na zona da trincheira aberta no TM5, será desmontada e transferida para o TCB.

Por último, o presente Relatório dos Resultados da Prospeção Arqueológica visa, portanto, responder a todas as solicitações da Declaração de Impacte Ambiental (DIA, Procedimento nº 2961, Elementos a apresentar em RECAPE, ponto 10, pág. 19), dando conformidade aos termos e condições nela expostos, de acordo com as normas técnicas definidas pela Portaria nº 330/2001 de 02 de abril.

1.1 Território

A área de interesse para o PGDL (2016-2030) é de 10.239 ha e abrange todo o concelho de Lisboa, assim como parcelas dos concelhos da Amadora, Oeiras e Loures. O concelho da Amadora contribui para o escoamento do vale de Alcântara e do vale de Algés, o concelho de Oeiras para o escoamento do vale de Algés, e a rede de drenagem da zona de Moscavide, no concelho de Loures, descarrega no sistema de Lisboa. O concelho de Odivelas recebe águas do concelho de Lisboa, através da Calçada de Carriche.

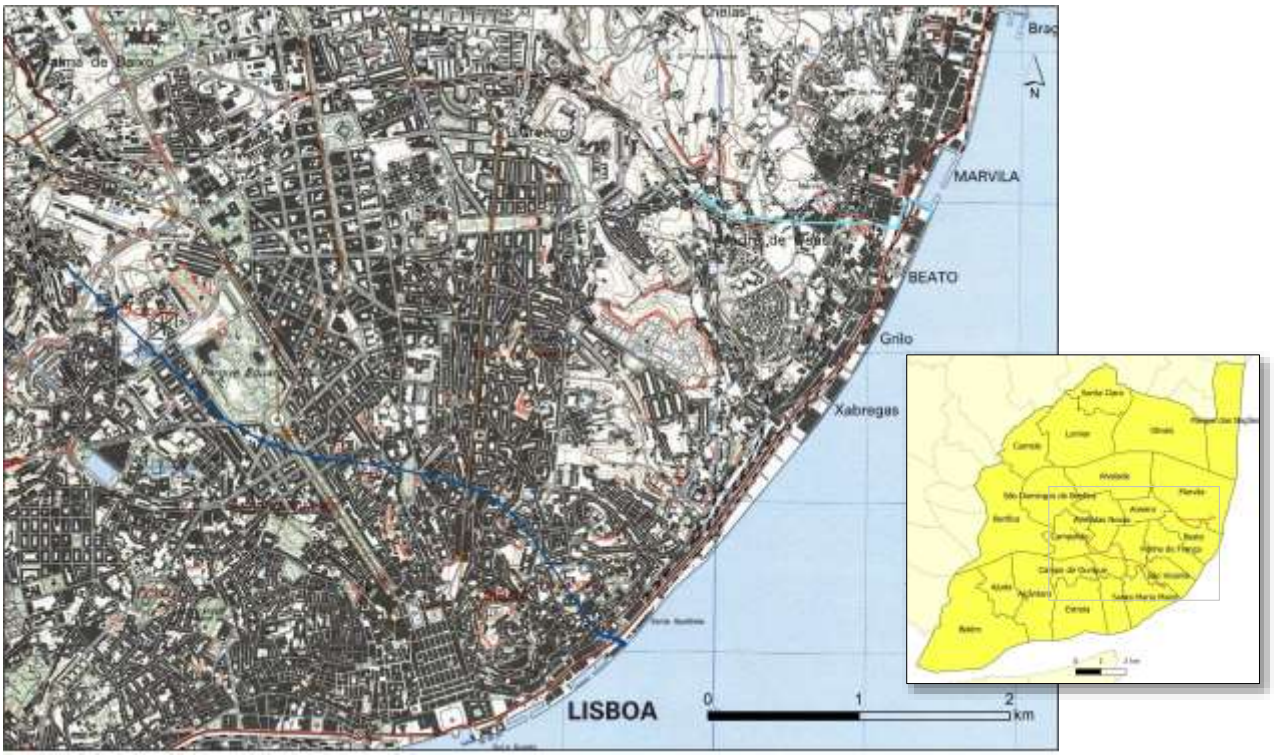


Figura 1 – Localização e enquadramento dos dois túneis.

As intervenções a realizar à superfície no âmbito da execução dos Túneis (Figura 1) irão decorrer, para o Túnel Monsanto-Santa Apolónia, de forma pontual entre Campolide e Santa Apolónia, nomeadamente em Campolide, Avenida da Liberdade, Santa Marta, Avenida Almirante Reis e Santa Apolónia.

Para o Túnel Chelas-Beato, as intervenções têm início em Chelas, junto à Estrada de Chelas, onde se localiza a obra de entrada, e o troço de jusante tem início na Rua dos Amigos de Lisboa, no Beato, terminando com o local de descarga no Rio Tejo, na zona da Doca do Poço do Bispo.

A área de incidência do Projeto dos Túneis de Drenagem é caracterizada por uma paisagem densamente urbanizada, com algumas pontuais exceções.

2. Conformidade com a DIA

O presente documento tem como objetivo específico garantir, no que diz respeito ao Património Cultural Arquitetónico e Arqueológico, o enquadramento da globalidade das medidas preconizadas, para a fase prévia, na Declaração de Impacte Ambiental do Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental 2961 (DIA nº 2961), criando simultaneamente condições para promover a adequada e atempada monitorização da sua eficácia e, se necessário, estabelecer medidas de mitigação para os efeitos negativos sobre os elementos de interesse patrimonial a serem eventualmente interferidos durante a construção da empreitada.

A DIA nº 2961, emitida no âmbito do procedimento de Avaliação de Impactes Ambientais, em fase de Estudo Prévio, define um conjunto de trabalhos no quadro do descritor Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnográfico a desenvolver em Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE), na área afeta à implementação do projeto da construção dos dois túneis de drenagem de Lisboa.

Os estudos e medidas específicas desenvolvidos em RECAPE correspondem às medidas definidas pela DIA nº 2961, em relação ao Elementos a Apresentar em RECAPE (pp. 18 a 20), nomeadamente:

10 – Resultados da prospeção arqueológica (prévia) a efetuar nas zonas de estaleiro, manchas de empréstimo e depósito de terras, caminhos de acesso à obra, zonas imersas, caso as mesmas se encontrem fora das áreas anteriormente prospetadas ou que tivessem apresentado ausência de visibilidade do solo.

• ***OBSERVAÇÕES***: Foi realizada a prospeção arqueológica de toda a área afeta ao projeto dos Túneis de Drenagem (TMSA, TCB e obras acessórias), assim como nas áreas previstas para a implantação dos estaleiros e vazadouros. A prospeção decorreu entre 06 e 10 de agosto de 2021. Não estando prevista, nesta fase, a realização de trabalhos de abertura de caminhos de acesso à obra (já que será utilizada a rede viárias urbana de Lisboa para a circulação de viaturas afetas à obra), a prospeção de campo não incidiu neste elemento. Foi elaborado o presente relatório técnico com a apresentação dos resultados obtidos durante os trabalhos de campo.

11 – Demonstração de que o Projeto de Execução foi desenvolvido tendo em consideração as delimitações oficiais dos bens imóveis patrimoniais classificados e em vias de classificação, respetivas zonas de proteção legal em vigor, e dos bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (Anexo III do Regulamento do PDM de Lisboa), evitando-se a respetiva afetação direta.

12 – Quando por razões técnicas do Projeto não houver possibilidade de proceder a alterações pontuais de traçado ou de localização dos respetivos componentes, a destruição total ou parcial de uma ocorrência patrimonial deve ser assumida no RECAPE como inevitável. Em tal situação, deve ser garantida a salvaguarda pelo registo arqueológico da totalidade dos vestígios e contextos a afetar diretamente pela obra. No caso de elementos arquitetónicos e etnográficos, através de registo gráfico, fotográfico e da elaboração de memória descritiva; no caso de sítios arqueológicos, através da sua escavação integral.

• ***OBSERVAÇÕES***: O estudo do traçado dos Túneis foi concebido tendo em conta a presença de diversas infraestruturas existentes, tais como as linhas do Metropolitano de Lisboa, condutas de abastecimento de água da EPAL, infraestruturas do património histórico e arqueológico, assim como do património edificado, com o principal objetivo de minimizar os impactes negativos. Os trabalhos de escavação dos Túneis serão realizados com recurso a TBM, em grande parte da sua extensão, de modo a minimizar as vibrações decorrentes dos mesmos, evitando a afetação dos alicerces do edificado presente. O traçado do TMSA foi, igualmente, ajustado de modo a que não intercetasse os vestígios da Cerca Fernandina, com Torreão, identificados no local, e de forma a minimizar os potenciais constrangimentos associados à obra de saída na Rua do Museu de Artilharia (conforme exposto na Memória Justificativa e Descritiva do Modo de Execução da Obra (p. 29), e o ilustrado na figura 8 do Plano de Salvaguarda Patrimonial). Durante os trabalhos de prospeção arqueológica sistemática, realizada entre 06 a 10 de agosto, foram identificadas duas (2) ocorrências patrimoniais em que a sua afetação é considerada como inevitável, seguindo o exposto na DIA nº 2961, ponto 11, pág. 19, nomeadamente:

a) Âncora (Elemento ornamental do Porto de Lisboa, 1997) (nº 147): esta ocorrência patrimonial localiza-se a aproximadamente 1 m de distância do TM5, e na área das obras em Santa Apolónia. Recomenda-se a transladação, cuidadosa e temporária, do elemento patrimonial, evitando a sua afetação direta durante o curso dos trabalhos da empreitada (consultar o Quadro 30, no presente documento, para informação mais detalhada);
b) Padrão (elemento escultórico em Santa Apolónia) (nº 150): esta ocorrência patrimonial localiza-se na área das obras em Santa Apolónia. Recomenda-se a transladação, cuidadosa e temporária, do elemento patrimonial, evitando a sua afetação direta durante o curso dos trabalhos da empreitada (consultar o Quadro 33, no presente documento, para informação mais detalhada).

14 – Programa de salvaguarda patrimonial que envolva a salvaguarda, monitorização, conservação e restauro, quer na fase de execução quer na fase de exploração, de bens imóveis classificados ou em vias de classificação.

• ***OBSERVAÇÕES***: Foi elaborado o Programa de Salvaguarda Patrimonial.

15 – Demonstração de que se procurou evitar a afetação direta das ocorrências patrimoniais identificadas.

• ***OBSERVAÇÕES***: Os trabalhos de escavação dos Túneis serão realizados com recurso a TBM, de modo a minimizar as vibrações decorrentes dos mesmos, evitando a afetação dos alicerces do edificado presente. O traçado do TMSA foi, igualmente, ajustado de modo a que não intercetasse os vestígios da Cerca Fernandina, com Torreão, identificados no local, e de forma a minimizar os potenciais constrangimentos associados à obra de saída na Rua do Museu de Artilharia (conforme exposto na Memória Justificativa e Descritiva do Modo de Execução da Obra (p. 29), e o ilustrado na figura 8 do Plano de Salvaguarda Patrimonial).

22 – Carta de Condicionantes à localização dos estaleiros, manchas de empréstimo e depósito, com a implantação de todos os elementos patrimoniais.

• ***OBSERVAÇÕES***: Foi elaborado este documento.

23 – Analisar a instalação de estaleiros, acessos à obra e áreas de empréstimo/depósito de inertes em locais situados a menos de 25 m das ocorrências patrimoniais, os quais devem ser muito condicionados na Carta de Condicionantes Patrimoniais a elaborar. Na fase de construção esta informação deve ser disponibilizada às frentes de obra.

• ***OBSERVAÇÕES***: Em relação às áreas previstas para a montagem de estaleiros, sublinhamos que os estaleiros de frente TM2 encontram-se próximo das ocorrências patrimoniais nº 140 e 142, sendo que estas ocorrências coincidem com a própria obra. Para salvaguarda destes elementos, recomendamos a vedação e sinalização dos mesmos, impedindo a passagem de pessoas e viaturas nas proximidades, salvaguardando-os.

3. Metodologia

3.1 Considerações Gerais

A metodologia aplicada aos trabalhos de campo referentes à Prospeção Arqueológica, teve como diretiva a Circular de 10 de dezembro (Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental). Esta compreende três etapas fundamentais:

- Pesquisa Documental, realizada antes do trabalho de campo e que permitiu reconhecer as ocorrências patrimoniais localizadas na área afeta ao Projeto (Área de Incidência e Área Envolvente);
- Prospeção arqueológica sistemática de toda a área de implantação do Projeto, que abrangeu um corredor com 500 metros de largura ao longo do traçado dos dois túneis (250 metros para cada margem a contar do eixo), desde a sua boca até ao local de descarga. Durante a prospeção arqueológica, a área de estudo do Projeto foi dividida em AI (Área de Incidência, para as ocorrências localizadas até 50 m), e em AE (Área Envolvente, para ocorrências patrimoniais localizadas entre 50 m e 250 m de distância). Esta prospeção arqueológica incidiu ao longo do traçado dos dois túneis, nas áreas onde serão realizadas as intervenções à superfície, nas zonas ribeirinhas (zonas imersas), nas áreas previstas para a montagem de estaleiros, e nas áreas previstas para a implantação de vazadouros / empréstimos;
- Sistematização e registo das ocorrências patrimoniais identificadas sob a forma de fichas de inventário.

Para a elaboração do presente relatório, consideraram-se relevantes os materiais, sítios e estruturas integrados nos seguintes âmbitos:

- Elementos abrangidos por medidas de proteção especiais, nomeadamente: imóveis classificados, imóveis em vias de classificação, outros monumentos e sítios incluídos nas cartas de condicionantes do plano diretor municipal (PDM) e plano de ordenamento territorial, áreas de potencial arqueológico (nível I, II e III);

• Elementos de reconhecido interesse patrimonial ou científico, que não estando abrangidos pela situação anterior, constem em trabalhos de investigação, em inventários da especialidade e ainda aqueles cujo valor se encontra reconhecido;

• Elementos singulares de humanização do território, representativos de processos de organização do espaço e da exploração dos recursos naturais de forma tradicional.

3.2 Recolha de Informação

A pesquisa bibliográfica, correspondente ao trabalho de gabinete, teve como objetivo a recolha de toda a informação existente sobre o Património Cultural na área de estudo do projeto, de modo a proceder ao respetivo enquadramento histórico e obter uma leitura integrada das ocorrências patrimoniais referenciadas no contexto da ocupação humana do território.

Esta recolha de informação baseou-se num conjunto variado de fontes de informação:

• DGPC e Portal do Arqueólogo – Recorreu-se à base de dados disponível (Endovélico), que apresenta uma listagem das ocorrências arqueológicas e elementos patrimoniais classificados ou em vias de classificação da área em estudo;

• SIPA – Foi consultada a base de dados existente, assim como os arquivos e coleções da ex-DGEMN (Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) onde constam as descrições de diversas ocorrências patrimoniais, consideradas de relevante interesse arquitetónico;

• Plano Diretor Municipal (PDM) do concelho de Lisboa;

• Bibliografia especializada – Foi consultada bibliografia especializada sobre a área em estudo, que, no entanto, não revelou a existência de novas ocorrências patrimoniais. Em todo o caso, os dados obtidos permitiram aprofundar o conhecimento histórico da área em estudo;

• Arqueohoje: *Santa Apolónia – Sondagens Arqueológicas. Plano Geral de Drenagem de Lisboa. Relatório Final*;

• Emerita: *Relatório sobre a Avaliação do Fator Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnográfico do Estudo de Impacte Ambiental de Dois Túneis de Drenagem de Lisboa*.

Durante a fase de pesquisa bibliográfica (trabalho de gabinete), a área de estudo estendeu-se até 2 km, definidos em torno dos limites externos da área do Projeto dos Túneis, com o objetivo de contextualizar patrimonialmente a área de incidência direta e a área envolvente do Projeto, permitindo caracterizar melhor a paisagem história na envolvência da área de estudo do projeto.

Paralelamente, realizou-se a recolha de informação nos suportes cartográficos disponíveis para a zona em estudo, nomeadamente a Carta Militar de Portugal na escala 1/25 000, folha n.º 431 (IGeoE), com o intuito de detetar indícios toponímicos e designações com interesse que pudessem reportar a existência de ocorrências de interesse patrimonial. Por outro lado, a análise da Carta Militar permitiu uma planificação prévia da abordagem metodológica da prospeção em campo, através da observação da orografia do terreno, uma vez que as características e os condicionantes próprios do meio físico refletem-se na implementação estratégica de algumas ocorrências patrimoniais, assim como das atividades produtivas associadas ao homem ao longo dos tempos.

Também foram utilizadas para o estudo realizado toda a cartografia incluída no estudo prévio do projeto, para melhor localização espacial do desenvolvimento dos túneis e as áreas que serão interferidas durante a fase de execução da empreitada.

3.3 Trabalho de Campo e Constituição da Equipa

Nos termos do Decreto-Lei nº 164/2014, de 04 de novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos), os trabalhos de prospeção arqueológica foram devidamente autorizados pela DGPC, através do ofício nº 1533174/DIESPA/LISBOA/2021, CSP: 225158, processo nº 2016/1(249), com data de 25.08.2021.

Os trabalhos de campo foram realizados entre 16 e 20 de setembro de 2021, após a recolha de toda a informação documental disponível. A equipa foi constituída por dois arqueólogos

(a dra. Marta Pérez e o dr. António Carvalho). Após os trabalhos de campo, realizou-se o necessário trabalho de gabinete para tratamento de toda a informação recolhida, e elaboração do presente Relatório da Prospeção Arqueológica.

Durante a realização dos trabalhos de prospeção arqueológica sistemática, a equipa procurou desempenhar as seguintes tarefas:

• Reconhecimento no terreno dos dados recolhidos durante a fase de pesquisa bibliográfica, quer das ocorrências inventariadas através das bases de dados existentes, quer dos indícios toponímicos que pudessem apontar para a presença de outros vestígios não identificados durante a pesquisa documental;

• Recolha de informação oral e posterior confirmação nos locais citados;

• Prospeção arqueológica sistemática ao longo do traçado dos Túneis, zonas de estaleiro, manchas de empréstimos, depósitos de terras, caminhos de acesso à obra e zonas imersas;

• Como Área de Estudo do Projeto considerou-se:

a) Área de Incidência (AI), que corresponde a uma área até 50 metros de distância, a contar do eixo dos traçados dos Túneis e das intervenções à superfície, onde os túneis se desenvolvem a profundidades iguais ou inferiores a 20 m, e onde o risco de impacte negativo (direto ou indireto) será elevado;
b) Área Envolvente (AE), que corresponde a um corredor de 500 metros de largura (250 metros para cada margem, a contar do eixo dos traçados dos Túneis e das intervenções à superfície), e onde o risco de impacte negativo será muito reduzido, ou nulo.

A metodologia utilizada consistiu na progressão no terreno, apoiada por cartografia em formato papel, e na georreferenciação com GPS. Foram igualmente introduzidas as coordenadas de todas as ocorrências patrimoniais previamente, para proceder à sua

verificação *in situ*, assim como à possível correção de todas as localizações facultadas pela bibliografia.

Os elementos patrimoniais identificados durante a prospeção de campo foram alvo de registo fotográfico e foram cartografados com recurso ao Google Earth. Toda a informação recolhida, tanto na fase de gabinete como nos trabalhos de campo, foi registada numa ficha específica de inventário, com as necessárias referências bibliográficas.

4. Caracterização da Situação de Referência

4.1 Caracterização Histórica da Área de Estudo do Projeto

Lisboa foi fundada pelos fenícios sob o nome de *Alis Ubbo* (porto seguro), sendo pouco tempo depois conquistada pelos gregos e cartaginenses.

Com a ocupação romana, corria o ano de 195 a.C., Lisboa passou a fazer parte da Lusitânia Romana, conhecida pelo nome de *Olisippo*. Devido à sua excelente localização estratégica, tornou-se um importante centro de defesa dos Romanos. Foi município romano, sendo os seus cidadãos romanos apesar de não terem ascendência romana, devido à aliança que o governo da cidade empreendeu com Roma. O sufixo "*ippo*" é encontrado em diversos locais da península Ibérica, sendo característico das áreas de influência Tartessa ou de áreas com uma posterior influência Turdetana.

Quando se iniciaram as Guerras Púnicas entre Cartago e Roma, vários dos conflitos envolveram a Hispânia, então a mais notável possessão do Império de Cartago. Aníbal invadiu a Itália atravessando os Pireneus e os Alpes a partir de um desembarque com elefantes na península, juntando-se a ela as forças das tribos celtibéricas, incluindo dos lusitanos. A resposta militar de Roma foi a invasão e conquista da Hispânia aos cartagineses pelas forças de Cipião o Africano. Após as batalhas travadas no oriente peninsular, Décimo Júnio Bruto Galaico é encarregado, como cônsul e representante do Senado, de pacificar a região ocidental que se tinha mantido uma região autónoma.

Devido à sua aliança com Roma, os ataques dos povos lusitanos à cidade de Olisippo, e aos romanos, levaram à construção de uma muralha em volta do seu núcleo urbano. Com a *Pax Romana*, a cidade é absorvida no Império e recompensada pela atribuição da cidadania romana aos seus habitantes, um privilégio raríssimo na altura para os povos não italianos, e que evidencia a importância que a cidade tinha alcançado. *Felicitas Julia*, como a cidade viria a ser reconhecida, beneficiou do estatuto de município atribuído por Júlio César, juntamente com os territórios em redor até uma distância de 50 quilómetros, estando isenta do pagamento de impostos a Roma, ao contrário de quase todos os outros castros e povoados autóctones conquistados. É incluída com larga autonomia na província da Lusitânia, cuja capital é *Emerita Augusta*.

A cidade prospera através do comércio mais intenso com as províncias romanas do Reno e Britânia, e a civilização das margens do Tejo até ao coração da meseta ibérica. Os notáveis da cidade, os *Julius* e *Cassius*, governam-na com um regime republicano e oligárquico. O mais famoso lisboeta romano seria Quinto Sertório que se revoltou contra Roma, apoiado pelas tribos lusitanas. A cidade era já uma das maiores e mais importantes da Península Ibérica, possuindo certamente um grande fórum. Uma grande minoria grega, incluindo escravos e mercadores, coexistia com a maioria de língua latina. *Olisippo* estava ligada por estradas às outras duas grandes cidades do Ocidente da Hispânia, *Bracara Augusta* (Braga) e *Emerita Augusta* (Mérida). As declinações difíceis do latim levavam a que, em latim vulgar, a cidade fosse comummente chamada de *Olisipona*, que se viria a tornar o nome oficial com o declínio das letras e artes, após o século II.

No início do século V os Vândalos conquistam a cidade, seguidos pelos Alanos. Em 419, a cidade foi saqueada e queimada pelos godos do Rei Vália. Em 468, Remismundo, rei dos Suevos, conquista a cidade com o auxílio de um hispano-romano de Lisboa, chamado de Lusídio, e é integrada no Reino Suevo em 469, sendo Braga a capital. Em 585, o Rei Leovigildo, dos Visigodos, invade o Reino Suevo e após vários conflitos que decorrem ao longo do final do século VI, os Visigodos conquistam os Suevos, fixando-se em Toledo. Os Visigodos unificam a Península Ibérica, incluindo a cidade de Lisboa que se passa a chamar de *Ulishbona*. Neste conturbado período, as relações políticas entre Lisboa e Constantinopla são cortadas, mas não as ligações comerciais, recebendo mercadores gregos, sírios e judeus, entre outros, que trocam produtos locais por outros oriundos do Império Bizantino, Ásia e Índia.

Após três séculos de pilhagens, e perdendo a sua dinâmica comercial, no início do século VII Lisboa seria pouco mais do que uma vila, tendo perdido o vigor e a importância adquiridos durante a ocupação romana. Em 711, após a invasão islâmica da Península Ibérica liderada por Tárique (*Tárique ibn Ziade*), a cidade foi dominada pelos muçulmanos, que lhe deram o nome de *Al-Ushbuna*. Com a ocupação muçulmana, Lisboa recupera a importância que tinha tido, tornando-se um grande centro administrativo e comercial. A população aumenta consideravelmente e, no seu apogeu, teria mais de 100.000 habitantes, sendo uma das maiores cidades da Europa, ultrapassando Paris e Londres em dimensão. A cidade passa por uma enorme transformação, renovada e reconstruída de acordo com os padrões do Médio

Oriente, englobando uma grande mesquita, um castelo no cimo do monte (que, após algumas alterações, se transformou no Castelo de São Jorge), um palácio para o governador, uma almedina (ou centro urbano) e um alcácer (pequena vila fortificada). O bairro de Alfama cresce vigorosamente ao lado do núcleo urbano original, e é fundada, na margem Sul, a cidadela de *al-Madan* (a atual Almada), para proteger a cidade de Lisboa.

Durante o período muçulmano, a cidade cresce de forma opulenta, tornando-se um alvo de saque de reinos cristãos. Em 796, e outras diversas ocasiões, a cidade é saqueada pelos cristãos, liderados por Afonso II, o Casto, Rei das Astúrias, mas a fronteira permanece a Norte do Douro. Em 844, vários barcos viquingues alcançam o Mar da Palha (a bacia no estuário do Rio Tejo, próximo da sua foz), estabelecendo os Escandinavos um cerco, conquistando a cidade e aqui permanecem durante 13 dias. No entanto, a resistência continuada dos habitantes da cidade, liderados por Alá Abzeme, faz com que o invasor desista e parta. Segue-se um novo ataque viquingue em 966, mas infrutífero.

Enquanto se fragmentam as Taifas islâmicas do Sul, no Norte ganhava força o Condado Portucalense do Reino de Leão. D. Afonso Henriques, querendo anexar Lisboa ao seu território, motivado pela fama e opulência da cidade, tenta romper as suas defesas, em 1137 e 1140, falhando em ambas as vezes. Em junho e julho de 1147, com a ajuda dos cruzados e por 164 embarcações com tropas, D. Afonso Henriques finalmente tem sucesso na conquista da cidade.

Durante o reinado de D. Afonso III foram estabelecidas, em Lisboa, as bases da expansão marítima de Portugal, para a qual contribuiu fundamentalmente o desenvolvimento das leis marítimas ditadas pelo Rei D. Fernando I.

No final do século XIV, teve início o período que daria lugar aos grandes descobrimentos marítimos do século seguinte. A partir do século XV, o porto de Lisboa tornou-se um dos mais importantes do mundo.

No século XVI, a Casa da Índia enriqueceu ainda mais a cidade devido ao comércio com a Ásia, África e Brasil, tornando-se o centro mais importante da Europa no tráfico de escravos. Lisboa torna-se, neste período, a cidade mais rica de todo o mundo, ganhando uma fama tal que alcança o estatuto de mito, e os Lisboetas controlam durante várias décadas todo o comércio desde o Japão até Ceuta. Culturalmente, vive no século XVI em Lisboa a geração

de ouro das Ciências e Letras portuguesas: entre os cientistas, encontramos o humanista Damião de Góis (amigo de Erasmo e Lutero), o matemático Pedro Nunes, o médico e botânico Garcia da Orta e Duarte Pacheco Pereira; entre os escritores, temos Luís de Camões, Bernardim Ribeiro, Gil Vicente e outros. Isaac Abravanel, um dos maiores filósofos hebreus, é nomeado Tesoureiro do Rei. Socialmente, todas as classes beneficiam com o enorme crescimento da cidade.

Após o pesado desastre de Alcácer-Quibir, em 1578, o Rei Filipe II, de Espanha, é proclamado Rei de Portugal, em 1580, como Rei Dom Filipe I de Portugal, Rei das Espanhas.

A restauração da independência dá-se em 1640, e as grandes riquezas levadas do Brasil, principalmente o ouro (oriundo do atual estado de Minas Gerais), deram uma nova época de grande esplendor à cidade de Lisboa.

O grande sismo de 1 de novembro de 1755, dia de Todos os Santos, destruiu a quase totalidade da cidade de Lisboa, matando mais de 35.000 dos seus 180.000 habitantes. O Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (ministro da Guerra e Negócios Estrangeiros), aproveita este desastre, já que era necessário "*enterrar os mortos, cuidar dos vivos e construir a cidade*", linha de pensamento que, para além do urbanismo, também aplica ao nível da economia e da sociedade. Utilizando as riquezas que chegavam do Brasil, reconstrói a baixa da cidade seguindo um plano regular, com a criação de grandes avenidas em estilo clássico, dando origem aos grandes arruamentos da baixa, tal como os conhecemos atualmente.

Em 1807, a cidade caiu nas mãos de Napoleão, através do general Junot, sendo posteriormente reconquistada pelos ingleses, liderados pelos generais Wellington e Beresford, um auxílio que nos custou caro pois resultou na abertura dos portos do Brasil à Inglaterra. Entre 1802 e 1842, o período do governo Liberal, é marcado pelas guerras e guerrilhas entre Liberais e Absolutistas, e por uma perda de viabilidade económica da cidade de Lisboa. Brasil torna-se independente em 1822, após o evento conhecido como o *Grito de Ipiranga*, e as suas riquezas já não escoam para a antiga capital. Em 1833, a monarquia constitucional foi restaurada e perdurou até a proclamação da República em 1910.

Após terminarem os conflitos entre conservadores e liberais, e após a perda do ouro e monopólio dos produtos do Brasil, Lisboa atravessa um período conturbado da sua história.

Cidade pobre e suja, quando comparada com as cidades do Norte da Europa, quase toda a sua importância comercial resume-se, agora, ao monopólio que mantém sobre os produtos das suas colónias, especialmente Angola e Moçambique.

Entre 1933 e 1974 vigorou o Estado Novo, guiado pela governação de António de Oliveira Salazar, de ideologia semifascista. Em 25 de abril de 1974 deu-se o golpe de estado dirigido pelo General Spínola, acabando com a ditadura. Esse acontecimento ficou conhecido como a Revolução dos Cravos. Durante estes anos, a cidade de Lisboa sofreu um grande crescimento demográfico, motivado pelo seu desenvolvimento económico e o progresso industrial.

Com a adesão à União Europeia em 1986, surgiram planos urbanísticos para realojar a imensa população residente em áreas desfavorecidas. Como resultado, atualmente não existem praticamente bairros de lata na cidade e seus arredores, embora subsistam sérios problemas em bairros degradados. Mas mesmo esses têm assistido a uma certa renovação, como no caso da Mouraria. Um outro grande impulso para Lisboa foi a Expo 98 (Exposição Universal), que abriu um novo espaço para a capital, o Parque das Nações. No mesmo ano, um grande incêndio arrasou o bairro do Chiado.

4.1.1 Freguesias na Área de Incidência do Projeto

O projeto do *Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016-2030* insere-se na Região de Lisboa e Vale do Tejo, na Área Metropolitana de Lisboa, no distrito e concelho de Lisboa, atravessando as freguesias de Campolide, Avenida Novas, Santo António, Arroios, São Vicente, Santa Maria Maior, Beato e Marvila.

5. Resultados da Prospeção Arqueológica

5.1 Ocorrências Patrimoniais

O trabalho de campo consistiu na prospeção sistemática da área de estudo do Projeto (Área de Incidência, AI, e Área Envolvente, AE) tendo como objetivo a confirmação, ou a devida relocalização, das ocorrências patrimoniais identificadas na fase de pesquisa bibliográfica, assim como a identificação de novos elementos não referenciados nas fontes de informação. A prospeção arqueológica, em meio terrestre, incidiu ao longo dos traçados dos dois Túneis e nas áreas onde se realizarão as intervenções à superfície que estão previstas em Projeto. A prospeção teve em consideração, igualmente, as áreas previstas para a implantação dos estaleiros, assim como as áreas previstas para utilização como vazadouros / empréstimos. Não estando contemplado, no Projeto, a abertura de caminhos de acesso à obra, já que será utilizada a rede viária urbana da cidade de Lisboa para a circulação das viaturas afetas à empreitada, a prospeção arqueológica contemplou este aspeto.

O Plano de Trabalhos de Arqueologia submetido à DGPC previa, igualmente, a prospeção arqueológica subaquática, com a realização de dois mergulhos, um em cada ponto de saída de cada túnel, respetivamente. No entanto, após os necessários esclarecimentos da parte do projetista, confirmou-se que as obras de descarga dos túneis no Rio Tejo serão realizadas em meio terrestre, não se prevendo uma intervenção estrutural na zona do Rio Tejo. As duas zonas de intervenção são dragadas pela APL, pelo que os dados necessários para os trabalhos serão facultados pela APL, referentes aos relatórios parcelares da caracterização de sedimentos recolhidos (conforme exposto no EIA – Elementos Adicionais, julho de 2017, ponto 2, pág. 12). Face ao exposto, e como os trabalhos previstos em projeto, incindindo nas zonas de descarga dos túneis, não incluem afetação estrutural em zona imersa, consideramos que não se justifica, nesta fase, a prospeção arqueológica subaquática mediante a realização de dois mergulhos, a que nos propomos realizar no PATA submetido à DGPC referente à elaboração do RECAPE. Posteriormente, durante a fase de construção, os trabalhos a realizar serão alvo de acompanhamento arqueológico, sendo que para as zonas ribeirinhas este contemplará a vertente náutica e subaquática. Em anexo ao presente documento, encontra-se uma nota técnica apresentada pela dra. Soraya Sampaio,

arqueóloga especialista em arqueologia subaquática, confirmando esta não necessidade de se proceder à prospeção subaquática nesta fase.

A prospeção arqueológica foi realizada entre 16 e 20 de setembro de 2021, por uma equipa constituída por dois arqueólogos (dra. Marta Pérez e dr. António Carvalho). As condições meteorológicas para a execução deste trabalho foram adequadas, com boa exposição solar.

No início do Túnel TMSA, na área de entrada do mesmo, encontramos edificações intercaladas com áreas de cultivos e de baldio (zona periurbana), sendo o desenvolvimento do restante troço do Túnel realizado apenas em área densamente urbanizada. Para o Túnel TCB, a paisagem é intercalada por áreas de cultivo (zona periurbana) e áreas urbanas, aumentando o nível de urbanização conforme o desenvolvimento até à zona de descarga, no Rio Tejo.

Para o processo de identificação de vestígios de natureza arqueológica, a malha urbana dificultou severamente a prospeção de campo realizada. Para esta tipologia de vestígios patrimoniais, a equipa apoiou-se exclusivamente na pesquisa bibliográfica realizada, e na leitura do Plano Diretor Municipal (PDM) da Câmara de Lisboa, incidindo nas áreas de Valor Arqueológico, de Nível I, II e III.

Assim, na área de estudo escolhida, e de um modo muito abrangente, foram identificadas um total de 153 ocorrências patrimoniais. Destas, 140 ocorrências localizam-se na área de estudo do TMSA (AI e AE), sendo que as restantes 13 localizam-se na área de estudo do TCB (AI e AE). De todas as ocorrências patrimoniais identificadas, consideramos que podem ocorrer impactes negativos em 34 das ocorrências patrimoniais. Para o TMSA, localizam-se vinte e nove (29) ocorrências, nomeadamente os nºs 12, 19, 26a, 30, 42, 44, 45, 46, 48, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 111, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150 e 151. Para o TCB, localizam-se cinco (5) ocorrências, nomeadamente os nºs 31, 34b, 35, 36 e 141.

Para o cálculo das distâncias e delimitação da **Área de Incidência**, teve-se em consideração o eixo do traçado dos Túneis, as intervenções a realizar à superfície, as áreas previstas para estaleiros, e as áreas previstas para vazadouros / empréstimos (para todas estas até 50 m de distância), assim como as áreas onde os túneis se desenvolvem em profundidades iguais ou inferiores a 20 m. Para as ocorrências patrimoniais que consistem em conjuntos (quarteirões) de edifícios de habitação, considerou-se o ponto mais próximo das frentes do

Projeto, sendo que, na maioria das vezes, o edifício mais afastado localiza-se a uma distância superior a 50 m. Nestas situações, as ocorrências patrimoniais foram enquadradas na Área de Incidência e na Área Envolvente (AI + AE). Em estudo prévio, realizado pela Emerita, foram identificadas 141 ocorrências patrimoniais na AI e AE do projeto. Após a nossa prospeção arqueológica, foram acrescentadas doze (12) novas ocorrências patrimoniais que não foram contempladas anteriormente, nomeadamente:

Nº 140 – Estátua a Oliveira Martins (localizada na Avenida da Liberdade);

Nº 141 – Poço da Picheleira (localizado na Calçada da Picheleira, em Chelas);

Nº 142 – Estátua a António Feliciano de Castilho (localizada na Avenida da Liberdade);

Nº 143 – Fontanário-bebedouro para Animais da SPA (localizado em Santa Apolónia);

Nº 144 – Grupo escultórico "Emigrante Português" (localizado em Santa Apolónia);

Nº 145 – Busto de D. Manuel I (localizado em Santa Apolónia);

Nº 146 – Conjunto de dois canhões em frente à fachada do Museu Militar (localizados em Santa Apolónia);

Nº 147 – Âncora (elemento escultórico localizado em Santa Apolónia);

Nº 148 – Conjunto de três edifícios de habitação (localizados na Rua de Santa Marta);

Nº 149 – Conjunto de três edifícios de habitação (localizados na Rua de Santa Marta e Travessa de Santa Marta);

Nº 150 – Padrão (elemento escultórico localizado em Santa Apolónia);

Nº 151 – Canhão junto à fachada do Posto de Turismo, em Santa Apolónia.

Em seguida, apresentamos as Tabelas 1 e 2, com o resumo das ocorrências patrimoniais identificadas. Em Anexo ao presente documento, seguem-se as Fichas de Inventário para cada uma das ocorrências, com a apresentação de informação mais detalhada.

Tabela 1 - Ocorrências Patrimoniais identificadas na área de implantação do Túnel TMSA:

N.º Inv.	Loc. face ao Projeto	Freguesia	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Patrimonial	Classificação
1	AE	Campolide	Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados (Concelhos de Lisboa, Amadora, Odivelas, Ceiras e Sintra)	Contemporâneo	Aqueduto / Arquitetura infraestrutural / Arqueológico	5	ZEP- Zona Especial de Proteção
2	AE	Campolide	Cadeia Penitenciária de Lisboa	Contemporâneo	Cadeia / Arquitetura de segurança / Arqueológico	4	MIP-Monumento de Interesse Público com ZEP-Zona Especial de Proteção
3	AE	Avenidas Novas	Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados (Concelhos de Lisboa, Amadora, Odivelas, Ceiras e Sintra)	Contemporâneo	Aqueduto / Arquitetura infraestrutural / Arqueológico	5	MN - Monumento Nacional
4	AE	Avenidas Novas	Antigo Liceu Feminino de Maria Amália Vaz de Carvalho	Contemporâneo	Escola / Arquitetura educativa	3	MIP – Monumento de Interesse Público incluído na ZEP do Hotel Ritz
5	AI	Avenidas Novas	Hotel Ritz	Contemporâneo	Hotel / Arquitetura civil	3	MIP - Monumento de Interesse Público com ZEP - Zona Especial de Proteção
6	AI + AE	Avenidas Novas, Santo António	Avenida da Liberdade e ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura civil	4	CIP - Conjunto de Interesse Público com ZEP - Zona Especial de Proteção
7	AE	Santo António	Edifício "Franjinhas"	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura de serviços	3	MIP - Monumento de Interesse Público incluído na ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente

8	AE	Santo António	Edifício "Castil"	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura de serviços	3	MIP - Monumento de Interesse Público incluído na ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente
9	AE	Santo António	Edifício do Diário de Notícias	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura de comunicações	3	IIP - Imóvel de Interesse Público incluído na ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente
10	AE	Santo António	Palácio dos Condes de Redondo	Moderno	Palácio / Arquitetura Civil	4	IIP - Imóvel de Interesse Público abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente
11	AE	Santo António	Antiga Igreja do Convento de Santa Marta	Moderno	Igreja / Arquitetura religiosa	4	IIP - Imóvel de Interesse Público abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente
12	AI	Santo António	Palacete Conceição e Silva	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura civil	3	IIP - Imóvel de Interesse Público abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente
13	AE	Santo António	Prédios geminados na Avenida da Liberdade e na Rua Rodrigues Sampaio	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	2	Em Vias de Classificação abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente

14	AE	Santo António	Prédio na Rua de Santa Marta	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	2	IIP - Imóvel de Interesse Público abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente
15	AE	Santo António; Arroios	Campo dos Mártires da Pátria, também denominado «Campo Santana», incluindo as suas vizinhanças de interesse histórico, artístico ou pitoresco	Moderno	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial / Arqueológico	4	IIP - Imóvel de Interesse Público
16	AE	Arroios	Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados (Concelhos de Lisboa, Amadora, Odivelas, Ceiras e Sintra)	Contemporâneo	Aqueduto / Arquitetura infraestrutural / Arqueológico	5	MN - Monumento Nacional
17	AI	Santo António	Antiga Igreja do Convento dos Capuchos, bem como a boca de cisterna revestida a azulejo existente num dos pátios do hospital e ainda todas as dependências decoradas com lambrins de azulejo, incluindo o claustro e a escadaria nobre	Moderno	Igreja e antigo convento / Arquitetura religiosa	4	IIP - Imóvel de Interesse Público
18	AE	Arroios	Capela do Paço da Bemposta	Moderno	Capela / Arquitetura religiosa	4	MN - Monumento Nacional
19	AI	Arroios	Prédio/ Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego	Contemporâneo	Fábrica / Arquitetura industrial	3	IIP - Imóvel de Interesse Público
20	AI + AE	Arroios	Prédio situado no gaveto das ruas Avenida Almirante Reis e Rua Largo do Intendente Pina Manique	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	3	IIP - Imóvel de Interesse Público:

21	AE	Arroios	Edifício situado na Avenida Almirante Reis e Rua Nova do Desterro	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	3	IIP - Imóvel de Interesse Público
22	AE	São Vicente	Capela de Nossa Senhora do Monte	Medieval	Capela / Arquitetura religiosa	4	IIP - Imóvel de Interesse Público com ZEP – Zona Especial de Proteção
23	AE	São Vicente	Bairro Estrela d' Ouro	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	3	CIP – Conjunto de Interesse Público parcialmente abrangido pela ZEP da Capela de Nossa Senhora do Monte
24	AE	São Vicente	«Vila Berta»	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	3	IIP - Imóvel de Interesse Público
25	AE	São Vicente	Convento da Graça / Antigo convento de Nossa Senhora da Graça	Medieval	Convento / Arquitetura religiosa	4	MN - Monumento Nacional
26	AE	Santa Maria Maior	Castelo de São Jorge e resto das cercas de Lisboa	Medieval	Castelo / Arquitetura militar	5	MN - Monumento Nacional
26a	AI	Santa Maria Maior	Cerca Fernandina – Torre e troço de muralha /Porta da Ribeira	Medieval	Castelo / Arquitetura militar / Arqueológico	5	MN – Monumento Nacional
27	AE	São Vicente	Edifício da sede da Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura civil	3	MIP - Monumento de Interesse Público com ZEP – Zona Especial de Proteção
28	AI	São Vicente	Igreja de São Vicente de Fora	Medieval	Igreja / Arquitetura religiosa	5	MN - Monumento Nacional
29	AI	São Vicente	Paço de São Vicente / Mosteiro de São Vicente de Fora	Medieval	Mosteiro / Arquitetura religiosa	5	IIP - Imóvel de Interesse Público
30	AI	Santa Maria Maior	Museu Militar	Moderno	Museu / Arquitetura militar	4	IIP - Imóvel de Interesse Público

42	AI	Santa Maria Maior	Edifício da Associação de Proteção da 1ª Infância	Indeterminado	Edifício / Arquitetura civil	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
43	AE	Santa Maria Maior	Conjunto de (antigos) edifícios de habitação plurifamiliar nas ruas Jardim do Tabaco e Beco da Lapa	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
44	AI	Santa Maria Maior	Ermida do Senhor Jesus da Boa Nova e edifício anexo	Moderno	Capela / Arquitetura religiosa	2	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
45	AI	Santa Maria Maior	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Escadinhas dos Remédios	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
46	AI	Santa Maria Maior	Casa nobre	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
47	AE	Santa Maria Maior	Edifício de habitação plurifamiliar nas ruas do Vigário e rua dos Remédios	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
48	AI	Santa Maria Maior	Palácio de D. Rosa	Indeterminado	Palácio / Arquitetura civil	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
49	AE	Santa Maria Maior	Palácio Sequeira Freire/ Palácio da Cruz de Santa Helena/ Palácio dos Condes de S. Martinho/ Escola Superior Almeida Garrett/ Universidade Lusófona	Moderno	Palácio / Arquitetura civil / residencial	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis

50	AE	Santa Maria Maior	(Antiga) Casa nobre/ Fundação Ricardo do Espírito Santo e Silva – Instituto de Artes e Ofícios	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
51	AE	São Vicente	Casa nobre	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
52	AE	São Vicente	Conjunto de edifícios na rua do Paraíso	Moderno	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	2	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
53	AE	São Vicente	Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo na rua da Verónica	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
54	AE	São Vicente	Edifício de habitação plurifamiliar nas ruas Calçada do Cascão e Campo de Santa Clara	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
55	AE	São Vicente	Campo de Santa Clara	Moderno-Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	4	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
56	AI	São Vicente	Conjunto de edifícios no Telheiro de S. Vicente	Indeterminado	Conjunto de Edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
57	AI	São Vicente	Fonte ornamental	Indeterminado	Fonte / Elemento de ornamentação	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
58	AE	São Vicente	Palácio Teles de Meneses	Moderno	Palácio / Arquitetura civil	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
59	AE	São Vicente	Palácio dos Condes da Redinha	Indeterminado	Palácio / Arquitetura civil	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis

60	AE	São Vicente	Conjunto de edifícios na rua da Voz do Operário	Indeterminado	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
61	AI	São Vicente	Edifício de habitação unifamiliar Travessa da Pereira	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
62	AE	São Vicente	Edifício de habitação unifamiliar na Vila Berta	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
63	AE	São Vicente	Conjunto de edifícios na Rua da Graça, Largo da Graça e Trav. do Monte	Indeterminado	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
64	AI	São Vicente	Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo na Calçada do Monte	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
65	AI	São Vicente	Edifício de habitação unifamiliar na rua da Senhora do Monte	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	3	IM - Interesse Municipal
66	AE	São Vicente	Miradouro da Senhora do Monte	Contemporâneo	Miradouro / Arquitetura	1	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
67	AE	Arroios	Palácio rua do Benformoso	Indeterminado	Palácio / Arquitetura civil	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
68	AI	Arroios	(Antigo) Palácio do Intendente Pina Manique	Contemporâneo	Palácio / Arquitetura civil	2	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis

69	AE	Arroios	Conjunto de edifícios na Avenida Almirante Reis	Contemporâneo	Conjunto de Edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
70	AI	Arroios	Palácio no Largo do Intendente Pina Manique	Indeterminado	Palácio / Arquitetura civil	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
71	AI	Arroios	Palácio na rua dos Anjos	Indeterminado	Palácio / Arquitetura civil	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
72	AI	Arroios	(Antiga) Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego	Contemporâneo	Fábrica / Arquitetura industrial	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
73	AE	Arroios	Parte do eixo urbano Rua da Palma e Avenida Almirante Reis	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
74	AI	Arroios	(Antigo) Convento do Desterro/ Igreja de Nossa Senhora do Desterro/ Hospital do Desterro	Moderno	Convento e Igreja / Arquitetura religiosa	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
75	AI	Arroios	Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar na rua Antero de Quental (ímpares)	Indeterminado	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
76	AI	Arroios	Conjunto de quatro edifícios de habitação plurifamiliar na rua Antero de Quenta (pares)l	Indeterminado	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
77	AE	Arroios	Conjunto de seis edifícios de habitação plurifamiliar na rua Antero de Quental (pares II)	Indeterminado	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
78	AE	Arroios	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na rua Antero de Quental (ímpares II)	Indeterminado	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis

79	AI	Arroios	Igreja Protestante	Indeterminado	Edifício / Arquitetura religiosa	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
80	AE	Arroios	Conjunto de seis edifícios de habitação plurifamiliar no Largo do Mastro e rua Conselheiro Arantes Pedroso	Indeterminado	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
81	AE	Arroios	Chafariz do Largo do Mastro	Contemporâneo	Chafariz / Elemento de ornamentação	1	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
82	AI	Arroios	Palácio do Mitelo	Moderno	Palácio / Arquitetura civil	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
83	AE	Arroios	Edifício de habitação plurifamiliar na rua da Bempostinha e rua Rafael Andrade	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bem imóvel de interesse municipal e outros, incluído na ZGP do Campo dos Mártires da Pátria
84	AE	Arroios	(Antigo) Paço Real da Bemposta / Paço da Rainha / Academia Militar e Torre do Relógio	Moderno	Conjunto de edifícios / Arquitetura civil / militar	4	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
85	AE	Arroios	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar no Campos dos Mártires da Pátria	Indeterminado	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
86	AE	Arroios	(Antigo) Recolhimento de Nossa Senhora da Encarnação e do Carmo	Moderno	Edifício / Arquitetura civil	2	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
87	AI	Arroios	Pátio de Sant´Ana	Indeterminado	Palácio / Arquitetura civil	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis

88	AE	Arroios	Conjunto arquitetónico/frente de rua Travessa das Recolhidas e Travessa de S. Bernardino	Indeterminado	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
89	AE	Arroios	Palácio do Patriarcado	Moderno	Palácio / Arquitetura civil	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
90	AE	Arroios	Palácio Valmor	Moderno	Palácio / Arquitetura civil	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
91	AE	Arroios	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar na rua de Santo António dos Capuchos	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros, incluído na ZGP da Antiga igreja do Convento dos Capuchos e do Campo dos Mártires da Pátria
92	AE	Arroios	Edifício de habitação plurifamiliar na rua de Santo António dos Capuchos	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura civil	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
93	AI	Santo António	Palácio Centeno	Contemporâneo	Palácio / Arquitetura civil	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
94	AE	Santo António	Conjunto do Hospital Santo António dos Capuchos (Antigo Palácio Mello, Antiga Escola de Enfermagem e Pavilhões do Hospital dos Capuchos)	Moderno	Hospital / Arquitetura de saúde	4	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
95	AE	Santo António	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar na rua do Passadiço	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis

96	AI	Santo António	Palácio dos Condes de Penamacor	Indeterminado	Palácio / Arquitetura civil	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
97	AI	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Rodrigues Sampaio	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
98	AE	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar na Avenida da Liberdade	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
99	AI	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar na Calçada de Santo António	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
100	AI	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar na Calçada de Santo António e Trav. de Santa Marta	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
101	AE	Santo António	Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar na rua Nogueira e Sousa e Trav. de Santa Marta	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
102	AE	Santo António	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo na rua Nogueira e Sousa	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bem imóvel de interesse municipal e outro, incluído na ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e na área envolvente e ZGP do Campo dos Mártires da Pátria
103	AE	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Rodrigues Sampaio, rua Alexandre Herculano e Trav. do Enviado de Inglaterra	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis

104	AI	Santo António	Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar na Avenida da Liberdade	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	2	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
105	AI	Santo António	Edifício de serviços	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura de serviços	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
106	AE	Santo António	Edifício que engloba os números de porta Av. da Liberdade nº 215-221 com Rua Rosa Araújo nº 1-9	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
107	AE	Santo António	Edifício de habitação unifamiliar na rua Rosa Araújo	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
108	AE	Santo António	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na rua Rosa Araújo	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
109	AE	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Rosa Araújo	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
110	AE	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Alexandre Herculano	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
111	AI	Santo António	Conjunto arquitetónico na Avenida da Liberdade, Rua Alexandre Herculano e Rua Mouzinho da Silveira	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	2	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
112	AE	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Duque de Palmela e rua Alexandre Herculano	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis

113	AE	Santo António	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar na rua Mouzinho de Silveira e rua Alexandre Herculano	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
114	AE	Santo António	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar geminados na rua Mouzinho de Silveira	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	2	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
115	AE	Santo António	Edifício de habitação unifamiliar com fachada de azulejo na rua Duque de Palmela	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
116	AI	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Duque de Palmela	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
117	AI	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar (fachada) na rua Duque de Palmela e rua Braamcamp	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	1	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
118	AE	Santo António	Conjunto arquitetónico na Praça do Marquês de Pombal	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
119	AE	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar (fachada) na rua Braamcamp e rua Castilho	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
120	AI	Santo António	Conjunto de seis edifícios de habitação plurifamiliar na rua Braamcamp	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
121	AI	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Joaquim António de Aguiar	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis

122	AI	Santo António	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na rua Joaquim António de Aguiar e rua Castilho	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
123	AI	Santo António	Edifício nas ruas Joaquim António de Aguiar, rua Rodrigo da Fonseca, rua Artilharia Um e rua Castilho	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
124	AE	Avenidas Novas	Parque Eduardo VII e miradouro	Contemporâneo	Parque urbano / Arquitetura cultural e recreativa	1	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
125	AI	Avenidas Novas	Limites	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
126	AE	Avenidas Novas	Quarteirão	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
127	AI	Avenidas Novas	Quarteirão	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
128	AE	Avenidas Novas	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Padre António Vieira	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
129	AI	Avenidas Novas	Edifício nas ruas Rodrigo da Fonseca, rua Padre António Vieira e rua Sampaio e Pina	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
130	AI	Avenidas Novas	Edifício de habitação plurifamiliar nas ruas Padre António Vieira e rua Rodrigo da Fonseca	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis

131	AE	Avenidas Novas	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Padre António Vieira	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
132	AI	Avenidas Novas	Edifício de habitação plurifamiliar nas ruas Rodrigo da Fonseca, rua D. Francisco Manuel de Melo e rua Rodrigo da Fonseca	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
133	AE	Avenidas Novas	Edifício de habitação plurifamiliar nas ruas D. Francisco Manuel de Melo e rua Castilho	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
134	AE	Avenidas Novas	Edifício de serviços	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura de serviços	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
135	AI	Avenidas Novas	Edifício nas ruas Rodrigo da Fonseca, rua Marquês de Fronteira, rua Castilho e rua D. Francisco Manuel de Melo	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
136	AI	Avenidas Novas	Conjunto de quatro edifícios de habitação plurifamiliar nas ruas Rodrigo da Fonseca e D. Francisco Manuel de Melo	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
137	AI	Avenidas Novas	Quarteirão	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
138	AE	Campolide	Reservatório Pombal	Contemporâneo	Reservatório / Arqueológico	1	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
139	AE	Campolide	Convento das Irmãzinhas dos	Contemporâneo	Convento / Arquitetura religiosa	1.	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens

			Pobres de S. Patrício				culturais imóveis
140	AI	Santo António	Estátua a Oliveira Martins	Contemporâneo	Estátua / Elemento escultórico	Indeterminado	
142	AI	Santo António	Estátua a António Feliciano de Castilho	Contemporâneo	Estátua / Elemento escultórico	Indeterminado	
143	AI	São Vicente	Fontanário-bebedouro para Animais da SPA (Sociedade Protetora dos Animais)	Contemporâneo	Fonte / Elemento de ornamentação	Indeterminado	
144	AI	São Vicente	Grupo escultórico "Emigrante Português"	Contemporâneo	Estátua / Elemento escultórico	Indeterminado	
145	AI	São Vicente	Busto de D. Manuel I	Contemporâneo	Estátua / Elemento escultórico	Indeterminado	
146	AI	São Vicente	Conjunto de dois Canhões (Elementos ornamentais junto à fachada do Museu Militar)	Contemporâneo	Elemento Ornamental / Elemento escultórico	Indeterminado	
147	AI	São Vicente	Âncora (Elemento ornamental do Porto de Lisboa, 1997)	Contemporâneo	Elemento Ornamental / Elemento escultórico	Indeterminado	
148	AI	Santo António	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na Rua de Santa Marta	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	2	IIP - Imóvel de Interesse Público abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente
149	AI	Santo António	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na Rua de Santa Marta e Trav. Santa Marta	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
150	AI	São Vicente	Padrão (elemento escultórico em Santa Apolónia)	Contemporâneo	Elemento Ornamental / Elemento escultórico	Indeterminado	
151	AI	São Vicente	Canhão (Elemento ornamental junto à fachada da Esquadra de Turismo, em Santa Apolónia)	Contemporâneo	Elemento Ornamental / Elemento escultórico	Indeterminado	

Tabela 2 - Ocorrências Patrimoniais identificadas na área de implantação do Túnel TCB:

N.º Inv.	Loc. face ao Projeto	Freguesia	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Patrimonial	Classificação
31	AI	Marvila	Portal manuelino e galilé da Igreja de Chelas / Portal e galilé do antigo convento de São Félix e Santo Adrião de Chelas	Medieval (Visigótico/Romano)	Convento / Arquitetura religiosa / Arqueológico	4	MN - Monumento Nacional
32	AE	Marvila	Palácio da Mitra / Quinta da Mitra	Medieval	Palácio / Arquitetura civil	4	MIP - Monumento de Interesse Público; com ZEP - Zona Especial de Proteção
33	AE	Marvila	Conjunto de armazéns	Contemporâneo	Industrial / Arquitetura industrial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
34a	AE	Marvila	Conjunto arquitetónico na Rua Capitão Leitão e Rua Afonso Annes Penedo	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
34b	AI	Marvila	Edifício industrial/ (Antiga) Fábrica de Borracha Luso-Belga	Contemporâneo	Industrial / Arquitetura industrial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
35	AI	Marvila	Biblioteca dos Amigos de Lisboa/ (Antigo) Edifício industrial	Contemporâneo	Industrial / Arquitetura industrial / cultural	1	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
36	AI	Marvila	Mirante da (Antiga) Quinta da Inauguração	*Ca*. 16,5-15 milhões de anos	Geomonumento/Arriba fóssil	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
37	AE	Marvila	Conjunto arquitetónico nas ruas Vale Formoso de Cima e rua Zófimo Pedroso	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis

38	AE	Marvila	Recolhimento de S. Vicente/ Quinta das Veigas ou de S. Vicente/ Casa de S. Vicente	Contemporâneo	Quinta / Arquitetura residencial	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
39	AE	Marvila	Escola Industrial Afonso Domingues	Contemporâneo	Escola / Arquitetura educativa	1	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
40	AE	Marvila	Quinta da Salgada	Contemporâneo	Quinta / Arquitetura residencial	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
41	AE	Marvila	Quinta das Conchas/ Azinhaga da Salgada	Contemporâneo	Quinta / Arquitetura residencial	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
141	AI	Marvila	Poço da Picheleira	Contemporâneo	Poço / Elemento etnográfico	Indeterminado	

5.2 Estaleiros

A prospeção arqueológica incidiu nas áreas previstas para a implantação dos estaleiros (principais e de frente de obra). Podem ocorrer impactes negativos, durante a montagem, no estaleiro de Chelas (TC1) e no estaleiro de frente TM2, com expectáveis impactes sobre as ocorrências patrimoniais identificadas nas áreas previstas em Projeto. Os estaleiros previstos para a fase de execução da empreitada são nove (9), nomeadamente:

1) Estaleiro de Carnide – Este será implantado numa área junto ao cemitério municipal, na zona de Carnide. Após a prospeção arqueológica realizada, não se identificaram condicionantes, do ponto de vista patrimonial, à construção do estaleiro na área escolhida. No entanto, os trabalhos de montagem do estaleiro, assim como das obras acessórias que impliquem remeximento de solos, deverão ter o necessário acompanhamento arqueológico.

2) Estaleiro de Campolide (TM1) – Este será o estaleiro principal do Túnel TMSA, e será instalado na zona TM1 (entrada do Túnel). Após a prospeção arqueológica realizada, não se identificaram condicionantes, do ponto de vista patrimonial, à construção do estaleiro na área escolhida. No entanto, os trabalhos de montagem do estaleiro, assim como das obras acessórias que impliquem remeximento de solos, deverão ter o necessário acompanhamento arqueológico.

3) Estaleiro de Chelas (TC1) – Este será o estaleiro principal do Túnel TCB e será implantado numa área adjacente à Estrada de Chelas, junto à Obra de Desvio do Caneiro (TC1). Após a prospeção arqueológica realizada, identificou-se uma ocorrência patrimonial, nomeadamente o **Poço da Picheleira** (nº 141). Recomendamos, para este elemento patrimonial, a sua vedação e sinalização, impedindo a passagem de viaturas e pessoas afetas à empreitada, evitando assim a sua afetação direta. Recomendamos, igualmente, a colocação de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas. Também deverá ser alvo de monitorização visual regular, verificando o ponto de situação da sua estrutura, enquanto decorrerem os trabalhos previstos para este local.

Por último, os trabalhos de montagem do estaleiro, assim como das obras acessórias que impliquem remeximento de solos, deverão ter o necessário acompanhamento arqueológico.



Figura 2 – Área prevista para a montagem do estaleiro de Chelas (TC1) e a localização da ocorrência patrimonial nº 141.

4) Estaleiro TC2 – Este será implantado na zona do Beato, servindo de apoio à realização da Obra de Descarga do Túnel TCB e à execução do Túnel. Prevê-se a utilização da totalidade do parque de estacionamento, em terra batida, existente no local. Após a prospeção arqueológica realizada, não se identificaram condicionantes, do ponto de vista patrimonial, à construção do estaleiro na área escolhida. No entanto, os trabalhos de montagem do estaleiro, assim como das obras acessórias que impliquem remeximento de solos, deverão ter o necessário acompanhamento arqueológico.

5) Estaleiro de Frente TM2 – Este será implantado em plena Avenida da Liberdade, em ambas as margens, junto à interseção com a Rua Alexandre Herculano. Após a prospeção arqueológica realizada, identificaram-se duas ocorrências patrimoniais muito próximas, nomeadamente uma **Estátua a Oliveira Martins** (nº 140) e uma **Estátua a António Feliciano de Castilho** (nº 142). Recomendamos, para estes elementos patrimoniais, a sua vedação e sinalização, impedindo a passagem de viaturas e pessoas afetas à empreitada, evitando assim a sua afetação direta. Recomendamos, igualmente, a colocação de barreiras que protejam os elementos de poeiras e lamas. Também deverá ser alvo de monitorização visual regular, verificando o ponto de situação da sua estrutura, enquanto decorrerem os trabalhos previstos para este local.

Por último, os trabalhos de montagem do estaleiro, assim como das obras acessórias que impliquem remeximento de solos, deverão ter o necessário acompanhamento arqueológico.

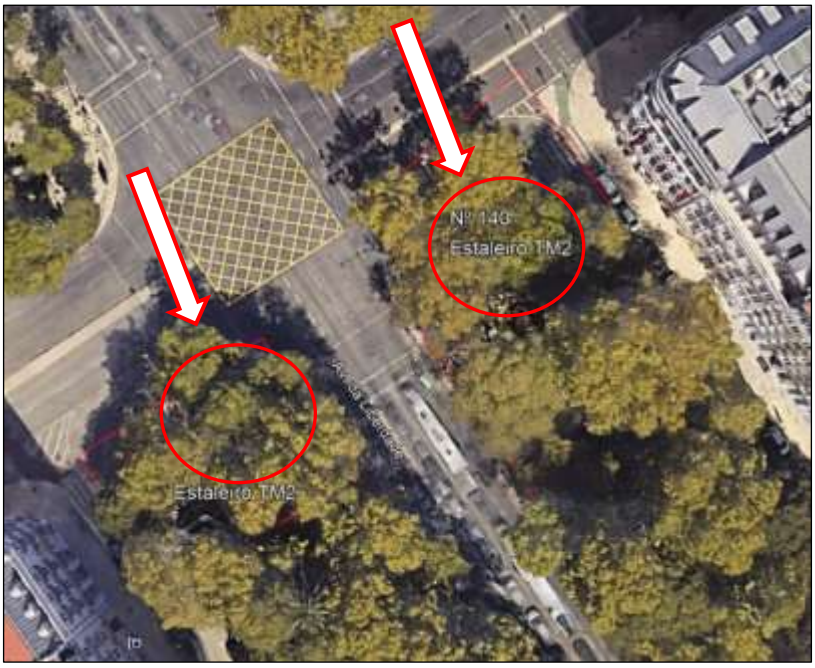


Figura 3 – Área prevista para a montagem do estaleiro de Frente TM2 e a localização das ocorrências patrimoniais nº 140 e nº 142.

6) Estaleiro de Frente TM3 – Este será implantado na zona do TM3, na Rua de Santa Marta. Após a prospeção arqueológica realizada, não se identificaram condicionantes, do ponto de vista patrimonial, à construção do estaleiro nas áreas escolhidas. No entanto, os trabalhos de montagem do estaleiro, assim como das obras acessórias que impliquem remeximento de solos, deverão ter o necessário acompanhamento arqueológico.

7) Estaleiro de Frente TM4 – Este será implantado na zona do TM4, na Avenida Almirante Reis, e no poço de ventilação a construir no Largo do Intendente. Após a prospeção arqueológica realizada, não se identificaram condicionantes, do ponto de vista patrimonial, à construção do estaleiro nas áreas escolhidas. No entanto, os trabalhos de montagem do estaleiro, assim como das obras acessórias que impliquem remeximento de solos, deverão ter o necessário acompanhamento arqueológico.

8) Estaleiro de Frente TM5 – Este será implantado na zona do TM5, em Santa Apolónia, e no poço de ventilação a construir na Rua dos Remédios. Após a prospeção arqueológica realizada, não se identificaram condicionantes, do ponto de vista patrimonial, à construção

do estaleiro nas áreas escolhidas. No entanto, os trabalhos de montagem do estaleiro, assim como das obras acessórias que impliquem remeximento de solos, deverão ter o necessário acompanhamento arqueológico.

9) Estaleiro de Frente TM6 – Este será implantado na zona do TM6, em Santa Apolónia, e no poço de ventilação a construir na Rua dos Remédios. Após a prospeção arqueológica realizada, não se identificaram condicionantes, do ponto de vista patrimonial, à construção do estaleiro nas áreas escolhidas. No entanto, os trabalhos de montagem do estaleiro, assim como das obras acessórias que impliquem remeximento de solos, deverão ter o necessário acompanhamento arqueológico.

Para uma descrição mais detalhada dos resultados obtidos, consultar as respetivas fichas de estaleiros, em anexo ao presente documento, realizadas para cada uma das áreas previstas para estaleiros prospetadas.

5.3 Vazadouros / Empréstimos

Para as áreas previstas como utilização de vazadouros / empréstimos, estão consideradas as seguintes alternativas:

1) Designação: **Ribeiro do Cavalo nº 3**. Empresa: José Marques Gomes Galo, S.A.. Localização: Estrada Nacional, 378, Zambujal Apartado 1003, 2979-908 Sesimbra.

• ***OBSERVAÇÕES***: No dia 17/09/2021, a equipa de arqueologia realizou uma prospeção arqueológica para verificar o estado do futuro vazadouro, enquanto aos riscos de afetação de ocorrências arqueológicas, no sítio denominado “Ribeiro do Cavalo nº 3”, localizado no distrito de Setúbal, concelho de Sesimbra, freguesia de Castelo. A referida prospeção não foi concluída dada a impossibilidade de acesso às instalações, onde será realizado o vazadouro, administradas por uma empresa privada. Assim, embora as condições lumíneas e meteorológicas fossem boas, não foi possível avaliar as condições patrimoniais e arqueológicas do sítio de vazadouro “Ribeiro do Cavalo nº 3”. Oportunamente, será realizada nova visita ao local, quando forem garantidas as condições de acesso ao mesmo.

2) Designação: **Vazadouro da Moita**. Empresa: José Marques Gomes Galo, S.A.. Localização: N379-2, Quinta do Anjo 2860-313 Moita.

• ***OBSERVAÇÕES***: No dia 17/09/2021, a equipa de arqueologia realizou uma prospeção arqueológica para verificar o estado do futuro vazadouro, enquanto aos riscos de afetação de ocorrências arqueológicas, no sítio denominado "Vazadouro da Moita", localizado no distrito de Setúbal, concelho de Moita, freguesia de Moita. Procedeu-se à prospeção intensiva da área a implantar o vazadouro. A prospeção foi realizada de manhã, com boa exposição solar e mediana visibilidade. O uso atual do solo corresponde ao depósito de terras já inerte, com relevo muito suave. A vegetação rasteira permitiu uma visualização média da superfície do terreno, que se caracteriza por ser areno de coloração amarelo-avermelhada. Na superfície detetou-se vestígios de cerâmica contemporânea, sendo maioritariamente ladrilhos depositados como lixo, o que não impede a implantação do vazadouro neste local.

3) Designação: **SOARVIMIL, Centro de Produção Pinhal Conde da Cunha**. Empresas: Freiplana; Jofilipes. Localização: Av.ª Quinta de Valadares, Quinta de Valadares, 2855-516 Corroios, Seixal.

• ***OBSERVAÇÕES***: No dia 17/09/2021, a equipa de arqueologia realizou uma prospeção arqueológica para verificar o estado do futuro vazadouro, enquanto aos riscos de afetação de ocorrências arqueológicas, no sítio denominado "SOARVAMIL-Centro de Produção Pinhal Conde da Cunha", localizado no distrito de Setúbal, concelho de Seixal, freguesia de Corroios. Procedeu-se à prospeção intensiva da área a implantar o vazadouro. A prospeção foi realizada de tarde, com boa exposição solar e boa visibilidade. O sítio escolhido para o vazadouro está em uso, já que é administrado por uma empresa privada, portanto, será a sobreposição de terras sobre depósito existentes.

4) Designação: **SARMINAS, Centro de Produção Mesquita**. Empresa: Batalha dos Anjos, Lda. Localização: Estrada Nacional N378, Herdade da Mesquita 2970-649 Sesimbra.

• ***OBSERVAÇÕES***: No dia 17/09/2021, a equipa de arqueologia realizou uma prospeção arqueológica para verificar o estado do futuro vazadouro, enquanto aos riscos de afetação de ocorrências arqueológicas, no sítio denominado "SARMINAS-Centro de Produção Mesquita", localizado no distrito de Setúbal, concelho de Sesimbra, freguesia de Santiago. A referida prospeção não foi concluída dada a impossibilidade de acesso às instalações, onde será realizado o vazadouro, porque o caminho de acesso encontrava-se fechado. Assim, embora as condições lumíneas e meteorológicas fossem boas, não foi possível avaliar as condições patrimoniais e arqueológicas do sítio de vazadouro "SARMINAS-Centro de Produção Mesquita". Oportunamente, será realizada nova visita ao local, quando forem garantidas as condições de acesso ao mesmo.

Estas alternativas consistem em pedreiras que se encontram em fase adiantada de exploração, todas localizadas na margem sul, afastadas consideravelmente da área de estudo do Projeto dos Túneis de Drenagem. Nestas áreas o risco de afetação de ocorrências patrimoniais é nulo, não se tendo identificado, durante a prospeção arqueológica realizada entre 06 a 10 de agosto, qualquer ocorrência patrimonial relevante que possa encontrar-se em risco de afetação negativa durante a fase de execução da empreitada. Assim, para estas áreas, não estão previstas medidas de minimização específicas a desenvolver. Das quatro (4) alternativas apresentadas, são as duas primeiras que se consideram como mais viáveis para utilização enquanto vazadouro, nomeadamente o **Ribeiro do Cavalo nº 3** e o **Vazadouro da Moita**.

Para uma descrição mais detalhada dos resultados obtidos, consultar as respetivas fichas de estaleiros, em anexo ao presente documento, realizadas para cada uma das áreas previstas para vazadouros / empréstimos prospetados.

6. Identificação e Avaliação de Impactes

Tendo em conta o Projeto dos Túneis, a sua implantação num quadro densamente urbanizado e a sua extensão, são expectáveis impactes sobre o espaço urbano, em geral, e o edificado, em particular.

Os fatores que favorecem a ocorrência de impactes negativos, prendem-se com os trabalhos a realizar no âmbito da construção das infraestruturas dos Túneis (e que envolvam o remeximento de solos), a implantação de estaleiros (principais e de frentes de obra), a utilização de espaços como vazadouros (depósito de terras, seja de carácter temporário ou permanente), manchas de empréstimo, e a abertura de caminhos de acesso à obra. Também na circulação de maquinaria pesada podem ocorrer impactes negativos que, para além das emissões poluentes, apresenta o potencial risco de impacte sobre o património arquitetónico, inerente ao risco de envolvimento em acidentes.

As intervenções a realizar à superfície no âmbito da execução dos Túneis irão decorrer, para o Túnel TMSA, de forma pontual entre Campolide e Santa Apolónia, nomeadamente em Campolide, Avenida da Liberdade, Santa Marta, Avenida Almirante Reis e Santa Apolónia. Para o Túnel TCB, as intervenções a realizar à superfície decorrem em Chelas (junto à Estrada de Chelas, onde se localiza a obra de entrada e as obras de desvios dos caneiros), e no troço de saída do Túnel, nomeadamente na Rua dos Amigos de Lisboa e na Doca do Poço do Bispo, no Beato, terminando com o local de descarga no rio Tejo.

Com já referido, foram identificadas um total de 153 ocorrências patrimoniais: Destas, 138 são de natureza arquitetónica, 1 de natureza arqueológica, 12 de natureza escultórica/etnográfica, 1 de natureza geológica, e 1 de natureza ambiental/cultural (Parque Eduardo VII).

Em resultados de todas as atividades no âmbito da empreitada, assim como face à distância que as ocorrências patrimoniais se localizam dos túneis, das intervenções à superfície e das áreas de estaleiro, poderão ocorrer afetações negativas em 34 dos elementos patrimoniais identificados, nomeadamente:

12 – Palacete Conceição e Silva;

19 – Prédio com os nºs 24-26 no Largo do Intendente, Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego;

26a – Troço da Cerca Fernandina com um torreão;

30 – Museu Militar;

31 – Convento de Chelas;

34b – Edifício industrial/ (Antiga) Fábrica de Borracha Luso-Belga;

35 – Biblioteca dos Amigos de Lisboa / (Antigo) Edifício industrial? / Rua do Açúcar, 86;

36 – Mirante da (Antiga) Quinta da Inauguração;

42 – Edifício da Associação de Proteção da 1ª Infância;

44 – Ermida do Senhor Jesus da Boa Nova e Edifício Anexo;

45 – Edifício de habitação plurifamiliar na rua Escadinhas dos Remédios;

46 – Casa nobre;

48 – Palácio de D. Rosa;

68 – (Antigo) Palácio do Intendente Pina Manique;

70 – Palácio no Largo do Intendente Pina Manique;

71 – Palácio na rua dos Anjos;

72 – (Antiga) Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego / Avenida Almirante Reis, 6-6F; Almirante Reis, 6G- 6J; Travessa Cidadão João Gonçalves, 1-21; Largo do Intendente Pina Manique, 28-31;

73 – Conjunto arquitetónico – eixo urbano (parte) / Rua da Palma 290 a 298, Avenida Almirante Reis, 2 a 12, 16 a 18, 22 a 28B, 32 a 42, 46-46E, 50-50A, 52-52B-52C, 58 a 62, 66-66C, 70 e 74-74C; Avenida Almirante Reis 1 a 47, 55 a 59, 63 e 67 a 67I;

74 – (Antigo) Convento do Desterro / Rua Nova do Desterro, 6-12 e Igreja de Nossa Senhora do Desterro / Rua Nova do Desterro - Hospital do Desterro;

75 – Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar / Rua Antero de Quental, 1 a 27;

76 – Conjunto de quatro edifícios de habitação plurifamiliar / Rua Antero de Quental 2 a 6;

111 – Conjunto arquitetónico / Avenida da Liberdade, 231-237; Rua Alexandre Herculano, 15, Rua Alexandre Herculano, 17, 19, 21, 23, 25, 27 e Rua Alexandre Herculano, 29; Rua Mouzinho da Silveira, 14-18ª;

140 – Estátua de homenagem a Oliveira Martins;

141 – Poço da Picheleira;

142 – Estátua a António Feliciano de Castilho;

143 – Fontanário-bebedouro para Animais da SPA (Sociedade Protetora dos Animais);

144 – Grupo escultórico "Emigrante Português";

145 – Busto de D. Manuel I;

146 – Conjunto de dois (2) Canhões (Elementos ornamentais junto à fachada do Museu Militar);

147 – Âncora (Elemento ornamental do Porto de Lisboa, 1997);

148 – Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na Rua de Santa Marta;

149 – Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na Rua de Santa Marta e Trav. Santa Marta;

150 – Padrão (elemento escultórico em Santa Apolónia);

151 – Canhão (Elemento ornamental junto à fachada da Esquadra de Turismo, em Santa Apolónia).

6.1 Impactes Negativos no Património Arquitetónico

Num cenário densamente urbanizado como se verifica na cidade de Lisboa, o património arquitetónico existente é vasto e riquíssimo, atestando o crescimento urbano que a cidade teve desde a sua fundação.

Após leitura do Inventário Municipal do Património do Plano Diretor Municipal de Lisboa, verificamos que a área de estudo dos Túneis de Drenagem atravessa, parcialmente, áreas com níveis de proteção legal, respeitante ao património edificado. Relativamente ao património arquitetónico, são diversas as ocorrências patrimoniais abrangidas por um dos seguintes níveis de classificação: Monumento Nacional (MN), Imóvel de Interesse Público (IIP), Em Vias de Classificação (EV), Monumento de Interesse Público (MIP), Conjunto de Interesse Público (CIP), Zona Especial de Proteção (ZEP), e Interesse Municipal (IP). Muitos dos edifícios localizados nas áreas de proteção constituem, atualmente, uma riqueza patrimonial de elevado valor que interessa proteger.

O cuidado, durante a elaboração do Projeto de Execução, na escolha da escavação das infraestruturas dos túneis por TBM, que reduz substancialmente o risco de propagação de vibrações nocivas para as fundações do edificado existente, evidencia a preocupação em não interferir com o património arquitetónico à superfície. Também o projeto foi delineado de maneira a não afetar, ou a interferir minimamente, com serviços existentes (como é o caso, por exemplo, das linhas do Metro de Lisboa).

No entanto, apesar do cuidado demonstrado, numa área tão densamente urbanizada como é o caso da cidade de Lisboa, existem sempre o risco de se provocar impactes negativos no património edificado, principalmente quando os traçados dos túneis se desenvolvem a profundidades inferiores a 20 metros, nas zonas de entrada e saída dos túneis, e pela proximidade das áreas onde irão decorrer intervenções à superfície (construção de caixas e câmaras de desvio de caudal, poços de ventilação, entre outros).

O nosso estudo identificou 22 ocorrências patrimoniais, de natureza arquitetónica, onde poderão ocorrer impactes negativos durante a fase de execução da obra, nomeadamente as ocorrências nºs: 12, 19, 30, 31, 34b, 35, 42, 44, 45, 46, 48, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 111, 148 e 149. Uma descrição mais detalhada sobre cada uma das ocorrências pode ser consultada nos Quadros das Ocorrências Patrimoniais em anexo. Nos quadros apresentamos

a designação de cada ocorrência, uma breve descrição, o regime de proteção especial a que estão abrangidas, o valor patrimonial, a localização perante a área de estudo (AI ou AE), as distâncias face às frentes mais próximas previstas no Projeto, e as medidas de minimização a aplicar em cada uma delas.

Pese embora os túneis se desenvolvam, em grande parte da sua extensão, a elevadas profundidades (alcançando profundidades superiores a 70 metros, no caso do Túnel TMSA, e superiores a 50 metros, no caso do Túnel TCB), irão decorrer intervenções à superfície que poderão colocar em risco de impacte indireto o património existente na envolvência, sendo necessário a aplicação de um conjunto de medidas de minimização específicas. São os pontos do traçado dos túneis, em que se desenvolvem a profundidades iguais ou inferiores a 20 metros, que podem ocorrer afetações provocadas pelas vibrações resultantes dos trabalhos de escavação. Mas, e como já referimos, durante a realização do Projeto de Execução, teve-se o cuidado de se escolher um método de escavação que se traduza num mínimo de afetação possível nas fundações do edificado localizado à superfície.

Para o Túnel TMSA, as áreas onde o Túnel se desenvolve a profundidades iguais, ou inferiores, a 20 m são as seguintes:

- Entre o PK 2+224,94 e o PK 2+268,19 (Rua de Santa Marta);
- Entre o PK 3+177,31 e o PK 3+249,98 (Avenida Almirante Reis);
- Entre o PK 4+445,27 e o PK 4+689,01 (Beco do Surra, Beco da Lapa, Beco do Belo, Rua Museu da Artilharia, Largo do Museu de Artilharia, Avenida Infante Dom Henrique).

Para o Túnel TCB, as áreas onde o Túnel se desenvolve a profundidades iguais, ou inferiores, a 20 m são as seguintes:

- Entre o PK 0+000 e o PK 0+060 (obras de desvio dos caneiros em Chelas);
- Entre o PK 1+000 e o PK 1+400 (Avenida Infante Dom Henrique).

De uma maneira geral, para cada uma das ocorrências de natureza arquitetónica, prevê-se a montagem de barreiras que as protejam de poeiras e lamas, resultantes dos trabalhos de rega, assim como a vedação e a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizada, ainda, uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes nas fachadas dos edifícios.

Por último, referimos que ao nível do edificado na área de estudo do projeto, e tal como é prática neste tipo de intervenções, será realizado um levantamento prévio do estado de conservação de todos os edifícios que se enquadrem nos seguintes critérios: localizados nas zonas onde a passagem dos túneis ocorra a uma profundidade igual, ou inferior, a 20 metros; e que se localizem até 50 metros de distância a contar do eixo dos túneis. Haverá, durante a fase de execução da empreitada, uma monitorização destes mesmos edifícios. Estas medidas vão de acordo ao exposto na DIA nº 2961, ponto 1, referente aos Programas de Monitorização (pág. 25).

6.2 Impactes Negativos no Património Arqueológico

Os traçados dos Túneis de Drenagem coincidem, em duas zonas, com Áreas de Valor Arqueológico, de Nível II e Nível III. Estas áreas dizem respeito à Rua de Santa Marta (onde se localiza o TM3) e em Santa Apolónia. Em Lisboa, e com maior incidência no seu núcleo urbano, é sempre previsível a ocorrência de novos vestígios de natureza arqueológica. A não existência de registos de outros vestígios de natureza arqueológica não se traduz, obrigatoriamente, na total ausência de vestígios, tendo em conta que estes, num quadro densamente urbanizado como o de Lisboa, não são visíveis à superfície, sendo apenas identificados durante o curso de empreitadas que impliquem o remeximento do subsolo. Apesar de não se conhecerem testemunhos da ocupação antiga, existirão, seguramente, vestígios ocultos sob a atual malha urbana. No entanto, temos que reconhecer que o crescimento da cidade, e consequente urbanização intensa, poderá ter contribuído para a destruição parcial, ou total, de sítios arqueológicos.

Na AI do projeto não são conhecidos vestígios arqueológicos, exceto a existência de um troço da Cerca Fernandina, identificado na área da Santa Apolónia (com o número de inventário 26a, Quadro 3). Este elemento patrimonial está enquadrado no conjunto do Castelo de São

Jorge e resto das Cercas de Lisboa (Monumento Nacional, por Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910). Neste local, procedeu-se a uma campanha de sondagens arqueológicas, realizadas pela empresa Arqueohoje. Tendo em consideração o relatório final elaborado, em 2016 realizaram-se sondagens arqueológicas no parque de estacionamento da EMEL, confinado pela Rua do Museu da Artilharia, Beco do Belo, Beco do Surra e Ermida da Boa Nova. Estes trabalhos resultaram na identificação de um troço da Cerca Fernandina, com um Torreão associado. A ocupação no local medeia entre o período de construção da estrutura defensiva, no final do séc. XIV, e ocupações mais recentes registadas no nível associado aos vestígios do terramoto de 1755. Posteriormente, nova campanha de trabalhos de campo revelaram um paredão portuário oitocentista.

A área de localização dos vestígios da Cerca Fernandina coincide, como exposto no PDM de Lisboa, com uma Área de Valor Arqueológico de Nível II, sendo previsível a ocorrência de novos vestígios arqueológicos durante os trabalhos a realizar em Santa Apolónia, em relação ao Túnel TMSA e obras acessórias, assim como na requalificação dos espaços exteriores.

Face aos vestígios referidos, o traçado do TMSA foi ajustado de modo a que não intercetasse a Cerca Fernandina, e de forma a minimizar os potenciais constrangimentos associados à obra de saída na Rua do Museu de Artilharia (conforme exposto na Memória Justificativa e Descritiva do Modo de Execução da Obra (pág. 29), e o ilustrado na figura 4 no presente documento). No entanto, e mesmo com o cuidado de se ajustar o traçado do TMSA para não afetar os vestígios arqueológicos referidos, tendo em conta a intervenção prevista em projeto para a área de Santa Apolónia, é previsível a existência de vestígios de natureza arqueológica, e a ocorrência de afetação negativa dos mesmos. Considerando o cenário exposto, para esta ocorrência patrimonial (nº 26a) estão contempladas medidas de minimização específicas, cumprindo o exposto na DIA nº 2961 (ponto 4 das Condicionantes, pág. 18), e o referido no Plano de Salvaguarda Patrimonial (ponto 6.2.4, pág. 63).

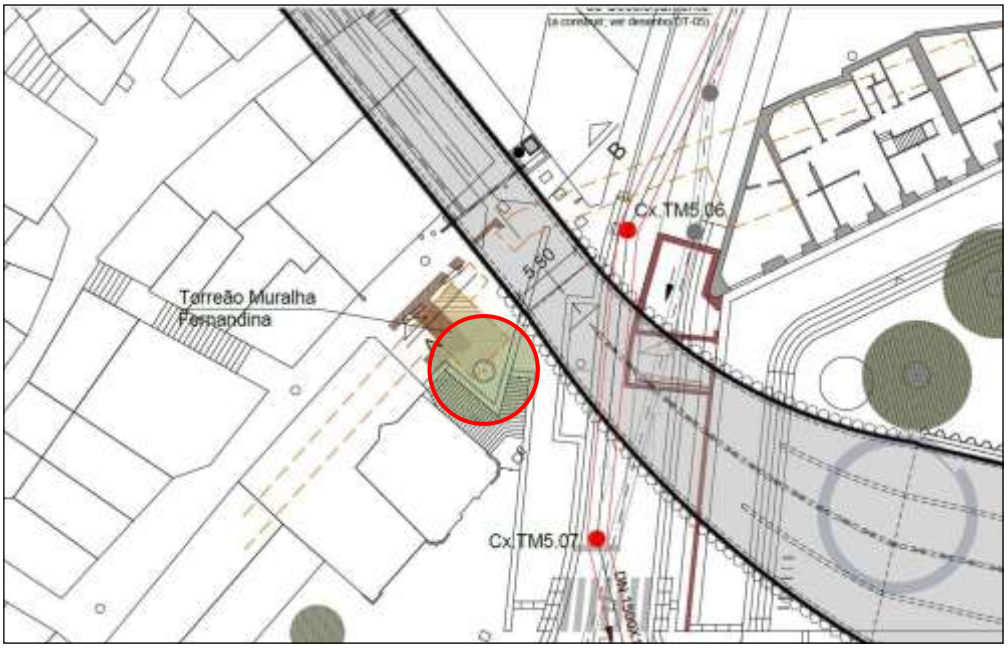


Figura 4 – Localização da Cerca Fernandina e Torreão, face ao traçado do TMSA.

Para esta ocorrência patrimonial (nº 26a) estão contempladas Medidas de Minimização específicas na DIA nº 2961 (pp. 20 e 21), nomeadamente:

MM06 – Executar trabalhos arqueológicos na zona de afetação de Santa Apolónia: escavação arqueológica integral, a qual deve prever uma primeira fase de diagnóstico, para definição e caracterização das sequências estratigráficas, a ter lugar sob a forma de sondagens arqueológicas. Esta intervenção deve ser concertada de maneira a que se assegurem os meios de obra (por exemplo contenção, escavação, entre outros), devendo ser efetuada antes da construção efetiva.

• ***OBSERVAÇÕES***: Estão previstas cinco (5) sondagens de diagnóstico, a realizar durante a fase prévia, numa área total de 30 m^2, passando, posteriormente, para escavação integral de toda a área de intervenção, prevista em projeto, em Santa Apolónia.

SONDAGENS DE DIAGNÓSTICO / ESCAVAÇÃO INTEGRAL	QTD.	ÁREA
Santa Apolónia (sondagens de diagnóstico)	5	30 m^2
Escavação integral, em Santa Apolónia, da área que será intervencionada pelos trabalhos da empreitada.		

Estes trabalhos de escavação arqueológica servem para salvaguardar os vestígios identificados, nomeadamente pelo seu registo exaustivo. Para esta ocorrência patrimonial deve-se, igualmente, seguir as recomendações da DIA nº 2961, relativamente às Condicionantes (pág. 18), nomeadamente:

4 – Não afetar diretamente bens imóveis classificados ou em vias de classificação.

• ***OBSERVAÇÕES***: Cumprindo o ponto 4 das Condicionantes, da DIA nº 2961, teve-se o cuidado necessário ao implantar-se o traçado do TMSA, mais concretamente a boca de saída do túnel, de modo a não incidir, e a não afetar, nos vestígios identificados da Cerca Fernandina, com Torreão associado (ocorrência nº 26a).

6.3 Impactes Negativos no Património Escultórico e Etnográfico

Na área de estudo do projeto dos Túneis de Drenagem, e de natureza escultórica e etnográfica, foram identificadas 10 ocorrências patrimoniais, estando essas ocorrências descritas nos Quadros de Ocorrências Patrimoniais anexas ao presente relatório. O local de implantação das ocorrências nº 140 e nº 142 coincide com a obra, estão muito próximos da área prevista para a instalação dos estaleiros de frente TM2, e das intervenções à superfície previstas em projeto para o TM2. O local de implantação da ocorrência nº 141, por outro lado, encontra-se no limite da área prevista para a instalação do estaleiro de Chelas, e muito perto das intervenções à superfície previstas em projeto para o TC1. As restantes sete (7) ocorrências localizam-se em Santa Apolónia, onde será realizada a requalificação dos espaços exteriores. Para todas as ocorrências estão previstas medidas específicas de mitigação, como referido no Plano de Salvaguarda Patrimonial (ponto 6.2.4, pág. 63), referente às Medidas de Minimização.

Para as ocorrências identificadas recomendamos as seguintes medidas específicas de mitigação:

• **Ocorrência nº 140:** Esta ocorrência patrimonial está localizada próximo da área onde está prevista a montagem dos estaleiros de frente TM2, e coincide com a obra. Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas

afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes no elemento. Consultar o Quadro 23, e a Figura 3;

• **Ocorrência nº 141:** Esta ocorrência patrimonial localiza-se na área das obras de desvio dos caneiros do Túnel TCB (TC1), entre 1 a 2 m de distância, assim como ao lado do local previsto para a montagem do estaleiro de Chelas. Recomenda-se, deste modo, a vedação e sinalização da ocorrência patrimonial, impedindo a passagem de viaturas e pessoas afetas à empreitada, evitando a sua afetação direta. Recomenda-se, igualmente, a colocação de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, salvaguardando-o. Por último, recomenda-se a monitorização regular do elemento patrimonial de modo a aferir se os trabalhos a realizar no âmbito da empreitada não provocam fissuras na sua estrutura. Consultar o Quadro 24, e a Figura 3;

• **Ocorrência nº 142:** Esta ocorrência patrimonial está localizada próximo da área onde está prevista a montagem dos estaleiros de frente TM2, e coincide com a obra. Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes no elemento. Consultar o Quadro 25;

• **Ocorrência nº 143:** Está localizada na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia. As medidas de minimização recomendadas passam pela vedação e sinalização da ocorrência patrimonial, impedindo a passagem de viaturas e pessoas afetas à empreitada, evitando a sua afetação direta. Recomenda-se, igualmente, a montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, salvaguardando-o. Consultar o Quadro 26;

• **Ocorrência nº 144:** Está localizada na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia. As medidas de minimização recomendadas passam pela vedação e sinalização da ocorrência patrimonial, impedindo a passagem de viaturas e pessoas afetas à empreitada, evitando a sua afetação direta. Recomenda-se, igualmente, a montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, salvaguardando-o. Consultar o Quadro 27;

• **Ocorrência nº 145:** Está localizada na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia. As medidas de minimização recomendadas passam pela vedação e sinalização da ocorrência patrimonial, impedindo a passagem de viaturas e pessoas afetas à empreitada, evitando a sua afetação direta. Recomenda-se, igualmente, a montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, salvaguardando-o. Consultar o Quadro 28;

• **Ocorrência nº 146:** Está localizada na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia. As medidas de minimização recomendadas passam pela vedação e sinalização da ocorrência patrimonial, impedindo a passagem de viaturas e pessoas afetas à empreitada, evitando a sua afetação direta. Recomenda-se, igualmente, a montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, salvaguardando-o. Consultar o Quadro 29;

• **Ocorrência nº 147:** Está localizada na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia, e encontra-se na lista das interferências inevitáveis. As medidas de minimização recomendadas passam pela transladação, cuidadosa e temporária, do elemento patrimonial, evitando a sua afetação direta durante o curso dos trabalhos da empreitada. Deverá ser acondicionada, temporariamente, em local a definir pelo Dono de Obra, com o conhecimento da DGPC e do Dono de Obra. Após o término dos trabalhos previstos, e a desmontagem do estaleiro, o elemento deverá ser colocado no seu local de origem. Estes trabalhos devem ser coordenados por um técnico especialista em Conservação e Restauro de bens móveis. Este elemento patrimonial encontra-se na lista das interferências inevitáveis. Consultar o Quadro 30;

• **Ocorrência nº 150:** Está localizada na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia, e encontra-se na lista das interferências inevitáveis. As medidas de minimização recomendadas passam pela transladação, cuidadosa e temporária, do elemento patrimonial, evitando a sua afetação direta durante o curso dos trabalhos da empreitada. Deverá ser acondicionada, temporariamente, em local a definir pelo Dono de Obra, com o conhecimento da DGPC e do Dono de Obra. Após o término dos trabalhos previstos, e

a desmontagem do estaleiro, o elemento deverá ser colocado no seu local de origem. Estes trabalhos devem ser coordenados por um técnico especialista em Conservação e Restauro de bens móveis. Este elemento patrimonial encontra-se na lista das interferências inevitáveis. Consultar o Quadro nº 33.

6.4 Quadros das Ocorrências Patrimoniais em Risco de Impacte Negativo

Em seguida apresentamos os quadros (quadros 1 a 24) com a descrição das 24 ocorrências patrimoniais que, face à sua proximidade com o traçado dos Túneis, das obras com intervenção à superfície, e áreas previstas para estaleiros, ocorrem em risco iminente de sofrerem afetação negativa durante a fase de construção. Em anexo ao presente documento podem ser consultadas as fichas de inventário para a totalidade das 152 ocorrências patrimoniais identificadas durante os trabalhos de prospeção arqueológica.

QUADRO 1 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Palacete Conceição e Silva				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
12	Área de incidência (13 m. de distância do TMSA; 44 m. do TM2; 93 m. do TM3)	Santo António	Palacete Conceição e Silva	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Edifício / Arquitetura civil	-104490,25 -088176,40	IIP - Imóvel de Interesse Público abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente	3
Descrição da Ocorrência				
Iniciada a construção em 1891, a sua característica Arquitetura romântica insere-se perfeitamente no denominado estilo neoárabe, embora denuncie outras fontes de inspiração, patenteadas na eclética e vasta gramática decorativa, observável, por exemplo, ao nível dos estuques pintados ou trabalhados, bem como dos vitrais, cuja iconografia inclui elementos geometrizantes e figurações humanas, todos assinados e datados. De planta retangular, este antigo palacete possui quatro registos, cave e três corpos. Ao nível do primeiro destes registos verificamos a existência de duas portas nos dois corpos laterais, ambas com arco em ferradura e alfiz decorado, tendo ao centro janelas com molduras de diferente tipologia. Quanto ao segundo registo, constata-se a existência de janelas com arco em ferradura, encontrando-se algumas assentes em colunas. Por fim, no terceiro registo, as portas são de sacada em arco trilobado e em ferradura, todas com alfizes decorados e apoiados de forma similar. Relativamente ao quarto registo, o corpo central forma uma espécie de torre, vazado por um arco redondo de consideráveis dimensões e encimada por uma platibanda perfeita de merlões escalonados. Os dois corpos laterais, por seu lado, finalizam numa espécie de área amansardada, com janelão redondo e saliente, emoldurado em cantaria.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 3253, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 2 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Prédio no Largo do Intendente, nº 24-26				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
19	Área de incidência (22 m. de distância do TMSA; 31 m. do TM4)	Arroios	Prédio com os nº 24-26, sito no Largo do Intendente, Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Fábrica / Arquitetónica	-104681,70 -087135,55	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 95/78, DR, I Série, n.º 210, de 12- 09-1978	3
Descrição da Ocorrência				
"A sua construção inicia-se em 1849, por iniciativa de António da Costa Lamego, e prolonga-se até 1865. Edifício de estilo romântico, situado na Avenida Almirante Reis, possui como elemento decorativo dominante um vistoso revestimento azulejar, que abarca a totalidade da fachada, da autoria de Luís Ferreira, o famoso Ferreira das Tabuletas, pintor de azulejos oriundo das Fábricas da Calçada do Monte e Viúva Lamego. Edifício estruturado em dois registos, com duas janelas cada, que no segundo piso ladeiam uma varanda, tem como remate uma empena, rasgada por um óculo rodeado de grinaldas e pequenas figuras que seguram uma inscrição com a data da construção. *O programa cerâmico revela o gosto romântico-revivalista deste pintor, considerado por José Meco um fascinante artista ingénuo de excecional graça, que aqui assume uma tentativa romântica de recuperar a tradicional pintura figurativa e artesanal do azulejo polícromo sobre esmalte branco. No primeiro registo, os azulejos, de cromatismo predominantemente verde e amarelo, possuem um cunho orientalizante, corroborado pelas figuras que alegorizam a fábrica, segurando inscrições com o nome e a data de construção (1865), e também um teor mais classicizante patente nas duas outras representações deste primeiro registo. O revestimento azulejar do segundo registo é dominado por motivos essencialmente vegetalistas, inspirado nas albarradas barrocas. No remate, representam-se anjos segurando uma filactera com a data da decoração, em pintura de tons amarelos. É de notar que o imóvel assenta sob uma mina de água que abastecia o chafariz da Avenida Almirante Reis."* (DGPC)				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012.				

QUADRO 3 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Cerca Fernandina				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
26a	Área de incidência (6 m. de distância da saída do TMSA; 75 m. do TM5)	Santa Maria Maior	Cerca Fernandina – Torre e troço de muralha / Porta da Ribeira	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Medieval	Castelo / Arquitetónico / Arqueológico	-105615,61 -086305,46	Associado ao Castelo de São Jorge e resto das cercas de Lisboa. MN – Monumento Nacional: Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910	5

Descrição da Ocorrência

Sondagens arqueológicas realizadas no âmbito do vertente projeto. "Situada no parque de estacionamento da EMEL - que está confinado pela Rua do Museu da Artilharia, Beco do Belo, Beco do Surra e Ermida da Boa Nova. A abertura da sondagem 1 revelou-se particularmente profícua, tendo-se identificado estruturas arquitetónicas de grande valor patrimonial, incluindo um troço da Cerca Fernandina – Monumento Nacional - cujo diagnóstico da volumetria e estado de conservação foi o principal objetivo desta intervenção, abrangendo um hiato temporal balizado entre o final do século XIV (construção da estrutura fortificada) e a atualidade, com relevo para as ocupações próximas (pré e pós) do terramoto de 1755, num total de quatro grandes etapas de construção e ocupação. Na sondagem 1, foram identificadas várias parcelas de uma calçada pré-pombalina, [184], separadas pelas banquetes que sustentam as infraestruturas de saneamento atuais. Esta calçada funcionou na área exterior à Cerca, de origem medieval, e do edificado que, entretanto, se havia adossado à face Sul da torre. Assente em aterros com material ainda de cronologia moderna, portanto depositados para preparação, a primeira destas parcelas foi descoberta no centro da sondagem contiguamente à face Nordeste da torre da Cerca Fernandina. A realidade em causa tratava-se de uma pavimentação formada por blocos pétreos arredondados, sub-arredondados e alguns com angulosidade mais pronunciada, de dimensão diversa e com disposição irregular. A superfície apresentava muitas irregularidades e desenvolvia-se com pendente pronunciada para Sul, na direção da antiga praia. Este troço encontrava- se delimitado pela referida torre da Cerca Fernandina e pelo contraforte colocado no canto definido por aquela e pelo restante troço da muralha - que se desenvolve sob o Corte Noroeste. A Sul e Este, estava delimitada por um corte artificial decorrente da presença das já referidas infraestruturas de saneamento em atividade. A sua continuação foi confirmada nos quadrantes Nordeste e Sudeste, estando sobreposta por um grande nível de derrube, plausivelmente oriundo da Cerca Fernandina. O segundo troço mais representativo, [184b], foi identificado no quadrante Nordeste da sondagem, e tal como [184a], estava formado por blocos pétreos arredondados, sub-arredondados e alguns com angulosidade mais pronunciada, de dimensão diversa e com disposição irregular. A superfície também apresentava irregularidades e desenvolvia-se com igual pendente pronunciada para Sul, na direção da antiga praia." (Arqueohoje)

Medidas de Minimização

Realização de cinco (5) sondagens de diagnóstico, seguido de escavação integral da área a intervencionar em Santa Apolónia, no âmbito dos trabalhos de requalificação dos espaços exteriores. Os trabalhos devem ser realizados em fase prévia aos trabalhos a realizar no âmbito da empreitada. Este elemento patrimonial encontra-se na lista das interferências inevitáveis.

Bibliografia / Fonte

Arqueohoje, Relatório Preliminar 1, 2016; Arqueohoje, Relatório Final, 2017.

QUADRO 4 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Museu Militar				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
30	Área de incidência (25 m. de distância do TMSA; 28 m. do TM5)	Santa Maria Maior	Museu Militar	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Moderno	Museu / Arquitetónica	-105596,38 -086225,22	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 45 327, DG, I Série, n.º 251, de 25-10-1963	4
Descrição da Ocorrência				
"A 11 de Julho de 1726 um incêndio consumia as tercenas das Portas da Cruz que aqui existiam e que serviam de apoio a várias instituições públicas da cidade. D. João V mandou reedificá-las, datando desse período o magnífico portal poente da autoria de Fernando de Larre. Depois do terramoto o Marquês de Pombal alterou os planos do projeto e decidiu reformar o edifício em obras para o entregar ao Real Arsenal do Exército. Ao longo de todo o século XIX as obras de readaptação não cessaram e na segunda metade do século transformaram-se algumas salas do edifício setecentista - decoradas por nomes tão importantes como Pedro Alexandrino ou Bruno José do Vale - em museu, função que o monumento conserva até hoje." (DGPC)				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012.				

QUADRO 5 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Elementos construtivos na Igreja de Chelas e no Antigo Convento				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
31	Área de incidência (30 m. de distância da entrada do TCB e do TC1)	Marvila	Portal manuelino e galilé da Igreja de Chelas Portal e galilé do antigo convento de São Félix e Santo Adrião de Chelas	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Medieval (Visigótico? Romano?)	Convento (Vestígios Diversos?) / Arquitetónica	-102609,62 -085629,63	MN - Monumento Nacional: Decreto n.º 17 954, de 20-01-1930, DG, I Série, n.º 34, de 11-02-1930	4
Descrição da Ocorrência				
"As origens do Mosteiro de Chelas perdem-se no tempo. As informações mais coerentes - frustrada que está por longos anos a possibilidade de se realizar uma intervenção arqueológica - apontam para uma ocupação de época visigótica sobre antigas estruturas romanas. As primeiras evidências materiais que subsistem são do século X, altura em que a ativa comunidade moçárabe de Lisboa patrocinou uma reconstrução, pelo menos, da igreja. Ao longo da Baixa Idade Média foram várias as campanhas (românica, gótica e manuelina). Desta última fazem parte o portal manuelino e a galilé de aceso ao templo, únicos elementos classificados. Em 1604 procedeu-se à reconstrução integral do Mosteiro, que continuou a manter a memória dos mártires aí sepultados. Apesar de bastante modificado depois da extinção das ordens religiosas - passando a Fábrica de pólvora e depois a Arquivo Geral do Exército - o convento mantém as características essenciais da reforma executada nos primeiros anos do século XVII, com alguns acrescentos decorativos de inegável qualidade, como parte do programa azulejar do século XVIII que ainda se conserva no Museu Arqueológico do Carmo." (DGPC)				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012.				

QUADRO 6 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Edifício industrial/ (Antiga) Fábrica de Borracha Luso-Belga				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
34b	Área de incidência (43 m. de distância do TCB e do TC2)	Marvila	Edifício industrial/ (Antiga) Fábrica de Borracha Luso-Belga	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Industrial / Arquitetura industrial	-102855,59 -084420,77	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
A "Fábrica Nacional de Borracha" fundada, em 1895, por Victor C. Cordier, com capitais de origem belga, mudou a sua designação comercial para "Fábrica de Borracha Luso-Belga", em 1929. *Único polo de transformação deste produto em Portugal, produzia todo o tipo de artigos em borracha e ebonite, assim como produziu e comercializou calçado em borracha envernizada com a marca "Lusbel", para além de ter a concessão da patente internacional da Standard Super-moulding Co. Lda. para a moldagem de pneus das marcas Michelin, Englebert e Dunlop.* *Esta fábrica entrou em processo de falência, em junho de 1974, vindo a encerrar as portas em 1975. Este exemplar de arquitetura industrial oitocentista, formava uma unidade, ocupando um quarteirão amplo com um conjunto de edifícios distribuídos por várias zonas: uma zona mais moderna, atualmente ocupada por escritórios; zonas de produção, que integravam um edifício mais antigo, datado do séc. XIX, e uma zona mais moderna, com telhados em "shed"; e a zona das caldeiras, onde se erguia uma ampla chaminé de tijolo.*				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 21.79, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com); https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/fabrica-de-borracha-luso-belga.				

QUADRO 7 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Biblioteca dos Amigos de Lisboa				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
35	Área de incidência (16 m. de distância do TCB e do TC2)	Marvila	Biblioteca dos Amigos de Lisboa / (Antigo) Edifício industrial? / Rua do Açúcar, 86	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Industrial / Arquitetónica	-102960,14 -084435,10	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	1
Descrição da Ocorrência				
"Arquitetura, do séc. 20. Edifício de planta retangular irregular, possuindo vários ressaltos nas fachadas, criando ângulos, sendo estas divididas em vários panos por frisos de cantaria, onde se rasgam amplos vãos retilíneos. Acesso por amplo portão de verga reta, que leva a um vestíbulo e às escadas para o piso superior." (IHRU)				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 21.81, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 8 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Mirante da (Antiga) Quinta da Inauguração				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
36	Área de incidência (32 m. de distância do TCB; 128 m. do TC2)	Marvila	Mirante da (Antiga) Quinta da Inauguração	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Ca. 16,5-15 milhões de anos	Geomonumento / Arriba fóssil	-102866,66 -084632,55	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	3
Descrição da Ocorrência				
No MIOCÉNICO MÉDIO, a região de Lisboa ficava perto de um rio, onde se instalaram praias fluviais e campos de dunas e pastavam rinocerontes primitivos (Hispanoterium). O Megacricedonton, pequeno mamífero primitivo, atualmente extinto, também aqui procurava alimentos. Com a subida do nível do mar, a linha de costa aproximou-se, instalando-se aqui um estuário. Neste estuário, sobre a areia onde vermes e crustáceos escavaram galerias, formaram-se grandes bancos de ostras.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 21.87, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 9 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Edifício da Associação de Proteção da 1ª Infância				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
42	Área de incidência (26 m. de distância da saída do TMSA; 47 m. do TM5)	Santa Maria Maior	Edifício da Associação de Proteção da 1ª Infância	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Indeterminado	Edifício / Arquitetura civil	-105668,92 -086283,25	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
A fundação da Associação Protetora da Primeira Infância (APPI) partiu da iniciativa do Coronel Rodrigo António Aboim Ascensão e muito esteve ligada à perda do seu filho Manuel, em 1899, apenas com oito meses de vida, acontecimento que o despertou para as carências alimentares com que mães e bebés se deparavam diariamente, realidade que acompanhava na zona de Alfama onde exercia o comando da Companhia de Cavalaria da Guarda Fiscal. Decidiu criar uma instituição vocacionada para o combate da mortalidade infantil na primeira infância, através do apoio alimentar e acompanhamento médico. A Associação foi oficialmente criada em 1901, e instalada junto ao bairro de Alfama (Santa Apolónia) em edifícios projetados pelo Arq. Ventura Terra, enquanto instituição particular tendo como fonte de receita a quota mensal dos seus associados. Foi oficialmente inaugurada dois anos depois, contando com a presença da Família Real Portuguesa.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 36.41, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com); https://www.appinfancia.org/sobre-a-appi/historia/.				

QUADRO 10 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo **Ermida do Senhor Jesus da Boa Nova e Edifício Anexo**				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
44	Área de incidência (15 m. de distância da saída do TMSA; 77 m. do TM5)	Santa Maria Maior	Ermida do Senhor da Boa Nova e Edifício Anexo	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Moderno	Capela / Arquitetónica	-105628,67 -086309,08	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	2
Descrição da Ocorrência				
"*1744 - 1748 - construção do monumento por Manuel da Costa Negreiros, depois de autorização régia do mesmo ano; 1775 / 1776 - a ermida foi parcialmente enterrada devido à construção do aterro que permitiu a passagem da estátua equestre de D. José I, originando a Calçada Nova. Planta longitudinal composta de nave única, quadrangular, capela-mor e sacristia adossada ao lado SO.; sem diferenciação entre interior e exterior; 2 volumes, com massas dispostas horizontalmente; telhados de 2 águas na igreja, de 1 só água na sacristia e uma superfície de empena, em L, de 1 água no corpo adossado. Frontispício voltado a SO., de embasamento proeminente, terminando numa cornija contracurvada em chaveta, aberta por um óculo, encimada por 1 cruz e flanqueada por 2 fogaréus.*" (IHRU)				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 36.36, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 11 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Edifício de habitação plurifamiliar na rua Escadinhas dos Remédios				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
45	Área de incidência (23 m. de distância da saída do TMSA; 34 m. do poço de ventilação do TM5)	Santa Maria Maior	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Escadinhas dos Remédios	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	-105605,01 -086340,40	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Conjunto habitacional em zona mais tradicional da cidade, caracterizada por uma arquitetura mais heterogénea. Fachadas em bom estado de conservação.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 36.35, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 12 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Casa nobre				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
46	Área de incidência (10 m. de distância da saída do TMSA; 13 m. do poço de ventilação do TM5)	Santa Maria Maior	Casa nobre	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	-105585,80 -086340,89	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Imóvel destinado a habitação plurifamiliar, em bom estado de conservação.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 36.34, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 13 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Palácio de D. Rosa				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
48	Área de incidência (22 m. de distância da saída do TMSA; 27 m. do poço de ventilação do TM5)	Santa Maria Maior	Palácio de D. Rosa	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Moderno	Palácio / Arquitetura civil	-105572,75 -086366,67	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Edifício construído, provavelmente, durante o séc. XVII. Sofre danos com o terremoto de 1755. O imóvel que hoje conhecemos resulta de uma profunda intervenção arquitetónica, ou mesmo total remodelação e reconstrução, ocorrida no século XVIII, a expensas de Xavier de Lima, ascendente dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima, família proprietária do Palácio até 1970, data em que foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Atualmente, encontra-se em fase de reabilitação. Arquitetura residencial, barroca. Palácio urbano planimetricamente organizado em torno de pátio, cuja compartimentação interna se apresenta marcada pela existência de grandes compartimentos (dominantemente de planta retangular), diretamente comunicantes e cuja componente ornamental foi concebida com critérios temáticos e coerência. No andar nobre distinguem-se particularmente, pela componente decorativa que ostentam, os compartimentos desenvolvidos em torno do pátio. Comunicantes entre si, apresentam genericamente as mesmas opções decorativas segundo uma linguagem datável de finais do séc. XVIII / inícios do séc. XIX, destacando-se a adoção de pintura e estuque ao nível dos muros, tetos e sancas. De notar ainda que, o edifício apresenta uma variedade notável de revestimentos azulejares (lambris e painéis) realizados em diferentes épocas, merecendo também particular destaque o espaço da antiga biblioteca, com revestimento em boiserie entalhada pontuada nas molduras por grinaldas polícromas.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 36.33, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 14 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo (Antigo) Palácio do Intendente Pina Manique				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
68	Área de incidência (43 m. de distância do TMSA; 84 m. do TM4)	Santa Maria Maior	(Antigo) Palácio do Intendente Pina Manique	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Palácio / Arquitetura civil	-104718,64 -087108,21	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	2
Descrição da Ocorrência				
O palácio do intendente Pina Manique, cuja fachada principal dá para o Largo do Intendente, ocupa os números 48 a 54 deste largo. Nele habitou Diogo Inácio de Pina Manique, homem de confiança do "Marquês de Pombal" e famoso intendente-geral da polícia no tempo de D. Maria I. Esta casa setecentista terá pertencido à família Nogueira de Matos de Andrade que pelo casamento de D. Inácia Margarida U. de Brito Nogueira de Matos em 1773, a trouxe como dote, passando o imóvel a pertencer também a Pina Manique. A fachada do edifício de 4 pisos com águas furtadas era rematado por uma cornija decorada por balaustrada. composto de nove janelas de cantaria, o andar nobre com nove portas de bandeira alpendradas com varandas de ferro, dando a noção de andar nobre. a sobreloja com igual número de janelas de cantaria, idênticas ao último piso e nove portas de arco abatido no piso térreo. Numa das portas a seguir ao nº. 52 na parte de cima existe uma placa, único indicador que aqui possivelmente viveu e morreu Diogo Inácio de Pina Manique, um elemento a lembrar que se trata de um lugar histórico.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 06.46, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 15 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Palácio no Largo do Intendente Pina Manique				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
70	Área de incidência (o TMSA passa por debaixo; 70 m. do TM4)	Arroios	Palácio no Largo do Intendente Pina Manique	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Indeterminado	Palácio / Arquitetura civil	-104661,65 -087101,15	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	3
Descrição da Ocorrência				
Edifício de três pisos e elevado pé-direito, de uso habitacional e comercial (na base) e com claros sinais de renovação recente.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 06.42, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 16 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Palácio na rua dos Anjos				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
71	Área de incidência (24 m. de distância do TMSA; 68 m. do TM4)	Arroios	Palácio na rua dos Anjos	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Indeterminado	Palácio / Arquitetura civil	-104646,66 -087100,64	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Edifício de quatro pisos e elevado pé-direito, de uso habitacional e com claros sinais de renovação, relativamente, recente.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 06.54, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 17 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo (Antiga) Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
72	Área de incidência (18 m. de distância do TMSA; 16 m. do TM4)	Arroios	(Antiga) Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego / Av. Almirante Reis, 6-6F; Almirante Reis, 6G-6J; Travessa Cidadão João Gonçalves, 1-21 Largo do Intendente Pina Manique, 28-31	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Fábrica / Arquitetónica	-104682,91 -087156,96	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	3
Descrição da Ocorrência				
"*A sua construção inicia-se em 1849, por iniciativa de António da Costa Lamego, e prolonga-se até 1865. Edifício de estilo romântico, situado na Avenida Almirante Reis, possui como elemento decorativo dominante um vistoso revestimento azulejar, que abarca a totalidade da fachada, da autoria de Luís Ferreira, o famoso Ferreira das Tabuletas, pintor de azulejos oriundo das Fábricas da Calçada do Monte e Viúva Lamego. Edifício estruturado em dois registos, com duas janelas cada, que no segundo piso ladeiam uma varanda, tem como remate uma empena, rasgada por um óculo rodeado de grinaldas e pequenas figuras que seguram uma inscrição com a data da construção. O programa cerâmico revela o gosto romântico-revivalista deste pintor, considerado por José Meco um fascinante artista ingénuo de excecional graça, que aqui assume uma tentativa romântica de recuperar a tradicional pintura figurativa e artesanal do azulejo polícromo sobre esmalte branco. No primeiro registo, os azulejos, de cromatismo predominantemente verde e amarelo, possuem um cunho orientalizante, corroborado pelas figuras que alegorizam a fábrica, segurando inscrições com o nome e a data de construção (1865), e também um teor mais classicizante patente nas duas outras representações deste primeiro registo. O revestimento azulejar do segundo registo é dominado por motivos essencialmente vegetalistas, inspirado nas albarradas barrocas. No remate, representam-se anjos segurando uma filactera com a data da decoração, em pintura de tons amarelos. É de notar que o imóvel assenta sob uma mina de água que abastecia o chafariz da Avenida Almirante Reis.*" (DGPC)				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 06.41A, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 18 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Conjunto de Edifícios de Habitação na Avenida Almirante Reis				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
73	Área envolvente (153 m. de distância do TMSA; 118 m. do TM4)	Arroios	Eixo urbano (parte) / Rua da Palma 290 a 298, Av. Almirante Reis, 2 a 12, 16 a 18, 22 a 28B, 32 a 42, 46-46E, 50-50A, 52-52B-52C, 58 a 62, 66-66C, 70 e 74-74C; Av. Almirante Reis 1 a 47, 55 a 59, 63 e 67 a 67I	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Conjunto Arquitetónico / Arquitetónica	-104810,02 -087158,61	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	3
Descrição da Ocorrência				
"A grande Avenida Almirante Reis que já fora a Avenida Dona Amélia (edital de 26/06/1903) e antes, Avenida dos Anjos (deliberação camarária de 08/07/1895) para denominar a Avenida no Prolongamento da Rua da Palma até à Estrada da Circunvalação homenageia o militar republicano Carlos Cândido dos Reis (Lisboa/16.01.1852 – 04.10.1910/Lisboa) que, juntamente com Miguel Bombarda e Machado Santos, chefiou o movimento revolucionário do 5 de outubro de 1910." (https://toponimialisboa.wordpress.com/2013/05/02/a-avenida-almirante-reis/)				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes nas fachadas dos edifícios.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 06.59, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 19 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo **Antigo Convento do Desterro**				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
74	Área de incidência (51 m. de distância do TMSA; 5 m. do TM4)	Arroios	(Antigo) Convento do Desterro Rua Nova do Desterro, 6-12 e Igreja de Nossa Senhora do Desterro Rua Nova do Desterro - Hospital do Desterro	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Moderno	Convento e Igreja / Arquitetónica	-104737,99 -087226,63	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	3
Descrição da Ocorrência				
"1570 - 1590 - a Ordem de São Bento funda um edifício em Lisboa, onde pudessem ficar os monges quando se deslocavam à capital para tratar qualquer assunto os frades bernardos da ordem de Cister resolvem fazer o mesmo e procuram fundar uma casa em Lisboa; 1586 - o projeto já está concluído e deve-se ao arquiteto régio Baltazar Álvares; 1591, 08 abril - lançamento da primeira pedra do mosteiro de Nossa Senhora do Desterro, na então denominada Rua Nova, nas proximidades da Gafaria de São Lázaro; para a sua construção, concorre a Ordem, tendo a casa-mãe doado alguns bens à nova casa, como a Quinta de Barcarena, o Casal de São Marcos e a Quinta dos Olivais; 1656-1683 - D. Afonso VI, durante o seu reinado, dá várias esmolas para a construção da igreja que ainda não se achava concluída; 1683-1706 - D. Pedro II doa várias esmolas para a construção da igreja; 1707 - o convento é composto por três dormitórios, com as suas celas, com tetos abobadados, surgindo em cada andar 18 janelas, centradas pela janela regral, prevendo-se, ainda, a construção de um quarto dormitório; todos eles dão para as hortas, que se espraiam pela freguesia dos Anjos; no segundo piso, adaptando-se ao desnível do terreno, a Portaria, que serve, nesta data, de igreja, que liga a um claustro quadrangular, com três arcos por ala, tudo em pedra lavrada; este liga a um segundo claustro, ainda em construção; a igreja conventual encontra-se em construção, tendo a fachada principal em pedraria, rematada em frontão triangular, sendo dividida em dois pisos e três panos, o inferior com três arcos de acesso a pequena galilé com três portas, e os superiores com janelas, ambos ladeados por quatro nichos de volta perfeita; no interior, a nave é em cantaria, composta por cinco capelas fundas de cada lado, com acesso por arcos de volta perfeita, surgindo, junto ao cruzeiro, dois púlpitos, estando a demais obra por concluir; conta com duas irmandades, a de Nossa Senhora do Desterro e da Cruz; 1750 - na sequência do incêndio que atinge o Real Hospital de Todos os Santos, os doentes são transferidos para as dependências do mosteiro; 1755, 01 novembro - o terramoto provoca danos significativos, nomeadamente a queda da abóbada da igreja, subsistindo parcialmente a fachada principal e os muros laterais; 1758, 10 abril - nas Memórias Paroquiais, assinadas pelo pároco dos Anjos, António Carlos de Oliveira, é referido o Mosteiro, sem qualquer informação adicional; 1814 - saída dos religiosos cistercienses e instalação sucessiva no complexo arquitetónico conventual do Colégio dos Meninos Órfãos da Mouraria e da Casa Pia; 1834 - na sequência do decreto que determina a expulsão das ordens religiosas a Casa Pia transfere-se para o Mosteiro de Santa Maria de Belém, abandonando assim o antigo Convento do Desterro; 1955 - no local é criado o Museu da Dermatologia Portuguesa, Dr. Sá Penella; 1956, 15 maio - inauguração, com a presença do Ministro do Interior, da obra de melhoramentos do edifício; 1857 - o edifício é anexado ao hospital de São José, depois de nele terem funcionado sucessivamente um quartel e o hospital da Marinha, o edifício do Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro, que durante 164 anos tinha pertencido à Ordem dos Frades Bernardos, passa a chamar-se Hospital do Desterro." (IHRU)				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 06.43/06.43A, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 20 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Conjunto de Edifícios de Habitação na Rua Antero de Quental, nº 1 a 27				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
75	Área de incidência (o TMSA passa por baixo de parte do conjunto de prédios; 21 m. do TM4)	Arroios	Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar / Rua Antero de Quental, 1 a 27	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Indeterminado	Conjunto Arquitetónico / Arquitetónica	-104607,56 -087234,07	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Conjunto de habitação, com diferentes desenhos arquitetónicos e bom estado de conservação.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes nas fachadas dos edifícios.				
Bibliografia / Fonte				
Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); PDM, 06.62, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 21 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Conjunto de Edifícios de Habitação na Rua Antero de Quental, nº 2 a 6				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
76	Área de incidência (o TMSA passa por baixo de parte do conjunto de prédios; 5 m. do TM4)	Arroios	Conjunto de quatro edifícios de habitação plurifamiliar / Rua Antero de Quental 2 a 6	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Indeterminado	Conjunto Arquitetónico / Arquitetónica	-104628,43 -087193,59	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	2
Descrição da Ocorrência				
Conjunto de habitação, com diferentes desenhos arquitetónicos e bom estado de conservação.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes nas fachadas dos edifícios.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 06.64, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 22 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Conjunto Arquitetónico na Avenida da Liberdade, Rua Alexandre Herculano e Rua Mouzinho da Silveira				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
111	Área de incidência (45 m. de distância do TMSA; 4 m. do TM2)	Santo António	Conjunto arquitetónico / Av. da Liberdade, 231-237; Rua Alexandre Herculano, 15; Rua Alexandre Herculano, 17, 19, 21, 23, 25, 27; Rua Alexandre Herculano, 29; Rua Mouzinho da Silveira, 14-18A	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Conjunto Arquitetónico / Arquitetónica	-104488,06 -088343,64	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	2
Descrição da Ocorrência				
"Integra um conjunto de prédios que forma uma frente de quarteirão entre o nº 15 (gaveto com a Av. da Liberdade) e o nº 29 (tornejando para a R. Mouzinho da Silveira). Estes edifícios foram construídos entre o fim do séc. 19 e a década de 20 da presenta centúria, contando-se entre eles a Casa Tomás Quartin." (IHRU)				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes nas fachadas dos edifícios.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 14.63, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 23 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Estátua a Oliveira Martins (ocorrência de natureza escultórica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
140	Área de incidência (o TMSA passa por baixo; Localizado no TM2 e junto aos estaleiros de frente TM2)	Santo António	Estátua a Oliveira Martins	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Estátua / Elemento Escultórico	-104419,71 -088260,08	Indeterminado	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
"Faz parte de um conjunto de quatro figuras ilustres do séc. XIX, executadas pelos mais influentes escultores do Estado Novo, que pontuam, em pares e em paralelo, os extremos dos talhões da Av. da Liberdade, onde ela se cruza com a Rua Alexandre Herculano. Estátua de mármore sobre plinto de pedra erigida, por iniciativa da CML, em homenagem a este historiador e político oitocentista. Executada em 1948 pelo escultor Leopoldo de Almeida, foi inaugurada em 27 de Maio de 1952." (PDM Lisboa)				
Medidas de Minimização				
Esta ocorrência patrimonial está localizada próximo da área onde está prevista a montagem dos estaleiros de frente TM2, e coincide com a obra. Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes no elemento.				
Bibliografia / Fonte				
https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/oliveira-martins; https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/ (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FIL/000008).				

QUADRO 24 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Poço da Picheleira (ocorrência de natureza etnográfica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
141	Área de incidência (18 m. de distância do TCB; 4 m. do TC1 e do estaleiro de frente TC1)	Marvila	Poço da Picheleira	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Poço / Elemento Etnográfico	-104442,75 -088294,60	Indeterminado	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Estrutura em alvenaria, de planta semicircular. Obra de captação de água subterrânea, por forma a servir de reserva do recurso, essencial e, assim, facilmente acessível às populações da envolvência. A peça surge com alguns danos superficiais, nomeadamente escamação e escurecimento, indicativos de um estado de conservação regular.				
Medidas de Minimização				
Esta ocorrência patrimonial localiza-se na área das obras de desvio dos caneiros do Túnel TCB (TC1), entre 1 a 2 m de distância, assim como ao lado do local previsto para a montagem do estaleiro de Chelas. Recomenda-se, deste modo, a vedação e sinalização da ocorrência patrimonial, impedindo a passagem de viaturas e pessoas afetas à empreitada, evitando a sua afetação direta. Recomenda-se, igualmente, a colocação de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, salvaguardando-o. Por último, recomenda-se a monitorização regular do elemento patrimonial de modo a aferir se os trabalhos a realizar no âmbito da empreitada não provocam fissuras na sua estrutura.				
Bibliografia / Fonte				
https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/antonio-feliciano-de-castilho; arquivomunicipal.cm-lisboa.pt (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FIL/000007).				

QUADRO 25 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Estátua a António Feliciano de Castilho (ocorrência de natureza escultórica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
142	Área de incidência (o TMSA passa por baixo; Localizado no TM2 e junto aos estaleiros de frente TM2)	São Vicente	Estátua a António Feliciano de Castilho	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Estátua / Elemento Escultórico	-104442,75 -088294,60	Indeterminado	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Faz parte de um conjunto de quatro figuras ilustres do séc. XIX, executadas pelos mais influentes escultores do Estado Novo, que pontuam, em pares e em paralelo, os extremos dos talhões da Av. da Liberdade, onde ela se cruza com a Rua Alexandre Herculano. Estátua de mármore sobre plinto de pedra erigida, por iniciativa da CML, em homenagem ao Visconde de Castilho, poeta e prosador, um dos cultores do Romantismo. Executada em 1948 pelo escultor Leopoldo de Almeida, foi inaugurada em 27 de maio de 1952. O elemento apresenta várias marcas da passagem do tempo, como o escurecimento da superfície. No entanto, estruturalmente, aparenta estar em boas condições de preservação.				
Medidas de Minimização				
Esta ocorrência patrimonial está localizada próximo da área onde está prevista a montagem dos estaleiros de frente TM2, e coincide com a obra. Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes no elemento.				
Bibliografia / Fonte				
https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/antonio-feliciano-de-castilho; arquivomunicipal.cm-lisboa.pt (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FIL/000007).				

QUADRO 26 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Fontanário-bebedouro para Animais da SPA (Sociedade Protetora dos Animais) (ocorrência de natureza escultórica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
143	Área de incidência (139 m. de distância do TMSA; 119 m. do TM5; em Santa Apolónia)	São Vicente	Fontanário-bebedouro para Animais da SPA (Sociedade Protetora dos Animais)	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Fonte / Elemento de ornamentação	-105527,95 -086187,77	Indeterminado	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Em 1882, um dos fundadores da SPA (Sociedade Protetora dos Animais), Júlio de Andrade, ofereceu fontanários-bebedouro para animais à cidade, sendo de relembrar que na época, num primeiro momento foram oferecidos três fontanários, importados de Paris, que se situavam no Largo do Corpo Santo, na Praça do Comércio e em Santa Apolónia. No total terão sido oferecidos catorze fontanários, todos com a mesma tipologia: em ferro fundido com três bacias em forma de concha e com um letreiro que invocava ao cuidado para com os animais e com uma referência à Sociedade Protetora dos Animais. Hoje restam apenas dois exemplares, um em Santa Apolónia e o do Jardim do Príncipe Real. A peça apresenta sinais de descoloração na zona de permanente passagem de água, mas, em geral, encontra-se bem conservada.				
Medidas de Minimização				
Esta ocorrência patrimonial está localizada na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia. As medidas de minimização recomendadas passam pela vedação e sinalização da ocorrência patrimonial, impedindo a passagem de viaturas e pessoas afetas à empreitada, evitando a sua afetação direta. Recomenda-se, igualmente, a montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, salvaguardando-o.				
Bibliografia / Fonte				
Deliberação n.º 9/AML/2020 - Voto n.º 096/01 (PAN) (2º Suplemento ao Boletim Municipal nº 1353, de 23.01.2020).				

QUADRO 27 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Grupo escultórico "Emigrante Português" (ocorrência de natureza escultórica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
144	Área de incidência (153 m. de distância do TMSA; 124 m. do TM5; em Santa Apolónia)	São Vicente	Grupo escultórico "Emigrante Português"	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Estátua / Elemento Escultórico	-105556,70 -086126,93	Indeterminado	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Grupo escultórico de bronze assente sobre base de granito, inaugurado, em 10 de Junho de 1981, no Largo do Museu de Artilharia, em frente à Estação de Sta. Apolónia, local de onde partiram, para a Europa, inúmeros emigrantes. Obra de Dorita Castel-Branco, o monumento foi erigido por iniciativa do semanário "O Tempo" com a contribuição de várias entidades oficiais e particulares. O seu estado de conservação é bastante bom.				
Medidas de Minimização				
Esta ocorrência patrimonial está localizada na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia. As medidas de minimização recomendadas passam pela vedação e sinalização da ocorrência patrimonial, impedindo a passagem de viaturas e pessoas afetas à empreitada, evitando a sua afetação direta. Recomenda-se, igualmente, a montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, salvaguardando-o.				
Bibliografia / Fonte				
https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/emigrante-portugues				

QUADRO 28 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Busto de D. Manuel I (ocorrência de natureza escultórica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
145	Área de incidência (19 m. de distância do TMSA; 37 m. do TM5; em Santa Apolónia)	São Vicente	Busto de D. Manuel I	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Estátua / Elemento Escultórico	-105615,73 -086263,18	Indeterminado	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
D. Manuel I (1469-1521), O Venturoso, 14º rei de Portugal, reinou durante 26 anos, entre o final do séc. XV e o início do séc. XVI, época de grande atividade marítima portuguesa pelo mundo. O busto de mármore branco assente sobre pedestal circular do mesmo material, que se eleva ao centro de uma plataforma quadrangular com dois degraus, obra da autoria de A. Fernandes Sá, foi inaugurado originalmente, em 1895, no pátio interior (Pátio dos Canhões) do Museu Militar. Por iniciativa do Museu, em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, a peça foi transferida para o Largo do Museu de Artilharia, em 10 de dezembro de 2003. A mesma encontra-se bem preservada.				
Medidas de Minimização				
Esta ocorrência patrimonial está localizada na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia. As medidas de minimização recomendadas passam pela vedação e sinalização da ocorrência patrimonial, impedindo a passagem de viaturas e pessoas afetas à empreitada, evitando a sua afetação direta. Recomenda-se, igualmente, a montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, salvaguardando-o.				
Bibliografia / Fonte				
https://visitar.lisboa.pt/explorar/locais-de-interesse/d-manuel-i-1				

QUADRO 29 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Conjunto de dois Canhões (Elementos escultóricos junto à fachada do Museu Militar) (ocorrência de natureza escultórica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
146	Área de incidência (21 m. de distância do TMSA; 24 m. do TM5; em Santa Apolónia)	São Vicente	Conjunto de dois Canhões (Elementos escultóricos junto à fachada do Museu Militar)	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Estátua / Elemento Escultórico	-105612,45 -086248,62	Indeterminado	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Conjunto de dois canhões. Elementos ornamentais implantados na fachada lateral, junto à porta de acesso lateral do Museu Militar, no Largo do Museu de Artilharia. O seu formato de canhão representará o foco do espaço na valorização, o enriquecimento e a exposição do património histórico-militar. O museu contém uma grande exposição de armas, uniformes e documentos militares históricos. A coleção de peças de artilharia em bronze, é considerada uma das mais completas a nível mundial, e cujas peças são preciosos documentos históricos, tanto pelas suas inscrições e símbolos heráldicos, como pelas ornamentações bem ao estilo das épocas das respetivas fundições. A peça exposta no exterior surge como um pequeno símbolo desse valioso património museológico. A sua localização protegida pelos elementos circundantes justificará o bom estado de conservação.				
Medidas de Minimização				
Estas ocorrências patrimoniais estão localizadas na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia. As medidas de minimização recomendadas passam pela vedação e sinalização das ocorrências patrimoniais, impedindo a passagem de viaturas e pessoas afetas à empreitada, evitando a sua afetação direta. Recomenda-se, igualmente, a montagem de barreiras que protejam os elementos de poeiras e lamas, salvaguardando-os.				
Bibliografia / Fonte				
https://www.exercito.pt/pt/quem-somos/organizacao/ceme/vceme/dhcm/lisboa				

QUADRO 30 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Âncora (Elemento ornamental do Porto de Lisboa, 1997) (ocorrência de natureza escultórica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
147	Área de incidência (o elemento localiza-se no local da saída/descarga do TMSA; 15 m. de distância do TM5; em Santa Apolónia)	São Vicente	Âncora (Elemento ornamental do Porto de Lisboa, 1997)	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Estátua / Elemento Escultórico	-105670,96 -086177,05	Indeterminado	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Elemento ornamental associado ao Terminal Multipurpose De Lisboa, localizado em Santa Apolónia, e gerido pela APL - Administração do Porto de Lisboa. Este terminal acolhe essencialmente navios que ligam Portugal continental às regiões autónomas da Madeira e dos Açores. A peça simbolizará o passado do local estreitamente ligado à construção naval e as mais recentes atividades marítimo-turísticas desenvolvidas. A mesma encontra-se em bom estado de preservação, com apenas alguns sinais de alteração de cor, por elevada exposição solar.				
Medidas de Minimização				
Esta ocorrência patrimonial está localizada na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia, e encontra-se na lista das interferências inevitáveis. As medidas de minimização recomendadas passam pela transladação, cuidadosa e temporária, do elemento patrimonial, evitando a sua afetação direta durante o curso dos trabalhos da empreitada. Deverá ser acondicionada, temporariamente, em local a definir pelo Dono de Obra, com o conhecimento da DGPC e do Dono de Obra. Após o término dos trabalhos previstos, e a desmontagem do estaleiro, o elemento deverá ser colocado no seu local de origem. Estes trabalhos devem ser coordenados por um técnico especialista em Conservação e Restauro de bens móveis. Este elemento patrimonial encontra-se na lista das interferências inevitáveis.				
Bibliografia / Fonte				
https://pt.foursquare.com/v/terminal-multipurpose-de-lisboa/4de6108718389f05586fd42e				

QUADRO 31 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na Rua de Santa Marta (ocorrência de natureza arquitetónica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
148	Área de incidência (o TMSA passa por debaixo; 5 m. de distância do TM3)	Santo António	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na Rua de Santa Marta	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Conjunto Arquitetónico / Arquitetónica	-104478,33 -088049,72	IIP - Imóvel de Interesse Público abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente	2
Descrição da Ocorrência				
Este conjunto é constituído por três edifícios (nº 44 ao 48) de finais de Setecentos e princípios de Oitocentos, de arquitetura eclética, com elementos barrocos e neoclássicos. Ainda que todos os prédios tenham sofrido alterações posteriores, esta constitui uma frente de rua bem exemplificativa da arquitetura civil barroca e pombalina de Lisboa. O primeiro edifício, correspondente ao n.º 44, possui planta quadrangular irregular, desenvolvendo-se em cinco pisos e águas-furtadas. o piso inferior é ocupado por lojas, neste caso com emolduramento em cantaria. Os restantes pisos são rasgados por janelas de verga reta e janelas de sacada, em pisos alternados. As sacadas do terceiro piso possuem varandas estreitas de ferro forjado, e as do quinto piso agrupam-se em duas varandas de maiores dimensões. O prédio é visualmente dividido por um pilar que define o seu eixo central, marcando na fachada a divisão interna dos apartamentos, dois por piso. É rematado por balaustrada corrida. O prédio que ocupa o n.º 46 tem quatro pisos, sendo o quarto formado por corpo mais estreito que os três inferiores. A fachada é ocupada por lojas ao nível térreo, possuindo janelas de sacada nos dois andares médios, rematadas por guardas de ferro no segundo piso e varandas no terceiro. O corpo superior é rematado em frontão triangular, com telhado de duas águas, e rasgado por três janelas de verga reta e uma pequena luneta sob o frontão. Ambos os edifícios estão a sofrer obras de requalificação.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes nas fachadas dos edifícios.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 14.69, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 32 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar (ocorrência de natureza arquitetónica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
149	Área de incidência (27 m. de distância do TMSA; 5 m. do TM3)	Santo António	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na Rua de Santa Marta e Trav. Santa Marta	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Conjunto Arquitetónico / Arquitetónica	-104436,48 -088048,91	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis.	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Este conjunto é constituído por três edifícios (nº 44 ao 48) de finais de Setecentos e princípios de Oitocentos, de arquitetura eclética, com elementos barrocos e neoclássicos. Ainda que todos os prédios tenham sofrido alterações posteriores, esta constitui uma frente de rua bem exemplificativa da arquitetura civil barroca e pombalina de Lisboa. O edifício correspondente ao n.º 48 possui planta em L, formando gaveto. O corpo principal desenvolve-se em três pisos e águas-furtadas, sendo a fachada rasgada por lojas no rés-do-chão, e fiadas regulares de janelas quadradas (piso intermédio) e janelas de sacada com varandas de ferro forjado (piso superior). A porta principal eleva-se à altura das janelas do segundo piso. O prédio é rematado por uma balaustrada, cortada à direita por um piso extra com duas janelas de sacada, ocupando menos de um terço da extensão total da fachada. A fachada que deita para a Travessa de Santa Marta é rasgada por singelas janelas quadrangulares. Aí funcionou a redação da União Gráfica, cujo letreiro ainda encabeçava a fachada na década de noventa do século XX. Este imóvel foi adquirido por um grupo hoteleiro, tendo sofrido obras de remodelação entre 2007 e 2009 que implicaram a reconstrução total do interior, e algumas alterações nas fachadas.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes nas fachadas dos edifícios.				
Bibliografia / Fonte				
Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); PDM, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com)				

QUADRO 33 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Padrão (Elemento escultórico em Santa Apolónia) (ocorrência de natureza escultórica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
150	Área de incidência (33 m. de distância do TMSA; 32 m. do TM5; em Santa Apolónia)	São Vicente	Padrão (Elemento escultórico em Santa Apolónia)	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Estátua / Elemento Escultórico	-105622,57 -086185,40	Indeterminado	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Padrão de pedra com base e coluna circulares, rematadas por um paralelepípedo, que exibe na face virada ao rio o escudo de Portugal, enquanto na face voltada para o Museu Militar pode ler-se uma passagem do Canto VII de Os Lusíadas: E se mais/mundo houve-/ra lá chegara. Este elemento surge coroado por uma cruz de ferro.				
Medidas de Minimização				
Esta ocorrência patrimonial está localizada na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia, e encontra-se na lista das interferências inevitáveis. As medidas de minimização recomendadas passam pela transladação, cuidadosa e temporária, do elemento patrimonial, evitando a sua afetação direta durante o curso dos trabalhos da empreitada. Deverá ser acondicionada, temporariamente, em local a definir pelo Dono de Obra, com o conhecimento da DGPC e do Dono de Obra. Após o término dos trabalhos previstos, e a desmontagem do estaleiro, o elemento deverá ser colocado no seu local de origem. Estes trabalhos devem ser coordenados por um técnico especialista em Conservação e Restauro de bens móveis. Este elemento patrimonial encontra-se na lista das interferências inevitáveis.				
Bibliografia / Fonte				
https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/cruzeiro-na-rua-teixeira-lopes				

QUADRO 34 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Canhão (Elemento escultórico junto à fachada da Esquadra de Turismo de Santa Apolónia) (ocorrência de natureza escultórica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
151	Área de incidência (15 m. de distância do TMSA; 52 m. do TM5; em Santa Apolónia)	São Vicente	Padrão (Elemento escultórico em Santa Apolónia)	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Estátua / Elemento Escultórico	-105613,02 -086278,03	Indeterminado	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Canhão ornamental implantado na fachada da Esquadra de turismo de Santa Apolónia, no Largo do Museu de Artilharia. Provavelmente formaria parte do conjunto de dois canhões localizados junto à porta de aceso lateral do Museu Militar, na mesma rua, pelo formato e tipologia deles. Os canhões representam a defensa da Esquadra de turismo contra os crimes e o valioso património museológico do museu, que contém uma grande exposição de armas, uniformes e documentos militares históricos. A coleção de peças de artilharia em bronze, é considerada uma das mais completas a nível mundial, e cujas peças são preciosos documentos históricos, tanto pelas suas inscrições e símbolos heráldicos, como pelas ornamentações bem ao estilo das épocas das respetivas fundições. A sua localização protegida pelos elementos circundantes justificará o bom estado de conservação.				
Medidas de Minimização				
Esta ocorrência patrimonial está localizada na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia. As medidas de minimização recomendadas passam pela vedação e sinalização da ocorrência patrimonial, impedindo a passagem de viaturas e pessoas afetas à empreitada, evitando a sua afetação direta. Recomenda-se, igualmente, a montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, salvaguardando-o.				
Bibliografia / Fonte				
https://www.exercito.pt/pt/quem-somos/organizacao/ceme/vceme/dhcm/lisboa				

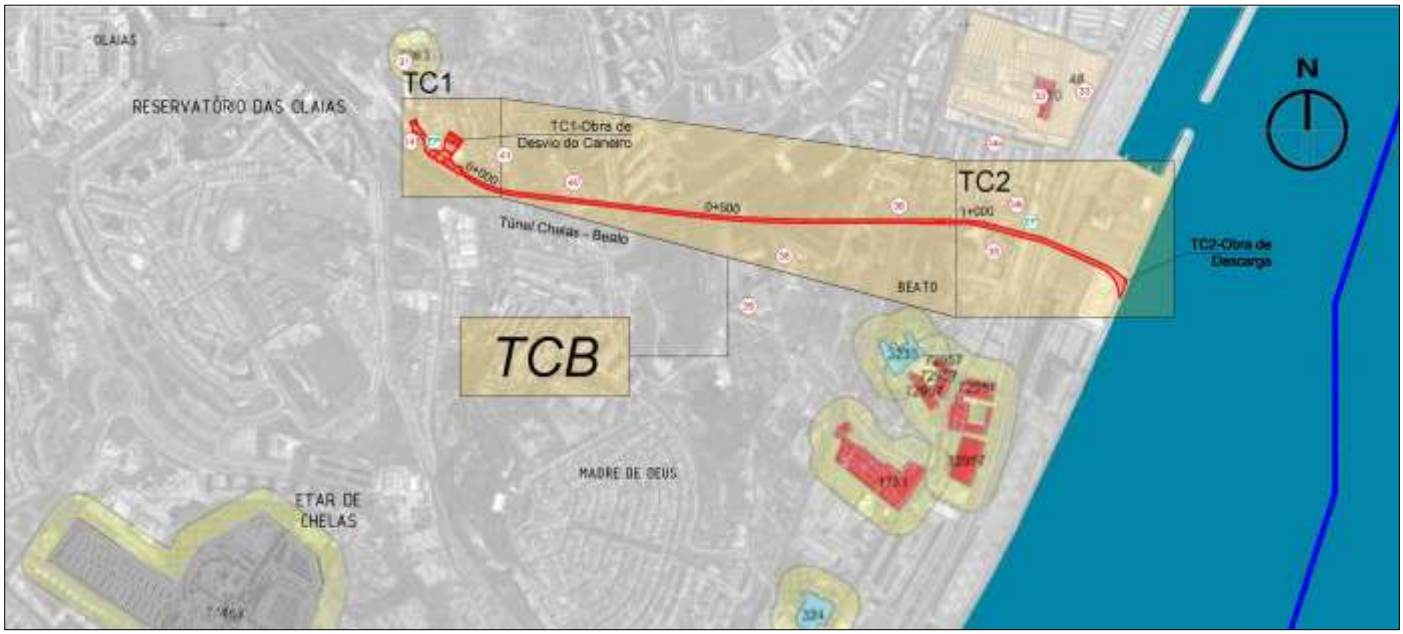


Figura 5 – Localização do traçado do túnel TCB, e as ocorrências patrimoniais identificadas.

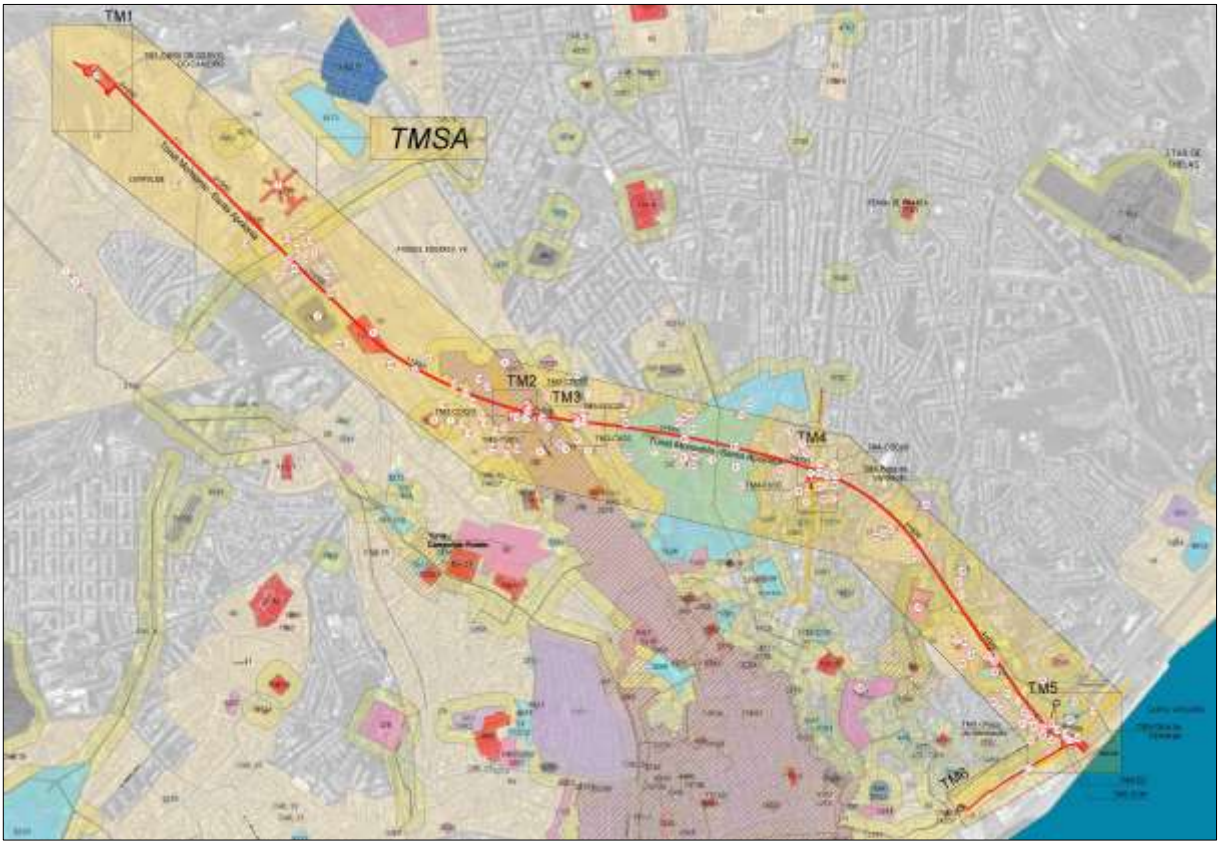


Figura 6 – Localização do traçado do túnel TMSA, e as ocorrências patrimoniais identificadas.

6.5 Critérios de Avaliação

A identificação dos impactes foi realizada através do cruzamento da informação obtida com base na diversa documentação consultada e o Projeto de Execução dos Túneis de Drenagem de Lisboa.

A cartografia presente no Plano Diretor Municipal (PDM) da cidade de Lisboa permitiu identificar as distintas áreas com condicionantes na malha urbana respeitante ao património edificado classificado ou em vias de classificação, como o regime de classificação / proteção para cada uma das ocorrências patrimoniais. Para o cálculo do valor patrimonial de cada ocorrência, seguiu-se o exposto no Inventário Municipal do Património do PDM de Lisboa, que estabelece um valor, de 1 a 5, para o património localizado em áreas abrangidas por níveis de proteção.

A caracterização do património arqueológico foi realizada com base na análise das existências na cidade de Lisboa, de acordo com a classificação das áreas de valor arqueológico, de nível arqueológico I, II ou III, de acordo com a leitura do PDM da Câmara de Lisboa. Como resultado, este estudo prévio identificou um (1) elemento em que será previsível a interferência específica na área de estudo, mais concretamente um troço da Muralha Fernandina, localizado na zona de Santa Apolónia.

Face ao exposto, os critérios de avaliação dos impactes negativos para as ocorrências patrimoniais identificadas foram os seguintes:

Critérios de Avaliação de Impacte no Património Cultural:

Localização	-	Localização face ao projeto: Área de Incidência (**AI**); Área Envolvente (**AE**).
Fase	-	Fase do projeto: Construção (**C**); Exploração (**E**).
Afetação (AF)	-	Afetação da ocorrência: Afetação Direta (**D**); Afetação Indireta (**I**).
Impacte (IMP)	-	Nível de impacte no património: Impacte Positivo (**P**); Impacte Negativo (**N**).
Magnitude (MAG)	-	Grau de afetação do impacte negativo: Baixo (**B**), Médio (**M**); Elevado (**E**).
Significância (SIG)	-	Grau de impacte: Muito Significativo (**M**); Significativo (**S**); Pouco Significativo (**P**).
Duração (DUR)	-	Tempo de duração do impacte negativo no património: Temporário (**T**); Permanente (**P**).
Probabilidade (PRB)	-	Grau de probabilidade de afetação do património: Pouco Provável (**PP**); Provável (**P**); Certo (**C**).
Reversibilidade (RV)	-	Reversibilidade do impacte negativo: Reversível (**R**); Irreversível (**I**).

Como já referido, prevê-se que possam ocorrer impactes em 24 das ocorrências patrimoniais identificadas, nomeadamente:

OCORRÊNCIAS (Nº INVENTÁRIO)	LOCALIZAÇÃO		FASE	AF		IMP		MAG			SIG			DUR		PRB			RV	
	AI	AE		D	I	P	N	B	M	E	M	S	P	T	P	PP	P	C	R	I
73		TMSA	C																	
			E																	
12, 19, 30, 42, 44, 45, 46, 48, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 111, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151	TMSA		C																	
			E																	
26a	TMSA		C																	
			E																	
31, 34b, 35, 36, 141	TCB		C																	
			E																	

Tabela 3 – Resumo da avaliação de impactes nas 15 ocorrências patrimoniais em risco de impacte negativo.

6.6 Lista das Interferências Inevitáveis

Cumprindo o recomendado na DIA nº 2961 (Elementos a apresentar em RECAPE, ponto 12, pág. 19), apresentamos uma lista com as ocorrências patrimoniais que, face à sua localização em relação ao eixo do traçado dos túneis, às distâncias até às frentes de obra com intervenções à superfície e à localização de estaleiros, assim como nas áreas onde os túneis se desenvolvam até 20 m de profundidade ou menos, poderão sofrer impactes negativos. Deste modo, apresentamos um conjunto de medidas de minimização para reduzir o risco de afetação, salvaguardando os elementos patrimoniais.

São duas (2) as ocorrências patrimoniais que consideramos em risco de interferência inevitável, tendo em consideração a sua localização e distância face às frentes de obra e às áreas previstas para a instalação de estaleiros, nomeadamente:

1) Âncora /Elemento Ornamental do Porto de Lisboa, 1997) (nº 147): este elemento patrimonial localiza-se na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia, e a aproximadamente 1 metro de distância do TM5. As medidas de minimização recomendadas passam pela transladação, cuidadosa e temporária, do elemento patrimonial, evitando a sua afetação direta durante o curso dos trabalhos da empreitada. Deverá ser acondicionada, temporariamente, em local a definir pelo Dono de Obra, com o conhecimento da DGPC e do Dono de Obra. Após o término dos trabalhos previstos, e a desmontagem do estaleiro, o elemento deverá ser colocado no seu local de origem. Estes trabalhos devem ser coordenados por um técnico especialista em Conservação e Restauro, seguindo o estabelecido no ponto 6.3.4.1 do Plano de Salvaguarda Patrimonial;

2) Padrão (Elemento escultórico em Santa Apolónia) (nº 150): este elemento patrimonial localiza-se na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia. As medidas de minimização recomendadas passam pela transladação, cuidadosa e temporária, do elemento patrimonial, evitando a sua afetação direta durante o curso dos trabalhos da empreitada. Deverá ser acondicionada, temporariamente, em local a definir pelo Dono de Obra, com o conhecimento da DGPC e do Dono de Obra. Após o término dos trabalhos previstos, e a desmontagem do estaleiro, o elemento deverá ser colocado no seu local de origem. Estes trabalhos devem ser coordenados por um técnico especialista em Conservação e Restauro, seguindo o estabelecido no ponto 6.3.4.1 do Plano de Salvaguarda Patrimonial.

7. Medidas de Minimização de Impactes

Seguindo o exposto na DIA nº 2961 (pp. 20 a 25), deverão ser aplicadas um conjunto de medidas específicas para a mitigação dos impactes negativos para a fase de construção e para a fase de exploração, as quais passamos a enumerar em seguida. A aplicação destas medidas encontra-se descrita, mais detalhadamente, no Plano de Salvaguarda Patrimonial, que cumpre todas as medidas indicadas na DIA nº 2961.

7.1 Fase Prévia à Execução da Obra

As principais atividades suscetíveis de gerar impactes ambientais prendem-se com as ações de desmantelamento/demolição das infraestruturas preexistentes, desmatação e limpeza do coberto vegetal, decapagem, escavações, terraplenagens, movimentações e modelações do terreno indispensáveis à construção das novas infraestruturas, instalação de estaleiros, áreas de empréstimo e áreas de depósito de materiais (vazadouros), abertura de caminhos de acesso à obra e movimentação de máquinas, equipamentos e pessoas.

As medidas de minimização propostas visam a expressa garantia da salvaguarda, através do registo adequado, da totalidade das ocorrências alvo de possível afetação direta, conforme exposto no ponto 6 do presente Relatório de Prospeção.

Na DIA nº 2961, estão indicadas as seguintes medidas:

MM08 – Efetuar o acompanhamento arqueológico na fase de obra de modo efetivo, continuado e direto por um arqueólogo em cada frente de trabalho sempre que as ações inerentes à realização do projeto não sejam sequenciais, mas simultâneas.

• ***OBSERVAÇÕES***: Está prevista a presença de um arqueólogo, de forma permanente, por cada frente de obra ativa, sempre que as frentes sejam simultâneas e não sequenciais (conforme exposto no Programa de Acompanhamento Arqueológico da Empreitada).

MM09 – Nas zonas ribeirinhas a equipa de arqueologia deve integrar arqueólogos com experiência comprovada na vertente náutica e subaquática bem como um elemento de conservação e restauro, especializado na área do tratamento e conservação de espólio resultante de meio submerso.

• ***OBSERVAÇÕES***: Na equipa de arqueologia está prevista a integração de arqueólogo especialista com experiência comprovada na vertente nática e subaquática, para o acompanhamento arqueológico nas zonas ribeirinhas, assim como um técnico de conservação e restauro.

MM10 – O acompanhamento arqueológico da obra deve incidir em todos os trabalhos, durante a instalação de estaleiros, nomeadamente as fases de decapagem, desmatação e terraplenagens, abertura de acessos, escavação das valas e de todas as ações que impliquem revolvimento de solos.

• ***OBSERVAÇÕES***: O acompanhamento arqueológico irá incidir em todos os trabalhos que impliquem remeximento de solos, assim como de instalação de infraestruturas necessárias à execução da empreitada (conforme exposto no Programa de Acompanhamento Arqueológico da Empreitada).

MM11 – Efetuar a prospeção arqueológica sistemática das áreas de incidência direta de todas as componentes de obra, após a desmatação.

• ***OBSERVAÇÕES***: Durante a fase de construção da empreitada, está previsto o acompanhamento dos trabalhos de desmatação e decapagem, seguida de prospeção arqueológica para se identificarem, atempadamente, vestígios arqueológicos, e a proposta das necessárias medidas de minimização a desenvolver, com o objetivo de minimizar os impactes no património cultural, cumprindo o exposto na DIA nº 2961, nomeadamente as medidas de minimização 12 e 13 (conforme exposto no Programa de Acompanhamento Arqueológico da Empreitada).

MM12 – Conservar *in situ* as ocorrências arqueológicas que forem reconhecidas durante o acompanhamento arqueológico da obra, tanto quanto possível, e em função do valor

do seu valor patrimonial (mesmo que de forma passiva), no caso de estruturas, de tal forma que não se degrade o seu estado de conservação atual ou seja efetuada a salvaguarda pelo registo.

• ***OBSERVAÇÕES***: Esta medida encontra-se considerada pela metodologia a aplicar durante o acompanhamento arqueológico dos trabalhos da empreitada. A escolha da melhor solução a desenvolver será analisada, acaso a caso, durante a fase de construção e mediante os resultados obtidos no acompanhamento dos trabalhos.

MM13 – Os resultados obtidos no acompanhamento arqueológico poderão determinar a adoção de medidas de minimização específicas (registo documental, sondagens de diagnóstico, escavações arqueológicas, entre outras) nomeadamente no caso de não ser possível determinar a importância científica e patrimonial das ocorrências então identificadas.

• ***OBSERVAÇÕES***: Esta medida encontra-se considerada pela metodologia a aplicar durante o acompanhamento arqueológico dos trabalhos da empreitada. A escolha da melhor solução a desenvolver será analisada, acaso a caso, durante a fase de construção e mediante os resultados obtidos no acompanhamento dos trabalhos.

MM14 – Caso se proceda à exumação de espólio arqueológico submerso, submeter a metodologia de amostragem e depósito à DGPC, para parecer.

• ***OBSERVAÇÕES***: O espólio arqueológico submerso exumado será alvo de Nota Técnica, com a indicação da metodologia a aplicar, e enviado para a DGPC para apreciação, assim como o local provisório para o seu armazenamento.

MM15 – Os achados arqueológicos móveis encontrados no decurso da obra devem ser colocados em depósito credenciado pelo organismo de tutela.

• ***OBSERVAÇÕES***: O espólio arqueológico exumado será armazenado temporariamente em local a indicar durante a fase prévia de construção, em concordância com a DGPC.

MM16 – Sinalizar e vedar as ocorrências patrimoniais situadas até cerca de 50 m da obra, condicionando a circulação de modo a evitar a sua afetação.

• ***OBSERVAÇÕES***: Durante a fase de construção todas as ocorrências localizadas na AI (até 50 m de distância das frentes de obra), serão alvo de colocação de barreiras físicas, protegendo as fachadas dos edifícios de poeiras e lamas, assim como de sinalização gráfica vertical, evitando igualmente a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades.

MM17 – Prever a colocação de barreiras para minimizar a dispersão de partículas e lamas e a rega da área de circulação, de forma a minimizar a afetação das ocorrências patrimoniais, nomeadamente nos bens imóveis classificados ou em vias de classificação.

• ***OBSERVAÇÕES***: Está prevista a utilização de barreiras para proteção dos elementos patrimoniais, de modo a evitar a sua afetação indireta relativamente à dispersão de partículas, lamas e a rega da área de circulação, assim como para evitar a passagem de viaturas afetas à empreitada.

7.2 Fase de Exploração

Na etapa posterior à realização do Projeto, os impactes que se refletem apresentam, genericamente, repercussões menores ou nulas sobre o descritor património, associados a atividades de manutenção dos Túneis de Drenagem, e à sua utilização corrente. Isto porque, os impactes decorrentes da Fase de Construção inviabilizam à partida a conservação de vestígios arqueológicos ou elementos edificados, já que as intervenções no subsolo implicam a destruição de estruturas arqueológicas e do registo estratigráfico.

Na DIA nº 2961, para a Fase de Exploração, estão indicadas as seguintes medidas:

MM51 – Sempre que se desenvolverem ações de manutenção ou outros trabalhos, fornecer aos empreiteiros e subempreiteiros a Carta de Condicionantes atualizada com a implantação de todos os elementos patrimoniais identificados, quer no EIA e no RECAPE, quer com os que se venham a identificar na fase de construção.

• ***OBSERVAÇÕES***: Esta medida contemplada, tal como exposto no Programa de Salvaguarda Patrimonial (pág. 106).

MM52 – Sempre que ocorram trabalhos de manutenção que envolvam alterações que obriguem a revolvimentos do subsolo, circulação de maquinaria e pessoal afeto, nomeadamente em áreas anteriormente não afetadas pela construção das infraestruturas (e que não foram alvo de intervenção), efetuar o acompanhamento arqueológico destes trabalhos e cumprir as medidas de minimização previstas para a fase de construção, quando aplicáveis.

• ***OBSERVAÇÕES***: Esta medida contemplada, tal como exposto no Programa de Salvaguarda do Património (pp. 106).

8. Considerações Finais

Cumprindo o solicitado na DIA nº 2961 (Elementos a apresentar em RECAPE, ponto 10, pág. 19), foi realizada a Prospeção Arqueológica Sistemática na área de estudo contemplada na Empreitada de Execução dos Túneis de Drenagem da Cidade de Lisboa e Intervenções Associadas. Este trabalho teve como objetivo a apresentação de um quadro de situação patrimonial existente, confirmar as ocorrências patrimoniais identificadas em estudo prévio, e preencher lacunas com eventuais registos de novas ocorrências. Os trabalhos de campo decorreram entre 16 e 20 de setembro de 2021, após a submissão do necessário PATA à Tutela, e a posterior aprovação deste. A equipa foi constituída por dois arqueólogos.

Após os trabalhos de campo, e na área de estudo do Projeto de Execução, foram identificadas um total de 153 ocorrências patrimoniais. Destas, 140 ocorrências localizam-se na área de estudo do TMSA (AI e AE), e 13 localizam-se na área de estudo do TCB (AI e AE).

De todas as ocorrências patrimoniais identificadas, consideramos que podem ocorrer impactes negativos em 34 das ocorrências patrimoniais (conforme exposto no presente documento).

Para o cálculo do risco de impacte negativo, das distâncias e delimitação da **Área de Incidência**, teve-se em consideração o eixo do traçado dos Túneis, as intervenções a realizar à superfície, as áreas previstas para estaleiros, e as áreas previstas para vazadouros / empréstimos (para todas estas até 50 m de distância), assim como as áreas onde os túneis se desenvolvem em profundidades iguais ou inferiores a 20 m. Para as ocorrências patrimoniais que consistem em conjuntos (quarteirões) de edifícios de habitação, considerou-se o ponto mais próximo das frentes do Projeto, sendo que, na maioria das vezes, o edifício mais afastado localiza-se a uma distância superior a 50 m. Nestas situações, as ocorrências patrimoniais foram enquadradas na Área de Incidência e na Área Envolvente (AI + AE).

Apresentamos, depois, uma lista de interferências inevitáveis, incidindo em duas (2) ocorrências patrimoniais, nos quais, face à impossibilidade de alterações pontuais do traçado, assim como de redimensionamento de áreas de estaleiros, pode ocorrer destruição parcial, caso não se proceda à aplicação de medidas de minimização específicas (conforme exposto no presente documento, pp. 97 e 98). Esta lista abrange duas (2) ocorrências de natureza escultórica.

Por último, a prospeção arqueológica realizada e a elaboração do presente documento, não elimina a necessidade do acompanhamento arqueológico efetivo durante a fase de construção da empreitada. O presente relatório deve servir, apenas e só, de base para um reconhecimento do quadro patrimonial existente na área de estudo, fazendo cumprir, em fase de execução, todas as medidas de minimização recomendadas.

9. Bibliografia

4RS/Câmara Municipal de Lisboa (2017): *Relatório Síntese do Estudo de Impacte Ambiental dos Túneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016-2030*.

AA.VV. (2002): *Património Metropolitano. Inventário Geo-referenciado do Património da Área Metropolitana de Lisboa*. CD, Junta Metropolitana de Lisboa, Lisboa.

ADAM, P. (1999): *Roman Buildings: materials and techniques*. London, Routledge.

AGUR, A. M. (1991): *Grant's atlas of anatomy*. 9th Ed. Baltimore. Williams & Wilkins.

ALARCÃO, Jorge de (1988): *Roman Portugal*. Londres, Warminster, p. 157.

ALARCÃO, J. de (1988): *O domínio romano em Portugal*. Europa América, Mem Martins.

ALARCÃO, J. de (1998): "A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal". *Conimbriga*, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 37, pp 89-119.

ALQAHTANI, S. J.; **HECTOR**, M.P.; **LIVERSIDGE**, H. M. (2010): "Brief communication: The London Atlas of human development and eruption". American Journal of Physical Anthropology, 142, pp. 481-290.

ASHMORE, W.; **KNAPP**, A. B. (1999): *Archaeologies of Landscape, Contemporary Perspectives.* Blackwell Publishers, Oxford.

BALLART i HERNÁNDEZ, J. (1997): *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso.* Akal, Barcelona.

BASS, W. M. (1995): *Human osteology, a laboratory and field manual*. 4th Ed. Columbia. Missouri Archaeological Society.

BENCATEL, D. O. (2009): "Sarcófagos e sepulturas medievais (Maia e Matosinhos): análise tipológica e cronológica". Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 12, nº2, pp. 209-238.

BLOT, Maria Luísa (2003): "Os Portos na Origem dos Centros Urbanos. Contributo para a Arqueologia das Cidades Marítimas e Flúvio-Marítimas em Portugal". *Trabalhos de Arqueologia*, 20. Instituto Português de Arqueologia.

BRUZEK, J. (2002): "A Method for Visual Determination of Sex, Using the Human Hip Bone". American Journal of Physical Anthropology, 117, pp. 157-168.

BOTELLA, M.; **ALEMÁN**, I.; **JIMÉNEZ**, S.A. (2000.): *Los huesos humanos: manipulación y alteraciones.* Barcelona. Ed. Bellaterra.

BUIKSTRA, J.E.; **UBELAKER**, D.H. (1994): Standards for data collection from human skeletal remains: Proceedings of a Seminar at the Field Museum of Natural History. Fayetteville, Arkansas Archaeological Survey.

CARANDINI, A. (1997): *Historias en la Tierra. Manual de Excavación Arqueológica.* Editorial Crítica.

CARDOSO, João Muralha (1988a): "Carta Arqueológica do Concelho de Lisboa", Lisboa. *Revista Municipal*, Ano XLIX, 2.ª Série, N.º 23, 1.º Trimestre. Câmara Municipal de Lisboa - D. S. C. C., Lisboa, p. 3-15.

CARDOSO, João Muralha (1988b): "Carta Arqueológica do Concelho de Lisboa", Lisboa. *Revista Municipal*, Ano XLIX, 2.ª Série, N.º 24, 2.º Trimestre, Câmara Municipal de Lisboa - D. S. C. C., Lisboa, p. 3-25.

CARDOSO, H. F. V. (2005): Patterns of Growth and Development of the Human Skeleton and Dentition in Relation to Environmental Quality. A Biocultural Analysis of a 20th Century Sample of Portuguese Documented Subadult Skeletons. McMaster University Hamilton, Ontario. [PhD thesis of Philosophy].

CARVALHO, V.; Inácio, I. (2013): "O projeto de investigação arqueológica do núcleo do castelo de leiria: enquadramento, objetivos e resultados". *Arqueologia em Portugal – 150 anos*. Oficina de Artes Gráficas, Lda, Lisboa, pp. 157-164.

CARVALHO, V.; **INÁCIO**, I.; **LOURENÇO**, M.; **ASSIS**, S. (2013): "Necrópole da igreja de nossa senhora da pena (castelo de leiria) – primeiros resultados". Arqueologia em Portugal – 150 anos. Oficina de Artes Gráficas, Lda, Lisboa, pp. 1139-1143.

CRIADO BOADO, F. (1993): "Límites y posibilidades de la arqueología del paisaje". *SPAL*, 2, Sevilha, pp. 9-55.

CRUBÉZY, E. (2000): "L'étude des sépultures ou du monde des morts au monde des vivants: anthropologie, archéologie funéraire et anthropologie de terrain". *In* Ferdiére, A. (ed) (2000): *L'Archéologie Funéraire*. Paris: Collections Archéologiques. Editions Errance, pp. 8-54.

DUDAY, H. (2006): *L'árcheothanatologie ou l'árchéologie de la mort (Archaeoetnoanatology of the archaeology of death)*. Gowland, R, Knüssel, C (eds) Social Archaeology of funerary remains. Oxbow Books. Oxford, pp. 30-56.

HARRIS, Edward C. (1991): *Principios de Estratigrafía Arqueológica.* Editorial Crítica, Barcelona.

HENRIQUES, F. R.; **MONTEIRO**, M. (2017): *Relatório sobre a Avaliação do Fator Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnográfico do Estudo de Impacte Ambiental de Dois Túneis de Drenagem de Lisboa*. Emerita.

FEREMBACH, (1980): "Recommendations for Age and Sex Diagnoses of Skeletons". *In*: *Chiarelli, A. B. (ed). Journal of Human Evolution*. London, Academic Press Inc. 9, pp. 517-449.

FERREIRA, Fátima C. G.; **CARVALHO**, José S.; **PONTE**, Teresa N., coord. (1987): *Guia Urbanístico e Arquitetónico de Lisboa*. Associação de Arquitetos Portugueses, Lisboa.

FERREIRA, MT. (2002): *Cremações de Casal Pianos: relatório preliminar*. Coimbra. Lab. Paleodemografia e Paleopatologia. DAUC.

FRANÇA, José Augusto (1989): *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitetura Pombalina*. Biblioteca Breve, Volume 12, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação, Amadora.

FRADE, H; **CAETANO**, J. C. (1993): "Ritos funerários romanos no nordeste alentejano". *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 847-873.

FULLER, J. L.; **DENEHY**, G. E. (1999): *Concise dental anatomy and morphology*. 3 Ed. Iowa. Library of Congress.

HENDERSON, J. (1987): "Factors determining the state of preservation of human remains". *In* Boddington, A., Garland, A. N., Janaway, R. C. (ed). *Death, decay and reconstruction: approaches to archaeology and forensic science*. Manchester, Manchester University Press, pp. 43-54.

HENRIQUES, Fernando J. Robles (2015): *Sondagens Arqueológicas Realizadas em Imóvel Situado no Largo do Intendente, n.º 40 – 42, e Travessa da Cruz aos Anjos, n.º 19 – 21 (Lisboa)*. Relatório da Intervenção arqueológica.

HILLSON, S. (1996): *Dental Anthropology*. Cambridge. Cambridge University Press.

LARSEN, C. S. (1997): *Bioarchaeology. Interpreting behavior from the human skeleton*. Cambridge University Press. Cambridge.

LEWIS, M. E. (2004): "Endocranial lesions in non-adult skeletons: understanding their aetiology". *International Journal of Osteoarchaeology*, 14, pp. 82-97.

LEWIS, M. E. (2017): *Paleopathology of Children: Identification of pathological conditions in the human skeletal remains in non-adults*. UK, Academic Press.

LUKACS, J. R. (1989): "Dental Paleopathology: Methods for reconstructing dietary patterns". *In: Iscan, M.Y.; Kennedy, K.A.R. (eds.). Reconstruction of life from the skeleton*. New York, Alan R. Liss, pp. 261-286.

MCKINLEY, J.; **ROBERTS**, C. (1993): *Excavation and post-excavation treatment of cremated and inhumed human remains*. Institute of Field Archaeologists. Technical Paper n. 13.

MURAIL, P.; **BRUZEK**, J.; **HOUËT** F.; **CUNHA**, E. (2005): "DSP: A tool for probabilistic sex diagnosis using worldwide variability in hip-bone measurements". *Bulletins et memories de la Société d'Anthropologie de Paris*, 17, pp. 167-176.

NEVES, M. J.; **FERREIRA**, M. T.; **ALMEIDA**, M.; **BASÍLIO**, L.; **TAVARES**, P. (sd): "A escavação de necrópoles e recuperação de vestígios osteológicos humanos em contextos de emergência: questões de método e de princípio". *Atas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. No prelo.

ORTNER, D.J. (2003): *Identification of pathological conditions in human skeletal remains*. USA, Academic Press.

PAIS, J.; et all. (2006): *Notícia Explicativa da Carta Geológica de Portugal, Folha 34-D Lisboa*. Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Lisboa.

PEREIRA, André; **HENRIQUES**, Fernando J. Robles; **ANTÓNIO**, Telmo (2016): *Rua do Arco da Graça, 2 – 4 (Santa Maria Maior, Lisboa). Relatório das sondagens arqueológicas realizadas no âmbito de um licenciamento de Obras de Reconstrução, Alteração e Ampliação de um Edifício*.

RENFREW, C.; BAHN, P. (1991): *Archaeology. Theories, Methods and Pratice.* Thames and Hudson ed.

ROCHA, A.; **FIGUEIRA**, N.; **INOCÊNCIO**, J. (2017): *Santa Apolónia – Sondagens Arqueológicas. Plano Geral de Drenagem de Lisboa. Relatório Final*. Arqueohoje.

ROLO, M. S. (2015): "A necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora)". *In: Branco, G.; Rocha, L.; Duarte, C.; de Oliveira, J.; Ramírez, P. B. (eds.). Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário. Actas do II Congresso Internacional Sobre Arqueologia de Transição (29 de Abril a 1 de Maio 2013)*, pp.146-153.

SILVA, F. (1998): "As cremações vistas desde a sua origem até à Época Romana: algumas considerações relativas ao como e porquê desta prática funerária". *Seminário em Antropologia Biológica*. Coimbra. D.A.U.C. Policopiado.

SILVA, F. (1999): "Cremações: métodos e técnicas empregues na análise de restos ósseos humanos". *Monografia de Investigação em Antropologia Biológica*. Coimbra. D.A.U.C. Policopiado.

SILVA, F. (2007): "Abordagem ao ritual funerário da Cremação através da análise dos restos ósseos". *Al-Madan*, IIª série, nº 15.

SCHAEFER, M.; **BLACK**, S.; **SCHEUER**, L. (2009): *Juvenile Osteology: a laboratory and field manual*. San Diego, Elsevier.

SCOTT, G. R.; **IRISH**, J. D. (2017): *Human Tooth Crown and Toot Morphology: The Arizona State University Dental Anthropology System*. Cambridge, Cambridge University Press.

SIANTO, L.; **SANTOS**, A. L. (2014): *Manual resumido para recolha de amostras para estudos paleoparasitológicos e de paleodieta. Cadernos do GEEvH, 3 (2)*, pp. 35-42.

SILVA, A. M. (1995): "Sex assessment using the calcaneus and talus". *Antropologia Portuguesa*, 13, pp. 107-119.

STECKEL, R. H.; **LARSEN**, C. S.; **SCIULLI**, P. W.; **WALKER**, P. L. (2018): "Data Collection Codebook". *In: Steckel, R. H.; Larsen, C. S.; Roberts, C. A. (eds.). The Backbone of Europe: Health, Diet, Work and Violence over Two Millennia*. UK, Cambridge University Press, pp. 397-427.

TENTE, C; **CARVALHO**, A. F. (2015): "Sepulturas e necrópoles alto-medievais na investigação arqueológica portuguesa: metodologias, problemáticas e perspetivas". *In: Castillo, J. A. Q.; Sevillanos, S. (eds.). Identidad y etnicidad en Hispania. Propuestas teóricas y cultura material en los siglos V-VIII*. Universidad del País Vasco, Espanha, pp. 125-144.

TENTE, C.; **LOURENÇO**, S. (2002): "Sepulturas Medievais do Distrito de Évora". *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 5, nº 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 239-258.

TURNER, C. G., II; **NICHOL**, C. R.; **SCOTT**, G. R. (1991): "Scoring procedures for key morphological traits of the permanent dentition: The Arizona State University Dental Anthropology System". *In: Kelley, M. A.; Larsen, C. S. (eds.) Advances in Dental Anthropology*. New York, Wiley-Liss, pp. 13-31.

UBELAKER, D. (1989): *Human skeletal remains: excavation, analysis, interpretation*. 2nd Ed. Washington. Taraxacum.

UBELAKER, D. (1997): "Taphomic applications in forensic anthropology". *In* Haglund, W. D., Sorg, M. H. (ed.), *Forensic Taphonomy: the postmortem fate of human remains*. Boca Raton. CRC Press, pp. 77-90.

VIEGAS, J. R.; **NOLLEN**, J. U. S.; **DIAS**, M. L. F. (1981); "A necrópole de Santo André". *Conimbriga*, Vol. 20, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra: https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_20_1.

WASTERLAIN, S. (2000): Morphé. *Análise das proporções entre os membros, dimorfismo sexual e estatura de uma amostra da Coleção de Esqueletos Identificados do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra*. Dissertação de Mestrado em Evolução Humana. D.A.U.C. Coimbra.

WASTERLAIN, R. S. N. (2006): *"Males" da Boca: estudo da patologia oral numa amostra das colecções osteológicas identificadas do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra (finais do séc. XIX/ inícios do séc. XX)*. Tese de Doutoramento para a obtenção do grau de Doutor em Antropologia apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra.

WHITE, T. D.; **BLACK**, M. T.; **FOLKENS**, P. A. (2012): *Human Osteology*. 3th Edition. ELSEVIER.

ZBYSZEWSKI, G. (1963): *Carta Geológica dos Arredores de Lisboa – Notícia Explicativa da Folha 4 – Lisboa*. Serviços Geológicos de Portugal, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, Lisboa.

CARTOGRAFIA:

Carta Geológica de Portugal, folha 34D Lisboa, escala 1:50000, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Lisboa, 1993.

Carta Militar de Portugal, escala 1:25000, folha 431 (Lisboa), Instituto Geográfico do Exército, Lisboa.

Planta Topográfica de Lisboa, 1904 – 1910, folhas 5C, 6C, 7C, 8C, 6D, 7D, 8D, 7E, 7F, 7H, 7I e 7J, sob a direcção de Júlio António Vieira da Silva Pinto, Arquivo Municipal de Lisboa (de consulta na Internet).

Portal do Arqueólogo: Base de Dados Nacional de Sítios Arqueológicos - Endovélico), da responsabilidade da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

SIPA, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

Ulysses, sistema de informação do património classificado: Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

Google Earth e ***Google Maps***: Google LLC.

PLANOS:

Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo, 1.ª Fase. Análise e Diagnóstico da Situação de Referência. Anexo Temático 8 – Usos e Ocupação do Domínio Hídrico, Ministério do Ambiente, Lisboa, 2001.

Plano Diretor Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2012.

SÍTIOS DA INTERNET:

Arquivo Municipal de Lisboa: arquivomunicipal.cm-lisboa.pt

Câmara Municipal de Lisboa (CML): www.ulisses.cm-lisboa.pt

Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN): www. monumentos.pt

Direção Geral do Património Cultural (DGPC): www.patrimoniocultural.gov.pt

Exército Português: www.exercito.pt/bibliopac

Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR): www.ippar.pt

Património Geológico de Portugal*:* Inventário de geossítios de relevância nacional, da responsabilidade da Universidade do Minho.

ANEXOS

ANEXOS

RESPOSTA AO PATA (DGPC)

REPÚBLICA PORTUGUESA
CULTURA
PATRIMÓNIO CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural

Assunto : PATA (prospecção) Drenagem da Cidade de Lisboa: Execução dos túneis Monsanto-Santa Apolónia e Chelas-Beato e intervenções associadas.

Requerente : António Manuel Palheiro Coutinho Carvalho

Local : Túneis Monsanto-Santa Apolónia e Chelas-Beato Lisboa

Servidão Administrativa :

Inf. n.º: S-2021/562139 (C.S:1533174) **Cód. Manual**
N.º Proc.: DSPAA/2016/11-06/343/PATA/19064 (C.S:225158) **Data Ent. Proc.:** 13/08/2021

Aprovo nos termos propostos
João Carlos dos Santos
Diretor-Geral

Concordo, propondo a emissão de parecer favorável condicionado nos termos do parecer técnico.
À consideração superior
01 SET 2021
António Batanda Fernandes
Chefe da Divisão de Investigação, Estudo e Salvaguarda do Património Arqueológico

INFORMAÇÃO n.º 1533174/DIESPA/LISBOA/2021 **data:** 25.08.2021 **csp:** 225158

processo nº: 2016/1(249)

assunto: PATA_Pedido de autorização para trabalhos arqueológicos (Prospecção Terrestre e Subaquática) a realizar no âmbito do RECAPE do Processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) n.º 2961 - Projeto dos Túneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa: Monsanto-Santa Apolónia e Chelas-Beato. Análise e parecer.

Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa, Portugal | www.patrimoniocultural.pt
tel.: +351 213614200 | tel.: +351 213650800 | Fax: +351 213637047 | email: dgpc@dgpc.pt

Pág. 1 de 9

REPÚBLICA PORTUGUESA
CULTURA
PATRIMÓNIO CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural

ENQUADRAMENTO LEGAL

A presente apreciação fundamenta-se nas disposições da legislação em vigor, nomeadamente:

- Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.
- Decreto-Lei n.º 164/97 de 27 de junho, que harmoniza a legislação que rege a atividade arqueológica em meio subaquático com a aplicável à atividade arqueológica em meio terrestre.
- Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro, que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.
- Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de maio, que cria a Direção-Geral do Património Cultural.
- Portaria n.º 223/2012 de 24 de julho, que estabelece a Estrutura Nuclear da Direção-Geral do Património Cultural, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 263/2019, publicada no Diário da República n.º 162, I.ª Série, de 26 de agosto de 2019.

PARECER TÉCNICO DE ARQUEOLOGIA

1. Enquadramento administrativo.

1.1. O Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos (PATA), da responsabilidade técnico-científica dos arqueólogos **António Manuel Palheiro Coutinho Carvalho** e **Marta Santos Pérez**, respeita à realização de uma intervenção no âmbito e no local indicados em epígrafe. Corresponde a uma acção arqueológica de Categoria C – acções preventivas – definida na alínea *c)* do artigo 3.º do Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos (RTA).

1.2. Para efeitos da aplicação do disposto no n.º 6 do artigo 5.º do mesmo diploma legal, a entidade enquadrante é a empresa Archeocelis-Investigações Arqueológicas, Lda e a entidade contratante é o consórcio denominado "Consórcio MEEC/SPIE-Túneis de Drenagem de Lisboa", constituído pela Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A. e pela Spie Batignolles Internacional-Sucursal em Portugal.

2. Antecedentes.

O processo regista antecedentes. Para a presente apreciação foram considerados os seguintes:

(a) 23/01/2017 – Despacho de aprovação, do relatório preliminar dos trabalhos de diagnóstico, realizados no troço final do túnel Monsanto/Santa Apolónia. Foi exarado nos termos da informação técnica n.º 167/DBC/LISBOA/2017 (csp: 153245) e comunicado à direcção científica pelo ofício n.º S-2017/419605 (cs:1158297), de 24/01/2017.

A instruir o relatório foi apresentada uma nota técnica, subscrita pela equipa de projecto do Plano Geral de Drenagens, com uma proposta de relocalização da zona de transição para a construção a céu aberto, definida em função dos resultados da sondagem 1 e destinada a possibilitar a salvaguarda da integridade

Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa, Portugal | www.patrimoniocultural.pt
tel.: +351 213614200 | tel.: +351 213650800 | Fax: +351 213637047 | email: dgpc@dgpc.pt

REPÚBLICA PORTUGUESA
CULTURA
PATRIMÓNIO CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural

patrimonial da totalidade das estruturas pertencentes à Cerca Fernandina (torreão e troço de cortina/porta). Neste contexto, o despacho acima referido determinou o seguinte:

(i) «*A relocalização da zona de transição para a construção a céu aberto, com vista à preservação da integridade patrimonial do monumento nacional, é considerada extremamente positiva, uma vez que vai totalmente ao encontro das disposições da Lei de Bases do Património Cultural relativas à salvaguarda dos bens imóveis classificados. Neste sentido, a futura configuração do projecto, a apresentar em fases posteriores do processo, deverá obedecer a esta proposta;*»;

(ii) No que respeita às medidas de minimização, «(...) [na futura zona de descarga] *deverá ser equacionada a realização de escavações arqueológicas, a ter lugar numa fase prévia ao início da execução em obra do projecto;*»;

(b) 28/09/2017- Despacho de emissão de parecer favorável, condicionado, ao projeto objeto do AIA n.º n.º 2961, designadamente ao cumprimento das condicionantes e medidas de minimização preconizadas. Foi exarado nos termos da informação n.º 2910/DBC/UCEIA/2017 (csp: 164360), comunicado à Agência Portuguesa do Ambiente pelo ofício n.º S-2017/440698 (cs:1213698), de 28/09/2017.

(c) 15/11/2017 – Emissão da Declaração de Impacte Ambiental (DIA), anexa ao Título Único Ambiental (TUA) n.º TUA20171114000242, com sentido de decisão Favorável Condicionado.

(d) 13/07/2021 – Reunião com os requerentes do PATA para esclarecimentos. Sobre os principais assuntos abordados foi elaborado um memorando interno (informação n.º 1523952/DIESPA/2021).

(e) 16/07/2021 – Reunião entre a direcção da DGPC e os coordenadores do PGDL para apresentação do projecto.

(f) 04/08/2021 – Despacho de indeferimento do requerimento de PATA, submetido pelos mesmos proponentes e no mesmo âmbito. Foi exarado pela Sr.ª Directora do Departamento de Bens Culturais da DGPC, nos termos da informação técnica n.º 1527274/DIESPA/LISBOA/2021 (csp: 224156), comunicado aos requerentes pelo ofício n.º S-2021/560040 (cs:1528060), de 04/08/2021.

3. Apreciação técnica.

3.1. Plano de trabalhos arqueológicos (adiante referido como PTA).

3.1.1. Calendarização

Estima-se o início da acção após a aprovação do PATA (cf. ponto 9.6, p. 33).

3.1.2. Situação de referência.

(a) De acordo com a informação aferida no processo de AIA – fase de Estudo Prévio- com o projecto de construção dos túneis do Plano Geral de Drenagens de Lisboa (adiante referido como PGDL) pretende-se a resolução do problema das inundações rápidas urbanas.

(b) O PGDL é composto por um conjunto de intervenções, cujas componentes estruturantes correspondem a dois coletores, de grandes dimensões, a construir em túnel. Estes permitirão captar as águas pluviais em zonas específicas, fazendo o seu transporte em profundidade, com descarga directa no Rio Tejo. Pretende-se assim assegurar a capacidade de drenagem, sem afetação das zonas mais baixas da cidade de Lisboa. Um destes túneis estruturantes, com 5,5m de diâmetro interno, terá uma extensão de aproximadamente 5km e um traçado compreendido entre Campolide e Santa Apolónia (túnel Monsanto-

Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa, Portugal | www.patrimoniocultural.pt
tel.: +351 213614200 | tel.: +351 213650800 | Fax: +351 213637047 | email: dgpc@dgpc.pt

REPÚBLICA PORTUGUESA
CULTURA
PATRIMÓNIO CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural

Santa Apolónia, adiante referido como TMSA) e o outro, com cerca de 1,5 km, terá um traçado compreendido entre Chelas e o Beato (túnel Chelas-Beato, adiante referido como TCB).

(c) Na construção do TMSA foram identificados diversos impactes patrimoniais, designadamente na zona de transição para construção a céu aberto, devido à expectável localização de uma das portas da Cerca Fernandina (Porta da Ribeira) e na zona de descarga, devido à presença expectável de vestígios relacionados com as actividades náuticas da antiga zona ribeirinha. Neste contexto, numa fase muito preliminar do processo foram promovidos trabalhos arqueológicos de diagnóstico, na área prevista para a localização do troço final do TMSA, destinados à recolha de informação sobre as condições de jazida dos vestígios da muralha fernandina (cf. alínea *(a)* do ponto 2-Antecedentes, da presente informação técnica).

3.1.3. Proposta de intervenção arqueológica

(a) Constata-se que o PTA foi reformulado, procurando dar resposta às questões que fundamentaram o indeferimento do requerimento anterior.

(b) Da leitura do texto constata-se ainda a existência de informação distinta, da apresentada na fase de EIA. Pese embora se admita resultar do desenvolvimento do Estudo Prévio, importa todavia que esta questão seja devidamente esclarecida no relatório final da acção arqueológica.

(c) A acção incidirá sobre duas vertentes – a terrestre e a subaquática. Dando cumprimento às determinações da DIA, consistirá na realização de prospecções arqueológicas, cujos resultados irão ser incluídos no RECAPE. A mesma direcção científica indica-se como responsável pela apresentação do Plano de Salvaguarda Patrimonial, documento que irá igualmente integrar o RECAPE.
As alterações introduzidas no PTA permitem agora referenciar as intervenções programadas, em função de cada túnel. Assim:

3.1.3.1. TMSA:

(a) De acordo com a descrição do projecto, apresentada no PTA, constata-se a alteração da extensão do túnel, relativamente aos dados disponibilizados pelo EIA na fase de Estudo Prévio: ao invés de 5 Km, a construção desenvolver-se-á agora ao longo de 4,4 Km de extensão- «*O Túnel tem início junto à Quinta do Zé Pinto, na zona de Campolide, interceptando o caneiro de Alcântara a jusante da confluência de dois ramais (de Benfica-Campolide e das Avenidas Novas), desenvolvendo-se até à zona de Santa Apolónia, onde descarrega os caudais interceptados para o Rio Tejo.*» (cf. pp. 8-9);

(b) À lista das intervenções programadas para serem executadas à superfície ao longo do traçado, apresentada no EIA e correspondentes à construção de vários poços de ligação ao túnel – obra de entrada na ligação ao Caneiro de Alcântara, em Campolide (agora designado TM1), Avenida da Liberdade (agora designado TM2), Rua de Santa Marta (agora designado TM3) e Avenida Almirante Reis (agora designado TM4) e troço final do túnel, na zona de Santa Apolónia (TM6) – acrescem agora «(...) *câmaras de desvio/interseção de cauda!* (...) (às quais se associam) (...) *câmaras com queda em vórtice, que irão permitir uma queda controlada dos caudais pluviais no interior do túnel.*» (cf. p. 9) e dois poços de ventilação – o TM4, localizado no Largo do Intendente Pina Manique e o TM5, localizado na Rua dos Remédios.

Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa, Portugal | www.patrimoniocultural.pt
tel.: +351 213614200 | tel.: +351 213650800 | Fax: +351 213637047 | email: dgpc@dgpc.pt

REPÚBLICA PORTUGUESA
CULTURA
PATRIMÓNIO CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural

No âmbito destas alterações, em sede de relatório final, deverá ser equacionada a adopção das medidas de salvaguarda patrimoniais que vierem a ser consideradas adequadas, sendo que no caso do património arqueológico, estas se encontram previstas nas disposições dos IGT's aplicáveis.

(c) O PTA faz ainda referência a uma proposta de requalificação dos espaços exteriores na zona de Santa Apolónia, enunciando algumas das intervenções previstas. A área de incidência do programa inclui o Largo dos Caminhos de Ferro/Avenida Infante D. Henrique, Santa Apolónia e a envolvente à Ermida do Senhor da Boa Nova.
A área em causa encontra-se abrangida por diversas servidões administrativas, instituídas por património cultural classificado. Neste contexto, o sistema de gestão documental desta Direcção Geral regista a emissão de um parecer, em 28/09/2016, sobre um anteprojecto respeitante a uma intervenção de requalificação. O parecer foi comunicado à Câmara Municipal de Lisboa/Direcção Municipal de Urbanismo, na qualidade de requerente, pelo ofício n.º S-2016/410059 (cs:1131788), de 03/10/2016.
A avaliação da proposta, no presente âmbito, deverá sempre atender à necessidade de emissão de parecer, com carácter prévio e autónomo relativamente ao processo de AIA, por parte da DGPC.

3.1.3.2. TCB:
(a) Constata-se a alteração da extensão do túnel, relativamente aos dados disponibilizados na fase de EIA: ao invés de 1,5 Km, a construção desenvolver-se-á agora ao longo de 1,4 Km de extensão. O túnel iniciar-se-á junto à Estrada de Chelas (no cruzamento com a Calçada da Picheleira) e terminará no Rio Tejo, na zona da Doca do Poço do Bispo. (cf. pp. 9-10).

(b) À lista das intervenções programadas para serem executadas à superfície ao longo do traçado, apresentada no EIA e correspondentes ao desvio dos caneiros a montante, a um troço em vala a jusante, no Beato, com cerca de 500 m e ao troço final do túnel, acresce agora a construção de três câmaras de desvio de caudal, designadas «(...) *respectivamente do Quartel, Broma e Picheleira.* (...) [Terão como função] (...) *encaminhar, para os colectores que afluem à ETAR de Chelas, os caudais em tempo seco e, na ocorrência de precipitação, até três vezes os caudais de ponta de tempo seco, sendo o excedente desviado para o Túnel TCB.*» (cf. p. 10).
À semelhança do referido para o TMSA, chama-se a atenção para a necessidade de, no âmbito destas alterações, em sede de relatório final, ser equacionada a adopção das medidas de salvaguarda patrimoniais que vierem a ser consideradas mais apropriadas.

Dando cumprimento ao solicitado no despacho referido na alínea (f) do ponto 2 da presente apreciação técnica, são enunciadas no texto e representadas graficamente as áreas de incidência da prospecção arqueológica e respectiva localização.

3.1.3.3. Identificação das frentes de obra, localização de estaleiros e manchas de empréstimo e vazadouros.
(a) Segundo o referido no texto, «(...) *será apenas utilizada uma tuneladora para a escavação de ambos os túneis, sendo que estes irão ser construídos por fases, e não em simultâneo.*» (cf. p. 24). Os

REPÚBLICA PORTUGUESA
CULTURA
PATRIMÓNIO CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural

trabalhos principiarão pela construção do TMSA. A tuneladora será desmontada e transferida para o TCB na zona da trincheira aberta do TM5 (cf. p. 3) . Neste contexto, são identificadas doze (12) frentes de obra, a saber: montagem da tuneladora e início da escavação do TMSA, TM1 (ambas localizadas em Campolide); TM2 (Avenida da Liberdade), TM3 (Rua de Santa Marta), TM4 (Avenida Almirante Reis e Largo do Intendente Pina Manique), TM5 (Rua dos Remédios), TM6 (Santa Apolónia), montagem da tuneladora e início da escavação do TCB, TC1 (Estrada de Chelas) e TC2 (troço final do túnel/zona de descarga no Beato).

(b) São identificadas nove (9) áreas de estaleiro, a saber: Carnide, Campolide (coincide com a zona TM1), Chelas (coincide com a zona TC1), Avenida da Liberdade (coincide com a zona TM2), Rua de Santa Marta (coincide com a zona TM3), Avenida Almirante Reis (coincide com a zona TM4), Santa Apolónia (coincide com a zona TM5), Avenida Infante D. Henrique (coincide com a zona TM6) e Beato (coincide com a zona TC2).

(c) São referenciadas quatro (4) áreas, programadas para utilização como vazadouro e/ou empréstimo, a saber: Ribeiro do Cavalo, n.º 3 (Sesimbra), Vazadouro da Moita (Moita), vazadouro Soarvimil (Quinta de Valadares – Corroios) e vazadouro Sarminas (Sesimbra).

Dando cumprimento ao solicitado no despacho referido na alínea (f) do ponto 2 da presente apreciação técnica, são enunciadas no texto e representadas graficamente as áreas de incidência da prospecção arqueológica e respectiva localização.

3.1.3.4. Relatório da acção arqueológica.

(a) No âmbito da reformulação da proposta anterior, foram introduzidas alterações à estrutura deste documento. O *Programa de Acompanhamento Arqueológico da Empreitada* e o *Programa de Monitorização do Acompanhamento Arqueológico dos Trabalhos de Escavação* são agora considerados como capítulos. Em esclarecimento às dúvidas elencadas no ponto 3.2.3.4. (Documentos complementares ao relatório da acção arqueológica), da informação técnica n.º 1527274/DIESPA/LISBOA/2021 (cf. alínea (f) do ponto 2 da presente apreciação), refere-se: «*Programa de Acompanhamento arqueológico da Empreitada, com a apresentação das medidas e respectivas metodologias, a desenvolver durante a fase prévia da empreitada; Programa de Monitorização do Acompanhamento Arqueológico dos Trabalhos de Escavação, com a apresentação das acções que devem ser realizadas para monitorizar os trabalhos de escavação a decorrer durante a fase de construção da empreitada.*» (cf. p. 19).

(b) Dando cumprimento à determinação estabelecida no despacho de indeferimento do anterior requerimento, foi incluído um capítulo respeitante à apresentação de peças projectuais, destinadas a fundamentar, por um lado, a proposta de identificação e avaliação de impactes e, por outro, a sequente proposta de medidas de minimização. Todavia, numa perspectiva clarificadora da matéria, reitera-se o referido à data: "*o relatório final deverá ser instruído com as peças desenhadas das várias especialidades que integram o projecto que norteia o diagnóstico, incluindo versões simplificadas das soluções de*

REPÚBLICA PORTUGUESA
CULTURA
PATRIMÓNIO CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural

fundações e estrutura, de contenção periférico (quando aplicável) e do traçado das redes de infraestruturas, com vista à fundamentação das considerações que serão apresentadas no texto.".

3.1.3.5. Prospecção arqueológica em meio subaquático (cf. pp. 24-25).
O requerimento encontra-se instruído com um conjunto de elementos e esclarecimentos que procuram dar resposta às questões que fundamentaram o indeferimento do requerimento anterior.
O parecer sobre esta matéria específica será emitido posteriormente.

3.3. Conformidade do PATA com o RTA.

(a) Artigo 4.º - Os arqueólogos requerentes reúnem os requisitos para a direcção de trabalhos arqueológicos, em meio terrestre, tal como se encontram definidos no diploma legal.

(b) Artigo 5.º - Consultado o sistema de informação e gestão de dados do património arqueológico-Endovelico – apurou-se que o António Carvalho não regista sobreposição de direcções científicas (consultado em 30.08.2021. A informação apresentada poderá não estar totalmente actualizada);

(c) Artigo 6.º - Para efeitos da aplicação do previsto na alínea *a)* do n.º 7 deste artigo, a entidade enquadrante é empresa Archeocelis-Investigações Arqueológicas, Lda. Após consulta ao sistema de informação e gestão de dados do património arqueológico -*Endovelico*, constatou-se que a entidade enquadrante regista seis (6) relatórios finais por entregar e três (3) relatórios finais cuja aprovação se encontra pendente (consultado em 30.08.2021. A informação apresentada poderá não estar totalmente actualizada);

(d) Artigo 7.º - Considera-se que cumpre, genericamente, o disposto no n.º 1 deste artigo, no que se refere aos requisitos e à documentação que devem instruir o PATA para trabalhos de arqueologia em meio terrestre;

(e) Artigo 14.º - No que respeita ao cumprimento das disposições deste artigo constatou-se, após consulta ao sistema de informação e gestão de dados do património arqueológico – *Endovelico*, que arqueólogo António Carvalho regista vinte e cinco (25) relatórios finais por entregar e um (1) relatório final cuja aprovação se encontra pendente;

(f) Artigo 18.º - Para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 3 deste artigo, o espólio ficará à guarda dos arqueólogos requerentes, que se propõem constituir como fiéis depositários, na morada indicada no formulário.

3.3.1. O requerimento apresenta ainda as seguintes desconformidades com o RTA:

(i) O incumprimento do disposto no artigo 14.º n.º 2 alínea *a)* do diploma legal, por parte do arqueólogo António Carvalho configura a aplicação do disposto no n.º 5 do mesmo artigo: «*A não entrega*

REPÚBLICA PORTUGUESA
CULTURA
PATRIMÓNIO CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural

dos relatórios nos prazos referidos nos números anteriores determina a não concessão de novas autorizações ao diretor científico até que a situação seja regularizada».

(ii) O incumprimento do disposto no artigo 14.º n.º 2 alínea *a)* do diploma legal, por parte da entidade enquadrante, configura a aplicação do disposto na alínea *a)* do n.º 7 do artigo 6.º do mesmo diploma legal. «[a autorização depende ainda] *Do cumprimento pelo requerente e pela entidade enquadrante das obrigações relativas a trabalhos anteriormente autorizados, nomeadamente entrega e aprovação de relatórios, publicação de resultados e depósito de espólio».*

3.3.2. No contexto supra alerta-se para o seguinte: Tendo como objetivo «o cumprimento pelo requerente e pela entidade enquadrante das obrigações relativas a trabalhos anteriormente autorizados, nomeadamente a entrega e aprovação de relatórios, publicação de resultados e depósito de espólios» (n.º 7 do artigo 6.º do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 164/2014, de 4 de Novembro), devem os arqueólogos e as entidades enquadrantes que se encontrem em situação de incumprimentos proceder à regularização destas situações com a máxima urgência. A concessão de novas autorizações para a realização de trabalhos arqueológicos ficará, nos termos legais, dependente do cumprimento desta obrigação.

3.3.3. O requerimento encontra-se instruído com um conjunto documental que procura esclarecer as diversas questões que assistem ao incumprimento dos prazos legais para entrega de relatórios finais por parte da direcção científica proposta e da entidade enquadrante.
Esta matéria foi objecto de análise autónoma na informação técnica n.º 1532769/DBC/DIESPA/SIA/2021, pelo que os requerentes deverão aguardar a notificação do respectivo parecer.

4. Proposta de decisão.
Face ao exposto, propõe-se:

4.1. Sem prejuízo do parecer que vier a ser emitido sobre a vertente de arqueologia náutica e subaquática, a concessão da autorização para a realização dos trabalhos arqueológicos requeridos para meio terreste.

4.2. Tendo presente o disposto no n.º 6 do art.º 6.º do RTA, «*A DGPC pode fixar no despacho de autorização condicionalismos especiais necessários à melhor execução dos trabalhos.*», o estabelecimento das seguintes condicionantes:

(a) As datas de início, eventual suspensão e conclusão dos trabalhos, deverão ser obrigatoriamente comunicadas para o endereço electrónico Lisboa@dgpc.pt, para efeitos de fiscalização e acompanhamento técnico.

(b) O cumprimento do teor das seguintes alíneas:

- Alínea (b) do ponto 3.1.3;
- Alíneas (b) e (c) do ponto 3.1.3.1;
- Alínea (b) do ponto 3.1.3.2;
- Alínea (b) do ponto 3.1.3.4.

Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa, Portugal | www.patrimoniocultural.pt
tel.: +351 213614200 | tel.: +351 213650800 | Fax: +351 213617047 | email: dgpc@dgpc.pt

REPÚBLICA PORTUGUESA
CULTURA
PATRIMÓNIO CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural

(c) Atendendo ao estipulado no n.º 3 do Artigo 14.º do RTA, o relatório final da acção deverá ser submetido prévia e atempadamente à apresentação do RECAPE.

(d) Informar os requerentes e a entidade enquadrante que sobre as diversas questões que assistem ao incumprimento dos prazos legais para entrega de relatórios finais deverão aguardar notificação do despacho a exarar sobre a informação técnica n.º 1532769/DBC/DIESPA/SIA/2021.

(e) Alertar para o cumprimento no disposto no n.º 3 do art.º 18.º, no que se refere ao local de depósito provisório do espólio, deverá ser obrigatoriamente definida pela direcção científica em sede de relatório final, sob pena de se considerar que o documento não reúne as condições legalmente requeridas para a sua aprovação. Mais se informa que deverão ser obrigatoriamente remetidos a esta Direcção Geral cópias dos autos de entrega do espólio arqueológico no local anteriormente aprovado.

(f) Caso seja este o entendimento superior, que se dê conhecimento do teor do presente parecer à equipa de projeto para o Plano Geral de Drenagem de Lisboa (contactos: jose.silva.ferreira@cm-lisboa.pt; goncalo.diniz.vieira@cm-lisboa.pt; manuel.saldanha@cm-lisboa.pt.

À consideração superior.

Maria José Sequeira, arqueóloga

Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa, Portugal | www.patrimoniocultural.pt
tel.: +351 213614200 | tel.: +351 213650800 | Fax: +351 213637047 | email: dgpc@dgpc.pt

ANEXOS

NOTA TÉCNICA PROSPEÇÃO SUBAQUÁTICA

ARCHEOCÉLIS	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	NOTA TÉCNICA PROSPEÇÃO SUBAQUÁTICA	CÓDIGO:	
		DOC. Nº:	001/2021

NOTA TÉCNICA – TÚNEIS DE DRENAGEM DE LISBOA – ZONAS RIBEIRINHAS
PROSPEÇÃO ARQUEOLÓGICA SUBAQUÁTICA

ASSUNTO: Resposta à medida 38 em fase de AIA; Prospeção arqueológica subaquática prevista em PATA	
DISTRITO / CONCELHO / FREGUESIA: Lisboa, Lisboa, Santa Apolónia e Beato	
CARTA MILITAR Nº: 431 **CARTA NÁUTICA Nº:** 26306	**COORDENADAS:** 38°42'42.08"N, 9° 7'23.30"W (saída do TMSA) 38°44'10.10"N, 9° 6'4.16"W (saída do TCB)
OBSERVAÇÕES: A prospeção arqueológica subaquática nas zonas de descarga dos túneis encontra-se prevista no plano de trabalhos de arqueologia submetido à DGPC (ponto 9.2, pp. 27-30), com a realização de dois mergulhos, no âmbito do projeto Drenagem da Cidade de Lisboa: Execução dos túneis Monsanto-Santa Apolónia e Chelas-Beato e intervenções associadas.	
ARQUEÓLOGOS: António Carvalho, Soraya Sarmento, Marta Pérez	**DATA:** 05-10-2021

Dando cumprimento ao estabelecido em fase de AIA relativamente ao Fator Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnográfico, designadamente, no Procedimento de AIA nº 2961: "*Túneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa: Monsanto-Santa Apolónia e Chelas-Beato*" e em resposta à medida "*38. Rever a situação atual de acordo com as condicionantes estabelecidas pela DGPC, mencionadas no parecer emitido sobre o Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos (PATA), nomeadamente no que respeita à caraterização da vertente náutica e subaquática*", serve a presente nota técnica para esclarecer que as obras de descarga dos túneis no Rio Tejo, associadas ao projeto "*Empreitada de Execução dos Túneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa e Intervenções Associadas*", serão realizadas em meio terrestre, não se prevendo uma intervenção estrutural na zona do Rio Tejo. As duas zonas de intervenção são dragadas pela APL, pelo que os dados necessários para os trabalhos serão facultados pela APL, referentes aos relatórios parcelares da caracterização de sedimentos recolhidos, conforme exposto no EIA – Elementos Adicionais, julho de 2017, ponto 2, pág. 12.

Face ao exposto, e como os trabalhos previstos em projeto, incindindo nas zonas de descarga dos túneis, não incluem afetação estrutural em zona imersa, consideramos que não se justifica, nesta fase, a prospeção arqueológica subaquática mediante a realização de dois mergulhos, a que nos propomos realizar no PATA[1] submetido à DGPC referente à elaboração do RECAPE. Posteriormente, durante a fase de construção, os trabalhos a realizar serão alvo de acompanhamento arqueológico, sendo que para as zonas ribeirinhas este contemplará a componente náutica e subaquática.

Estas ações estão de acordo com a Legislação Nacional em vigor, a saber: Decreto-Lei nº 107/2001, de 8 de setembro; Decreto-Lei nº 164/2014, de 4 de novembro; Decreto-Lei nº 164/97, de 27 de junho.

Os arqueólogos,
António Carvalho
Soraya Sarmento
Marta Pérez

[1] Aprovado através do ofício nº 1533174/DIESPA/LISBOA/2021, CSP: 225158, processo nº 2016/1(249), com data de 25.08.2021.

Página 1 de 1

ARCHEOCÉLIS	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	NOTA TÉCNICA PROSPEÇÃO SUBAQUÁTICA	CÓDIGO:	
		DOC. Nº:	001/2021

REGISTO CARTOGRÁFICO:



Figura 1 - Localização da zona de descarga do Túnel TMSA (Túnel Monsanto-Santa Apolónia).



Figura 2 - Localização da zona de descarga do Túnel TCB (Túnel Chelas-Beato).

ARCHEOCÉLIS	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	NOTA TÉCNICA PROSPEÇÃO SUBAQUÁTICA	CÓDIGO:	
		DOC. Nº:	001/2021

REGISTO FOTOGRÁFICO:



Figura 3 – Pormenor da frente ribeirinha em Santa Apolónia, área que estabelece o final do traçado do túnel TMSA.



Figura 4 - Plano geral do nivel inferior da frente ribeirinha em Santa Apolónia.

ANEXOS

FICHAS DAS OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	1

Designação:	Aqueduto das Águas Livres	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Campolide
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Aqueduto / Arquitetura infraestrutural / Arqueológico	MN – Monumento Nacional com ZEP – Zona Especial de Proteção (troço entre Campolide e a Av. Eng.º Duarte Pacheco)	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
		Área envolvente (+600 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104015,37 / -089883,90	68 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	5

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 3199**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

O Aqueduto das Águas Livres atravessa a cidade de Lisboa tanto a superfície quanto subterrânea. Construído em cantaria e alvenaria de calcário, apresenta uma arcaria de volta perfeita, em arco abatido ou em arco quebrado, que sustenta os canos, protegidos por paredes de alvenaria argamassada, com cobertura em meia cana, plana ou angular, rasgados por frestas de arejamento jacentes, podendo surgir lanternins sobre a estrutura, de planta retangular e rasgada por janelas retilíneas em todas as faces, protegidas por grades metálicas, pilastras e frontões. No interior, as paredes são em alvenaria rebocada, dando origem a galerias com tetos em abobadilha de tijolo. Nestas, surge um passadiço central em lajes de cantaria separando as duas caleiras, que correm lateralmente, executadas em silhares de cantaria, com formato de meia cana, unidas segundo um sistema de macho / fêmea. Nalguns troços, os passadiços são substituídos por escadas ou rampas, algumas com declive bastante acentuado acompanhado pelas caleiras e formando um lambril. Por vezes, surge apenas um arco, atravessando uma via pública, ostentando profusa decoração e elementos eruditos, inspirados nos arcos triunfais. Nas zonas onde os ramais e aduções ocorrem, aparecem claraboias circulares, com cobertura em domo, rasgadas por portas de verga reta e janelas, ostentando, por vezes, elementos como pilastras, ou volutas ou concheados. Estas têm, no interior, os canos de entrada e de saída, o último ligado a um dos canais do aqueduto principal.



Fig. 1: Vista geral (Fonte: Archeocélis).

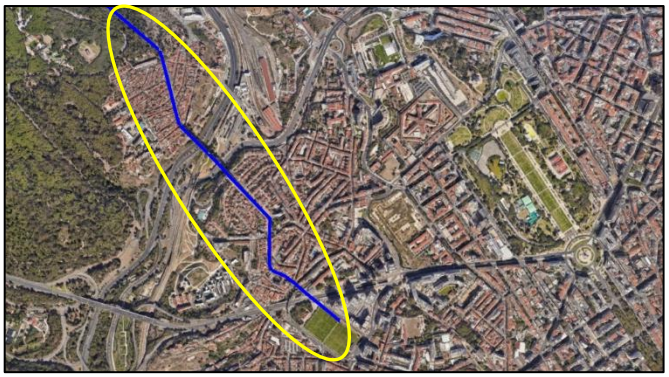


Fig. 2: Vista aérea da localização do traçado (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	2

Designação:	Cadeia Penitenciária de Lisboa	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Campolide
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Cadeia / Arquitetura de segurança / Arqueológico	MIP - Monumento de Interesse Público com ZEP - Zona Especial de Proteção	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Marquês Fronteira nº 54		Área envolvente (51 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-103585,30 / -089198,08	108 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	4

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 99951,** 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

A construção da Cadeia Penitenciária de Lisboa começou em 1873, na sequência da Reforma Penal e de Prisões de 1867, que determinava a criação de três cadeias penitenciárias em Portugal. A de Lisboa teria 500 celas para condenados do sexo masculino, ficando então situada nos arredores da cidade. A estrutura, concebida para o alojamento e vigilância de populações reclusas, segue o sistema radial com planta em estrela, sendo esta constituída por seis alas de quatro pisos, voltadas para um corredor central que permite a vigilância de cada ala. Os restantes edifícios do perímetro são de construção posterior. Ao exterior, o conjunto oitocentista exibe uma decoração neo-medievalista, com ameias, vãos ogivais e sucessão de torreões, simbolicamente adequada à sua função.



Fig. 1: Vista exterior da fachada e porta principal (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	3

Designação:	Aqueduto das Águas Livres	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Avenidas Novas
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Aqueduto / Arquitetura infraestrutural / Arqueológico	MN - Monumento Nacional	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
		Área envolvente (+ 600 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104015,37 / -089883,90		431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	5

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 3199**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

O Aqueduto das Águas Livres atravessa a cidade de Lisboa no concelho de Avenidas Novas subterraneamente. Construído em cantaria e alvenaria de calcário, apresenta uma arcaria de volta perfeita, em arco abatido ou em arco quebrado, que sustenta os canos, protegidos por paredes de alvenaria argamassada, com cobertura em meia cana, plana ou angular, rasgados por frestas de arejamento jacentes, podendo surgir lanternins sobre a estrutura, de planta retangular e rasgada por janelas retilíneas em todas as faces, protegidas por grades metálicas, pilastras e frontões. No interior, as paredes são em alvenaria rebocada, dando origem a galerias com tetos em abobadilha de tijolo. Nestas, surge um passadiço central em lajes de cantaria separando as duas caleiras, que correm lateralmente, executadas em silhares de cantaria, com formato de meia cana, unidas segundo um sistema de macho / fêmea. Nalguns troços, os passadiços são substituídos por escadas ou rampas, algumas com declive bastante acentuado acompanhado pelas caleiras e formando um lambril. Por vezes, surge apenas um arco, atravessando uma via pública, ostentando profusa decoração e elementos eruditos, inspirados nos arcos triunfais. Nas zonas onde os ramais e aduções ocorrem, aparecem claraboias circulares, com cobertura em domo, rasgadas por portas de verga recta e janelas, ostentando, por vezes, elementos como pilastras, ou volutas ou concheados. Estas têm, no interior, os canos de entrada e de saída, o último ligado a um dos canais do aqueduto principal.



Fig. 1: Vista geral (Fonte: Archeocélis).

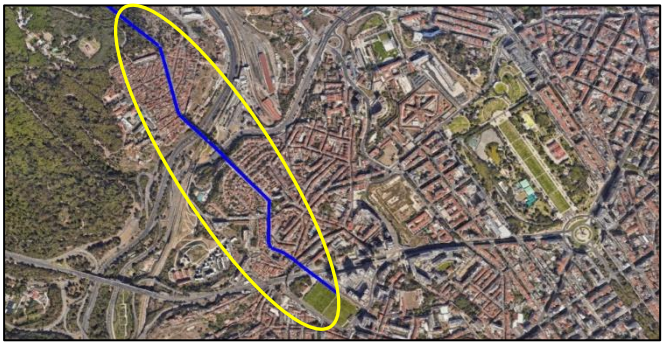


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	4

Designação:	Antigo Liceu Feminino de Maria Amália Vaz de Carvalho	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Avenidas Novas
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Escola / Arquitetura educativa	MIP – Monumento de Interesse Público incluído na ZEP do Hotel Ritz	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Rodrigo da Fonseca nº 115; Rua de Artilharia Um, 74; Rua Sampaio e Pina, 17		Área envolvente (52 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104054,32 / -089026,57	95 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 50.67**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

A instituição do Ensino Secundário Maria Amália Vaz de Carvalho criou-se originariamente em 1885 no Largo do Carmo, sendo o primeiro liceu feminino de Portugal. O edifício atual, construído em 1915, apresenta um modelo construtivo simples e funcional, composto por quatro pavilhões quadrangulares, com funções complementares, perpendiculares à frontaria e articulados "em pente". A larga frontaria é composta por cinco corpos sucessivos de três pisos, com torreões laterais seguidos por um corpo longitudinal fazendo a ligação com o corpo central, avançado, onde se abre a porta principal encimada por três janelões. No interior, uma escadaria dupla, em mármore, dá acesso ao átrio central do 1.º andar, onde ficam o Salão Nobre, a Biblioteca e a antiga Sala do Conselho, todas de boas dimensões e pé direito duplo, com galerias. Nas alas laterais distribuem-se as salas de aula e outros espaços.

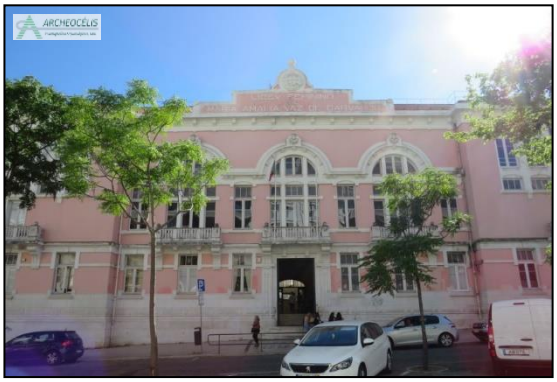


Fig. 1: Vista exterior da fachada e porta principal (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	5

Designação:	Hotel Ritz	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Avenidas Novas
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Hotel / Arquitetura civil	MIP - Monumento de Interesse Público com ZEP - Zona Especial de Proteção	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Rodrigo da Fonseca nº 88		Área de incidência (o TMSA passa por debaixo a uma profundidade superior a 20 m.)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104143,91 / -088879,06	85 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 71175**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

O Hotel Ritz, inaugurado em 1952 e promovido pela Sociedade de Investimentos Imobiliários, é um dos edifícios centrais na arquitetura portuguesa modernista, onde grandes artistas plásticos como Almada Negreiros, Jorge Vieira, Lagoa Henriques, Querubim Lapa, Sara Afonso, Carlos Botelho ou Jorge Barradas, entre outros, participaram na construção. A estrutura do edifício é um grande paralelepípedo de arestas marcadas e linhas puras, com cobertura em terraço, evidenciando claramente a influência do modernismo internacional. As fachadas são quase integralmente vazadas por janelas com varandas retangulares muito profundas, dando-lhes o aspeto de uma imensa grelha quadriculada rica em jogos de luz e sombra, e reforçando a tendência geométrica do projeto. A disposição é de dois pisos sustento através de imponentes pilares de sustentação no edifício baixo. Posteriormente ampliou-se pelo arquiteto Leonardo Castro Freire, autor das galerias comerciais projetadas sobre a Av. Joaquim António de Aguiar e a Rua Castilho.



Fig. 1: Vista frontal da fachada principal (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	6

Designação:	Avenida da Liberdade e ZEP conjunta dos imóveis classificados e área envolvente	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santa Maria Maior, Avenidas Novas, Santo António
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura civil	CIP - Conjunto de Interesse Público com ZEP - Zona Especial de Proteção	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Avenida da Liberdade		Área de incidência e Área envolvente (o TMSA passa por debaixo a uma profundidade superior a 20 m.)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104502,38 / -088233,94	35 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	4

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 386**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

A Avenida da Liberdade constitui um dos eixos fundamentais da cidade de Lisboa, desde a Praça do Marquês de Pombal até a Praça dos Restauradores. Deve sua origem à reconstrução pombalina do s. XIX a partir do Passeio Público setecentista para emular largo *boulevard* à francesa destinado aos novos burgueses, ligando a cidade romântica com a cidade progressista e liberal. A configuração espacial desta avenida é comprida de forma transversal com diferentes ruas que a entrecortam e ficando grandes espaços pedonais e ajardinados e pontuados por fontes, estátuas e monumentos, como as figurações escultóricas dos rios Douro e Tejo ou esculturas em cantaria ou bronze de figuras históricas de grande relevância para Lisboa como Rosa Araújo ou Oliveira Martins. O urbanismo está constituído pela ideia de quarteirão, onde destacam os comércios de prestígio, hotéis, teatros e edifícios históricos.



Fig. 1: Vista geral (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	7

Designação:	Edifício “Franjinhas”	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura de serviços	MIP - Monumento de Interesse Público incluído na ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Braamcamp nº 9		Área envolvente (103 m. de distância do TMSA; 205 m. do TM2)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104475,06 / -088544,50	60 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 1884**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

O edifício “Franjinhas”, provavelmente denominado assim pelas placas em betão que protegem os envidraçados dos pisos ou pela figura popular de uma série televisiva infantil protagonizada por um boneco animado representando um cão com pêlo franjado, chamado, precisamente de "Franjinhas", e construído nos anos 70 do século XX e é destinado ao sector serviços. Nomeadamente, trata-se dum edifício destinado maioritariamente ao comercio disposto em três pisos. Os dois primeiros pisos a nível da rua, destinam-se ao comércio, com lojas que se relacionam com a rua através de uma galeria e um snack-bar com mezanino que se abre para varandas corridas. O corpo do edifício, correspondente aos seis pisos acima do embasamento em galerias, é todo destinado a escritórios, e o coroamento destina-se a restauração e a administração.

Destaca principalmente pelas suas inovações dos anos 70 no âmbito urbano através da utilização do betão nas franjas da fachada e as galerias e escadas, aproveitando a situação do gaveto que é boleado na casca superior e roto nos primeiros três pisos destinados ao comércio, ligando o interior e o exterior, aplicado a esta tipologia de edifícios.

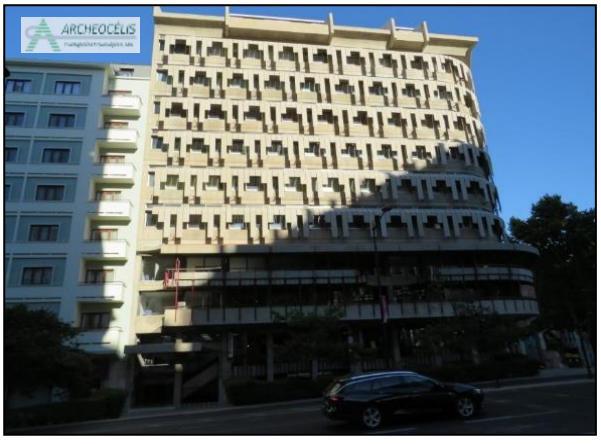


Fig. 1: Vista frontal da fachada principal, desde a Rua Braamcamp (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	8

Designação:	Edifício "Castil"	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura de serviços	MIP - Monumento de Interesse Público incluído na ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Castilho nº 39		Área envolvente (122 m. de distância do TMSA; 265 m. do TM2)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104466,80 / -088608,51	63 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 1883**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Do mesmo modo que o edifício "Franjinhas", o edifício "Castil" foi construído nos inícios dos anos 70 do s. XX, de acordo com as inovações arquitetónicas no planeamento urbano e com a criação e proliferação de edifícios destinados ao sector terciário ou serviços pelo crescimento económico e o turismo. Como primeiro grande centro comercial de Lisboa, afirma o seu carácter pioneiro em termos de uma conceção arquitetónica na qual se destaca o diálogo entre o uso do vidro (que cobre a fachada do edifício) com linhas que acentuam a forte verticalidade estrutural. Também como no edifício "Franjinhas", aqui se ensaiam novas relações entre a rua e os espaços comerciais dos primeiros pisos, fazendo-se isto através da criação de uma praça interna de acesso às lojas, com três pisos de montras iluminadas voltadas para a Rua Braamcamp.



Fig. 1: Vista frontal da fachada principal, desde a Rua Castilho (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	9

Designação:	Edifício do Diário de Notícias	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura de comunicações	IIP - Imóvel de Interesse Público incluído na ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Av. da Liberdade nº 266-226A		Área envolvente (126 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104277,01 / -088322,94	48 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 3242**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

O edifício do Diário de Notícias possui planta retangular com cave, seis pisos e vários pátios interiores, sendo o primeiro edifício moderno da principal avenida de Lisboa e a primeira obra arquitetónica a ser projetada de raiz para um jornal, ou seja, um edifício moderno aplicando novos materiais de construção (betão armado), mas com um traçado sóbrio de acordo com a sua função industrial-serviços. A sua fachada é sóbria e totalmente revestida a pedra aparelhada, demonstrando no seu corpo mais alto uma forma de torre facetada, rasgada por janelas e finalizada pela presença de um motivo luminoso conseguido pelo seu prisma hexagonal. O primeiro piso encontra-se rasgado por duas portas coroadas por palas, possuindo nos restantes registos janelas simples rodeadas por um conjunto de pilares e molduras, terminando todos eles num terraço coberto, tipo alpendre.
No interior se conservam os frescos assinados por Almada Negreiros - "Grande Planisfério" e "Quatro alegorias a Portugal e à Imprensa", tanto na zona do hall como no seu vestíbulo principal



Fig. 1: Vista frontal da fachada principal, desde a Avenida da Liberdade (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	10

Designação:	Palácio dos Condes de Redondo	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Palácio / Arquitetura Civil	IIP - Imóvel de Interesse Público abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente	Moderno
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua de Santa Marta, nº 56		Área envolvente (152 m. de distância do TMSA; 177 m. do TM2; 127 m. do TM3)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104302,43 / -088062,99	30 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	4

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 3328**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Construído no séc. XVII pelo Conde de Redondo. Palácio de arquitetura barroca, de conformação retangular, composto por quatro alas em torno de um pátio de planta quadrada. A fachada principal é composta por 7 corpos contíguos delimitados por pilastras toscanas, apresentando 2 andares com duas fileiras de 22 janelas, sendo as do andar nobre de sacada com guardas de ferro forjado e encimadas por cornija. Cobertura de telhados de uma e duas águas. O acesso ao pátio, no centro do qual existe uma cisterna, faz-se através de um portal ornamentado com elementos de cantaria, e coroado por um friso com tríglifos, sobre o qual apresenta-se um frontão triangular interrompido no vértice. O edifício não sofreu danos significativos com o terramoto de 1755. Atualmente desenvolvem-se atividades educativas da Universidade Autónoma de Lisboa, a funcionar desde a década de 80 do séc. XX.





Fig. 1 (em cima): Vista frontal da fachada principal (Fonte: Archeocélis).

Fig. 2 (em baixo): Vista do interior – pátio (Fonte: Archeocélis).



Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	11

Designação:	Antiga Igreja do Convento de Santa Marta	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Igreja / Arquitetura religiosa	IIP - Imóvel de Interesse Público abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente	Moderno
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua de Santa Marta nº 50		Área Envolvente (95 m. de distância do TMSA; 182 m. do TM2; 67 m. do TM3)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104363,61 / -088042,80	32 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Regular	Positivo	4

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 3302**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

A antiga igreja do Convento de Santa Marta, de estilo barroco, foi construída entre os sécs. XVII e XVIII, mas o complexo conventual transformou-se em hospital após o terramoto de 1755 e a desamortização de 1834. Possui planta longitudinal retangular de uma nave e é coberta por telhado a duas águas, a fachada principal destaca-se por ser precedida de dois lanços de escadas que conduzem ao patamar que antecede o portal. Este, encontra-se rodeado por pilastras e coroado por frontão triangular interrompido pela presença de um plinto que suporta uma cruz. Quatro janelões bastante profundos rasgam toda a fachada principal, apartados por intermédio de contrafortes. O interior é coberto por abóbada de berço, exceto a capela-mor com cobertura em abóboda de aresta. No referente aos elementos decorativos e ao património integrado, haverá que mencionar a existência de um primitivo revestimento de azulejos seiscentistas, executados em tons de azul, amarelo e castanho, e observáveis no muro do lado da Epístola. Os muros laterais da nave possuem diversos arcos de volta inteira assentes sobre pilastras toscanas, que abrem para antigas capelas. De realçar, será, ainda, a existência, ao fundo do primitivo coro baixo, da atual capela do Hospital (de planta retangular e coberta por abóboda abatida), que apresenta penetrações laterais triangulares com os vértices assentes em mísulas, além de encontrar-se completamente decorada com grutescos e motivos vegetalistas. Revestidos de painéis de azulejos seiscentistas do tipo tapete encontram-se também os seus muros.



Fig. 1: Vista frontal da fachada principal (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Localização da igreja (Vista aérea). Google Earth

Data: 16/09/2021 **Responsável:** Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	12

Designação:	Palacete Conceição e Silva	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura civil	IIP - Imóvel de Interesse Público abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Avenida da Liberdade nº 226 a 228		Área de incidência (13 m. de distância do TMSA; 44 m. do TM2; 93 m. do TM3)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104490,25 / -088176,40	39 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 3253**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Iniciada a construção em 1891, a sua característica Arquitetura romântica insere-se perfeitamente no denominado estilo neoárabe, embora denuncie outras fontes de inspiração, patenteadas na eclética e vasta gramática decorativa, observável, por exemplo, ao nível dos estuques pintados ou trabalhados, bem como dos vitrais, cuja iconografia inclui elementos geometrizantes e figurações humanas, todos assinados e datados. De planta retangular, este antigo palacete possui quatro registos, cave e três corpos. Ao nível do primeiro destes registos verificamos a existência de duas portas nos dois corpos laterais, ambas com arco em ferradura e alfiz decorado, tendo ao centro janelas com molduras de diferente tipologia. Quanto ao segundo registo, constata-se a existência de janelas com arco em ferradura, encontrando-se algumas assentes em colunas. Por fim, no terceiro registo, as portas são de sacada em arco trilobado e em ferradura, todas com alfizes decorados e apoiados de forma similar. Relativamente ao quarto registo, o corpo central forma uma espécie de torre, vazado por um arco redondo de consideráveis dimensões e encimada por uma platibanda perfeita de merlões escalonados. Os dois corpos laterais, por seu lado, finalizam numa espécie de área amansardada, com janelão redondo e saliente, emoldurado em cantaria.



Fig. 1: Vista frontal da fachada principal (Fonte: Archeocélis).

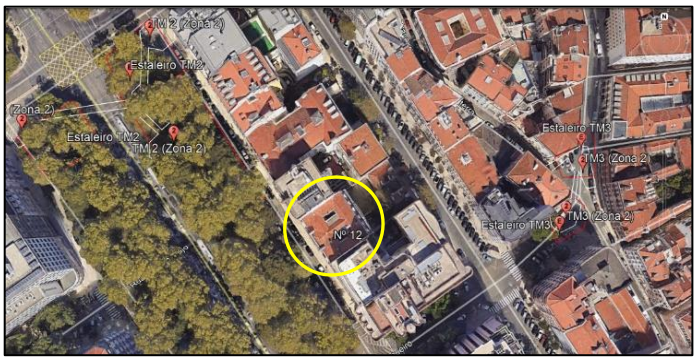


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	13

Designação:	Prédios geminados na Avenida da Liberdade e na Rua Rodrigues Sampaio

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Em Vias de Classificação abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente	Contemporâneo

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Avenida da Liberdade nº 206 a 218; Rua Rodrigues Sampaio nº 27 a 35	Área Envolvente (94 m. de distância do TMSA; 144 m. do TM2; 73 m. do TM3)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104575,46 / -088122,29	35 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	2

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.81A**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Os prédios geminados nas ruas Avenida da Liberdade e Rodrigues Sampaio datam dos inícios do século XX e possuem planta retangular, de volumetria paralelepipédica, com seis pisos, e cobertura telhada a duas águas. O alçado principal está totalmente revestido com placagem de cantaria e um pano de muro compartimentado em cinco corpos, dos que destacam dois. No piso inferior encontram-se áreas comerciais e as portas inscritas em arcos de volta perfeita, exceto na porta central com tripla arcaria de volta perfeita e de menor vão. No primeiro andar, separado por frisos de cantaria, observam-se janelas de peito retangulares com verga esculpida e guarda metálica e janelas em alpendres com composições escultóricas em cantaria em cantaria para os corpos prominentes. Nos pisos superiores há varandas fechadas e janelas de peito em arcos de volta perfeita acentuados por arquivoltas e com guarda metálica sobre parapeito suportado por mísulas nos eixos salientes. No quarto e quinto corpo as fenestrações são transformadas em janelas de sacada com varanda comum e diferente inserção arquitetónica.





Fig. 1 (em cima). Vista da fachada principal, desde a Avenida da Liberdade (Fonte: Archeocélis).

Fig. 2 (em baixo): Vista da fachada principal, desde a Rua Rodrigues Sampaio (Fonte: Archeocélis).



Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	14

Designação:	Prédio na Rua de Santa Marta	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	IIP - Imóvel de Interesse Público abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua de Santa Marta nº 19		Área envolvente (102 m. de distância do TMSA; 85 m. do TM3)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104577,93 / -088019,51	27 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	2

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 32.62**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

De Arquitetura eclética de finais de setecentos e princípios de oitocentos, com elementos barrocos e neoclássicos, este edifício de planta retangular possuí dois pisos e águas-furtadas, sendo coberto por telhado a duas águas. No piso térreo é de destacar a porta de vão retangular e verga curva rodeada pelas entradas e vitrines de duas lojas, como decoração similar, ou seja, emolduramento em cantaria e encimadas com entablamento, sobrepujado por um motivo compósito perfeito de conchas. No primeiro piso haverá que realçar a existência de quatro janelas que dão para uma varanda corrida em forma ondulada - típica da cómoda "bombé" do estilo Luís XIV -, com gradeamento decorado em ferro forjado e suportada por uma mísula central. Por sua vez, ao nível do segundo piso, verifica-se que as quatro janelas são de sacada com molduras, abrindo para uma varanda corrida pouco profunda, com o mesmo tipo de gradeamento das do piso inferior, e assente em oito mísulas. Finalmente, o prédio encontra-se encimado por uma cimalha que suporta um varandim idêntico aos anteriormente referidos.



Fig. 1: Vista frontal da fachada principal (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	15

Designação:	Campos dos Mártires da Pátria ou "Campo de Santana" incluindo as suas vizinhanças de interesse histórico, artístico ou pitoresco

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António; Arroios

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial / Arqueológico	IIP - Imóvel de Interesse Público	Moderno

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Campos dos Mártires da Pátria	Área envolvente (70 m. de distância do TMSA)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104619,71 / -087553,07	59 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	4

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 4764**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Em inícios do século XVI, o Campo Mártires da Pátria era conhecido como Campo do Curral, uma vez que era neste espaço aberto, situado num dos pontos altos da cidade, que se efetuava o abate de gado para abastecer a cidade de Lisboa. Com a construção de uma ermida nesse planalto, a área passou a denominar-se Campo de Santana, em alusão à padroeira do pequeno templo. Rodeado por palacetes e dominado pelo edifício da antiga Escola Médico-Cirúrgica, o campo foi sendo utilizado para diversos fins, nomeadamente a partir do início do século XIX, em que a cidade se estendia para lá da Baixa. Em 1831, era inaugurada no extremo do planalto uma praça de touros em madeira, demolida em 1891. Entre 1835 e 1882, o campo de Santana albergou também a Feira da Ladra da cidade, que posteriormente se instalaria no Campo de Santa Clara. Somente em 1880, o espaço passou a designar-se como Campo dos Mártires da Pátria, em homenagem ao General Gomes Freire de Andrade e seus companheiros, conjurados que tentaram derrubar o governo do Marechal Beresford, tendo sido enforcados neste local em 1817. Em 1895, quatro anos depois de ter sido demolida a praça de touros, o planalto de Santana foi transformado num jardim, que se estende num hexágono irregular, entre o Largo do Mitelo e o Torel. Num dos extremos da praça, frente à antigo Escola Médico-Cirúrgica, foi edificado em 1907 um monumento com a estátua do Dr. Sousa Martins, da autoria de Costa Mota.



Fig. 1: Vista geral, com Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa e Estátua de homenagem ao Dr. Sousa Martins no fundo (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	16

Designação:	Aqueduto das Águas Livres	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Aqueduto / Arquitetura infraestrutural / Arqueológico	MN - Monumento Nacional	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
		Área envolvente (+ 600 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104015,37 / -089883,90		431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
	Positivo	5

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 3199**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

O Aqueduto das Águas Livres atravessa a cidade de Lisboa tanto a superfície quanto subterrânea. Construído em cantaria e alvenaria de calcário, apresenta uma arcaria de volta perfeita, em arco abatido ou em arco quebrado, que sustenta os canos, protegidos por paredes de alvenaria argamassada, com cobertura em meia cana, plana ou angular, rasgados por frestas de arejamento jacentes, podendo surgir lanternins sobre a estrutura, de planta retangular e rasgada por janelas retilíneas em todas as faces, protegidas por grades metálicas, pilastras e frontões. No interior, as paredes são em alvenaria rebocada, dando origem a galerias com tetos em abobadilha de tijolo. Nestas, surge um passadiço central em lajes de cantaria separando as duas caleiras, que correm lateralmente, executadas em silhares de cantaria, com formato de meia cana, unidas segundo um sistema de macho / fêmea. Nalguns troços, os passadiços são substituídos por escadas ou rampas, algumas com declive bastante acentuado acompanhado pelas caleiras e formando um lambril. Por vezes, surge apenas um arco, atravessando uma via pública, ostentando profusa decoração e elementos eruditos, inspirados nos arcos triunfais. Nas zonas onde os ramais e aduções ocorrem, aparecem claraboias circulares, com cobertura em domo, rasgadas por portas de verga reta e janelas, ostentando, por vezes, elementos como pilastras, ou volutas ou concheados. Estas têm, no interior, os canos de entrada e de saída, o último ligado a um dos canais do aqueduto principal.

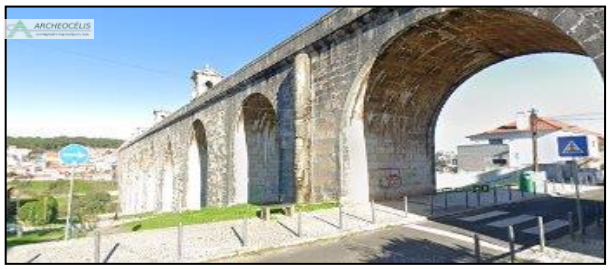


Fig. 1: Vista geral (Fonte: Archeocélis).

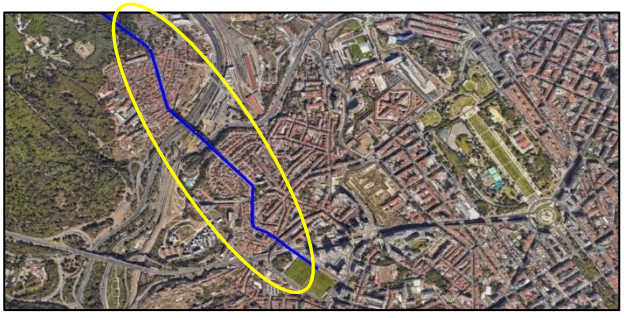


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	17

Designação:	Antiga Igreja do Convento dos Capuchos, bem como a boca de cisterna revestida a azulejo existente num dos pátios do hospital e ainda todas as dependências decoradas com lambrins de azulejo, incluindo o claustro e a escadaria nobre

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Igreja e antigo convento / Arquitetura religiosa	IIP - Imóvel de Interesse Público com ZGP – Zona Geral de Proteção	Moderno

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Alameda de Santo António dos Capuchos	Área de incidência (o TMSA passa por debaixo a uma profundidade superior a 20 m.)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104511,58 / -087793,94	68 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	4

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 3303**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

De planta retangular, volumetria paralelepipédica e coberta por um telhado a duas águas, o alçado principal possuí, ao nível térreo, um arco abatido, através do qual se acede à galilé sobre o qual se observam dois cartelas sobrepostas centradas e três janelas retangulares coroadas de ática, terminando-se a fachada por frontão triangular com uma fresta ao centro. Esta, encontra-se defendida por uma grade setecentista em ferro forjado, e apresenta-se coberta por abóbada abatida e por azulejaria azul e branca historiada da mesma época. O interior da igreja, de nave única e capelas laterais intercomunicantes, é coberto por abóbada de berço decorada com pintura ornamental monocroma oitocentista. Quanto à capela-mor, comprida e com altares de cabeceira, encontra-se coberta por abóbada de canhão com estuques decorados. A classificação deste imóvel inclui a boca de cisterna revestida a azulejo existente num dos pátios, além das referidas dependências decoradas com lambrins de azulejo e do claustro e escadaria nobre, do tipo albarradas e golfinhos com barras de volutas.



Fig. 1: Vista frontal da fachada principal (Fonte: Archeocélis).

Fig. 2: Interior. Vista geral do interior - nave e altar-mor (Fonte: Archeocélis).



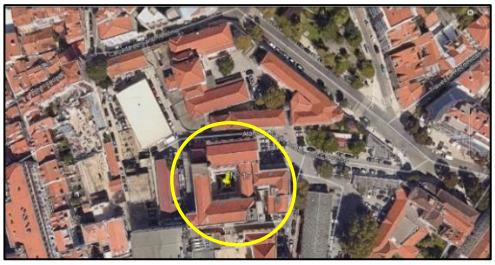


Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	18

Designação:	Capela do Paço da Bemposta		
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**	
Lisboa	Lisboa	Arroios	
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**	
Capela / Arquitetura religiosa	MN - Monumento Nacional	Moderno	
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**	
Rua Paço da Rainha nº 30		Área envolvente (112 m. de distância do TMSA)	
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**	
-104448,71 / -087443,68	54 m.	431	
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**	
Bom	Positivo	4	

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 141**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

A capela original do Paço da Bemposta, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, foi destruída pelo terramoto de 1755 e reconstruída mantendo o enquadramento primitivo. De planta retangular, o templo implanta-se perpendicularmente em relação ao paço, apresentando uma imponente fachada, precedida por grande escadaria, com vestíbulo preenchido por estátuas de mármore inseridas em nichos, representando Santa Isabel e São João Baptista. O programa decorativo do espaço interior denuncia a influência de uma das maiores obras do barroco português, a Capela de São João Baptista, da Igreja de São Roque. Na Capela da Bemposta, copiam-se os materiais raros e luxuosos da obra-prima do barroco joanino, modelando-os num gosto rococó tardio, repleto de cor, que se abre a manifestações já neoclássicas. Destacam-se as pinturas em Trompe l'oeil, que decoram a abóbada da nave e o teto da capela-mor, e o grande painel que representa Nossa Senhora da Conceição, colocado no altar-mor, sob o qual foi colocado um friso de retratos de elementos da família real.



Fig. 1: Vista geral do interior - nave e capela-mor. (Fonte: http://www.monumentos.gov.pt/)



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	19

Designação:	Prédio/ Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego		
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**	
Lisboa	Lisboa	Arroios	
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**	
Fábrica / Arquitetura industrial	IIP - Imóvel de Interesse Público	Medieval / Contemporâneo	
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**	
Largo do Intendente Pina Manique nº 24-26		Área de incidência (22 m. de distância do TMSA; 31 m. do TM4)	
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**	
-104681,70 / -087135,55	22 m.	431	
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**	
Bom	Negativo	3	

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 3272**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

A sua construção inicia-se em 1849, por iniciativa de António da Costa Lamego, e prolonga-se até 1865. Edifício de estilo romântico, situado na Avenida Almirante Reis, possui como elemento decorativo dominante um vistoso revestimento azulejar, que abarca a totalidade da fachada, da autoria de Luís Ferreira, pintor de azulejos oriundo das Fábricas da Calçada do Monte e Viúva Lamego. Edifício estruturado em dois registos, com duas janelas cada, que no segundo piso ladeiam uma varanda, tem como remate uma empena, rasgada por um óculo rodeado de grinaldas e pequenas figuras que seguram uma inscrição com a data da construção. O programa cerâmico revela o gosto romântico-revivalista deste pintor, que aqui assume uma tentativa romântica de recuperar a tradicional pintura figurativa e artesanal do azulejo polícromo sobre esmalte branco. No primeiro registo, os azulejos, de cromatismo predominantemente verde e amarelo, possuem um cunho orientalizante, corroborado pelas figuras que alegorizam a fábrica, segurando inscrições com o nome e a data de construção (1865), e também um teor mais classicizante patente nas duas outras representações deste primeiro registo. O revestimento azulejar do segundo registo é dominado por motivos essencialmente vegetalistas, inspirado nas albarradas barrocas. No remate, representam-se anjos segurando uma filactera com a data da decoração, em pintura de tons amarelos.



Fig. 1: Vista frontal da fachada composta por azulejos (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	20

Designação:	Prédio situado no gaveto das ruas Avenida Almirante Reis e Rua Largo do Intendente Pina Manique	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	IIP - Imóvel de Interesse Público	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Avenida do Almirante Reis nº 2 a 2-K e Largo do Intendente Pina Manique nº 1 a 6		Área de incidência e Área envolvente (62 m. de distância do TMSA; 33 m. do TM4)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104733,94 / -087160,83	21 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 3252**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Obra do arquiteto revivalista Adães Bermudes, a sua construção remonta a 1908. Trata-se de um edifício que congrega em si diversos elementos estilísticos, resultando o todo num ecletismo arquitetónico ao qual foi, por isso, atribuído o Prémio Valmor no mesmo ano da sua edificação. Esta construção de quatro pisos, estrutura-se em planta longitudinal, que termina num corpo semicircular, coroado por uma cúpula. Em ambas as fachadas do edifício encontramos um revestimento azulejar polícromo, preenchido por pavões e motivos florais, ao nível do tímpano dos frontões. À procura de uma linguagem decorativa Arte Nova nos azulejos e na malha sinuosa do ferro forjado, alia-se um sabor neobarroco, patente na cúpula do edifício e nos seus ornatos.







Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Fig. 1 (em cima): Vista frontal da fachada principal (Fonte: Archeocélis).

Fig. 2 (em baixo): Vista lateral do edifício (Fonte: Archeocélis).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	21

Designação:	Edifício situado na Avenida Almirante Reis e Rua Nova do Desterro	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	IIP - Imóvel de Interesse Público	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Avenida do Almirante Reis nº 1 a 1-C; Rua Nova do Desterro nº 2 e 2-A		Área envolvente (112 m. de distância do TMSA; 60 m. do TM4)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104777,70 / -087199,75	21 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 3245**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Riscado pelo arquiteto Joaquim Francisco Tojal, este edifício de gaveto data de 1905, e faz parte do conjunto de imóveis da Avenida Almirante Reis de carácter eclético e inúmeros elementos revivalistas aliados ao emprego do ferro e de apontamentos "Arte Nova". De planta longitudinal, rasgam-se ao longo de quatro pisos várias janelas, umas de peito, outras com varanda. Os conjuntos azulejares polícromos que encimam as janelas são compostos por representações florais, de linhas finas e ondulantes. No quarto piso visualiza-se um friso corrido de azulejos que percorre longitudinalmente o edifício, e termina com uma cornija saliente, onde assentam trapeiras (também com revestimento azulejar), encimadas por um frontão curvo.



Fig. 1: Vista geral (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	22

Designação:	Capela de Nossa Senhora do Monte	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Capela / Arquitetura religiosa	IIP - Imóvel de Interesse Público com ZEP – Zona Especial de Proteção	Medieval
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Largo do Monte		Área envolvente (56 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104886,32 / -086922,86	99 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	4

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 3203**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

A capela de Nossa Senhora do Monte tem uma origem medieval ligado ao martírio de primitivos cristãos. Situada no Monte de São Gens, junto ao miradouro dedicado também a Nossa Senhora. A ermida, reconstruída após o terramoto do 1755, tem planta retangular com nave única, galilé, fachada simples e nave de tipologia barroca, de traça retangular de ângulos cortados. No interior da ermida encontra-se o retábulo barroco de estilo joanino, que é ainda anterior ao terramoto, o ciclo de azulejos rococó com cenas da vida da Virgem Maria, um Cristo em marfim indo-português, e três boas tábuas de pintura de oficina renascentista lisboeta (Anunciação, Natividade e Circuncisão), ligadas ao estilo dos chamados Mestres de Ferreirim, que devem ter pertencido a retábulo da anterior ermida.



Fig. 1: Vista frontal da fachada principal (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	23

Designação:	Bairro Estrela d' Ouro	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	CIP – Conjunto de Interesse Público parcialmente abrangido pela ZEP da Capela de Nossa Senhora do Monte	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Josefa Maria		Área envolvente (67 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104757,23 / -086756,19	87 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 292**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Por causa do problema de falta de alojamento para as classes sem capacidade económica no início do século XX, é que se projeta a construção de vilas ou bairros na cidade de Lisboa. Agapito Serra Fernandes, empresário galego radicado em Lisboa, foi o promotor deste bairro económico em 1907 com casas com rés-do-chão e 1º andar para substituir as barracas existentes no terreno, concluindo-se. O projeto tem sido atribuído ao arquiteto Norte Júnior, mas a autoria permanece desconhecida. Os últimos equipamentos que Agapito Serra Fernandes fez construir foram o edifício de dois pisos destinado a estabelecimento que torneja para a R. Senhora do Monte, em 1923, e o cinema Royal Cine, na R. da Graça, projetado por Norte Júnior em 1929.



Fig. 1 (à esquerda): Vista frontal da fachada principal (Fonte: Archeocélis).

Fig. 2 (à direita): Pormenor da fachada de um dos edifícios (Fonte: Archeocélis).





Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data: 16/09/2021 **Responsável:** Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	24

Designação:	"Vila Berta"	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	IIP - Imóvel de Interesse Público	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Vila Berta nº 1 a 13 e nº 2 a 14		Área envolvente (61 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105037,34 / -086615,37	74 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 4788**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Construído na primeira década do século XX, entre 1902 e 1908, este singular conjunto de edifícios destinado a habitação operária, cuja estrutura se faz em torno de duas linhas de edifícios voltados para uma rua interior, seguindo duas diferentes tipologias: do lado oeste, as habitações, de maiores dimensões, com três pisos, encontram-se separadas por pequenos recintos ajardinados, e possuem, ao nível do segundo piso, varandas de planta quadrada (com balaustrada em ferro forjado) assentes em finos pilares; quanto ao lado Este, é constituído por habitações com apenas dois pisos e varandas ao nível do segundo piso, estas de menores dimensões, mas também de ferro forjado. Todas as estruturas habitacionais são compostas por dois fogos por piso. A Vila Berta é detentora de uma Arquitetura eclética, que aglutina apontamentos Arte Nova (ex.: friso de azulejos onde se lê o nome da Vila --- Vila Bertha ---), com o uso do ferro forjado em linhas ondulantes no gradeamento das varandas, denunciando assim um nítido comprometimento estético com estas propostas arquitetónicas do fim de século.



Figs. 1 e 2: Vista frontal das fachadas de dois edifícios-exemplo da Área (Fonte: Archeocélis).





Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	25

Designação:	Convento da Graça/ Antigo Convento de Nossa Senhora da Graça	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Convento / Arquitetura religiosa	MN – Monumento Nacional	Medieval
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Largo da Graça		Área envolvente (68 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105164,12 / -086789,50	**83 m.**	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	4

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 3232**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Fundado na época da Reconquista cristã, para frades eremitas calçados de Santo Agostinho, o Mosteiro da Graça apresenta hoje um estilo tardo-barroco devido ás diferentes modificações. Tem planta cruciforme, nave de cinco tramos e altares de talha do final do Rococó. A Sacristia abre com a notável portada barroca do tempo de D. Pedro II, com seus finos colunelos berniniescos em mármore rosa e frontão interrompido onde duas figuras de anjos sustentam o escudo de armas de D. Mendo de Fóios, secretário de Estado desse monarca, que dirigiu as obras. O espaço barroco da Sacristia alberga dois monumentais espaldares de mármore, ricos arcazes e azulejos rococó de temário mariano e algumas telas barrocas joaninas. As capelas intermédias do corpo do templo, com altares de entalhe rococó de colunas coríntias, integram uma série de boas esculturas setecentistas. Uma delas, a de Santa Rita de Cássia, esconde restos da primitiva capela do Arcanjo Rafael, com baixos-relevos da segunda metade do século XVI com cenas do Velho Testamento e com um teto apainelado com seis pinturas alegóricas.



Fig. 1 (à esquerda): Vista frontal da fachada principal (Fonte: Archeocélis).

Fig. 2 (à direita): Vista exterior das traseiras do edifício (Fonte: Archeocélis).





Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	26

Designação:	Castelo de São Jorge e resto das cercas de Lisboa		
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**	
Lisboa	Lisboa	Santa Maria Maior	
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**	
Castelo / Arquitetura militar	MN – Monumento Nacional	Medieval	
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**	
Rua de Santa Cruz do Castelo		Área envolvente (365 m. de distância do TMSA)	
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**	
-105470,16 / -087009,44	85 m.	431	
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**	
Bom	Positivo	5	

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 3222**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Desconhece-se a época de construção inicial do reduto militar que depois veio a dar origem ao Castelo de São Jorge de Lisboa. Certo é que sob domínio islâmico essa antiga fortaleza foi reconstruída e ampliada, ao mesmo tempo que se construiu a Cerca Moura, primitiva muralha defensiva da cidade. Já sob domínio cristão, o Castelo foi de novo objeto de obras, conferindo-lhe genericamente a disposição planimétrica que hoje possui. No reinado de D. Fernando, acompanhando o constante crescimento da cidade, construiu-se a célebre muralha fernandina, que abarcou pela primeira vez a Baixa e parte do monte fronteiro ao castelo para Ocidente. Ao longo dos séculos as estruturas militares de Lisboa foram sendo remodeladas, ao ponto de na primeira metade do século XX o castelo estar bastante arruinado. Monumentais obras de reconstrução foram então empreendidas, levantando-se grande parte dos muros e alteando-se muitas das torres. Ao contrário do que se poderia pensar à primeira vista, o "carácter medieval" deste conjunto militar deve-se a esta campanha reconstrutiva e não a qualquer inviolabilidade do espaço do castelo desde a Idade Média até aos nossos dias.



Fig. 1: Vista geral (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	26a

Designação:	Cerca Fernandina – Torre e troço de muralha/ Porta da Ribeira	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santa Maria Maior
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Castelo / Arquitetura militar / Arqueológico	MN – Monumento Nacional	Medieval / Moderno
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
		Área de incidência (6 m. de distância da saída do TMSA; 75 m. do TM5)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105615,61 / -086305,46		431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
	Negativo (Interferência Inevitável)	5

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com); Arqueohoje (2016): *Relatório Preliminar*.

Descrição:

Várias sondagens arqueológicas, executadas no âmbito do vertente projeto pela empresa Arqueohoje, permitiram a identificação de um troço da Cerca Fernandina – Monumento Nacional, cujo diagnóstico da volumetria e estado de conservação foi o principal objetivo, abrangendo um hiato temporal balizado entre o final do séc. XIV (construção da estrutura fortificada) e a atualidade, com relevo para as ocupações próximas (pré e pós) do terramoto de 1755, num total de quatro grandes etapas de construção e ocupação. Foram, ainda, encontradas várias parcelas de uma calçada pré-pombalina, separadas pelos banquetes que sustentam as infraestruturas de saneamento atuais. Esta calçada funcionou na área exterior à Cerca, de origem medieval, e do edificado que, entretanto, se havia adossado à face Sul da torre. Assente em aterros com material ainda de cronologia moderna, portanto depositados para preparação, a primeira destas parcelas foi descoberta no centro da sondagem contiguamente à face Nordeste da torre da Cerca Fernandina. Tratava-se de uma pavimentação formada por blocos pétreos arredondados, sub-arredondados e alguns com angulosidade mais pronunciada, de dimensão diversa e com disposição irregular. A superfície apresentava muitas irregularidades e desenvolvia-se com pendente pronunciada para Sul, na direção da antiga praia. Este troço encontrava-se delimitado pela referida torre da Cerca Fernandina e pelo contraforte colocado no canto definido por aquela e pelo restante troço da muralha - que se desenvolve sob o Corte Noroeste. A sua continuação foi confirmada nos quadrantes Nordeste e Sudeste, estando sobreposta por um grande nível de derrube, plausivelmente oriundo da Cerca Fernandina. O segundo troço mais representativo, foi identificado na sondagem, estava formado por blocos pétreos arredondados, sub-arredondados e alguns com angulosidade mais pronunciada, de dimensão diversa e com disposição irregular. A superfície também apresentava irregularidades e desenvolvia-se com igual pendente pronunciada para Sul, na direção da antiga praia.



Fig. 1: Vista da Torre, a partir do edifício do Beco do Belo – Noroeste (Fonte: Arqueohoje).



Fig. 2: Paredão fluvial em alvenaria calcária, vista a partir de sul (Fonte: Arqueohoje).



Fig. 3: Vista aérea da localização das sondagens (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	27

Designação:	Edifício da sede da Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura civil	MIP - Monumento de Interesse Público com ZEP – Zona Especial de Proteção	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Voz do Operário nº 13		Área envolvente (76 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105303,73 / -086643,06	66 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 357**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

O edifício foi construído de raiz em terreno exíguo, cedido pelo Governo de João Franco, com o fito de albergar as escolas e os serviços da instituição nascida em 1883 para prestar assistência humanitária e educativa aos operários da indústria tabaqueira, posteriormente alargada a trabalhadores de outras indústrias. O projeto foi encomendado pela Sociedade a Manuel Joaquim Norte Júnior, que concebeu um edifício funcional dentro da estética do Ecletismo historicista, associado à nova arquitetura do ferro. Tendo por construtor João Maria da Cruz, a 1ª pedra foi lançada em outubro de 1912. Novo projeto daquele arquiteto, de agosto de 1914, receberia aprovação camarária em dezembro, condicionada à revisão da largura das portas de saída do Salão para a varanda; era então seu construtor António Dias Monteiro. Este raro equipamento cívico em que foi utilizada a tecnologia do ferro, foi inaugurado em 07/12/1930, mas concluído apenas dois anos mais tarde, não sem antes ter sofrido algumas alterações e diversos atrasos por força da Grande Guerra e de constrangimentos financeiros que determinaram o recurso a empréstimos bancários. À data da sua conclusão, o imóvel albergava o mais importante núcleo de instrução primária de Lisboa.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte:



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	28

Designação:	Igreja de São Vicente de Fora	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Igreja / Arquitetura religiosa	MN – Monumento Nacional	Medieval
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Largo de São Vicente		Área de incidência (o TMSA passa por debaixo a uma profundidade superior a 20 m.)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105378,88 / -086491,13	65 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	5

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 3300**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

A Igreja de São Vicente de Fora, construída pelo mecenato de Filipe I, serviu para panteão real. A composição da fachada foi desenhada pelo arquiteto português Baltazar Álvares, adaptando a tradição do Maneirismo romano às tradições arquitetónicas portuguesas, géneses do estilo chão, marcando em definitivo a Arquitetura maneirista, em Portugal e em todo o mundo português, durante o século XVII. De planta longitudinal, o templo vicentino possui nave única, com transepto, capela-mor bastante profunda e retrocoro. Nas paredes laterais da nave destaca-se a sequência rítmica de pilastras emparelhadas, entre as quais foram rasgadas pequenas capelas, comunicantes entre si. O espaço, cuja iluminação é feita através de janelas termais que se distribuem pelo topo da cabeceira e do transepto, é coberto por abóbada de berço de caixotões, estando estes decorados com diferentes relevos. O cruzeiro da igreja era originalmente rematado por uma cúpula, que ficou totalmente destruída durante o terramoto de 1755. A fachada apresenta uma composição muito original, de linhas sóbrias e depuradas, mas repleta de monumentalidade, na qual se destaca a disposição das duas torres. Estas não são simplesmente justapostas como dois blocos adossados ao frontispício, mas antes plenamente integradas na estrutura, numa tipologia que recria, à luz da tratadística renascentista, a Arquitetura medieval portuguesa, alcançando um equilíbrio perfeito entre a tensão horizontal de um alçado de cinco tramos e a verticalidade sugerida pelos volumes torreados.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	29

Designação:	Paço de São Vicente/ Mosteiro de São Vicente de Fora		
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**	
Lisboa	Lisboa	São Vicente	
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**	
Mosteiro / Arquitetura religiosa	IIP - Imóvel de Interesse Público	Medieval	
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**	
Largo de São Vicente		Área de incidência (o TMSA passa por debaixo a uma profundidade superior a 20 m.)	
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**	
-105409,67 / -086487,99	65 m.	431	
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**	
Bom	Negativo	5	

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 3331**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Antigo mosteiro de São Vicente de Fora, fundado em 1147 após a reconquista de Lisboa aos mouros. O edifício primitivo foi demolido, no tempo de Filipe II, por se apresentar em avançado estado de degradação e substituído pelo atual edifício maneirista de carácter monumental, riscado por Filippo Terzi, e cujo modelo é talvez um projeto de Juan de Herrera, autor do Escorial de Madrid. Foi transformado em Paço Episcopal após a extinção das Ordens Religiosas, em 1834, e nas sucessivas adaptações para instalação de vários serviços públicos sofreu obras que lhe desvirtuaram o carácter original. São de destacar, por constituírem núcleo de grande importância mundial, os belíssimos painéis de azulejos oitocentistas que aí se conservam. Aí se encontra também o Panteão da Dinastia de Bragança (instalado no antigo refeitório conventual), o Panteão dos Patriarcas de Lisboa (instalado na antiga Casa do Capítulo) e perto deste, a Capela dos Meninos de Palhavã, cujo seu pavimento está preenchido com as vísceras dos Reis de Portugal. De destacar ainda a sua antiga portaria conventual com painéis de azulejos historiados e o texto em perspetiva da autoria de Vicenco Bacarelli.



Fig. 1: Vista lateral da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	16/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	30

Designação:	Museu Militar		
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**	
Lisboa	Lisboa	Santa Maria Maior	
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**	
Museu / Arquitetura militar	IIP - Imóvel de Interesse Público	Moderno	
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**	
Largo do Museu da Artilharia nº 51		Área de incidência (25 m. de distância do TMSA; 28 m. do TM5)	
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**	
-105596,38 / -086225,22	1 m.	431	
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**	
Bom	Negativo	4	

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 3309**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com);

Descrição:

A 11 de Julho de 1726 um incêndio consumia as tercenas das Portas da Cruz que aqui existiam e que serviam de apoio a várias instituições públicas da cidade. D. João V mandou reedificá-las, datando desse período o magnífico portal poente da autoria de Fernando de Larre. Depois do terramoto o Marquês de Pombal alterou os planos do projeto e decidiu reformar o edifício em obras para o entregar ao Real Arsenal do Exército. Ao longo de todo o século XIX as obras de readaptação não cessaram e na segunda metade do século transformaram-se algumas salas do edifício setecentista - decoradas por nomes tão importantes como Pedro Alexandrino ou Bruno José do Vale - em museu, função que o monumento conserva até hoje.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Pormenor da vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	31

Designação:	Portal manuelino e galilé da Igreja de Chelas/ Portal e galilé do antigo convento de São Félix e Santo Adrião de Chelas		
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**	
Lisboa	Lisboa	Marvila	
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**	
Convento / Arquitetura religiosa / Arqueológico	MN – Monumento Nacional	Medieval (Visigótico/romano)	
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**	
Largo de Chelas		Área de incidência (30 m. de distância da entrada do TCB e do TC1)	
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**	
-102609,62 / -085629,63	22 m.	431	
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**	
Bom	Negativo	4	

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 3283**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

As origens do Mosteiro de Chelas perdem-se no tempo. As informações mais coerentes - frustrada que está por longos anos a possibilidade de se realizar uma intervenção arqueológica - apontam para uma ocupação de época visigótica sobre antigas estruturas romanas. As primeiras evidências materiais que subsistem são do século X, altura em que a ativa comunidade moçárabe de Lisboa patrocinou uma reconstrução, pelo menos, da igreja. Ao longo da Baixa Idade Média foram várias as campanhas (românica, gótica e manuelina). Desta última fazem parte o portal manuelino e a galilé de aceso ao templo, únicos elementos classificados. Em 1604 procedeu-se à reconstrução integral do Mosteiro, que continuou a manter a memória dos mártires aí sepultados. Apesar de bastante modificado depois da extinção das ordens religiosas - passando a Fábrica de pólvora e depois a Arquivo Geral do Exército - o convento mantém as características essenciais da reforma executada nos primeiros anos do século XVII, com alguns acrescentos decorativos de inegável qualidade, como parte do programa azulejar do século XVIII que ainda se conserva no Museu Arqueológico do Carmo.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	18/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	32

Designação:	Palácio de Mitra/Quinta da Mitra	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Marvila
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Palácio / Arquitetura civil	MIP – Monumento de Interesse Público com ZEP – Zona Especial de Proteção	Medieval
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua do Açúcar nº 56		Área envolvente (238 m. de distância do TCB e do TC2)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-102659,56 / -084343,39	4 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	4

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 1570**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

O palácio da Mitra já era propriedade do cabido lisboeta desde o século XII, até que se dividiu em parcelas no século XV utilizada como quinta de veraneio, por beneficiar dos bons ares que aí se respiravam devido à proximidade do Tejo e ao afastamento da cidade e como palácio residencial na sede do patriarcado no séc. XVII. O edifício pauta-se ainda hoje por uma grande depuração e austeridade. Na fachada, caracterizada pela simetria na abertura dos vãos, a entrada para o pátio é feita por dois portões, com a gradaria original. A fachada do pátio é marcada pela escadaria de dois lanços com uma fonte e carranca ao centro. O palácio, de dois andares, apresenta uma planimetria interna algo confusa, certamente fruto do aproveitamento das estruturas anteriores. Merece especial destaque a escadaria nobre, que se bifurca a partir do primeiro patamar para se unir no último lanço, onde é protegida por balaustrada de mármore que os azulejos dos panos murários, a azul e branco, procuram imitar, sobre uma paisagem fundeira. A azulejaria é, aliás, uma das características destes interiores, com painéis alusivos a paisagens e cenas de caça, próprios da fase joanina final. A capela, de planta elíptica, foi destruída na década de 1930, mas subsistem imagens a revelar o retábulo de influência italiana e a abóbada de estuques. O jardim em terraço, ao nível do andar nobre, organizado à francesa, e para o qual se abre uma das fachadas com revestimento azulejar. Foi vendido em 1864 até ser adquirido pela autarquia em 1930 que instalou o Asilo da Mendicidade (1933) e a Biblioteca (1934), cuja adaptação originou muitas alterações, a principal das quais a destruição da capela. Em 1941 recebeu o Museu da cidade, que aí permaneceu até à década de 1970.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

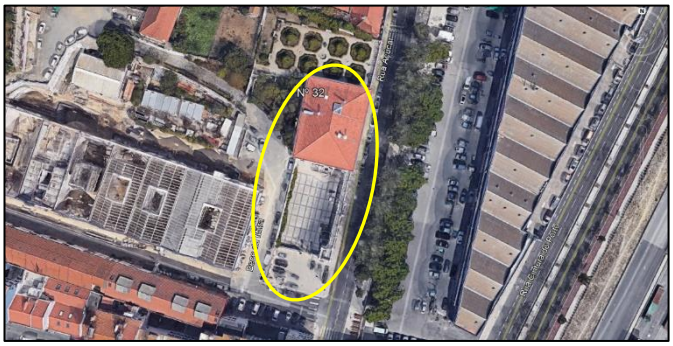


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	18/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	33

Designação:	Conjunto de armazéns	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Marvila
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Industrial / Arquitetura industrial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Av. Infante D. Henrique, N a U; Rua do Açúcar, A a J e Rua Pereira Henriques, L a M		Área envolvente (229 m. de distância do TCB e do TC2)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-102644,60 / -084267,31	2 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 21.76**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de armazéns, utilizados por diferentes marcas, nomeadamente associadas à Indústria Automóvel.



Fig. 1: Vista frontal. Archeocélis

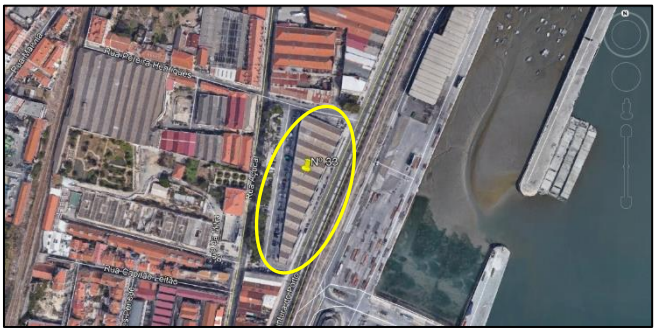


Fig. 2: Vista aérea. Google Earth

Data:	18/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	34a

Designação:	Conjunto arquitetónico na Rua Capitão Leitão e Rua Afonso Annes Penedo	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Marvila
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Capitão Leitão nº 5-5B, 7, 11-19, 10-18, 20, 28-34, 36-38, 40-42, 44, 52-56, 58 e 60-60D; Rua Afonso Annes Penedo nº 10-14, 16-20, 22, 24-28, 30, 32-40 e 42-46		Área de incidência (81 m. de distância do TCB e do TC2)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-102762,00 / -084493,95	6 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	1

Fonte / Bibliografia: **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); **PDM, 21.78.** 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de edifícios de funcionalidade residencial. A maioria dos mesmos exibem sinais de renovação recente, apesar dos restantes apresentarem mau estado de conservação no seu exterior. Os edifícios apresentam diferentes alturas e nº de andares (2 a 4). Os pisos inferiores estão reservados a serviços (restaurantes, cabeleireiros, etc.). As fachadas exibem pinturas de diferentes cores (amarelo, vermelho, azul, etc.), a exceção de uma que mantem os azulejos originais, com motivos florais.



Fig. 1: Vista da fachada principal, desde a Rua Capitão Leitão (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	18/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	34b

Designação:	Edifício industrial/ (Antiga) Fábrica de Borracha Luso-Belga	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Marvila
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Industrial / Arquitetura industrial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua do Açúcar nº 78; Rua Afonso Penedo nº 5; Rua José Domingos Barreiros nº 2		Área de incidência (43 m. de distância do TCB e do TC2)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-102855,59 / -084420,77	5 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 21.79**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com); https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/fabrica-de-borracha-luso-belga.

Descrição:

A "Fábrica Nacional de Borracha" fundada, em 1895, por Victor C. Cordier, com capitais de origem belga, mudou a sua designação comercial para "Fábrica de Borracha Luso-Belga", em 1929.
Único polo de transformação deste produto em Portugal, produzia todo o tipo de artigos em borracha e ebonite, assim como produziu e comercializou calçado em borracha envernizada com a marca "Lusbel", para além de ter a concessão da patente internacional da Standard Super-moulding Co. Lda. para a moldagem de pneus das marcas Michelin, Englebert e Dunlop.
Esta fábrica entrou em processo de falência, em junho de 1974, vindo a encerrar as portas em 1975. Este exemplar de arquitetura industrial oitocentista, formava uma unidade, ocupando um quarteirão amplo com um conjunto de edifícios distribuídos por várias zonas: uma zona mais moderna, atualmente ocupada por escritórios; zonas de produção, que integravam um edifício mais antigo, datado do séc. XIX, e uma zona mais moderna, com telhados em "shed"; e a zona das caldeiras, onde se erguia uma ampla chaminé de tijolo.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	18/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	35

Designação:	Biblioteca dos Amigos de Lisboa/ (Antigo) Edifício industrial	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Marvila
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Industrial / Arquitetura industrial / cultural	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua do Açúcar nº 86		Área de incidência (16 m. de distância do TCB e do TC2)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-102960,14 / -084435,10	5 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	1

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 21.81**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Arquitetura do séc. 20. Edifício de planta retangular irregular, possuindo vários ressaltos nas fachadas, criando ângulos, sendo estas divididas em vários panos por frisos de cantaria, onde se rasgam amplos vãos retilíneos. Acesso por amplo portão de verga reta, que leva a um vestíbulo e às escadas para o piso superior.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	18/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	36

Designação:	Mirante da (Antiga) Quinta da Inauguração	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Marvila
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Geomonumento / Arriba fóssil	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	*Ca*. 16,5-15 milhões de anos
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua José Domingos Barreiros nº 10		Área de incidência (32 m. de distância do TCB; 128 m. do TC2)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-102866,66 / -084632,55	9 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Regular	Negativo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 21.87**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

No MIOCÉNICO MÉDIO, a região de Lisboa ficava perto de um rio, onde se instalaram praias fluviais e campos de dunas e pastavam rinocerontes primitivos (*Hispanoterium*). O Megacricedonton, pequeno mamífero primitivo, atualmente extinto, também aqui procurava alimentos. Com a subida do nível do mar, a linha de costa aproximou-se, instalando-se aqui um estuário. Neste estuário, sobre a areia onde vermes e crustáceos escavaram galerias, formaram-se grandes bancos de ostras.



Fig. 1: Vista frontal (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data: 18/09/2021 **Responsável:** Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	37

Designação:	Conjunto arquitetónico nas ruas Vale Formoso de Cima e rua Zófimo Pedroso		
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**	
Lisboa	Lisboa	Marvila	
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**	
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado	
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**	
Rua do Vale Formoso de Cima nº 3 a 19 e 2 a 22; Rua Zófimo Pedroso nº 29 a 67		Área envolvente (797 m. de distância do TCB)	
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**	
-102162,32 / -084318,11	4 m.	431	
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**	
Mau	Positivo	Indeterminado	

Fonte / Bibliografia: **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); **PDM, 21.68**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Diversos edifícios para uso habitacional, com diferentes alturas, nº de pisos (entre um e três) e estados de conservação. Algumas fachadas bastante degradadas e outras mediamente.





Figs. 1 e 2: Vista frontal das fachadas (Fonte: Archeocélis).



Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	18/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	38

Designação:	Recolhimento de S. Vicente/ Quinta das Veigas ou de S. Vicente/ Casa de S. Vicente		
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**	
Lisboa	Lisboa	Marvila	
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**	
Quinta / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Contemporâneo	
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**	
Azinhaga das Veigas nº 1; Rua Miguel de Oliveira nº 2		Área envolvente (64 m. de distância do TCB)	
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**	
-102971,44 / -084865,32	31 m.	431	
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**	
Bom	Positivo	3	

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 21.15**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

No séc. XVIII, a denominada Quinta das Veigas era uma propriedade rural, com casa nobre e capela, com acesso pela R. de Marvila, então na posse da família de desembargadores Galvão de Lacerda. No início do séc. XIX, houve aquisição da propriedade pelo inglês Jacome Dolme, que mais tarde a vende a uma família estrangeira de nome Metzner. No séc. XX, deu-se a criação da denominada Casa de São Vicente, por iniciativa de D. Maria Antónia Plácido de Mello Breyner, condessa de Mafra, destinada a promover a reabilitação e a reintegração social de mulheres que haviam cumprido penas de prisão (e que deve o seu nome ao facto de ter inicialmente funcionado na cave de um edifício da Graça, sito na rua e freguesia de São Vicente). Em 1941-42, a Casa de São Vicente (cujos estatutos haviam sido aprovados nesse ano, por alvará e classificada como instituição particular de solidariedade social) passa a funcionar no edifício da Azinhaga das Veigas, nº 1. Já em 1941, uma avaliação da casa da Azinhaga das Veigas, refere como sua proprietária D. Maria do Carmo Carvalho Daun e Lorena, baronesa de Robert Baude. Em 1972, conclui-se aquisição do imóvel à Câmara Municipal de Lisboa e, oito anos depois, ocorre a construção da ala S.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

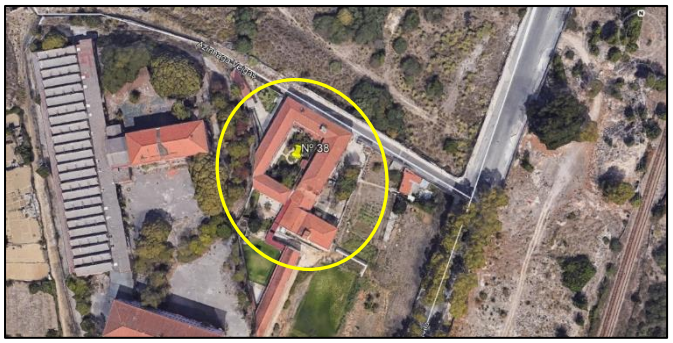


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	18/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	39

Designação:	Escola Industrial Afonso Domingues	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa **/ Legislação**	Marvila
Tipologia / Categoria	**Classificação**	**Cronologia**
Escola / Arquitetura educativa	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Miguel de Oliveira		Área envolvente (167 m. de distância do TCB)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-103078,13 / -084938,38	36 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Regular	Positivo	1

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 21.85**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

A obra de construção, efetuada pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, foi concluída em 31 de dezembro de 1961. Em 1893, inicia-se p projeto de construção da autoria de Luís Caetano Pedro de Ávila, continuado em 1953. A conclusão das obras pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário acontece em 1956 e, em 1959, conclui-se a obra pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	18/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	40

Designação:	Quinta da Salgada	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Marvila
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Quinta / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Azinhaga da Salgada nº 10-20		Área envolvente (55 m. de distância do TCB)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-102778,76 / -085336,32	54 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 21.13**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Em ruína. Foi construída no Séc. XVIII, tinha ainda uma ermida e uma horta, além do jardim. O nome desta quinta vem da sua antiga proprietária, D. Ana Joaquina Salgado, filha do mestre de campo José Vaz Salgado e de D. Teresa Maria de Jesus, e seu filho José Pinheiro Salgado, naturais do Recife. Era uma abastada família com propriedades no Brasil, cujo gosto foi espelhado na exótica flora que constituía o jardim.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	18/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	41

Designação:	Quintas das Conchas / Azinhaga da Salgada	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Marvila
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Quinta / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Azinhaga da Salgada nº 105		Área envolvente (71 m. de distância do TCB)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-102771,00 / -085304,32	58 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Mão	Positivo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 21.12/21.12A**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Em ruína. Construção do séc. XVIII. Tinha ermida com invocação a Santo António.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	18/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	42

Designação:	Edifício da Associação de Proteção da 1ª Infância	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santa Maria Maior
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura civil	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Largo do Museu da Artilharia nº 2		Área de incidência (26 m. de distância da saída do TMSA; 47 m. do TM5)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105668,92 / -086283,25	2 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 36.41**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com); https://www.appinfancia.org/sobre-a-appi/historia/.

Descrição:

A fundação da Associação Protetora da Primeira Infância (APPI) partiu da iniciativa do Coronel Rodrigo António Aboim Ascensão e muito esteve ligada à perda do seu filho Manuel, em 1899, apenas com oito meses de vida, acontecimento que o despertou para as carências alimentares com que mães e bebés se deparavam diariamente, realidade que acompanhava na zona de Alfama onde exercia o comando da Companhia de Cavalaria da Guarda Fiscal. Decidiu criar uma instituição vocacionada para o combate da mortalidade infantil na primeira infância, através do apoio alimentar e acompanhamento médico.
A Associação foi oficialmente criada em 1901, e instalada junto ao bairro de Alfama (Santa Apolónia) em edifícios projetados pelo Arq. Ventura Terra, enquanto instituição particular tendo como fonte de receita a quota mensal dos seus associados. Foi oficialmente inaugurada dois anos depois, contando com a presença da Família Real Portuguesa.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

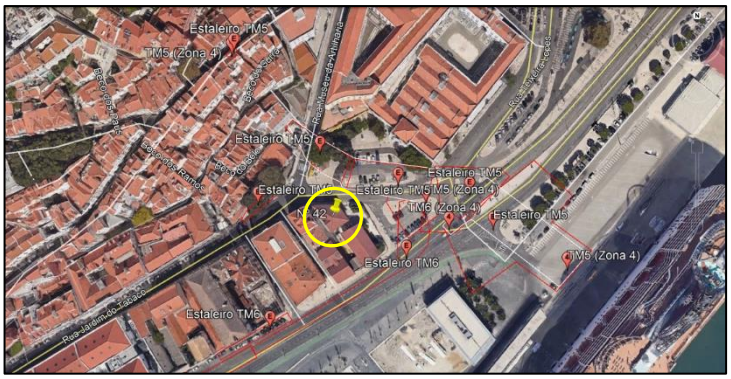


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	43

Designação:	Conjunto de (antigos) edifícios de habitação plurifamiliar nas ruas Jardim do Tabaco e Beco da Lapa	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santa Maria Maior
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Jardim do Tabaco nº 30 a 82 e Beco da Lapa nº 35		Área envolvente (75 m. de distância da saída do TMSA; 120 m. do TM5)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105674,24 / -086355,77	2 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 36.53**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de edifícios destinados a habitação plurifamiliar, com elevado nº de fogos e bom estado de conservação das fachadas, localizados em zona movimentada da cidade.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	44

Designação:	Ermida do Senhor Jesus da Boa Nova e edifício anexo	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santa Maria Maior
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Capela / Arquitetura religiosa	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Moderno
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Beco do Belo nº 1A; Rua do Jardim do Tabaco nº 2-10		Área de incidência (15 m. de distância da saída do TMSA; 77 m. do TM5)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105628,67 / -086309,08	2 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	2

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 36.36**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Entre 1744 e 1748 constrói-se o monumento, desenhado por Manuel da Costa Negreiros, depois de autorização régia do mesmo ano. Em 1775/1776, a ermida foi parcialmente enterrada devido à construção do aterro que permitiu a passagem da estátua equestre de D. José I, originando a Calçada Nova.
Planta longitudinal composta de nave única, quadrangular, capela-mor e sacristia adossada ao lado SO.; sem diferenciação entre interior e exterior; 2 volumes, com massas dispostas horizontalmente; telhados de 2 águas na igreja, de 1 só água na sacristia e uma superfície de empena, em L, de 1 água no corpo adossado. Frontispício voltado a SO., de embasamento proeminente, terminando numa cornija contracurvada em chaveta, aberta por um óculo, encimada por 1 cruz e flanqueada por 2 fogaréus.





Figs. 1 e 2 (à esquerda): Dois ângulos e proximidades da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	45

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Escadinhas dos Remédios		
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**	
Lisboa	Lisboa	Santa Maria Maior	
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**	
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado	
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**	
Escadinhas dos Remédios nº 5-7		Área de incidência (23 m. de distância da saída do TMSA; 34 m. do poço de ventilação do TM5)	
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**	
-105605,01 / -086340,40	26 m.	431	
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**	
Bom	Negativo	Indeterminado	

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 36.35**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto habitacional em zona mais tradicional da cidade, caracterizada por uma arquitetura mais heterogénea. Fachadas em bom estado de conservação.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	46

Designação:	Casa nobre	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santa Maria Maior
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua dos Remédios nº 152-164; Escadinhas dos Remédios nº 19-25		Área de incidência (10 m. de distância da saída do TMSA; 13 m. do poço de ventilação do TM5)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105585,80 / -086340,89	26 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 36.34**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Imóvel destinado a habitação plurifamiliar, em bom estado de conservação.



Figs. 1 e 2: Vistas frontal e lateral (Fonte: Archeocélis).



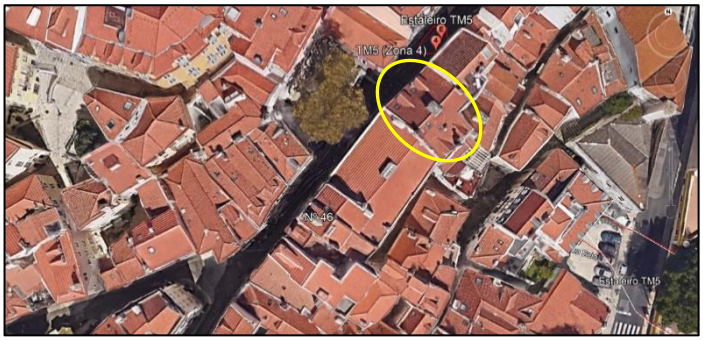


Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	47

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar nas ruas do Vigário e rua dos Remédios

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santa Maria Maior

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Rua do Vigário nº 2-4; Rua dos Remédios nº 121	Área envolvente (53 m. de distância da saída do TMSA; 51 m. do poço de ventilação do TM5)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105603,29 / -086376,48	21 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 36.30**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Elemento arquitetónico destinado à habitação plurifamiliar, com cinco pisos, e em bom estado exterior de conservação.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	48

Designação:	Palácio de D. Rosa	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santa Maria Maior
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Palácio / Arquitetura civil	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Moderno
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua dos Remédios nº 139-139A; Escadinhas do Arco de D. Rosa nº 2-8		Área de incidência (22 m. de distância da saída do TMSA; 27 m. do poço de ventilação do TM5)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105572,75 / -086366,67	25 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 36.33**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício construído, provavelmente, durante o séc. XVII. Sofre danos com o terremoto de 1755. O imóvel que hoje conhecemos resulta de uma profunda intervenção arquitetónica, ou mesmo total remodelação e reconstrução, ocorrida no século XVIII, a expensas de Xavier de Lima, ascendente dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima, família proprietária do Palácio até 1970, data em que foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Atualmente, encontra-se em fase de reabilitação.

Arquitetura residencial, barroca. Palácio urbano planimetricamente organizado em torno de pátio, cuja compartimentação interna se apresenta marcada pela existência de grandes compartimentos (dominantemente de planta retangular), diretamente comunicantes e cuja componente ornamental foi concebida com critérios temáticos e coerência. No andar nobre distinguem-se particularmente, pela componente decorativa que ostentam, os compartimentos desenvolvidos em torno do pátio. Comunicantes entre si, apresentam genericamente as mesmas opções decorativas segundo uma linguagem datável de finais do séc. XVIII / inícios do séc. XIX, destacando-se a adoção de pintura e estuque ao nível dos muros, tetos e sancas. De notar ainda que, o edifício apresenta uma variedade notável de revestimentos azulejares (lambris e painéis) realizados em diferentes épocas, merecendo também particular destaque o espaço da antiga biblioteca, com revestimento em boiserie entalhada pontuada nas molduras por grinaldas polícromas.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

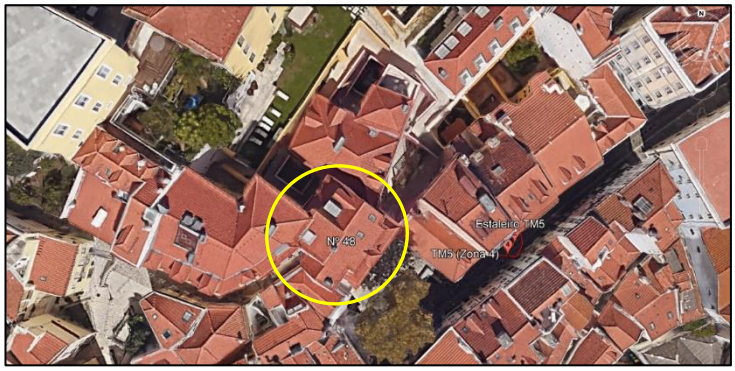


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	49

Designação:	Palácio Sequeira Freire/ Palácio da Cruz de Santa Helena/ Palácio dos Condes de S. Martinho/ Escola Superior Almeida Garrett/ Universidade Lusófona

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santa Maria Maior

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Palácio / Arquitetura civil / residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Moderno

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Largo do Sequeira nº 7; Escadinhas do Arco de Dona Rosa nº 17A-17B; Rua dos Corvos nº 29-29A	Área envolvente (142 m. de distância do TMSA)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105549,27 / -086535,35	**49 m.**	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	3

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 36.07**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Séc. XVII será a provável data de construção do imóvel. Em 1755, data do terramoto, que danifica consideravelmente, pertencia a Rui Vaz Siqueira, fidalgo da Casa dos Siqueira, de S. Martinho de Mouros. Nos finais do séc. XVIII, habita no palácio D. Ascenço de Siqueira Freire de Sousa Chichorro Abreu Cardoso, 1º Conde de São Martinho. No séc. XIX, o 3º Conde de São Martinho manda fazer obras de restauro e transformação do palácio.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	50

Designação:	(Antiga) Casa nobre/ Fundação Ricardo do Espírito Santo e Silva – Instituto de Artes e Ofícios	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santa Maria Maior
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Calçada de S. Vicente nº 32-38A		Área envolvente (114 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105543,16 / -086515,45	43 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 36.06**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

A Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva também conhecida como Museu de Artes Decorativas é uma instituição de direito privado de utilidade pública, criada em 27 de abril de 1953 e fica situada no Largo das Portas do Sol em Lisboa. O Museu é uma instituição cultural, permanente, e ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, sem fins lucrativos e aberta ao público. A missão do Museu é a proteção, estudo e divulgação das Artes Decorativas Portuguesas e os ofícios com elas relacionadas, pela manutenção das suas características tradicionais, pela educação do gosto do público e pelo desenvolvimento da sensibilidade artística e cultural dos artífices.
Fundação e Museu localizados no Palácio Azurara de quatro andares restaurado com a colaboração do Arquiteto Raul Lino em meados do século XX, como uma casa aristocrática do século XVIII. As salas ainda conservam alguns tetos originais e painéis de azulejos.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	51

Designação:	Casa nobre	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Largo do Outeirinho da Amendoeira nº 12-14		Área envolvente (59 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105492,06 / -086466,96	56 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 51.11**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

"Este outro palacete à nossa direita, sobre o Largo e sob o Pátio de S. Vicente, n.° 12-13, e agora pintado de verde, assenta sobre o casco de umas casas que aqui existiram no século XVI; em 1716 pertencia ao Dr. Francisco Quintanilha, e reedificado ainda no século do Terramoto, ou logo no começo do seguinte, era propriedade de Veríssimo José de Quintanilha e Mendonça, transitando depois para a posse da família Morais Sarmento, à qual ainda pertence, e nele habita."
(Fonte: ARAÚJO, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa*, vol. VIII, p. 86)



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	52

Designação:	Conjunto de edifícios na rua do Paraíso	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Moderno
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua do Paraíso nº 18 a 112 e 1 a 59		Área envolvente (104 m. de distância da saída do TMSA; 106 m. do poço de ventilação do TM5)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105385,54 / -086143,26	31 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	2

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 51.25**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de edifícios de diferentes desenhos e alturas, destinados a habituação e espaços comerciais. A maioria dos mesmos apresenta um bom estado de conservação.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

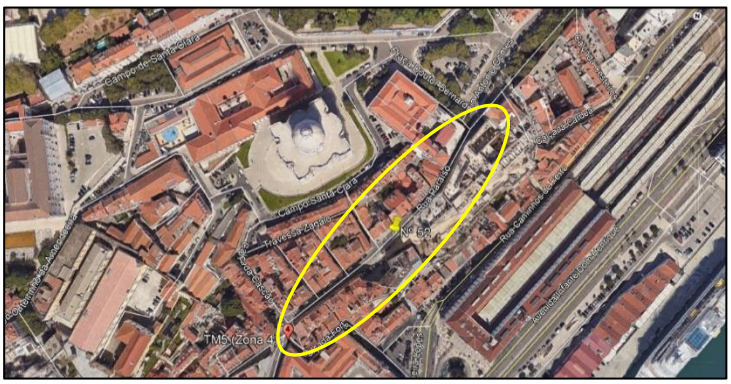


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	53

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo na rua da Verónica	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua da Verónica nº 70-74		Área envolvente (145 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105134,91 / -086464,30	70 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 51.39**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

O azulejo de padrão, produzido na segunda metade do século XIX, cobre milhares de edifícios em Lisboa. A variedade de cores e de desenhos nas ruas da capital portuguesa faz parte da sua identidade, e há sempre pelo menos um pequeno painel em cada esquina. Este edifício habitacional é um dos diversos exemplos deste tipo de revestimento de fachada.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	54

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar nas ruas Calçada do Cascão e Campo de Santa Clara

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Calçada do Cascão nº 37-39; Campo de Santa Clara nº 60	Área envolvente (99 m. de distância do TMSA)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105457,45 / -086310,35	32 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Razoável	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 51.30**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

O azulejo de padrão, produzido na segunda metade do século XIX, cobre milhares de edifícios em Lisboa. A variedade de cores e de desenhos nas ruas da capital portuguesa faz parte da sua identidade, e há sempre pelo menos um pequeno painel em cada esquina. Este edifício habitacional é um dos diversos exemplos deste tipo de revestimento de fachada. Neste elemento arquitetónico em concreto, a fachada exibe falhas no revestimento em azulejos e outros danos superficiais, especialmente nas áreas mais próximas do solo.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	55

Designação:	Campo de Santa Clara

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Moderno-Contemporâneo

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Campo de Santa Clara	Área envolvente (124 m. de distância do TMSA)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105328,81 / -086286,26	35 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	4

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 51.12**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

O Campo deve o seu nome ao Mosteiro das Clarissas aí construído em 1294 e que foi destruído pelo terramoto de 1755. O Jardim Boto Machado, o Mercado de Santa Clara e um conjunto relevante de edifícios civis e militares encontra-se neste local. Destacam-se aqui dois dos mais importantes templos da cidade, a saber o Mosteiro de São Vicente de Fora e o Panteão Nacional, o primeiro exemplar do barroco no país. Em termos de arquitetura civil destacam-se quatro palácios, a saber: o Palácio dos Marqueses de Lavradio, o Palácio Sinel de Cordes, o Palácio dos Condes de Barbacena e o Palácio do Conde de Resende. Todos se encontram atualmente em boas condições de conservação. É também aqui que se organiza, desde 1882, a Feira da Ladra, semanalmente, nas manhãs de terça-feira e de sábado."





Fig. 1 (em cima): Vista geral do Panteão Nacional (Fonte: Archeocélis).

Fig. 2 (em baixo): Vista frontal de algumas fachadas de edifícios delimitantes (Fonte: Archeocélis).



Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	56

Designação:	Conjunto de edifícios no Telheiro de S. Vicente	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de Edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Telheiro de S. Vicente nº 3 a 23		Área de incidência (39 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105331,20 / -086557,07	75 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 51.09**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Núcleo de casas de habitação. Largo delineado constituído por edifícios recuperados. Mantêm características básicas, embora surjam alguns elementos dissonantes.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	57

Designação:	Fonte ornamental	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Fonte / Elemento de ornamentação	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Arco Grande de Cima		Área de incidência (20 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105348,02 / -086510,63	66 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia:

Descrição:

Estrutura em cantaria de calcário, com pia semicircular decorada e moldura revestida a azulejos, com diversos elementos decorativos em pedra, no topo. Peça ornamental em bom estado de conservação.



Fig. 1: Vista frontal (Fonte: Archeocélis).

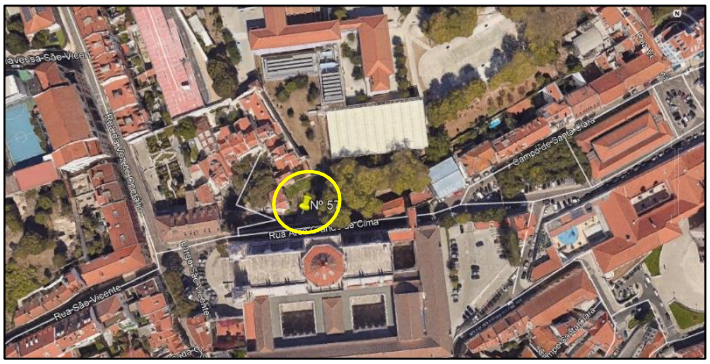


Fig. 2: Vista aérea (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	58

Designação:	Palácio Teles de Meneses	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Palácio / Arquitetura civil	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Moderno
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Largo de S. Vicente nº 5; Rua da Voz do Operário nº 2-20; Telheiros de S. Vicente nº 1-2C		Área envolvente (63 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105341,78 / -086584,76	60 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 51.08**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com); https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/palacio-teles-de-menezes.

Descrição:

A construção inicial deste palácio remonta ao início do séc. XVII, julga-se por iniciativa de Diogo Soares, secretário de estado do Conselho de Portugal em Madrid, no reinado de Filipe II. Entrou para as mãos dos Teles de Meneses, em 1734, mantendo-se na posse da família até 1902, altura em que foi adquirido pelo marquês do Funchal, D. Agostinho de Sousa Coutinho. Este, por sua vez, vendeu-o ao jornalista e escritor Alfredo da Cunha, em 1906, que encetou obras de remodelação no interior, a cargo do arq. Nicola Bigaglia, assim como nos jardins, expandindo-os através da aquisição de parcelas de terreno contíguas.

Este edifício caracteriza-se por uma grande verticalidade e por possuir uma única entrada lateral. As suas proporções harmoniosas realçam a nobreza do andar principal, percorrido por janelas de verga reta com varões de nós e esferas armilares nos vértices das grades das sacadas. Ao centro, por cima do piso nobre, exibe o brasão dos Coutinhos. O interior, profundamente alterado, ainda conserva uma feição seiscentista na escadaria e na traça de alguns tetos.

A escada, ao lado do Largo de São Vicente, foi revestida a azulejos colocados durante a intervenção de Bigaglia. O jardim surge estruturado em três planos alcandorados, valendo todo o conjunto pela excelente coleção de azulejos reunida pelo proprietário Alfredo da Cunha. O interesse do edifício reside no seu carácter funcional, representando um paradigma na arquitetura seiscentista da capital.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

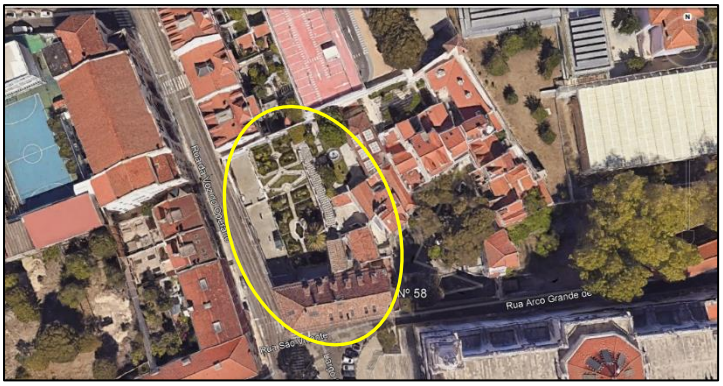


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	59

Designação:	Palácio dos Condes da Redinha	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Palácio / Arquitetura civil	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua de S. Vicente nº 2-8; Rua da Voz do Operário nº 1A-1B		Área envolvente (103 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105376,40 / -086606,62	60 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Regular	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 51.03**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

O título nobiliárquico de Conde da Redinha foi criado, de juro e herdade, por Decreto de 20 de agosto de 1776 do Rei D. José I de Portugal a favor de José Francisco Xavier Maria de Carvalho Melo e Daun, filho segundo de Sebastião José de Carvalho e Melo, 1º marquês de Pombal. Pouca informação existe sobre o Palácio que lhes foi atribuído e o estado de conservação da fachada é regular, com diversos sinais de degradação distribuídos por toda a superfície. Estruturalmente, não parece haver danos maiores.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	60

Designação:	Conjunto de edifícios na rua da Voz do Operário	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua da Voz do Operário nº 22 a 66		Área envolvente (53 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105303,64 / -086609,83	65 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 16.29**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com); https://toponimialisboa.wordpress.com/2013/02/14/a-rua-da-voz-do-operario/.

Descrição:

Este arruamento aberto na antiga Quinta da Abelha, nos princípios do último quartel do séc. XIX teve o nome Rua da Infância (por deliberação camarária de 22/11/1880) e, dois anos depois de A Voz do Operário ter aqui a sua sede passou a denominar-se Rua Voz do Operário (Edital de 11/02/1915). O mesmo é composto por edifícios de elevado pé-direito e diversos andares, em bom estado de conservação.





Figs. 1 e 2: Vista frontal das duas laterais da rua (Fonte: Archeocélis).



Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	61

Designação:	Edifício de habitação unifamiliar Travessa da Pereira

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Trav. da Pereira nº 36-40	Área de incidência (20 m. de distância do TMSA)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105100,54 / -086623,37	78 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 16.48**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício provido de um só piso, com reduzido pé-direito, com alguns danos suaves na fachada.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

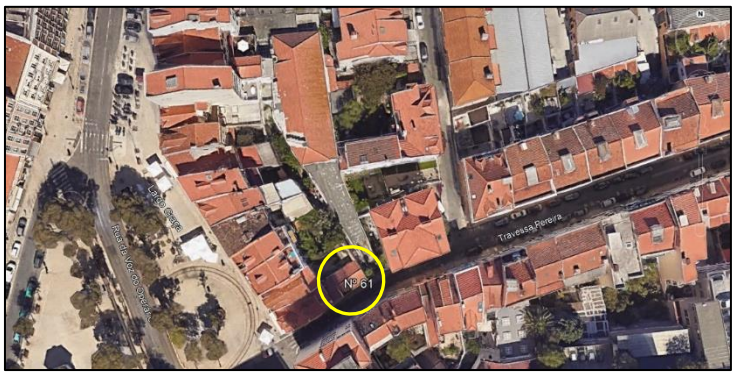


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	62

Designação:	Edifício de habitação unifamiliar na Vila Berta	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Vila Berta nº 1-1A		Área envolvente (51 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105061,72 / -086619,38	73 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 16.49**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Construído na primeira década do século XX, entre 1902 e 1908, o singular conjunto de edifícios destinado a habitação operária – Vila Berta, é considerado um dos mais completos e interessantes que subsiste em Lisboa no seu género e época. Este edifício pertencente ao conjunto dispõe de uma das arquiteturas mais singulares do local.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

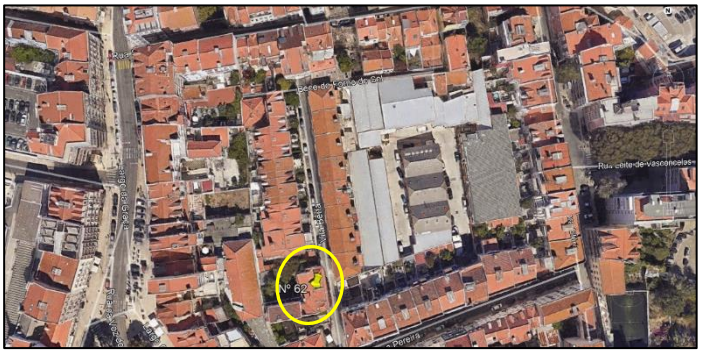


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	63

Designação:	Conjunto de edifícios na Rua da Graça, Largo da Graça e Trav. do Monte

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Rua da Graça nº 4 a 170 (exceto 128) e 3 a 133; Largo da Graça nº 1 a 134 (exceto 109-110 e 120-124); Trav. do Monte nº 1 a 29 e 2 a 58	Área envolvente (90 m. de distância do TMSA)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104857,34 / -086678,65	77 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	3

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 16.02**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Núcleo urbano de uma das zonas mais clássicas da cidade, desenvolvendo-se em diversas tipologias arquitetónicas e funcionalidades.





Figs. 1 e 2 (em cima): Vista frontal de duas laterais do núcleo urbano (Fonte: Archeocélis).



Fig. 3 (em baixo): Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	64

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo na Calçada do Monte

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Calçada do Monte nº 70-72A	Área de incidência (38 m. de distância do TMSA)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104979,57 / -086812,19	79 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 10.20**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício de uso habitacional, com três pisos e fachada de rés-do-chão revestida a azulejos. Elemento decorativo muito utilizado nas zonas mais tradicionais da cidade.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

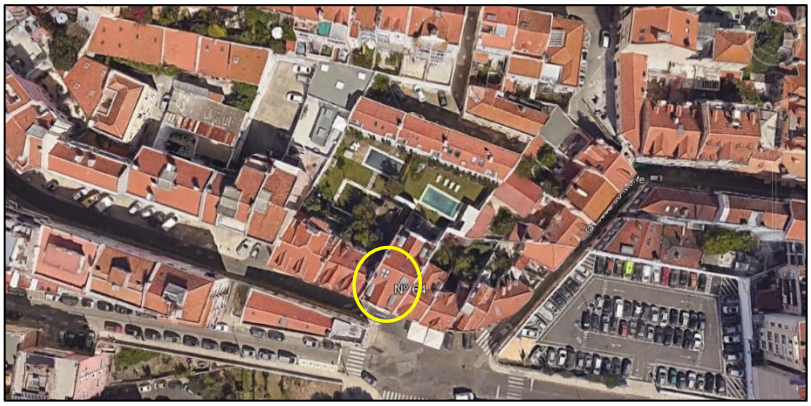


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	65

Designação:	Edifício de habitação unifamiliar na rua da Senhora do Monte	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	IM – Interesse Municipal	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua da Senhora do Monte nº 46		Área de incidência (47 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104872,97 / -086884,18	96 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 16.18**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício destinado a habitação, com evidências claras de renovação recente.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

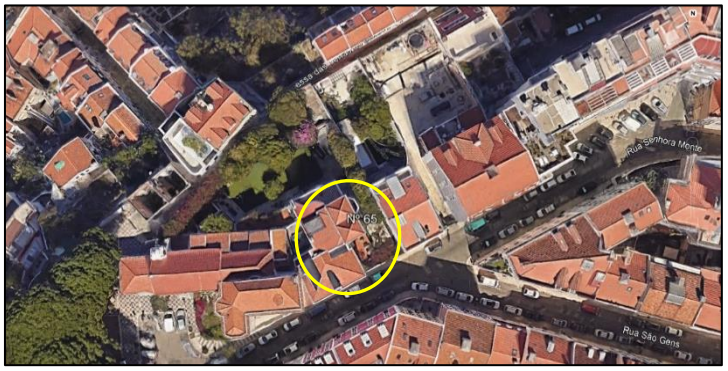


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	66

Designação:	Miradouro da Senhora do Monte	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Miradouro / Arquitetura	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Largo do Monte		Área envolvente (95 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104901,33 / -086941,38	101 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	1

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 16.45**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

O miradouro desenvolve-se em frente da Capela de Nossa Senhora do Monte. A partir dele pode observar-se, para sul, o mar da Palha, o Castelo de São Jorge, parte da Baixa de Lisboa e o estuário do rio Tejo, para poente, do Bairro Alto até ao Parque Florestal de Monsanto e, para norte, o vale da Avenida Almirante Reis. Ao lado deste miradouro encontra-se a pequena e antiga Ermida de Nossa Senhora do Monte (classificada como Imóvel de Interesse Público), fundada em 1147 e consagrada a São Gens, bispo que segunda a tradição aqui foi martirizado. Foi neste antigo Monte de São Gens que D. Afonso Henriques instalou o acampamento para a conquista da cidade. O miradouro fica no adro da pequena ermida e foi duas vezes remodelado no século XX. Por estar situado no ponto mais alto do Bairro da Graça, é um dos locais com melhor vista panorâmica da cidade, especialmente sobre a Mouraria e o Castelo de São Jorge.



Fig. 1: Vista frontal da peça central do miradouro (Fonte: Archeocélis).



Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).



Fig. 2: Vista sobre a cidade, a partir do miradouro (Fonte: Archeocélis).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	67

Designação:	Palácio rua do Benformoso	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Palácio / Arquitetura civil	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Largo do Intendente Pina Manique nº 57-58; Rua do Benformoso nº 278-294; Escadinhas das Olarias nº 14-16		Área envolvente (103 m. de distância do TMSA; 89 m. do TM4)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104751,87 / -087114,84	21 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 06.52**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício de três pisos e elevado pé-direito, com claros sinais de renovação recente.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data: 17/09/2021 **Responsável:** Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	68

Designação:	(Antigo) Palácio do Intendente Pina Manique		
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**	
Lisboa	Lisboa	Arroios	
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**	
Palácio / Arquitetura civil	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Contemporâneo	
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**	
Largo do Intendente Pina Manique nº 48-56; Trav. da Cruz dos Anjos nº 17; Beco da Bombarda nº 4		Área de incidência (43 m. de distância do TMSA; 84 m. do TM4)	
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**	
-104718,64 / -087108,21	21 m.	431	
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**	
Regular	Negativo	2	

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 06.46**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

O palácio do intendente Pina Manique, cuja fachada principal dá para o Largo do Intendente, ocupa os números 48 a 54 deste largo. Nele habitou Diogo Inácio de Pina Manique, homem de confiança do "Marquês de Pombal" e famoso intendente-geral da polícia no tempo de D. Maria I. Esta casa setecentista terá pertencido à família Nogueira de Matos de Andrade que pelo casamento de D. Inácia Margarida U. de Brito Nogueira de Matos em 1773, a trouxe como dote, passando o imóvel a pertencer também a Pina Manique. A fachada do edifício de 4 pisos com águas furtadas era rematado por uma cornija decorada por balaustrada. composto de nove janelas de cantaria, o andar nobre com nove portas de bandeira alpendradas com varandas de ferro, dando a noção de andar nobre. a sobreloja com igual número de janelas de cantaria, idênticas ao último piso e nove portas de arco abatido no piso térreo. Numa das portas a seguir ao nº. 52 na parte de cima existe uma placa, único indicador que aqui possivelmente viveu e morreu Diogo Inácio de Pina Manique, um elemento a lembrar que se trata de um lugar histórico.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

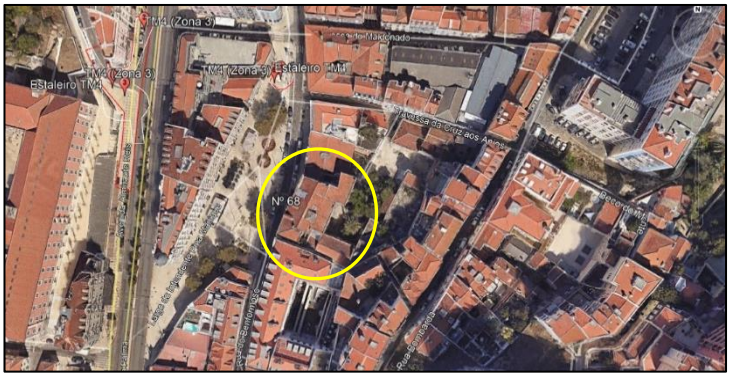


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	69

Designação:	Conjunto de edifícios na Avenida Almirante Reis		
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**	
Lisboa	Lisboa	Arroios	
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**	
Conjunto de Edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Contemporâneo	
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**	
Av. Almirante Reis nº 2 a 6K; Trav. do Cidadão João Gonçalves nº 1-19; Rua dos Anjos, 2-2D; Largo do Intendente Pina Manique nº 1 a 58; Rua do Benformoso nº 278 a 294; Rua da Palma nº 310-318		Área envolvente (103 m. de distância do TMSA; 85 m. do TM4)	
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**	
-104765,36 / -087140,21	21 m.	431	
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**	
Bom	Positivo	Indeterminado	

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 06.51**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

A bibliografia consultada não contém nenhuma descrição sobre esta ocorrência patrimonial.





Figs. 1 e 2 (à esquerda: Vista frontal de duas perspetivas do local (Fonte: Archeocélis).



Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	70

Designação:	Palácio no Largo do Intendente Pina Manique	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Palácio / Arquitetura civil	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Largo do Intendente Pina Manique nº 32-39; Trav. da Cruz dos Anjos nº 28-32; Trav. do Maldonado nº 3-7B		Área de incidência (o TMSA passa por debaixo; 70 m. do TM4)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104661,65 / -087101,15	21 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 06.42**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício de três pisos e elevado pé-direito, de uso habitacional e comercial (na base) e com claros sinais de renovação recente.



Fig. 1: Vista frontal. Archeocélis



Fig. 2: Vista aérea. Google Earth

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	71

Designação:	Palácio na rua dos Anjos	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Palácio / Arquitetura civil	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua dos Anjos nº 2-2D; Trav. do Maldonado nº 22-22A		Área de incidência (24 m. de distância do TMSA; 68 m. do TM4)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104646,66 / -087100,64	21 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 06.54**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício de quatro pisos e elevado pé-direito, de uso habitacional e com claros sinais de renovação, relativamente, recente.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	72

Designação:	(Antiga) Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego		
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**	
Lisboa	Lisboa	Arroios	
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**	
Fábrica / Arquitetura industrial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo	
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**	
Av. Almirante Reis nº 6-6F e 6G-6J; Trav. do Cidadão João Gonçalves nº 1-21; Largo do Intendente Pina Manique nº 28-31		Área de incidência (18 m. de distância do TMSA; 16 m. do TM4)	
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**	
-104682,91 / -087156,96	23 m.	431	
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**	
Bom	Negativo	3	

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 06.41A**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

A construção inicia-se em 1849, por iniciativa de António da Costa Lamego, e prolonga-se até 1865. Edifício de estilo romântico, situado na Avenida Almirante Reis, possui como elemento decorativo dominante um vistoso revestimento azulejar, que abarca a totalidade da fachada, da autoria de Luís Ferreira, o famoso Ferreira das Tabuletas, pintor de azulejos oriundo das Fábricas da Calçada do Monte e Viúva Lamego. Edifício estruturado em dois registos, com duas janelas cada, que no segundo piso ladeiam uma varanda, tem como remate uma empena, rasgada por um óculo rodeado de grinaldas e pequenas figuras que seguram uma inscrição com a data da construção. O programa cerâmico revela o gosto romântico-revivalista deste pintor, que aqui assume uma tentativa romântica de recuperar a tradicional pintura figurativa e artesanal do azulejo polícromo sobre esmalte branco. No primeiro registo, os azulejos, de cromatismo predominantemente verde e amarelo, possuem um cunho orientalizante, corroborado pelas figuras que alegorizam a fábrica, segurando inscrições com o nome e a data de construção (1865), e também um teor mais classicizante patente nas duas outras representações deste primeiro registo. O revestimento azulejar do segundo registo é dominado por motivos essencialmente vegetalistas, inspirado nas albarradas barrocas. No remate, representam-se anjos segurando uma filactera com a data da decoração, em pintura de tons amarelos.

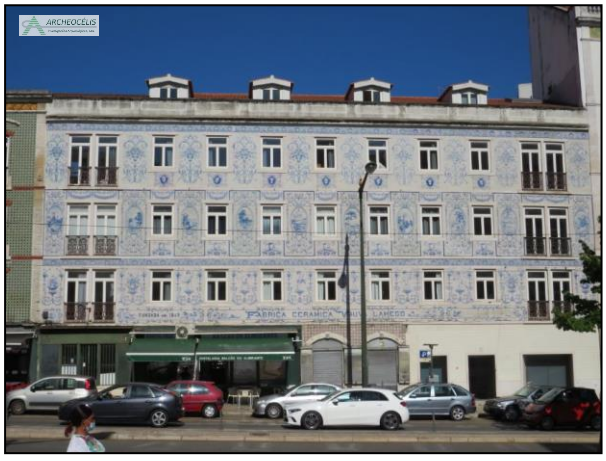


Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	73

Designação:	Parte do eixo urbano Rua da Palma e Avenida Almirante Reis	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua da Palma nº 290 a 298; Av. Almirante Reis nº 2 a 12, 16 a 18, 22 a 28B, 32 a 42, 46-46E, 50-50A, 52-52B-52C, 58 a 62, 66-66C, 70 e 74-74C; Av. Almirante Reis nº 1 a 47, 55 a 59, 63 e 67 a 67I.		Área envolvente (153 m. de distância do TMSA; 118 m. do TM4)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104810,02 / -087158,61	23 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 06.59**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

A grande Avenida Almirante Reis que já fora a Avenida Dona Amélia (edital de 26/06/1903) e antes, Avenida dos Anjos (deliberação camarária de 08/07/1895) para denominar a Avenida no Prolongamento da Rua da Palma até à Estrada da Circunvalação homenageia o militar republicano Carlos Cândido dos Reis (Lisboa/16.01.1852 – 04.10.1910/Lisboa) que, juntamente com Miguel Bombarda e Machado Santos, chefiou o movimento revolucionário do 5 de outubro de 1910.

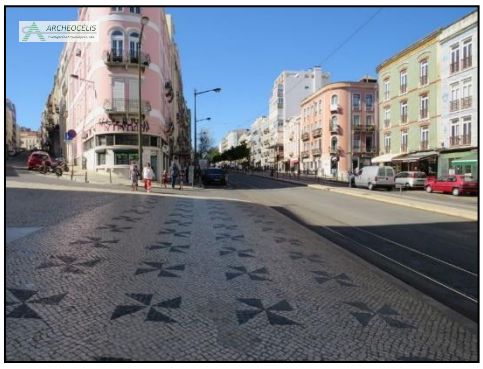


Fig. 1: Vista geral (Fonte: Archeocélis).

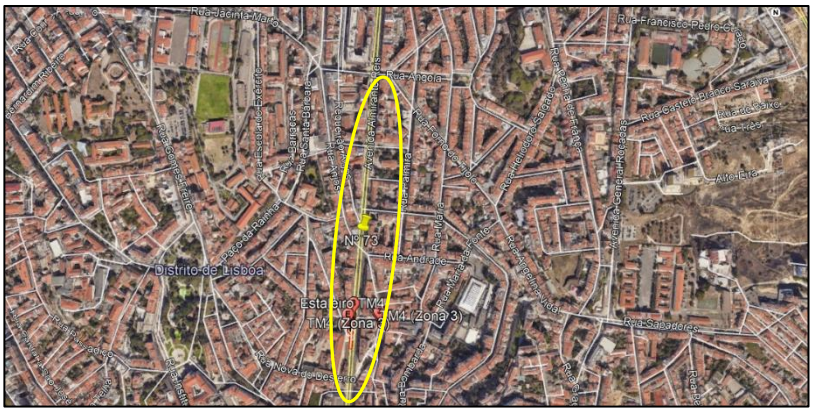


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	74

Designação:	(Antigo) Convento do Desterro/ Igreja de Nossa Senhora do Desterro/ Hospital do Desterro	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Convento e Igreja / Arquitetura religiosa	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Moderno
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Nova do Desterro nº 6-12		Área de incidência (51 m. de distância do TMSA; 5 m. do TM4)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104737,99 / -087226,63	25 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Regular	Negativo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 06.43/06.43A**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

O Real Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro (o seu título oficial no seio da Congregação de Alcobaça, da qual fazia parte), ou simplesmente Convento do Desterro como era mais popularmente conhecido, é um edifício do século XVI localizado na Rua Nova do Desterro, em Lisboa. Foi mosteiro dos religiosos de São Bernardo extinto em 1834. Mais tarde seria transformado no Hospital do Desterro.

O edifício original terá sido projetado por Filipe Terzi, com início de obras em 1591, prolongando-se até 1640. O projeto inicial previa que o mosteiro fosse a casa principal da Ordem em Lisboa; entretanto, o espaço tornou-se num hospício para albergar os religiosos de São Bernardo que se deslocavam da província até Lisboa.

Ainda recebeu doentes do Hospital Real de Todos os Santos em 1750 quando este sofreu um grande incêndio, mas, pouco depois, foi ele próprio parcialmente destruído pelo sismo de 1755. Restou do imóvel a fachada sóbria e uniforme, própria da arquitetura quinhentista, e os mármores de seu interior. Mesmo assim entre 1786 e os inícios do séc. XIX albergou o antigo Hospital da Marinha. Em 1812 entra a Casa Pia de Lisboa e a Congregação de Alcobaça sai de lá.

A igreja era dedicada à Nossa Senhora do Desterro. Arruinada pelo terramoto de 1755, não foi reconstruída. Os monges cistercienses fizeram da portaria a sua capela provisória, mais tarde restaurada no século XIX. Em 1898, os edifícios conventuais passaram a subgrupo que englobava o Hospital dos Capuchos e o Hospital de Arroios. Em 2007 o Hospital foi fechado.



Fig. 1 (à esquerda): Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

Fig. 2 (à direita): Vista frontal da lateral (Fonte: Archeocélis).





Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	75

Designação:	Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar na rua Antero de Quental (ímpares)	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Antero de Quental nº 1 a 27		Área de incidência (o TMSA passa por baixo de parte do conjunto de prédios; 21 m. do TM4)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104607,56 / -087234,07	30 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); **PDM, 06.62**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de habitação, com diferentes desenhos arquitetónicos e bom estado de conservação.



Fig. 1: Vista geral (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	76

Designação:	Conjunto de quatro edifícios de habitação plurifamiliar na rua Antero de Quental (pares)	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Antero de Quental nº 2 a 6		Área de incidência (o TMSA passa por baixo de parte do conjunto de prédios; 5 m. do TM4)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104628,43 / -087193,59	30 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	2

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 06.64**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de habitação, com diferentes desenhos arquitetónicos e bom estado de conservação.



Fig. 1: Vista geral (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	77

Designação:	Conjunto de seis edifícios de habitação plurifamiliar na rua Antero de Quental (pares II)

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Rua Antero de Quental nº 16 a 30	Área envolvente (104 m. de distância do TMSA; 135 m. do TM4)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104569,76 / -087218,09	34 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	2

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 06.65**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de habitação, com diferentes desenhos arquitetónicos e bom estado de conservação.



Fig. 1: Vista geral (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	78

Designação:	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na rua Antero de Quental (impares II)	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Antero de Quental nº 39 a 53		Área envolvente (77 m. de distância do TMSA; 117 m. do TM4)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104542,14 / -087256,40	38 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 06.63**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de habitação, com diferentes desenhos arquitetónicos e bom estado de conservação.



Fig. 1: Vista geral (Fonte: Archeocélis).

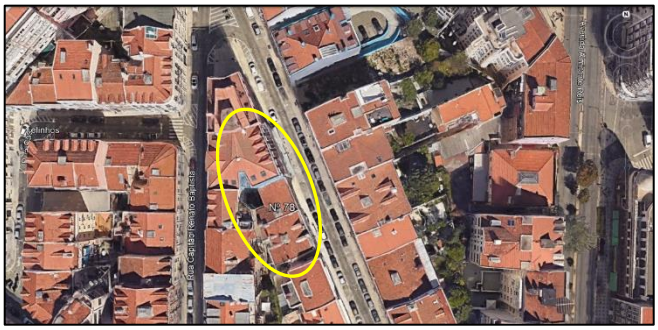


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	79

Designação:	Igreja Protestante	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura religiosa	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Capitão Renato Baptista nº 31-33		Área de incidência (o TMSA passa por baixo a uma profundidade superior a 20 m.; 102 m. do TM4)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104616,95 / -087299,41	47 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	2

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 24.35**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com); https://www.quovadislisboa.pt/pt/place/sagrado-coracao-de-jesus-e-maria-imaculada.

Descrição:

Templo do Sagrado Coração de Jesus e Maria Imaculada, inaugurado em 1910, com fachada em estilo neogótico. A capela-mor ostenta as imagens dos patronos, uma pintura da Última Ceia, encimada por um Calvário, e tribunas laterais. No teto e nas paredes, algumas pinturas com temática eucarística. De referir a torre sineira, nas traseiras do edifício, que alberga um carrilhão com 15 sinos.
Portal com acesso principal em volta perfeita. Duas portas laterais. Óculo e vitral superiores. Cobertura de duas águas encimada por cruzeiro.

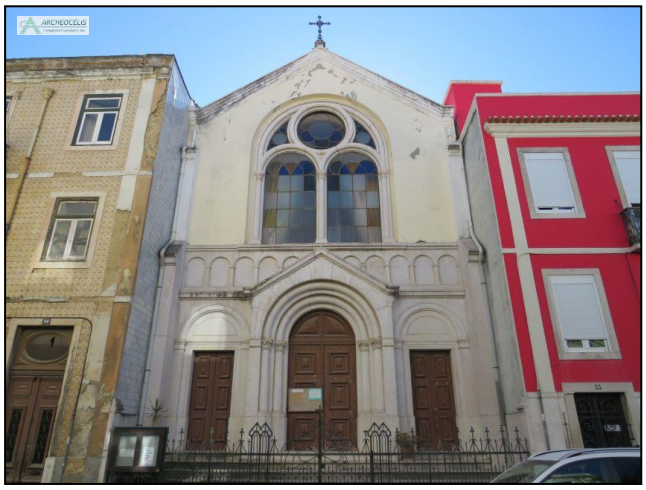


Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	80

Designação:	Conjunto de seis edifícios de habitação plurifamiliar no Largo do Mastro e rua Conselheiro Arantes Pedroso

Distrito	Concelho	Freguesia
Lisboa	Lisboa	Arroios

Tipologia / Categoria	Classificação / Legislação	Cronologia
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado

Acessos / endereço	Localização face ao projeto
Largo do Mastro nº 1-4 e 5-10; Rua Conselheiro Arantes Pedroso nº 2-10, 12-22, 24-32 e 34-42	Área envolvente (106 m. de distância do TMSA)

Coordenadas (DATUM 73)	Altitude	Carta militar
-104717,83 / -087454,64	45 m.	431

Estado de conservação:	Risco de impacte:	Valor patrimonial:
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 24.36**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de edifícios destinados a habitação, com diferentes formatos arquitetónicos e bom estado de conservação.





Figs. 1 e 2 (em cima: Vista frontal de duas laterais do conjunto (Fonte: Archeocélis).



Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	Responsável:	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	81

Designação:	Chafariz do Largo do Mastro	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Chafariz / Elemento de ornamentação	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Largo do Mastro		Área envolvente (60 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104639,96 / -087468,92	49 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	1

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 24.37**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Chafariz em cantaria de calcário lioz, de planta circular, assente em plataforma de dois e três degraus, adaptando-se ao declive do terreno. Sobre esta, surge um tanque circular de perfil galbado e bordo boleado, tendo, ao centro, pedestal paralelepipédico, com as arestas recortadas, sobre o qual surge um dado com iguais características, mas com as faces almofadadas e remate boleado. Sobre estes, surge a coluna galbada, com os ângulos recortados, com as quatro faces em silharia fendida, tendo adossados quatro golfinhos, envolvidos por fitas e borlas, que constituem as bicas, com canos de chumbo, sob os quais se inscreve uma concha, estando sobrepujados por coroa de acantos. Sucede-se um toro, que sustenta plinto de pequenas dimensões, encimado por tabuleiro de onde arranca o obelisco, em pirâmide oitavada, estriada e com anel no terço inferior, sobrepujado por alcachofra.



Fig. 1: Vista geral (Fonte: Archeocélis).

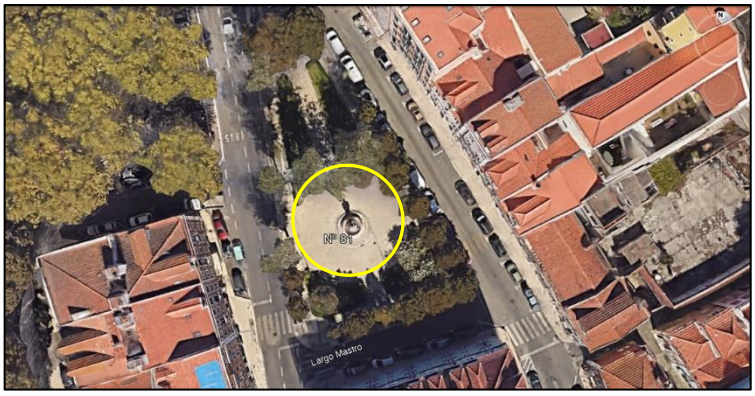


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	82

Designação:	Palácio do Mitelo	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Palácio / Arquitetura civil	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Moderno
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Largo do Mastro nº 27-28; Largo do Mitelo nº 1-2; Rua da Bempostinha nº 2-4		Área de incidência (o TMSA passa por baixo a uma profundidade superior a 20 m.)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104564,55 / -087481,14	53 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Regular	Negativo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 24.32**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Na 1ª metade do séc. XVII, surgem umas casas nobres no então denominado Campo do Curral. Em 1672, as casas são vendidas a Manuel Francisco Mendes, o qual terá empreendido uma campanha de obras de ampliação das mesmas. Já em 1737, deu-se a aquisição do palácio pelo desembargador e diplomata (na China e em Madrid) Alexandre Mitelo de Sousa e Meneses, que efetua grandes obras de transformação e ampliação do imóvel. Em 1752, o Dr. Alexandre Mitelo faz construir a capela do palácio, sob a invocação da Via Sacra.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	83

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar na rua da Bempostinha e rua Rafael Andrade	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bem imóvel de interesse municipal e outros, incluído na ZGP do Campo dos Mártires da Pátria	Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua da Bempostinha nº 30-32; Rua Rafael Andrade nº 43-47		Área envolvente (52 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104523,08 / -087385,18	55 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); **PDM, 24.34**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício de origem residencial, provavelmente uma casa nobre, hoje totalmente remodelada e utilizada pela Sociedade Missionaria da Boa Nova. Situado no cruzamento entre a Rua Bempostinha e a Rua Rafael Andrade, tem planta retangular com quatro pisos e coberta de ladrilho a duas águas. A fachada principal na Rua Bempostinha harmónica, onde as duas primeiras linhas de janelas estão constituídas por janelas de peitoril quadrangulares e janelas de sacada retangulares alternadas, exceto na linha inferior com quatro janelas de peitoril e a porta e na linha superior, onde só se encontram janelas de peitoril. A fachada tem uma tonalidade amarelo-ocre.



Fig. 1: Vista da fachada principal, desde a Rua Bempostinha (Fonte: Archeocélis).

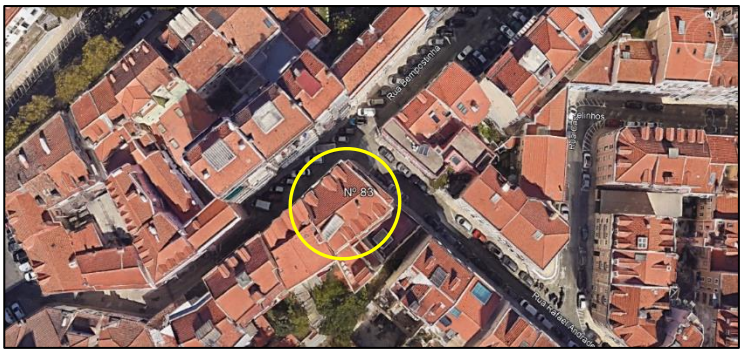


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	84

Designação:	(Antigo) Paço Real da Bemposta-Paço da Rainha/Academia Militar e Torre do Relógio	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura civil / militar	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Moderno
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Paço da Rainha nº 30		Área envolvente (129 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104411,64 / -087412,40	54 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	4

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 24.29/24.30/24.30B,**2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Arquitetura residencial, setecentista. Palácio real. Residência régia que foi palco de inúmeros acontecimentos históricos relacionados com o período da Revolução Liberal, tendo nele falecido o rei D. João VI. O altar-mor da capela apresenta uma tela figurando a padroeira (Nossa Senhora da Conceição), da autoria do pintor italiano José Troni, à qual foi aposto em primeiro plano um friso de retratos de elementos da família real (D. Maria I, D. João VI, D. Carlota Joaquina e infantes e infantas), segundo alguns autores pelo pintor inglês F. Hickey.

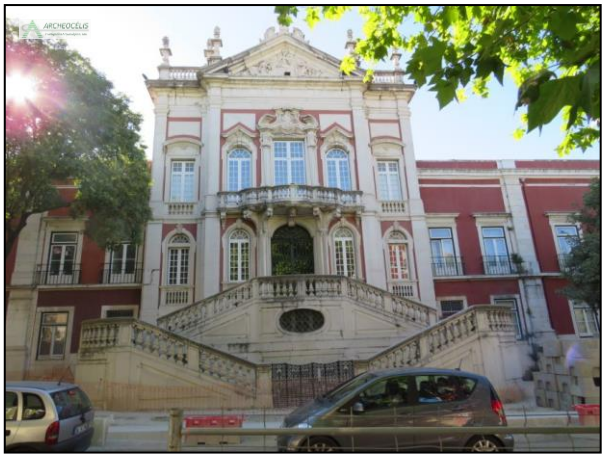


Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	85

Designação:	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar no Campos dos Mártires da Pátria	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Campo dos Mártires da Pátria nº 60-65, 66-68 e 69- 70		Área envolvente (56 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104453,09 / -087590,46	63 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 24.15**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de edifícios destinados a habitação, com diferentes formatos arquitetónicos e bom estado de conservação.





Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).



Figs. 1 e 2 (à esquerda): Vista frontal e lateral da fachada (Fonte: Archeocélis).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	86

Designação:	(Antigo) Recolhimento de Nossa Senhora da Encarnação e do Carmo	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura civil	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Moderno
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Trav. das Recolhidas nº 2-4; Trav. de S. Bernardino nº 1-7		Área envolvente (85 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104435,15 / -087626,45	69 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	2

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 24.13**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

O Recolhimento de Nossa Senhora da Encarnação e Carmo foi fundado em 1704 por Isabel Francisca, sob direção do padre jesuíta Álvaro Cienfuegos. Alojadas inicialmente na Rua de Santo António aos Capuchos, as recolhidas passaram definitivamente em 1710 para umas casas na Rua de São Bernardino, próxima da anterior. Após um período inicial de grandes dificuldades (que obrigou o número de recolhidas a descer drasticamente, de 16 para apenas 3), em 1738 as recolhidas conseguem finalmente comprar as casas onde se haviam instalado há cerca de três décadas. Tomando o hábito do Carmo em 1740, empreendem de seguida uma primeira campanha de obras no edifício. Seis anos depois, é levada a cabo uma segunda campanha de obras, mais profunda que a anterior, na qual reconstroem quase totalmente a igreja, adicionando igualmente um dormitório com quinze celas, casa de profundis e refeitório. A 18 de janeiro de 1771 recebem finalmente, por parte do Cardeal-Patriarca, a aprovação dos seus estatutos. No final de 1855, uma portaria do governo colocou o edifício do recolhimento à disposição do Hospital Real de São José, a fim de para ali se transferirem alguns doentes das suas enfermarias. Nesse contexto, foram dadas instruções para que passagem das recolhidas de Rilhafoles para o edifício do Passadiço. Entre o final do século XIX e início do seguinte, o edifício foi convertido em habitação multifamiliar, uso que mantém desde então.
Planta retangular irregular, desenvolvida em torno de um pequeno pátio interno, com coberturas diferenciadas em telhados de duas águas.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	87

Designação:	Pátio de Sant'Ana	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Palácio / Arquitetura civil	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Dr. Almeida Amaral nº 2-6; Trav. das Recolhidas nº 16-26		Área de incidência (35 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104476,85 / -087691,79	69 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Regular	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 24.11**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Espaço que conserva as principais características de um pátio tipicamente alfacinha - os vasos com flores, a calçada portuguesa, o ambiente festivo e os típicos candeeiros lisboetas.





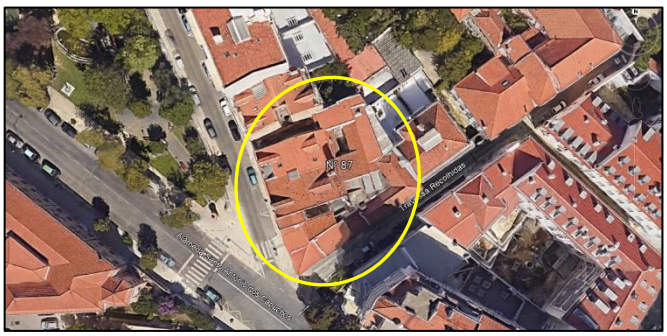


Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Figs. 1 e 2 (à esquerda): Vista frontal de duas fachadas do local. Archeocélis

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	88

Designação:	Conjunto arquitetónico/frente de rua Travessa das Recolhidas e Travessa de S. Bernardino

Distrito	Concelho	Freguesia
Lisboa	Lisboa	Arroios

Tipologia / Categoria	Classificação / Legislação	Cronologia
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado

Acessos / endereço	Localização face ao projeto
Trav. das Recolhidas nº 2 a 26; Trav. de S. Bernardino nº 1 a 17	Área envolvente (60 m. de distância do TMSA)

Coordenadas (DATUM 73)	Altitude	Carta militar
-104456,28 / -087663,47	69 m.	431

Estado de conservação:	Risco de impacte:	Valor patrimonial:
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 24.88**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de edifícios destinados a habitação, com diferentes formatos arquitetónicos e bom estado de conservação.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	89

Designação:	Palácio do Patriarcado	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Palácio / Arquitetura civil	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Moderno
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Campo dos Mártires da Pátria nº 44-46; Rua de Santo António dos Capuchos nº 90-92		Área envolvente (52 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104594,09 / -087621,59	60 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 24.19**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício do século XVIII atribuído a João Frederico Ludovice e António Mateus Vicente, situado na Campo dos Mártires da Pátria, vulgo Campo de Santana. Já no século XX o Patriarcado compra a totalidade do imóvel aos herdeiros dos irmãos Costa Lobo. Edifício de arquitetura civil barroca urbana de grande aparato. No interior parece ter um átrio e uma escadaria monumental, bem como estuques e pintura decorativa nas salas de aparato do segundo andar.

1730 - edificação do palácio, talvez segundo projeto do arquiteto João Frederico Ludovice (a crer em inscrição que se observa no fecho de uma porta dando para a escada); 1857 - campanha de remodelação do palácio, sob a direção de J.A. Santos Cardoso, J. Félix da Costa e A. Moreira Rato; séc. XIX, final - o palácio era propriedade dos irmãos Costa Lobo (que o haviam herdado de seu pai, após ampliações e transformações), um destes legou a sua parte à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o outro à sua esposa D. Joséphine Costa Lobo; 1913 - por arrendamento à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, instala-se em parte do imóvel a sede do Patriarcado, passando a residir aí D. António Mendes Belo, regressado do exílio ; 1923 - o Patriarcado compra a parte do palácio pertencente a D. Joséphine Costa Lobo; 1926 - o Patriarcado compra, em hasta pública, a parte do palácio pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, entrando assim na posse da totalidade do edifício.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	90

Designação:	Palácio Valmor	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Palácio / Arquitetura civil	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Moderno
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Campo dos Mártires da Pátria nº 36-39 e 40-43		Área envolvente (100 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104651,66 / -087636,66	60 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 24.20**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com); https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/palacio-valmor.

Descrição:

Palácio edificado no séc. XVIII, traduzindo um exemplar de arquitetura residencial setecentista, integra o conjunto do Campo dos Mártires da Pátria, que está classificado como Imóvel de Interesse Público. De planta longitudinal, o edifício, composto por vários panos murários definidos por pilastras, desenvolve-se em três pisos, tendo por remate uma cornija encimada por balaustrada ritmada por plintos coroados de urnas e por estátuas de figuras femininas no enfiamento das pilastras. O piso térreo, de reboco pintado de branco simulando placagem de cantaria, surge rasgado por portas em arco abatido e janelas de peito. O andar nobre é animado pelo rasgamento a ritmo regular de janelas de sacada com grades em ferro fundido. O piso superior surge vazado por óculos com emolduramento em reboco figurando pequenas guirlandas. No interior merece referência um compartimento do piso nobre, o antigo Salão de Baile, que exibe espelhos de molduras douradas, assim como uma pedra de armas dos Valmor colocada no enfiamento de uma escadaria. A função habitacional primitiva do edifício manteve-se até ao início do séc. XX, altura em que acolheu a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e posteriormente, a partir de 1964, a Embaixada da República Federal Alemã. Atualmente também aí funciona o Instituto Goethe.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data: 19/09/2021 **Responsável:** Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	91

Designação:	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar na rua de Santo António dos Capuchos		
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**	
Lisboa	Lisboa	Arroios	
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**	
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros, incluído na ZGP da Antiga igreja do Convento dos Capuchos e do Campo dos Mártires da Pátria	Contemporâneo	
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**	
Rua de Santo António dos Capuchos nº 82, 84 e 86-88C		Área envolvente (72 m. de distância do TMSA)	
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**	
-104611,23 / -087678,48	53 m.	431	
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**	
Bom	Positivo	Indeterminado	

Fonte / Bibliografia: **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); **PDM, 24.23**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de dois edifícios com função residencial, sitos na rua anexa ao hospital dos Capuchos. Provavelmente tivessem uma origem nobre e têm planta retangular com três pisos e uma cave. Na fachada podem ver-se tanto o embasamento e os pilares quanto as molduras dos vãos construídos em pedra granítica. A porta situa-se na linha central da fachada, dividindo-a em partes simétricas com pares de janelas de peitoril de várias tipologias (retangulares e semicirculares no topo). Os números 86-88C estão em processo de renovação.



Fig. 1: Vista frontal da fachada dos números 82 e 84 (Fonte: Archeocélis).

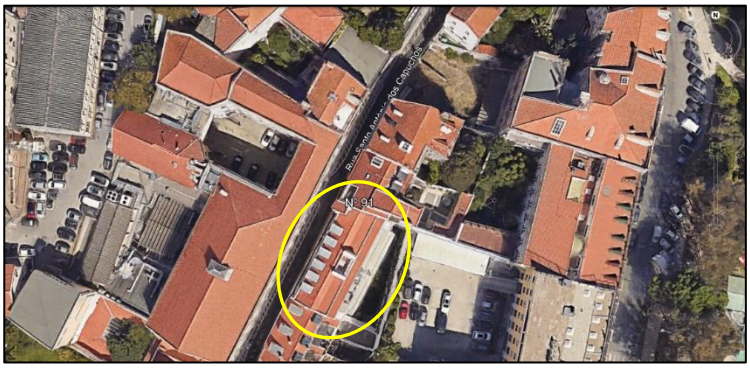


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	92

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar na rua de Santo António dos Capuchos	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura civil	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua de Santo António dos Capuchos nº 78-80		Área envolvente (96 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104627,01 / -087686,49	53 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 24.24**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício composto por dois pisos de elevado pé-direito, destinado a habitação plurifamiliar e com sinais de renovação recente.

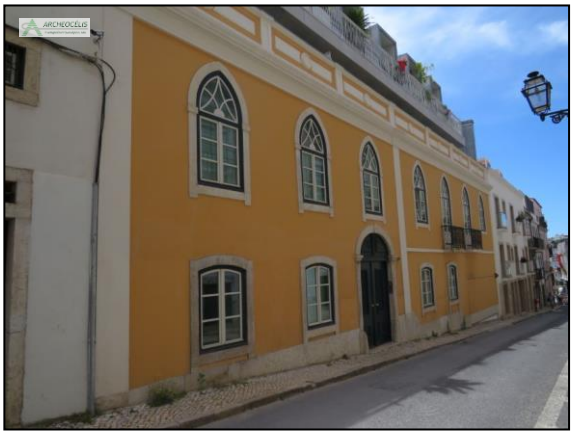


Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

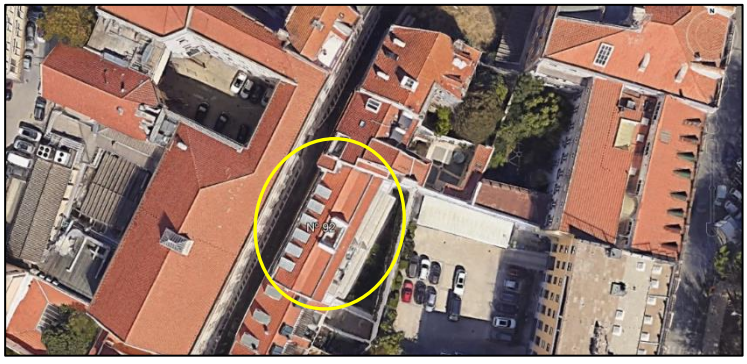


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	93

Designação:	Palácio Centeno	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Palácio / Arquitetura civil	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Alameda de Santo António dos Capuchos nº 1-5; Rua de Santo António dos Capuchos nº 75-79		Área de incidência (13 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104543,41 / -087666,69	63 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 45.02**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

O edifício implanta-se num terreno de configuração retangular, mas com o limite poente de traçado irregular, a infletir de S. para N. Apresenta planta quadrangular, rasgada no alçado posterior, elemento que lhe dá uma configuração próxima de um "U" pouco pronunciado; dispõe de 4 pisos, incluindo cave, piso térreo, andar nobre, e sótão; possui adossados (a O.) capela e anexo de três pisos; a tardoz, no limite S. do terreno, localiza-se a garagem de um piso, parcialmente enterrada, estrutura que comunica com o palácio por galeria coberta (corre a E., paralela ao muro do jardim). As coberturas são em telhado de duas e três águas, e em terraço na garagem. A composição ordena-se sobre um volume de disposição horizontal, com duas fachadas urbanas impositivas: a principal, com dois pisos, estendida para poente pelos volumes escalonados da capela e anexo; a lateral E., de três pisos, com o pano da cave progressivamente a definir-se para S. e articulado, por moldura saliente e envasamento, com a estrutura muralha do jardim. A composição do edifício está enquadrada por cunhais, coroados por pináculos, nos ângulos, cornija nas empenas e frisos a marcar os pisos, elementos de cantaria desenhados sobre panos rebocados e ritmados pela abertura regular de vãos emoldurados (7 e 6 por piso, respetivamente, para a fachada principal e lateral), de peito no r/c e de sacada no piso nobre.

A época de construção estará localizada entre o fim da centúria de seiscentos e o início de setecentos, para as açafatas da rainha D. Catarina de Bragança. Em 1983, passam a receber as instalações da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

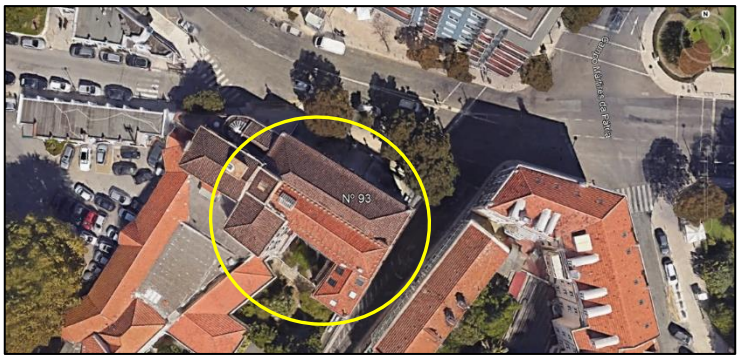


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	94

Designação:	Conjunto do Hospital Santo António dos Capuchos (Antigo Palácio Mello, Antiga Escola de Enfermagem e Pavilhões do Hospital dos Capuchos)

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Hospital / Arquitetura de saúde	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Moderno

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Calçada de Santo António dos Capuchos; Alameda de Santo António dos Capuchos; Rua de Santo António dos Capuchos	Área envolvente (70 m. de distância do TMSA)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104595/ -087704,05	53 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	4

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 45.01/41.01B/45.01C/45.01D**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Arquitetura religiosa, maneirista, barroca, rococó e neoclássica. Hospital neoclássico integrando a igreja, sacristia e claustro do antigo convento capucho e restantes corpos construídos de raiz. Igreja barroca de planta longitudinal, com endonártex, nave única e capela-mor retangular. Fachada principal enquadrada por pilastras nos cunhais rematada por espaldar recortado com edícula ao centro, possuindo na mísula as armas da Ordem Franciscana. Três vãos de arco de volta perfeita abrem-se no primeiro registo e janelão recortado ladeado por edículas, com as imagens de São Francisco e Santo António, no segundo. Endonártex com azulejos barrocos joaninos. A fachada segue o mesmo modelo arquitetónico das igrejas franciscanas. Interior com nave coberta por abóbada de lunetas. Retábulos colaterais rococós e retábulo-mor neoclássico. Hospital neoclássico de planta irregular, composta por vários corpos com torre incorporada, junto à fachada posterior. Fachada principal com pano central rematado por frontão triangular, ladeado por urnas. Claustro maneirista com galerias suportadas por colunatas toscanas, com chafariz central. Cruzeiro e capela barrocos. Convento profundamente transformado em hospital no séc. 19, subsistindo apenas a primitiva igreja, sacristia e claustro do edifício original. Sacristia com rebuscado trabalho de talha, com contadores embutidos na parede, confundindo-se com a decoração. Lavabo com coluna ricamente trabalhada, semelhante às colunas dos chafarizes centrais, parcialmente embebida na caixa murária.







Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Fig. 1 (em cima): Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

Fig. 2 (em baixo): Vista da escadaria interior (Fonte: Archeocélis).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	95

Designação:	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar na rua do Passadiço	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua do Passadiço nº 48-66 e 68-80		Área envolvente (87 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104592,72 / -087886,42	46 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 45.06**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de edifícios destinados a habitação, com diferentes formatos arquitetónicos e bom estado de conservação.



Figs. 1 e 2 (em cima): Vista frontal das duas fachadas (Fonte: Archeocélis).





Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	96

Designação:	Palácio dos Condes de Penamacor	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Palácio / Arquitetura civil	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Trav. Larga nº 2-6; Rua do Passadiço nº 35-39; Trav. do Loureiro nº 1; Beco de Santa Marta nº 4		Área de incidência (29 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104563,23 / -087923,06	45 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	4

Fonte / Bibliografia: **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); **PDM,14.31**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Em 1894, o "Instituto Ophtalmologico de Lisboa" é transferido para este edifício. O mesmo consiste num solar implantado na intersecção de várias ruas. De características monumentais, apresenta bom estado de conservação.







Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Fig. 1 (em cima): Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

Fig. 2 (em baixo): Vista frontal do jardim, localizado nas traseiras (Fonte: Archeocélis).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	97

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Rodrigues Sampaio

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Rua Rodrigues Sampaio nº 50	Área de incidência (58 m. de distância do TMSA; 28 m. do TM3)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104543,38 / -088071,40	33 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.27**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício orientado para a habitação plurifamiliar, com seis pisos e evidências externas de remodelação recente.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

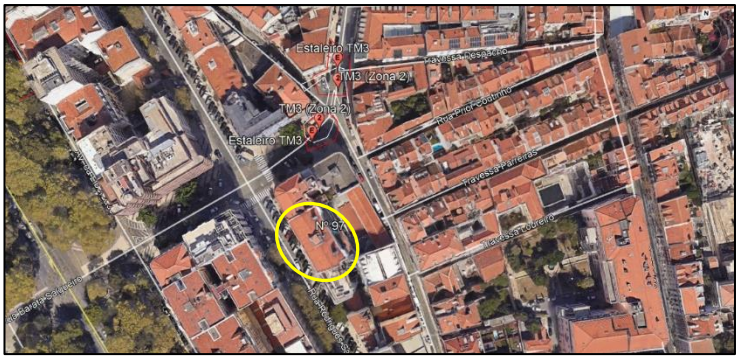


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	98

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar na Avenida da Liberdade	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Av. da Liberdade nº 220		Área envolvente (84 m. de distância do TMSA; 71 m. do TM3)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104556,75 / -088137,30	38 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.81C**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício orientado para a habitação plurifamiliar, nos cinco pisos superiores, e espaços comerciais no rés-do-chão. Este apresenta evidências externas de remodelação recente.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	99

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar na Calçada de Santo António

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis)	Contemporâneo

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Calçada de Santo António nº 5A	Área de incidência (22 m. de distância do TMSA)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104465,07 / -087883,10	58 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.32**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício orientado para a habitação plurifamiliar, com seis pisos e bom estado de conservação.



Fig. 1: Vista lateral da fachada (Fonte: Archeocélis).

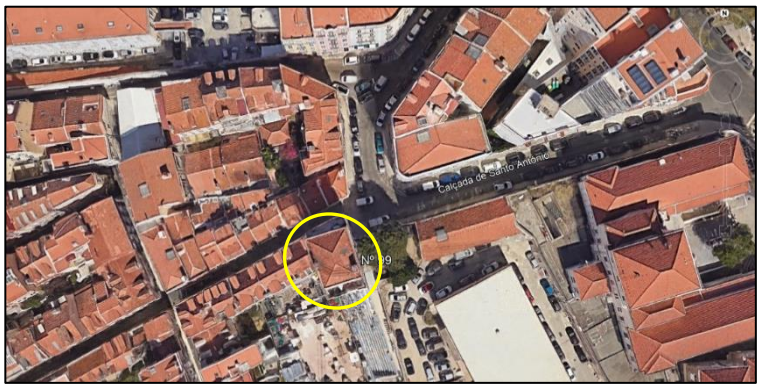


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	100

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar na Calçada de Santo António e Trav. de Santa Marta

Distrito	Concelho	Freguesia
Lisboa	Lisboa	Santo António

Tipologia / Categoria	Classificação / Legislação	Cronologia
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo

Acessos / endereço	Localização face ao projeto
Calçada de Santo António nº 9; Trav. de Santa Marta nº 1.	Área de incidência (48 m. de distância do TMSA)

Coordenadas (DATUM 73)	Altitude	Carta militar
-104426,97 / -087885,37	57 m.	431

Estado de conservação:	Risco de impacte:	Valor patrimonial:
Bom	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.33**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício destinado a habitação plurifamiliar, com dois pisos de elevado pé-direito e bom estado de conservação.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

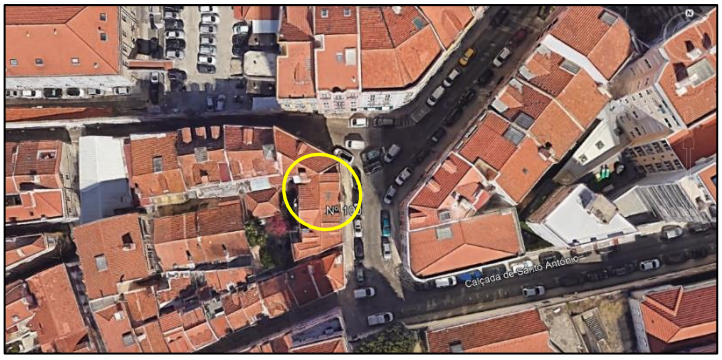


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	Responsável:	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	101

Designação:	Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar na rua Nogueira e Sousa e Trav. de Santa Marta

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Rua Nogueira e Sousa nº 6-6A, 8-10 e 12-16; Trav. de Santa Marta nº 2 a 4	Área envolvente (79 m. de distância do TMSA)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104397,94 / -087869,83	61 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.35**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de edifícios orientados para a habitação plurifamiliar, com diferentes formatos arquitetónicos e bom estado de conservação.



Figs. 1 e 2 (à esquerda e em cima): Vista frontal de várias fachadas (Fonte: Archeocélis).





Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	102

Designação:	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo na rua Nogueira e Sousa

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bem imóvel de interesse municipal e outro, incluído na ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e na área envolvente e ZGP do Campo dos Mártires da Pátria	Contemporâneo

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Rua Nogueira e Sousa nº 15 a 17	Área envolvente (83 m. de distância do TMSA)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104408,57 / -087841,94	61 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia:	**Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); **PDM 14.34**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de dois edifícios geminados de planta retangular, com cobertura a duas águas e constituídos por quatro pisos, mais sótão, aparentemente. A fachada é simétrica e está revestida de azulejos policromados, com desenhos do tipo estrela. É constituída por três filas de vãos, as laterais com janelas retangulares e uma central com varandas e janelas de sacada. O friso está decorado ao estilo Arte Nova, de folhas estilizadas, com cercadura de cadeia e flor.

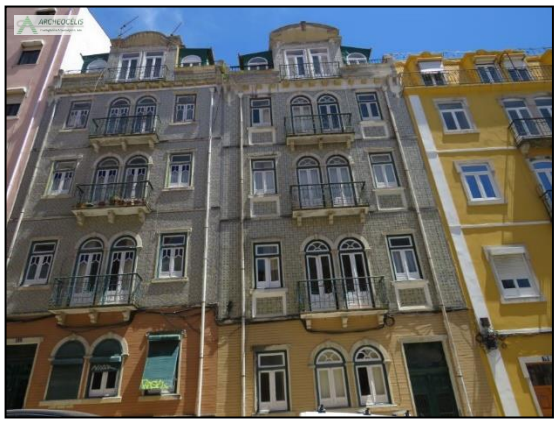


Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis

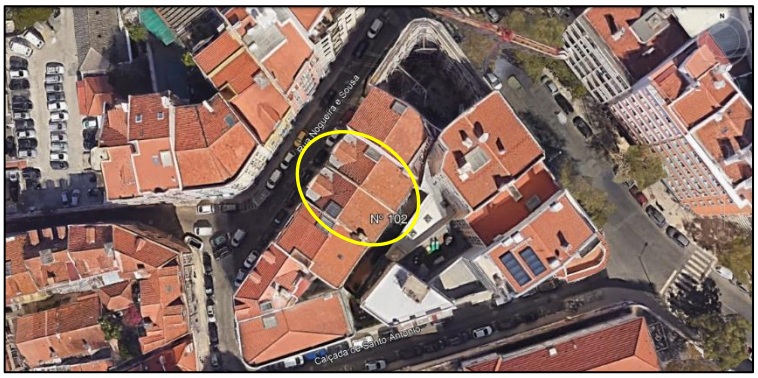


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	103

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Rodrigues Sampaio, rua Alexandre Herculano e Trav. do Enviado de Inglaterra

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Rua Rodrigues Sampaio nº 112-112B e 132-132C; Rua Alexandre Herculano nº 11- 11E; Trav. do Enviado de Inglaterra nº 15-15B e 28	Área envolvente (63 m. de distância do TMSA; 62 m. do TM3)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104375,52 / -088179,92	41 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.20/14.21**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício destinado a habitação plurifamiliar, nos cinco pisos superiores, e espaços comerciais, no rés-do-chão. O estado de conservação geral do elemento é bom.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	104

Designação:	Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar na Avenida da Liberdade	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Av. da Liberdade nº 232, 234, 236, 238 (fachada) e 240 (fachada)		Área de incidência (o TMSA passa por baixo a uma profundidade superior a 20 m.; 23 m. do TM2)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104435,73 / -088217,20	43 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	2

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.64**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de edifícios orientados para habitação plurifamiliar, nos pisos superiores, e comércio, na base, com diferentes formatos arquitetónicos e bom estado de conservação.







Figs. 1, 2 e 3 (em cima): Vista frontal de algumas das fachadas (Fonte: Archeocélis).

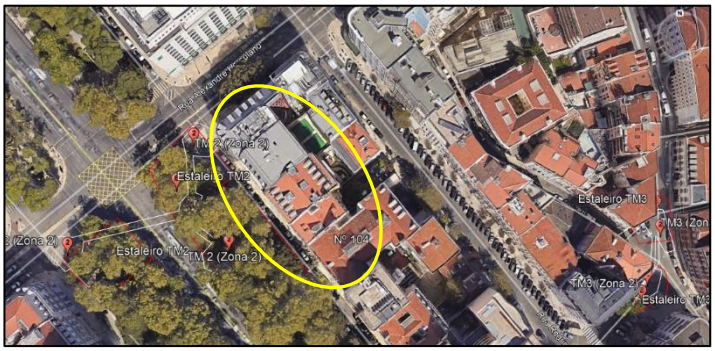


Fig. 4: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	105

Designação:	Edifício de serviços	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura de serviços	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Av. da Liberdade nº 249; Praceta da Rua Duque de Palmela nº 2		Área de incidência (26 m. de distância do TMSA; 141 m. do TM2)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104342,36 / -088406,90	49 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); **PDM, 14.49**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício destinado a escritórios, com nº elevado de pisos e localizado numa das maiores artérias urbanas da cidade. O estado de conservação geral do elemento é bom.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	106

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar na Avenida da Liberdade e Rua Rosa Araújo	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Av. da Liberdade nº 203-221; Rua Rosa Araújo nº 17-23, 25-27 e 29-31		Área envolvente (103 m. de distância do TMSA; 71 m. do TM2)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104546,92 / -088272,97	42 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.70**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício que engloba os números de porta Av. da Liberdade nº 215-221 com Rua Rosa Araújo nº 1-9. Bom estado de conservação.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

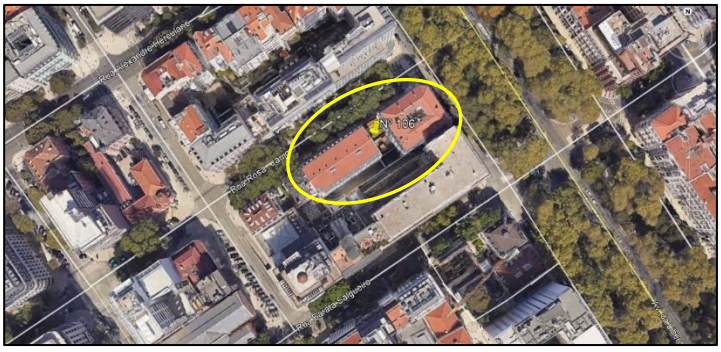


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	107

Designação:	Edifício de habitação unifamiliar na rua Rosa Araújo	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Rosa Araújo nº 37-39		Área envolvente (154 m. de distância do TMSA; 111 m. do TM2)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104586,68 / -088341,52	47 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.71**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício destinado a habitação unifamiliar, com dois pisos e bom estado de conservação.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	108

Designação:	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na rua Rosa Araújo

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Contemporâneo

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Rua Rosa Araújo nº 4, 6 e 8-10	Área envolvente (103 m. de distância do TMSA; 59 m. do TM2)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104528,47 / -088334,35	46 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.69**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de edifícios orientados para habitação plurifamiliar, em bom estado de conservação.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	109

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Rosa Araújo

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Rua Rosa Araújo nº 14-16	Área envolvente (147 m. de distância do TMSA; 106 m. do TM2)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104567,55 / -088384,79	48 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.69**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício destinado a habitação plurifamiliar, com cinco pisos e sinais de renovação recente.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

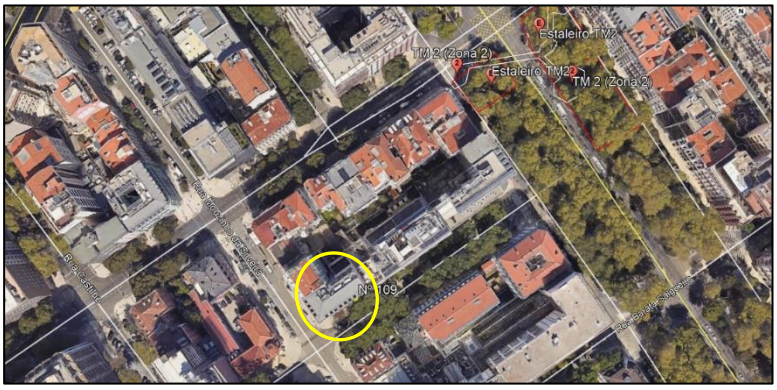


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	110

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Alexandre Herculano		
Distrito	**Concelho**		**Freguesia**
Lisboa	Lisboa		Santo António
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**		**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)		Contemporâneo
Acessos / endereço			**Localização face ao projeto**
Rua Alexandre Herculano nº 25 (Prémio Valmor 1911)			Área envolvente (90 m. de distância do TMSA; 61 m. do TM2)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**		**Carta militar**
-104509,38 / -088373,45	49 m.		431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**		**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo		3

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.63A**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício destinado a habitação plurifamiliar, com quatro pisos e, aparentemente, sujeito a renovação recente.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

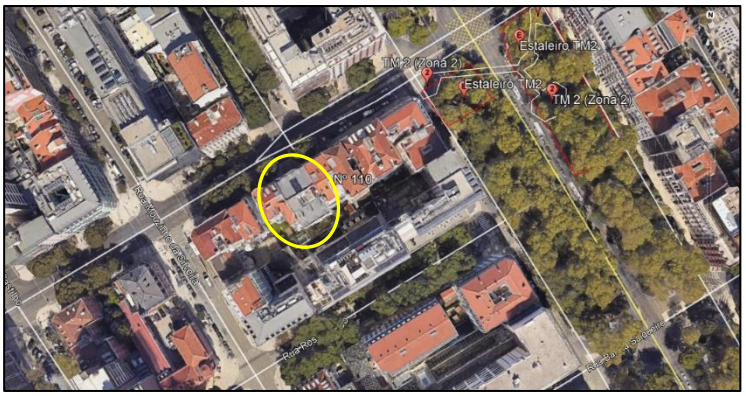


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	111

Designação:	Conjunto arquitetónico na Avenida da Liberdade, Rua Alexandre Herculano e Rua Mouzinho da Silveira

Distrito	Concelho	Freguesia
Lisboa	Lisboa	Santo António

Tipologia / Categoria	Classificação / Legislação	Cronologia
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo

Acessos / endereço	Localização face ao projeto
Av. da Liberdade nº 231-237; Rua Alexandre Herculano nº 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27 e 29; Rua Mouzinho da Silveira nº 14-18A	Área de incidência (45 m. de distância do TMSA; 4 m. do TM2)

Coordenadas (DATUM 73)	Altitude	Carta militar
-104488,06 / -088343,64	48 m.	431

Estado de conservação:	Risco de impacte:	Valor patrimonial:
Bom	Negativo	2

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.63**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Integra um conjunto de prédios que forma uma frente de quarteirão entre o nº 15 (gaveto com a Av. da Liberdade) e o nº 29 (tornejando para a R. Mouzinho da Silveira). Estes edifícios foram construídos entre o fim do séc. 19 e a década de 20 da presenta centúria, contando-se entre eles a Casa Tomás Quartin.



Figs. 1 e 2 (em cima: Vista frontal de duas das fachadas (Fonte: Archeocélis)





Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	Responsável:	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	112

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Duque de Palmela e rua Alexandre Herculano	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Duque de Palmela nº 1-9; Rua Alexandre Herculano nº 18-36		Área envolvente (73 m. de distância do TMSA; 82 m. do TM2)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104474,76 / -088411,94	51 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.100**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício destinado a habitação plurifamiliar, nos cinco pisos superiores, e espaços comerciais, no rés-do-chão. O estado de conservação geral do elemento é bom.

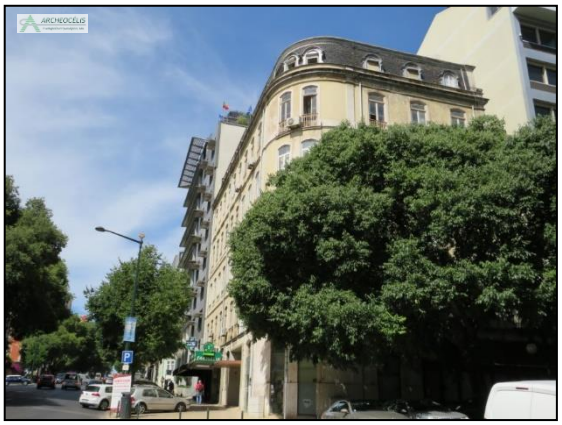


Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

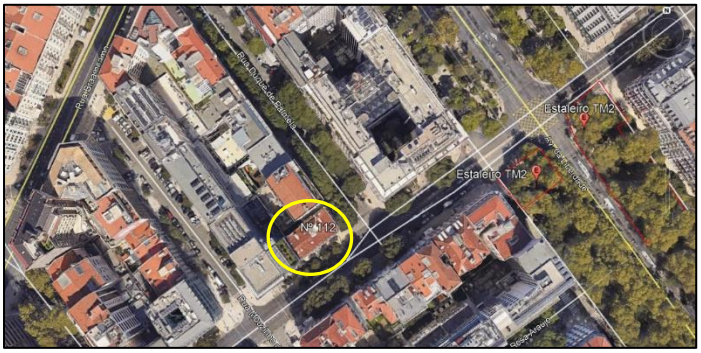


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	113

Designação:	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar na rua Mouzinho de Silveira e rua Alexandre Herculano

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Rua Mouzinho da Silveira nº 7-21; Rua Alexandre Herculano nº 40	Área envolvente (127 m. de distância do TMSA; 160 m. do TM2)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104513,10 / -088478,30	55 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.57**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de edifícios orientados para habitação plurifamiliar, nos pisos superiores, e comércio, na base, com diferentes formatos arquitetónicos e bom estado de conservação.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

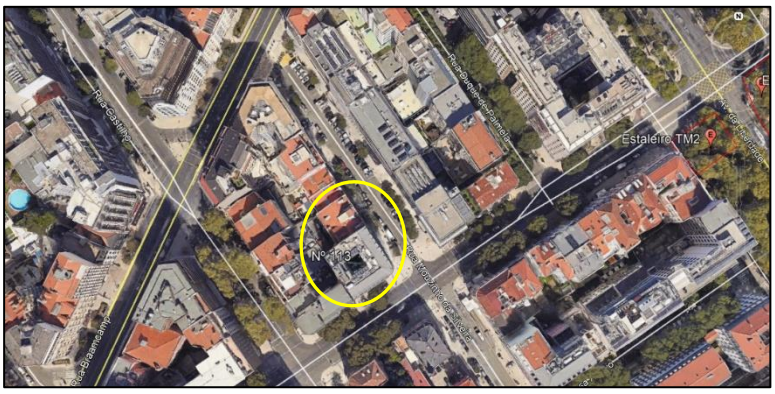


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	114

Designação:	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar geminados na rua Mouzinho de Silveira	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Mouzinho da Silveira nº 23 a 25		Área envolvente (112 m. de distância do TMSA; 170 m. do TM2)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104477,91 / -088498,43	56 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	2

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.98**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Em 1889, a Companhia de Crédito Edificadora Portuguesa solicita autorização municipal para edificação de 2 prédios por conta de Alberto António Morais Carvalho. Já em 1928, os edifícios sofrem danos resultantes das movimentações revolucionárias deste ano. De planta retangular, os 2 edifícios geminados apresentam volumetria escalonada, sendo a cobertura efetuada por telhados a 2 águas e em mansarda com trapeira. Composto por 3 andares, o conjunto exibe uma estruturação e uma série de elementos arquitetónicos (vãos, pilastras) que acentuam a sua verticalidade. Os edifícios genericamente idênticos, exibem uma organização externa e interna em simetria, orientada segundo um eixo definido por uma pilastra em cantaria, também presente nos extremos laterais do complexo.

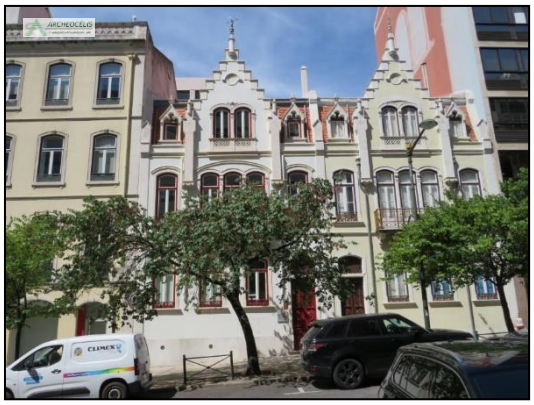


Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

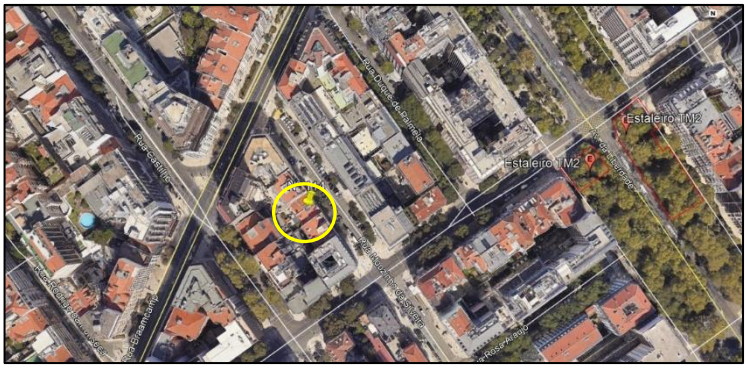


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	115

Designação:	Edifício de habitação unifamiliar com fachada de azulejo na rua Duque de Palmela		
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**	
Lisboa	Lisboa	Santo António	
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**	
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo	
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**	
Rua Duque de Palmela nº 21		Área envolvente (56 m. de distância do TMSA; 99 m. do TM2)	
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**	
-104459,31 / -088423,34	51 m.	431	
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**	
Bom	Positivo	2	

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.60**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício destinado a habitação plurifamiliar, com sete pisos e, aparentemente, sujeito a renovação recente.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	116

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Duque de Palmela

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Rua Duque de Palmela nº 27	Área de incidência (9 m. de distância do TMSA; 158 m. do TM2)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104387,91 / -088463,95	53 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.59**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício destinado a habitação plurifamiliar. Em fase de reabilitação.



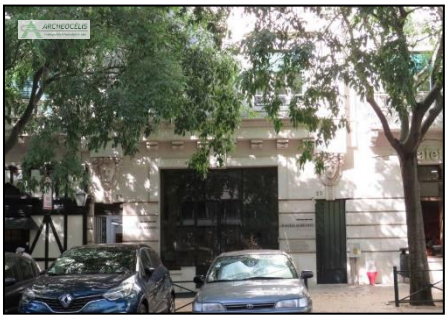


Fig. 1 (em cima): Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

Fig. 2 (em cima): Pormenor da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	117

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar (fachada) na rua Duque de Palmela e rua Braamcamp		
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**	
Lisboa	Lisboa	Santo António	
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**	
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo	
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**	
Rua Duque de Palmela nº35-37; Rua Braamcamp nº 3-3B		Área de incidência (o TMSA passa por baixo a uma profundidade superior a 20 m.; 180 m. do TM2)	
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**	
-104361,10 / -088488,78	54 m.	431	
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**	
Bom	Negativo	1	

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.58**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

1902 corresponde à data do projeto deste prédio de rendimento, da autoria de Miguel Ventura Terra (1866-1919). Em 1973 ocorre a fundação do jornal Expresso, que se instala no edifício.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

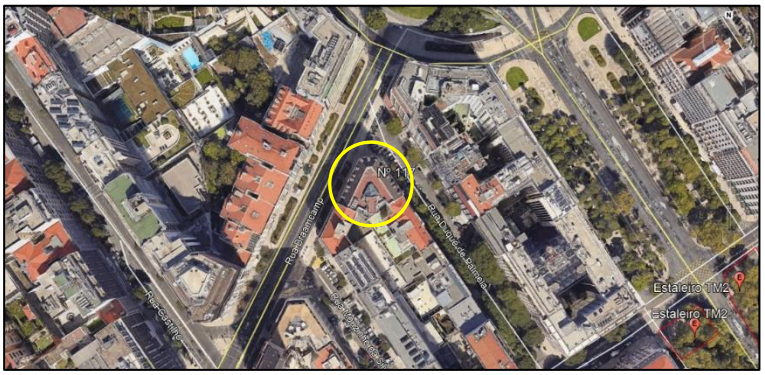


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	118

Designação:	Conjunto arquitetónico na Praça do Marquês de Pombal	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Praça do Marquês de Pombal nº 1, 2, 3, 4, 6, 8, 12, 13, 14, 15, e 16		Área envolvente (61 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104306,73 / -088445,30	53 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.44**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto arquitetónico na Praça do Marquês de Pombal. Destaque para edifício destinado a escritórios, nos oito pisos superiores, e espaços comerciais, no rés-do-chão. O estado de conservação geral dos elementos é bom.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	119

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar (fachada) na rua Braamcamp e rua Castilho		
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**	
Lisboa	Lisboa	Santo António	
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**	
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo	
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**	
Rua Braamcamp nº 40; Rua Castilho nº 42		Área envolvente (76 m. de distância do TMSA)	
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**	
-104426,21 / -088574,49	63 m.	431	
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**	
Bom	Negativo	Indeterminado	

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.54**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício destinado a habitação plurifamiliar e escritórios e, aparentemente, sujeito a renovação recente.

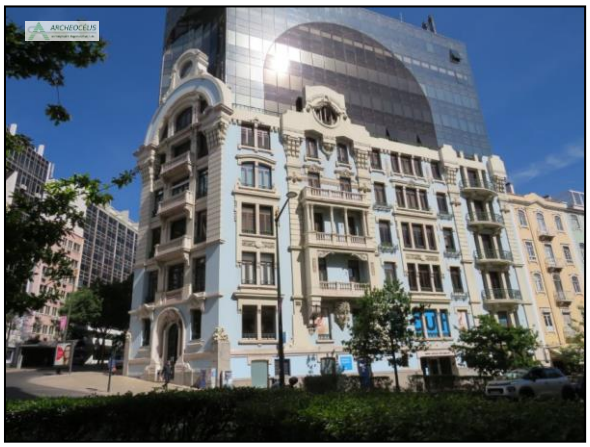


Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

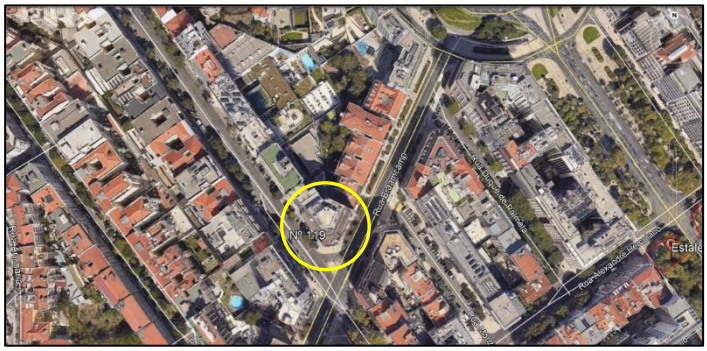


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	120

Designação:	Conjunto de seis edifícios de habitação plurifamiliar na rua Braamcamp		
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**	
Lisboa	Lisboa	Santo António	
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**	
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo	
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**	
Rua Braampcamp nº 6-8, 10-10B, 12, 14, 16-20 e 20-22A		Área de incidência (o TMSA passa por baixo de parte do conjunto de prédios)	
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**	
-104351,32 / -088539,38	58 m.	431	
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**	
Bom	Negativo	3	

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.55**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de edifícios orientados para habitação plurifamiliar e escritórios, nos pisos superiores, e comércio, na base, com diferentes formatos arquitetónicos e reabilitados.







Figs. 1, 2 e 3 (em cima): Vista frontal de parte das fachadas (Fonte: Archeocélis).



Fig. 4: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	121

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Joaquim António de Aguiar	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Joaquim António de Aguiar nº 33-33A		Área de incidência (31 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104243,85 / -088658,82	71 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	1

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.52**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício destinado a habitação plurifamiliar, com cinco pisos e bom estado de conservação.

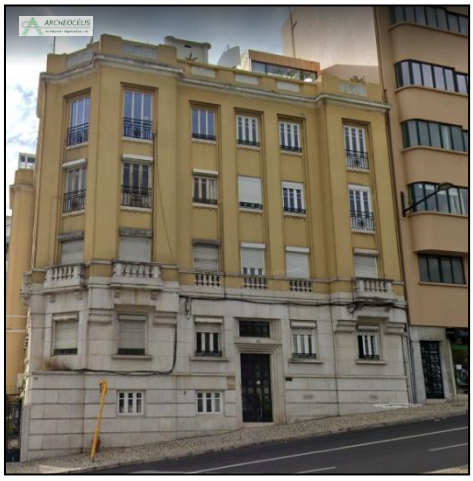


Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	122

Designação:	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na rua Joaquim António de Aguiar e rua Castilho		
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**	
Lisboa	Lisboa	Santo António	
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**	
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo	
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**	
Rua Joaquim António de Aguiar nº 35-35B e 37; Rua Castilho nº 86-88		Área de incidência (o TMSA passa por baixo a uma profundidade superior a 20 m.)	
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**	
-104248,39 / -088699,14	76 m.	431	
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**	
Bom	Negativo	4	

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 14.53**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Imóvel de habitação, em bom estado de conservação.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	123

Designação:	Conjunto de edifícios nas ruas Joaquim António de Aguiar, rua Rodrigo da Fonseca, rua Artilharia Um e rua Castilho

Distrito	Concelho	Freguesia
Lisboa	Lisboa	Santo António

Tipologia / Categoria	Classificação / Legislação	Cronologia
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo

Acessos / endereço	Localização face ao projeto
Rua Joaquim António de Aguiar nº 41 a 73; Rua Rodrigo da Fonseca nº 60 a 84 e 75 a 99; Rua de Artilharia Um nº 1 a 42 e Rua Castilho nº 59 a 75	Área de incidência (17 m. de distância do TMSA)

Coordenadas (DATUM 73)	Altitude	Carta militar
-104257,43 / -088794,83	86 m.	431

Estado de conservação:	Risco de impacte:	Valor patrimonial:
Bom	Negativo	2

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 46.01**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de edifícios orientados para habitação plurifamiliar, nos pisos superiores, e comércio, na base, com diferentes formatos arquitetónicos e bom estado de conservação.



Fig. 1: Vista das fachadas principais, desde a Rua Joaquim António de Aguiar (Fonte: Archeocélis).

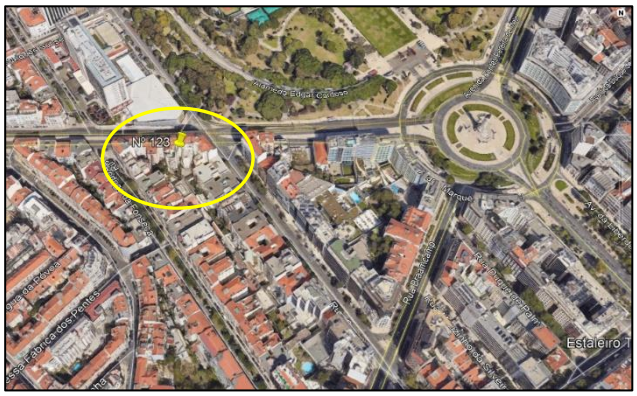


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	124

Designação:	Parque Eduardo VII e miradouro	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Avenidas Novas
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Parque urbano / Arquitetura cultural e recreativa	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Parque Eduardo VII		Área envolvente (242 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-103814,50 / -088688,39	80 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	1

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 36.35**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Situado no extremo norte da Avenida da Liberdade, no topo da Praça Marquês do Pombal, este é o maior parque de Lisboa. De início denominado Parque da Liberdade, foi rebatizado com o nome do Rei de Inglaterra que, em 1903, veio a Lisboa para reafirmar a aliança entre os dois Países.

Com vinte e cinco hectares, desenvolve-se ao longo de um eixo central materializado na grande alameda com uma grande vertente relvada, oferecendo recantos únicos e várias valências.

No topo encontra-se o Monumento ao 25 de Abril, da autoria de João Cutileiro, seguido pelo Jardim Amália Rodrigues e um miradouro monumental, que possui espetaculares vistas sobre o castelo de S. Jorge, a Baixa Pombalina e, claro, o Rio Tejo.

O Parque apresenta muitas outras valências, tais como restaurantes, esplanada, coreto, parque de merendas, campo de ténis, ginásio, piscina, e é igualmente palco de outros acontecimentos, como a famosa Feira Anual do Livro.



Fig. 1: Vista geral do Parque (Fonte: Archeocélis).



Fig. 3: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).



Fig. 2: Vista geral do miradouro (Fonte: Archeocélis).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	125

Designação:	Limites: Rua Marquês de Fronteira; Rua Castilho; Rua da Artilharia Um; Rua Joaquim António de Aguiar

Distrito	Concelho	Freguesia
Lisboa	Lisboa	Avenidas Novas

Tipologia / Categoria	Classificação / Legislação	Cronologia
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo

Acessos / endereço	Localização face ao projeto
Rua Marquês de Fronteira; Rua Castilho; Rua da Artilharia Um; Rua Joaquim António de Aguiar	Área de incidência (o TMSA passa por baixo de parte do conjunto de prédios)

Coordenadas (DATUM 73)	Altitude	Carta militar
-103992,15 / -089036,26	100 m.	431

Estado de conservação:	Risco de impacte:	Valor patrimonial:
Bom	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 50.55**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Uma das artérias principais de Lisboa, onde estão implantados edifícios construídos durante o século XX.



Fig. 1: Vista geral de uma das fachadas do conjunto de edifícios, na Rua Castilho (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	Responsável:	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	126

Designação:	Quarteirão: Rua Joaquim António de Aguiar; Rua Rodrigo da Fonseca; Rua de Artilharia Um e Rua Marquês de Subserra	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Avenidas Novas
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Joaquim António de Aguiar; Rua Rodrigo da Fonseca; Rua de Artilharia Um e Rua Marquês de Subserra		Área envolvente (66 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104183,43 / -088968,21	102 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 50.68**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de edifícios orientados para habitação plurifamiliar, e algum comércio nos pisos térreos, com diferentes formatos arquitetónicos e bom estado de conservação.



Fig. 1: Vista geral das principais fachadas, desde a Rua Marquês de Subserra (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	19/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	127

Designação:	Quarteirão: Rua Padre António Vieira; Rua Rodrigo da Fonseca; Rua Sampaio e Pina e Rua de Artilharia Um	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Avenidas Novas
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Padre António Vieira; Rua Rodrigo da Fonseca; Rua Sampaio e Pina e Rua de Artilharia Um		Área de incidência (o TMSA passa por baixo de parte do conjunto de prédios)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-103895,98 / -089176,60	107 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	1

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 50.65**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de imóveis orientados para habitação plurifamiliar, e algum comércio nos pisos térreos, com diferentes formatos arquitetónicos e bom estado de conservação.



Fig. 1: Vista geral das principais fachadas, desde a Rua Padre António Vieira (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	128

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Padre António Vieira	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Avenidas Novas
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Padre António Vieira nº 28		Área envolvente (51 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-103908,51 / -089147,95	107 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 50.59**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício destinado a habitação plurifamiliar, com seis pisos e, aparentemente, sujeito a renovação recente.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	129

Designação:	Edifício nas ruas Rodrigo da Fonseca, rua Padre António Vieira e rua Sampaio e Pina	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Avenidas Novas
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Rodrigo da Fonseca nº 184, 186, 188, 190 e 192; Rua Padre António Vieira nº 3, 5 e 9; Rua Sampaio e Pina nº 30-36		Área de incidência (o TMSA passa por baixo a uma profundidade superior a 20 m.)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-103957,89 / -089031,62	102 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	1

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 50.66**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício destinado a habitação plurifamiliar, com seis pisos e, aparentemente, sujeito a renovação recente.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	130

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar nas ruas Padre António Vieira e rua Rodrigo da Fonseca		
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**	
Lisboa	Lisboa	Avenidas Novas	
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**	
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo	
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**	
Rua Padre António Vieira nº 12-22; Rua Rodrigo da Fonseca nº 194-196		Área de incidência (18 m. de distância do TMSA)	
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**	
-103871,31 / -089089	106 m.	431	
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**	
Bom	Negativo	Indeterminado	

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 50.62**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício destinado a habitação plurifamiliar, com seis pisos e, aparentemente, sujeito a renovação relativamente recente.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

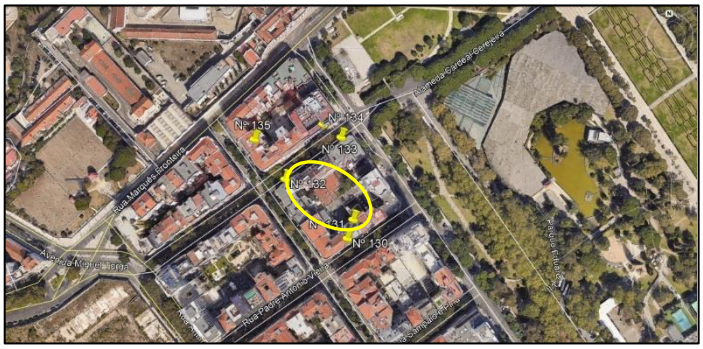


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	131

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Padre António Vieira

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Avenidas Novas

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Rua Padre António Vieira nº 6	Área envolvente (60 m. de distância do TMSA)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-103849,36 / -089056,23	104 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 50.63**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício destinado a habitação plurifamiliar, com quatro pisos e, aparentemente, sujeito a renovação relativamente recente.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

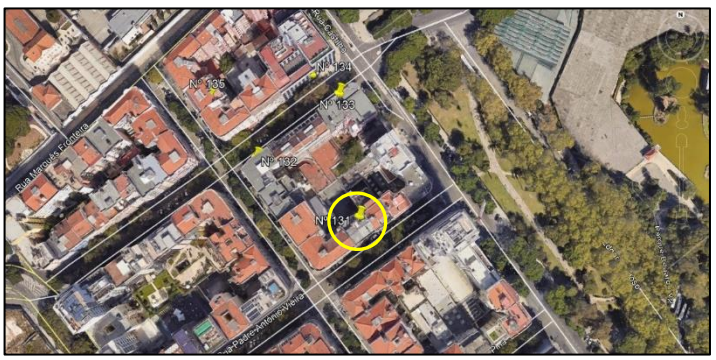


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	132

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar nas ruas Rodrigo da Fonseca, rua D. Francisco Manuel de Melo e rua Rodrigo da Fonseca

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Avenidas Novas

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Rua Rodrigo da Fonseca, 206-206 A; Rua D. Francisco Manuel de Melo, 9-9A e Rua Rodrigo da Fonseca, 204	Área de incidência (30 m. de distância do TMSA)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-103816,18 / -089133,79	109 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 50.60/50.61**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Imóvel orientado para a habitação plurifamiliar, nos cinco pisos superiores, e comércio no piso térreo, e, aparentemente, sujeito a renovação relativamente recente.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	133

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar nas ruas D. Francisco Manuel de Melo e rua Castilho

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Avenidas Novas

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Contemporâneo

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Rua D. Francisco Manuel de Melo nº 1; Rua Castilho nº 221	Área envolvente (86 m. de distância do TMSA)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-103778,69 / -089071,62	106 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 50.64**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício destinado a habitação plurifamiliar, com quatro pisos e, aparentemente, sujeito a renovação relativamente recente.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	134

Designação:	Edifício de serviços	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Avenidas Novas
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Edifício / Arquitetura de serviços	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Castilho nº 233-233A; Rua D. Francisco Manuel de Melo nº 2 (Prémio Valmor 1980)		Área envolvente (109 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-103753,97 / -089087,86	107 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 50.75**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Imóvel destinado a escritórios, nos pisos superiores, e comércio no piso térreo, e, aparentemente, sujeito a renovação recente.

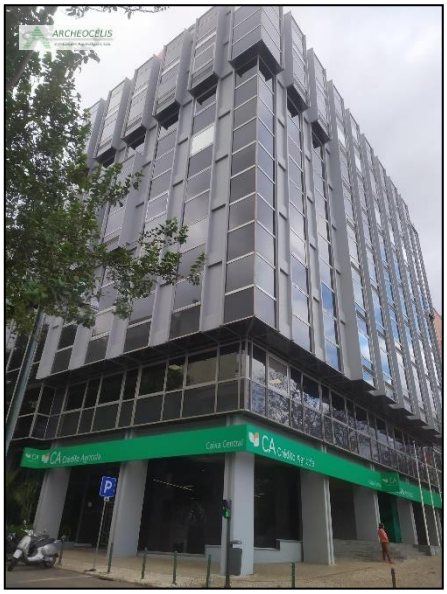


Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	135

Designação:	Edifício nas ruas Rodrigo da Fonseca, rua Marquês de Fronteira, rua Castilho e rua D. Francisco Manuel de Melo

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Avenidas Novas

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Contemporâneo

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Rua Rodrigo da Fonseca nº 210 a 216; Rua Marquês de Fronteira nº 111 a 117; Rua Castilho nº 235 e 237 e Rua D. Francisco Manuel de Melo nº 16	Área de incidência (40 m. de distância do TMSA)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-103789,61 / -089146,80	110 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia:	**Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 50.57**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Edifício destinado a habitação plurifamiliar, nos cinco pisos superiores, e espaços comerciais, no rés-do-chão. O estado de conservação geral do elemento é bom.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

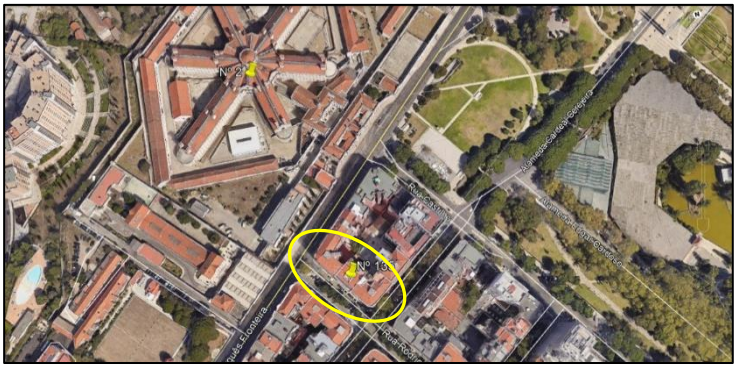


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	136

Designação:	Edifício de habitação plurifamiliar nas ruas Rodrigo da Fonseca e D. Francisco Manuel de Melo	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Avenidas Novas
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Rodrigo da Fonseca nº 141, 143 e 145 e Rua D. Francisco Manuel de Melo nº 13		Área de incidência (o TMSA passa por baixo a uma profundidade superior a 20 m.)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-103845,00 / -089158,64	109 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 50.58**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Imóvel destinado a habitação plurifamiliar, nos cinco pisos superiores, e espaços comerciais, no rés-do-chão. O estado de conservação geral do elemento é bom.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

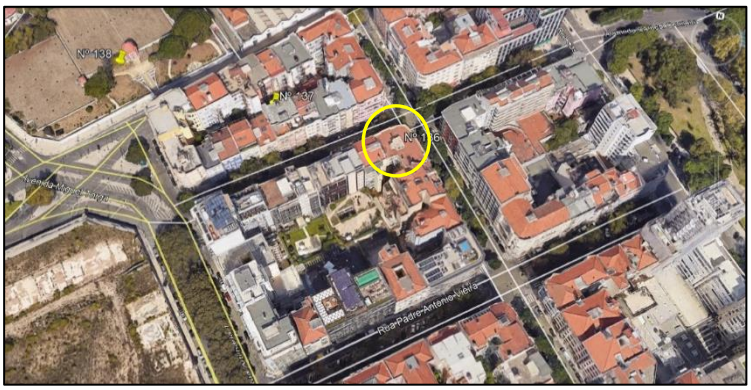


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	137

Designação:	Quarteirão	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Avenidas Novas
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Marques de Fronteira; Rua Rodrigo da Fonseca; Rua D. Francisco Manuel de Melo e Rua Artilharia Um		Área de incidência (o TMSA passa por baixo de parte do conjunto de prédios)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-103814,92 / -089226,57	113 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	1

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 50.56**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Conjunto de edifícios orientados para habitação plurifamiliar, nos pisos superiores, e comércio, na base, com diferentes formatos arquitetónicos e bom estado de conservação.



Fig. 1: Vista geral das principais fachadas, desde a Rua Marquês de Fronteira (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	138

Designação:	Reservatório Pombal	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Campolide
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Reservatório / Arqueológico	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Marquês de Fronteira nº 60		Área envolvente (70 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-103796,46 / -089308,46	118 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Positivo	1

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 10.16**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Esta Rua Marquês da Fronteira sucedeu a uma linha irregular, que não é evidentemente a de hoje, a qual constituía as setecentistas Estrada dos Padres da Companhia e Estrada de S. Francisco Xavier, retificadas há meio século [c. 1890], Rua — quási Avenida — moderna, já servida de elétricos desde outubro de 1936. (...) O muro que prossegue [à esquerda], até à Penitenciária, defende os terrenos da Companhia das Águas, onde se encontra o Depósito chamado do «Pombal». E do Pombal seriam porque já no começo do século passado, e certamente muito antes, quando estes chãos ainda constituíam herança da Companhia de Jesus, recebida pelo Real Colégio dos Nobres, eles eram conhecidos pela designativa de «Pombal», e um pombal haveriam tido. (...) Em 1873 o Governo expropriou estes terrenos todos, aqui [à esquerda] para levantamento do «Cadeia Geral e Penitenciária.



Fig. 1: Vista geral (Fonte: Archeocélis).

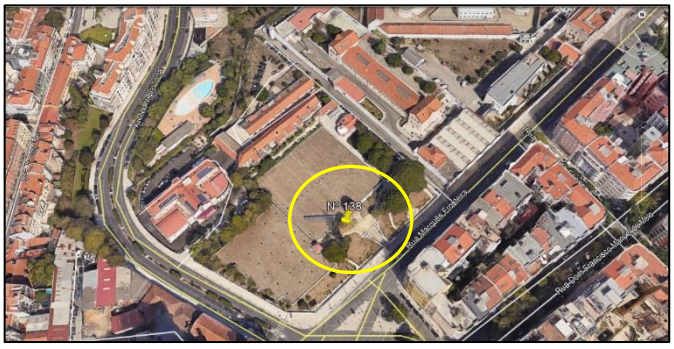


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	139

Designação:	Convento das Irmãzinhas dos Pobres de S. Patrício	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Campolide
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Convento / Arquitetura religiosa	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua de Campolide nº 163; Trav. das Irmãzinhas dos Pobres		Área envolvente (65 m. de distância do TMSA)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-103581,28 / -089575,39	100 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	1

Fonte / Bibliografia: **Endovélico** (DGPC); **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; **PDM, 10.13**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).

Descrição:

Imóvel urbano, isolado, situado a meia encosta da Rua de Campolide, com separação através de muro com gradeamento. Origem entre os séculos XIX e XX.



Fig. 1: Vista frontal da fachada (Fonte: Archeocélis).

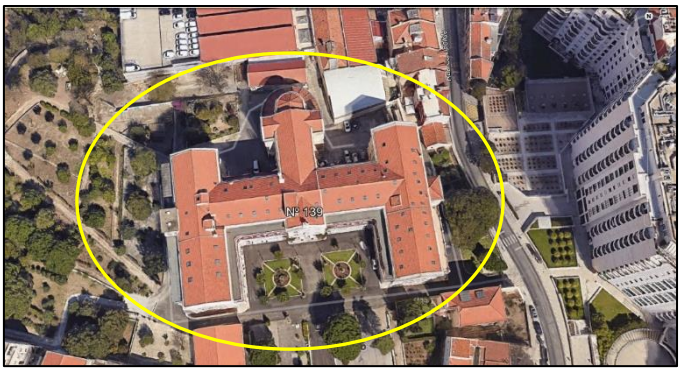


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	140

Designação:	Estátua a Oliveira Martins	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Estátua / Elemento escultórico		Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Avenida da Liberdade		Área de incidência (o TMSA passa por baixo; Localizado no TM2 e no estaleiro de frente TM2)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104419,71 / -088260,08	44 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo (Interferência Inevitável)	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/oliveira-martins; https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/ (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FIL/000008).

Descrição:

Faz parte de um conjunto de quatro figuras ilustres do séc. XIX, executadas pelos mais influentes escultores do Estado Novo, que pontuam, em pares e em paralelo, os extremos dos talhões da Av. da Liberdade, onde ela se cruza com a Rua Alexandre Herculano. Estátua de mármore sobre plinto de pedra erigida, por iniciativa da CML, em homenagem a este historiador e político oitocentista. Executada em 1948 pelo escultor Leopoldo de Almeida, foi inaugurada em 27 de maio de 1952.
O elemento apresenta várias marcas da passagem do tempo, como o escurecimento da superfície. No entanto, estruturalmente, aparenta estar em boas condições de preservação.



Fig. 1: Vista frontal da peça (Fonte: Archeocélis).

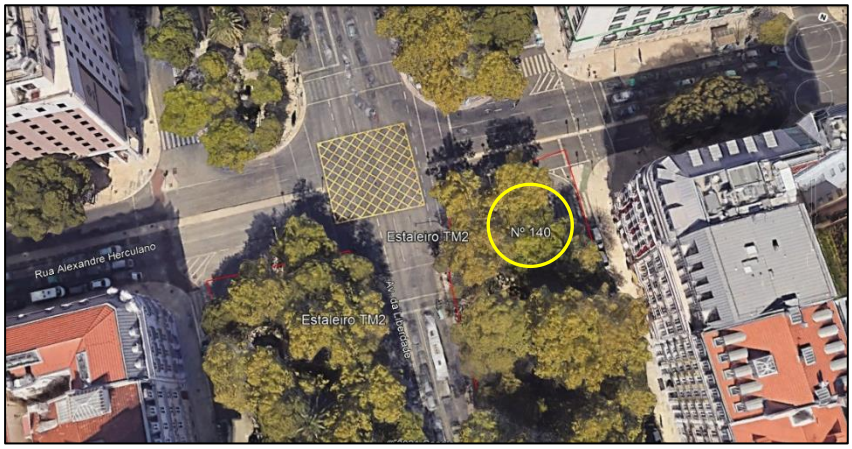


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	141

Designação:	Poço da Picheleira	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Marvila
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Poço / Elemento etnográfico		Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Estrada de Chelas		Área de incidência (18 m. de distância do TCB; 4 m. do TC1 e do estaleiro de frente TC1)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-102719,95 / -085611,43	44 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Regular	Negativo (Interferência Inevitável)	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); **PDM**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com);

Descrição:

Estrutura em alvenaria, de planta semicircular. Obra de captação de água subterrânea, por forma a servir de reserva do recurso, essencial e, assim, facilmente acessível às populações da envolvência.

A peça surge com alguns danos superficiais, nomeadamente escamação e escurecimento, indicativos de um estado de conservação regular.



Fig. 1: Vista frontal da peça (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	142

Designação:	Estátua a António Feliciano de Castilho	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Estátua / Elemento escultórico		Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Largo dos Caminhos de Ferro		Área de incidência (27 m. de distância do TMSA; Localizado no TM2 e no estaleiro de frente TM2)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104442,75 / -088294,60	43 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo (Interferência Inevitável)	Indeterminado
Fonte / Bibliografia:	https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/antonio-feliciano-de-castilho; arquivomunicipal.cm-lisboa.pt (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FIL/000007).	

Descrição:

Faz parte de um conjunto de quatro figuras ilustres do séc. XIX, executadas pelos mais influentes escultores do Estado Novo, que pontuam, em pares e em paralelo, os extremos dos talhões da Av. da Liberdade, onde ela se cruza com a Rua Alexandre Herculano. Estátua de mármore sobre plinto de pedra erigida, por iniciativa da CML, em homenagem ao Visconde de Castilho, poeta e prosador, um dos cultores do Romantismo. Executada em 1948 pelo escultor Leopoldo de Almeida, foi inaugurada em 27 de maio de 1952.

O elemento apresenta várias marcas da passagem do tempo, como o escurecimento da superfície. No entanto, estruturalmente, aparenta estar em boas condições de preservação.

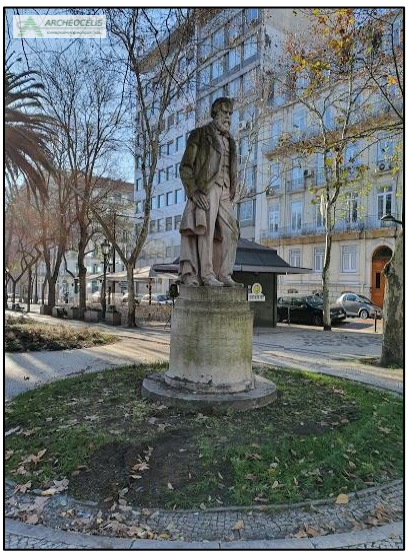


Fig. 1: Vista frontal da peça (Fonte: Archeocélis).

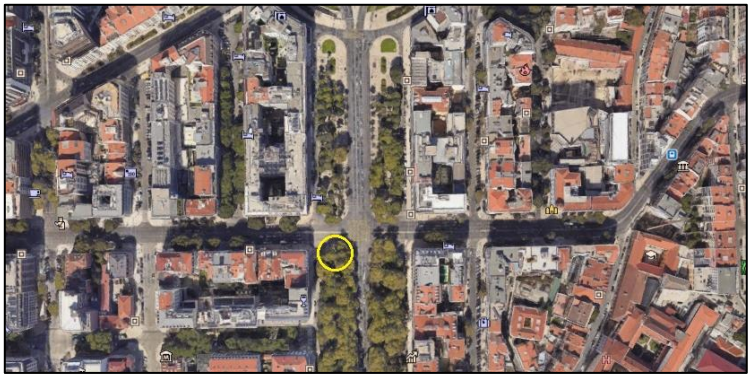


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	143

Designação:	Fontanário-bebedouro para Animais da SPA (Sociedade Protetora dos Animais)	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Fonte / Elemento de ornamentação		Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Largo dos Caminhos de Ferro		Área de incidência (139 m. de distância do TMSA; 119 m. do TM5)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105527,95 / -086187,77	3 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: Deliberação n.º 9/AML/2020 - Voto n.º 096/01 (PAN) (2º Suplemento ao Boletim Municipal nº 1353, de 23.01.2020).

Descrição:

Em 1882, um dos fundadores da SPA (Sociedade Protetora dos Animais), Júlio de Andrade, ofereceu fontanários-bebedouro para animais à cidade, sendo de relembrar que na época, num primeiro momento foram oferecidos três fontanários, importados de Paris, que se situavam no Largo do Corpo Santo, na Praça do Comércio e em Santa Apolónia.

No total terão sido oferecidos catorze fontanários, todos com a mesma tipologia: em ferro fundido com três bacias em forma de concha e com um letreiro que invocava ao cuidado para com os animais e com uma referência à Sociedade Protetora dos Animais. Hoje restam apenas dois exemplares, um em Santa Apolónia e o do Jardim do Príncipe Real. A peça apresenta sinais de descoloração na zona de permanente passagem de água, mas, em geral, encontra-se bem conservada.



Fig. 1: Vista frontal da peça (Fonte: Archeocélis).

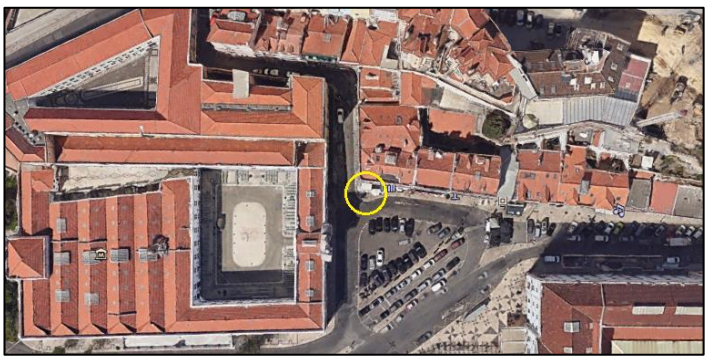


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	144

Designação:	Grupo escultórico "Emigrante Português"	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Estátua / Elemento escultórico		Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Largo dos Caminhos de Ferro		Área de incidência (153 m. de distância do TMSA; 124 m. do TM5)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105556,70 / -086126,93	3 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/emigrante-portugues

Descrição:

Grupo escultórico de bronze assente sobre base de granito, inaugurado, em 10 de Junho de 1981, no Largo do Museu de Artilharia, em frente à Estação de Sta. Apolónia, local de onde partiram, para a Europa, inúmeros emigrantes. Obra de Dorita Castel-Branco, o monumento foi erigido por iniciativa do semanário "O Tempo" com a contribuição de várias entidades oficiais e particulares. O seu estado de conservação é bastante bom.



Fig. 1: Vista frontal da peça (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	145

Designação:	Busto de D. Manuel I	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Estátua / Elemento escultórico		Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Largo do Museu de Artilharia		Área de incidência (19 m. de distância do TMSA; 37 m. do TM5)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105615,73 / -086263,18	3 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: https://visitar.lisboa.pt/explorar/locais-de-interesse/d-manuel-i-1

Descrição:

D. Manuel I (1469-1521), O Venturoso, 14º rei de Portugal, reinou durante 26 anos, entre o final do séc. XV e o início do séc. XVI, época de grande atividade marítima portuguesa pelo mundo.

O busto de mármore branco assente sobre pedestal circular do mesmo material, que se eleva ao centro de uma plataforma quadrangular com dois degraus, obra da autoria de A. Fernandes Sá, foi inaugurado originalmente, em 1895, no pátio interior (Pátio dos Canhões) do Museu Militar.

Por iniciativa do Museu, em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, a peça foi transferida para o Largo do Museu de Artilharia, em 10 de dezembro de 2003. A mesma encontra-se bem preservada.



Fig. 1: Vista frontal da peça
(Fonte: Archeocélis).

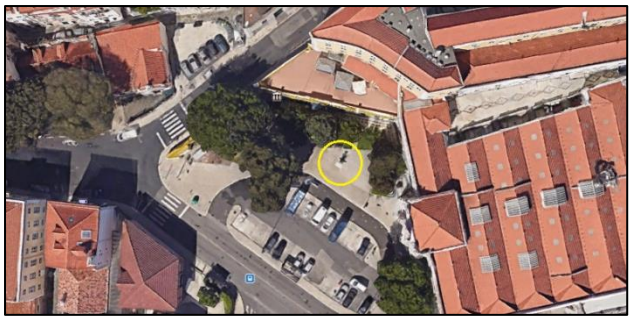


Fig. 2: Vista aérea da localização
(Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	146

Designação:	Conjunto de dois Canhões (Elementos escultóricos junto à fachada do Museu Militar)		
Distrito	**Concelho**		**Freguesia**
Lisboa	Lisboa		São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**		**Cronologia**
Elemento Ornamental / Elemento escultórico			Contemporâneo
Acessos / endereço			**Localização face ao projeto**
Largo do Museu de Artilharia			Área de incidência (21 m. de distância do TMSA; 24 m. do TM5)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**		**Carta militar**
-105612,45 / -086248,62	3 m.		431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**		**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo		Indeterminado

Fonte / Bibliografia: https://www.exercito.pt/pt/quem-somos/organizacao/ceme/vceme/dhcm/lisboa

Descrição:

Conjunto de dois canhões. Elementos ornamentais implantados na fachada lateral, junto à porta de acesso lateral do Museu Militar, no Largo do Museu de Artilharia. O seu formato de canhão representará o foco do espaço na valorização, o enriquecimento e a exposição do património histórico-militar.

O museu contém uma grande exposição de armas, uniformes e documentos militares históricos. A coleção de peças de artilharia em bronze, é considerada uma das mais completas a nível mundial, e cujas peças são preciosos documentos históricos, tanto pelas suas inscrições e símbolos heráldicos, como pelas ornamentações bem ao estilo das épocas das respetivas fundições. A peça exposta no exterior surge como um pequeno símbolo desse valioso património museológico. A sua localização protegida pelos elementos circundantes justificará o bom estado de conservação.





Figs. 1 e 2 (em cima): Fachada lateral do Museu onde são visíveis os elementos patrimoniais (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	147

Designação:	Âncora (Elemento ornamental do Porto de Lisboa, 1997)	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Elemento Ornamental / Elemento escultórico		Contemporâneo
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Largo dos Caminhos de Ferro		Área de incidência (o elemento localiza-se no local da saída/descarga do TMSA; 15 m. de distância do TM5)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105670,96 / -086177,05	4 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo (Interferência Inevitável)	Indeterminado
Fonte / Bibliografia:	https://pt.foursquare.com/v/terminal-multipurpose-de-lisboa/4de6108718389f05586fd42e	

Descrição:

Elemento ornamental associado ao Terminal Multipurpose De Lisboa, localizado em Santa Apolónia, e gerido pela APL - Administração do Porto de Lisboa. Este terminal acolhe essencialmente navios que ligam Portugal continental às regiões autónomas da Madeira e dos Açores. A peça simbolizará o passado do local estreitamente ligado à construção naval e as mais recentes atividades marítimo-turísticas desenvolvidas. A mesma encontra-se em bom estado de preservação, com apenas alguns sinais de alteração de cor, por elevada exposição solar.



Fig. 1: Vista frontal da peça (Fonte: Archeocélis).



Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	148

Designação:	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na Rua de Santa Marta		
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**	
Lisboa	Lisboa	Santo António	
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**	
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	IIP - Imóvel de Interesse Público abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente	Contemporâneo	
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**	
Rua de Santa Marta nº 44B-46D		Área de incidência (o TMSA passa por debaixo; 5 m. de distância do TM3)	
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**	
-104478,33 / -088049,72	41 m.	431	
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**	
Bom	Negativo	2	

Fonte / Bibliografia: **Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); **PDM**, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com);

Descrição:

Este conjunto é constituído por três edifícios (nº 44 ao 48) de finais de Setecentos e princípios de Oitocentos, de arquitetura eclética, com elementos barrocos e neoclássicos. Ainda que todos os prédios tenham sofrido alterações posteriores, esta constitui uma frente de rua bem exemplificativa da arquitetura civil barroca e pombalina de Lisboa.

O primeiro edifício, correspondente ao n.º 44, possui planta quadrangular irregular, desenvolvendo-se em cinco pisos e águas-furtadas. o piso inferior é ocupado por lojas, neste caso com emolduramento em cantaria. Os restantes pisos são rasgados por janelas de verga reta e janelas de sacada, em pisos alternados. As sacadas do terceiro piso possuem varandas estreitas de ferro forjado, e as do quinto piso agrupam-se em duas varandas de maiores dimensões. O prédio é visualmente dividido por um pilar que define o seu eixo central, marcando na fachada a divisão interna dos apartamentos, dois por piso. É rematado por balaustrada corrida.

O prédio que ocupa o n.º 46 tem quatro pisos, sendo o quarto formado por corpo mais estreito que os três inferiores. A fachada é ocupada por lojas ao nível térreo, possuindo janelas de sacada nos dois andares médios, rematadas por guardas de ferro no segundo piso e varandas no terceiro. O corpo superior é rematado em frontão triangular, com telhado de duas águas, e rasgado por três janelas de verga reta e uma pequena luneta sob o frontão. Ambos os edifícios estão a sofrer obras de requalificação.



Fig. 1: Vista frontal das duas fachadas (Fonte: Archeocélis).

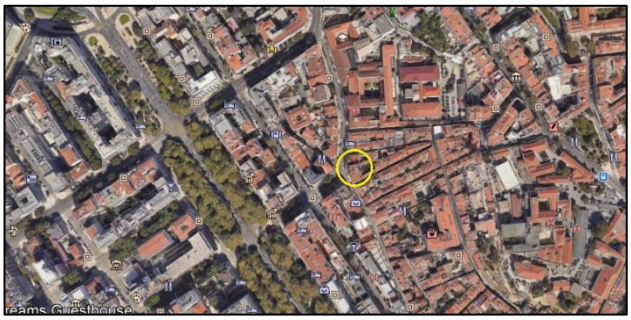


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	149

Designação:	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na Rua de Santa Marta e Trav. Santa Marta

Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António

Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis.	Contemporâneo

Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**
Rua de Santa Marta nº 48A-48F; Travessa Santa Marta nº 19D-19E	Área de incidência (27 m. de distância do TMSA; 5 m. do TM3)

Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-104436,48 / -088048,91	41 m.	431

Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo	Indeterminado

Fonte / Bibliografia:	**Kits de Património** (IHRU-ex-IGESPAR I.P); **PDM,** 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); **Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação** (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com);

Descrição:

Este conjunto é constituído por três edifícios (nº 44 ao 48) de finais de Setecentos e princípios de Oitocentos, de arquitetura eclética, com elementos barrocos e neoclássicos. Ainda que todos os prédios tenham sofrido alterações posteriores, esta constitui uma frente de rua bem exemplificativa da arquitetura civil barroca e pombalina de Lisboa.

O edifício correspondente ao n.º 48 possui planta em L, formando gaveto. O corpo principal desenvolve-se em três pisos e águas-furtadas, sendo a fachada rasgada por lojas no rés-do-chão, e fiadas regulares de janelas quadradas (piso intermédio) e janelas de sacada com varandas de ferro forjado (piso superior). A porta principal eleva-se à altura das janelas do segundo piso. O prédio é rematado por uma balaustrada, cortada à direita por um piso extra com duas janelas de sacada, ocupando menos de um terço da extensão total da fachada. A fachada que deita para a Travessa de Santa Marta é rasgada por singelas janelas quadrangulares. Aí funcionou a redação da União Gráfica, cujo letreiro ainda encabeçava a fachada na década de noventa do século XX. Este imóvel foi adquirido por um grupo hoteleiro, tendo sofrido obras de remodelação entre 2007 e 2009 que implicaram a reconstrução total do interior, e algumas alterações nas fachadas.



Fig. 1: Vista frontal das duas fachadas (Fonte: Archeocélis).

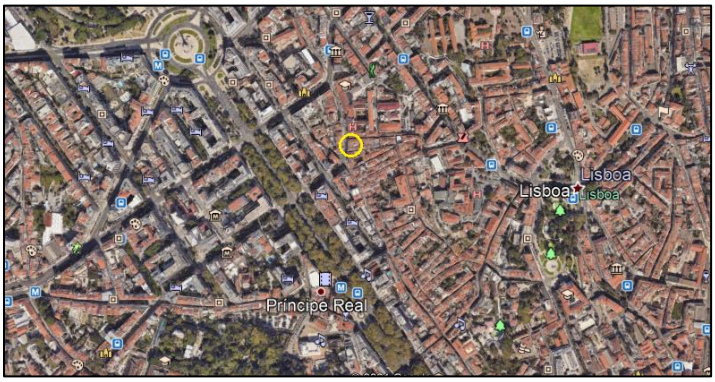


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	150

Designação:	Padrão	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**	**Cronologia**
Elemento Ornamental / Elemento escultórico		Indeterminado
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Teixeira Lopes		Área de incidência (33 m. de distância do TMSA; 32 m. do TM5)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**	**Carta militar**
-105622,57 / -086185,40	1 m.	431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**	**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo (Interferência Inevitável)	Indeterminado

Fonte / Bibliografia: https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/cruzeiro-na-rua-teixeira-lopes

Descrição:

Padrão de pedra com base e coluna circulares, rematadas por um paralelepípedo, que exibe na face virada ao rio o escudo de Portugal, enquanto na face voltada para o Museu Militar pode ler-se uma passagem do Canto VII de Os Lusíadas: *E se mais/mundo houve-/ra lá chegara*. Este elemento surge coroado por uma cruz de ferro.



Fig. 1: Vista frontal da face, onde se encontra o escudo de Portugal (Fonte: Archeocélis).

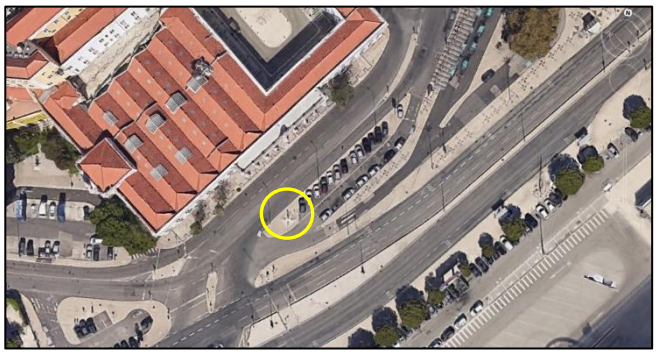


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	Nº	151

Designação:	Canhão		
Distrito	**Concelho**		**Freguesia**
Lisboa	Lisboa		São Vicente
Tipologia / Categoria	**Classificação / Legislação**		**Cronologia**
Elemento Ornamental / Elemento escultórico			Contemporâneo
Acessos / endereço			**Localização face ao projeto**
Largo do Museu de Artilharia			Área de incidência (15 m. de distância do TMSA; 52 m. do TM5)
Coordenadas (DATUM 73)	**Altitude**		**Carta militar**
-105613,02 / -086278,03	3 m.		431
Estado de conservação:	**Risco de impacte:**		**Valor patrimonial:**
Bom	Negativo		Indeterminado

Fonte / Bibliografia: https://www.exercito.pt/pt/quem-somos/organizacao/ceme/vceme/dhcm/lisboa

Descrição:

Canhão. ornalmental implantado na fachada da Esquadra de turismo de Santa Apolónia, no Largo do Museu de Artilharia. Provavelmente formaría parte do conjunto de dois canhões localizados junto à porta de acceso lateral do Museu Militar, na misma rua, pelo formato e tipologia deles.

Os canhões representam a defensa da Esquadra de turismo contra os crimes e o valioso património museológico do museu, que contém uma grande exposição de armas, uniformes e documentos militares históricos. A coleção de peças de artilharia em bronze, é considerada uma das mais completas a nível mundial, e cujas peças são preciosos documentos históricos, tanto pelas suas inscrições e símbolos heráldicos, como pelas ornamentações bem ao estilo das épocas das respetivas fundições. A sua localização protegida pelos elementos circundantes justificará o bom estado de conservação.



Fig. 1: Vista frontal da peça (Fonte: Archeocélis).

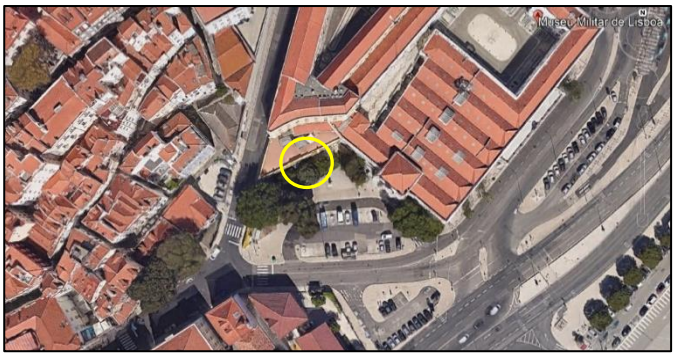


Fig. 2: Vista aérea da localização (Fonte: Google Earth).

Data:	20/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ANEXOS

FICHAS DOS VAZADOUROS

ARCHEOCÉLIS	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	PROSPEÇAO ARQUEOLÓGICA VAZADOUROS	**Nº**	**1**

Designação:	Ribeiro do Cavalo nº 3	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Setúbal	Sesimbra	Castelo
Acessos / endereço		**Litologia**
Estrada Nacional 378, Zambujal. Apartado 1003, 2979-908 (Sesimbra)		Calcário
Coordenadas (WGS84)	**Altitude**	**Carta militar**
38.441461 / -9.1325	178 m.	464
Distancia área de intervenção do TMSA (PK 0+000)		**Distancia área de intervenção do TCB (PK 0+000)**
32536 m.		33019 m.
Condicionantes		**Outros**
Impossível o acesso		

Descrição:

Realizou-se uma prospeção arqueológica para verificar o estado do futuro vazadouro, enquanto aos riscos de afetação de ocorrências arqueológicas, no sítio denominado "Ribeiro do Cavalo nº 3", localizado no distrito de Setúbal, concelho de Sesimbra, freguesia de Castelo. A referida prospeção não foi concluída dada a impossibilidade de acesso às instalações, onde será realizado o vazadouro, administradas por uma empresa privada.

Assim, embora as condições lumíneas e meteorológicas fossem boas, não foi possível avaliar as condições patrimoniais e arqueológicas do sítio de vazadouro "Ribeiro do Cavalo nº 3".



Fig. 1: Localização do vazadouro "Ribeiro do Cabalo nº 3" (Vista aérea). Google Earth

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	PROSPEÇAO ARQUEOLÓGICA VAZADOUROS	**Nº**	**2**

Designação:	Vazadouro de Moita	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Setúbal	Moita	Moita
Acessos / endereço		**Litologia**
N379-2, Quinta do Anjo. 2860-313 (Moita)		Areia
Coordenadas (WGS84)	**Altitude**	**Carta militar**
38.63028055 / -8.9699472	39 m.	443
Distancia área de intervenção do TMSA (PK 0+000)		**Distancia área de intervenção do TCB (PK 0+000)**
20586 m.		17518 m.
Condicionantes		**Outros**
Vegetação rasteira		

Descrição:

Realizou-se uma prospeção arqueológica para verificar o estado do futuro vazadouro, enquanto aos riscos de afetação de ocorrências arqueológicas, no sítio denominado "Vazadouro da Moita", localizado no distrito de Setúbal, concelho de Moita, freguesia de Moita.

Procedeu-se à prospeção intensiva da área a implantar o vazadouro. A prospeção foi realizada de manhã, com boa exposição solar e mediana visibilidade. O uso atual do solo corresponde ao depósito de terras já inerte, com relevo muito suave. A vegetação rasteira permitiu uma visualização média da superfície do terreno, que se caracteriza por ser areno de coloração amarelo-avermelhada.

Na superfície detetou-se vestígios de cerâmica contemporânea, sendo maioritariamente ladrilhos depositados como lixo, o que não impede a implantação do vazadouro neste local.







Fig. 1-2 (acima): Vista geral do Vazadouro da Moita. Archeocélis

Fig. 3 (esq.): Localização do Vazadouro. Google Earth.

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS	**TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO**		
	PROSPEÇAO ARQUEOLÓGICA VAZADOUROS	**Nº**	**3**

Designação:	"SOARVAMIL-Centro de Produção Pinhal Conde da Cunha"	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Setúbal	Seixal	Corroios
Acessos / endereço		**Litologia**
Avenida Quinta de Valadares, Quinta de Valadares. 2855-515 (Corroios-Seixal)		Areia
Coordenadas (WGS84)	**Altitude**	**Carta militar**
38.6136354 / -9.1638757	28 m.	442
Distancia área de intervenção do TMSA (PK 0+000)		**Distancia área de intervenção do TCB (PK 0+000)**
14461 m.		15108 m.
Condicionantes		**Outros**

Descrição:

Realizou-se uma prospeção arqueológica para verificar o estado do futuro vazadouro, enquanto aos riscos de afetação de ocorrências arqueológicas, no sítio denominado "SOARVAMIL-Centro de Produção Pinhal Conde da Cunha", localizado no distrito de Setúbal, concelho de Seixal, freguesia de Corroios.

Procedeu-se à prospeção intensiva da área a implantar o vazadouro. A prospeção foi realizada de tarde, com boa exposição solar e boa visibilidade. O sítio escolhido para o vazadouro está em uso, já que é administrado por uma empresa privada, portanto, será a superposição de terras sobre depósito existentes.

Portanto, não se verificaram ocorrências arqueológicas e patrimoniais impeditivas para a instalação deste vazadouro.







Fig. 1-2 (esq.): Vista geral do Vazadouro. Archeocélis

Fig. 3 (acima): Localização do Vazadouro

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS Investigações Arqueológicas, Lda.	**TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO**		
	PROSPEÇAO ARQUEOLÓGICA VAZADOUROS	**Nº**	**4**

Designação:	"SARMINAS-Centro de Produção Mesquita"	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Setúbal	Sesimbra	Santiago
Acessos / endereço		**Litologia**
Estrada Nacional N378, Herdade da Mesquita. 2970-649 (Sesimbra)		Areia
Coordenadas (WGS84)	**Altitude**	**Carta militar**
38.527872 / -9.087894	52 m.	453
Distancia área de intervenção do TMSA (PK 0+000		**Distancia área de intervenção do TCB (PK 0+000**
23870 m.		23477 m.
Condicionantes		**Outros**
Caminho de difícil acesso		

Descrição:

Realizou-se uma prospeção arqueológica para verificar o estado do futuro vazadouro, enquanto aos riscos de afetação de ocorrências arqueológicas, no sítio denominado "SARMINAS-Centro de Produção Mesquita", localizado no distrito de Setúbal, concelho de Sesimbra, freguesia de Santiago. A referida prospeção não foi concluída dada a impossibilidade de acesso às instalações, onde será realizado o vazadouro, porque o caminho de acesso encontrava-se fechado.

Assim, embora as condições lumíneas e meteorológicas fossem boas, não foi possível avaliar as condições patrimoniais e arqueológicas do sítio de vazadouro "SARMINAS-Centro de Produção Mesquita".



*Fig. 1: Localização do vazadouro "*SARMINAS-Centro de Produção Mesquita*" (Vista aérea). Google Earth*

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ANEXOS

FICHAS DOS ESTALEIROS

ARCHEOCÉLIS	**TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO**		
	PROSPEÇAO ARQUEOLÓGICA ESTALEIROS	**Nº**	**1**

Designação:	Estaleiro de Carnide	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Carnide
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Rio Zézere		Área afastada do projeto
Coordenadas (WGS84)	**Altitude**	**Carta militar**
38.7732083 / -9.181522	111 m.	431
Distancia área de intervenção do TMSA (PK 0+000)		**Distancia área de intervenção do TCB (PK 0+000)**
4009 m		6700 m.
Condicionantes		**Outros**
Vegetação rasteira		

Descrição:

Realizou-se uma prospeção arqueológica para verificar o sítio de implantação do estaleiro de Carnide, enquanto aos riscos de afetação de ocorrências arqueológicas, localizado no distrito de Lisboa, concelho de Lisboa, freguesia de Lisboa. Procedeu-se à prospeção intensiva visual da área a implantar o estaleiro. A prospeção foi realizada de manhã, com boa exposição solar e mediana visibilidade. O uso atual do solo corresponde um terreno sim utilidade atualmente, com relevo muito suave. A vegetação rasteira permitiu uma visualização média da superfície do terreno.

Após a prospeção de campo, não se verificaram ocorrências arqueológicas e patrimoniais impeditivas para a instalação do estaleiro e depósitos provisórios de terras neste local. No entanto, informa-se que todos os trabalhos de preparação do terreno e montagem do estaleiro deverão ser acompanhados pela equipa de arqueologia. Este acompanhamento arqueológico deverá ser presencial e permanente até ao término dos trabalhos de montagem.



Fig. 1: Vista geral do sítio de implantação do estaleiro. Fonte: Archeocélis.



Fig. 2: Localização do estaleiro (vista aérea). Fonte: Google Earth.

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	PROSPEÇAO ARQUEOLÓGICA ESTALEIROS	Nº	2

Designação:	Estaleiro de Campolide – TM1	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Campolide
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua de Campolide		TMSA
Coordenadas (WGS84)	**Altitude**	**Carta militar**
38.7345027 / -9.1666361	50 m	431
Distancia área de intervenção do TMSA		**Distancia área de intervenção do TCB (PK 0+000)**
Sobre TMSA2		4340 m
Condicionantes		**Outros**
Vegetação rasteira		

Descrição:

Realizou-se uma prospeção arqueológica para verificar o sítio de implantação do estaleiro de Campolide (TM1), enquanto aos riscos de afetação de ocorrências arqueológicas, localizado no distrito de Lisboa, concelho de Lisboa, freguesia de Campolide. Procedeu-se à prospeção intensiva visual da área a implantar o estaleiro. A prospeção foi realizada de manhã, com boa exposição solar e mediana visibilidade. O uso atual do solo corresponde um terreno sim utilidade atualmente, com relevo de colinas suaves. A vegetação rasteira permitiu uma visualização média da superfície do terreno.
Após a prospeção de campo, não se verificaram ocorrências arqueológicas e patrimoniais impeditivas para a instalação do estaleiro e depósitos provisórios de terras neste local. No entanto, informa-se que todos os trabalhos de preparação do terreno e montagem do estaleiro deverão ser acompanhados pela equipa de arqueologia. Este acompanhamento arqueológico deverá ser presencial e permanente até ao término dos trabalhos de montagem.



Fig. 1: Vista geral do sítio de implantação do estaleiro. Fonte: Archeocélis.



Fig. 2: Localização do estaleiro (vista aérea). Fonte: Google Earth.

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	PROSPEÇAO ARQUEOLÓGICA ESTALEIROS	**Nº**	**3**

Designação:	Estaleiro de Chelas – TC1	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Marvila
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Estrada de Chelas		TCB
Coordenadas (WGS84)	**Altitude**	**Carta militar**
38.7384972 / -9.1173194	18 m.	431
Distancia área de intervenção do TMSA (PK 3+000)		**Distancia área de intervenção do TCB**
2480 m.		Sobre TCB
Condicionantes		**Outros**
Asfalto		

Descrição:

Realizou-se uma uma prospeção arqueológica para verificar o sítio de implantação do estaleiro de Chelas (TC1), enquanto aos riscos de afetação de ocorrências arqueológicas, localizado no distrito de Lisboa, concelho de Lisboa, freguesia de Marvila. Procedeu-se à prospeção intensiva visual da área a implantar o estaleiro. A prospeção foi realizada de tarde, com boa exposição solar e má visibilidade do solo. O estaleiro será implantado numa área já asfaltada, portanto, não foi possível verificar o potencial arqueológico da área. No entanto, os trabalhos de montagem do estaleiro devem ser acompanhados permanentemente por um arqueológico, a fim de evitar os possíveis riscos das ocorrências patrimoniais que se localizam na área de incidência, verificando, deste modo, o cumprimento das medidas de minimização propostas.



Fig. 1: Vista geral do sítio de implantação do estaleiro. Fonte: Archeocélis.



Fig. 2: Localização do estaleiro (vista aérea). Fonte: Google Earth.

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	PROSPEÇAO ARQUEOLÓGICA ESTALEIROS	**Nº**	**4**

Designação:	Estaleiro TC2	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Marvila
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Avenida Infante Dom Henrique / Rua do Açúcar		TCB
Coordenadas (WGS84)	**Altitude**	**Carta militar**
38.73692 / -9.10361	3 m	431
Distancia área de intervenção do TMSA (PK 4+500)		**Distancia área de intervenção do TCB**
3305 m		Sobre TCB
Condicionantes		**Outros**
Viaturas		

Descrição:

Realizou-se uma prospeção arqueológica para verificar o sítio de implantação do estaleiro TC2, enquanto aos riscos de afetação de ocorrências arqueológicas, localizado no distrito de Lisboa, concelho de Lisboa, freguesia de Marvila. Procedeu-se à prospeção intensiva visual da área a implantar o estaleiro. A prospeção foi realizada de tarde, com boa exposição solar e má visibilidade. O estaleiro será implantado numa área de terra batida, atualmente utilizada como estacionamento, estando prevista a utilização da totalidade da área para o estaleiro.

Após a prospeção de campo, não se verificaram ocorrências arqueológicas e patrimoniais impeditivas para a instalação do estaleiro e depósitos provisórios de terras neste local. No entanto, informa-se que todos os trabalhos de preparação do terreno e montagem do estaleiro deverão ser acompanhados pela equipa de arqueologia. Este acompanhamento arqueológico deverá ser presencial e permanente até ao término dos trabalhos de montagem.



Fig. 1: Vista geral do sítio de implantação do estaleiro. Fonte: Archeocélis.



Fig. 2: Localização do estaleiro (vista aérea). Fonte: Google Earth.

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	PROSPEÇAO ARQUEOLÓGICA ESTALEIROS	**Nº**	**5**

Designação:	Estaleiro de frente TM2	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António
Acessos / endereço	**Localização face ao projeto**	
Avenida da Liberdade	TMSA	
Coordenadas (WGS84)	**Altitude**	**Carta militar**
38.723272 / -9.148033	42 m.	431
Distancia área de intervenção do TMSA	**Distancia área de intervenção do TCB (PK 0+000)**	
Sobre TMSA2	3176 m.	
Condicionantes	**Outros**	
Via urbana		

Descrição:

Realizou-se uma prospeção arqueológica para verificar o sítio de implantação do estaleiro de frente TM2, enquanto aos riscos de afetação de ocorrências arqueológicas, localizado no distrito de Lisboa, concelho de Lisboa, freguesia de Santo António. Procedeu-se à prospeção intensiva visual da área a implantar o estaleiro. A prospeção foi realizada de manhã, com boa exposição solar e má visibilidade do solo. O estaleiro será implantado na Avenida da Liberdade, uma das artérias principais de Lisboa.

Este será implantado em plena Avenida da Liberdade, em ambas as margens, junto à interseção com a Rua Alexandre Herculano. Após a prospeção arqueológica realizada, identificaram-se duas ocorrências patrimoniais muito próximas, nomeadamente uma Estátua a Oliveira Martins (nº 140) e uma Estátua a António Feliciano de Castilho (nº 142). Recomendamos, para estes elementos patrimoniais, a sua vedação e sinalização, impedindo a passagem de viaturas e pessoas afetas à empreitada, evitando assim a sua afetação direta. Recomendamos, igualmente, a colocação de barreiras que protejam os elementos de poeiras e lamas. Também deverá ser alvo de monitorização visual regular, verificando o ponto de situação da sua estrutura, enquanto decorrerem os trabalhos previstos para este local. Por último, os trabalhos de montagem do estaleiro, assim como das obras acessórias que impliquem remeximento de solos, deverão ter o necessário acompanhamento arqueológico.



Fig. 1: Vista geral do sítio de implantação do estaleiro. Fonte: Archeocélis.



Fig. 2: Localização do estaleiro (vista aérea). Fonte: Google Earth.

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	PROSPEÇAO ARQUEOLÓGICA ESTALEIROS	**Nº**	**6**

Designação:	Estaleiro de frente TM3	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santo António
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua de Santa Marta		TMSA
Coordenadas (WGS84)	**Altitude**	**Carta militar**
38.722883 / -9.1457638	28 m	431
Distancia área de intervenção do TMSA		**Distancia área de intervenção do TCB (PK 0+000)**
Sobre TMSA		3190 m
Condicionantes		**Outros**
Via urbana		

Descrição:

Realizou-se uma prospeção arqueológica para verificar o sítio de implantação do estaleiro de frente TM3, enquanto aos riscos de afetação de ocorrências arqueológicas, localizado no distrito de Lisboa, concelho de Lisboa, freguesia de Santo António. Procedeu-se à prospeção intensiva visual da área a implantar o estaleiro. A prospeção foi realizada de tarde, com boa exposição solar e má visibilidade do solo. O estaleiro será implantado numa área já asfaltada, portanto não foi possível verificar o potencial arqueológico da área.

Após a prospeção de campo, não se verificaram ocorrências arqueológicas e patrimoniais impeditivas para a instalação do estaleiro e depósitos provisórios de terras neste local. No entanto, informa-se que todos os trabalhos de preparação do terreno e montagem do estaleiro deverão ser acompanhados pela equipa de arqueologia. Este acompanhamento arqueológico deverá ser presencial e permanente até ao término dos trabalhos de montagem.



Fig. 1: Vista geral do sítio de implantação do estaleiro. Fonte: Archeocélis.

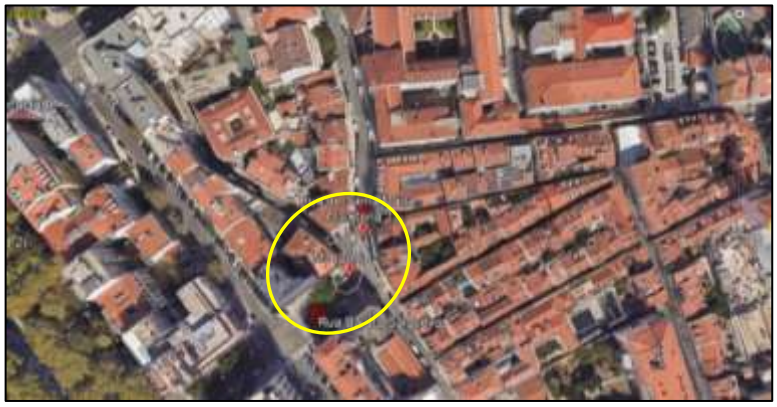


Fig. 2: Localização do estaleiro (vista aérea). Fonte: Google Earth.

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS	**TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO**		
	PROSPEÇAO ARQUEOLÓGICA ESTALEIROS	**Nº**	**7**

Designação:	Estaleiro de frente TM4	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Arroios
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Avenida Almirante Reis		TMSA
Coordenadas (WGS84)	**Altitude**	**Carta militar**
		431
Distancia área de intervenção do TMSA		**Distancia área de intervenção do TCB (PK 0+000)**
Sobre TMSA		2510 m.
Condicionantes		**Outros**
Via urbana		

Descrição:

Realizou-se uma prospeção arqueológica para verificar o sítio de implantação do estaleiro de frente TM4, enquanto aos riscos de afetação de ocorrências arqueológicas, localizado no distrito de Lisboa, concelho de Lisboa, freguesia de Arroios. Procedeu-se à prospeção intensiva visual da área a implantar o estaleiro. A prospeção foi realizada de tarde, com boa exposição solar e má visibilidade do solo. O estaleiro será implantado numa área já asfaltada, portanto, não foi possível verificar o potencial arqueológico da área.

Após a prospeção de campo, não se verificaram ocorrências arqueológicas e patrimoniais impeditivas para a instalação do estaleiro e depósitos provisórios de terras neste local. No entanto, informa-se que todos os trabalhos de preparação do terreno e montagem do estaleiro deverão ser acompanhados pela equipa de arqueologia. Este acompanhamento arqueológico deverá ser presencial e permanente até ao término dos trabalhos de montagem.



Fig. 1: Vista geral do sítio de implantação do estaleiro. Fonte: Archeocélis.



Fig. 2: Localização do estaleiro (vista aérea). Fonte: Google Earth.

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	PROSPEÇAO ARQUEOLÓGICA ESTALEIROS	Nº	8

Designação:	Estaleiro de frente TM5	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santa Maria Maior
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Rua Jardim do Tabaco		TMSA
Coordenadas (WGS84)	**Altitude**	**Carta militar**
		431
Distancia área de intervenção do TMSA		**Distancia área de intervenção do TCB (PK 1+400)**
Sobre TMSA		3552 m
Condicionantes		**Outros**
Via urbana		

Descrição:

Realizou-se uma prospeção arqueológica para verificar o sítio de implantação do estaleiro de frente TM5, enquanto aos riscos de afetação de ocorrências arqueológicas, localizado no distrito de Lisboa, concelho de Lisboa, freguesia de Santa Maria Maior. Procedeu-se à prospeção intensiva visual da área a implantar o estaleiro. A prospeção foi realizada de tarde, com boa exposição solar e má visibilidade do solo. O estaleiro será implantado numa área já asfaltada, portanto, não foi possível verificar o potencial arqueológico da área.

Após a prospeção de campo, não se verificaram ocorrências arqueológicas e patrimoniais impeditivas para a instalação do estaleiro e depósitos provisórios de terras neste local. No entanto, informa-se que todos os trabalhos de preparação do terreno e montagem do estaleiro deverão ser acompanhados pela equipa de arqueologia. Este acompanhamento arqueológico deverá ser presencial e permanente até ao término dos trabalhos de montagem.



Fig. 1: Vista geral do sítio de implantação do estaleiro. Fonte: Archeocélis.



Fig. 2: Localização do estaleiro (vista aérea). Fonte: Google Earth.

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ARCHEOCÉLIS	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	PROSPEÇAO ARQUEOLÓGICA ESTALEIROS	**Nº**	**9**

Designação:	Estaleiro de frente TM6	
Distrito	**Concelho**	**Freguesia**
Lisboa	Lisboa	Santa Maria Maior
Acessos / endereço		**Localização face ao projeto**
Avenida Infante Dom Henrique		TMSA
Coordenadas (WGS84)	**Altitude**	**Carta militar**
		431
Distancia área de intervenção do TMSA		**Distancia área de intervenção do TCB (PK 1+400)**
Sobre TMSA		3680 m.
Condicionantes		**Outros**
Via urbana		

Descrição:

Realizou-se uma uma prospeção arqueológica para verificar o sítio de implantação do estaleiro de frente TM6, enquanto aos riscos de afetação de ocorrências arqueológicas, localizado no distrito de Lisboa, concelho de Lisboa, freguesia de Santa Maria Maior. Procedeu-se à prospeção intensiva visual da área a implantar o estaleiro. A prospeção foi realizada de tarde, com boa exposição solar e má visibilidade do solo. O estaleiro será implantado numa área já asfaltada, portanto, não foi possível verificar o potencial arqueológico da área.

Após a prospeção de campo, não se verificaram ocorrências arqueológicas e patrimoniais impeditivas para a instalação do estaleiro e depósitos provisórios de terras neste local. No entanto, informa-se que todos os trabalhos de preparação do terreno e montagem do estaleiro deverão ser acompanhados pela equipa de arqueologia. Este acompanhamento arqueológico deverá ser presencial e permanente até ao término dos trabalhos de montagem.



Fig. 1: Vista geral do sítio de implantação do estaleiro. Fonte: Archeocélis.

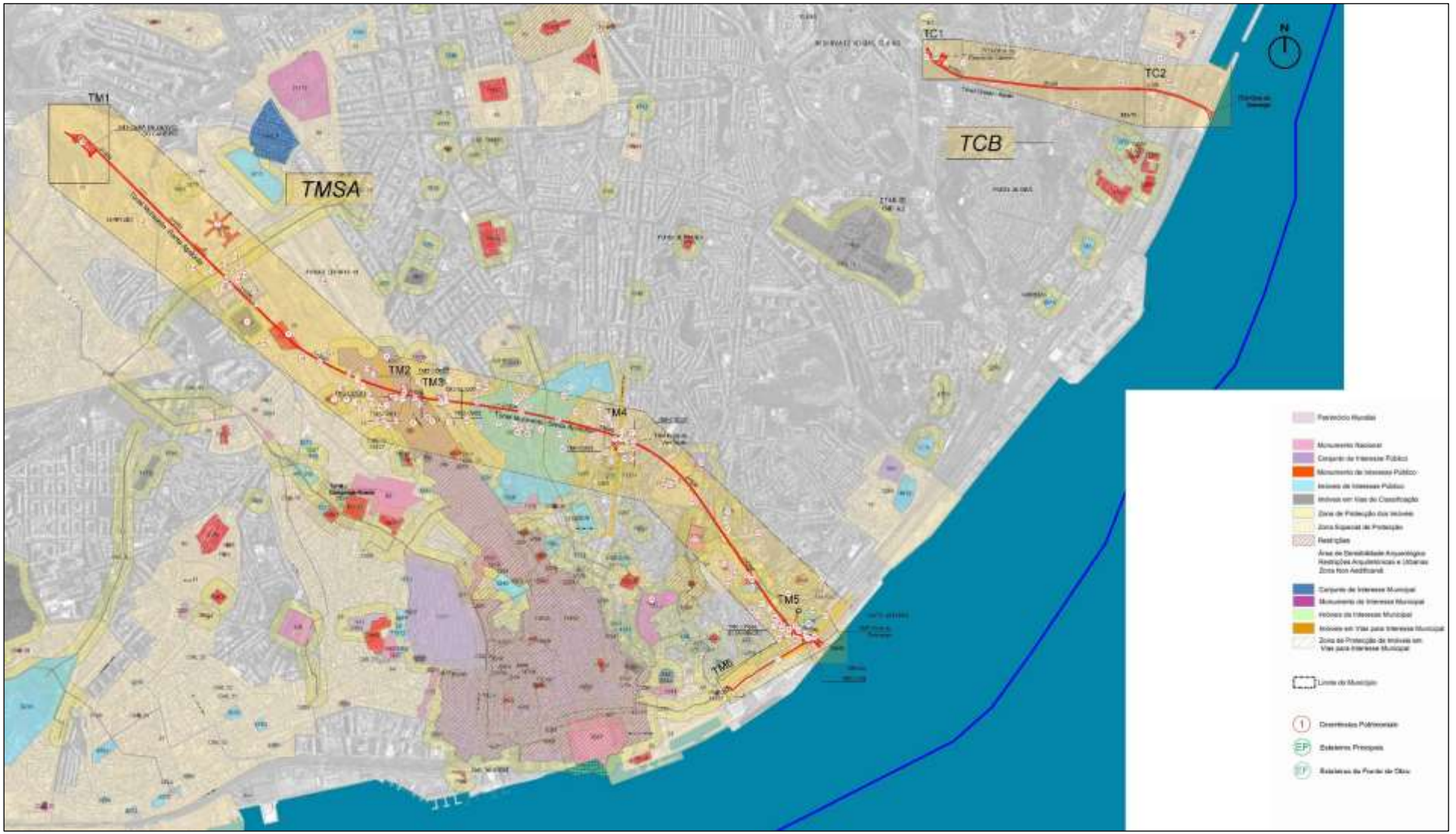


Fig. 2: Localização do estaleiro (Vista aérea). Fonte: Google Earth.

Data:	17/09/2021	**Responsável:**	Marta Santos

ANEXOS

CARTA DE CONDICIONANTES

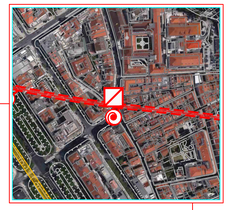

TM1
TMSA
TC1
TC2
TCB
TM2
TM3
TM4
TM5
TM6
N

ANEXO 5.2

Carta de Condicionantes do Património



TM3 - Vista Aérea
A1 e A3 - Sem Escala



TM3 - Implantação
A1 - Escala 1:5000; A3 - Escala 1:10000



TM4 - Vista Aérea
A1 e A3 - Sem Escala



TM4 - Implantação
A1 - Escala 1:5000; A3 - Escala 1:10000



TC1 - Vista Aérea
A1 e A3 - Sem Escala



TC1 - Implantação
A1 - Escala 1:5000; A3 - Escala 1:10000



TC2 - Vista Aérea
A1 e A3 - Sem Escala



TC2 - Implantação
A1 - Escala 1:5000; A3 - Escala 1:10000



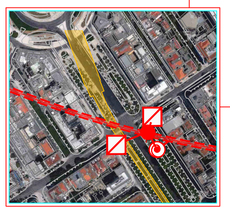
TM1 - Vista Aérea
A1 e A3 - Sem Escala



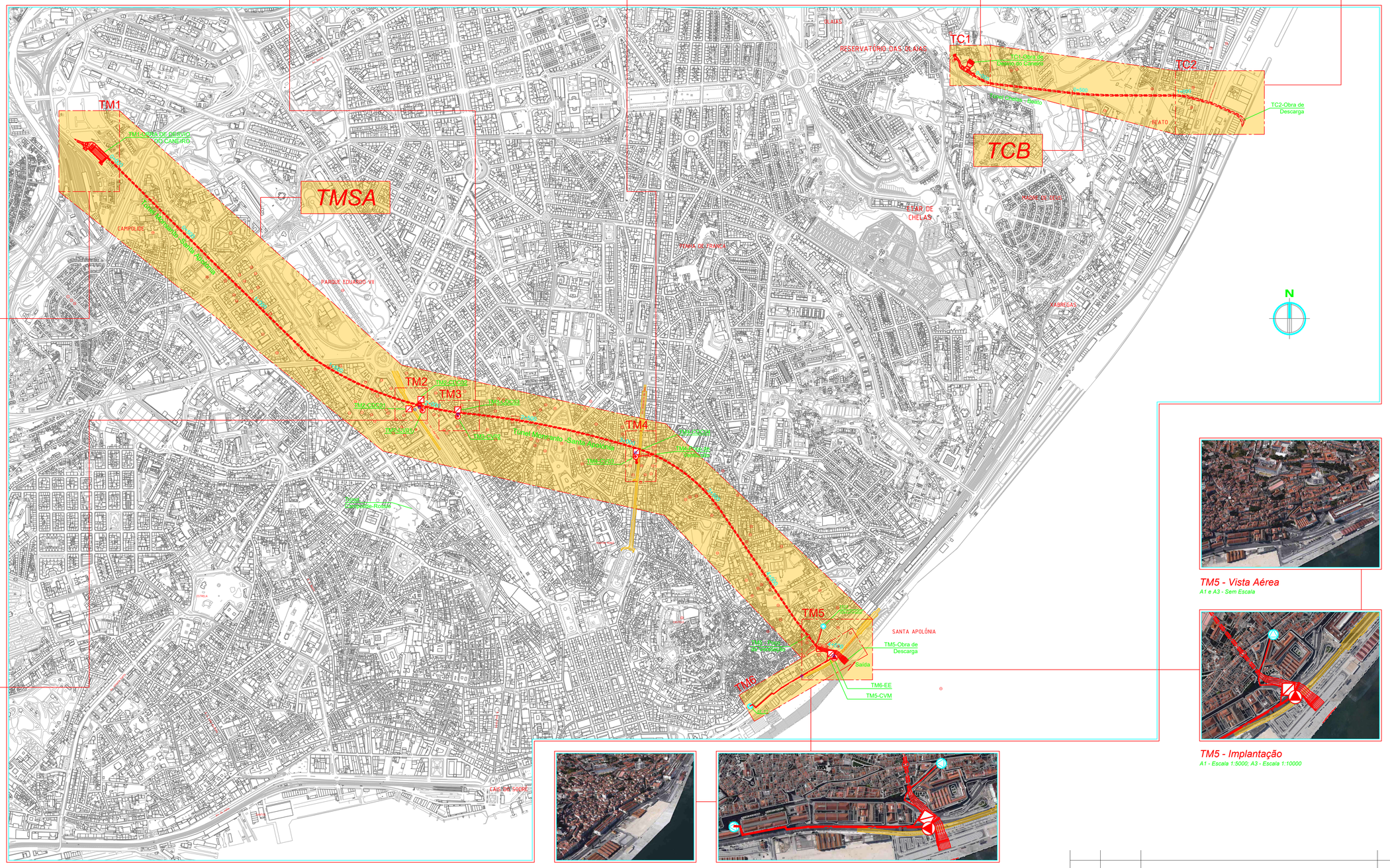
TM1 - Implantação
A1 - Escala 1:5000; A3 - Escala 1:10000



TM2 - Vista Aérea
A1 e A3 - Sem Escala



TM2 - Implantação
A1 - Escala 1:5000; A3 - Escala 1:10000



Planta de Enquadramento Geral
A1 - Escala 1:10000; A3 - Escala 1:20000

TM6 - Vista Aérea
A1 e A3 - Sem Escala

TM6 - Implantação
A1 - Escala 1:5000; A3 - Escala 1:10000

TM5 - Vista Aérea
A1 e A3 - Sem Escala

TM5 - Implantação
A1 - Escala 1:5000; A3 - Escala 1:10000

REVISÃO:	DATA:	DESCRIÇÃO:	RUBRICA

LISBOA CÂMARA MUNICIPAL
MOTA-ENGIL ENGENHARIA
spie batignolles international
LCW AQUALOGUS Engenharia e Ambiente

PROJECTO: PROCESSO DE CONCURSO PARA A EMPREITADA DOS TÚNEIS DE DRENAGEM DA CIDADE DE LISBOA E INTERVENÇÕES ASSOCIADAS

ENQUADRAMENTO GERAL

ESCALAS:	PROJECTOU:	VERIFICOU:	DESIGNAÇÃO:	Nº DO DESENHO:
COMO INDICADO	HP / VD / JP	HP / VD / JP	TÚNEL MONSANTO – SANTA APOLÓNIA (TMSA) / TÚNEL CHELAS – BEATO (TCB) PLANTA DE ENQUADRAMENTO GERAL	TMSA-TCB-EP-ENQ-MES-D1-1
	DESENHOU: LF	APROVOU: HP / VD / JP		DATA 1ª EMISSÃO: 2020/01 — Nº ORDEM-REVISÃO:

RESERVADOS TODOS OS DIREITOS AO ABRIGO DA LEI. A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA RESERVA-SE O DIREITO DE EXERCER QUAISQUER DIREITOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL E DE AUTOR SOBRE OS DOCUMENTOS ELABORADOS PARA ESTA EMPREITADA. TODA A CÓPIA, INCLUSIVE PARCIAL, DESTE DOCUMENTO ESTÁ PROIBIDA SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO ESCRITA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA.

ANEXO 5.4

Programa de Salvaguarda Patrimonial que envolva a Salvaguarda, Monitorização, Conservação e Restauro, quer na Fase de Execução quer na Fase de Exploração, de Bens Imóveis Classificados ou em Vias de Classificação





EMPREITADA DE E□ECUÇ□O DOS T□NEIS DE DRENAGEM DA CIDADE DE LISBOA E INTERVENÇ□ES ASSOCIADAS

Plano de Salvaguarda Patrimonial

OUTUBRO

□2021□

ÍNDICE

	ÍNDICE	Página 2
	Acrónimos Utilizados no Documento	Página 5
	PARTE A – ENQUADRAMENTO DO PLANO DE SALVAGUARDA PATRIMONIAL (PSP)	Página 6
1.	Apresentação	Página 6
2.	Objetivo do Plano de Salvaguarda Patrimonial	Página 9
3.	Enquadramento da Avaliação de Impacte Ambiental do projeto Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016-2030	Página 10
3.1	Território	Página 10
3.2	Enquadramento no Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental	Página 11
3.3	Enquadramento do Plano de Salvaguarda Patrimonial	Página 12
4.	Projeto	Página 12
4.1	Objetivos do Projeto	Página 12
4.1.1	Túnel Monsanto-Santa Apolónia	Página 15
4.1.2	Túnel Chelas-Beato	Página 16
4.2	Descrição do Projeto	Página 16
4.2.1	Túnel Monsanto-Santa Apolónia	Página 16
4.2.1.1	TM1: Obra de desvio do Caneiro (Campolide)	Página 18
4.2.1.2	TM2: Câmaras de Desvio de Caudal e de Vórtice (Avenida da Liberdade)	Página 19
4.2.1.3	TM3: Câmaras de Desvio de Caudal e de Vórtice (Rua de Santa Marta)	Página 21
4.2.1.4	TM4: Câmaras de Desvio de Caudal e de Vórtice (Avenida Almirante Reis)	Página 23
4.2.1.5	TM5: Obra de Descarga do TMSA	Página 24
4.2.1.6	TM6: Sistema de Drenagem de Águas Residuais da Bacia de Santa Apolónia	Página 27
4.2.2	Túnel Chelas-Beato	Página 28
4.2.2.1	TC1: Obras de Desvio dos Caneiros	Página 30
4.2.2.2	Obras de Interceção (Quartel, Broma e Picheleira)	Página 31
4.2.2.3	TC2: Obra de Descarga no Beato	Página 32
4.3	Requalificação de Espaços Exteriores em Santa Apolónia	Página 33
4.3.1	Instalação Artística de "Land Art"	Página 35
4.3.2	Largo dos Caminhos de Ferro / Avenida Infante Dom Henrique, Santa Apolónia	Página 37
4.3.3	Envolvente à Ermida do Senhor da Boa Nova	Página 38
4.4	Estaleiros	Página 39
4.5	Vazadouros / Empréstimos	Página 42
5.	Património Arquitetónico e Arqueológico	Página 43
5.1	Breve Resumo Histórico da Cidade de Lisboa	Página 44
5.2	Freguesias de Lisboa na Área de Incidência do Projeto	Página 48
5.2.1	Campolide	Página 49
5.2.2	Avenidas Novas	Página 50
5.2.3	Santo António	Página 51

5.2.4 Arroios ..... Página 52
5.2.5 São Vicente ..... Página 52
5.2.6 Santa Maria Maior ..... Página 53
5.2.7 Beato ..... Página 54
5.2.8 Marvila ..... Página 55
5.3 Impactes Negativos Previstos no Património ..... Página 56
5.3.1 Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo ..... Página 56
5.3.2 Impactes Negativos no Património Arquitetónico ..... Página 58
5.3.3 Impactes Negativos no Património Arqueológico ..... Página 60
5.3.4 Impactes Negativos no Património Etnográfico ..... Página 62
5.3.5 Descrição das Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo ..... Página 62
5.3.6 Lista das Interferências Inevitáveis ..... Página 99
6. Medidas de Mitigação do Património Cultural ..... Página 100
6.1 Princípios Gerais da Ação Política de Ambiente ..... Página 100
6.2 Medidas de Mitigação para o Património Cultural ..... Página 100
6.2.1 Impactes Negativos no Património ..... Página 101
6.2.2 Condicionantes ..... Página 103
6.2.3 Elementos a Apresentar em RECAPE ..... Página 104
6.2.4 Medidas de Minimização ..... Página 108
6.2.4.1 Fase Prévia à Execução da Obra ..... Página 108
6.2.4.2 Fase de Construção ..... Página 112
6.2.4.3 Fase de Exploração ..... Página 112
6.2.5 Programas de Monitorização ..... Página 113
6.3 Aplicação das Medidas de Mitigação para o Património Cultural ..... Página 113
6.3.1 Prospeção Arqueológica ..... Página 114
6.3.2 Intervenções Arqueológicas de Registo - Trabalhos de Campo ..... Página 115
6.3.2.1 Sondagens de Diagnóstico ..... Página 116
6.3.2.2 Escavação Integral ..... Página 118
6.3.2.3 Metodologia dos Trabalhos de Campo ..... Página 118
6.3.2.4 Trabalhos de Antropologia Biológica ..... Página 120
6.3.2.5 Metodologia dos Trabalhos de Campo de Antropologia Biológica ..... Página 120
6.3.3 Intervenções Arqueológicas de Registo - Trabalhos de Gabinete ..... Página 122
6.3.3.1 Trabalhos de Gabinete de Antropologia Biológica ..... Página 123
6.3.3.2 Relatórios Técnicos de Arqueologia ..... Página 123
6.3.3.3 Relatórios Técnicos de Antropologia Biológica ..... Página 125
6.3.4 Conservação e Restauro ..... Página 126
6.3.4.1 Metodologia de Conservação e Restauro para Bens Móveis ..... Página 127
6.3.4.2 Metodologia de Conservação e Restauro para Bens Imóveis ..... Página 129
6.3.4.3 Relatórios Técnicos de Conservação e Restauro ..... Página 131

PARTE B – EXECUÇÃO DO PLANO DE SALVAGUARDA PATRIMONIAL (PSP) DURANTE A FASE DE EXECUÇÃO DA OBRA Página 133

7. Intervenientes e Responsabilidades ..... Página 133

7.1 Tutela ..... Página 133

7.2 Dono de Obra ..... Página 134

7.3 Entidade Contratante ..... Página 134

7.4 Entidade Enquadrante ..... Página 135

7.4.1 Estrutura Organizacional da Entidade Enquadrante (Equipa Técnica) ..... Página 135

7.4.2 Alterações à Estrutura Organizacional da Entidade Enquadrante ..... Página 135

8. Trabalhos a Realizar Durante a Fase de Execução da Obra ..... Página 136

8.1 Acompanhamento Arqueológico da Execução da Empreitada ..... Página 136

8.1.1 Metodologia do Acompanhamento Arqueológico ..... Página 138

8.1.2 Relatórios de Progresso ..... Página 139

8.1.3 Estrutura dos Relatórios de Progresso ..... Página 139

8.2 Acompanhamento Arqueológico em Meio Subaquático ..... Página 142

8.2.1 Metodologia no Acompanhamento em Meio Subaquático ..... Página 143

8.2.2 Metodologia nas Intervenções Arqueológicas de Registo em Meio Subaquático ..... Página 143

8.2.3 Estrutura de Progresso ..... Página 145

8.3 Metodologia de Conservação e Restauro de Espólio em Contexto Subaquático ..... Página 145

8.3.1 Elementos em Pedra ..... Página 145

8.3.2 Elementos em Madeira ..... Página 150

8.3.2.1 Madeira Impregnada com Água ..... Página 152

8.4 Registo do Edificado ..... Página 155

8.4.1 Metodologia ..... Página 156

9. Sensibilização e Informação ..... Página 157

10. Notas Finais ..... Página 158

11. Bibliografia ..... Página 160

ANEXOS ..... Página 169

FICHAS DE CAMPO E FICHAS DE INVENTÁRIO ..... Página 170

FOLHETO DE SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO ..... Página 197

TABELAS DAS OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS ..... Página 200

Acrónimos Utilizados no Documento:

AE – Área de Estudo;

APA – Agência Portuguesa do Ambiente;

APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.;

CE – Caderno de Encargos;

CML – Câmara Municipal de Lisboa;

CNANS – Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática;

DGPC – Direção-Geral do Património Cultural;

DIA – Declaração de Impacte Ambiental;

DIA nº 2961 – Declaração de Impacte Ambiental do Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental nº 2961;

EIA – Estudo de Impacte Ambiental;

EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.;

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais;

MM – Medida de Minimização;

NATM – New Austrian Tunnelling Method;

PATA – Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos;

PDM – Plano Diretor Municipal;

PGA – Plano de Gestão Ambiental;

PGDL / PGDL 2016-2030 – Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016-2030;

PGP – Plano de Gestão Patrimonial;

RJAIA – Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental;

RECAPE – Relatório de Conformidade de Ambiental do Projeto de Execução;

PSP – Plano de Salvaguarda Patrimonial;

TBM – Tunnel Boring Machine;

TCB – Túnel Chelas - Beato;

TMSA – Túnel Monsanto - Santa Apolónia;

U.E. – Unidade Estratigráfica

PLANO DE SALVAGUARDA PATRIMONIAL

PARTE A – ENQUADRAMENTO DO PLANO DE SALVAGUARDA PATRIMONIAL (PSP)

1. Apresentação

O presente Plano de Salvaguarda Patrimonial (doravante designado por PSP) é referente à execução da Empreitada de Execução dos Túneis de Drenagem da Cidade de Lisboa e Intervenções Associadas, a cargo do agrupamento Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A. e Spie Batignolles. Esta empreitada encontra-se prevista no âmbito do Plano Geral de Drenagem de Lisboa (doravante designado por PGDL), para o período 2016-2030, destinada à drenagem das águas pluviais durante eventos pluviométricos extremos.

Tidos os bens culturais como esteios da memória individual e coletiva e reforço de coesão social, a tais funções responde a *Constituição da República Portuguesa* com a responsabilização de todos no dever de os preservar, defender e valorizar. Pilar normativo para a prossecução de tal desiderato é-o, desde logo, a Lei de Bases do Património Cultural, tal como definida pela Direção-Geral do Património Cultural (doravante designada por DGPC). É neste contexto que o presente documento decorre de condicionante da *Declaração de Impacte Ambiental* deste projeto, nela se refletindo as linhas orientadoras definidas pela Tutela (DGPC) para o efeito.

O Projeto, portanto, consiste na realização dos trabalhos de construção de dois Túneis, nomeadamente o Túnel de Monsanto a Santa Apolónia (doravante designado por TMSA), com uma extensão de 4,4 km, e o Túnel de Chelas ao Beato (doravante designado por TCB), com uma extensão aproximada de 1,4 km. Para ambos os Túneis estão previstas a construção, a céu aberto, de troços na zona de saída e descarga. Na conceção de ambos os Túneis foi considerado que irão transportar caudais centenários, respetivamente a um período de retorno de 100 anos. Para além da construção destas duas grandes infraestruturas, o Projeto contempla a execução das seguintes obras especiais:

• Obra de desvio do Caneiro de Alcântara para a obra de entrada a construir na secção inicial do TMSA, incluindo, entre outras funcionalidades, um sistema de tamisagem, uma bacia antipoluição e um reservatório de água tratada;

• Câmaras de desvio e de interceção de caudais (na Avenida Liberdade, Rua de Santa Marta e Avenida Almirante Reis), e câmaras com queda em vórtice associadas, que concretizam a ligação ao TMSA dos caudais pluviais nas bacias intercetadas;

• Ligação do TMSA à descarga no estuário do Rio Tejo na zona de Santa Apolónia, numa extensão de 200 m, com alargamento progressivo da secção na zona da descarga;

• Sistema de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais da zona baixa da bacia de Santa Apolónia (setor ocidental e oriental), na zona envolvente à descarga do TMSA;

• Requalificação de espaços exteriores em Santa Apolónia, incluindo a requalificação artística do espaço urbano;

• Obra de desvio do Caneiro de Chelas para a obra de entrada a construir na secção inicial do TCB, na zona de Chelas, incluindo, entre outras funcionalidades, um sistema de tamisagem;

• Ligação do TCB à descarga no estuário do Rio Tejo na zona da Doca do Poço do Bispo, numa extensão de 300 m, com alargamento progressivo da secção na zona da descarga;

• Sistema de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais intercetado pelas obras de descarga do TCB.

A realização dos Túneis será de forma mecanizada, com as seguintes soluções técnicas:

• Recurso a uma TBM mista, do tipo EPB, para a escavação e colocação do revestimento definitivo (anéis de aduelas prefabricadas) durante o avanço;

• Utilização de uma só TBM para ambos os Túneis (TMSA e TCB);

• Remoção do material escavado com recurso a um tapete rolante contínuo, desde a frente de escavação até ao ponto de descarga à superfície;

• Abastecimento da frente com meios rodoviários MSV (*Multi Service Vehicle*);

• "Contra-ataque" de cerca de 42 m, entre o PK 4+433,30 e o PK 4+391,30, executado em NATM, na zona da saída da tuneladora, a partir da estrutura do TM5, numa área densamente urbanizada. Este túnel terá um suporte provisório pesado, dimensionado para minimizar os assentamentos à superfície por forma a garantir a segurança do edificado, e será realizado em paralelo com a escavação com TBM;

• A tuneladora desembocará, no PK 4+391,30, neste túnel em NATM, realizado antecipadamente. Na zona da trincheira aberta no TM5, será desmontada e transferida para o TCB.

2. Objetivo do Plano de Salvaguarda Patrimonial

O presente PSP tem como objetivo específico garantir, no que diz respeito ao Património Cultural Arquitetónico e Arqueológico, o enquadramento da globalidade das medidas preconizadas na Declaração de Impacte Ambiental do Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental 2961 (DIA nº 2961), criando simultaneamente condições para promover a adequada e atempada monitorização da sua eficácia e, se necessário, estabelecer correção dos efeitos negativos sobre os elementos de interesse patrimonial a serem eventualmente interferidos durante a construção do empreendimento.

Tendo em mente este objetivo, a execução do PSP é pensada na base de uma corresponsabilização entre os intervenientes diretamente relacionados com a obra: Dono de Obra, Fiscalização e Adjudicatário. Como tal, este Plano é tido como um instrumento evolutivo razão pela qual está organizado na presente *Parte A*, dedicada às orientações teóricas subjacentes decorrentes do projeto e da DIA; e na *Parte B,* dedicada à execução em si das medidas.

3. Enquadramento da Avaliação de Impacte Ambiental do projeto Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016-2030

3.1 Território

A área de interesse para o PGDL (2016-2030) é de 10.239 ha e abrange todo o concelho de Lisboa, assim como parcelas dos concelhos da Amadora, Oeiras e Loures. O concelho da Amadora contribui para o escoamento do vale de Alcântara e do vale de Algés, o concelho de Oeiras para o escoamento do vale de Algés, e a rede de drenagem da zona de Moscavide, no concelho de Loures, descarrega no sistema de Lisboa. O concelho de Odivelas recebe águas do concelho de Lisboa, através da Calçada de Carriche.

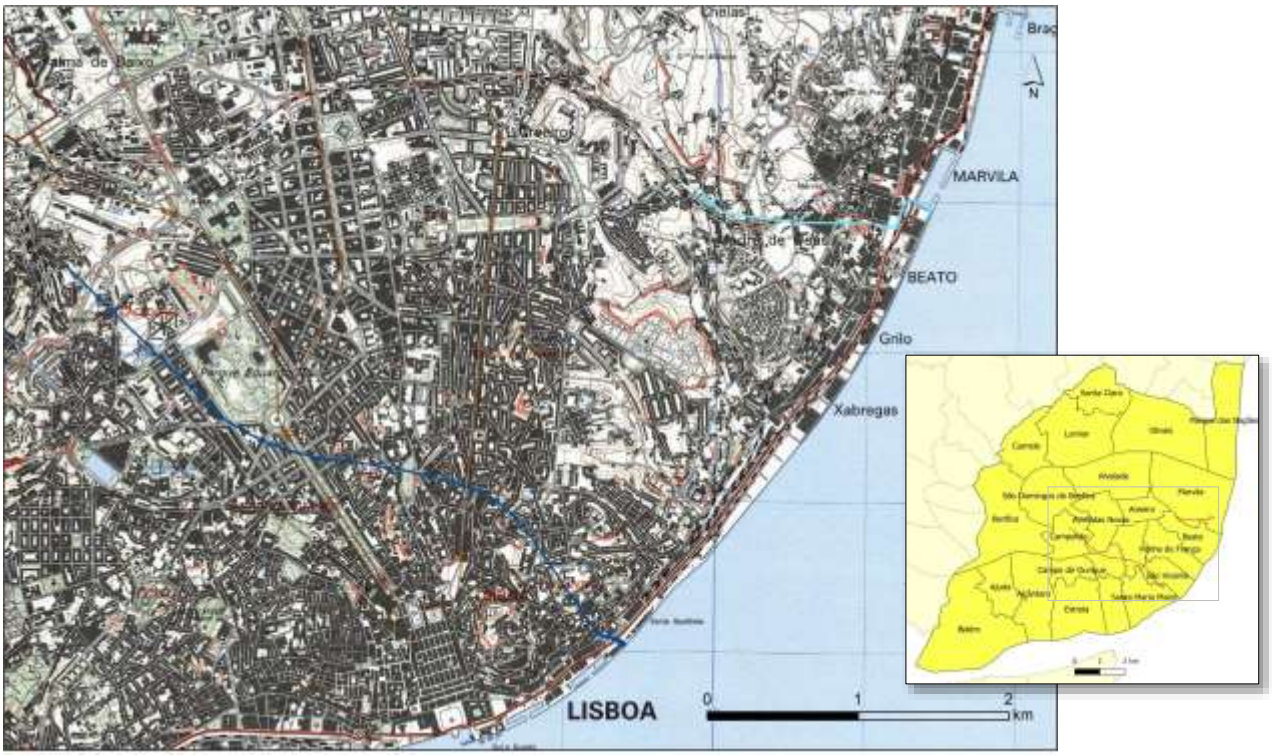


Figura 1 – Localização e enquadramento dos dois túneis.

As intervenções a realizar à superfície no âmbito da execução dos Túneis (Figura 1) irão decorrer, para o Túnel Monsanto-Santa Apolónia, de forma pontual entre Campolide e Santa Apolónia, nomeadamente em Campolide, Avenida da Liberdade, Santa Marta, Avenida Almirante Reis e Santa Apolónia.

Para o Túnel Chelas-Beato, as intervenções têm início em Chelas, junto à Estrada de Chelas, onde se localiza a obra de entrada, e o troço de jusante tem início na Rua dos Amigos de Lisboa, no Beato, terminando com o local de descarga no Rio Tejo, na zona da Doca do Poço do Bispo.

3.2 Enquadramento no Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental

A preocupação em desenvolver soluções de controlo do risco de inundações que minimizem os impactes sociais e ambientais, garantindo um desempenho adequado das infraestruturas principais ou estruturantes, constituíram os princípios orientadores do plano de drenagem. Deste modo, a necessidade de se proceder a um estudo onde se procedesse à avaliação do Impacte Ambiental foi desde logo ditada por acréscimo, ao abrigo do artigo 1º/nº3, alínea b), subalínea i) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro (e pelo Decreto-Lei n.º 47/2014 de 24 de março, Decreto-Lei nº 179/2015, de 27 de agosto, e Lei nº 37/2017 de 2 de junho, que o alteram), que estabelece o Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental, ao abrigo do Decreto-Lei nº 152-B/2017 de 11 de dezembro e as Normas Técnicas para a Elaboração de Estudos de Impacte Ambiental e Relatórios de Conformidade Ambiental com o Projeto de Execução.

A tipologia do projeto enquadra-se no Anexo II, nº 10, alínea j) do mesmo diploma, por superar os seguintes limiares considerados para Áreas Sensíveis, nomeadamente a construção de aquedutos e adutoras com dimensões iguais ou superiores a ≥ 2 km e ø ≥ 0.6 m. Pese embora as dimensões do Túnel Chelas-Beato serem inferiores ao estabelecido na alínea j), do nº 10 do Anexo II, dado o caracter estruturante, a similaridade das intervenções a realizar nos dois túneis que integram o projeto e sendo estes apresentados em conjunto no concurso da empreitada, optou-se pela inclusão de ambos os tuneis de drenagem no Estudo de Impacte Ambiental (doravante designado por EIA).

O EIA, elaborado sobre Estudo Prévio, foi da responsabilidade da 4Rs, Sistemas de Suporte Para a Sustentabilidade. O Procedimento de Avaliação de Impactes Ambientais foi instruído em 20 de abril de 2017 e referenciado com o n.º 2961, havendo Declaração de Impacte Ambiental a 14 de novembro de 2017, a qual ditou a decisão favorável condicionada.

A empresa 4Rs reuniu uma equipa com o objetivo de se realizarem estudos específicos. Para a elaboração do estudo na área do Património Cultural, foram consultadas as empresas Emérita (estudo do Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnológico), e Arqueohoje (estudo do Património Arqueológico na envolvente da estação de Santa Apolónia).

3.3 Enquadramento do Plano de Salvaguarda Patrimonial

O Plano de Salvaguarda Patrimonial é solicitado na DIA nº 2961 ao abrigo do Elemento a Apresentar em RECAPE, ponto 14 (pág. 19). Especificamente, é solicitado que seja apresentado *"o programa de salvaguarda patrimonial que envolva a salvaguarda, monitorização, conservação e restauro, quer na fase de execução quer na fase de exploração, de bens imóveis classificados ou em vias de classificação"*.

4. Projeto

4.1 Objetivos do Projeto

Em Lisboa, e em períodos de elevada densidade pluvial, os caudais gerados dão origem a frequentes situações de inundação, não existindo, num tecido urbano já muito ocupado e até consolidado, a possibilidade de infiltrar ou armazenar esses caudais. Tal decorre das condicionantes existentes em termos de espaço para ampliação dos sistemas de drenagem ou para a criação de estruturas de armazenamento, resultando na ocorrência de inundações em zonas mais vulneráveis por extravasamentos e entrada em carga de coletores.

Os cenários de inundações decorrem em particular nas zonas baixas e planas da cidade e situadas a jusante de bacias hidrográficas de grande dimensão e com uma ocupação significativa, como é o caso das zonas baixas de Alcântara, Martim Moniz, Praça da Figueira, Terreiro do Paço e Chelas.

Ao longo dos anos, vários são os relatos de ocorrências de inundações que interferiram no normal funcionamento da cidade. Estas situações têm atingido ciclicamente o concelho, com alguns episódios a serem registados nos últimos anos. Entre 2008 e 2014, ocorreram vários eventos pluviosos caracterizados por níveis significativos de pluviosidade, constituindo

exemplos recentes os ocorridos a 22 de setembro e 13 de outubro de 2014, que deram lugar a inundações significativas.

Em finais de 2014, a CML decidiu proceder à revisão e atualização do anterior PGDL, aprovado em 2008, com o intuito de atualizar a informação disponível sobre a rede de drenagem, verificar o interesse e prioridade das intervenções anteriormente previstas e aprofundar as soluções para responder aos principais problemas de drenagem do município de Lisboa.

O PGDL 2016-2030 foi desenvolvido como uma alternativa de desvio de caudais, materializando-se no projeto dos Túneis de Drenagem (Túnel Monsanto-Santa Apolónia e Túnel Chelas-Beato). Este procura dar resposta à presença de redes de drenagem com capacidades insuficientes, à crescente ocupação do território e aos efeitos das alterações climatéricas.

As redes de drenagem destas áreas, junto ao estuário, estão sujeitas às marés e possuem uma reduzida disponibilidade gravítica para o escoamento dos caudais gerados a montante. A situação tem tendência a agravar-se devido à crescente ocupação de território e ao efeito de alterações climáticas, nomeadamente no que respeita ao aumento do nível de água do mar e ao aumento da probabilidade de ocorrência de eventos extremos de precipitação. Essas situações constituem desafios particularmente difíceis de controlar, mas que urge resolver.

Neste contexto, os dois túneis foram concebidos para transportar caudais centenários (considerando um período de retorno de 100 anos), libertando o sistema a jusante e minimizando os riscos de inundação em zonas críticas da cidade (em particular, as zonas de baixas cotas). Assim, o projeto desenvolvido contribui de forma muito significativa para o desenvolvimento de uma solução integrada de controlo das inundações, de modo a dotar a cidade com um conjunto de infraestruturas de drenagem estruturantes que a prepare para os desafios dos seculos XXI e XXII.

A obra será realizada, maioritariamente, com recurso a tuneladora (*Tunnel Boring Machine*, doravante designado por TBM), a par de escavação em NATM (*New Austrian Tunnelling Method*), sendo que a escolha de escavação por TBM tem como objetivo minimizar ao

máximo as vibrações provocadas pelos trabalhos de escavação. Entre os diversos tipos de tuneladoras existentes, foi escolhida a que melhor se adapta às características geológico/geotécnicas dos "terrenos" atravessados pelos Túneis, mais concretamente uma tuneladora do tipo EPB-TBM, "Earth Pressure Balanced Tunnel Boring Machine". Ou seja, uma tuneladora de escavação por "contra-pressão" de terras. A escavação com este tipo de equipamento possibilita um apertado controlo da estabilidade do próprio túnel em execução, principalmente da frente em escavação, possibilitando uma melhor mitigação dos assentamentos à superfície. Adicionalmente será implementado e executado um plano de instrumentação e monitorização geotécnica, definido em função do cálculo dos assentamentos teóricos previstos/possíveis à superfície em conformidade com as estruturas existentes. Este plano define os instrumentos a colocar à superfície e nos edifícios na área de influência da escavação, e ainda os níveis de atenção e alerta dos mesmos por forma a garantir a segurança. Aquando da escavação estes instrumentos serão lidos de forma regular e os dados transmitidos de forma permanente para a frente de escavação, permitindo regular/ajustar continuamente os parâmetros de escavação. Em testes de monitorização e simulação, concluiu-se que poderá ocorrer um máximo de deslocação de 4 mm, valor que assegura um mínimo de vibrações transmitidas à superfície e, consequentemente, ao património edificado existente, não se prevendo, do ponto de vista técnico, a existência de impactes negativos relevantes.

Embora construídos em profundidade (que podem alcançar valores superiores a 70 metros, no caso do Túnel TMSA, e a 50 metros, no caso do Túnel TCB), o projeto prevê intervenções à superfície em zonas onde poderão ocorrer impactes negativos no património cultural existente. A descrição detalhada sobre quais as intervenções a realizar à superfície será desenvolvida no ponto 4.3 do presente documento.

De acordo com o Projeto de Execução, as frentes de obra previstas durante a fase de execução da empreitada são as seguintes:

1- Montagem da tuneladora e escavação do Túnel TMSA;
2- Intervenção à superfície no TM1 (TMSA);
3- Intervenção à superfície no TM2 (TMSA);

4- Intervenção à superfície no TM3 (TMSA);
5- Intervenção à superfície no TM4, e no Poço de Ventilação do Largo do Intendente Pina Manique (TMSA);
6- Poço de Ventilação na Rua dos Remédios – TM5 (TMSA);
7- Túnel com escavação em NATM para saída da tuneladora; desmontagem da tuneladora e intervenção no TM5 (TMSA);
8- Intervenção à superfície no TM6 e requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia (TMSA);
9- Montagem da tuneladora e escavação do Túnel TCB;
10- Intervenção à superfície no TC1 (TCB);
11- Câmaras de desvio e controlo de caudal, na Picheleira, Quartel e Broma (TCB);
12- Intervenção à superfície no TC2 (TCB).

4.1.1 Túnel Monsanto-Santa Apolónia

As zonas de Alcântara e da Baixa de Lisboa estão sujeitas a inundações significativas (que podem ser agravadas pelas alterações climáticas e especialmente eventos extremos decorrentes), com elevadas perturbações e danos, que importa resolver ou atenuar, especialmente em períodos de elevada precipitação. Assim, o projeto dos Túneis destina-se a reduzir os riscos de inundações, entre outras zonas, na zona baixa de Alcântara e Baixa de Lisboa. O objetivo do TMSA é desviar os caudais das bacias intercetadas de modo a reduzir os caudais afluentes à zona baixa de Alcântara e Baixa de Lisboa.

A presente solução consiste num Túnel com extensão de 4,4 km que cruza diversas bacias importantes e drena as águas a montante, permitindo resolver os principais problemas de ocorrência de inundações na zona de Alcântara, Avenida da Liberdade, Rua de Santa Marta e Avenida Almirante Reis.

O processo construtivo passa pelo recurso a tuneladora (TBM) em toda a sua extensão, com exceção no troço de saída junto ao Beco do Belo, onde será escavado por NATM. Na zona de saída do túnel, onde a profundidade deste diminuirá gradualmente até se alcançar a

superfície, existe a possibilidade de se reforçar as fundações dos edifícios existentes, garantindo, deste modo, a integridade destes edifícios e a segurança das populações.

4.1.2 Túnel Chelas-Beato

As zonas de Chelas e Beato estão sujeitas a inundações significativas, com elevadas perturbações e danos, que importa resolver ou pelo menos atenuar.

Este Túnel destina-se a desviar o caudal da zona alta da cidade, como a Alta de Lisboa, Lumiar, Telheiras, Cidade Universitária, Campo Grande, Calvanas, Avenida do Brasil, Avenida Gago Coutinho, Olaias e Vale de Chelas. O desvio para o túnel irá situar-se a jusante da transição entre a Estrada de Chelas e a Avenida do Santo Condestável, aliviando toda a rede a jusante a partir deste ponto, minimizando, deste modo, o risco de ocorrências de inundações que atualmente se registam com frequência na zona baixa de Chelas e Xabregas.

A presente solução consiste num Túnel com uma extensão total de aproximadamente 1,4 km, dos quais 1,1 km construído em galeria subterrânea com recurso a uma tuneladora a partir do Beato até Chelas, culminando num troço executado a céu aberto com aproximadamente 300 m de extensão.

4.2 Descrição do Projeto

4.2.1 Túnel Monsanto-Santa Apolónia

O traçado do TMSA foi concebido tendo em conta todas as infraestruturas existentes na área de implantação, assim o património edificado, e as infraestruturas do património histórico e arqueológico, com o objetivo de minimizar as interferências que possam ocorrer durante a fase de construção. No entanto, e a dado a extensão do Túnel, a sua implantação interfere, no centro de Lisboa, com as seguintes infraestruturas e elementos em destaque: Metropolitano de Lisboa, Porto de Lisboa, condutas da EPAL, condutas da Lisboagás, cabos da EDP, redes de telecomunicações e de transmissão de dados (Memória do Modo de Execução da Obra, pág. 7 e 9). Do ponto de vista do património cultural, a maior interferência será na Cerca Fernandina e Torreão, no Beco do Belo, já que o Túnel irá passar próximo desta

ocorrência patrimonial, elemento que requere um conjunto de Medidas de Minimização a aplicar (doravante MM), como desenvolveremos no presente documento (ponto 6, Medidas de Mitigação do Património Cultural).

O Túnel TMSA terá cerca de 3,9 km de escavação em zonas geotécnicas denominadas ZG1 e ZG2-A, que correspondem a formações rochosas de natureza calcária e margosa, e tufos e basaltos pouco a medianamente alterados do Complexo Vulcânico de Lisboa, e a formações detríticas e carbonatadas do Miocénico, respetivamente. A restante extensão, com aproximadamente 500 m, atravessa ZG3 e ZG2-B, zona superficial caracterizada por aterros, aluviões e/ou maciço muito descomprimido, e formações detríticas e carbonatadas do Miocénico, respetivamente.

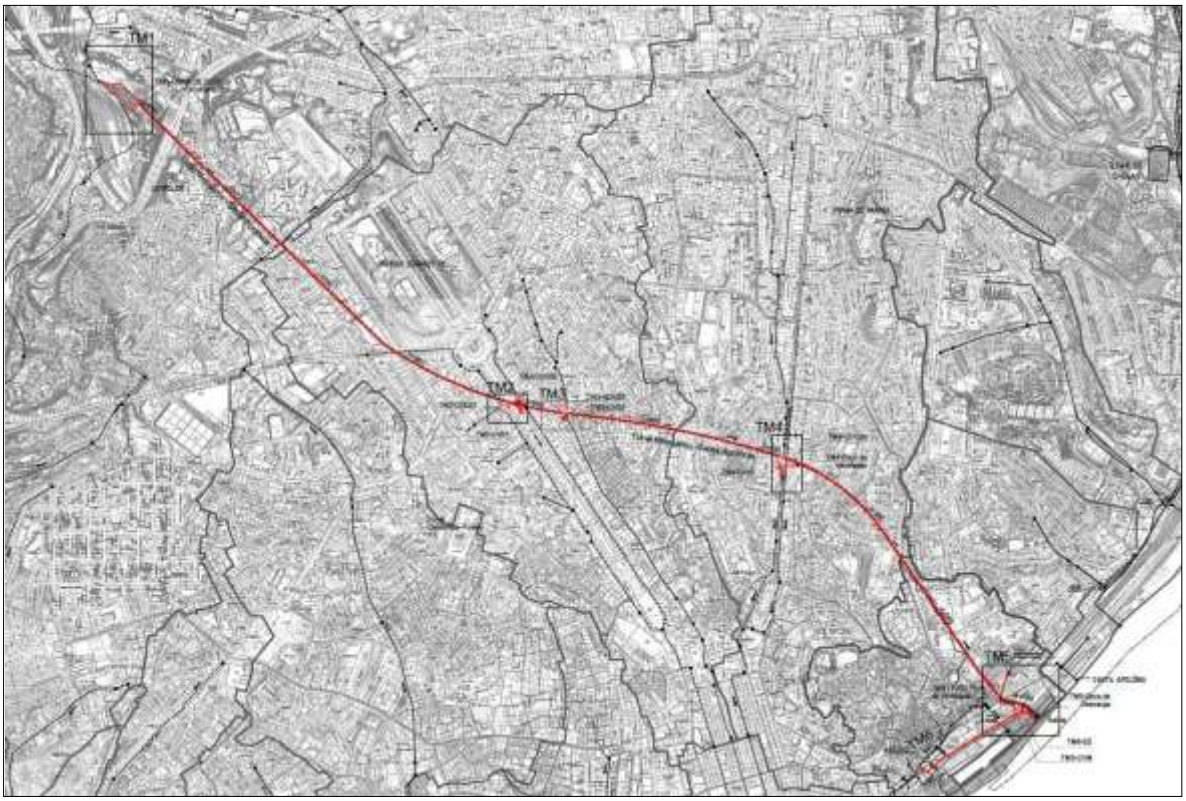


Figura 2 – Traçado e implantação do Túnel TMSA.

Tendo em consideração as características geológicas gerais das áreas onde os túneis se irão desenvolver, maioritariamente de origem sedimentar, não rochosa, e as profundidades em

que irão decorrer as escavações, podemos considerar que o risco de propagação de vibrações é baixo, sendo pouco provável que ocorra.

O Túnel tem início junto à Quinta do Zé Pinto, na zona de Campolide, intercetando o Caneiro de Alcântara a jusante da confluência de dois ramais (de Benfica-Campolide e das Avenidas Novas), desenvolvendo-se até à zona de Santa Apolónia, onde descarrega os caudais intercetados para o Rio Tejo. Ao longo da sua extensão, o Túnel cruza as bacias de Alcântara, Avenida da Liberdade, Rua de Santa Marta e Avenida Almirante Reis, com o objetivo de resolver os principais problemas de ocorrências de inundações.

Na obra de desvio do Caneiro de Alcântara para a entrada do TMSA, o projeto contempla a construção, a par de outras soluções, de uma bacia antipoluição que assegurará que os afluentes unitários serão pré-tratados, reduzindo impactes sociais, económicos e ambientais.

Na Avenida da Liberdade, na Rua de Santa e na Avenida Almirante Reis (TM2, TM3 e TM4, respetivamente) existirão quatro câmaras de desvio/interceção de caudal. Associadas a estas serão construídas câmaras com queda em vórtice, que irão permitir uma queda controlada dos caudais pluviais no interior do Túnel. Está, igualmente, prevista a construção de poços de ventilação para ventilar o TMSA, localizados no Largo do Intendente Pina Manique e na Rua dos Remédios (TM4 e TM5, respetivamente).

4.2.1.1 TM1: Obra de desvio do Caneiro (Campolide)

A obra do desvio do Caneiro de Alcântara irá permitir intercetar e encaminhar os caudais pluviais gerados nas baciais a montante, permitindo aliviar toda a rede de coletores existentes a jusante da interceção (PGDL 2016-2030). A existência, a par de outras soluções, de uma bacia antipoluição, irá assegurar o pré-tratamento dos caudais antes do seu encaminhamento e descarga no Rio Tejo.

O arruamento entre a Rua de Campolide e a obra de desvio do Caneiro será reabilitado de modo a facilitar o acesso à maquinaria das obras, camiões e outros veículos. O terreno envolvente será remodelado e alvo de projeto de Arquitetura e Paisagismo, atendendo aos interesses de natureza arquitetónica, paisagística, histórica e cultural do território em

questão. Durante a construção do desvio do Caneiro, será necessário a execução de um sistema de desvio provisório de caudal. Assim, está prevista a execução de duas ensecadeiras a montante da intersecção, uma em cada um dos braços do Caneiro (Braço das Avenidas Novas e Braço de Benfica), e uma terceira ensecadeira a jusante, ligadas por duas condutas de desvio provisório.

A área de implantação do desvio do Caneiro é reduzida e limitada devido aos constrangimentos do património edificado a norte, este e oeste, sendo que aqui está prevista, igualmente, a implantação do Estaleiro de Campolide.



Figura 3 – Planta de localização do desvio do Caneiro de Alcântara.

4.2.1.2 TM2: Câmaras de Desvio de Caudal e de Vórtice (Avenida da Liberdade)

Na Avenida da Liberdade serão construídas duas câmaras de desvio de caudal (CDC01 e CDC02), com o objetivo de desviar os caudais dos coletores unitários de ambas as margens da Avenida da Liberdade e, parcialmente, da Rua Alexandre Herculano. Aqui está prevista, igualmente, a implantação dos Estaleiros de Frente TM2, cuja área se localiza muito próximo das ocorrências patrimoniais nº 140 e nº 142, sendo necessário a aplicação de medidas de minimização, como desenvolveremos no presente documento (ponto 6, Medidas de Mitigação do Património Cultural).

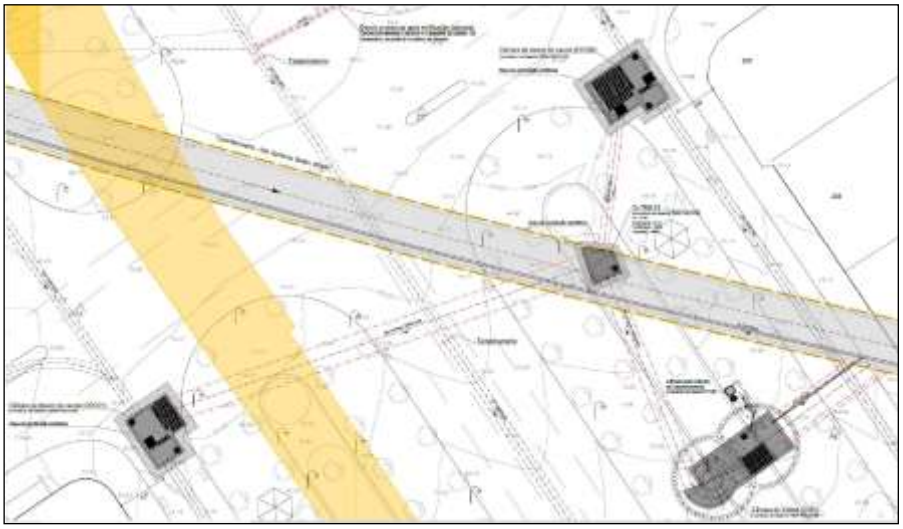


Figura 4 – Planta de localização do desvio do Caneiro de Alcântara.

A ligação entre a CDC01 e a CX. TM2.01 será realizada com a construção de um coletor, sobre o túnel do Metro, com cerca de 53 m de comprimento. A ligação entre a CDC02 e a CX. TM2.01 será realizado com a construção de um coletor pluvial com de cerca de 17 m de comprimento. O coletor de ligação da CX. TM2.01 à câmara de vórtice CV01 terá um comprimento de cerca de 29 m. A sua implantação, em ambos os coletores, será realizada com a abertura de vala.

Os trabalhos a desenvolver na Avenida da Liberdade, respetivamente as intervenções à superfície e a montagem do estaleiro de frente, coincidem com a Zona Especial de Proteção de Imóveis Classificados da Avenida da Liberdade e Área Envolvente[1], assim como em Área de Proteção Arqueológica de Nível II. O Túnel TMSA, por sua vez, na área da Avenida da Liberdade, irá desenvolver-se entre 18 a 21 m de profundidade, aproximadamente. Perante um quadro mais sensível do ponto de vista do Património Cultural, afiguram-se necessárias um conjunto de medidas de minimização a aplicar na área do TM2, tendo como objetivo a salvaguarda do património edificado existente.

Deste modo, e face ao exposto, para a área do TM2, estão previstas sondagens arqueológicas de diagnóstico, a realizar em fase prévia à execução da empreitada, com o objetivo de

[1] Ministério da Cultura, Portaria 529/96, 1 de outubro.

averiguar o potencial arqueológico nos locais a construir as infraestruturas referidas. Também estão previstas a sinalização e a vedação das ocorrências patrimoniais localizadas até 50 m das frentes de obra (**MM16**), assim como a colocação de barreiras para minimizar a dispersão de partículas e lamas, durante a fase de execução da empreitada, minimizando a afetação das ocorrências patrimoniais, nomeadamente nos bens imóveis classificados ou em vias de classificação (**MM17**). Estas medidas encontram-se de acordo ao previsto na DIA nº 2961, conforme exposto no ponto 6.2.4.1 do presente documento.

4.2.1.3 TM3: Câmaras de Desvio de Caudal e de Vórtice (Rua de Santa Marta)

Os caudais dos coletores unitários da Rua de Santa Marta e da Travessa do Enviado de Inglaterra serão intercetados pela câmara de desvio de caudal (CDC03) que, por sua vez, encaminhará o caudal para a câmara de vórtice CV02 (localizada na interseção da Rua de Santa Marta com a Rua Barata Salgueiro), encaminhando-o para o TMSA.

A localização e implantação da CDC03 foi condicionada pela área disponível, tendo-se procurado minimizar a interferência com as restantes infraestruturas existentes. Serão construídas, igualmente, três caixas intermédias (CX. TM3.01 a CX. TM3.03), para que os caudais possam ser encaminhados até às CDC03, recorrendo à abertura de vala.

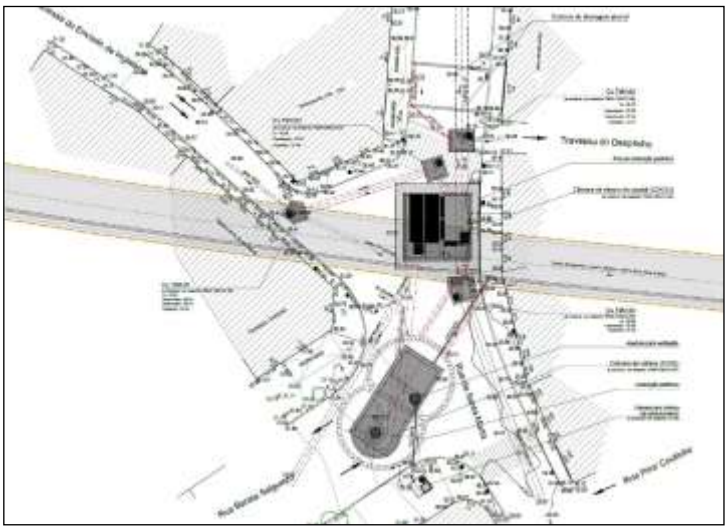


Figura 5 – Planta de localização das câmaras de desvio de caudal (CDC03) e da câmara de vórtice (CV02).

Ao longo da Rua da Santa Marta serão construídos canais de drenagem, para que os caudais pluviais sejam impedidos de afluir superficialmente. Estes elementos irão funcionar como sumidouros que intercetam as escorrências superficiais e desviam-nas para a câmara de desvio de caudal, através da caixa CX. TM3.03. A câmara de interceção que desvia o caudal (CDC03) para a CV02, funcionará como descarregador permitindo que caudais, inferiores ou iguais a três vezes o caudal de ponta de tempo seco, sigam o seu curso para jusante através da rede existente, até à ETAR de Alcântara. A caixa intermédia CX. TM3.04 irá restituir esses caudais à rede existente, permitindo efetuar a ligação das infraestruturas propostas ao coletor da rede existente. Também a construção da CV02 foi condicionada pela área disponível, procurando-se minimizar a interferência com as infraestruturas existentes. Por último, para esta zona está prevista, igualmente, a implantação do estaleiro de frente TM3.

Os trabalhos a desenvolver na Rua de Santa Marta, respetivamente as intervenções à superfície e a montagem do estaleiro de frente, coincidem com a Zona Especial de Proteção de Imóveis Classificados da Avenida da Liberdade e Área Envolvente[2], assim como em Área de Proteção Arqueológica de Nível II. O Túnel TMSA, por sua vez, na Rua de Santa Marta, irá desenvolver-se a uma profundidade superior a 20 m. Tal como para o TM2, e tendo em consta as áreas de proteção vigentes no PDM de Lisboa, afiguram-se necessárias um conjunto de medidas de minimização a aplicar na área do TM3, tendo como objetivo a salvaguarda do património edificado existente.

Assim, para a área do TM3, estão previstas sondagens arqueológicas de diagnóstico, a realizar em fase prévia à execução da empreitada, com o objetivo de averiguar o potencial arqueológico nos locais a construir as infraestruturas referidas. Também estão previstas a sinalização e a vedação das ocorrências patrimoniais localizadas até 50 m das frentes de obra (**MM16**), assim como a colocação de barreiras para minimizar a dispersão de partículas e lamas, durante a fase de execução da empreitada, minimizando a afetação das ocorrências patrimoniais, nomeadamente nos bens imóveis classificados ou em vias de classificação (**MM17**). Estas medidas encontram-se de acordo ao previsto na DIA nº 2961, conforme exposto no ponto 6.2.4.1 do presente documento.

[2] Ministério da Cultura, Portaria 529/96, 1 de outubro.

4.2.1.4 TM4: Câmaras de Desvio de Caudal e de Vórtice (Avenida Almirante Reis)

Na Avenida Almirante Reis, entre a estação de Metro do Intendente e o cruzamento com a Rua Antero de Quental, será construída uma câmara de desvio de caudal (CDC04), desviando os caudais do coletor unitário da margem direita da Avenida Almirante Reis. Os caudais intercetados serão encaminhados para a câmara com queda em vórtice (CV03), localizada a cerca de 20,50 m de profundidade, no mesmo cruzamento.

Devido à localização da CV03 será necessário proceder ao desvio do coletor da Rua Antero de Quental, através da construção de duas caixas (Cx.TM4.01 e Cx. TM4.02). Igualmente na Avenida Almirante Reis, a jusante do cruzamento, irá construir-se a caixa CX.TM4.03, que unirá o coletor proveniente da Rua Antero de Quental e o coletor doméstico proveniente da CDC04. Será construído um coletor, tipo *box-culvert*, com cerca de 52,3 m de comprimento, que estabelecerá ligação com a caixa CX.TM4.03, restituindo o caudal doméstico à rede existente.

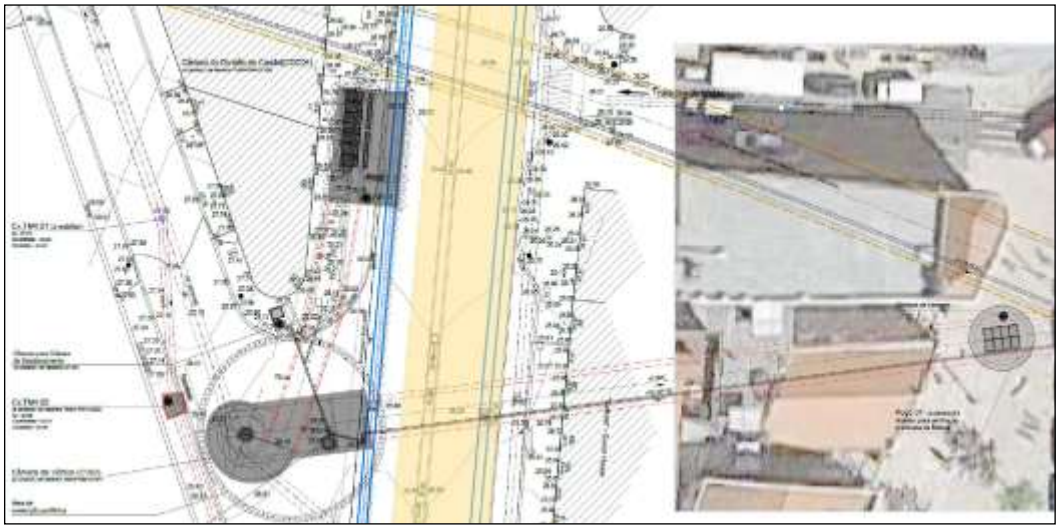


Figura 6 – Planta de localização das câmaras de desvio de caudal (CDC04) e da câmara de vórtice (CV03).

A ligação entre o CDC04 e o CV03 será feita através de um coletor, tipo *box-culvert*, com cerca de 23,65 m de comprimento. No Largo do Intendente Pina Manique, será construído um poço de ventilação com diâmetro interno de 5 m e profundidade de aproximadamente de 17,5 m, também servindo de acesso ao Túnel TMSA e de entrada de equipamento. Para este local está prevista, igualmente, a implantação do estaleiro de frente TM4.

4.2.1.5 TM5: Obra de Descarga do TMSA

O Túnel TMSA termina em Santa Apolónia, desenvolvendo-se a sua parte final desde o Beco do Belo até ao Terminal de Cruzeiros. Será construído em vala aberta, numa área que apresenta diversas condicionantes relevantes, designadamente patrimoniais (património edificado e arqueológico), resultantes do cruzamento com o Metro e da necessidade de assegurar velocidades reduzidas na secção de descarga no Rio Tejo.

A transição entre o Túnel TMSA e a obra de saída ocorre entre o Beco do Belo e o Beco da Surra. Esta transição é realizada sob o edificado existente, sendo necessário proceder ao reforço das fundações de alguns edifícios, nomeadamente o nº 8 do Beco do Belo e os nºs 1, 3 e 5 do Beco do Surra.



Figura 7 – Planta de intervenção para a implantação da descarga do Túnel TMSA.

A montante das obras de descarga em Santa Apolónia será construído, implantado na prumada do eixo do túnel, um poço de ventilação e acesso ao TMSA, na Rua dos Remédios (P02). Este poço será executado pelo método NATM tradicional, prevendo-se uma entrada de homem que garantirá o acesso ao Túnel TMSA por jusante. A construção deste elemento foi condicionada pela densa ocupação da área, tendo sido escolhida a Rua dos Remédios.

Para este local está prevista, igualmente, a implantação do estaleiro de frente TM5.

De natureza arqueológica, localiza-se na zona da Santa Apolónia a Cerca Fernandina, com Torreão associado, identificada durante a intervenção arqueológica realizada pela empresa Arqueohoje (ROCHA *et alii*, 2017). Seguindo o exposto na DIA nº 2961 relativamente às condicionantes (ponto 4, pág. 18) e às medidas de minimização (**MM12**, pág. 21), esta ocorrência patrimonial não deve ser diretamente afetada, tendo em conta a sua importância histórica e arqueológica, e sendo necessário a aplicação das necessárias medidas de minimização tendo em vista a sua preservação (conforme exposto no capítulo 6, referente às Medidas de Mitigação do Património Cultural). Este elemento encontra-se associado ao Castelo de São Jorge e resto das cercas de Lisboa, classificado como Monumento Nacional (Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910). Na figura 8 podemos observar a localização da ocorrência patrimonial face ao desenvolvimento do traçado do TMSA.

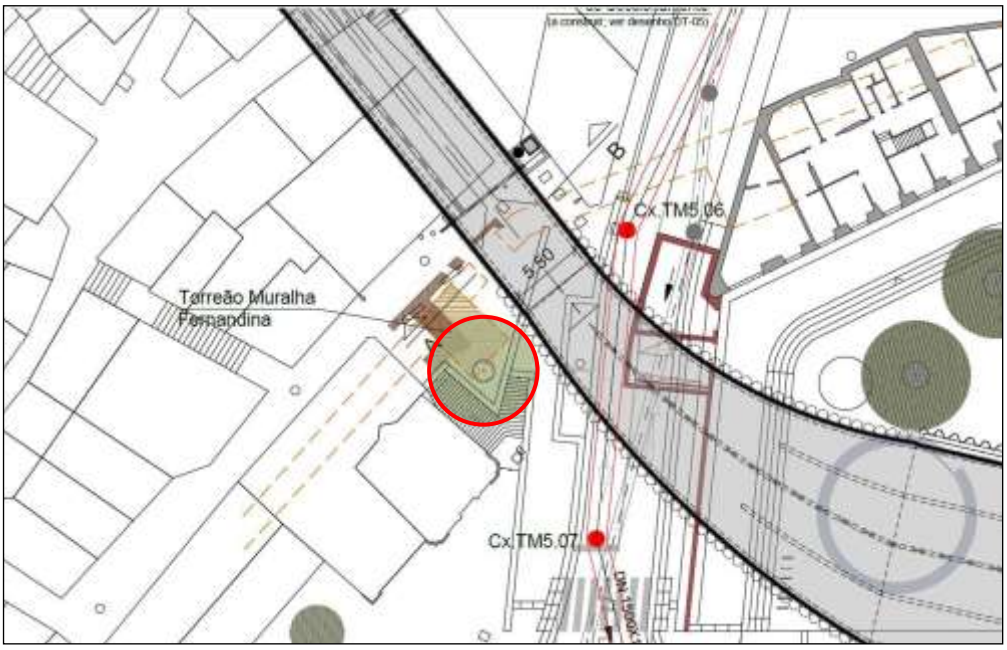


Figura 8 – Localização da Cerca Fernandina e Torreão, face ao traçado do TMSA.

A obra de descarga TM5 estabelece ligação entre o Túnel propriamente dito, e o Rio Tejo. Apresentando uma extensão total de 182,64 m, desenvolve-se em toda a sua extensão em quadro de betão armado, com uma secção retangular, com exceção de um pequeno troço inicial de transição entre a secção circular do túnel e retangular do canal de saída. A sua parte

final, após a zona de saída do Túnel no Beco do Belo, será contruída em escavação a céu aberto, passando sobre o Metro de Lisboa (linha azul).

Esta obra será dividida em quatro zonas, cada uma constituída por uma estrutura com um processo construtivo particular, separadas ente si por juntas de dilatação, designadamente:

- Zona A – Troço 1, com uma extensão a eixo de 32,05 m, estabelecendo a transição entre a secção do Túnel propriamente dito e a secção de ligação corrente do canal;
- Zona A – Troço 2, com uma extensão a eixo de 87,56 m, correspondente ao atravessamento do Largo do Museu da Marinha e Avenida Infante D. Henrique;
- Zona B – Troço 1, com uma extensão de 20,49 m, correspondente ao atravessamento sobre o túnel do Metro de Lisboa (linha azul);
- Zona B – Troço 2, com uma extensão de 42,54 m, correspondente ao atravessamento da APL e descarga no terminal de cruzeiros.

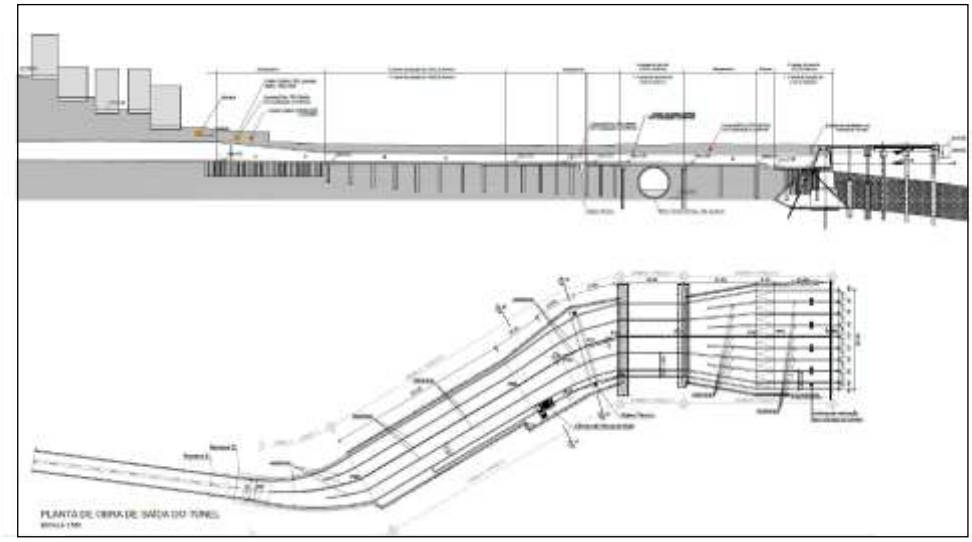


Figura 9 – Representação, em planta e perfil longitudinal, do alargamento da secção final do TMSA.

Na Zona A – Troço 1 estão previstos trabalhos de estabilização das fundações do edificado localizado no Beco do Belo e no Beco do Surra, assim como do património histórico e arqueológico localizados sobre o traçado do Túnel, imediatamente a montante deste troço. Estes trabalhos garantem a integridade destes edifícios e a segurança das populações.

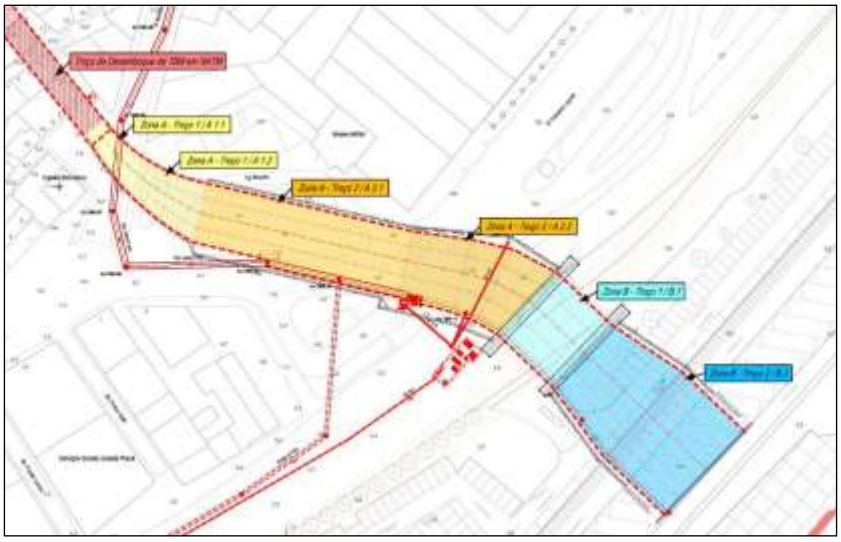


Figura 10 – Representação das quatro zonas do TM5.

No Largo do Museu da Artilharia será construída uma galeria técnica que atravessa a obra de descarga do Túnel pela zona inferior, permitindo, deste modo, a passagem de diversas infraestruturas.

Por último, na zona de Santa Apolónia está prevista, igualmente, a construção do estaleiro de frente TM5.

4.2.1.6 TM6: Sistema de Drenagem de Águas Residuais da Bacia de Santa Apolónia

Na zona ribeirinha de Santa Apolónia está prevista a construção de uma estação elevatória, recebendo os caudais intercetados e encaminhando-os para a estação elevatória do Terreiro do Trigo (EE6), para que sejam tratados na ETAR de Alcântara, evitando, deste modo, a ocorrência de descargas de efluentes não tratados no Rio Tejo.

A estação elevatória, a construir no separador central da Avenida Infante Dom Henrique, receberá os efluentes intercetados na câmara de válvulas de maré do Largo do Museu da Artilharia, assim como os provenientes da zona oriental, sendo o poço de bombagem implantado a aproximadamente 9 m de profundidade. A ligação da estação elevatória de Santa Apolónia à estação elevatória do Terreiro do Trigo (EE TT) será realizada por uma conduta elevatória inicial e por um troço gravítico final.

Para a zona do TM6 está prevista, ainda, a implantação do estaleiro de frente TM6.



Figura 11 – Representação esquemática de um excerto do TM6.

4.2.2 Túnel Chelas – Beato

O Túnel TCB terá escavação em zona geotécnica denominada ZG2-A, que corresponde a formações detríticas e carbonatadas do Miocénico, assim como em ZG3 e ZG2B, zona superficial caracterizada por aterros, aluviões e/ou maciço muito descomprimido, e formações detríticas e carbonatadas do Miocénico, respetivamente.

O objetivo da construção desta infraestrutura prende-se com o desvio do caudal da zona alta da cidade, nomeadamente da Alta de Lisboa, Lumiar, Telheiras, Cidade Universitária, Campo Grande, Calvanas, Avenida do Brasil, Avenida Gago Coutinho, Olaias e Vale de Chelas. O desvio para o Túnel irá localizar-se jusante da transição entre a Estrada de Chelas e a Avenida Santo Condestável, aliviando, deste modo, toda a rede existente a jusante. Como consequência, permitirá minimizar o risco de ocorrência de inundações que atualmente se registam com frequência na zona baixa de Chelas e Xabregas.

O Túnel TCB apresenta uma extensão total aproximadamente de 1,4 km, dos quais cerca de 1,1 km será em galeria subterrânea, executada com recurso a uma tuneladora (TBM) a partir da zona de Beato até Chelas. De seguida, desenvolver-se-á em aproximadamente 300 m de extensão, na sua parte terminal a jusante, entre Rua Amigos de Lisboa e a zona da APL, a céu aberto.

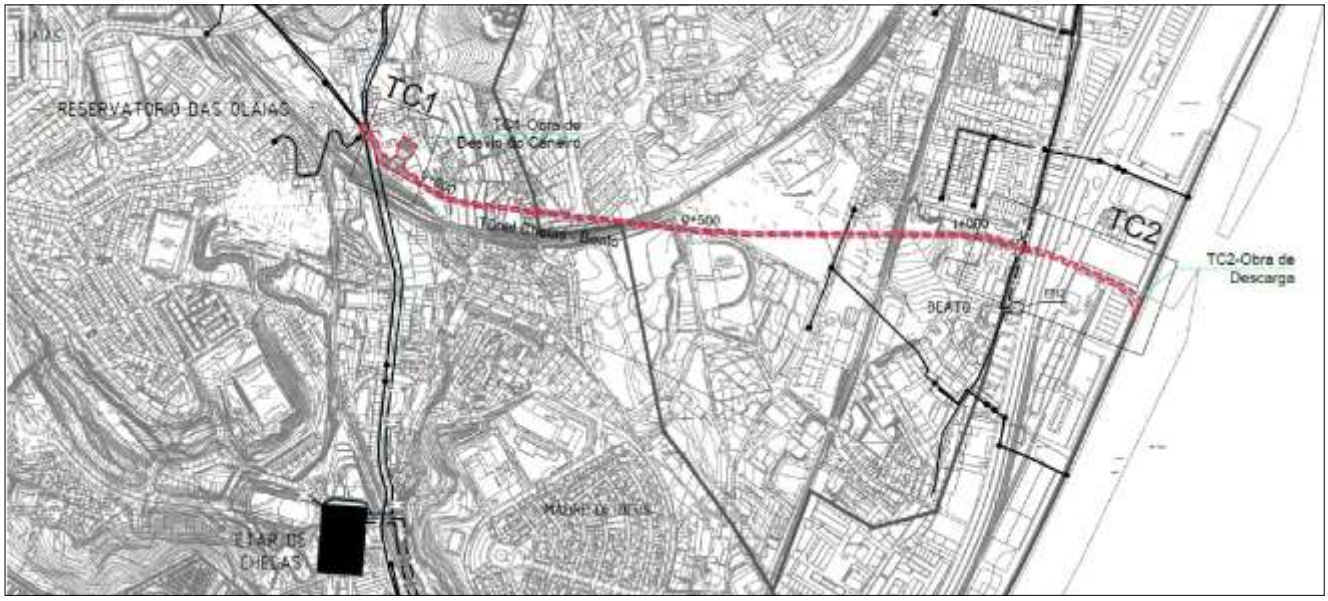


Figura 12 – Traçado e implantação do Túnel TCB.

O Túnel TCB tem início no cruzamento entre a Estrada de Chelas e a Calçada da Picheleira, progredindo, a partir daí, numa extensão total de aproximadamente 1,1 km. Na sua fase inicial, e na zona de Chelas, o Túnel irá ligar-se à obra de desvio dos Caneiros da Avenida dos Estados Unidos da América, Vale de Chelas e Calçada da Picheleira, no cruzamento entre a Estrada de Chelas e a Calçada da Picheleira, descarregando junto à Rua Amigos de Lisboa, no canal de ligação ao Rio Tejo. Na Rua Amigos de Lisboa está prevista a construção de uma câmara de chegada do Túnel, a partir do qual este será construído em vala. Já na área de jurisdição do Porto de Lisboa, irá dar-se o alargamento suave da secção para a descarga no Rio Tejo.

A montante da obra de desvio do TCB, serão construídas três câmaras de desvio de caudal, respetivamente do Quartel, Broma e Picheleira. Estas irão encaminhar, para os coletores que afluem à ETAR de Chelas, os caudais em tempo seco e, na ocorrência de precipitação, até três vezes os caudais de ponta de tempos seco, sendo o excedente desviado para o Túnel TCB.

4.2.2.1 TC1: Obras de Desvio dos Caneiros

A obra do desvio dos caneiros integra a Estrada de Chelas, intersetando os coletores provenientes da Avenida Gago Coutinho/Avenida Estados Unidos da América e da Avenida Santo Condestável. Esta obra foi pensada com o objetivo de assegurar que os caudais pluviais gerados nas bacias a montante sejam encaminhados para o Túnel TCB, sendo os caudais domésticos, assim como o volume inicial dos caudais pluviais, encaminhados para jusante, afluindo à ETAR de Chelas. Neste sentido, serão construídas três câmaras de desvio de caudal, uma em cada um dos caneiros que afluem ao local, nomeadamente Quartel, Broma e Picheleira.

Na conceção desta obra considerou-se a necessidade da construção de uma bacia antipoluição, já que a ETAR de Chelas apresenta condicionalismos ao nível da sua linha de tratamento. No entanto, esta não será construída no atual Projeto dos Túneis, prevendo-se a sua implementação *à posteriori*. Por último, está igualmente prevista neste local a instalação do estaleiro de Chelas.

Os trabalhos irão desenvolver-se numa área periurbana, em que a paisagem é intercalada por áreas de cultivo e áreas urbanas, sendo menos densamente povoada do que as restantes áreas de implantação dos Túneis e das intervenções associadas. Aqui localizam-se as ocorrências patrimoniais nº 31 e nº 141 (Igreja de Chelas e Poço da Picheleira, respetivamente).



Figura 13 – Planta de localização do desvio dos caneiros na Estrada de Chelas.

4.2.2.2 Obras de Interceção (Quartel, Broma e Picheleira)

A Câmara de Desvio de Caudal da Broma, a Câmara de Desvio de Caudal do Quartel e a Câmara de Desvio da Picheleira localizam-se a montante da entrada no Túnel TCB, estando prevista a remodelação das mesmas. Cada câmara de desvio de caudal funcionará como descarregador, permitindo que sigam o seu curso para jusante através do coletor existente, de forma a afluírem à ETAR de Chelas. Para a câmara de desvio de caudal da Broma está prevista a construção de um coletor com 12 m de extensão. Para a câmara de desvio de caudal do Quartel está prevista a construção de um coletor com 140 m de extensão. E para a câmara de desvio de caudal da Picheleira está prevista a construção de um coletor doméstico com 12,50 m de extensão. Para além destas intervenções, está prevista, igualmente, a construção de um desvio de intercetor de Chelas na área de construção de entrada do Túnel, com a instalação de um coletor com 61 m de extensão.

Considerando as ocorrências patrimoniais localizadas na área de implantação das infraestruturas referidas, temos a indicar que:

- A obra de desvio dos caneiros, a câmara de desvio da Picheleira e a montagem do estaleiro de Chelas (cuja implantação está prevista no TC1), decorrerão junto a uma ocorrência patrimonial de natureza etnográfica (nomeadamente o Poço da Picheleira, nº 141). O limite da área prevista do estaleiro desenvolve-se até aproximadamente 2 m de distância deste elemento. Este elemento não poderá ser diretamente afetado pelos trabalhos, sendo necessário a aplicação de medidas de minimização específicas, nomeadamente a sua vedação e sinalização, e a instalação de barreiras para o proteger de poeiras e lamas (ponto 6, Medidas de Mitigação do Património Cultural).

Nas imediações localizam-se, igualmente, as ocorrências patrimoniais nº 31 (Igreja de Chelas) e nº 41 (Quinta das Conchas / Azinhaga da Salgada). No entanto, estas encontram-se afastadas o suficiente da zona onde se realizarão os trabalhos previstos no projeto, não sendo necessária a aplicação de especiais medidas de mitigação.

4.2.2.3 TC2: Obra de Descarga no Beato

O TC2 corresponde à obra de saída do Túnel TCB, entre o final do Túnel (adjacente à Rua Amigos de Lisboa) e o Rio Tejo, troço que será realizado a céu aberto, com aproximadamente 320 m de extensão. O TC2 divide-se em dois troços, nomeadamente:

- TC2 – Troço 1: que se desenvolve entre a secção de saída do Túnel e a entrada do canal terminal na Doca do Poço do Bispo, com uma extensão de aproximadamente 180 m;
- TC2 – Troço 2: que se desenvolve na continuação do troço 1, já na área de jurisdição da APL, prolongando-se até ao Rio Tejo, numa extensão aproximada de 140 m.



Figura 14 – Planta de localização da obra de descarga do Túnel TCB.

As principais condicionantes consideradas, para a implantação do TC2, foram a atividade portuária na zona sul da Doca do Poço do Bispo e o edificado existência na envolvência. De assinalar que, imediatamente antes da obra de saída do TCB, o traçado do Túnel teve em consideração a ocorrência patrimonial nº 36 (Geomonumento Mirante da (Antiga) Quinta da Inauguração / Estrada de Marvila), tendo sido ajustado para não o afetar diretamente.

A rede de drenagem na Rua dos Amigos de Lisboa e na Rua do Açúcar será alvo de remodelação, nomeadamente na substituição das duas câmaras de desvio de caudal existentes na Rua dos Amigos de Lisboa e na Rua José Domingos Barreiros, por uma única câmara de desvio, sendo ambos os caudais drenados encaminhados para uma nova câmara de desvio. Esta nova câmara de desvio de caudal será implantada no cruzamento da Rua dos Amigos de Lisboa com a Rua do Açúcar. Por último, para este local está prevista a montagem do estaleiro de frente TC2, que irá ocupar a totalidade do parque de estacionamento localizado na Rua do Açúcar.

4.3 Requalificação de Espaços Exteriores em Santa Apolónia

Aproveitando as obras da construção do Túnel TMSA, enquadradas no Plano Geral de Drenagem de Lisboa, os espaços exteriores na zona de Santa Apolónia serão alvo de requalificação.

Pertencendo à base da colina de São Vicente, e com um relevante papel histórico, esta área corresponde a uma zona de interface onde coexistem estações terminais de redes de transporte coletivo de longa distância (comboios e cruzeiros), estações e paragens das redes do Metro de Lisboa e de superfície da cidade de Lisboa, eixos viários da rede de distribuição urbana principal (Avenida Infante Dom Henrique), e de distribuição urbana secundária de acesso ao centro histórico (Rua do Jardim do Tabaco e Rua dos Caminhos de Ferro). Sendo uma área densamente ocupada, pontuam estruturas urbanas e equipamentos de relevância histórica, cultural e social.

Esta requalificação será delineada respeitando os seguintes objetivos:

- Adaptação do espaço urbano à implantação do Túnel TMSA e ao acesso rodoviário do novo Terminal de Cruzeiros do Jardim do Tabaco;
- Criação das condições para a execução uma intervenção artística à escala urbana, dotando esta área de um espaço verde, e assinalando a entrada no extremo nascente da Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina;
- Reforço da relação do espaço urbano com as estruturas e populações próximas;

• Valorização das estruturas históricas e urbanas existentes, tendo em conta a sua acessibilidade, enquadramento e relação com o espaço público;

• Aumento da oferta e de condições de utilização, de permanência e de lazer para todos os cidadãos;

• Prolongamento da linha do elétrico ao longo da Avenida Infante Dom Henrique, incluindo todas as infraestruturas, paragens e terminais a ela associados.

As principais zonas a intervencionar são o Largo dos Caminhos de Ferro / Avenida Infante Dom Henrique, Santa Apolónia, e a envolvente à Ermida do Senhor da Boa Nova (junto à qual se identificou, em trabalhos recentes, um troço da Cerca Fernandina e um Torreão). Um plano de arborização foi igualmente projetado para a zona. A obra de saída do Túnel TMSA, assim como a sua secção de descarga no Rio Tejo, corresponde ao ponto mais crítico de todo o Projeto, do ponto de vista do património cultural.

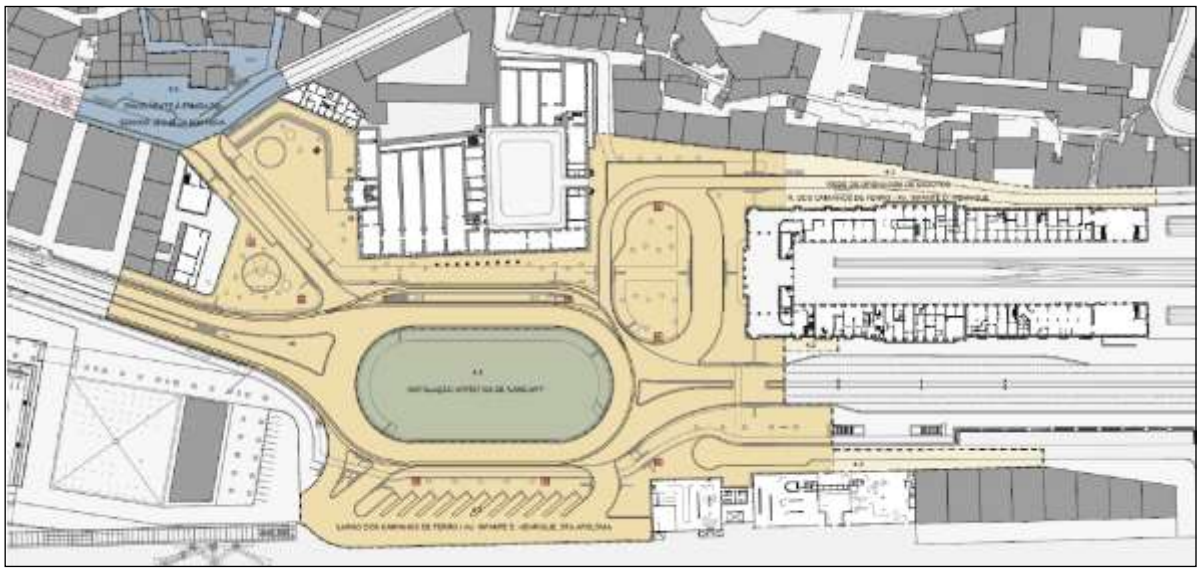


Figura 15 – Planta da requalificação prevista para os espaços exteriores em Santa Apolónia.

Considerando a construção das infraestruturas relacionadas com o Túnel TMSA, a par da requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia, a dimensão da área a intervencionar aqui será substancial, sendo necessário a realização de medidas de minimização de modo a salvaguardar o património cultural aqui existente, como

desenvolveremos no presente documento (ponto 6, Medidas de Mitigação do Património Cultural). O Túnel TMSA, desde o Beco do Belo, irá desenvolver-se a céu aberto e não em profundidade, aumentando consideravelmente o risco de impactes negativos no património, afetação que convém acautelar mediante as necessárias medidas de mitigação.

Consultando a lista das ocorrências patrimoniais identificadas durante a prospeção arqueológica sistemática realizada, verificamos que aqui se localizam as ocorrências nºs 26a, 30, 42, 43, 44, 45, 46, 47 e 48, que correspondem a elementos de natureza arqueológica (nº 26a) e natureza arquitetónica (todas as restantes).

Dada a profunda afetação que a área de Santa Apolónia irá ser alvo, estão previstas medidas de minimização específicas na DIA nº 2961 (p. 21), nomeadamente:

- **MM06** – Executar trabalhos arqueológicos na zona de afetação de Santa Apolónia: escavação arqueológica integral, a qual deve prever uma primeira fase de diagnóstico, para definição e caracterização das sequências estratigráficas, a ter lugar sob a forma de sondagens arqueológicas. Esta intervenção deve ser concertada de maneira a que se assegurem os meios de obra (por exemplo contenção, escavação, entre outros), devendo ser efetuada antes da construção efetiva;

- **MM12** – Conservar *in situ* as ocorrências arqueológicas que forem reconhecidas durante o acompanhamento arqueológico da obra, tanto quanto possível, e em função do valor do seu valor patrimonial (mesmo que de forma passiva), no caso de estruturas, de tal forma que não se degrade o seu estado de conservação atual ou seja efetuada a salvaguarda pelo registo.

A metodologia a aplicar para o cumprimento destas medidas será desenvolvida no ponto 6.2.4 (Medidas de Minimização).

4.3.1 Instalação Artística de "*Land Art*"

No eixo da Avenida Infante Dom Henrique irá nascer uma nova praça, que, com a intervenção artística de *land art*, funcionará como ponto central de confluência, agregação e de

distribuição de pessoas, assim como dos fluxos viários de acesso e atravessamento. Articulando, com este projeto, os diferentes elementos urbanos existentes atualmente, esta praça funcionará como um espaço urbano com uma identidade muito própria, criando um primeiro impacto para todos os que acedam pela entrada este da Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina.



Figura 16 – Maquete da "Folha" (*Land Art*).



Figura 17 – Integração da "Folha" na requalificação prevista para os espaços exteriores em Santa Apolónia.

Para o "Jardim Folha", a implantar entre o edifício do Museu Militar e a área do Porto de Lisboa, a sua configuração e dimensões foram definidas, e limitadas, pelo sistema urbano envolvente, com o propósito de criar um espaço de circulação de veículos estruturante e central nesta zona, para implementar um acesso automóvel ao novo terminal de cruzeiros e pelas necessidades espaciais no prolongamento da linha de elétrico.

4.3.2 Largo dos Caminhos de Ferro / Avenida Infante Dom Henrique, Santa Apolónia

Na zona envolvente ao terminal de cruzeiros considerou-se a necessidade de reestruturar a área do estacionamento de veículos existente, para que se pudesse implementar a solução rodoviária para Santa Apolónia, promover o acesso rodoviário ao novo Terminal de Cruzeiros do Jardim do Tabaco, compatibilizar o espaço urbano com a implantação do túnel do Plano Geral de Drenagem de Lisboa, garantir as condições de acessibilidade pedonal na continuação do passeio sul da Av. Infante Dom Henrique, criando igualmente as condições para implementação da ciclovia prevista, e promover um espaço pedonal amplo junto ao terminal de cruzeiros de Santa Apolónia.

O Largo do Museu da Artilharia apresenta um caracter mais interiorizado em relação aos grandes eixos viários, e a sua relação com a entrada do museu permite que seja um espaço de maior proteção em relação aos fluxos citadinos. Para esta área está prevista a plantação de árvores, a implantação de um parque infantil e um campo de jogos.



Figura 18 – Intervenção prevista no Largo do Museu da Artilharia.

4.3.3 Envolvente à Ermida do Senhor da Boa Nova

Com a execução do Túnel TMSA será possível rever a Ermida da Boa Nova (ocorrência patrimonial nº 44), requalificando este elemento patrimonial. Está prevista a integração deste monumento no alargamento da Rua do Jardim do Tabaco, permitindo assim uma leitura global do seu alçado. A requalificação a desenvolver permitirá a reformulação do traçado da Rua do Museu da Artilharia, no seu troço final, afastando-o do portal de entrada da Ermida, abrangendo igualmente a reconstrução, numa nova implantação, do muro da Rua do Museu de Artilharia, cujo topo terá a cota deste arruamento. Deste modo, à cota baixa, será requalificado o troço final da Rua do Jardim do Tabaco, com o reordenamento do estacionamento e o aumento da área pedonal, em estreita relação com a Ermida. À cota alta, a requalificação do troço inicial do Beco do Belo permitirá estabelecer um espaço de estadia, sobranceiro ao Largo do Museu da Artilharia e com vista até ao rio.

Como já referimos, foi próximo à localização da Ermida que se identificou um troço da Cerca Fernandina (nº 26a), com um Torreão associado. A requalificação do troço inicial do Beco do Belo terá em consideração a Cerca Fernandina[3], e incluirá a execução de um conjunto de escadas e muros, libertando o cunhal da Ermida e promovendo a ligação entre o Beco, a Ermida e a Rua do Jardim do Tabaco. O troço final da Rua do Jardim do Tabaco, na ligação à Rua do Museu da Artilharia e ao Largo do Museu, será também alvo de requalificação urbana.

Pese embora, para este local, a requalificação planeada não corresponda a transformações profundas no subsolo, dada a proximidade dos trabalhos que irão desenvolver-se no Largo do Museu da Artilharia e as obras de saída do Túnel TMSA, recomenda-se uma atenção redobrada durante os trabalhos, de modo a não afetarem diretamente ambos os elementos patrimoniais (a Ermida do Senhor da Boa Nova e a Cerca Fernandina). Além das medidas de mitigação específicas para a Cerca Fernandina (as quais desenvolveremos no presente documento, no ponto 6.2.4), também a Ermida do Senhor da Boa Nova carece de medidas de proteção, que deverão passar pela sua vedação, salvaguardando o elemento patrimonial de poeiras e lamas, assim como sinalização gráfica vertical, impedindo a circulação de

[3] Tal como exposto no *Processo de Concurso para a Empreitada de Execução dos Túneis de Drenagem da cidade de Lisboa e Intervenções Associadas*, julho de 2019, pág. 17.

viaturas e a passagem de pessoas. Recomenda-se, igualmente, uma monitorização regular da sua estrutura e fachada principal, de modo a detetar eventuais impactes negativos resultantes dos trabalhos realizados no âmbito da empreitada e da requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia.

4.4 Estaleiros

Durante a fase de execução da empreitada, foram selecionadas áreas para a montagem de estaleiros principais e de frentes de obra. Os estaleiros previstos são os seguintes:

• **Estaleiro de Carnide** – Este será implantado numa área junto ao cemitério municipal, na zona de Carnide. Após a prospeção arqueológica realizada, não se identificaram condicionantes, do ponto de vista patrimonial, à construção do estaleiro na área escolhida. No entanto, os trabalhos de montagem do estaleiro, assim como das obras acessórias que impliquem remeximento de solos, deverão ter o necessário acompanhamento arqueológico.

• **Estaleiro de Campolide (TM1)** – Este será o estaleiro principal do Túnel TMSA, e será instalado na zona TM1 (entrada do Túnel). Após a prospeção arqueológica realizada, não se identificaram condicionantes, do ponto de vista patrimonial, à construção do estaleiro na área escolhida. No entanto, os trabalhos de montagem do estaleiro, assim como das obras acessórias que impliquem remeximento de solos, deverão ter o necessário acompanhamento arqueológico.

• **Estaleiro de Chelas (TC1)** – Este será o estaleiro principal do Túnel TCB, e será instalado numa zona adjacente à estrada de Chelas, junto à Obra de Desvio do Caneiro (TC1). Localiza-se, aqui, o Poço da Picheleira (nº 141), muito próximo da área prevista para o estaleiro. Idealmente, este elemento patrimonial deveria ser desmontado e transladado. No entanto, sendo constituído por uma só peça (o poço em si), o seu desmonte poderá resultar numa afetação negativa irreversível. Recomendamos a sua vedação e sinalização, impedindo a passagem de viaturas e pessoas, assim como a colocação de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas. Deverá ser alvo de monitorização visual regular, verificando o ponto de situação da sua estrutura. Por último, os trabalhos de montagem do estaleiro,

assim como das obras acessórias que impliquem remeximento de solos, deverão ter o necessário acompanhamento arqueológico.



Figura 19 – Área prevista para a montagem do estaleiro de Chelas (TC1) e a localização da ocorrência patrimonial nº 141.

• **Estaleiro TC2** – Este será implantado na zona do Beato, servindo de apoio à realização da Obra de Descarga do Túnel TCB e à execução do Túnel. Prevê-se a utilização da totalidade do parque de estacionamento, em terra batida, existente no local. Após a prospeção arqueológica realizada, não se identificaram condicionantes, do ponto de vista patrimonial, à construção do estaleiro na área escolhida. No entanto, os trabalhos de montagem do estaleiro, assim como das obras acessórias que impliquem remeximento de solos, deverão ter o necessário acompanhamento arqueológico.

• **Estaleiro de Frente TM2** – Este estaleiro de frente de obra será implantado em plena Avenida da Liberdade, em ambas as margens, junto à interseção com a Rua Alexandre Herculano. Após a prospeção arqueológica realizada, identificaram-se duas ocorrências patrimoniais, que se encontram próximas das áreas escolhidas para a instalação do estaleiro. Estas ocorrências patrimoniais correspondem a uma estátua de homenagem a Oliveira Martins (nº 140) e a uma estátua de homenagem a António Feliciano de Castilho (nº 142). Ambos os elementos deverão ser vedados e sinalizados, evitando a passagem de pessoas e

viaturas nas proximidades, e protegendo-os de poeiras e lamas, salvaguardando deste modo os elementos.

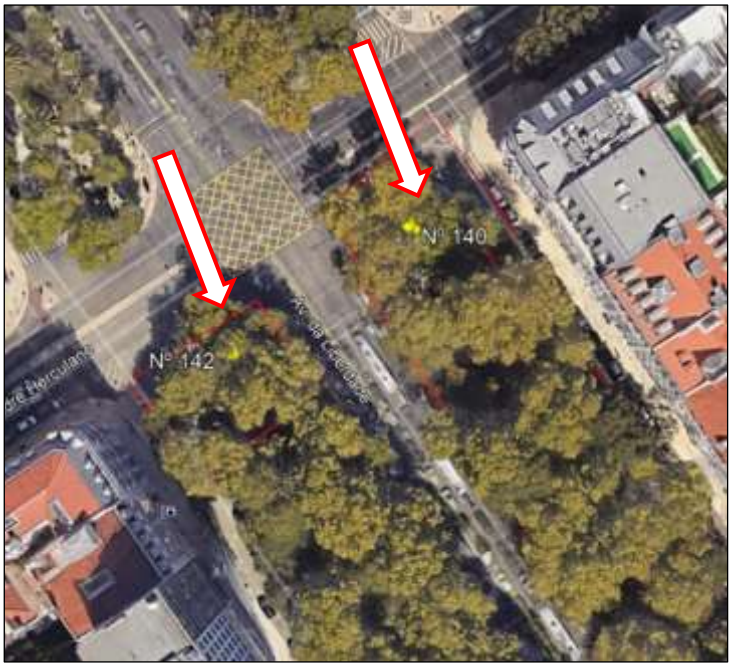


Figura 20 – Área prevista para a montagem do estaleiro de Frente TM2
e a localização das ocorrências patrimoniais nº 140 e nº 142.

Os trabalhos de transladação das ocorrências patrimoniais identificadas devem ser coordenados por um especialista em Conservação e Restauro. Os trabalhos de preparação do solo e de montagem do estaleiro deverão ser acompanhados, presencial e permanentemente, por um arqueólogo.

• **Estaleiro de Frente TM3** – Este será implantado na zona do TM3, na Rua de Santa Marta. Após a prospeção arqueológica realizada, não se identificaram condicionantes, do ponto de vista patrimonial, à construção do estaleiro nas áreas escolhidas. No entanto, os trabalhos de montagem do estaleiro, assim como das obras acessórias que impliquem remeximento de solos, deverão ter o necessário acompanhamento arqueológico.

• **Estaleiro de Frente TM4** – Este será implantado na zona do TM4, na Avenida Almirante Reis, e no poço de ventilação a construir no Largo do Intendente. Após a prospeção arqueológica realizada, não se identificaram condicionantes, do ponto de vista patrimonial, à construção do estaleiro nas áreas escolhidas. No entanto, os trabalhos de montagem do

estaleiro, assim como das obras acessórias que impliquem remeximento de solos, deverão ter o necessário acompanhamento arqueológico.

• **Estaleiro de Frente TM5** – Este será implantado na zona do TM5, em Santa Apolónia, e no poço de ventilação a construir na Rua dos Remédios. Após a prospeção arqueológica realizada, não se identificaram condicionantes, do ponto de vista patrimonial, à construção do estaleiro nas áreas escolhidas. No entanto, os trabalhos de montagem do estaleiro, assim como das obras acessórias que impliquem remeximento de solos, deverão ter o necessário acompanhamento arqueológico.

• **Estaleiro de Frente TM6** – Este será implantado na zona do TM6, em Santa Apolónia. Após a prospeção arqueológica realizada, não se identificaram condicionantes, do ponto de vista patrimonial, à construção do estaleiro nas áreas escolhidas. No entanto, os trabalhos de montagem do estaleiro, assim como das obras acessórias que impliquem remeximento de solos, deverão ter o necessário acompanhamento arqueológico.

4.5 Vazadouros / Empréstimos

Para as áreas previstas como utilização de vazadouros / empréstimos, estão consideradas as seguintes alternativas:

1) Designação: **Ribeiro do Cavalo nº 3**. Empresa: José Marques Gomes Galo, S.A.. Localização: Estrada Nacional, 378, Zambujal Apartado 1003, 2979-908 Sesimbra;
2) Designação: **Vazadouro da Moita**. Empresa: José Marques Gomes Galo, S.A.. Localização: N379-2, Quinta do Anjo 2860-313 Moita;
3) Designação: **SOARVIMIL, Centro de Produção Pinhal Conde da Cunha**. Empresas: Freiplana; Jofilipes. Localização: Av.ª Quinta de Valadares, Quinta de Valadares, 2855-516 Corroios, Seixal;
4) Designação: **SARMINAS, Centro de Produção Mesquita**. Empresa: Batalha dos Anjos, Lda. Localização: Estrada Nacional N378, Herdade da Mesquita 2970-649 Sesimbra.

Estas alternativas consistem em pedreiras que se encontram em fase adiantada de exploração, todas localizadas na margem sul, afastadas consideravelmente da área de estudo do Projeto dos Túneis de Drenagem. Nestas áreas o risco de afetação de ocorrências patrimoniais é nulo, não se tendo identificado, durante a prospeção arqueológica realizada entre 06 a 10 de agosto, qualquer ocorrência patrimonial relevante que possa encontrar-se em risco de afetação negativa durante a fase de execução da empreitada. Assim, para estas áreas, não estão previstas medidas de minimização específicas a desenvolver. Das quatro (4) alternativas apresentadas, são as duas primeiras que se consideram como mais viáveis para utilização enquanto vazadouro, nomeadamente o **Ribeiro do Cavalo nº 3** e o **Vazadouro da Moita**.

Para uma descrição mais detalhada dos resultados obtidos, consultar o Relatório da Prospeção Arqueológica, que apresenta os resultados obtidos durante os trabalhos de campo realizados na fase prévia à execução da Empreitada.

5. Património Arquitetónico e Arqueológico

Num projeto de elevado impacte, como é o caso dos Túneis de Drenagem de Lisboa, torna-se necessário estabelecer um quadro de referência patrimonial a área em estudo, realizando um levantamento de todas as ocorrências patrimoniais existentes. Deste modo, a equipa de arqueologia realizou, numa primeira etapa, uma prospeção arqueológica sistemática na área de estudo dos dois túneis, estabelecendo um corredor de 500 metros (250 metros para cada margem, a contar do eixo do traçado dos túneis), designada por AE (Área de Estudo). Após os trabalhos de prospeção, que decorreram entre 06 a 10 de agosto, foram identificadas 152 ocorrências patrimoniais. Em anexo ao presente documento, apresentamos uma síntese de todas essas ocorrências patrimoniais. Relativamente às fichas de inventário de cada ocorrência, com uma descrição mais detalhada, remetemos para o Relatório da Prospeção Arqueológica, onde poderão ser consultadas.

5.1 Breve Resumo Histórico da Cidade de Lisboa

Lisboa foi fundada pelos fenícios sob o nome de *Alis Ubbo* (porto seguro), sendo pouco tempo depois conquistada pelos gregos e cartaginenses.

Com a ocupação romana, corria o ano de 195 a.C., Lisboa passou a fazer parte da Lusitânia Romana, conhecida pelo nome de *Olisippo*. Devido à sua excelente localização estratégica, tornou-se um importante centro de defesa dos Romanos. Foi município romano, sendo os seus cidadãos romanos apesar de não terem ascendência romana, devido à aliança que o governo da cidade empreendeu com Roma. O sufixo "*ippo*" é encontrado em diversos locais da península Ibérica, sendo característico das áreas de influência Tartessa ou de áreas com uma posterior influência Turdetana.

Quando se iniciaram as Guerras Púnicas entre Cartago e Roma, vários dos conflitos envolveram a Hispânia, então a mais notável possessão do Império de Cartago. Aníbal invadiu a Itália atravessando os Pireneus e os Alpes a partir de um desembarque com elefantes na península, juntando-se a ela as forças das tribos celtibéricas, incluindo dos lusitanos. A resposta militar de Roma foi a invasão e conquista da Hispânia aos cartagineses pelas forças de Cipião o Africano. Após as batalhas travadas no oriente peninsular, Décimo Júnio Bruto Galaico é encarregado, como cônsul e representante do Senado, de pacificar a região ocidental que se tinha mantido uma região autónoma.

Devido à sua aliança com Roma, os ataques dos povos lusitanos à cidade de Olisippo, e aos romanos, levaram à construção de uma muralha em volta do seu núcleo urbano. Com a *Pax Romana*, a cidade é absorvida no Império e recompensada pela atribuição da cidadania romana aos seus habitantes, um privilégio raríssimo na altura para os povos não italianos, e que evidencia a importância que a cidade tinha alcançado. *Felicitas Julia*, como a cidade viria a ser reconhecida, beneficiou do estatuto de município atribuído por Júlio César, juntamente com os territórios em redor até uma distância de 50 quilómetros, estando isenta do pagamento de impostos a Roma, ao contrário de quase todos os outros castros e povoados autóctones conquistados. É incluída com larga autonomia na província da Lusitânia, cuja capital é *Emerita Augusta*.

A cidade prospera através do comércio mais intenso com as províncias romanas do Reno e Britânia, e a civilização das margens do Tejo até ao coração da meseta ibérica. Os notáveis da cidade, os *Julius* e *Cassius*, governam-na com um regime republicano e oligárquico. O mais famoso lisboeta romano seria Quinto Sertório que se revoltou contra Roma, apoiado pelas tribos lusitanas. A cidade era já uma das maiores e mais importantes da Península Ibérica, possuindo certamente um grande fórum. Uma grande minoria grega, incluindo escravos e mercadores, coexistia com a maioria de língua latina. *Olisippo* estava ligada por estradas às outras duas grandes cidades do Ocidente da Hispânia, *Bracara Augusta* (Braga) e *Emerita Augusta* (Mérida). As declinações difíceis do latim levavam a que, em latim vulgar, a cidade fosse comummente chamada de *Olisipona*, que se viria a tornar o nome oficial com o declínio das letras e artes, após o século II.

No início do século V os Vândalos conquistam a cidade, seguidos pelos Alanos. Em 419, a cidade foi saqueada e queimada pelos godos do Rei Vália. Em 468, Remismundo, rei dos Suevos, conquista a cidade com o auxílio de um hispano-romano de Lisboa, chamado de Lusídio, e é integrada no Reino Suevo em 469, sendo Braga a capital. Em 585, o Rei Leovigildo, dos Visigodos, invade o Reino Suevo e após vários conflitos que decorrem ao longo do final do século VI, os Visigodos conquistam os Suevos, fixando-se em Toledo. Os Visigodos unificam a Península Ibérica, incluindo a cidade de Lisboa que se passa a chamar de *Ulishbona*. Neste conturbado período, as relações políticas entre Lisboa e Constantinopla são cortadas, mas não as ligações comerciais, recebendo mercadores gregos, sírios e judeus, entre outros, que trocam produtos locais por outros oriundos do Império Bizantino, Ásia e Índia.

Após três séculos de pilhagens, e perdendo a sua dinâmica comercial, no início do século VII Lisboa seria pouco mais do que uma vila, tendo perdido o vigor e a importância adquiridos durante a ocupação romana. Em 711, após a invasão islâmica da Península Ibérica liderada por Tárique (*Tárique ibn Ziade*), a cidade foi dominada pelos muçulmanos, que lhe deram o nome de *Al-Ushbuna*. Com a ocupação muçulmana, Lisboa recupera a importância que tinha tido, tornando-se um grande centro administrativo e comercial. A população aumenta consideravelmente e, no seu apogeu, teria mais de 100.000 habitantes, sendo uma das maiores cidades da Europa, ultrapassando Paris e Londres em dimensão. A cidade passa por

uma enorme transformação, renovada e reconstruída de acordo com os padrões do Médio Oriente, englobando uma grande mesquita, um castelo no cimo do monte (que, após algumas alterações, se transformou no Castelo de São Jorge), um palácio para o governador, uma almedina (ou centro urbano) e um alcácer (pequena vila fortificada). O bairro de Alfama cresce vigorosamente ao lado do núcleo urbano original, e é fundada, na margem Sul, a cidadela de *al-Madan* (a atual Almada), para proteger a cidade de Lisboa.

Durante o período muçulmano, a cidade cresce de forma opulenta, tornando-se um alvo de saque de reinos cristãos. Em 796, e outras diversas ocasiões, a cidade é saqueada pelos cristãos, liderados por Afonso II, o Casto, Rei das Astúrias, mas a fronteira permanece a Norte do Douro. Em 844, vários barcos viquingues alcançam o Mar da Palha (a bacia no estuário do Rio Tejo, próximo da sua foz), estabelecendo os Escandinavos um cerco, conquistando a cidade e aqui permanecem durante 13 dias. No entanto, a resistência continuada dos habitantes da cidade, liderados por Alá Abzeme, faz com que o invasor desista e parta. Segue-se um novo ataque viquingue em 966, mas infrutífero.

Enquanto se fragmentam as Taifas islâmicas do Sul, no Norte ganhava força o Condado Portucalense do Reino de Leão. D. Afonso Henriques, querendo anexar Lisboa ao seu território, motivado pela fama e opulência da cidade, tenta romper as suas defesas, em 1137 e 1140, falhando em ambas as vezes. Em junho e julho de 1147, com a ajuda dos cruzados e por 164 embarcações com tropas, D. Afonso Henriques finalmente tem sucesso na conquista da cidade.

Durante o reinado de D. Afonso III foram estabelecidas, em Lisboa, as bases da expansão marítima de Portugal, para a qual contribuiu fundamentalmente o desenvolvimento das leis marítimas ditadas pelo Rei D. Fernando I.

No final do século XIV, teve início o período que daria lugar aos grandes descobrimentos marítimos do século seguinte. A partir do século XV, o porto de Lisboa tornou-se um dos mais importantes do mundo.

No século XVI, a Casa da Índia enriqueceu ainda mais a cidade devido ao comércio com a Ásia, África e Brasil, tornando-se o centro mais importante da Europa no tráfico de escravos. Lisboa torna-se, neste período, a cidade mais rica de todo o mundo, ganhando uma fama tal

que alcança o estatuto de mito, e os Lisboetas controlam durante várias décadas todo o comércio desde o Japão até Ceuta. Culturalmente, vive no século XVI em Lisboa a geração de ouro das Ciências e Letras portuguesas: entre os cientistas, encontramos o humanista Damião de Góis (amigo de Erasmo e Lutero), o matemático Pedro Nunes, o médico e botânico Garcia da Orta e Duarte Pacheco Pereira; entre os escritores, temos Luís de Camões, Bernardim Ribeiro, Gil Vicente e outros. Isaac Abravanel, um dos maiores filósofos hebreus, é nomeado Tesoureiro do Rei. Socialmente, todas as classes beneficiam com o enorme crescimento da cidade.

Após o pesado desastre de Alcácer-Quibir, em 1578, o Rei Filipe II, de Espanha, é proclamado Rei de Portugal, em 1580, como Rei Dom Filipe I de Portugal, Rei das Espanhas.

A restauração da independência dá-se em 1640, e as grandes riquezas levadas do Brasil, principalmente o ouro (oriundo do atual estado de Minas Gerais), deram uma nova época de grande esplendor à cidade de Lisboa.

O grande sismo de 1 de novembro de 1755, dia de Todos os Santos, destruiu a quase totalidade da cidade de Lisboa, matando mais de 35.000 dos seus 180.000 habitantes. O Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (ministro da Guerra e Negócios Estrangeiros), aproveita este desastre, já que era necessário "*enterrar os mortos, cuidar dos vivos e construir a cidade*", linha de pensamento que, para além do urbanismo, também aplica ao nível da economia e da sociedade. Utilizando as riquezas que chegavam do Brasil, reconstrói a baixa da cidade seguindo um plano regular, com a criação de grandes avenidas em estilo clássico, dando origem aos grandes arruamentos da baixa, tal como os conhecemos atualmente.

Em 1807, a cidade caiu nas mãos de Napoleão, através do general Junot, sendo posteriormente reconquistada pelos ingleses, liderados pelos generais Wellington e Beresford, um auxílio que nos custou caro pois resultou na abertura dos portos do Brasil à Inglaterra. Entre 1802 e 1842, o período do governo Liberal, é marcado pelas guerras e guerrilhas entre Liberais e Absolutistas, e por uma perda de viabilidade económica da cidade de Lisboa. Brasil torna-se independente em 1822, após o evento conhecido como o *Grito de*

Ipiranga, e as suas riquezas já não escoam para a antiga capital. Em 1833, a monarquia constitucional foi restaurada e perdurou até a proclamação da República em 1910.

Após terminarem os conflitos entre conservadores e liberais, e após a perda do ouro e monopólio dos produtos do Brasil, Lisboa atravessa um período conturbado da sua história. Cidade pobre e suja, quando comparada com as cidades do Norte da Europa, quase toda a sua importância comercial resume-se, agora, ao monopólio que mantém sobre os produtos das suas colónias, especialmente Angola e Moçambique.

Entre 1933 e 1974 vigorou o Estado Novo, guiado pela governação de António de Oliveira Salazar, de ideologia semifascista. Em 25 de abril de 1974 deu-se o golpe de estado dirigido pelo General Spínola, acabando com a ditadura. Esse acontecimento ficou conhecido como a Revolução dos Cravos. Durante estes anos, a cidade de Lisboa sofreu um grande crescimento demográfico, motivado pelo seu desenvolvimento económico e o progresso industrial.

Com a adesão à União Europeia em 1986, surgiram planos urbanísticos para realojar a imensa população residente em áreas desfavorecidas. Como resultado, atualmente não existem praticamente bairros de lata na cidade e seus arredores, embora subsistam sérios problemas em bairros degradados. Mas mesmo esses têm assistido a uma certa renovação, como no caso da Mouraria. Um outro grande impulso para Lisboa foi a Expo 98 (Exposição Universal), que abriu um novo espaço para a capital, o Parque das Nações. No mesmo ano, um grande incêndio arrasou o bairro do Chiado.

5.2 Freguesias de Lisboa na Área de Incidência do Projeto

O projeto do *Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016-2030* insere-se na Região de Lisboa e Vale do Tejo, na Área Metropolitana de Lisboa, no distrito e concelho de Lisboa, atravessando as freguesias de Campolide, Avenida Novas, Santo António, Arroios, São Vicente, Santa Maria Maior, Beato e Marvila. Apresentamos, de seguida, uma breve resenha histórica sobre cada uma das freguesias.

5.2.1 Campolide

No território que hoje constitui a freguesia de Campolide, são conhecidos vestígios de ocupação humana desde os alvores da Pré-História. Várias estações arqueológicas estão referenciadas na área de Campolide, desde o Paleolítico Inferior (Alto da Serafina, Calçada dos Mestres, Casal do Sola, Terras do Pita, Santana, Rabicha) ao Neolítico e Calcolítico (Sete Moinhos, Vila Pouca). A maioria dessas estações está hoje destruída, e o seu espólio está disperso pelos museus Nacional de Arqueologia, dos Serviços Geológicos, e da Cidade. Durante a construção do túnel do Rossio (do lado de Campolide chamado da Rabicha) encontraram-se duas galerias para exploração de sílex, matéria-prima essencial para o fabrico de armas e utensílios, antes da generalização do uso dos metais. Dos períodos Romano e Visigótico não são conhecidos vestígios em Campolide e a presença muçulmana só pode ser atestada pelo topónimo. O arabista David Lopes demonstrou que Campolide significa "campo de Olide", sendo Olide nome árabe de homem, referenciado na documentação medieval desde o séc. IX e que está presente noutros topónimos, como por ex. Povolide (póvoa de Olide) e Valhadolide (cidade de Olide). A julgar pelas mais antigas referências conhecidas (sécs. XII e XIII), a evolução da palavra terá ocorrido da seguinte forma: Campoliti > Campolidi > Campolide. Outras explicações foram apresentadas por Duarte Nunes de Leão (séc. XVI), que considerava ser o "campo em que os da lide estavam alojados" durante o cerco de Lisboa pelos castelhanos, em 1384 (porém há quem diga que este campo de lides se referia a garraiadas, enquanto outros se referem a amanho de terra e outros ainda a escaramuças com invasores); e por Júlio de Castilho, para quem teria origem num campo dos "lites" (nome dado aos escravos libertos pelos Godos) e que estes teriam sido os colonizadores desta área. No entanto, Norberto de Araújo, autor de "Peregrinações em Lisboa" põe de parte estas explicações, porque já em 1147, o cruzado Osberno se referia à zona de Santos por "Campolet" ou "Campolit", e em 1211 se referia que o Rei D. Afonso II possuía "duas víneas in Campolide".

Fonte: www.jf-campolide.pt

5.2.2 Avenidas Novas

Resultado da reforma administrativa de 2012, nasce na cidade de Lisboa a freguesia de Avenidas Novas, a qual agregou as freguesias de S. Sebastião da Pedreira, Nossa Senhora de Fátima e parte da freguesia de Campolide.

A origem do nome Avenidas Novas surge, no final do século XIX, com a reestruturação do território executada por Ressano Garcia, em que se destacam as ruas largas e as fachadas com logradouros ajardinados, características da Arte Nova e Art Déco. Esta renovação urbana foi inspirada no Plano de Extensão de Paris, concretizado por Georges-Eugène Haussmann, a que Ressano Garcia assistiu enquanto estudante na capital francesa.

Com uma área de 2,92 km^2 e mais de 23.000 habitantes, a freguesia de Avenidas Novas apresenta uma configuração de ruas que se entrecruzam de forma perpendicular criando quarteirões quadrados. As avenidas principais que lhe deram o nome iniciam-se na Rotunda do Marquês de Pombal com o Parque Eduardo VII e a Rua Fontes Pereira de Melo, passando pela rotunda de Picoas e seguindo em direção ao Jardim do Campo Grande, pela Avenida da República e suas ruas adjacentes.

Os primeiros vestígios da ocupação humana no território que agora pertence às Avenidas Novas remontam aos anos 50 d.C., dos quais datam alguns objetos de sílex e cerâmica descobertos entre a Avenida 5 de Outubro e a Avenida das Forças Armadas. Era pela Avenida da República que os romanos faziam chegar à metrópole os produtos criados nas zonas rurais, através de uma estrada que ligava Torres Vedras a Loures e daí a Lisboa.

Em 1180 nasce o Bairro Santos ao Rego, que deriva da expansão dos campos que o rodeavam. O nome Rego tem origem num regato (ribeiro) que nascia no Campo Pequeno em direção a Palhavã e que atravessava a zona do Bairro. Em 1755, depois do terramoto seguido de marmoto que assolou Lisboa, muitos dos habitantes da capital, assustados com a destruição e com possíveis réplicas da catástrofe, fugiram da parte baixa da cidade, e fixaram-se no território que hoje compõe a freguesia de Avenidas Novas que sofreu, à data, um enorme crescimento demográfico.

Mais de um século depois, em 1888, Ressano Garcia redesenhou a estrutura urbanística, procedendo ao alargamento das ruas e avenidas, acompanhando toda a reestruturação com

uma forte componente ambiental: a plantação de choupos, acácias do Japão, faias, ailantos, acácias brancas, entre outras espécies. Surgem também por esta altura as moradias unifamiliares, de fachadas ecléticas, no estilo Arte Nova e Art Deco, ocupados sobretudo por uma classe média, classe média-alta e alta em expansão. O Parque da Liberdade (atual Parque Eduardo VII de Inglaterra) já constava do projeto final de Ressano Garcia, aprovado em 1889, apesar de, a sua atual configuração ter sido projetada pelo arquiteto Francisco Keil do Amaral já na década de 40 do século XX. Nos finais do século XIX, mais precisamente em 1890, a construção da Linha Férrea de Cintura, onde se integrava a estação Rego-Lisboa, fomentou ainda mais o crescimento e desenvolvimento das Avenidas Novas.

A freguesia de Avenidas Novas é hoje um dos centros de negócio estratégico na cidade, e tem no seu território universidades, embaixadas, museus e duas das maiores salas de espetáculo de Lisboa, sendo considerada uma das zonas habitacionais mais nobres de Lisboa.

Fonte: www.jf-avenidasnovas.pt/freguesia

5.2.3 Santo António

A Freguesia de Santo António resulta da agregação de três freguesias: S. José, Coração de Jesus e São Mamede, esta última com origem em 1247. S. José surge apenas em 1567, consequência de um aumento populacional originado por um clima económico favorável.

O Destricto desta Freguesia era antigamente da Paroquia de Santa Justa; & crescendo depois os moradores destes destrictos, que erão campos, hortas, & algumas quintas, & não podendo da Igreja de Santa Justa acodirse a administração dos Sacramentos, sem grande discomodo dos Parocos daquella Freguesia (…) Começa esta Freguesia no postigo de Santo Andrè, & chega atè a quinta da Fonte do Louro. As ruas de que consta, são toda a calçada de Santo Andrè, rua da Oliveyra, Olarias, que tem muytas ruas, calçadas, & travessas; a rua do Boy fermoso com suas travessas, o muro novo, o forno do tijolo, & estrada da Penha de França da parte esquerda, & as quintas da mesma parte atè a Fonte do Louro. A rua acima da Igreja até o lugar de Arroyos, calçada de Alvalade até o arco do Cego, rua do Sol com as quintas, que ficão na estrada da Charneca até os lagares del-Rey, & as que ficão na estrada de Sacavem até a Fonte do Louro. A Bemposta, aonde se fundou o Palacio, em que viveo alguns

annos a Senhora D. Catharina, Rainha da Gram Bretanha, & nelle faleceo, deyxando huma magnifica Capella com doze Capellães, com oytenta mil reis de renda cada hum, & obrigação de Coro, & Missa cantada todos os dias. Tem mais junto deste Palacio o dos Condes de Pombeyro, & muytas casa nobres. A rua da Carreyra dos cavallos da parte do Palacio da [418] Senhora Rainha pertence a esta Freguesia, & da outra banda que he a esquerda, he da Freguesia de N. Senhora da Pena.

Fonte: Padre António Carvalho da Costa (séc. XVIII)
Corografia Portugueza
TRATADO VIII. Da Comarca do Campo de Lisboa. Da Paroquia dos Anjos.

5.2.4 Arroios

O topónimo *Arroios* invoca as numerosas linhas de água que ali existiram, alguns dos quais sobrevivem ainda nos topónimos dos arruamentos da freguesia. Arroios nem sempre foi uma freguesia só, pois a situação atual resultou da fusão das anteriores freguesias dos Anjos, Pena e São Jorge de Arroios. O povoamento deste território cresceu junto a dois primeiros polos, a Igreja dos Santos Anjos (construída no século XX para compensar a demolição da primitiva igreja em 1908[4], e que tinha sido mandada erigir no tempo dos Filipes, em 1551, no local onde já existia uma primitiva ermida) e o Convento de Santana (construído em 1562, no local onde, já em 1500, existia uma primitiva ermida). Caracterizada pela presença de abundantes linhas de água e a existência de solos férteis, onde proliferam hortas, prados, olivais e vinha, desde cedo aqui se fixaram populações e se instalaram numerosos conventos, que depois da extinção das Ordens Religiosas foram convertidos, na sua larga maioria, em equipamentos hospitalares.

Fonte: http://www.jfarroios.pt/historia/

5.2.5 São Vicente

S. Vicente é delimitado a norte pelo monte de S. Gens, local onde D. Afonso Henriques instalou o acampamento das forças portuguesas durante o cerco dos soldados alemães,

[4] Esta demolição deveu-se à construção da Avenida D. Amélia, atualmente designada por Avenida Almirante Reis.

frísios e flamengos, no ano de 1147. Na Idade Média esteve aqui instalada a Universidade ou Estudo Geral. A zona de Santa Apolónia tratou-se, até à Idade Média, de um arrabalde da cidade, então polarizada na Colina do Castelo. A sua orografia complexa, com uma barroca a Sul da atual Rua do Paraíso a constituir o marco geográfico mais assinalável, deverá ter constituído um obstáculo à construção e ocupação humana, sendo esta área utilizada, sobretudo, como zona de passagem para Oriente. Embora vestígios de ocupações romanas tenham sido relatados na área envolvente, a densidade de achados é naturalmente menor que a de áreas mais próximas do centro da cidade, então delimitadas ou próximas da Cerca Velha. A construção da Cerca Fernandina veio reforçar este carácter periférico ao traçar aqui o seu limite oriental, separando as zonas já edificadas de Alfama/Santo Estevão dos arrabaldes ainda semidesertos (Santa Apolónia/Campo de Santa Clara), situação que apenas a partir do século XVI conheceria mudanças substanciais.

Tem esta Freguesia de S. Vicente quatrocentos vizinhos, & mil, & quinhentas pessoas, que se dividem pelas ruas seguintes. O adro da Igreja, a travessa das Bruxas, o arco de S. Vicente, a rua de S. Vicente, o adro de Santo Estevão, a Cruz do Máo, o Marco salgado, a rua do Loureyro, a Alfugeyra, a rua do Tijolo, a adro de Santa Marinha, a rua das Escolas geraes, a Cruz de Santa Elena, o beco dos Biguinos, o Outeyro da Amendoeyra.

Fonte: Padre António Carvalho da Costa (séc. XVIII)
Corografia Portugueza
TRATADO VIII. Da Comarca do Campo de Lisboa.
Da Parochia de S. Vicente de fóra & fundação deste Convento.

5.2.6 Santa Maria Maior

Santa Maria Maior é resultado da maior fusão de freguesias a nível nacional. Agregando doze freguesias que partilham um longo passado comum, a freguesia de Santa Maria Maior está intimamente ligada à Sé de Lisboa, inicialmente Igreja de Santa Maria Maior, mandada construir em 1150 por D. Afonso Henriques, três anos depois de ter conquistado Lisboa aos Mouros.

As duas primeiras freguesias de que há notícia, após a reconquista da cidade, são S. Vicente e Santa Maria dos Mártires, locais onde os cruzados acamparam e fizeram cemitérios durante o cerco, daí a designação "mártires".

Santa Maria Maior reúne antigas freguesias do Centro Histórico de Lisboa – Castelo, Madalena, Mártires, Sacramento, Santa Justa, Santiago, Santo Estevão, São Cristóvão e São Lourenço, São Miguel, São Nicolau, Sé e Socorro. Representa 2% do território da cidade, mas 5% dos edifícios, o que faz com que tenha o dobro da densidade da cidade, nesta variável.

Fonte: www.jf-santamariamaior.pt/freguesia/historia-da-freguesia

5.2.7 Beato

Até ao séc. XVIII as informações bibliográficas disponíveis sobre a origem da Paróquia[5] de S. Bartolomeu, que daria origem à freguesia do Beato, não abundam. O Beato é uma das mais antigas freguesias de Lisboa, sendo lugar de antigas quintas e palacetes. Lisboa terminava na pequena povoação do Beato António (a atual freguesia do Beato), que fazia fronteira com o concelho de Olivais e tinha, nas suas imediações, a aldeia de Marvila, povoado com alguns casebres reunidos à volta do Palácio do Marquês de Abrantes. A transição da cidade para o campo era serena, e a paisagem dominada pelos palacetes e quintas da nobreza.

Xabregas, o centro nevrálgico de toda a zona oriental da cidade de Lisboa, servia de cartão de visita dos sítios do Beato António, compreendido na então Paróquia de S. Bartolomeu cuja origem se perde na conquista da nacionalidade. No largo de Xabregas, onde outrora o rio chegara à entrada principal do Paço Real, juntavam-se, no final do séc. XIX e princípios do séc. XX, as carroças de transporte dos mecanismos industriais, das matérias primas e dos primeiros produtos oriundos das fábricas.

Contribuíram para a transformação do território da atual freguesia do Beato, o grande terramoto de 1755, que destruiu, ou danificou, grande parte dos palácios, conventos e casas da nobreza da Paróquia, e a Revolução Liberal de 1832, que não controlou, em muitos casos, a profanação dos templos cristãos existentes. O terramoto teve um efeito devastador na

[5] Até 1910, data da implantação da República, as atuais freguesias eram designadas de paróquias, sendo que a partir desta altura os registos paroquiais começaram, progressivamente, a transitar para o Registo Civil.

zona oriental da cidade de Lisboa, fazendo ruir conventos, mosteiros, igrejas e até o Paço Real de Xabregas, pouco se aproveit6ando dos escombros, resultando no levantar de edifícios novos de raiz.

A Revolução Industrial, cujos vestígios ainda hoje se podem observar em toda a zona ribeirinha oriental, alterou completamente os hábitos e costumes da população do Beato, transformando profundamente a freguesia. Os campos abertos deram lugar às fábricas e à construção de bairros habitacionais para as famílias operárias. Em poucos anos, assistiu-se a uma alteração radical da paisagem em escassos anos, e da época em que o Beato era uma freguesia rural, restam atualmente pouco mais do que as pequenas hortas do Vale de Chelas.

Fonte: https://jf-beato.pt/a-origem-da-freguesia-do-beato/

5.2.8 Marvila

Situada entre o Aeroporto e o rio Tejo, Marvila apresenta grandes contrastes, com estreitas azinhagas e largas avenidas, a par das recentes experiências arquitetónicas, de pequenas hortas e de modernísimas instalações industriais. Criada em 1959, a freguesia faz remontar o povoamento do seu território a tempos pré-históricos. A comprová-lo está a descoberta de uma placa de xisto ornamentada, com cerca de 5000 anos, encontrada na quinta da Farinheira.

Do período romano, encontram-se algumas lápides, bem como um friso de sarcófago, datado do século III. Em Poço de Cortes apareceu uma necrópole lusitano-romana, onde foram recolhidas uma lápide, três aras votivas e outros materiais da época.

Também a presença visigoda deixou as suas marcas, especialmente na zona do Vale de Chelas, nomeadamente no convento, onde foram encontrados motivos hispano-godos, que terão pertencido a pilares ou frisos de um templo. Dois anos após a conquista de Lisboa, D. Afonso Henriques doou à Mitra de Lisboa todas as rendas e terras de Marvila que possuíam mesquitas dos mouros. Essa herdade de grande extensão, foi dividida em duas partes pelo Bispo de Lisboa, D. Gilberto, em 1150. De uma das metades resultaram 31 courelas que o prelado entregou aos cónegos da Sé e que, a partir do século XV deram origem às muitas quintas de Marvila. Até essa altura foram muitas as instituições que aqui tiveram

propriedades: Mitra de Lisboa, Mosteiros de Chelas, de S. Vicente de Fora e de Santa Cruz de Coimbra, Ordens do Templo, do Hospital e de Santiago, para além de alguns particulares. Esta zona de Lisboa concentrou durante décadas a atividade portuária e industrial. Contudo, esta proletarização é relativamente recente. O fumo das fábricas esconde vestígios de outro tipo de ocupação, a da aristocracia que aqui habitou nos séculos XVII e XVIII, a par de algumas ordens conventuais. Após o terramoto de 1755, muitas quintas nobres são abandonadas e surgem nos seus terrenos as duas primeiras fábricas, ambas dedicadas à estamparia de chita (1785 e 1786). Após a extinção das ordens religiosas, em 1834, e a inauguração da linha férrea em 1856, a industrialização progride e assim se manterá até aos anos 50 do século XX. Em Marvila ainda abundam sinais desse tempo, como a Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata, a Abel Pereira da Fonseca, entre outras.

Fonte: www.jf- marvila.pt

5.3 Impactes Negativos Previstos no Património

5.3.1 Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo

Tendo em conta o Projeto dos Túneis, a sua implantação num quadro densamente urbanizado e a sua extensão, são expectáveis impactes sobre o espaço urbano, em geral, e o edificado, em particular. Para a inventariação das ocorrências patrimoniais que se encontram em risco de impacte negativo ao desenvolvimento deste, consideramos a:

- Área de Incidência (AI), que corresponde a uma área até 50 metros de distância, a contar do eixo dos traçados dos Túneis e das intervenções à superfície, e onde o risco de impacte negativo (direto ou indireto) será elevado;
- Área Envolvente (AE), que corresponde a um corredor de 500 metros de largura (250 metros para cada margem, a contar do eixo dos traçados dos Túneis e das intervenções à superfície), e onde o risco de impacte negativo será muito reduzido, ou nulo.

Os fatores que favorecem a ocorrência de impactes negativos, prendem-se com os trabalhos a realizar no âmbito da construção das infraestruturas dos Túneis (e que envolvam o remeximento de solos), a implantação de estaleiros (principais e de frentes de obra), a utilização de espaços como vazadouros (depósito de terras, seja de carácter temporário ou permanente), manchas de empréstimo, e a abertura de caminhos de acesso à obra. Também na circulação de maquinaria pesada podem ocorrer impactes negativos que, para além das emissões poluentes, apresenta o potencial risco de impacte sobre o património arquitetónico, inerente ao risco de envolvimento em acidentes.

As intervenções a realizar à superfície no âmbito da execução dos Túneis irão decorrer, para o Túnel TMSA, de forma pontual entre Campolide e Santa Apolónia, nomeadamente em Campolide, Avenida da Liberdade, Santa Marta, Avenida Almirante Reis e Santa Apolónia. Para o Túnel TCB, as intervenções a realizar à superfície decorrem em Chelas (junto à Estrada de Chelas, onde se localiza a obra de entrada e as obras de desvios dos caneiros), e no troço de saída do Túnel, nomeadamente na Rua dos Amigos de Lisboa e na Doca do Poço do Bispo, no Beato, terminando com o local de descarga no rio Tejo.

A Emérita realizou um levantamento patrimonial prévio[6], com o objetivo de identificar quais as ocorrências patrimoniais com riscos de afetação negativa durante a fase de execução da empreitada. Para confirmar a localização de cada ocorrência inventariada, e a existência de outras ocorrências não consideradas no estudo prévio, a equipa de arqueologia afeta ao acompanhamento arqueológico da empreitada realizou trabalhos de campo, nomeadamente prospeção arqueológica sistemática, ao longo do corredor de implantação dos dois Túneis, nos locais com intervenções à superfície, nas áreas previstas para a implantação de estaleiros principais e de frentes de obra, assim como dos locais previstos para utilização enquanto vazadouros.

Assim, na área de estudo escolhida, e de um modo muito abrangente, foram identificadas um total de 153 ocorrências patrimoniais. Destas, 140 ocorrências localizam-se na área de estudo do TMSA (AI e AE), sendo que as restantes 13 localizam-se na área de estudo do TCB (AI e AE). De todas as ocorrências patrimoniais identificadas, consideramos que podem

[6] *Relatório sobre a Avaliação do Fator Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnográfico do Estudo de Impacte Ambiental de Dois Túneis de Drenagem de Lisboa*. Emerita, 2017.

ocorrer impactes negativos em 34 das ocorrências patrimoniais. Para o TMSA, localizam-se vinte e nove (29) ocorrências, nomeadamente os nºs 12, 19, 26a, 30, 42, 44, 45, 46, 48, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 111, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150 e 151. Para o TCB, localizam-se cinco (5) ocorrências, nomeadamente os nºs 31, 34b, 35, 36 e 141.

Para o cálculo das distâncias e delimitação da **Área de Incidência**, teve-se em consideração o eixo do traçado dos Túneis, as intervenções a realizar à superfície, as áreas previstas para estaleiros, e as áreas previstas para vazadouros / empréstimos (para todas estas até 50 m de distância), assim como as áreas onde os túneis se desenvolvem em profundidades iguais ou inferiores a 20 m. Para as ocorrências patrimoniais que consistem em conjuntos (quarteirões) de edifícios de habitação, considerou-se o ponto mais próximo das frentes do Projeto, sendo que, na maioria das vezes, o edifício mais afastado localiza-se a uma distância superior a 50 m. Nestas situações, as ocorrências patrimoniais foram enquadradas na Área de Incidência e na Área Envolvente (AI + AE). Para uma descrição mais detalhada das ocorrências patrimoniais em risco de impacte negativo, consultar os quadros que se seguem, de 1 a 34, no ponto 5.3.5.

5.3.2 Impactes Negativos no Património Arquitetónico

Em Lisboa o património arquitetónico existente é vasto e riquíssimo, atestando o crescimento urbano que a cidade teve desde a sua fundação. No período compreendido entre 1870 e 1930 assistimos a uma grande expansão da cidade e a criação de áreas urbanísticas de grande dimensão, em que se inclui, por exemplo, a Avenida da Liberdade. A proximidade ao rio determinou a implantação de diversas infraestruturas, principalmente ao longo do séc. XVIII. No entanto, é entre os finais do século XVIII e inícios do século XIX que a frente ribeirinha de Lisboa regista, "*numa extensão razoável, mais de duas dezenas de estaleiros e muitos armazéns*". Desde meados e final do século XIX, o melhoramento do porto de Lisboa inclui as duas margens como um todo portuário, desde a Torre de Belém até ao Beato, e desde a Trafaria até Cacilhas (BLOT, 2003). A zona das Avenidas Novas espelha essa expansão urbanística, na direção Norte, entre os finais do século XIX e a primeira metade do século XX. Crescem novos bairros, com moradias unifamiliares e imóveis de rendimento, ocupados por uma classe média, média-alta e alta em nítida expansão. Estes

bairros, com largos arruamentos, logradouros ajardinados e apresentando uma homogeneidade no desenho das suas fachadas, cresceram inicialmente ao gosto de uma arquitetura eclética e vagamente *Arte Nova*.

Após leitura do Inventário Municipal do Património do Plano Diretor Municipal de Lisboa, verificamos que a área de estudo dos Túneis de Drenagem atravessa, parcialmente, áreas com níveis de proteção legal, respeitante ao património edificado. Relativamente ao património arquitetónico, são diversas as ocorrências patrimoniais abrangidas por um dos seguintes níveis de classificação: Monumento Nacional (MN), Imóvel de Interesse Público (IIP), Em Vias de Classificação (EV), Monumento de Interesse Público (MIP), Conjunto de Interesse Público (CIP), Zona Especial de Proteção (ZEP), e Interesse Municipal (IP). Muitos dos edifícios localizados nas áreas de proteção constituem, atualmente, uma riqueza patrimonial de elevado valor que interessa proteger.

O cuidado, durante a elaboração do Projeto de Execução, na escolha da escavação das infraestruturas dos túneis por TBM, que reduz substancialmente o risco de propagação de vibrações nocivas para as fundações do edificado existente, evidencia a preocupação em não interferir com o património arquitetónico à superfície. Também o projeto foi delineado de maneira a não afetar, ou a interferir minimamente, com serviços existentes (como é o caso, por exemplo, das linhas do Metro de Lisboa).

No entanto, apesar do cuidado demonstrado, numa área tão densamente urbanizada como é o caso da cidade de Lisboa, existem sempre o risco de se provocar impactes negativos no património edificado, principalmente quando os traçados dos túneis se desenvolvem a profundidades inferiores a 20 metros, nas zonas de entrada e saída dos túneis, e pela proximidade das áreas onde irão decorrer intervenções à superfície (construção de caixas e câmaras de desvio de caudal, poços de ventilação, entre outros).

O nosso estudo identificou 22 ocorrências patrimoniais, de natureza arquitetónica, onde poderão ocorrer impactes negativos durante a fase de execução da obra, estando essas ocorrências descritas nos Quadros 1, 2, 4 a 7, 9 a 22, 148 e 149.

Relativamente aos troços onde as profundidades são iguais ou inferiores a 20 metros, para o Túnel TMSA são as seguintes:

- Entre o PK 2+224,94 e o PK 2+268,19 (Rua de Santa Marta);
- Entre o PK 3+177,31 e o PK 3+249,98 (Avenida Almirante Reis);
- Entre o PK 4+445,27 e o PK 4+689,01 (Beco do Surra, Beco da Lapa, Beco do Belo, Rua Museu da Artilharia, Largo do Museu de Artilharia, Avenida Infante Dom Henrique).

Para o Túnel TCB, as áreas onde o Túnel se desenvolve a profundidades iguais, ou inferiores, a 20 m são as seguintes:

- Entre o PK 0+000 e o PK 0+060 (obras de desvio dos caneiros em Chelas);
- Entre o PK 1+000 e o PK 1+400 (Avenida Infante Dom Henrique).

Por último, referimos que ao nível do edificado na área de estudo do projeto, e tal como é prática neste tipo de intervenções, será realizado um levantamento prévio do estado de conservação de todos os edifícios que se enquadrem nos seguintes critérios: localizados nas zonas onde a passagem dos túneis ocorra a uma profundidade igual, ou inferior, a 20 metros; e que se localizem até 50 metros de distância a contar do eixo dos túneis. Haverá, durante a fase de execução da empreitada, uma monitorização destes mesmos edifícios. Estas medidas vão de acordo ao exposto na DIA nº 2961, ponto 1, referente aos Programas de Monitorização (pág. 25).

5.3.3 Impactes Negativos no Património Arqueológico

Os traçados dos Túneis de Drenagem coincidem, em duas zonas, com áreas classificadas como Áreas de Proteção Arqueológica de Nível II. Estas áreas dizem respeito à área de Santa Apolónia, e à Rua de Santa Marta (onde se localiza o TM3). Em Lisboa, e com maior incidência no seu núcleo urbano, é sempre previsível a ocorrência de novos vestígios de natureza arqueológica. A não existência de registos de outros vestígios de natureza arqueológica não se traduz na total ausência de vestígios, tendo em conta que estes, num quadro densamente urbanizado como o de Lisboa, não são visíveis à superfície, sendo apenas identificados

durante o curso de empreitadas que impliquem movimentações de terras. Apesar de não se conhecerem testemunhos da ocupação antiga na área de estudo, existirão, certamente, vestígios ocultos sob a atual malha urbana. No entanto, o crescimento da cidade, e consequente urbanização intensa, poderá ter contribuído para a destruição parcial, ou total, de sítios arqueológicos.

Na área de estudo do projeto não são conhecidos vestígios arqueológicos, com a exceção de um troço da Cerca Fernandina[7], com Torreão, identificado em trabalhos arqueológicos realizados na área da Santa Apolónia[8]. Este elemento localiza-se numa zona classificada como Área de Proteção Arqueológica de Nível II. Encontra-se, igualmente, abrangida pela Zona de Proteção Especial (ZEP) do Castelo de São Jorge e Restos das Cercas de Lisboa, Monumento Nacional, Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910, e na Zona Geral de Proteção do Museu Militar, Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 45 327, DG, I Série, n.º 251, de 25-10-19633. Neste local, procedeu-se a uma campanha de sondagens arqueológicas, realizadas pela empresa Arqueohoje, entre agosto e novembro de 2016, no parque de estacionamento da EMEL, confinado pela Rua do Museu da Artilharia, Beco do Belo, Beco do Surra e Ermida do Senhor Jesus da Boa Nova. A ocupação no local medeia entre o período de construção da estrutura defensiva, no final do séc. XIV, e ocupações mais recentes registadas no nível associado aos vestígios do terramoto de 1755. Posteriormente, nova campanha de trabalhos de campo revelaram um paredão portuário oitocentista.

Face aos vestígios referidos, o traçado do TMSA foi ajustado de modo a que não intercetasse a Cerca Fernandina, e de forma a minimizar os potenciais constrangimentos associados à obra de saída na Rua do Museu de Artilharia (conforme exposto na Memória Justificativa e Descritiva do Modo de Execução da Obra (pág. 29), e o ilustrado na figura 8 do presente documento. No entanto, e mesmo com o cuidado de se ajustar o traçado do TMSA para não afetar os vestígios arqueológicos referidos, tendo em conta a intervenção prevista em projeto para a área de Santa Apolónia, é previsível a existência de vestígios de natureza arqueológica, e a ocorrência de afetação negativa dos mesmos. Considerando o cenário exposto, para esta ocorrência patrimonial (nº 26a) estão contempladas medidas de

[7] Número de inventário 26a, Quadro 3, no presente documento.
[8] Trabalhos prévios, realizados com o objetivo de despiste das realidades patrimoniais e arqueológicas que poderão ser afetadas pelo projeto do Plano Geral de Drenagem de Lisboa.

minimização específicas, como desenvolveremos no ponto 6.2.4, referente às Medidas de Minimização.

5.3.4 Impactes Negativos no Património Escultórico e Etnográfico

Na área de estudo do projeto dos Túneis de Drenagem, e de natureza escultórica e etnográfica, foram identificadas dez (10) ocorrências patrimoniais, estando essas ocorrências descritas nos Quadros 23 a 30, 33 e 34.

O local de implantação das ocorrências nº 140 e nº 142 encontra-se muito próximo da área prevista para a instalação dos estaleiros de frente TM2, e muito perto das intervenções à superfície previstas em projeto para o TM2, coincidindo com a obra. O local de implantação da ocorrência nº 141, por outro lado, encontra-se no limite da área prevista para a instalação do estaleiro de Chelas, e muito perto das intervenções à superfície previstas em projeto para o TC1. As restantes sete (7) ocorrências localizam-se em Santa Apolónia, onde será realizada a requalificação dos espaços exteriores. Para todas as ocorrências estão previstas medidas específicas de mitigação, como desenvolveremos no ponto 6.2.4, referente às Medidas de Minimização.

5.3.5 Descrição das Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo

Apresentamos, em seguida, quadros com breve descrição das ocorrências identificadas durante os trabalhos de prospeção arqueológica sistemática, e onde se prevê impacte negativo durante a fase de execução da empreitada. As fichas de inventário, correspondentes à totalidade das 153 ocorrências patrimoniais identificadas, podem ser consultadas no Relatório da Prospeção Arqueológica. Para o cálculo do valor patrimonial de cada ocorrência, seguiu-se o exposto no Inventário Municipal do Património do PDM de Lisboa, que estabelece um valor, de 1 a 5, para os imóveis localizados em áreas abrangidas por níveis de proteção.

Os critérios de avaliação de impacte no Património Cultural são os seguintes:

Critérios de Avaliação de Impacte no Património Cultural:

-Localização	-	Localização face ao projeto: Área de Incidência (**AI**); Área Envolvente (**AE**).
Fase	-	Fase do projeto: Construção (**C**); Exploração (**E**).
Afetação (AF)	-	Afetação da ocorrência: Afetação Direta (**D**); Afetação Indireta (**I**).
Impacte (IMP)	-	Nível de impacte no património: Impacte Positivo (**P**); Impacte Negativo (**N**).
Magnitude (MAG)	-	Grau de afetação do impacte negativo: Baixo (**B**), Médio (**M**); Elevado (**E**).
Significância (SIG)	-	Grau de impacte: Muito Significativo (**M**); Significativo (**S**); Pouco Significativo (**P**).
Duração (DUR)	-	Tempo de duração do impacte negativo no património: Temporário (**T**); Permanente (**P**).
Probabilidade (PRB)	-	Grau de probabilidade de afetação do património: Pouco Provável (**PP**); Provável (**P**); Certo (**C**).
Reversibilidade (RV)	-	Reversibilidade do impacte negativo: Reversível (**R**); Irreversível (**I**).

OCORRÊNCIAS (Nº INVENTÁRIO)	LOCALIZAÇÃO		FASE	AF		IMP		MAG			SIG			DUR		PRB			RV	
	AI	AE		D	I	P	N	B	M	E	M	S	P	T	P	PP	P	C	R	I
73		TMSA	C																	
			E																	
12, 19, 30, 42, 44, 45, 46, 48, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 111, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151	TMSA		C																	
			E																	
26a	TMSA		C																	
			E																	
31, 34b, 35, 36, 141	TCB		C																	
			E																	

Tabela 1 – Resumo da avaliação de impactes nas 34 ocorrências patrimoniais em risco de impacte negativo.

QUADRO 1 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Palacete Conceição e Silva				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
12	Área de incidência (13 m. de distância do TMSA; 44 m. do TM2; 93 m. do TM3)	Santo António	Palacete Conceição e Silva	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Edifício / Arquitetura civil	-104490,25 -088176,40	IIP - Imóvel de Interesse Público abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente	3
Descrição da Ocorrência				
Iniciada a construção em 1891, a sua característica Arquitetura romântica insere-se perfeitamente no denominado estilo neoárabe, embora denuncie outras fontes de inspiração, patenteadas na eclética e vasta gramática decorativa, observável, por exemplo, ao nível dos estuques pintados ou trabalhados, bem como dos vitrais, cuja iconografia inclui elementos geometrizantes e figurações humanas, todos assinados e datados. De planta retangular, este antigo palacete possui quatro registos, cave e três corpos. Ao nível do primeiro destes registos verificamos a existência de duas portas nos dois corpos laterais, ambas com arco em ferradura e alfiz decorado, tendo ao centro janelas com molduras de diferente tipologia. Quanto ao segundo registo, constata-se a existência de janelas com arco em ferradura, encontrando-se algumas assentes em colunas. Por fim, no terceiro registo, as portas são de sacada em arco trilobado e em ferradura, todas com alfizes decorados e apoiados de forma similar. Relativamente ao quarto registo, o corpo central forma uma espécie de torre, vazado por um arco redondo de consideráveis dimensões e encimada por uma platibanda perfeita de merlões escalonados. Os dois corpos laterais, por seu lado, finalizam numa espécie de área amansardada, com janelão redondo e saliente, emoldurado em cantaria.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 3253, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 2 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Prédio no Largo do Intendente, nº 24-26				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
19	Área de incidência (22 m. de distância do TMSA; 31 m. do TM4)	Arroios	Prédio com os nº 24-26, sito no Largo do Intendente, Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Fábrica / Arquitetónica	-104681,70 -087135,55	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 95/78, DR, I Série, n.º 210, de 12- 09-1978	3

Descrição da Ocorrência

"A sua construção inicia-se em 1849, por iniciativa de António da Costa Lamego, e prolonga-se até 1865. Edifício de estilo romântico, situado na Avenida Almirante Reis, possui como elemento decorativo dominante um vistoso revestimento azulejar, que abarca a totalidade da fachada, da autoria de Luís Ferreira, o famoso Ferreira das Tabuletas, pintor de azulejos oriundo das Fábricas da Calçada do Monte e Viúva Lamego. Edifício estruturado em dois registos, com duas janelas cada, que no segundo piso ladeiam uma varanda, tem como remate uma empena, rasgada por um óculo rodeado de grinaldas e pequenas figuras que seguram uma inscrição com a data da construção.

O programa cerâmico revela o gosto romântico-revivalista deste pintor, considerado por José Meco um fascinante artista ingénuo de excecional graça, que aqui assume uma tentativa romântica de recuperar a tradicional pintura figurativa e artesanal do azulejo polícromo sobre esmalte branco. No primeiro registo, os azulejos, de cromatismo predominantemente verde e amarelo, possuem um cunho orientalizante, corroborado pelas figuras que alegorizam a fábrica, segurando inscrições com o nome e a data de construção (1865), e também um teor mais classicizante patente nas duas outras representações deste primeiro registo. O revestimento azulejar do segundo registo é dominado por motivos essencialmente vegetalistas, inspirado nas albarradas barrocas. No remate, representam-se anjos segurando uma filactera com a data da decoração, em pintura de tons amarelos. É de notar que o imóvel assenta sob uma mina de água que abastecia o chafariz da Avenida Almirante Reis." (DGPC)

Medidas de Minimização

Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.

Bibliografia / Fonte

DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012.

QUADRO 3 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Cerca Fernandina				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
26a	Área de incidência (6 m. de distância da saída do TMSA; 75 m. do TM5)	Santa Maria Maior	Cerca Fernandina – Torre e troço de muralha / Porta da Ribeira	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Medieval	Castelo / Arquitetónico / Arqueológico	-105615,61 -086305,46	Associado ao Castelo de São Jorge e resto das cercas de Lisboa. MN – Monumento Nacional: Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910	5
Descrição da Ocorrência				
Sondagens arqueológicas realizadas no âmbito do vertente projeto. "Situada no parque de estacionamento da EMEL - que está confinado pela Rua do Museu da Artilharia, Beco do Belo, Beco do Surra e Ermida da Boa Nova. A abertura da sondagem 1 revelou-se particularmente profícua, tendo-se identificado estruturas arquitetónicas de grande valor patrimonial, incluindo um troço da Cerca Fernandina – Monumento Nacional - cujo diagnóstico da volumetria e estado de conservação foi o principal objetivo desta intervenção, abrangendo um hiato temporal balizado entre o final do século XIV (construção da estrutura fortificada) e a atualidade, com relevo para as ocupações próximas (pré e pós) do terramoto de 1755, num total de quatro grandes etapas de construção e ocupação. Na sondagem 1, foram identificadas várias parcelas de uma calçada pré-pombalina, [184], separadas pelas banquetes que sustentam as infraestruturas de saneamento atuais. Esta calçada funcionou na área exterior à Cerca, de origem medieval, e do edificado que, entretanto, se havia adossado à face Sul da torre. Assente em aterros com material ainda de cronologia moderna, portanto depositados para preparação, a primeira destas parcelas foi descoberta no centro da sondagem contiguamente à face Nordeste da torre da Cerca Fernandina. A realidade em causa tratava-se de uma pavimentação formada por blocos pétreos arredondados, sub-arredondados e alguns com angulosidade mais pronunciada, de dimensão diversa e com disposição irregular. A superfície apresentava muitas irregularidades e desenvolvia-se com pendente pronunciada para Sul, na direção da antiga praia. Este troço encontrava- se delimitado pela referida torre da Cerca Fernandina e pelo contraforte colocado no canto definido por aquela e pelo restante troço da muralha - que se desenvolve sob o Corte Noroeste. A Sul e Este, estava delimitada por um corte artificial decorrente da presença das já referidas infraestruturas de saneamento em atividade. A sua continuação foi confirmada nos quadrantes Nordeste e Sudeste, estando sobreposta por um grande nível de derrube, plausivelmente oriundo da Cerca Fernandina. O segundo troço mais representativo, [184b], foi identificado no quadrante Nordeste da sondagem, e tal como [184a], estava formado por blocos pétreos arredondados, sub-arredondados e alguns com angulosidade mais pronunciada, de dimensão diversa e com disposição irregular. A superfície também apresentava irregularidades e desenvolvia-se com igual pendente pronunciada para Sul, na direção da antiga praia." (Arqueohoje)				
Medidas de Minimização				
Realização de cinco (5) sondagens de diagnóstico, seguido de escavação integral da área a intervencionar em Santa Apolónia, no âmbito dos trabalhos de requalificação dos espaços exteriores. Os trabalhos devem ser realizados em fase prévia aos trabalhos a realizar no âmbito da empreitada. Este elemento patrimonial encontra-se na lista das interferências inevitáveis.				
Bibliografia / Fonte				
Arqueohoje, Relatório Preliminar 1, 2016; Arqueohoje, Relatório Final, 2017.				

QUADRO 4 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Museu Militar				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
30	Área de incidência (25 m. de distância do TMSA; 28 m. do TM5)	Santa Maria Maior	Museu Militar	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Moderno	Museu / Arquitetónica	-105596,38 -086225,22	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 45 327, DG, I Série, n.º 251, de 25-10-1963	4
Descrição da Ocorrência				
"A 11 de Julho de 1726 um incêndio consumia as tercenas das Portas da Cruz que aqui existiam e que serviam de apoio a várias instituições públicas da cidade. D. João V mandou reedificá-las, datando desse período o magnífico portal poente da autoria de Fernando de Larre. Depois do terramoto o Marquês de Pombal alterou os planos do projeto e decidiu reformar o edifício em obras para o entregar ao Real Arsenal do Exército. Ao longo de todo o século XIX as obras de readaptação não cessaram e na segunda metade do século transformaram-se algumas salas do edifício setecentista - decoradas por nomes tão importantes como Pedro Alexandrino ou Bruno José do Vale - em museu, função que o monumento conserva até hoje." (DGPC)				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012.				

QUADRO 5 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Elementos construtivos na Igreja de Chelas e no Antigo Convento				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
31	Área de incidência (30 m. de distância da entrada do TCB e do TC1)	Marvila	Portal manuelino e galilé da Igreja de Chelas Portal e galilé do antigo convento de São Félix e Santo Adrião de Chelas	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Medieval (Visigótico? Romano?)	Convento (Vestígios Diversos?) / Arquitetónica	-102609,62 -085629,63	MN - Monumento Nacional: Decreto n.º 17 954, de 20-01-1930, DG, I Série, n.º 34, de 11-02-1930	4
Descrição da Ocorrência				
"As origens do Mosteiro de Chelas perdem-se no tempo. As informações mais coerentes - frustrada que está por longos anos a possibilidade de se realizar uma intervenção arqueológica - apontam para uma ocupação de época visigótica sobre antigas estruturas romanas. As primeiras evidências materiais que subsistem são do século X, altura em que a ativa comunidade moçárabe de Lisboa patrocinou uma reconstrução, pelo menos, da igreja. Ao longo da Baixa Idade Média foram várias as campanhas (românica, gótica e manuelina). Desta última fazem parte o portal manuelino e a galilé de aceso ao templo, únicos elementos classificados. Em 1604 procedeu-se à reconstrução integral do Mosteiro, que continuou a manter a memória dos mártires aí sepultados. Apesar de bastante modificado depois da extinção das ordens religiosas - passando a Fábrica de pólvora e depois a Arquivo Geral do Exército - o convento mantém as características essenciais da reforma executada nos primeiros anos do século XVII, com alguns acrescentos decorativos de inegável qualidade, como parte do programa azulejar do século XVIII que ainda se conserva no Museu Arqueológico do Carmo." (DGPC)				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012.				

QUADRO 6 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Edifício industrial/ (Antiga) Fábrica de Borracha Luso-Belga				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
34b	Área de incidência (43 m. de distância do TCB e do TC2)	Marvila	Edifício industrial/ (Antiga) Fábrica de Borracha Luso-Belga	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Industrial / Arquitetura industrial	-102855,59 -084420,77	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
A "Fábrica Nacional de Borracha" fundada, em 1895, por Victor C. Cordier, com capitais de origem belga, mudou a sua designação comercial para "Fábrica de Borracha Luso-Belga", em 1929. *Único polo de transformação deste produto em Portugal, produzia todo o tipo de artigos em borracha e ebonite, assim como produziu e comercializou calçado em borracha envernizada com a marca "Lusbel", para além de ter a concessão da patente internacional da Standard Super-moulding Co. Lda. para a moldagem de pneus das marcas Michelin, Englebert e Dunlop.* *Esta fábrica entrou em processo de falência, em junho de 1974, vindo a encerrar as portas em 1975. Este exemplar de arquitetura industrial oitocentista, formava uma unidade, ocupando um quarteirão amplo com um conjunto de edifícios distribuídos por várias zonas: uma zona mais moderna, atualmente ocupada por escritórios; zonas de produção, que integravam um edifício mais antigo, datado do séc. XIX, e uma zona mais moderna, com telhados em "shed"; e a zona das caldeiras, onde se erguia uma ampla chaminé de tijolo.*				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 21.79, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com); https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/fabrica-de-borracha-luso-belga.				

QUADRO 7 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Biblioteca dos Amigos de Lisboa				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
35	Área de incidência (16 m. de distância do TCB e do TC2)	Marvila	Biblioteca dos Amigos de Lisboa / (Antigo) Edifício industrial? / Rua do Açúcar, 86	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Industrial / Arquitetónica	-102960,14 -084435,10	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	1
Descrição da Ocorrência				
"Arquitetura, do séc. 20. Edifício de planta retangular irregular, possuindo vários ressaltos nas fachadas, criando ângulos, sendo estas divididas em vários panos por frisos de cantaria, onde se rasgam amplos vãos retilíneos. Acesso por amplo portão de verga reta, que leva a um vestíbulo e às escadas para o piso superior." (IHRU)				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 21.81, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 8 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Mirante da (Antiga) Quinta da Inauguração				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
36	Área de incidência (32 m. de distância do TCB; 128 m. do TC2)	Marvila	Mirante da (Antiga) Quinta da Inauguração	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Ca. 16,5-15 milhões de anos	Geomonumento / Arriba fóssil	-102866,66 -084632,55	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	3
Descrição da Ocorrência				
No MIOCÉNICO MÉDIO, a região de Lisboa ficava perto de um rio, onde se instalaram praias fluviais e campos de dunas e pastavam rinocerontes primitivos (Hispanoterium). O Megacricedonton, pequeno mamífero primitivo, atualmente extinto, também aqui procurava alimentos. Com a subida do nível do mar, a linha de costa aproximou-se, instalando-se aqui um estuário. Neste estuário, sobre a areia onde vermes e crustáceos escavaram galerias, formaram-se grandes bancos de ostras.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 21.87, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 9 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Edifício da Associação de Proteção da 1ª Infância				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
42	Área de incidência (26 m. de distância da saída do TMSA; 47 m. do TM5)	Santa Maria Maior	Edifício da Associação de Proteção da 1ª Infância	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Indeterminado	Edifício / Arquitetura civil	-105668,92 -086283,25	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
A fundação da Associação Protetora da Primeira Infância (APPI) partiu da iniciativa do Coronel Rodrigo António Aboim Ascensão e muito esteve ligada à perda do seu filho Manuel, em 1899, apenas com oito meses de vida, acontecimento que o despertou para as carências alimentares com que mães e bebés se deparavam diariamente, realidade que acompanhava na zona de Alfama onde exercia o comando da Companhia de Cavalaria da Guarda Fiscal. Decidiu criar uma instituição vocacionada para o combate da mortalidade infantil na primeira infância, através do apoio alimentar e acompanhamento médico. A Associação foi oficialmente criada em 1901, e instalada junto ao bairro de Alfama (Santa Apolónia) em edifícios projetados pelo Arq. Ventura Terra, enquanto instituição particular tendo como fonte de receita a quota mensal dos seus associados. Foi oficialmente inaugurada dois anos depois, contando com a presença da Família Real Portuguesa.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 36.41, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com); https://www.appinfancia.org/sobre-a-appi/historia/.				

QUADRO 10 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Ermida do Senhor Jesus da Boa Nova e Edifício Anexo				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
44	Área de incidência (15 m. de distância da saída do TMSA; 77 m. do TM5)	Santa Maria Maior	Ermida do Senhor da Boa Nova e Edifício Anexo	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Moderno	Capela / Arquitetónica	-105628,67 -086309,08	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	2
Descrição da Ocorrência				
"*1744 - 1748 - construção do monumento por Manuel da Costa Negreiros, depois de autorização régia do mesmo ano; 1775 / 1776 - a ermida foi parcialmente enterrada devido à construção do aterro que permitiu a passagem da estátua equestre de D. José I, originando a Calçada Nova. Planta longitudinal composta de nave única, quadrangular, capela-mor e sacristia adossada ao lado SO.; sem diferenciação entre interior e exterior; 2 volumes, com massas dispostas horizontalmente; telhados de 2 águas na igreja, de 1 só água na sacristia e uma superfície de empena, em L, de 1 água no corpo adossado. Frontispício voltado a SO., de embasamento proeminente, terminando numa cornija contracurvada em chaveta, aberta por um óculo, encimada por 1 cruz e flanqueada por 2 fogaréus.*" (IHRU)				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 36.36, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 11 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Edifício de habitação plurifamiliar na rua Escadinhas dos Remédios				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
45	Área de incidência (23 m. de distância da saída do TMSA; 34 m. do poço de ventilação do TM5)	Santa Maria Maior	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Escadinhas dos Remédios	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	-105605,01 -086340,40	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Conjunto habitacional em zona mais tradicional da cidade, caracterizada por uma arquitetura mais heterogénea. Fachadas em bom estado de conservação.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 36.35, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 12 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Casa nobre				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
46	Área de incidência (10 m. de distância da saída do TMSA; 13 m. do poço de ventilação do TM5)	Santa Maria Maior	Casa nobre	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	-105585,80 -086340,89	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Imóvel destinado a habitação plurifamiliar, em bom estado de conservação.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 36.34, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 13 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Palácio de D. Rosa				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
48	Área de incidência (22 m. de distância da saída do TMSA; 27 m. do poço de ventilação do TM5)	Santa Maria Maior	Palácio de D. Rosa	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Moderno	Palácio / Arquitetura civil	-105572,75 -086366,67	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Edifício construído, provavelmente, durante o séc. XVII. Sofre danos com o terremoto de 1755. O imóvel que hoje conhecemos resulta de uma profunda intervenção arquitetónica, ou mesmo total remodelação e reconstrução, ocorrida no século XVIII, a expensas de Xavier de Lima, ascendente dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima, família proprietária do Palácio até 1970, data em que foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Atualmente, encontra-se em fase de reabilitação. Arquitetura residencial, barroca. Palácio urbano planimetricamente organizado em torno de pátio, cuja compartimentação interna se apresenta marcada pela existência de grandes compartimentos (dominantemente de planta retangular), diretamente comunicantes e cuja componente ornamental foi concebida com critérios temáticos e coerência. No andar nobre distinguem-se particularmente, pela componente decorativa que ostentam, os compartimentos desenvolvidos em torno do pátio. Comunicantes entre si, apresentam genericamente as mesmas opções decorativas segundo uma linguagem datável de finais do séc. XVIII / inícios do séc. XIX, destacando-se a adoção de pintura e estuque ao nível dos muros, tetos e sancas. De notar ainda que, o edifício apresenta uma variedade notável de revestimentos azulejares (lambris e painéis) realizados em diferentes épocas, merecendo também particular destaque o espaço da antiga biblioteca, com revestimento em boiserie entalhada pontuada nas molduras por grinaldas polícromas.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 36.33, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 14 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo (Antigo) Palácio do Intendente Pina Manique				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
68	Área de incidência (43 m. de distância do TMSA; 84 m. do TM4)	Santa Maria Maior	(Antigo) Palácio do Intendente Pina Manique	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Palácio / Arquitetura civil	-104718,64 -087108,21	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (PDM Lisboa, 2012)	2
Descrição da Ocorrência				
O palácio do intendente Pina Manique, cuja fachada principal dá para o Largo do Intendente, ocupa os números 48 a 54 deste largo. Nele habitou Diogo Inácio de Pina Manique, homem de confiança do "Marquês de Pombal" e famoso intendente-geral da polícia no tempo de D. Maria I. Esta casa setecentista terá pertencido à família Nogueira de Matos de Andrade que pelo casamento de D. Inácia Margarida U. de Brito Nogueira de Matos em 1773, a trouxe como dote, passando o imóvel a pertencer também a Pina Manique. A fachada do edifício de 4 pisos com águas furtadas era rematado por uma cornija decorada por balaustrada. composto de nove janelas de cantaria, o andar nobre com nove portas de bandeira alpendradas com varandas de ferro, dando a noção de andar nobre. a sobreloja com igual número de janelas de cantaria, idênticas ao último piso e nove portas de arco abatido no piso térreo. Numa das portas a seguir ao nº. 52 na parte de cima existe uma placa, único indicador que aqui possivelmente viveu e morreu Diogo Inácio de Pina Manique, um elemento a lembrar que se trata de um lugar histórico.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 06.46, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 15 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Palácio no Largo do Intendente Pina Manique				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
70	Área de incidência (o TMSA passa por debaixo; 70 m. do TM4)	Arroios	Palácio no Largo do Intendente Pina Manique	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Indeterminado	Palácio / Arquitetura civil	-104661,65 -087101,15	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	3
Descrição da Ocorrência				
Edifício de três pisos e elevado pé-direito, de uso habitacional e comercial (na base) e com claros sinais de renovação recente.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 06.42, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 16 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Palácio na rua dos Anjos				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
71	Área de incidência (24 m. de distância do TMSA; 68 m. do TM4)	Arroios	Palácio na rua dos Anjos	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Indeterminado	Palácio / Arquitetura civil	-104646,66 -087100,64	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Edifício de quatro pisos e elevado pé-direito, de uso habitacional e com claros sinais de renovação, relativamente, recente.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 06.54, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 17 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo (Antiga) Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
72	Área de incidência (18 m. de distância do TMSA; 16 m. do TM4)	Arroios	(Antiga) Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego / Av. Almirante Reis, 6-6F; Almirante Reis, 6G-6J; Travessa Cidadão João Gonçalves, 1-21 Largo do Intendente Pina Manique, 28-31	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Fábrica / Arquitetónica	-104682,91 -087156,96	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	3
Descrição da Ocorrência				
"*A sua construção inicia-se em 1849, por iniciativa de António da Costa Lamego, e prolonga-se até 1865. Edifício de estilo romântico, situado na Avenida Almirante Reis, possui como elemento decorativo dominante um vistoso revestimento azulejar, que abarca a totalidade da fachada, da autoria de Luís Ferreira, o famoso Ferreira das Tabuletas, pintor de azulejos oriundo das Fábricas da Calçada do Monte e Viúva Lamego. Edifício estruturado em dois registos, com duas janelas cada, que no segundo piso ladeiam uma varanda, tem como remate uma empena, rasgada por um óculo rodeado de grinaldas e pequenas figuras que seguram uma inscrição com a data da construção. O programa cerâmico revela o gosto romântico-revivalista deste pintor, considerado por José Meco um fascinante artista ingénuo de excecional graça, que aqui assume uma tentativa romântica de recuperar a tradicional pintura figurativa e artesanal do azulejo polícromo sobre esmalte branco. No primeiro registo, os azulejos, de cromatismo predominantemente verde e amarelo, possuem um cunho orientalizante, corroborado pelas figuras que alegorizam a fábrica, segurando inscrições com o nome e a data de construção (1865), e também um teor mais classicizante patente nas duas outras representações deste primeiro registo. O revestimento azulejar do segundo registo é dominado por motivos essencialmente vegetalistas, inspirado nas albarradas barrocas. No remate, representam-se anjos segurando uma filactera com a data da decoração, em pintura de tons amarelos. É de notar que o imóvel assenta sob uma mina de água que abastecia o chafariz da Avenida Almirante Reis.*" (DGPC)				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 06.41A, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 18 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Conjunto de Edifícios de Habitação na Avenida Almirante Reis				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
73	Área envolvente (153 m. de distância do TMSA; 118 m. do TM4)	Arroios	Eixo urbano (parte) / Rua da Palma 290 a 298, Av. Almirante Reis, 2 a 12, 16 a 18, 22 a 28B, 32 a 42, 46-46E, 50-50A, 52-52B-52C, 58 a 62, 66-66C, 70 e 74-74C; Av. Almirante Reis 1 a 47, 55 a 59, 63 e 67 a 67I	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Conjunto Arquitetónico / Arquitetónica	-104810,02 -087158,61	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	3
Descrição da Ocorrência				
"A grande Avenida Almirante Reis que já fora a Avenida Dona Amélia (edital de 26/06/1903) e antes, Avenida dos Anjos (deliberação camarária de 08/07/1895) para denominar a Avenida no Prolongamento da Rua da Palma até à Estrada da Circunvalação homenageia o militar republicano Carlos Cândido dos Reis (Lisboa/16.01.1852 – 04.10.1910/Lisboa) que, juntamente com Miguel Bombarda e Machado Santos, chefiou o movimento revolucionário do 5 de outubro de 1910." (https://toponimialisboa.wordpress.com/2013/05/02/a-avenida-almirante-reis/)				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes nas fachadas dos edifícios.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 06.59, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 19 - Ocorrência Patrimonial com Risco de Impacte Negativo Antigo Convento do Desterro				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
74	Área de incidência (51 m. de distância do TMSA; 5 m. do TM4)	Arroios	(Antigo) Convento do Desterro Rua Nova do Desterro, 6-12 e Igreja de Nossa Senhora do Desterro Rua Nova do Desterro - Hospital do Desterro	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Moderno	Convento e Igreja / Arquitetónica	-104737,99 -087226,63	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	3
Descrição da Ocorrência				
"1570 - 1590 - a Ordem de São Bento funda um edifício em Lisboa, onde pudessem ficar os monges quando se deslocavam à capital para tratar qualquer assunto os frades bernardos da ordem de Cister resolvem fazer o mesmo e procuram fundar uma casa em Lisboa; 1586 - o projeto já está concluído e deve-se ao arquiteto régio Baltazar Álvares; 1591, 08 abril - lançamento da primeira pedra do mosteiro de Nossa Senhora do Desterro, na então denominada Rua Nova, nas proximidades da Gafaria de São Lázaro; para a sua construção, concorre a Ordem, tendo a casa-mãe doado alguns bens à nova casa, como a Quinta de Barcarena, o Casal de São Marcos e a Quinta dos Olivais; 1656-1683 - D. Afonso VI, durante o seu reinado, dá várias esmolas para a construção da igreja que ainda não se achava concluída; 1683-1706 - D. Pedro II doa várias esmolas para a construção da igreja; 1707 - o convento é composto por três dormitórios, com as suas celas, com tetos abobadados, surgindo em cada andar 18 janelas, centradas pela janela regral, prevendo-se, ainda, a construção de um quarto dormitório; todos eles dão para as hortas, que se espraiam pela freguesia dos Anjos; no segundo piso, adaptando-se ao desnível do terreno, a Portaria, que serve, nesta data, de igreja, que liga a um claustro quadrangular, com três arcos por ala, tudo em pedra lavrada; este liga a um segundo claustro, ainda em construção; a igreja conventual encontra-se em construção, tendo a fachada principal em pedraria, rematada em frontão triangular, sendo dividida em dois pisos e três panos, o inferior com três arcos de acesso a pequena galilé com três portas, e os superiores com janelas, ambos ladeados por quatro nichos de volta perfeita; no interior, a nave é em cantaria, composta por cinco capelas fundas de cada lado, com acesso por arcos de volta perfeita, surgindo, junto ao cruzeiro, dois púlpitos, estando a demais obra por concluir; conta com duas irmandades, a de Nossa Senhora do Desterro e da Cruz; 1750 - na sequência do incêndio que atinge o Real Hospital de Todos os Santos, os doentes são transferidos para as dependências do mosteiro; 1755, 01 novembro - o terramoto provoca danos significativos, nomeadamente a queda da abóbada da igreja, subsistindo parcialmente a fachada principal e os muros laterais; 1758, 10 abril - nas Memórias Paroquiais, assinadas pelo pároco dos Anjos, António Carlos de Oliveira, é referido o Mosteiro, sem qualquer informação adicional; 1814 - saída dos religiosos cistercienses e instalação sucessiva no complexo arquitetónico conventual do Colégio dos Meninos Órfãos da Mouraria e da Casa Pia; 1834 - na sequência do decreto que determina a expulsão das ordens religiosas a Casa Pia transfere-se para o Mosteiro de Santa Maria de Belém, abandonando assim o antigo Convento do Desterro; 1955 - no local é criado o Museu da Dermatologia Portuguesa, Dr. Sá Penella; 1956, 15 maio - inauguração, com a presença do Ministro do Interior, da obra de melhoramentos do edifício; 1857 - o edifício é anexado ao hospital de São José, depois de nele terem funcionado sucessivamente um quartel e o hospital da Marinha, o edifício do Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro, que durante 164 anos tinha pertencido à Ordem dos Frades Bernardos, passa a chamar-se Hospital do Desterro." (IHRU)				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes na fachada do edifício.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 06.43/06.43A, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 20 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Conjunto de Edifícios de Habitação na Rua Antero de Quental, nº 1 a 27				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
75	Área de incidência (o TMSA passa por baixo de parte do conjunto de prédios; 21 m. do TM4)	Arroios	Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar / Rua Antero de Quental, 1 a 27	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Indeterminado	Conjunto Arquitetónico / Arquitetónica	-104607,56 -087234,07	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Conjunto de habitação, com diferentes desenhos arquitetónicos e bom estado de conservação.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes nas fachadas dos edifícios.				
Bibliografia / Fonte				
Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); PDM, 06.62, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 21 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Conjunto de Edifícios de Habitação na Rua Antero de Quental, nº 2 a 6				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
76	Área de incidência (o TMSA passa por baixo de parte do conjunto de prédios; 5 m. do TM4)	Arroios	Conjunto de quatro edifícios de habitação plurifamiliar / Rua Antero de Quental 2 a 6	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Indeterminado	Conjunto Arquitetónico / Arquitetónica	-104628,43 -087193,59	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	2
Descrição da Ocorrência				
Conjunto de habitação, com diferentes desenhos arquitetónicos e bom estado de conservação.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes nas fachadas dos edifícios.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 06.64, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 22 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Conjunto Arquitetónico na Avenida da Liberdade, Rua Alexandre Herculano e Rua Mouzinho da Silveira				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
111	Área de incidência (45 m. de distância do TMSA; 4 m. do TM2)	Santo António	Conjunto arquitetónico / Av. da Liberdade, 231-237; Rua Alexandre Herculano, 15; Rua Alexandre Herculano, 17, 19, 21, 23, 25, 27; Rua Alexandre Herculano, 29; Rua Mouzinho da Silveira, 14-18A	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Conjunto Arquitetónico / Arquitetónica	-104488,06 -088343,64	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	2
Descrição da Ocorrência				
"Integra um conjunto de prédios que forma uma frente de quarteirão entre o nº 15 (gaveto com a Av. da Liberdade) e o nº 29 (tornejando para a R. Mouzinho da Silveira). Estes edifícios foram construídos entre o fim do séc. 19 e a década de 20 da presenta centúria, contando-se entre eles a Casa Tomás Quartin." (IHRU)				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes nas fachadas dos edifícios.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 14.63, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 23 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Estátua a Oliveira Martins (ocorrência de natureza escultórica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
140	Área de incidência (o TMSA passa por baixo; Localizado no TM2 e junto aos estaleiros de frente TM2)	Santo António	Estátua a Oliveira Martins	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Estátua / Elemento Escultórico	-104419,71 -088260,08	Indeterminado	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
"Faz parte de um conjunto de quatro figuras ilustres do séc. XIX, executadas pelos mais influentes escultores do Estado Novo, que pontuam, em pares e em paralelo, os extremos dos talhões da Av. da Liberdade, onde ela se cruza com a Rua Alexandre Herculano. Estátua de mármore sobre plinto de pedra erigida, por iniciativa da CML, em homenagem a este historiador e político oitocentista. Executada em 1948 pelo escultor Leopoldo de Almeida, foi inaugurada em 27 de Maio de 1952." (PDM Lisboa)				
Medidas de Minimização				
Esta ocorrência patrimonial está localizada próximo da área onde está prevista a montagem dos estaleiros de frente TM2, e coincide com a obra. Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes no elemento.				
Bibliografia / Fonte				
https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/oliveira-martins; https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/ (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FIL/000008).				

QUADRO 24 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Poço da Picheleira (ocorrência de natureza etnográfica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
141	Área de incidência (18 m. de distância do TCB; 4 m. do TC1 e do estaleiro de frente TC1)	Marvila	Poço da Picheleira	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Poço / Elemento Etnográfico	-104442,75 -088294,60	Indeterminado	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Estrutura em alvenaria, de planta semicircular. Obra de captação de água subterrânea, por forma a servir de reserva do recurso, essencial e, assim, facilmente acessível às populações da envolvência. A peça surge com alguns danos superficiais, nomeadamente escamação e escurecimento, indicativos de um estado de conservação regular.				
Medidas de Minimização				
Esta ocorrência patrimonial localiza-se na área das obras de desvio dos caneiros do Túnel TCB (TC1), entre 1 a 2 m de distância, assim como ao lado do local previsto para a montagem do estaleiro de Chelas. Recomenda-se, deste modo, a vedação e sinalização da ocorrência patrimonial, impedindo a passagem de viaturas e pessoas afetas à empreitada, evitando a sua afetação direta. Recomenda-se, igualmente, a colocação de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, salvaguardando-o. Por último, recomenda-se a monitorização regular do elemento patrimonial de modo a aferir se os trabalhos a realizar no âmbito da empreitada não provocam fissuras na sua estrutura.				
Bibliografia / Fonte				
https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/antonio-feliciano-de-castilho; arquivomunicipal.cm-lisboa.pt (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FIL/000007).				

QUADRO 25 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Estátua a António Feliciano de Castilho (ocorrência de natureza escultórica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
142	Área de incidência (o TMSA passa por baixo; Localizado no TM2 e junto aos estaleiros de frente TM2)	São Vicente	Estátua a António Feliciano de Castilho	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Estátua / Elemento Escultórico	-104442,75 -088294,60	Indeterminado	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Faz parte de um conjunto de quatro figuras ilustres do séc. XIX, executadas pelos mais influentes escultores do Estado Novo, que pontuam, em pares e em paralelo, os extremos dos talhões da Av. da Liberdade, onde ela se cruza com a Rua Alexandre Herculano. Estátua de mármore sobre plinto de pedra erigida, por iniciativa da CML, em homenagem ao Visconde de Castilho, poeta e prosador, um dos cultores do Romantismo. Executada em 1948 pelo escultor Leopoldo de Almeida, foi inaugurada em 27 de maio de 1952. O elemento apresenta várias marcas da passagem do tempo, como o escurecimento da superfície. No entanto, estruturalmente, aparenta estar em boas condições de preservação.				
Medidas de Minimização				
Esta ocorrência patrimonial está localizada próximo da área onde está prevista a montagem dos estaleiros de frente TM2, e coincide com a obra. Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes no elemento.				
Bibliografia / Fonte				
https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/antonio-feliciano-de-castilho; arquivomunicipal.cm-lisboa.pt (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FIL/000007).				

QUADRO 26 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Fontanário-bebedouro para Animais da SPA (Sociedade Protetora dos Animais) (ocorrência de natureza escultórica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
143	Área de incidência (139 m. de distância do TMSA; 119 m. do TM5; em Santa Apolónia)	São Vicente	Fontanário-bebedouro para Animais da SPA (Sociedade Protetora dos Animais)	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Fonte / Elemento de ornamentação	-105527,95 -086187,77	Indeterminado	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Em 1882, um dos fundadores da SPA (Sociedade Protetora dos Animais), Júlio de Andrade, ofereceu fontanários-bebedouro para animais à cidade, sendo de relembrar que na época, num primeiro momento foram oferecidos três fontanários, importados de Paris, que se situavam no Largo do Corpo Santo, na Praça do Comércio e em Santa Apolónia. No total terão sido oferecidos catorze fontanários, todos com a mesma tipologia: em ferro fundido com três bacias em forma de concha e com um letreiro que invocava ao cuidado para com os animais e com uma referência à Sociedade Protetora dos Animais. Hoje restam apenas dois exemplares, um em Santa Apolónia e o do Jardim do Príncipe Real. A peça apresenta sinais de descoloração na zona de permanente passagem de água, mas, em geral, encontra-se bem conservada.				
Medidas de Minimização				
Esta ocorrência patrimonial está localizada na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia. As medidas de minimização recomendadas passam pela vedação e sinalização da ocorrência patrimonial, impedindo a passagem de viaturas e pessoas afetas à empreitada, evitando a sua afetação direta. Recomenda-se, igualmente, a montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, salvaguardando-o.				
Bibliografia / Fonte				
Deliberação n.º 9/AML/2020 - Voto n.º 096/01 (PAN) (2º Suplemento ao Boletim Municipal nº 1353, de 23.01.2020).				

QUADRO 27 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Grupo escultórico "Emigrante Português" (ocorrência de natureza escultórica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
144	Área de incidência (153 m. de distância do TMSA; 124 m. do TM5; em Santa Apolónia)	São Vicente	Grupo escultórico "Emigrante Português"	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Estátua / Elemento Escultórico	-105556,70 -086126,93	Indeterminado	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Grupo escultórico de bronze assente sobre base de granito, inaugurado, em 10 de Junho de 1981, no Largo do Museu de Artilharia, em frente à Estação de Sta. Apolónia, local de onde partiram, para a Europa, inúmeros emigrantes. Obra de Dorita Castel-Branco, o monumento foi erigido por iniciativa do semanário "O Tempo" com a contribuição de várias entidades oficiais e particulares. O seu estado de conservação é bastante bom.				
Medidas de Minimização				
Esta ocorrência patrimonial está localizada na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia. As medidas de minimização recomendadas passam pela vedação e sinalização da ocorrência patrimonial, impedindo a passagem de viaturas e pessoas afetas à empreitada, evitando a sua afetação direta. Recomenda-se, igualmente, a montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, salvaguardando-o.				
Bibliografia / Fonte				
https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/emigrante-portugues				

QUADRO 28 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Busto de D. Manuel I (ocorrência de natureza escultórica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
145	Área de incidência (19 m. de distância do TMSA; 37 m. do TM5; em Santa Apolónia)	São Vicente	Busto de D. Manuel I	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Estátua / Elemento Escultórico	-105615,73 -086263,18	Indeterminado	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
D. Manuel I (1469-1521), O Venturoso, 14º rei de Portugal, reinou durante 26 anos, entre o final do séc. XV e o início do séc. XVI, época de grande atividade marítima portuguesa pelo mundo. O busto de mármore branco assente sobre pedestal circular do mesmo material, que se eleva ao centro de uma plataforma quadrangular com dois degraus, obra da autoria de A. Fernandes Sá, foi inaugurado originalmente, em 1895, no pátio interior (Pátio dos Canhões) do Museu Militar. Por iniciativa do Museu, em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, a peça foi transferida para o Largo do Museu de Artilharia, em 10 de dezembro de 2003. A mesma encontra-se bem preservada.				
Medidas de Minimização				
Esta ocorrência patrimonial está localizada na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia. As medidas de minimização recomendadas passam pela vedação e sinalização da ocorrência patrimonial, impedindo a passagem de viaturas e pessoas afetas à empreitada, evitando a sua afetação direta. Recomenda-se, igualmente, a montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, salvaguardando-o.				
Bibliografia / Fonte				
https://visitar.lisboa.pt/explorar/locais-de-interesse/d-manuel-i-1				

QUADRO 29 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Conjunto de dois Canhões (Elementos escultóricos junto à fachada do Museu Militar) (ocorrência de natureza escultórica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
146	Área de incidência (21 m. de distância do TMSA; 24 m. do TM5; em Santa Apolónia)	São Vicente	Conjunto de dois Canhões (Elementos escultóricos junto à fachada do Museu Militar)	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Estátua / Elemento Escultórico	-105612,45 -086248,62	Indeterminado	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Conjunto de dois canhões. Elementos ornamentais implantados na fachada lateral, junto à porta de acesso lateral do Museu Militar, no Largo do Museu de Artilharia. O seu formato de canhão representará o foco do espaço na valorização, o enriquecimento e a exposição do património histórico-militar. O museu contém uma grande exposição de armas, uniformes e documentos militares históricos. A coleção de peças de artilharia em bronze, é considerada uma das mais completas a nível mundial, e cujas peças são preciosos documentos históricos, tanto pelas suas inscrições e símbolos heráldicos, como pelas ornamentações bem ao estilo das épocas das respetivas fundições. A peça exposta no exterior surge como um pequeno símbolo desse valioso património museológico. A sua localização protegida pelos elementos circundantes justificará o bom estado de conservação.				
Medidas de Minimização				
Estas ocorrências patrimoniais estão localizadas na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia. As medidas de minimização recomendadas passam pela vedação e sinalização das ocorrências patrimoniais, impedindo a passagem de viaturas e pessoas afetas à empreitada, evitando a sua afetação direta. Recomenda-se, igualmente, a montagem de barreiras que protejam os elementos de poeiras e lamas, salvaguardando-os.				
Bibliografia / Fonte				
https://www.exercito.pt/pt/quem-somos/organizacao/ceme/vceme/dhcm/lisboa				

QUADRO 30 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Âncora (Elemento ornamental do Porto de Lisboa, 1997) (ocorrência de natureza escultórica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
147	Área de incidência (o elemento localiza-se no local da saída/descarga do TMSA; 15 m. de distância do TM5; em Santa Apolónia)	São Vicente	Âncora (Elemento ornamental do Porto de Lisboa, 1997)	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Estátua / Elemento Escultórico	-105670,96 -086177,05	Indeterminado	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Elemento ornamental associado ao Terminal Multipurpose De Lisboa, localizado em Santa Apolónia, e gerido pela APL - Administração do Porto de Lisboa. Este terminal acolhe essencialmente navios que ligam Portugal continental às regiões autónomas da Madeira e dos Açores. A peça simbolizará o passado do local estreitamente ligado à construção naval e as mais recentes atividades marítimo-turísticas desenvolvidas. A mesma encontra-se em bom estado de preservação, com apenas alguns sinais de alteração de cor, por elevada exposição solar.				
Medidas de Minimização				
Esta ocorrência patrimonial está localizada na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia, e encontra-se na lista das interferências inevitáveis. As medidas de minimização recomendadas passam pela transladação, cuidadosa e temporária, do elemento patrimonial, evitando a sua afetação direta durante o curso dos trabalhos da empreitada. Deverá ser acondicionada, temporariamente, em local a definir pelo Dono de Obra, com o conhecimento da DGPC e do Dono de Obra. Após o término dos trabalhos previstos, e a desmontagem do estaleiro, o elemento deverá ser colocado no seu local de origem. Estes trabalhos devem ser coordenados por um técnico especialista em Conservação e Restauro de bens móveis. Este elemento patrimonial encontra-se na lista das interferências inevitáveis.				
Bibliografia / Fonte				
https://pt.foursquare.com/v/terminal-multipurpose-de-lisboa/4de6108718389f05586fd42e				

QUADRO 31 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na Rua de Santa Marta (ocorrência de natureza arquitetónica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
148	Área de incidência (o TMSA passa por debaixo; 5 m. de distância do TM3)	Santo António	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na Rua de Santa Marta	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Conjunto Arquitetónico / Arquitetónica	-104478,33 -088049,72	IIP - Imóvel de Interesse Público abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente	2
Descrição da Ocorrência				
Este conjunto é constituído por três edifícios (nº 44 ao 48) de finais de Setecentos e princípios de Oitocentos, de arquitetura eclética, com elementos barrocos e neoclássicos. Ainda que todos os prédios tenham sofrido alterações posteriores, esta constitui uma frente de rua bem exemplificativa da arquitetura civil barroca e pombalina de Lisboa. O primeiro edifício, correspondente ao n.º 44, possui planta quadrangular irregular, desenvolvendo-se em cinco pisos e águas-furtadas. o piso inferior é ocupado por lojas, neste caso com emolduramento em cantaria. Os restantes pisos são rasgados por janelas de verga reta e janelas de sacada, em pisos alternados. As sacadas do terceiro piso possuem varandas estreitas de ferro forjado, e as do quinto piso agrupam-se em duas varandas de maiores dimensões. O prédio é visualmente dividido por um pilar que define o seu eixo central, marcando na fachada a divisão interna dos apartamentos, dois por piso. É rematado por balaustrada corrida. O prédio que ocupa o n.º 46 tem quatro pisos, sendo o quarto formado por corpo mais estreito que os três inferiores. A fachada é ocupada por lojas ao nível térreo, possuindo janelas de sacada nos dois andares médios, rematadas por guardas de ferro no segundo piso e varandas no terceiro. O corpo superior é rematado em frontão triangular, com telhado de duas águas, e rasgado por três janelas de verga reta e uma pequena luneta sob o frontão. Ambos os edifícios estão a sofrer obras de requalificação.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes nas fachadas dos edifícios.				
Bibliografia / Fonte				
Endovélico (DGPC); Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); www.monumentos.gov.pt; PDM, 14.69, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com).				

QUADRO 32 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar (ocorrência de natureza arquitetónica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
149	Área de incidência (27 m. de distância do TMSA; 5 m. do TM3)	Santo António	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na Rua de Santa Marta e Trav. Santa Marta	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Conjunto Arquitetónico / Arquitetónica	-104436,48 -088048,91	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis.	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Este conjunto é constituído por três edifícios (nº 44 ao 48) de finais de Setecentos e princípios de Oitocentos, de arquitetura eclética, com elementos barrocos e neoclássicos. Ainda que todos os prédios tenham sofrido alterações posteriores, esta constitui uma frente de rua bem exemplificativa da arquitetura civil barroca e pombalina de Lisboa. O edifício correspondente ao n.º 48 possui planta em L, formando gaveto. O corpo principal desenvolve-se em três pisos e águas-furtadas, sendo a fachada rasgada por lojas no rés-do-chão, e fiadas regulares de janelas quadradas (piso intermédio) e janelas de sacada com varandas de ferro forjado (piso superior). A porta principal eleva-se à altura das janelas do segundo piso. O prédio é rematado por uma balaustrada, cortada à direita por um piso extra com duas janelas de sacada, ocupando menos de um terço da extensão total da fachada. A fachada que deita para a Travessa de Santa Marta é rasgada por singelas janelas quadrangulares. Aí funcionou a redação da União Gráfica, cujo letreiro ainda encabeçava a fachada na década de noventa do século XX. Este imóvel foi adquirido por um grupo hoteleiro, tendo sofrido obras de remodelação entre 2007 e 2009 que implicaram a reconstrução total do interior, e algumas alterações nas fachadas.				
Medidas de Minimização				
Montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, assim como a colocação de sinalização gráfica vertical, de modo a evitar a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades. Deverá ser realizado uma monitorização regular de modo a verificar se ocorrem impactes nas fachadas dos edifícios.				
Bibliografia / Fonte				
Kits de Património (IHRU-ex-IGESPAR I.P); PDM, 2012 (Plano Diretor Municipal de Lisboa); Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação (https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com)				

QUADRO 33 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Padrão (Elemento escultórico em Santa Apolónia) (ocorrência de natureza escultórica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
150	Área de incidência (33 m. de distância do TMSA; 32 m. do TM5; em Santa Apolónia)	São Vicente	Padrão (Elemento escultórico em Santa Apolónia)	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Estátua / Elemento Escultórico	-105622,57 -086185,40	Indeterminado	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Padrão de pedra com base e coluna circulares, rematadas por um paralelepípedo, que exibe na face virada ao rio o escudo de Portugal, enquanto na face voltada para o Museu Militar pode ler-se uma passagem do Canto VII de Os Lusíadas: E se mais/mundo houve-/ra lá chegara. Este elemento surge coroado por uma cruz de ferro.				
Medidas de Minimização				
Esta ocorrência patrimonial está localizada na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia, e encontra-se na lista das interferências inevitáveis. As medidas de minimização recomendadas passam pela transladação, cuidadosa e temporária, do elemento patrimonial, evitando a sua afetação direta durante o curso dos trabalhos da empreitada. Deverá ser acondicionada, temporariamente, em local a definir pelo Dono de Obra, com o conhecimento da DGPC e do Dono de Obra. Após o término dos trabalhos previstos, e a desmontagem do estaleiro, o elemento deverá ser colocado no seu local de origem. Estes trabalhos devem ser coordenados por um técnico especialista em Conservação e Restauro de bens móveis. Este elemento patrimonial encontra-se na lista das interferências inevitáveis.				
Bibliografia / Fonte				
https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/cruzeiro-na-rua-teixeira-lopes				

QUADRO 34 - Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo Canhão (Elemento escultórico junto à fachada da Esquadra de Turismo de Santa Apolónia) (ocorrência de natureza escultórica)				
Nº Inventário	**Localização face ao projeto / Distância**	**Freguesia**	**Designação**	
151	Área de incidência (15 m. de distância do TMSA; 52 m. do TM5; em Santa Apolónia)	São Vicente	Padrão (Elemento escultórico em Santa Apolónia)	
Cronologia	**Tipologia / Categoria**	**Coordenadas**	**Classificação**	**Valor Patrimonial**
Contemporâneo	Estátua / Elemento Escultórico	-105613,02 -086278,03	Indeterminado	Indeterminado
Descrição da Ocorrência				
Canhão ornamental implantado na fachada da Esquadra de turismo de Santa Apolónia, no Largo do Museu de Artilharia. Provavelmente formaria parte do conjunto de dois canhões localizados junto à porta de aceso lateral do Museu Militar, na mesma rua, pelo formato e tipologia deles. Os canhões representam a defensa da Esquadra de turismo contra os crimes e o valioso património museológico do museu, que contém uma grande exposição de armas, uniformes e documentos militares históricos. A coleção de peças de artilharia em bronze, é considerada uma das mais completas a nível mundial, e cujas peças são preciosos documentos históricos, tanto pelas suas inscrições e símbolos heráldicos, como pelas ornamentações bem ao estilo das épocas das respetivas fundições. A sua localização protegida pelos elementos circundantes justificará o bom estado de conservação.				
Medidas de Minimização				
Esta ocorrência patrimonial está localizada na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia. As medidas de minimização recomendadas passam pela vedação e sinalização da ocorrência patrimonial, impedindo a passagem de viaturas e pessoas afetas à empreitada, evitando a sua afetação direta. Recomenda-se, igualmente, a montagem de barreiras que protejam o elemento de poeiras e lamas, salvaguardando-o.-				
Bibliografia / Fonte				
https://www.exercito.pt/pt/quem-somos/organizacao/ceme/vceme/dhcm/lisboa				

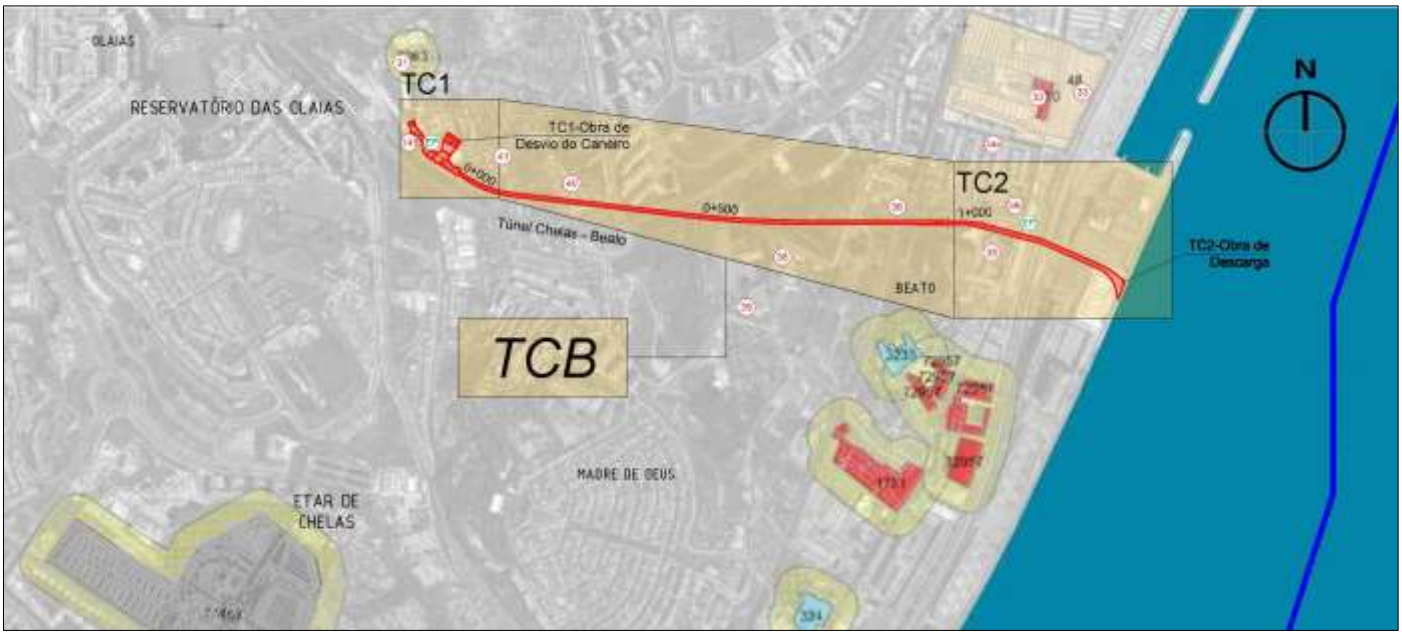


Figura 21 – Localização do traçado do túnel TCB, e as ocorrências patrimoniais identificadas.

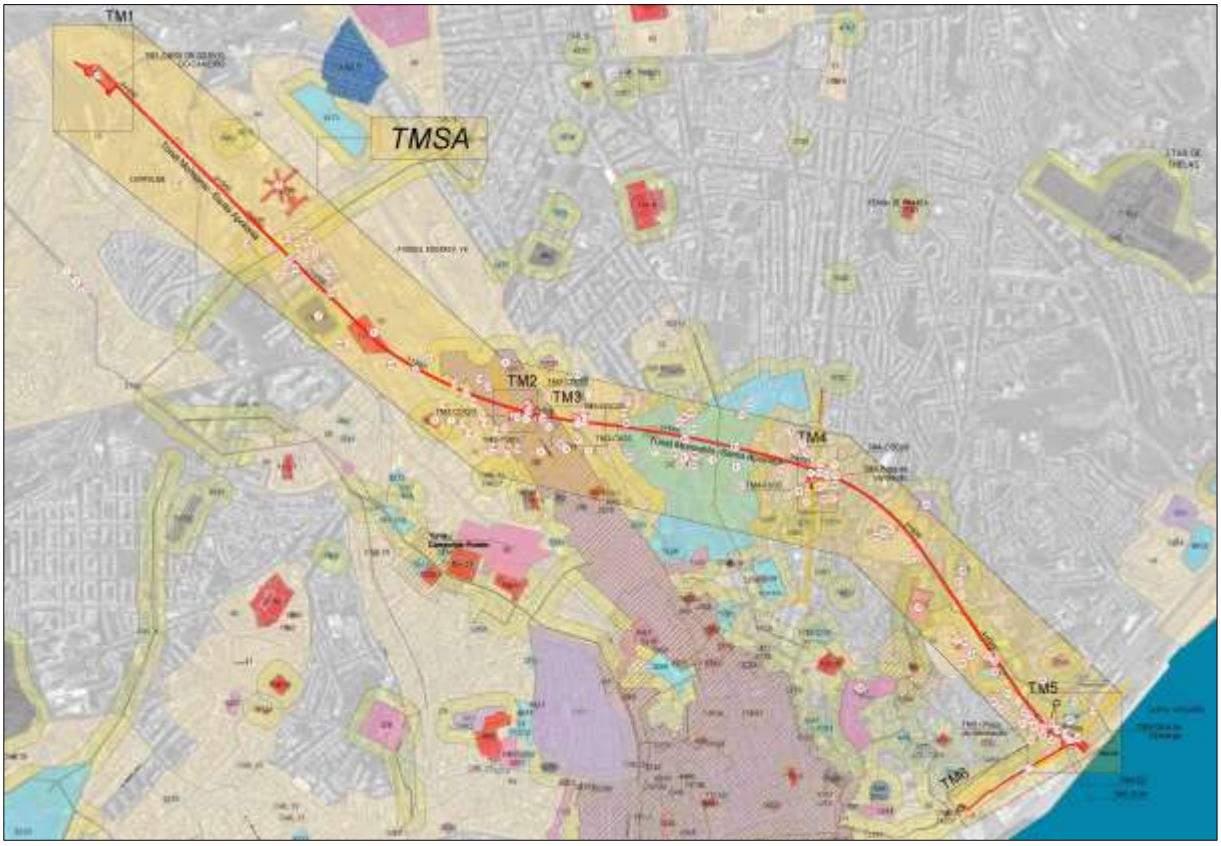


Figura 22 – Localização do traçado do túnel TMSA, e as ocorrências patrimoniais identificadas.

5.3.6 Lista das Interferências Inevitáveis

São duas (2) as ocorrências patrimoniais que consideramos em risco de interferência inevitável, tendo em consideração a sua localização e distância face às frentes de obra e às áreas previstas para a instalação de estaleiros, nomeadamente:

1) Âncora (Elemento Ornamental do Porto de Lisboa, 1997) (nº 147): este elemento patrimonial localiza-se na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia, e a aproximadamente 1 metro de distância do TM5. As medidas de minimização recomendadas passam pela transladação, cuidadosa e temporária, do elemento patrimonial, evitando a sua afetação direta durante o curso dos trabalhos da empreitada. Deverá ser acondicionada, temporariamente, em local a definir pelo Dono de Obra, com o conhecimento da DGPC e do Dono de Obra. Após o término dos trabalhos previstos no âmbito da empreitada, o elemento deverá ser colocado no seu local de origem. Estes trabalhos devem ser coordenados por um técnico especialista em Conservação e Restauro, seguindo o estabelecido no ponto 6.3.4.1 do presente relatório;

2) Padrão (Elemento escultórico em Santa Apolónia) (nº 150): este elemento patrimonial localiza-se na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia. As medidas de minimização recomendadas passam pela transladação, cuidadosa e temporária, do elemento patrimonial, evitando a sua afetação direta durante o curso dos trabalhos da empreitada. Deverá ser acondicionada, temporariamente, em local a definir pelo Dono de Obra, com o conhecimento da DGPC e do Dono de Obra. Após o término dos trabalhos previstos no âmbito da empreitada, o elemento deverá ser colocado no seu local de origem. Estes trabalhos devem ser coordenados por um técnico especialista em Conservação e Restauro, seguindo o estabelecido no ponto 6.3.4.1 do presente relatório.

6. Medidas de Mitigação do Património Cultural

6.1 Princípios Gerais da Ação Política de Ambiente

A implementação de um projeto de elevada magnitude, como aquela observada no projeto dos túneis de drenagem, acarreta sempre a possibilidade de impactes adversos sobre o património cultural presente no território atravessado. Assim, a linha orientadora inicial passa pela conservação através do registo científico em antecipação às atividades suscetíveis de induzir potencial destruição. Assim se compreende o cuidado suscitado com a inventariação do edificado, presente no Relatório sobre a Avaliação do Fator Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnográfico, realizado pela empresa Emérita para sua inclusão no EIA.

No que respeita ao Património Cultural, a avaliação de impactes ambientais para a construção e exploração dos túneis de drenagem, avaliação essa tida no conjunto do estudo elaborado sobre peças de Estudo Prévio e do procedimento administrativo em si terminado com a emissão da DIA nº 2961, foi traçado um quadro mitigatório no âmbito da prevenção, *lato sensu*. Tida como princípio orientador para os objetivos visados, tal atuação preventiva procura também tanto quanto possível a redução de impactes na fonte, nas suas dimensões da responsabilidade, espacial e temporal. Neste sentido, passaremos a descrever as Condicionantes, os elementos a entregar em RECAPE, as Medidas de Minimização (na fase prévia à execução da obra, na fase de construção e na fase de exploração) e os Programas de Monitorização previstos na Declaração de Impacte Ambiental emitida.

6.2 Medidas de Mitigação para o Património Cultural

Na DIA nº 2961 encontram-se previstas um conjunto de medidas a aplicar, de modo a minimizar os impactes negativos que poderão afetar o património cultural existente na área de implantação do projeto, e que passamos a enumerar em seguida.

6.2.1 Impactes Negativos no Património

Considerando o Projeto de Execução, em resultado das atividades a desenvolver durante a fase de execução da empreitada, e face à distância que se localizam dos Túneis e das intervenções a realizar à superfície, foram identificadas um total de 34 ocorrências patrimoniais onde poderão ocorrer afetações negativas.

Entre as várias ocorrências identificadas, e que em seguida passaremos a descrever, podemos considerar como áreas mais críticas a de Santa Apolónia, onde foi identificada a ocorrência patrimonial nº 26a (Muralha Fernandina), assim como a Avenida da Liberdade e a Rua de Santa Marta (tendo em consideração as recentes alterações do Plano e Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE), refletido na atualização do Plano Diretor Municipal de Lisboa). Para a Cerca Fernandina, e mesmo com o ajustamento do traçado, o grau de impacte negativo poderá ser mais elevado do que aquele previsto para as restantes ocorrências patrimoniais. É perante este cenário que uma das medidas de mitigação a realizar passa pela realização de sondagens de diagnóstico prévias, seguida de escavação arqueológica integral da área de incidência do projeto em Santa Apolónia, tendo em consideração que, para além da antiga muralha, temos registos de outros vestígios arqueológicos cronologicamente enquadrados no período Moderno, entre os quais um paredão portuário oitocentista. Às ocorrências patrimoniais identificadas na DIA nº 2961, num total de 12 (pp. 15 e 16), acrescentamos novas ocorrências. Face ao exposto, em resultado das atividades a realizar no âmbito da empreitada, e como já referido, poderão ocorrer afetações negativas nos seguintes 34 elementos patrimoniais[9]:

12 – Palacete Conceição e Silva;

19 – Prédio com os nºs 24-26 no Largo do Intendente, Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego;

26a – Troço da Cerca Fernandina com um torreão;

30 – Museu Militar;

[9] Consultar os Quadros 1 a 34, no ponto 5.3.5, para informação mais detalhada.

31 – Convento de Chelas;

34b – Edifício industrial/ (Antiga) Fábrica de Borracha Luso-Belga;

35 – Biblioteca dos Amigos de Lisboa / (Antigo) Edifício industrial? / Rua do Açúcar, 86;

36 – Mirante da (Antiga) Quinta da Inauguração;

42 – Edifício da Associação de Proteção da 1ª Infância;

44 – Ermida do Senhor Jesus da Boa Nova e Edifício Anexo;

45 – Edifício de habitação plurifamiliar na rua Escadinhas dos Remédios;

46 – Casa nobre;

48 – Palácio de D. Rosa;

68 – (Antigo) Palácio do Intendente Pina Manique;

70 – Palácio no Largo do Intendente Pina Manique;

71 – Palácio na rua dos Anjos;

72 – (Antiga) Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego / Avenida Almirante Reis, 6-6F; Almirante Reis, 6G- 6J; Travessa Cidadão João Gonçalves, 1-21; Largo do Intendente Pina Manique, 28-31;

73 – Conjunto arquitetónico – eixo urbano (parte) / Rua da Palma 290 a 298, Avenida Almirante Reis, 2 a 12, 16 a 18, 22 a 28B, 32 a 42, 46-46E, 50-50A, 52-52B-52C, 58 a 62, 66-66C, 70 e 74-74C; Avenida Almirante Reis 1 a 47, 55 a 59, 63 e 67 a 67I;

74 – (Antigo) Convento do Desterro / Rua Nova do Desterro, 6-12 e Igreja de Nossa Senhora do Desterro / Rua Nova do Desterro - Hospital do Desterro;

75 – Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar / Rua Antero de Quental, 1 a 27;

76 – Conjunto de quatro edifícios de habitação plurifamiliar / Rua Antero de Quental 2 a 6;

111 – Conjunto arquitetónico / Avenida da Liberdade, 231-237; Rua Alexandre Herculano, 15, Rua Alexandre Herculano, 17, 19, 21, 23, 25, 27 e Rua Alexandre Herculano, 29; Rua Mouzinho da Silveira, 14-18ª;

140 – Estátua de homenagem a Oliveira Martins;

141 – Poço da Picheleira;

142 – Estátua a António Feliciano de Castilho;

143 – Fontanário-bebedouro para Animais da SPA (Sociedade Protetora dos Animais);

144 – Grupo escultórico "Emigrante Português";

145 – Busto de D. Manuel I;

146 – Conjunto de dois (2) Canhões (Elementos ornamentais junto à fachada do Museu Militar);

147 – Âncora (Elemento ornamental do Porto de Lisboa, 1997);

148 – Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na Rua de Santa Marta;

149 – Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na Rua de Santa Marta e Trav. Santa Marta;

150 – Padrão (elemento escultórico em Santa Apolónia);

151 – Canhão (Elemento ornamental junto à fachada da Esquadra de Turismo, em Santa Apolónia).

6.2.2 Condicionantes

Durante a elaboração do EIA e da DIA nº 2961 (pág. 18) foram identificadas algumas condicionantes, das quais interessa referir a seguinte para o Património Cultural:

4 – Não afetar diretamente bens imóveis classificados ou em vias de classificação.

• ***OBSERVAÇÕES***: O traçado do Túnel TMSA teve em consideração a existência do troço da Cerca Fernandina (ocorrência nº 26a), identificada em Santa Apolónia, não coincidindo com este elemento patrimonial. O traçado do Túnel TCB procurou, igualmente, salvaguardar o Geomonumento (ocorrência nº 36), localizado em Marvila, desviando-se o percurso para Norte e evitando constrangimentos ao projeto. Denotando, igualmente, preocupações com o património edificado classificado, optou-se pela realização da escavação dos túneis com recurso a uma tuneladora por TBM (*Tunnel Boring Machine*). A escavação com este tipo de equipamento possibilita um apertado controlo da estabilidade do próprio túnel em execução, principalmente da frente em escavação, controlando as vibrações transmitidas e possibilitando uma melhor mitigação do edificado existente à superfície.

6.2.3 Elementos a Apresentar em RECAPE

Na DIA nº 2961 (pp. 18 a 20) ficaram definidos elementos a entregar em RECAPE, na fase prévia à execução da empreitada, dos quais destacamos os seguintes:

10 – Resultados da prospeção arqueológica (prévia) a efetuar nas zonas de estaleiro, manchas de empréstimo e depósito de terras, caminhos de acesso à obra, zonas imersas, caso as mesmas se encontrem fora das áreas anteriormente prospetadas ou que tivessem apresentado ausência de visibilidade do solo.

• ***OBSERVAÇÕES***: Foi realizada a prospeção arqueológica de toda a área afeta ao projeto dos Túneis de Drenagem (TMSA, TCB e obras acessórias), assim como nas áreas previstas para a implantação dos estaleiros e vazadouros. Não estando prevista, nesta fase, a realização de trabalhos de abertura de caminhos de acesso à obra (já que será utilizada a rede viárias urbana de Lisboa para a circulação de viaturas afetas à obra), a prospeção de campo não incidiu neste elemento. Foi elaborado um relatório técnico designado por "Relatório da Prospeção Arqueológica", onde se pode consultar a apresentação dos resultados obtidos.

11 – Demonstração de que o Projeto de Execução foi desenvolvido tendo em consideração as delimitações oficiais dos bens imóveis patrimoniais classificados e em vias de classificação, respetivas zonas de proteção legal em vigor, e dos bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (Anexo III do Regulamento do PDM de Lisboa), evitando-se a respetiva afetação direta.

12 – Quando por razões técnicas do Projeto não houver possibilidade de proceder a alterações pontuais de traçado ou de localização dos respetivos componentes, a destruição total ou parcial de uma ocorrência patrimonial deve ser assumida no RECAPE como inevitável. Em tal situação, deve ser garantida a salvaguarda pelo registo arqueológico da totalidade dos vestígios e contextos a afetar diretamente pela obra. No caso de elementos arquitetónicos e etnográficos, através de registo gráfico, fotográfico e da elaboração de memória descritiva; no caso de sítios arqueológicos, através da sua escavação integral.

• ***OBSERVAÇÕES***: O estudo do traçado dos Túneis foi concebido tendo em conta a presença de diversas infraestruturas existentes, tais como as linhas do Metropolitano de Lisboa, condutas de abastecimento de água da EPAL, infraestruturas do património histórico e arqueológico, assim como do património edificado, com o principal objetivo de minimizar os impactes negativos. Os trabalhos de escavação dos Túneis serão realizados com recurso a TBM, em grande parte da sua extensão, de modo a minimizar as vibrações decorrentes dos mesmos, evitando a afetação dos alicerces do edificado presente. O traçado do TMSA foi, igualmente, ajustado de modo a que não intercetasse os vestígios da Cerca Fernandina, com Torreão, identificados no local, e de forma a minimizar os potenciais constrangimentos associados à obra de saída na Rua do Museu de Artilharia (conforme exposto na Memória Justificativa e Descritiva do Modo de Execução da Obra (p. 29), e o ilustrado na figura 8 do presente documento).
Durante os trabalhos de prospeção arqueológica sistemática, realizada entre 16 a 20 de setembro de 2021, foram identificadas duas (2) ocorrências patrimoniais em que a sua afetação foi considerada como inevitável, seguindo o exposto na DIA nº 2961, ponto 11, pág. 19, nomeadamente:

a) Âncora (Elemento ornamental do Porto de Lisboa, 1997) (nº 147): esta ocorrência patrimonial localiza-se a aproximadamente 1 m de distância do TM5, e na área das obras em Santa Apolónia. Recomenda-se a transladação, cuidadosa e temporária, do elemento patrimonial, evitando a sua afetação direta durante o curso dos trabalhos da empreitada (consultar o Quadro 21, no presente documento, para informação mais detalhada);
b) Padrão (elemento escultórico em Santa Apolónia) (nº 150): esta ocorrência patrimonial localiza-se na área das obras em Santa Apolónia. Recomenda-se a transladação, cuidadosa e temporária, do elemento patrimonial, evitando a sua afetação direta durante o curso dos trabalhos da empreitada (consultar o Quadro 24, no presente documento, para informação mais detalhada).

13 – Levantamento do estado de conservação interior e exterior do património arquitetónico localizado numa faixa de 50 metros centrada a eixo dos traçados e onde a profundidade dos túneis seja inferior a 20 m.

14 – Programa de salvaguarda patrimonial que envolva a salvaguarda, monitorização, conservação e restauro, quer na fase de execução quer na fase de exploração, de bens imóveis classificados ou em vias de classificação.

• ***OBSERVAÇÕES***: foi elaborado o programa de salvaguarda patrimonial, que corresponde a este presente documento, nomeadamente o Plano de Salvaguarda Patrimonial.

15 – Demonstração de que se procurou evitar a afetação direta das ocorrências patrimoniais identificadas.

• ***OBSERVAÇÕES***: Os trabalhos de escavação dos Túneis serão realizados com recurso a TBM, de modo a minimizar as vibrações decorrentes dos mesmos, evitando a afetação dos alicerces do edificado presente. O traçado do TMSA foi, igualmente, ajustado de modo a que não intercetasse os vestígios da Cerca Fernandina, com Torreão, identificados no local, e de forma a minimizar os potenciais constrangimentos

associados à obra de saída na Rua do Museu de Artilharia (conforme exposto na Memória Justificativa e Descritiva do Modo de Execução da Obra, e o ilustrado na figura 8 do presente documento).

20 – Proposta de valorização dos eventuais elementos patrimoniais mais significativos diretamente afetados pelo projeto.

22 – Carta de Condicionantes à localização dos estaleiros, manchas de empréstimo e depósito, com a implantação de todos os elementos patrimoniais.

• ***OBSERVAÇÕES***: Foi elaborada a Carta de Condicionantes, com a implantação de todas as ocorrências patrimoniais, áreas de estaleiro de frente de obra e o traçado dos dois túneis, assim como das intervenções à superfície, face ao projeto. Tendo sido elaborada em AutoCAD, e para facilitar a sua leitura (dada a dimensão do documento), a Carta de Condicionantes segue em suporte digital, a par com o presente documento.

23 – Analisar a instalação de estaleiros, acessos à obra e áreas de empréstimo/depósito de inertes em locais situados a menos de 25 m das ocorrências patrimoniais, os quais devem ser muito condicionados na Carta de Condicionantes Patrimoniais a elaborar. Na fase de construção esta informação deve ser disponibilizada às frentes de obra.

• ***OBSERVAÇÕES***: Em relação às áreas previstas para a montagem de estaleiros, sublinhamos que os estaleiros de frente TM2 encontram-se próximo das ocorrências patrimoniais nº 140 e 142, sendo que estas ocorrências coincidem com a própria obra. Para salvaguarda destes elementos, recomendamos a vedação e sinalização dos mesmos, impedindo a passagem de pessoas e viaturas nas proximidades, salvaguardando-os.

Programas de Monitorização (Fase de Construção):

2 – Acompanhamento arqueológico dos trabalhos de escavação.

• ***OBSERVAÇÕES***: os dados necessários a este ponto da DIA nº 2961 encontram-se expostos no Programa de Monitorização do Acompanhamento Arqueológico dos Trabalhos de Escavação.

6.2.4 Medidas de Minimização

Considerado o Projeto de Execução, encontram-se indicadas na DIA nº 2961 (pp. 20 a 25) um conjunto de Medidas de Minimização (MM) com vista à proteção e defesa do potencial Património Arqueológico. Na DIA nº 2961 não encontramos nenhumas Medidas de Minimização, no âmbito do Património Cultural, indicadas para a Fase de Construção (como, por exemplo, o acompanhamento arqueológico dos trabalhos de escavação, entre outras), já que todas as medidas necessárias estão expostas no campo da Fase Prévia à Execução da Obra. Apesar desta nossa chamada de atenção, optamos por seguir, no presente documento, os mesmos critérios que encontramos na DIA.

Estas medidas, as quais enumeramos em seguida, constituem a linha base pela qual se devem reger todos os trabalhos a realizar, no âmbito do projeto, nas suas diversas fases.

6.2.4.1 Fase Prévia à Execução da Obra

MM05 – Executar sondagens arqueológicas prévias de diagnóstico: nos poços de ligação a construir na Rua de Santa Marta com a Rua Barata Salgueiro e na Avenida da Liberdade/Rua Alexandre Herculano, bem como na Avenida Almirante Reis, junto ao cruzamento desta com a Travessa do Maldonado; na área da Estrada e Largo de Chelas, relativa ao desvio dos caneiros e ao Túnel Chelas-Beato.

• ***OBSERVAÇÕES***: Estão previstas sete (7) sondagens de diagnóstico, a realizar durante a fase prévia, nomeadamente:

SONDAGENS DE DIAGNÓSTICO	QTD.	ÁREA
Cruzamento Rua de Santa Marta com Rua Barata Salgueiro (câmara de desvio de caudal CDC03)	1	12 m^2
Cruzamento Rua de Santa Marta com Rua Barata Salgueiro (câmara de vórtice CV02)	1	12 m^2
Cruzamento Avenida da Liberdade com a Rua Alexandre Herculano (Cx. TM2.01)	1	12 m^2
Cruzamento Avenida da Liberdade com a Rua Alexandre Herculano (câmara de vórtice CV01)	1	12 m^2

Avenida Almirante Reis, junto ao cruzamento da Travessa Maldonado (câmara de vórtice CV03)	1	16 m^2
Estrada e Largo de Chelas, relativas ao desvio dos caneiros (TC1)	2	12 m^2

MM06 – Executar trabalhos arqueológicos na zona de afetação de Santa Apolónia: escavação arqueológica integral, a qual deve prever uma primeira fase de diagnóstico, para definição e caracterização das sequências estratigráficas, a ter lugar sob a forma de sondagens arqueológicas. Esta intervenção deve ser concertada de maneira a que se assegurem os meios de obra (por exemplo contenção, escavação, entre outros), devendo ser efetuada antes da construção efetiva.

• ***OBSERVAÇÕES***: Estão previstas cinco (5) sondagens de diagnóstico, a realizar durante a fase prévia, numa área total de 30 m^2, passando, posteriormente, para escavação integral de toda a área de intervenção em Santa Apolónia.

SONDAGENS DE DIAGNÓSTICO / ESCAVAÇÃO INTEGRAL	QTD.	ÁREA
Santa Apolónia (sondagens de diagnóstico)	5	30 m^2
Escavação integral, em Santa Apolónia, da área que será intervencionada pelos trabalhos da empreitada.		

MM07 - Prever a execução de trabalhos arqueológicos na zona de afetação do interface ribeirinho do Beato: diagnóstico, para definição e caracterização das sequências estratigráficas, a ter lugar sob a forma de sondagens arqueológicas. A informação recolhida fundamentará a metodologia a desenvolver na fase de construção.

• ***OBSERVAÇÕES***: Estão previstas duas (2) sondagens de diagnóstico, a realizar no interface ribeirinho do Beato, durante a fase prévia:

SONDAGENS DE DIAGNÓSTICO	QTD.	ÁREA
Interface ribeirinho do Beato (TC2)	2	12 m^2

MM08 – Efetuar o acompanhamento arqueológico na fase de obra de modo efetivo, continuado e direto por um arqueólogo em cada frente de trabalho sempre que as ações inerentes à realização do projeto não sejam sequenciais, mas simultâneas.

• ***OBSERVAÇÕES***: Está prevista a presença de um arqueólogo, de forma permanente, por cada frente de obra ativa, sempre que as frentes sejam simultâneas e não sequenciais (conforme exposto no Programa de Acompanhamento Arqueológico da Empreitada).

MM09 – Nas zonas ribeirinhas a equipa de arqueologia deve integrar arqueólogos com experiência comprovada na vertente náutica e subaquática bem como um elemento de conservação e restauro, especializado na área do tratamento e conservação de espólio resultante de meio submerso.

• ***OBSERVAÇÕES***: Na equipa de arqueologia está prevista a integração de arqueólogo especialista com experiência comprovada na vertente nática e subaquática, para o acompanhamento arqueológico nas zonas ribeirinhas, assim como um técnico de conservação e restauro (conforme exposto no ponto 7.4.1).

MM10 – O acompanhamento arqueológico da obra deve incidir em todos os trabalhos, durante a instalação de estaleiros, nomeadamente as fases de decapagem, desmatação e terraplenagens, abertura de acessos, escavação das valas e de todas as ações que impliquem revolvimento de solos.

• ***OBSERVAÇÕES***: O acompanhamento arqueológico irá incidir em todos os trabalhos que impliquem remeximento de solos, assim como de instalação de infraestruturas necessárias à execução da empreitada (conforme exposto no Programa de Acompanhamento Arqueológico da Empreitada).

MM11 – Efetuar a prospeção arqueológica sistemática das áreas de incidência direta de todas as componentes de obra, após a desmatação.

• ***OBSERVAÇÕES***: Durante a fase de construção da empreitada, está previsto o acompanhamento dos trabalhos de desmatação e decapagem, seguida de prospeção arqueológica para se identificarem, atempadamente, vestígios arqueológicos, e a proposta das necessárias medidas de minimização a desenvolver, com o objetivo de minimizar os impactes no património cultural, cumprindo o exposto na DIA nº 2961,

nomeadamente as medidas de minimização 12 e 13 (conforme exposto no Programa de Acompanhamento Arqueológico da Empreitada).

MM12 – Conservar *in situ* as ocorrências arqueológicas que forem reconhecidas durante o acompanhamento arqueológico da obra, tanto quanto possível, e em função do valor do seu valor patrimonial (mesmo que de forma passiva), no caso de estruturas, de tal forma que não se degrade o seu estado de conservação atual ou seja efetuada a salvaguarda pelo registo.

• ***OBSERVAÇÕES***: Esta medida encontra-se considerada pela metodologia a aplicar durante o acompanhamento arqueológico dos trabalhos da empreitada. A escolha da melhor solução a desenvolver será analisada, acaso a caso, durante a fase de construção e mediante os resultados obtidos no acompanhamento dos trabalhos.

MM13 – Os resultados obtidos no acompanhamento arqueológico poderão determinar a adoção de medidas de minimização específicas (registo documental, sondagens de diagnóstico, escavações arqueológicas, entre outras) nomeadamente no caso de não ser possível determinar a importância científica e patrimonial das ocorrências então identificadas.

• ***OBSERVAÇÕES***: Esta medida encontra-se considerada pela metodologia a aplicar durante o acompanhamento arqueológico dos trabalhos da empreitada. A escolha da melhor solução a desenvolver será analisada, acaso a caso, durante a fase de construção e mediante os resultados obtidos no acompanhamento dos trabalhos.

MM14 – Caso se proceda à exumação de espólio arqueológico submerso, submeter a metodologia de amostragem e depósito à DGPC, para parecer.

• ***OBSERVAÇÕES***: O espólio arqueológico submerso exumado será alvo de Nota Técnica, com a indicação da metodologia a aplicar, e enviado para a DGPC para apreciação, assim como o local provisório para o seu armazenamento.

MM15 – Os achados arqueológicos móveis encontrados no decurso da obra devem ser colocados em depósito credenciado pelo organismo de tutela.

• ***OBSERVAÇÕES***: O espólio arqueológico exumado será armazenado temporariamente em local a indicar durante a fase prévia de construção, em concordância com a DGPC.

MM16 – Sinalizar e vedar as ocorrências patrimoniais situadas até cerca de 50 m da obra, condicionando a circulação de modo a evitar a sua afetação.

• ***OBSERVAÇÕES***: Durante a fase de construção todas as ocorrências localizadas na AI (até 50 m de distância das frentes de obra), serão alvo de colocação de barreiras físicas, protegendo as fachadas dos edifícios de poeiras e lamas, assim como de sinalização gráfica vertical, evitando igualmente a passagem de viaturas afetas à obra nas suas proximidades.

MM17 – Prever a colocação de barreiras para minimizar a dispersão de partículas e lamas e a rega da área de circulação, de forma a minimizar a afetação das ocorrências patrimoniais, nomeadamente nos bens imóveis classificados ou em vias de classificação.

• ***OBSERVAÇÕES***: Está prevista a utilização de barreiras para proteção dos elementos patrimoniais, de modo a evitar a sua afetação indireta relativamente à dispersão de partículas, lamas e a rega da área de circulação, assim como para evitar a passagem de viaturas afetas à empreitada.

6.2.4.2 Fase de Construção

Na DIA nº 2961, para a fase de construção, não estão indicadas nenhumas medidas de minimização a aplicar para o Património Cultural.

6.2.4.3 Fase de Exploração

MM51 – Sempre que se desenvolverem ações de manutenção ou outros trabalhos, fornecer aos empreiteiros e subempreiteiros a Carta de Condicionantes atualizada com

a implantação de todos os elementos patrimoniais identificados, quer no EIA e no RECAPE, quer com os que se venham a identificar na fase de construção.

MM52 – Sempre que ocorram trabalhos de manutenção que envolvam alterações que obriguem a revolvimentos do subsolo, circulação de maquinaria e pessoal afeto, nomeadamente em áreas anteriormente não afetadas pela construção das infraestruturas (e que não foram alvo de intervenção), efetuar o acompanhamento arqueológico destes trabalhos e cumprir as medidas de minimização previstas para a fase de construção, quando aplicáveis.

6.2.5 Programas de Monitorização

Encontram-se indicadas na DIA nº 2961 (p. 25) um conjunto de Programas de Monitorização que devem ser desenvolvidos. Para o Património Cultural, encontra-se indicada o seguinte programa de monitorização:

2 – Acompanhamento arqueológico dos trabalhos de escavação.

• ***OBSERVAÇÕES***: Para a fase de construção da empreitada está previsto o acompanhamento arqueológico, permanente e direto, de cada frente de obra, sempre que os trabalhos implicarem desmatações, decapagens, abertura de caminhos de acesso à obra, remeximento de solos e desmonte de estruturas. A monitorização traduzir-se-á na produção de relatório de progresso. Estas medidas estão de acordo com o exposto no Decreto-Lei nº 164/2014, de 4 de novembro, artigo 3º, alínea C (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos).

6.3 Aplicação das Medidas de Mitigação para o Património Cultural

Passamos agora a descrever a metodologia a seguir para se proceder à aplicação das medidas de mitigação para o Património Cultural, referidas na DIA nº 2961.

6.3.1 Prospeção Arqueológica

Na arqueologia contemporânea, os trabalhos de prospeção de campo assumem uma inegável importância, libertos dos constrangimentos impostos pelo papel secundário ou auxiliar que desempenharam durante algumas décadas, antes de se autonomizarem, com a construção de um corpo teórico e metodológico, como uma área específica dentro do processo da investigação arqueológica.

A relevância conseguida por este tipo de trabalhos de campo, de natureza não destrutiva, resulta, antes de mais, do facto de possibilitarem a identificação de sítios arqueológicos e de constituírem para a esmagadora maioria deles, uma vez que só uma percentagem diminuta poderá ser objeto de escavação, a única forma de os caracterizar em termos cronológicos e tipológicos.

Neste sentido, os trabalhos de prospeção arqueológica assumem um particular destaque, no âmbito de uma prática arqueológica de cariz preventivo, que procura evitar ou mitigar potenciais danos decorrentes da execução de empreendimentos públicos e privados, como é o caso da presente empreitada.

Na DIA nº 2961 (p. 19), está referido, como um dos elementos a entregar em RECAPE, os "*Resultados da prospeção arqueológica a efetuar nas zonas de estaleiro, manchas de empréstimo e depósito de terras, caminhos de acesso à obra, zonas imersas, caso as mesmas se encontrem fora das áreas anteriormente prospetadas ou que tivessem apresentado ausência de visibilidade do solo*".

Estes trabalhos de prospeção, sistemática e dirigida, foram realizados em fase prévia à execução da obra, com o objetivo de se identificarem ocorrências, quer de natureza arquitetónica, quer arqueológica, que não tenham sido identificados em trabalhos e estudos anteriores, por se encontrarem fora das áreas prospetadas, ou cuja deficiente visibilidade do solo tenha condicionado os trabalhos realizados. Foi, portanto, ser prospetado um corredor com 500 metros de largura ao longo do traçado dos dois túneis (250 metros para cada margem a contar do eixo), desde a sua boca até ao local de descarga. Durante a prospeção arqueológica, a área de estudo do Projeto foi dividida em AI (Área de Incidência, para as ocorrências localizadas até 50 m), e em AE (Área Envolvente, para ocorrências patrimoniais

localizadas entre 50 m e 250 m de distância). Esta prospeção arqueológica incidiu, igualmente, nas áreas previstas para a montagem de estaleiros, e nas áreas previstas para a implantação de vazadouros / empréstimos. Os trabalhos de campo decorreram entre 16 e 20 de setembro de 2021.

A par do Caderno de Campo, foram igualmente utilizadas Fichas de Ocorrência Patrimonial e Memória Descritiva, onde se procedeu à descrição de cada uma das ocorrências identificadas (consultar anexos, figura 32).

Após os trabalhos de campo, foi produzido um relatório técnico com os resultados obtidos, o registo fotográfico, a descrição de cada uma das ocorrências patrimoniais identificadas, e a localização em cartografia, de cada uma das ocorrências, assim como a recomendação de medidas de minimização complementares a desenvolver, caso assim se justifique. Para uma descrição mais detalhada dos resultados obtidos, consultar o Relatório da Prospeção Arqueológica.

6.3.2 Intervenções Arqueológicas de Registo

Entre as intervenções arqueológicas de registo científico, enquadra-se a Escavação Arqueológica, seja no âmbito de sondagens de diagnóstico (para a eventual identificação de vestígios arqueológicos), seja no âmbito de escavação em área (após a confirmação da presença de um sítio arqueológico), em concordância com o exposto na DIA nº 2961.

Pese embora a sua natureza destrutiva, já que o processo de escavação arqueológica é irreversível, trata-se de uma ferramenta indispensável para a averiguação de vestígios arqueológicos em áreas de estudo de obras com elevado impacte no ambiente envolvente. Serve a escavação arqueológica para se proceder, atempadamente, ao registo científico de sítios arqueológicos (através da salvaguarda pelo registo arqueológico da totalidade dos vestígios, isto é, escavação integral), cuja destruição, parcial ou total, considera-se inevitável devido a questões técnicas do projeto.

Estas intervenções estão previstas na DIA nº 2961 (pp. 20 e 21), nomeadamente nas Medidas de Minimização **MM05**, **MM06** e **MM07**, conforme anteriormente exposto no presente PSP (capítulo 6, alínea 6.2.4.1).

Os trabalhos de escavação arqueológica encontram-se em conformidade com a legislação em vigor, Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro[10].

Em seguida, passamos a descrever as medidas preconizadas na DIA nº 2961, assim como a metodologia a aplicar, seja nos trabalhos de campo, seja no trabalho de gabinete.

6.3.2.1 Sondagens de Diagnóstico

A DIA nº 2961 refere, entre as várias Medidas de Minimização previstas, trabalhos a realizar na área do património cultural, conforme já referido no ponto 6.2.4.1, e a desenvolver na Fase Prévia, nomeadamente:

MM05 – Executar sondagens arqueológicas prévias de diagnóstico: nos poços de ligação a construir na Rua de Santa Marta com a Rua Barata Salgueiro e na Avenida da Liberdade/Rua Alexandre Herculano, bem como na Avenida Almirante Reis, junto ao cruzamento desta com a Travessa do Maldonado; na área da Estrada e Largo de Chelas, relativa ao desvio dos caneiros e ao Túnel Chelas-Beato.

• ***OBSERVAÇÕES***: Esta medida encontra-se desenvolvida no presente documento, no ponto 6.2.4.1.

MM06 – Executar trabalhos arqueológicos na zona de afetação de Santa Apolónia: escavação arqueológica integral, a qual deve prever uma primeira fase de diagnóstico, para definição e caracterização das sequências estratigráficas, a ter lugar sob a forma de sondagens arqueológicas. Esta intervenção deve ser concertada de maneira a que se assegurem os meios de obra (por exemplo contenção, escavação, entre outros), devendo ser efetuada antes da construção efetiva.

[10] Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.

• ***OBSERVAÇÕES***: Esta medida encontra-se desenvolvida no presente documento, no ponto 6.2.4.1.

MM07 - Prever a execução de trabalhos arqueológicos na zona de afetação do interface ribeirinho do Beato: diagnóstico, para definição e caracterização das sequências estratigráficas, a ter lugar sob a forma de sondagens arqueológicas. A informação recolhida fundamentará a metodologia a desenvolver na fase de construção.

• ***OBSERVAÇÕES***: Esta medida encontra-se desenvolvida no presente documento, no ponto 6.2.4.1.

As medidas de mitigação patrimonial de carater específico devem ser realizadas numa fase anterior ao início da empreitada, sendo que estas aplicam-se aos sítios identificados no EIA, e referidos na DIA nº 2961. Perante os eventuais impactes negativos diretos, as sondagens arqueológicas de diagnóstico deverão contemplar os seguintes objetivos:

• Confirmar a existência de contextos arqueológicos conservados e determinar a sua extensão;
• Caraterizar e estabelecer a diacronia dos contextos arqueológicos identificados no decorrer das sondagens;
• Caraterizar o seu estado de conservação;
• Avaliar o potencial histórico e arqueológico destes sítios, articulando-os com outros identificados anteriormente na região envolvente.

As sondagens arqueológicas de diagnóstico serão realizadas pela equipa de arqueologia, devidamente autorizada pela DGPC, com o objetivo de assegurar a obtenção de dados que permitam sustentar decisões a tomar relativamente a estratégias a assumir face aos vestígios eventualmente detetados, assim como as medidas necessárias a realizar posteriormente.

6.3.2.2 Escavação Integral

A DIA nº 2961 refere, igualmente, Medidas de Minimização específicas a aplicar na área de Santa Apolónia (ponto 6.2.4.1), e a desenvolver na Fase Prévia, nomeadamente:

> **MM06** – Executar trabalhos arqueológicos na zona de afetação de Santa Apolónia: escavação arqueológica integral, a qual deve prever uma primeira fase de diagnóstico, para definição e caracterização das sequências estratigráficas, a ter lugar sob a forma de sondagens arqueológicas. Esta intervenção deve ser concertada de maneira a que se assegurem os meios de obra (por exemplo contenção, escavação, entre outros), devendo ser efetuada antes da construção efetiva.
>
> • ***OBSERVAÇÕES***: Esta medida encontra-se desenvolvida no presente documento, no ponto 6.2.4.1.

Deste modo, após uma primeira fase na qual devem ser realizadas sondagens de diagnóstico, onde se procederá à definição e caracterização das sequências estratigráficas, assim como a identificação de vestígios arqueológicos, bem como a extensão dos mesmos, deverá proceder-se à escavação arqueológica integral da área abrangida pelo Projeto da empreitada. Tendo em conta o elevado potencial arqueológico, onde foram já identificados vestígios arqueológicos em trabalhos de campo prévios (nomeadamente, um troço da Muralha Fernandina e Torreão, assim como um paredão portuário oitocentista), e a profunda afetação que a área em questão irá ser alvo, torna-se imprescindível o registo científico, rigoroso e exaustivo, da totalidade dos vestígios arqueológicos existentes.

6.3.2.3 Metodologia dos Trabalhos de Campo

A metodologia a aplicar nos trabalhos de escavação arqueológica, seja através de sondagens de diagnóstico, seja em escavação integral, passa pela adoção do método Barker / Harris de escavação por decapagem de níveis naturais. Pretende-se, assim, uma abordagem natural ao terreno decapando sucessivamente as camadas por ordem inversa de deposição das

mesmas. Deste modo potencia-se um registo exponencial quer das realidades estratigráficas quer das realidades topográficas de forma a garantir um controlo exaustivo de ambas.

A cada realidade, seja ela natural, seja construída, é atribuído um número designado por Unidade Estratigráfica (doravante designada por U.E.) de forma a definir um diagrama cronológico, designado por Matriz de Harris, que permitirá aferir a sequência temporal do sítio em questão. Por cada U.E. que seja identificada é preenchida uma ficha de unidade que inclui uma série de variáveis caracterizadoras da mesma. Serão também preenchidas fichas de registo de espólio e achados particulares.

A implantação das sondagens, estruturas detetadas e outros achados relevantes será efetuada em plantas à escala conveniente, com recurso a um aparelho tipo estação total.
O registo gráfico a efetuar durante a escavação contempla o desenho dos planos dos depósitos e estruturas detetados, bem como alçados e cortes estratigráficos, com indicações altimétricas em cotas absolutas.

O registo fotográfico contemplará a realização de fotografias de estruturas, planos, alçados e cortes, assim como de todos os elementos arqueológicos relevantes. Serão também efetuadas fotografias em diapositivo colorido que documentem os principais aspetos do trabalho e ação dos intervenientes, com vista a eventuais publicações ou outras iniciativas de divulgação.

O espólio exumado no decorrer da escavação arqueológica será seletivamente tratado e seletivamente lavado e referenciado individualmente (achados cerâmicos, vítreos, líticos, metálicos, osteológicos e outros), assim como alvo de estudo e inventariação. Achados arqueológicos móveis efetuados no decurso da obra devem ser colocados em depósito credenciado pela DGPC. Estes serão acondicionados de acordo com as características físicas do mesmo, embalados por contextos em saquetas plásticas devidamente identificadas e guardado em contentores plásticos. Os artefactos que careçam de medidas especiais de conservação (moedas, metais, materiais orgânicos ou outros excecionais) serão embalados separadamente.

Durante a intervenção arqueológica, a par do Caderno de Campo, serão utilizadas Fichas de Unidade Estratigráfica, onde se procederá à descrição exaustiva e rigorosa de todos os

trabalhos realizados, assim como Etiquetas de Espólio Arqueológico, para armazenamento e identificação do espólio exumado (consultar anexos, figuras 23 a 25).

6.3.2.4 Antropologia Biológica

Durante a realização dos trabalhos de campo referentes à escavação arqueológica, seja através de sondagens de diagnóstico, seja em escavação integral, podemos encontrar contextos funerários. Neste cenário, os trabalhos de campo deverão ser, obrigatoriamente, desenvolvidos por um especialista com formação e experiência comprovadas em Antropologia Biológica, sob a coordenação do Arqueólogo Coordenador da equipa de Arqueologia.

A equipa de arqueologia, portanto, deverá integrar um especialista em Antropologia, cumprindo o disposto na Circular nº 1 / 2014 da DGPC, referente aos *Trabalhos de Antropologia Biológica em Contexto Arqueológico*.

6.3.2.5 Metodologia dos Trabalhos de Campo

Sempre que se encontrem contextos que contenham vestígios ósseos humanos é necessária a intervenção de um especialista, na personagem do antropólogo, para a sua escavação, exumação, acondicionamento, análise e elaboração dos respetivos relatórios técnicos.

Os sedimentos devem ser escavados segundo a proposta de Harris (HARRIS, 1991). Nas estruturas funerárias realiza-se a decapagem dos esqueletos do crânio para os pés, com o auxílio de ferramentas específicas (prospetores dentários), pincéis e pás de vários tamanhos e baldes.

Na presença de ossários, a decapagem é realizada em camadas artificiais com aproximadamente 10 cm, por quadrícula ou em área, dependendo da sua dimensão e do acordado em campo com o responsável da equipa de arqueologia.

O tempo de escavação de cada contexto será condicionado pelo tipo de solo e suas dimensões. Por exemplo, para uma sepultura individual (indivíduo adulto) inserida em solo

arenoso, estima-se o período de dois a três dias de trabalho (com uma carga de 8 horas/dia) para a sua total decapagem, registo, exumação e acondicionamento.

Cada peça será mantida *in situ* (incluindo espólio arqueológico funerário) até ao registo e posterior exumação. Do registo devem constar: fotografias do contexto arqueológico e pormenores do esqueleto com escala, norte e identificação; desenho de campo e croqui; ficha antropológica de campo. A ficha antropológica de campo consiste num registo completo de campo onde são incluídos todos os pormenores possíveis de observar, incluindo as medidas realizadas com craveira e fita métrica. Esta informação irá permitir a compreensão da natureza do ritual funerário e processos tafonómicos, assim como dados preliminares de perfil biológico e paleopatológico.

Os indivíduos e ossário(s) são exumados peça a peça (individualizadas em diferentes sacos de polietileno perfurados), todas etiquetadas com data, identificação da peça, unidade estratigráfica (U.E.) e acrónimo da escavação. Cada indivíduo deve ser acondicionado em contentor próprio, devidamente identificado.

Todos os contextos (sepultura ou ossário) devem ser exumados na íntegra. Se necessário, deverá ser alargado o limite da área de escavação ou ser deixado in situ preservado com geotêxtil colmatado com brita calcária para proteção das agressões ambientais.

Sempre que possível deve ser salvaguardado material para futuros estudos complementares: amostras de sedimento para estudos palinológicos (com e sem relação ao esqueleto) e parasitológicos (da zona pélvica e abdominal), assim como um dente de cada indivíduo recolhido de forma controlada (prevenindo a contaminação) para estudos genéticos. Para ajudar na interpretação dos fatores tafonómicos, o pH do solo poderá ser medido, em vários locais das sondagens com um medidor digital.

Durante o processo de escavação de sepulturas, deve-se crivar o sedimento retirado do interior, na possibilidade de ser recuperando espólio que possa ter passado despercebido durante a decapagem e exumação. Por último, todo o material deve ser acondicionado junto do restante espólio arqueológico em gabinete até posterior deslocação para um laboratório.

Durante os trabalhos de campo, a par do Caderno de Campo, serão utilizadas Fichas Antropológicas de Campo, onde se procederá à descrição de todos os trabalhos realizados, e Fichas de Espólio Osteológico, para o espólio exumado (consultar anexos, figuras 26 a 29).

6.3.3 Intervenções Arqueológicas de Registo – Metodologia dos Trabalhos de Gabinete

Após os trabalhos de campo, deverão ser realizados os necessários trabalhos de gabinete. Nestes trabalhos, com o objetivo de elaboração do relatório final da intervenção realizada, proceder-se-á à organização, tratamento, análise, estudo e avaliação de toda a informação obtida durante o trabalho de campo, nomeadamente:

- Estudo exaustivo do espólio exumado que, após lavagem, marcação e colagem, será inventariado, descrito, desenhado, fotografado e classificado segundo critérios tecnológicos;
- Tratamento gráfico dos levantamentos realizados, como desenhos e/ou fotografias de cortes, alçados e plantas;
- Análise, estudo e interpretação da estratigrafia, estruturas, materiais e restantes informações obtidas;
- Pesquisa bibliográfica exaustiva;
- Elaboração do relatório final, cujo conteúdo dará resposta ao disposto no Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.

Durante os trabalhos de gabinete, o espólio arqueológico mais relevante (ou seja, todo aquele que permita estabelecer cronologias através das suas características técnicas) será devidamente inventariado numa base de dados. As Fichas de Base de Dados serão individualizadas pelas seguintes categorias: materiais cerâmicos, materiais em osso trabalhado, materiais líticos, materiais em vidro e materiais em metal (consultar anexos, figuras 33 a 37).

O espólio arqueológico exumado será armazenado em depósito provisório, e aprovado pela DGPC, junto do responsável da intervenção arqueológica até à realização do relatório final dos trabalhos, cumprindo o exposto no artigo 18º do Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos).

6.3.3.1 Antropologia Biológica – Metodologia dos Trabalhos de Gabinete

Para o tratamento de material osteológico exumado, em gabinete, a metodologia a aplicar é a que se expõe em seguida. Inicialmente, procede-se à limpeza dos ossos com escovas de dentes macias, pincéis, prospetores dentários e auxílio de luz branca até se ter uma boa observação da superfície óssea. Cada peça óssea será inventariada no programa Microsoft Excel e poderá, caso necessário, ser identificada com bandas de Paraloid onde será escrito, com caneta de acetato, o acrónimo da intervenção arqueológica, a unidade estratigráfica do indivíduo e número da peça. O espólio exumado, até ao final dos trabalhos de campo, ficará depositado em armazém temporário, da responsabilidade da equipa de arqueologia.
Devem ser realizadas novas medidas utilizando tábua osteométrica, craveira, fita métrica e compasso craniométrico. Para utilização das medidas osteométricas usa-se o lado esquerdo por convenção, embora possa ser usado o lado direito, caso seja necessário.

Sempre que necessário deve ser feito o registo fotográfico dos ossos considerados como relevantes (que apresentem, por exemplo, a presença de patologias, variações anatómicas, entre outras), assim como o desenho digital em complemento do desenho de campo e/ou croqui. Por último, e caso assim seja necessário, a metodologia aplicada à amostra será a habitualmente empregue em estudos antropológicos, utilizando métodos clássicos e aqueles mais recentes.

6.3.3.2 Relatórios Técnicos de Arqueologia

Após os trabalhos de campo, e os necessários trabalhos de gabinete, deverá ser elaborado um relatório final (ou preliminar, caso os intervenientes, em concordância com a DGPC,

assim o solicitem) com a apresentação dos trabalhos realizados, assim com os resultados obtidos.

A estrutura dos relatórios técnicos será elaborada em conformidade com o exposto nos artigos 14º, 15º e 16º do Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos). Também será cumprido o exposto na seguinte legislação da DGPC, o Despacho de 12 de agosto de 2010 (Documentação Fotográfica a Constar nos Relatórios de Trabalhos Arqueológicos), e a Circular de 27 de dezembro de 2011 (Circular de Documentação Gráfica Digital).

Os relatórios deverão ser apresentados e sujeitos à aprovação da DGPC (Tutela), nos moldes a serem definidos previamente à fase de execução da empreitada.

Os relatórios técnicos deverão ser elaborados respeitando, para além do referido para os relatórios de progresso do Acompanhamento Arqueológico, os seguintes pontos:

- Discriminação exaustiva dos contextos arqueológicos detetados, quer depósitos de terras, quer estruturas arquitetónicas;
- Inventário exaustivo dos materiais arqueológicos registados individualmente e que possam contribuir decididamente para o estabelecimento da cronologia da ocupação do sítio;
- Apresentação da documentação fotográfica, bem como de medidas preventivas de salvaguarda e eventuais recomendações tendo em vista a proteção do local.

Face o exposto, os relatórios devem apresentar a seguinte estrutura:

1. Introdução

2. Área de incidência do projeto

3. Descrição da ocorrência patrimonial

4. Período temporal dos trabalhos de campo

5. Equipa

6. Objetivo dos trabalhos

7. Metodologia

8. Descrição dos trabalhos realizados:

- Trabalhos de campo;
- Trabalhos de gabinete;
- Descrição da ocorrência patrimonial;
- Espólio arqueológico exumado.

8. Resultados e conclusão

9. Bibliografia

10. Anexos:

- Ficha de sítio;
- PATA – Autorização para a realização dos trabalhos arqueológicos;
- Desenhos de campo;
- Desenhos do espólio exumado;
- Inventário do espólio exumado;
- Registo fotográfico;
- Registo cartográfico.

6.3.3.3 Relatórios Técnicos de Antropologia Biológica

Os relatórios técnicos referentes aos trabalhos de Antropologia Biológica deverão contemplar os seguintes pontos:

1. Introdução:

- Área de incidência do projeto;
- Breve enquadramento do contexto funerário.

2. Materiais e Metodologia:

- Identificação dos materiais necessários para a realização de trabalhos;
- Metodologia dos trabalhos realizados em campo;
- Metodologia dos trabalhos realizados em gabinete;

- Medidas de proteção e conservação dos vestígios biológicos.

3. Descrição dos trabalhos de campo e gabinete:

- Enquadramento cronológico da necrópole;
- Limite espacial da necrópole em relação à área escavada;
- Relações estratigráficas dos contextos funerários/estruturas;
- Descrição das sepulturas e espaços sepulcrais (tipologia, estrutura, materiais utilizados, caracterização de utilização);
- Organização e descrição do espólio osteológico;
- Descrição do espólio funerário.

4. Resultados e Discussão:

- Apresentação do espólio recolhido, registos gráficos e fotográficos;
- Enquadramento histórico e arqueológico;
- Discussão dos resultados obtidos através da exposição de teorias e paralelos bibliográficos;
- Resumo descritivo dos resultados para constar na base de dados do Endovélico.

5. Bibliografia

6. Anexos:

- Registo fotográfico;
- Registo gráfico;
- Registo cartográfico;
- Fichas de campo;
- Fichas de gabinete.

6.3.4 Conservação e Restauro

A conservação e restauro compreendem todas as medidas ou ações que tenham como objetivo a salvaguarda do património cultural material, assegurando a sua acessibilidade às gerações presentes e futuras. Todas estas medidas e ações deverão respeitar o significado histórico e artístico e as propriedades físicas dos bens culturais.

Tendo em conta o elemento arqueológico referido na área de Santa Apolónia, nomeadamente o troço da Muralha Fernandina (ocorrência patrimonial nº 26a), assim como o espólio arqueológico previsível de se exumar durante as escavações arqueológicas a realizar na fase prévia da empreitada, será necessário incluir na equipa de arqueologia um Técnico de Conservação e Restauro. Este elemento será o responsável pela coordenação, em campo, de todos os trabalhos necessários a aplicar nas ocorrências patrimoniais, assim como pelos trabalhos de gabinete (registo documental, inventariação, tratamento, registo fotográfico e desenhos técnicos). Deverá ser auxiliado por um Técnico de Inventário de Espólio, que se encarregará de proceder à elaboração da base de dados do espólio arqueológico, e por um Técnico Desenhador, responsável pelo registo gráfico do espólio mais relevante.

6.3.4.1 Metodologia de Conservação e Restauro para Bens Móveis

Durante as explorações arqueológicas terrestres, as normas para a recuperação e para a documentação dos achados enquadram-se mais especificamente no quadro das normas relativas à metodologia das escavações. No que respeita à conservação e o restauro, devem observar-se disposições que, durante essas operações de escavação, garantam a conservação imediata dos achados, especialmente se estes forem mais facilmente degradáveis, e a posterior possibilidade da sua salvaguarda e restauro definitivos.

No caso de achados de elementos soltos de decorações em estuque, em pintura, em mosaico ou em *opus sectile* é necessário, antes e durante a sua remoção, proceder à consolidação, de forma a facilitar a sua recomposição e o seu restauro em laboratório.

Na recuperação de vidros é aconselhável não se proceder a nenhuma limpeza durante a escavação, pela facilidade que eles têm em se partirem. No que respeita à cerâmica e à terracota a recomendação mantém-se, de forma a não colocar em perigo a eventual presença de pinturas, vernizes ou inscrições. A limpeza destes materiais deve ser efetuada em laboratório, de forma o menos intrusiva possível. Outros tipos de intervenção, mediante relevância da peça, devem ser levados acabo por técnicos de conservação e restauro.

Impõe-se uma delicadeza especial na recolha de objetos ou fragmentos de metal, especialmente se oxidados, recorrendo-se, antes de mais a sistemas de consolidação e, eventualmente, até a suportes adequados. Deve ser prestada uma atenção especial aos possíveis vestígios ou marcas de tecidos. Caso seja relevante, existe a possibilidade de se obterem moldes negativos de plantas e de materiais orgânicos perecíveis, pela aplicação de gesso líquido nos vazios que permaneceram no terreno.

As alterações que ocorrem nos materiais arqueológicos, numa visão mais geral, têm as mais diversas causas:

- Fatores físicos: a prolongada exposição no solo; a permeabilidade do solo à humidade e ao ar; as condições climáticas (temperaturas altas ou negativas, vento, exposição solar, entre outros); movimentações do solo, naturais ou provocadas pelo Homem; e um fator muito importante, a humidade relativa;
- Fatores químicos: o PH do solo, ácido ou alcalino; presença no solo de sais solúveis;
- Fatores biológicos: a ação de roedores, de microrganismos e a ação das raízes (através de ações físicas e químicas).

A seguir estão dispostas as principais etapas, procedimentos e técnicas utilizadas pela conservação arqueológica na preservação do material arqueológico:

1 – Registo e descrições;

2 – Exumação dos artefactos:

- Meio terrestre,
- Meio aquático;

3 – Limpeza e exames:

- Métodos não interventivos,
- Métodos interventivos;

4 – Estabilização:

- Técnicas passivas,
- Técnicas ativas;

5 – Acondicionamento;

6 – Armazenamento/Exposição do material.

A conservação de materiais pode ser alcançada por vários métodos diferentes. O método escolhido é geralmente selecionado mediante a condição do objeto, o técnico de restauro e conservação, o tempo disponível e o local de armazenamento final. Deste modo, o plano de intervenção terá analisado, discutido e definido, tendo em conta estes fatores. Tal englobará peças de composição diferentes das supracitadas.

6.3.4.2 Metodologia de Conservação e Restauro para Bens Imóveis

A conservação e restauro do património arquitetónico tem por objetivo preservar, e, se possível, melhorar as mensagens e os valores dos bens culturais. Qualquer intervenção no património arquitetónico deve ter presente padrões de ética internacionalmente aceites, nomeadamente:

- A situação atual do elemento patrimonial deve ser registada antes de qualquer intervenção;
- Os testemunhos históricos não devem ser destruídos, falsificados ou removidos;
- As ações de conservação e restauro devem respeitar o princípio da intervenção mínima;
- Qualquer intervenção deve reger-se pelo respeito pela integridade estética, histórica e física dos bens culturais;
- Todos os métodos e materiais utilizados devem ser devidamente documentados.

As intervenções em património arquitetónico devem ainda:

- Ser reversíveis ou repetíveis, se tecnicamente possível, ou pelo menos não prejudicarem uma futura intervenção;
- Preservar, o máximo possível, os materiais e as técnicas construtivas autênticas;
- Ser harmoniosas em cor, textura, forma e escala, caso se verifiquem adições, devendo as mesmas ser também identificáveis, embora menos percetíveis do que o material original;
- Ser empreendidas por técnicos superiores, qualificados para os trabalhos em causa.

Deste modo, os trabalhos de restauro e conservação de bens imóveis serão iniciados com um levantamento descritivo e fotográfico do elemento patrimonial sob afetação. Neste processo será realizada uma análise exaustiva da arquitetura, decoração e elementos de valor cultural presentes, do enquadramento urbanístico e da condição estrutural (fragilidades e patologias).

Uma vez concluídos os registos iniciais, será necessário algum trabalho de gabinete, através do estudo teórico e bibliográfico da estrutura arquitetónica, no sentido de compreender o meio físico e social envolvente, o sistema construtivo aplicado e os valores históricos e artísticos associados. Do cruzamento desta informação com os dados relativos ao seu estado de conservação, resultará o estabelecimento de uma proposta de intervenção, adequado a cada caso.

Na análise do estado de conservação dos rebocos, registar-se-ão cores, lesões, destacamento, lacunas, entre outros. No que toca aos elementos pétreos, será revista a sua integridade, lacunas, incrustações, formação de crostas (origem, natureza e estabilidade) e a presença ou não de elementos decorativos mais salientes e/ou frágeis.

A proposta deverá garantir a durabilidade efetiva das intervenções. A duração das partes antigas e das modernas (adições) deve ser substancialmente igual. Para a substância protetora e para os trabalhos de manutenção, pode-se aceitar uma duração de cinco a dez anos, enquanto que para as intervenções de substituição ou de integração, a sua duração deve ser comparável à das partes originais envolventes.

Devem ser evitadas todas as tentações de restituição do "traço antigo" ou da imitação "ao estilo". Por conseguinte, os problemas de reinterpretação da estrutura arquitetónica devem ser resolvidos pela execução de adições a serem definidas caso a caso sem responder a regras previamente fixadas ou a dogmas.

Mediante a aprovação da metodologia e materiais propostos por parte das principais entidades responsáveis – dono de obra, construtora e tutela, avançar-se-á com o seu emprego. Novos registos descritivos e fotográficos, quer durante o processo, quer após conclusão do mesmo (descritivo e fotográfico), serão efetuados e integrados no relatório técnico final (ou intermédio, caso seja requerido pelas entidades reguladoras).

6.3.4.3 Relatórios Técnicos de Conservação e Restauro

Após os trabalhos de campo, e os necessários trabalhos de gabinete, deverá ser elaborado um relatório final (ou preliminar, caso os intervenientes, em concordância com a DGPC, assim o solicitem) com a apresentação dos trabalhos realizados, assim como os resultados obtidos. Os relatórios deverão ser apresentados e sujeitos à aprovação da DGPC, nos moldes a serem definidos previamente à fase de execução da empreitada.

Face o exposto, os relatórios devem apresentar a seguinte estrutura:

1. Introdução

2. Área de incidência do projeto

3. Descrição do elemento intervencionado

4. Período temporal dos trabalhos de campo e de gabinete

5. Equipa

6. Objetivo dos trabalhos

7. Metodologia de atuação

8. Descrição dos trabalhos realizados:

- Trabalhos de campo;
- Trabalhos de gabinete.

8. Resultados e conclusão

9. Bibliografia

10. Anexos:

- Registo fotográfico;
- Registo cartográfico.

PARTE B – EXECUÇÃO DO PLANO DE SALVAGUARDA PATRIMONIAL (PSP)

DURANTE A FASE DE EXECUÇÃO DA OBRA

7. Intervenientes e Responsabilidades

7.1 **Tutela:** DGPC, CNANS

À entidade da Tutela do Património Cultural, Direção-Geral do Património Cultural e Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, compete velar pelo cumprimento do Plano de Salvaguarda Patrimonial, colaborando na agilização dos processos de licenciamento de trabalhos arqueológicos, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro.

À DGPC compete:

a) Regular a atividade arqueológica em território nacional, seja em meio rural, urbano ou subaquático;
b) Autorizar a realização de trabalhos arqueológicos, seja de acompanhamento de empreitadas, como de escavação;
c) Aprovar os relatórios técnicos elaborados pela equipa de arqueologia;
d) Desbloquear áreas que tenham sido condicionadas pela presença de ocorrências patrimoniais;
e) Autorizar o término do acompanhamento arqueológico.

Ao CNANS compete:

a) A definição de normas que deve obedecer o impacte arqueológico de obras públicas ou privadas, em meio subaquático;
b) A fiscalização e acompanhamento técnico da realização dos trabalhos arqueológicos em meio aquático;

c) A promoção da salvaguarda e valorização dos bens arqueológicos náuticos e subaquáticos, móveis e imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como os não classificados situados ou não em reservas arqueológicas de proteção;
d) Tratamento de bens arqueológicos móveis proveniente de meio subaquático e húmido - Laboratório de Conservação e Restauro do CNANS;
e) A realização da Carta Arqueológica de Portugal para os sítios em meio aquático.

7.2 Dono de Obra: Câmara Municipal de Lisboa

À Câmara Municipal de Lisboa compete assegurar consultadoria no desencadear das ações de trabalhos de arqueologia e de proteção e defesa do património edificado, tendo por finalidade o arquivo de dados científicos recolhidos durante as intervenções a realizar, enquadrados nos parâmetros de trabalho da autarquia. Outras competências são as seguintes:

a) Promover o diálogo com as entidades da Tutela e Autarquia;
b) Intermediar as relações entre os Adjudicatários para a Construção, Fiscalização e a Tutela.

7.3 Entidade Contratante: Agrupamento Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A. e Spie Batignolles

O consórcio, ao abrigo do artigo 2º, alínea b) do Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, exercerá a responsabilidade de "Entidade contratante", promovendo os trabalhos prévios de arqueologia, assim como dos trabalhos de emergência que vierem a ser necessários.

À entidade contratante compete, de um modo geral, garantir as condições necessárias à boa execução dos trabalhos arqueológicos, cumprindo o exposto no Caderno de Encargos, Anexo IV, Gestão do Património Cultural, ponto "12. Obrigações e competências do Adjudicatário", e fazendo cumprir todas as medidas de minimização previstas na DIA nº 2961.

7.4 Entidade Enquadrante: Archeocélis, Investigações Arqueológicas, Lda.

A empresa Archeocélis, ao abrigo do artigo 2º, alínea c) do Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, exercerá a responsabilidade de "Entidade enquadrante", à qual compete a boa execução, organização e logística de todos os trabalhos arqueológicos, cumprindo o exposto no Caderno de Encargos, Anexo IV, Gestão do Património Cultural, ponto "13.1. Obrigações e competências (da Equipa de Arqueologia)", assim como fazendo cumprir todas as medidas de minimização previstas na DIA nº 2961.

7.4.1 Estrutura Organizacional da Entidade Enquadrante (Equipa Técnica)

A equipa técnica, no que diz respeito à Equipa de Arqueologia responsável pelos trabalhos arqueológicos, e tal como exposto no mapa de quantidades referente à Arqueologia[11], será constituída pelos seguintes elementos:

a) Arqueólogo Coordenador;
b) Arqueólogo Especialista em Acompanhamento Subaquático;
c) Técnico Desenhador;
d) Técnico de Conservação e Restauro;
e) Técnico de Inventário de Espólio;
f) Técnico Assistente;
g) Antropólogo.

7.4.2 Alterações à Estrutura Organizacional da Entidade Enquadrante

Qualquer necessidade de alteração na Equipa Técnica indicada será previamente colocada à consideração do Dono de Obra, independentemente das necessárias diligências junto da Tutela, ao abrigo do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de novembro de 2014 (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos).

[11] MQT-Arqueologia_Rev.04_2021.

8. Trabalhos a Realizar Durante a Fase de Execução da Obra

8.1 Acompanhamento Arqueológico da Execução da Empreitada

Na DIA nº 2961 estão indicadas as Medidas de Minimização a implementar durante a Fase de Execução da Obra, conforme anteriormente exposto no presente PSP (capítulo 6, alínea 6.2.4.2), nomeadamente:

MM08 – Efetuar o acompanhamento arqueológico na fase de obra de modo efetivo, continuado e direto por um arqueólogo em cada frente de trabalho sempre que as ações inerentes à realização do projeto não sejam sequenciais, mas simultâneas;

MM09 –Nas zonas ribeirinhas a equipa de arqueologia deve integrar arqueólogos com experiência comprovada na vertente náutica e subaquática bem como um elemento de conservação e restauro, especializado na área do tratamento e conservação de espólio resultante de meio submerso;

MM10 – O acompanhamento arqueológico da obra deve incidir em todos os trabalhos, durante a instalação de estaleiros, nomeadamente as fases de decapagem, desmatação e terraplenagens, abertura de acessos, escavação das valas e de todas as ações que impliquem revolvimento de solos;

MM13 – Os resultados obtidos no acompanhamento arqueológico poderão determinar a adoção de medidas de minimização específicas (registo documental, sondagens de diagnóstico, escavações arqueológicas, entre outras) nomeadamente no caso de não ser possível determinar a importância científica e patrimonial das ocorrências então identificadas.

O Acompanhamento Arqueológico constitui-se como uma intervenção arqueológica própria, dotada de uma metodologia específica. O objetivo do Acompanhamento Arqueológico é o de detetar, identificar e registar evidências arqueológicas durante o desenrolar de uma empreitada, sempre que existam movimentações de terras. A filosofia subjacente ao Acompanhamento Arqueológico é a de assegurar a monitorização arqueológica de um

projeto de obra pública ou privada, com o mínimo prejuízo para o seu desenvolvimento e, ao mesmo tempo, garantir a salvaguarda de eventual património arqueológico detetado.

A minimização de impactos negativos através do acompanhamento arqueológico, faz hoje parte da forma de trabalhar das grandes empresas que garantem e mantêm os seus padrões de qualidade levando a cabo um acompanhamento com técnicos altamente qualificados garantindo, assim, a concretização das suas empreitadas com toda a legalidade e responsabilidade, minimizando os impactes negativos que possam ocorrer no património existente.

Deste modo, a construção da empreitada terá acompanhamento arqueológico permanente, presencial e sistemático, atendendo ao potencial arqueológico de toda a zona em estudo, nas fases que impliquem revolvimentos de terras, tais como implantação de estaleiros e de caminhos de acesso às frentes de obra, desmatações, escavações, terraplenagens, depósitos e empréstimos de terras, entre outras. O acompanhamento arqueológico será realizado com a presença de um arqueólogo por frente de obra ativa, de modo continuado e direto, sempre que estas sejam simultâneas e não consecutivas, cumprindo o recomendado na DIA nº 2961 (**MM08**).

Competirá à entidade contratante dispor de uma equipa de arqueologia a tempo inteiro, a qual deverá efetuar o acompanhamento arqueológico integral e permanente das obras de construção do empreendimento. Este acompanhamento deverá ser realizado com especial cuidado durante a fase de desmatação e decapagem, devendo-se posteriormente proceder a uma nova prospeção arqueológica, a qual será então realizada com melhores condições de visibilidade da superfície dos terrenos, colmatando, deste modo, as eventuais lacunas detetadas nas prospeções realizadas aquando a elaboração do EIA, nomeadamente aquelas realizadas em terrenos com reduzida ou nula visibilidade, ou a total ausência de prospeções em terrenos que se encontravam vedados.

Durante o acompanhamento arqueológico dos trabalhos a realizar no âmbito da empreitada, a par do Caderno de Campo, serão utilizadas Fichas Diárias de Acompanhamento Arqueológico, onde se procederá à descrição dos trabalhos realizados e acompanhados, sendo preenchida uma ficha por cada frente de obra (consultar anexos, figuras 30 e 31).

Os trabalhos de Acompanhamento Arqueológico encontram-se em conformidade com a legislação em vigor, Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro (Lei de Bases do Património Cultural) e o Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos).

8.1.1 Metodologia do Acompanhamento Arqueológico

O Acompanhamento Arqueológico deverá ser presencial, permanente e aplicado a todas as atividades que impliquem a modificação atual dos solos, por um arqueólogo em cada frente de trabalho sempre que as ações inerentes à realização do projeto não sejam sequenciais, mas simultâneas. De entre estas atividades destacam-se:

- Todas as frentes de obra onde se procedam a trabalhos de revolvimento de terras, desaterros, levantamento de pavimentos, desmonte de paredes ou outras ações que possam ter afetação direta do subsolo ou de elementos edificados, realizados por via mecânica ou manual, de forma sistemática e permanente;
- Todas as frentes das obras complementares, onde se inclui a abertura de acessos, a criação de infraestruturas, a colocação de estaleiros e a instalação de equipamentos;
- Nas operações de desmatação e desarborização das áreas a intervencionar no âmbito do projeto da empreitada;
- Nas situações onde estejam identificados valores patrimoniais situados na proximidade de frentes de obra, estaleiros e acessos, deverão os responsáveis pelo Acompanhamento Arqueológico fazer cumprir as medidas de minimização definidas no EIA.

Este acompanhamento deverá permitir uma intervenção atempada de salvaguarda de valores patrimoniais não identificados anteriormente e revelados pela obra, verificando, deste modo, o cumprimento das medidas de minimização estabelecidas.

Em caso de deteção de vestígios arqueológicos durante o processo de acompanhamento arqueológico deverá ser proposto um plano de medidas minimizadoras complementares, a submeter ao Dono de Obra e à DGPC, com vista à definição das medidas de minimização e

de mitigação que venham a ser consideradas necessárias, nomeadamente a realização de eventuais trabalhos de escavação arqueológica (salvaguarda pelo registo científico).

O espólio exumado no decorrer do acompanhamento arqueológico será devidamente tratado e seletivamente lavado e referenciado individualmente (achados cerâmicos, vítreos, líticos, metálicos, osteológicos e outros). Achados arqueológicos móveis efetuados no decurso da obra devem ser colocados em depósito credenciado pela DGPC. Estes serão acondicionados de acordo com as características físicas do mesmo, embalados por contextos em saquetas plásticas devidamente identificadas e guardado em contentores plásticos.

O Acompanhamento Arqueológico deverá ser realizado até cessarem todos os trabalhos que impliquem movimentação dos solos, bem como de todos aqueles que impliquem interferências em zonas de reconhecido potencial arqueológico. O Acompanhamento Arqueológico será dado como terminado, após a concordância e autorização da DGPC.

8.1.2 Relatórios de Progresso

Devem ser elaborados Relatórios Técnicos de periodicidade mensal (ou nos moldes previamente definidos em fase prévia à execução da empreitada), onde se procederá ao registo dos trabalhos acompanhados no âmbito da execução da obra, assim como os resultados obtidos.

Após o término do Acompanhamento Arqueológico, que carece de autorização prévia da DGPC, deverá ser elaborado um Relatório Final, onde se documentará exaustivamente a totalidade dos trabalhos realizados, e acompanhados pela equipa de arqueologia, durante toda a fase de execução da empreitada.

8.1.3 Estrutura dos Relatórios de Progresso

A estrutura dos relatórios de Acompanhamento Arqueológico será elaborada em conformidade com o exposto nos artigos 14º, 15º e 16º do Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos). Os relatórios deverão ser apresentados e sujeitos à aprovação da DGPC (Tutela), nos moldes a serem definidos

previamente à fase de execução da empreitada. Deverá, ainda, ser tida em consideração as normas do Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL).

Tendo em conta o exposto, os Relatórios de Progresso do Acompanhamento Arqueológico deverão contemplar os seguintes pontos:

1. Introdução:

- Identificação do projeto;
- Enquadramento legal;
- Área de incidência do projeto;
- Período temporal em que o relatório se enquadra, e os trabalhos anteriormente realizados.

2. Trabalho de Campo:

- Metodologia dos trabalhos;
- Descrição Pormenorizada do atual estado da empreitada (obra), com indicações das zonas de obra que foram objeto de Acompanhamento;
- Indicação dos vestígios eventualmente detetados, os quais devem ser remetidos para os respetivos mapas de localização (escala de projeto) e acompanhados dos devidos elementos fotográficos;
- No caso anterior deverão ser explicitadas quais as medidas de minimização aplicadas / recomendadas.

3. Conclusões:

- Resumo dos principais aspetos do trabalho desenvolvido.

4. Anexos Técnicos:

- Esboço corográfico (Esc. 1/25.000) com localização colorida da área onde incidiu o trabalho de campo;
- As plantas de projeto deverão ser incluídas apenas quando forem identificados elementos de carácter patrimonial, os quais deverão aqui ser localizados com rigor;
- Fotografias com respetiva legenda;
- Fichas diárias do acompanhamento arqueológico.

5. Bibliografia

Por sua vez, o Relatório Final do Acompanhamento Arqueológico deverá cumprir os seguintes pontos:

1. Introdução:

- Identificação do projeto;
- Enquadramento legal;
- Área de incidência do projeto.

2. Enquadramento Geográfico.

3. Enquadramento Geomorfológico.

4. Enquadramento Histórico.

5. Estratégias e Metodologia da Intervenção.

6. Trabalhos de Campo:

- Descrição dos elementos patrimoniais e arqueológicos e seus respetivos contextos, funcionalidades, cronologias e faseamentos;
- Descrição detalhada do espólio recolhido.

7. Definição e interpretação dos elementos patrimoniais e arqueológicos detetados.

8. Definição de medidas complementares de minimização.

9. Conclusões.

10. Bibliografia.

11. Equipa Técnica.

12. Anexos:

- Inventário total do espólio exumado e desenho dos materiais mais significativos;
- Fichas diárias do acompanhamento arqueológico;
- Plantas dos depósitos estratigráficos e das estruturas identificadas;

• Cortes, perfis estratigráficos e alçados de depósitos sedimentares e das estruturas identificadas;

• Registo fotográfico das diversas fases dos trabalhos e das principais;

• Planta geral de localização do(s) sítios escala 1:25 000 com indicação da(s) folha(s) da CMP;

• Levantamento topográfico do local com indicação das áreas intervencionadas com indicação de escala;

• Planta de projeto com a incidência das áreas intervencionadas com indicação de escala.

8.2 Acompanhamento Arqueológico em Meio Subaquático

Considerando o elevado potencial arqueológico nas áreas ribeirinhas junto ao Rio Tejo, será necessário integrar na equipa de arqueologia um arqueólogo especialista em acompanhamento subaquático.

A arqueologia náutica e subaquática constitui um ramo da arqueologia que recorre às técnicas de acesso ao meio subaquático, ramo que, progressivamente, se vem afirmando como atividade científica e recurso patrimonial ímpar.

A arqueologia e o património subaquáticos vistos, respetivamente, como uma prática científica e um recurso cultural, têm vindo a ser objeto de uma atenção acrescida, tanto pelo público em geral, como pelas entidades públicas responsáveis neste domínio. Uma gestão interveniente nesta área do património arqueológico surgiu, assim, por toda a parte, como resposta aos desafios da sua salvaguarda, estudo e valorização - e que não podem deixar de obedecer a pressupostos de exclusiva índole científica e cultural.

Os trabalhos de acompanhamento arqueológico das zonas imersas incidirão nas áreas de descarga dos túneis TMSA e TCB.

8.2.1 Metodologia no Acompanhamento Arqueológico em Meio Subaquático

O Acompanhamento Arqueológico nas áreas ribeirinhas deverá ser presencial, permanente e aplicado a todas as atividades que impliquem a modificação atual dos solos, por um arqueólogo em cada frente de trabalho sempre que as ações inerentes à realização do projeto não sejam sequenciais, mas simultâneas.

As áreas ribeirinhas deverão ser alvo de prospeção subaquática, prévia à realização dos trabalhos da empreitada, de modo a identificar-se, antecipadamente, vestígios que possam sofrer impactes negativos, propondo-se as necessárias medidas de mitigação a desenvolver. A ficha de prospeção subaquática corresponde ao trabalho de mergulho que foi efetuado, onde se descreve a prospeção que se realizou através do ponto de GPS (ponto central). Este tipo de trabalho designa-se de prospeção por técnica radial, em que se coloca uma fita métrica na ponta do peso e os mergulhadores ficam espaçados entre si numa primeira volta, 1 metro de distância, passando para 2 metros de espaçamento. Cada vez que a radial é completada o mergulhador mais interior avança e o outro avança os 2 metros ou a distância necessária para que se possam ver e ter visibilidade para executar o trabalho. Estas são decididas no plano e adaptadas no mergulho perante a realidade, nomeadamente a percentagem de visibilidade.

8.2.2 Metodologia nas Intervenções Arqueológicas de Registo em Meio Subaquático

As intervenções arqueológicas a realizar em meio subaquático, quando a identificação de vestígios arqueológicos, carecem de uma metodologia específica, que difere da utilizada nos trabalhos em meio terrestre. Na implantação das sondagens deve-se, inicialmente, delimitar-se o sítio arqueológico, e se possível obter uma primeira foto mosaico.

A dimensão das sondagens pode variar consoante a extensão, e tipologia, dos vestígios identificados, sendo de 1x1, 2x2 ou 4x4 m^2. Estas sondagens designam-se de quadrículas e devem ser implantadas com estacas em meio húmido ou aquático, com o auxílio de 2 fitas métricas para se proceder à marcação das sondagens.

Os trabalhos deverão prever, inicialmente, o primeiro registo fotográfico, registo planimétrico e altimétrico. No desenho planimétrico deve confirmar-se qual a escala a utilizar no desenho (1:10, 1:20 ou 1:50). A escavação arqueológica é realizada por unidades estratigráficas com auxílio de ferramentas apropriadas ao contexto.

No meio húmido e subaquático o registo gráfico é feito com a indicação das medidas da estaca que se está a utilizar, o X (linha utilizada da quadrícula e indicação do ponto cardeal, ponto colateral ou ponto subcolateral de referência), a diagonal que se faz da estaca e indicação da quadrícula onde se está a trabalhar. Por último, sempre que se finalizar a escavação ou unidade estratigráfica, deve refazer-se o registo fotográfico e altimétrico.

Durante a intervenção arqueológica, serão utilizadas fichas específicas de registo. As fichas de arqueologia subaquática são compostas por duas partes. A primeira parte corresponde a informações pessoais (o nome dos mergulhadores) e a segunda parte prende-se com informações de carácter laboral, tal como a data dos trabalhos realizados, informações relativas ao sítio, a área do trabalho e o número da ficha (sequencial).

As notas que acompanham a ficha devem sempre vir acompanhadas de um croqui, o mais informativo e detalhado possível. Por exemplo, no caso das sondagens: colocação das sondagens, sondagem a que se refere, ponto de referência próximo e inclusão do Norte geográfico, pois sempre que possível as quadrículas a implementar são sempre direcionadas a Norte.

Por fim, deve se colocar a referência do número da estaca a que pertence o X ou Y (linhas diretoras), a distância da diagonal (partindo do ponto da estaca selecionado) e a referência da quadrícula (por exemplo, 1,2, 3, etc.). Esta informação deverá ser acrescentada numa tabela anexa. Em anexo (consultar anexos, figuras 38 a 47) encontram-se dois exemplos de como preencher as fichas. A primeira é uma súmula do trabalho do arqueólogo em meio terrestre e ambientes húmidos, nas zonas interditais, e a segunda remete para o trabalho em zonas submersas, em contexto de mergulho.

A primeira regra para perceber a atividade de arqueologia e do trabalho de campo começa sempre pelo registo das unidades estratigráficas em que estamos a verificar.

Para maior perceção foram desenvolvidos vários conceitos de registo estipulados por Harris e que implementamos em todas as descrições. Nos anexos, podemos verificar como é uma ficha para cada contexto identificado.

O mapa de espécies acompanha o relatório e corresponde à descrição o mais completa possível segundo vários parâmetros, realizada em Excel e que se encontra em anexo (consultar anexos, figura 48). Este serve para melhor compreender e complementar o relatório, para separar a informação pretendida e utilizá-la sempre que necessário. É extremamente importante que este seja bem preenchido porque representa uma das ferramentas principais para perceber os materiais retirados e que serão alvo de estudo.

8.2.3 Relatórios de Progresso

À semelhança do acompanhamento arqueológico realizado em meio terrestre, devem ser elaborados relatórios técnicos com os resultados do acompanhamento (com a periodicidade previamente definida em fase prévia à execução da empreitada), onde se procederá ao registo dos trabalhos acompanhados no âmbito da execução da obra, os resultados obtidos e as medidas de minimização propostas. Estes relatórios serão enquadrados no Relatório de Progresso do Acompanhamento Arqueológico, constituindo um capítulo próprio, e seguindo os critérios definidos para o primeiro.

8.3 Metodologia de Conservação e Restauro de Espólio em Contexto Subaquático

A metodologia a aplicar em espólio arqueológico exumado em ambientes subaquáticos difere da exposta no ponto 6.3.4.1, a qual passamos a descrever.

8.3.1 Elementos em Pedra

- **Agentes e Mecanismos de Alteração**

Os agentes causais mais comuns de deterioração da pedra são o fator humano, a contaminação do ar, a bio-deterioração sob a forma de microrganismos e animais, as

catástrofes naturais, as alterações climáticas e o agente mais comum, os sais solúveis que penetram nos poros da pedra através da humidade.

- **Dessalinização**

A pedra que permaneceu no solo húmido ou no mar, durante um período prolongado de tempo, esteve em contacto com água que continha sais solúveis. Quando a pedra começa a secar, a humidade evapora-se, mas os sais solúveis permanecem sobre e debaixo da superfície da pedra. À medida que a pedra seca, começam a acumular-se e a cristalizar. O momento crítico ocorre quando a dimensão dos cristais alcança a dimensão dum poro. A pressão de cristalização, que agora ultrapassa o valor de dureza da pedra, começa a destruir a sua estrutura. Isto manifesta-se como desintegração da superfície, separação ou delaminação de secções inteiras do córtex. Os sais que interferem com a pedra podem ser de diversas origens químicas. Os sais mais frequentes são as dos grupos sulfato, cloreto e nitrato. Os sulfatos podem ter origem, por exemplo, numa atmosfera contaminada; os nitratos podem provir de solos; e os cloretos encontram-se com maior frequência no mar, embora também se possam encontrar nas áreas continentais.

Há várias formas de eliminar os sais do material pétreo com êxito. O procedimento mais comum para os fragmentos pequenos é a dessalinização por imersão. A água entra nos poros da pedra e dissolve gradualmente os sais solúveis. Este processo é levado a cabo até conseguir um equilíbrio entre a concentração de sal no banho de dessalinização e a concentração de sais na pedra. Quando se atinge este equilíbrio, remove-se a água salgada e substitui-se com água limpa nova. Se as peças de pedra são demasiado frágeis para suportar o processo de limpeza, pode-se consolidar as superfícies com Paraloid B-72, primeiro. Dado que Paraloid B-72 é algo permeável à água, permitirá que as sais saiam, embora de forma significativamente mais gradual que no material não consolidado.

O acompanhamento do processo realiza-se mediante análise química quantitativa, medindo os valores de pH e medindo a condutividade elétrica do extrato aquoso. Outro procedimento utilizado para peças de maiores dimensões, consiste na cobertura da pedra com várias compressas ou tiras de pasta de papel feitas dum material poroso, em pó ou fibroso, embebidas em água. Pode ser uma mistura de fibras de celulose ou papel, atapulgita,

sepiolita, caulim, pó de pedra e similares. A água das tiras entra na pedra e dissolve as sais. À medida que as compressas secam, a humidade evapora-se, arrastrando os sais até à superfície. Quando a compressa está saturada de sais, retira-se e substitui-se com uma nova compressa limpa. O processo de dessalinização é controlado mediante análise química dos sais, tanto nas compressas saturadas como na própria pedra. O terceiro método para eliminar os sais solúveis prejudiciais envolve métodos químicos, como o processo de conversão do sulfato de cálcio, que é nocivo para o material, em sulfato de bário insolúvel. Este denomina-se método de Lewin, que consiste em tratar a pedra com uma solução de hidróxido de bário.

- **Limpeza**

Antes de limpar, é muito importante ter em conta a diferença entre impurezas e pátina. Pátina é o resultado de processos naturais e "normais" na superfície da pedra, que ocorrem como resultado de processos físicos e químicos lentos. Tal produz uma camada protetora natural fina que, de acordo com a sua composição, pode apresentar várias cores. O componente mais frequente desta camada é o oxalato de cálcio, que é menos solúvel que a calcite mineral e, como tal, atua como uma proteção natural frente a forças externas.

Pelo contrário, as impurezas são uma camada de calcificação acumulada, incrustações de organismos marinhos (se a pedra esteve debaixo de água), vários tipos de descoloração que se criam quando a pedra está em contacto com outros materiais (ferro, bronze, etc.) e compostos que se produzem, como resultado da ação agressiva de sulfatos, cloretos e nitratos.

A limpeza da pedra é um dos problemas de conservação mais complexos, porque engloba numerosos fatores (tipo, qualidade e estado de conservação da pedra, a natureza e intensidade das impurezas, o microclima dum edifício e suas partes individuais, etc.). Cada caso deve ser observado individualmente, uma vez que não existem soluções estabelecidas.

- **Limpeza Mecânica**

Na maioria dos casos, o método mais seguro e satisfatório para eliminar os sais insolúveis da superfície da pedra é o mecânico. A maioria das concreções calcárias podem-se eliminar facilmente, quando estão molhadas, raspando com um bisturi, uma ferramenta dentária ou um aparelho similar. Os cinzéis pneumáticos também são muito úteis. A água de limpeza pode ser água da torneira, mas é melhor que seja destilada ou desionizada.

- **Limpeza com Abrasivos**

A limpeza abrasiva, por exemplo, com jato de areia, remove mecanicamente a camada de impurezas, mas além de remover a sujidade, tende a destruir a pátina natural da pedra, que a protege. Portanto, só se deve realizar em casos excecionais.

- **Limpeza com Compressas**

A limpeza com compressas usa-se, especialmente, quando as impurezas são difíceis de dissolver e quando necessitam de manutenção do contacto com o solvente durante um período prolongado, para posterior extração. O meio (aglomerante) mais utilizado nas compressas é a água, embora também se utilizem outros dissolventes. As compressas também se podem cobrir com uma película de plástico ou um filme transparente, para reter a humidade e prolongar a ação de limpeza. A pasta Mora AB-57 é uma compressa química suave, muito eficaz para limpar pedra calcária e mármore. O seu ingrediente EDTA (ácido etilenodiamino tetra-acético) facilita a dissolução dos sais de cálcio. A compressa contém: bicarbonato de amónio, bicarbonato de sódio, EDTA, carboximetilcelulose e desinfetante, todo dissolvido em água. Monumentique é uma pasta similar à pasta de Mora, cujo ingrediente principal também é EDTA.

- **Limpeza com Agentes Químicos**

Os agentes químicos, como os ácidos, para limpar pedra só se costumam utilizar quando outros procedimentos fracassaram, especialmente quando as impurezas penetraram profundamente nos poros da pedra.

Os sais insolúveis podem ser eliminados quimicamente, mas é importante humedecer previamente a peça, para que não absorba o ácido. O ácido nítrico (Cuidado: Perigoso), o ácido clorídrico (para manchas de carbonato de cálcio) e o ácido oxálico são os mais utilizados. Outro químico útil para eliminar depósitos calcários, como referido anteriormente, é o ácido etilenodiaminotetracético (EDTA).

Uma solução a 5% (máximo) de EDTA (pH 11,5) funciona bem para eliminar o material calcário. As manchas de óxido de ferro podem ser removidas com ácido oxálico a 10%, aplicado localmente na superfície, com cotonetes de algodão. Não se deve usar ácido em rochas sedimentares (por exemplo, pedra calcária, arenisca, etc.), porque as destrói. Os ácidos são de utilização eficaz em rochas ígneas e metamórficas.

- **Limpeza por Ultrassons ou Cavitação**

O método de cavitação tem origem na odontologia e é utilizado para eliminar depósitos finos de calcite. A superfície a limpar é borrifada com um jato fino de água, enquanto a ponta dum alfinete ou uma espátula fina vibra a uma frequência muito alta. Esta vibração cria um efeito de cavitação (a evaporação repentina de água em bolhas), que separa a camada de calcite da superfície da pedra.

O método de cavitação permite um trabalho muito preciso, na remoção de tais incrustações ou descolorações na superfície da pedra, sem causar dano à superfície da pedra no processo. O inconveniente do método é a lentidão (só se pode tratar pequenas superfícies) e, como tal, não se recomenda para objetos de maiores dimensões.

- **Consolidação**

Em relação à proteção da pedra dos efeitos da humidade, da atmosfera e de outras sustâncias prejudiciais, existe uma ampla gama de materiais protetores e métodos de aplicação. É muito importante que os materiais para a proteção da pedra permitam a passagem da água e do vapor, que criem uma barreira contra os agentes externos, que sejam compatíveis com as características petrográficas e físico-químicas da pedra e que tenham o menor impacto possível sobre a aparência do artefacto de pedra tratado. Em geral, usa-se

uma solução diluída de PVA ou Paraloid B-72, para fortalecer completamente a superfície antes de se colar ou reparar. Isso pode ser feito, simplesmente mergulhando as peças numa solução diluída de uma dessas resinas.

- **União e Reconstrução**

Se os artefactos se encontrarem, na sua maior parte, fragmentados, é necessário colar e reconstruir as secções ausentes, na maior medida possível para assegurar sua estabilidade estrutural.

Para unir fragmentos pode-se usar colas, como PVA (V25 ou equivalente) e Paraloid B-72. Os adesivos de ciano-acrilato (*superglues*) são também muito úteis. Para unir fragmentos maiores, recorre-se à ajuda de varetas dentadas não corrosivas (aço inoxidável).

A reconstrução é realizada, principalmente, com resina epóxi e adesivos à base de poliéster, aos quais são adicionadas cargas em função do tipo de pedra (pó de mármore, talco, calcário finamente triturado, etc.). Se a secção a ser reconstruída for muito grande, um "remendo" pode ser feito com pedra. Este é esculpido com ferramentas de alvenaria e, em seguida, colado ao achado original.

8.3.2 Elementos em Madeira

Como material orgânico que é, a madeira decompõe-se, normalmente, devido à degradação biológica e química, quando é enterrada. No entanto, pode sobreviver à exposição prolongada a extrema secura ou humidade.

Para conservar a madeira com sucesso é necessário conhecer a estrutura e os tipos de madeira. As árvores são divididas em duas grandes categorias: madeiras duras e madeiras macias. As madeiras duras referem-se a árvores de folha larga, geralmente caducas, como o carvalho e a bétula. As madeiras macias pertencem a árvores de agulha ou coníferas, como o pinheiro.

A forma como uma tábua de madeira foi originalmente cortada de um tronco também afetará como a tábua, ou um objeto feito com ela, encolherá após passar por qualquer tratamento de preservação.

Na maioria dos ambientes, os principais fatores de degradação da madeira são: ação física (mudanças de temperatura, oscilações na humidade relativa, etc.), ataque de insetos e decomposição por fungos. A decomposição fúngica pode ser eliminada, desde que a madeira seja mantida em ambiente com humidade relativa inferior a 65%.

- **Limpeza Mecânica**

Para este processo são utilizados pincéis, bisturis e outras ferramentas. Além disso, a madeira pode ser humedecida, se necessário, com etanol (nunca com água) para eliminar a sujidade. Se a madeira estiver infestada de insetos ou microrganismos, deve ser tratada com inseticidas ou fungicidas.

- **Restauro**

Após secagem e se necessário, o objeto pode ser remontado, caso esteja fragmentado. Se a peça for pequena e puder ser colada, recomenda-se o uso de cola de cianoacrilato ou PVA, embora também possam ser utilizados outros tipos que adiram bem às superfícies tratadas. Se houver fissuras ou se um objeto precisar de reforço na sua estrutura, as lacunas deverão ser preenchidas com massa para madeira, como Araldit SV 427, uma pasta de resina epóxi de dois componentes. Outras massas comerciais também podem ser usadas. No caso de o objeto exigir resistência adicional, fibras especiais, como fibras de carbono ou fibras de titânio, são utilizadas como material de reforço. Se a perda for grande, faz-se uma substituição com madeira e, a seguir, une-se com adesivos e conectores metálicos não corrosivos, além das diferentes resinas se necessário. Finalmente a madeira é consolidada com uma solução 3-5% de Paraloid B72 em acetona/tolueno.

8.3.2.1 Madeira Impregnada com Água

Quando a madeira passa longos períodos em solo húmido, turfeiras e sítios marinhos, a ação bacteriana causa uma degradação dos componentes da parede celular. Em geral, as substâncias solúveis em água, como o amido e o açúcar, são as primeiras a desaparecer, juntamente com os sais minerais, corantes e outros materiais de ligação. Com o tempo, por meio da hidrólise, a celulose nas paredes das células desintegra-se, deixando apenas uma rede de lignina para sustentar a madeira. Até a lignina se decompõe por um longo período de tempo. Como resultado da desintegração da celulose e da lignina, os espaços entre as células e as moléculas aumentam e a madeira torna-se mais porosa e permeável à água. Todos os elementos deteriorados da madeira, incluindo todas as cavidades celulares e espaços intermoleculares, se enchem de água. A estrutura de lignina remanescente das células da madeira e a água absorvida preservam a forma da madeira. Assim, embora não se altere muito o volume do objeto, este torna-se quase uma esponja. Um objeto de madeira molhado manterá a sua forma enquanto se mantiver húmido. Se a madeira for exposta ao ar, o excesso de água evapora e as forças de tensão superficial resultantes da água em evaporação causam o colapso das paredes celulares enfraquecidas, criando um encolhimento e distorção consideráveis.

- **Limpeza**

Os artefactos de madeira extraídos de solo húmido, leitos de rir lamacentos ou do fundo do mar podem ser cobertos por acumulações de impurezas e sedimentos. Essas acumulações são removidas lentamente sob um fluxo lento de água. Devem ser utilizadas escovas macias e a temperatura da água aumentada para 30° C, para remover as incrustações mais difíceis. As conchas calcárias dos organismos marinhos são frequentes nos objetos extraídos do ambiente marinho. Estas são removidas mecanicamente com bisturis de vários perfis e tamanhos. Também pode haver vestígios de elementos de ferro, como acumulações laranja ou castanho-avermelhado na superfície. As mesmas são eliminadas tratando o objeto com uma solução de EDTA 5%, em água.

- **Dessalinização**

Além da água, a madeira extraída do mar contém sais e a sua dessalinização é fundamental. Tal é realizada mergulhando a madeira num banho de água corrente limpa, ao qual foi adicionado um desinfetante para evitar o desenvolvimento de microrganismos nocivos. O desinfetante pode ser um fungicida, algicida como o ortofenilfenol, mas o mais utilizado é uma mistura de ácido bórico e bórax devido à sua menor toxicidade. Adiciona-se à água de dessalinização uma solução a 2% de uma mistura de ácido bórico e bórax, na proporção de 7:3. A água de dessalinização é trocada, por norma, a cada quatro semanas, até que a concentração dos sais expelidos atinja um máximo constante. Este processo é controlado determinando a quantidade de cloreto numa amostra de água usada para a dessalinização. A condutividade elétrica da amostra de água é medida com um medidor de condutividade. Outros métodos para medir a concentração de cloreto, como titulação potenciométrica, também podem ser usados. Quando o valor medido atinge o valor da água da torneira, o processo de dessalinização é considerado concluído. Se possível, é recomendado continuar a dessalinização em água destilada, para minimizar a quantidade de cloreto na madeira.

- **Impregnação**

A conservação da madeira molhada é um processo complexo, que implica a impregnação da madeira, ou seja, a substituição da água que está no seu interior por um material que fortaleça a estrutura da madeira, eliminando a água de forma a não provocar a constrição ou destruição da madeira.

Método de Polietilenoglicol (PEG)

Após uma limpeza preliminar para retirar toda a sujidade da superfície, o objeto molhado é colocado num tanque ventilado, contendo uma solução de PEG e solvente (água ou álcool). A temperatura do tanque é aumentada gradualmente até que, após um período de dias ou semanas, atinja 60° C. Durante este tempo, a percentagem de PEG na solução aumenta, à medida que se acumula PEG, mediante evaporação do solvente. Durante o processo de conservação, a cera penetra lentamente na madeira, deslocando a água. No final da operação, o objeto de madeira fica coberto com PEG 70-100% fundido, dependendo da

natureza da madeira. O objeto é então retirado, o excesso de cera é removido e o objeto fica a arrefecer. Depois do arrefecimento concluído, qualquer excesso de cera na superfície do objeto é eliminado com uma pistola de ar quente ou água quente. O PEG é solúvel em água e em vários álcoois. A água é geralmente usada em soluções de PEG, a serem aplicadas em objetos grandes, pois é consideravelmente mais barata. Ao usar o PEG em água, é necessário adicionar um fungicida, como o Dowicide 1 (orto-fenilfenol), na quantidade de 0,05 a 0,1% do peso do PEG utilizado.

Para objetos menores, normalmente, é mais conveniente usar álcool na solução de PEG. Isso reduz consideravelmente o tempo total de tratamento e o produto final é mais ligeiro em peso e cor. Para reduzir ainda mais o tempo de tratamento, recomenda-se a etapa adicional de desidratação da madeira, em pelo menos três banhos de etanol, antes de colocá-la na primeira solução de PEG/álcool. Os tratamentos com álcool economizam tempo, mas são menos lucrativos e apresentam os riscos inerentes ao aquecimento de álcool. Uma vez que todos os álcoois são fungicidas, nenhum fungicida é necessário adicionar.

Antes de tomar a decisão de conservar a madeira com PEG, é importante considerar o fato de que o PEG é corrosivo para todos os metais, especialmente o ferro. Por este motivo, os tratamentos PEG não devem ser usados em madeira que estará em contato com qualquer metal.

Método de Sacarose / Açúcar

O procedimento é idêntico ao descrito para PEG, substituindo este por sacarose. A madeira deve ser armazenada em condições de humidade inferior a 70%. Nem deve ser submetida a humidade superior a 80%, devido à possibilidade de formação de condensação na madeira, o que pode filtrar o açúcar para fora. Se o açúcar for selecionado como meio de tratamento, deve-se usar açúcar branco refinado (sacarose pura).

Este método é um meio aceitável de conservar madeira molhada e é o menos caro dos métodos atualmente disponíveis, tornando-se uma alternativa viável quando o custo total de conservação é um fator importante. A madeira tratada com sacarose, no entanto, tem uma cor opaca e tem tendência a formar pequenas fissuras na superfície. O equipamento necessário é o mesmo associado aos tratamentos PEG.

8.4 Registo do Edificado

Relativamente às medidas de minimização específicas a aplicar em possíveis ocorrências patrimoniais de carácter edificado / arquitetónico que venham a ser destruídas pela implementação do projeto, preconiza-se a elaboração de uma memória descritiva exaustiva, registo gráfico e fotográfico de pormenor.

Este registo deverá conter um levantamento patrimonial a ser uniformizado a todas as ocorrências como habitações, estruturas da arquitetura de produção e vernacular, caminhos, casas de apoio agrícola, muros de propriedade, poços, represas, manifestações de religiosidade popular, etc.

Ainda que alguns elementos apresentem um valor próprio pela sua tipologia, expressão arquitetónica ou artística, singularidade ou carácter simbólico e social, a maioria deles só ganha expressão quando integrada no conjunto de testemunhos dos processos de assentamento, das técnicas construtivas, da vivência social, da prática económica ou da expressão simbólica das comunidades que ocuparam nesta zona.

De modo simplificado, diremos que o registo das manifestações da arquitetura tradicional e de todas as atividades desenvolvidas em época que cremos ser moderna e contemporânea, tem como principal objetivo um estudo que personificará a sua salvaguarda na memória futura.

O Estudo sobre os Elementos Edificados cujo registo é considerado parte essencial no processo de conservação de informação, prioritário sempre que uma ocorrência de valor patrimonial se encontre em risco de demolição, destruição, abandono ou relocalização devido a ações naturais ou humanas (UNESCO-ICOMOS; 1996), deverá compreender a conjugação e a interação de distintas metodologias de abordagem, relacionadas com a pesquisa documental, com o trabalho de campo e com o tratamento da informação, de forma a obter uma leitura integrada e completa das estruturas, seu enquadramento historiográfico, socioeconómico e cénico/paisagístico.

A recolha de informação incide sobre o levantamento bibliográfico, com desmontagem comentada, do máximo de informação disponível, de carácter geral e local. A bibliografia de cariz generalista permite o enquadramento das evidências patrimoniais identificadas nas

vivências socioeconómicas, nos usos e costumes típicos da região em estudo. Este enquadramento é, igualmente, relevante para a identificação e caracterização das técnicas construtivas, e eventuais diferenciações a nível cronológico.

8.4.1 Metodologia

Para o registo do edificado, será aplicada a seguinte metodologia:

- Levantamento de planta e alçado da unidade arquitetónica (à escala 1:500 e com amostragens do aparelho construtivo à escala 1:20);
- Registo fotográfico exaustivo do edifício, após a limpeza da vegetação;
- Elaboração da memória descritiva, na qual se caraterizam exaustivamente os elementos arquitetónicos, os elementos construtivos e as técnicas de construção usadas;
- Levantamento Arquitetónico – no caso de um levantamento de pormenor, este será efetuado com aparelho de topografia tipo estação total e apresentado no mínimo à escala 1:100 (ocorrência e envolvência topográfica), escala 1:50 (plantas, alçados e cortes), escala 1:20 (detalhes da técnica construtiva) e escala 1:10 (pormenores arquitetónicos significativos); nos restantes casos, para além da escala de projeto, estes serão apresentados à escala 1:100 (plantas da ocorrência);
- Cartografia da localização da estrutura composta por extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1:25000, e cartografia de projeto, à escala 1:2000.

9. Sensibilização e Informação

Ao abrigo da **MM20** (DIA nº 2961, pág. 20), devem-se realizar ações de formação e de sensibilização para os trabalhadores e encarregados envolvidos na execução das obras relativamente às ações suscetíveis de causar impactes ambientais e às medidas de minimização a implementar, designadamente normas e cuidados a ter no decurso dos trabalhos. Neste contexto, deve ser dado especial enfoque à importância e sensibilidade arqueológica e arquitetónica das áreas de intervenção e zonas envolventes, assim como quais os cuidados a ter com a gestão e proteção do património cultural referenciado.

Entende-se que esta sensibilização deverá acontecer no âmbito da implementação do PGA, da responsabilidade do Adjudicatário "Empreiteiro", razão pela qual lhe incumbirá o desígnio, na pessoa do Gestor para o Património, que enquadrará na sua Equipa.

A calendarização e programação de ações de sensibilização deverá:

a) Evidenciar a relevância dos procedimentos ambientais e patrimoniais, assim como a importância e consequências de não cumprimento;
b) Incidir em procedimentos em caso de acidentes/incidentes.

Este requisito é aplicável a todos os intervenientes na empreitada, incluindo subempreiteiros e prestadores de serviço.

Durante a realização de ações de formação, será entregue um Folheto de Sensibilização e Formação onde estão expostos, de uma maneira muito sucinta, alguns pontos a seguir durante a fase de execução da empreitada (consultar anexos, figuras 49 e 50).

10. Notas Finais

O esforço que o Homem faz na construção de obras, e preservação das mesmas, obriga-nos a todos nós, cidadãos, a respeitar os legados dos nossos antepassados, preservando o que de melhor tem um povo – o seu Património Cultural.

A UNESCO, acerca da Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (de 1972), refere o seguinte: "*serão considerados como património cultural: Os monumentos. – Obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os conjuntos. – Grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excecional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico*".

Tendo, igualmente, em consideração a legislação em vigor, mais concretamente a Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro[12], refere o artigo nº 53, alínea 1, que "*o ato que decrete a classificação de monumentos, conjuntos ou sítios nos termos do artigo nº 15 da presente lei, ou em vias de classificação como tal, obriga o Município em parceria com os serviços da administração central ou regional autónoma responsáveis pelo património cultural, ao estabelecimento de um plano de pormenor de salvaguarda para a área a proteger*". Justifica-se, deste modo, o enquadramento jurídico em que é elaborado o presente Plano de Salvaguarda Patrimonial.

O Plano de Salvaguarda Patrimonial, por outro lado, estabelece um conjunto de normas e metodologias a seguir durante as diferentes fases de construção da empreitada. Tem como objetivo específico garantir, no que diz respeito ao Património Cultural Arquitetónico e Arqueológico, o enquadramento da globalidade das medidas preconizadas na DIA nº 2961, que constitui o ponto II.2.6 do Caderno de Encargos, criando condições para promover a adequada e atempada monitorização da sua eficácia e, se necessário, estabelecer correção

[12] Lei de Bases do Património Cultural, que Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.

dos efeitos negativos sobre os elementos de interesse patrimonial a serem eventualmente interferidos durante a construção do empreendimento. A execução do PSP é pensada na base de uma corresponsabilização entre os intervenientes diretamente relacionados com a obra, delineado de forma a não interferir com o normal andamento da empreitada durante a sua Fase de Execução, mas sem interferir com a proteção de todas as ocorrências patrimoniais identificadas, assim como aquelas ainda por identificar.

São estabelecidas as medidas a desenvolver em cada momento da empreitada, com a indicação dos elementos que constituem a equipa de arqueologia, dos trabalhos a realizar, tanto em campo como em gabinete, assim como a estrutura de todos os documentos que devem ser produzidos e sujeitos à aprovação da Tutela.

Por último, o presente Plano de Salvaguarda Patrimonial encontra-se em estrito cumprimento com o estabelecido na DIA nº 2961, assim como respeitando na íntegra a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei nº 164/2014, de 4 de novembro.

Os arqueólogos,

António Carvalho

Marta Pérez

11. Bibliografia

AA. VV. (2002): *Património Metropolitano. Inventário Geo-referenciado do Património da Área Metropolitana de Lisboa*. CD, Junta Metropolitana de Lisboa, Lisboa.

ADAM, P. (1999): *Roman Buildings: materials and techniques*. London, Routledge.

AGUR, A. M. (1991): *Grant's atlas of anatomy*. 9th Ed. Baltimore. Williams & Wilkins.

ALARCÃO, Jorge de (1988): *Roman Portugal*. Londres, Warminster, p. 157.

ALARCÃO, J. de (1988): *O domínio romano em Portugal*. Europa América, Mem Martins.

ALARCÃO, J. de (1998): "A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal". *Conimbriga*, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 37, pp 89-119.

ALQAHTANI, S. J.; **HECTOR**, M.P.; **LIVERSIDGE**, H. M. (2010): "Brief communication: The London Atlas of human development and eruption". American Journal of Physical Anthropology, 142, pp. 481-290.

ASHMORE, W.; **KNAPP**, A. B. (1999): *Archaeologies of Landscape, Contemporary Perspectives.* Blackwell Publishers, Oxford.

BALLART i HERNÁNDEZ, J. (1997): *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso.* Akal, Barcelona.

BASS, W. M. (1995): *Human osteology, a laboratory and field manual*. 4th Ed. Columbia. Missouri Archaeological Society.

BENCATEL, D. O. (2009): "Sarcófagos e sepulturas medievais (Maia e Matosinhos): análise tipológica e cronológica". Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 12, nº2, pp. 209-238.

BLOT, Maria Luísa (2003): "Os Portos na Origem dos Centros Urbanos. Contributo para a Arqueologia das Cidades Marítimas e Flúvio-Marítimas em Portugal". *Trabalhos de Arqueologia*, 20. Instituto Português de Arqueologia.

BRANDI, C. (2003): *Teoria da Restauração*. Tradução de António de Borja Araújo (Engenheiro Civil IST).

BRUZEK, J. (2002): "A Method for Visual Determination of Sex, Using the Human Hip Bone". American Journal of Physical Anthropology, 117, pp. 157-168.

BOTELLA, M.; **ALEMÁN**, I.; **JIMÉNEZ**, S.A. (2000.): *Los huesos humanos: manipulación y alteraciones.* Barcelona. Ed. Bellaterra.

BUIKSTRA, J.E.; **UBELAKER**, D.H. (1994): Standards for data collection from human skeletal remains: Proceedings of a Seminar at the Field Museum of Natural History. Fayetteville, Arkansas Archaeological Survey.

CARANDINI, A. (1997): *Historias en la Tierra. Manual de Excavación Arqueológica.* Editorial Crítica.

CARDOSO, João Muralha (1988a): "Carta Arqueológica do Concelho de Lisboa", Lisboa. *Revista Municipal*, Ano XLIX, 2.ª Série, N.º 23, 1.º Trimestre. Câmara Municipal de Lisboa - D. S. C. C., Lisboa, p. 3-15.

CARDOSO, João Muralha (1988b): "Carta Arqueológica do Concelho de Lisboa", Lisboa. *Revista Municipal*, Ano XLIX, 2.ª Série, N.º 24, 2.º Trimestre, Câmara Municipal de Lisboa - D. S. C. C., Lisboa, p. 3-25.

CARDOSO, H. F. V. (2005): Patterns of Growth and Development of the Human Skeleton and Dentition in Relation to Environmental Quality. A Biocultural Analysis of a 20th Century Sample of Portuguese Documented Subadult Skeletons. McMaster University Hamilton, Ontario. [PhD thesis of Philosophy].

CARVALHO, V.; Inácio, I. (2013): "O projeto de investigação arqueológica do núcleo do castelo de leiria: enquadramento, objetivos e resultados". *Arqueologia em Portugal – 150 anos*. Oficina de Artes Gráficas, Lda, Lisboa, pp. 157-164.

CARVALHO, V.; **INÁCIO**, I.; **LOURENÇO**, M.; **ASSIS**, S. (2013): "Necrópole da igreja de nossa senhora da pena (castelo de leiria) – primeiros resultados". Arqueologia em Portugal – 150 anos. Oficina de Artes Gráficas, Lda, Lisboa, pp. 1139-1143.

CRIADO BOADO, F. (1993): "Límites y posibilidades de la arqueología del paisaje". *SPAL*, 2, Sevilha, pp. 9-55.

CRUBÉZY, E. (2000): "L'étude des sépultures ou du monde des morts au monde des vivants: anthropologie, archéologie funéraire et anthropologie de terrain". *In* Ferdiére, A. (ed) (2000): *L'Archéologie Funéraire*. Paris: Collections Archéologiques. Editions Errance, pp. 8-54.

DOEHNE E.; **PRICE**, C. A. (2010): *Stone conservation. An overview of current research*. The Getty Conservation Institute

DUDAY, H. (2006): *L'árcheothanatologie ou l'árchéologie de la mort (Archaeoetnoanatology of the archaeology of death)*. Gowland, R, Knüssel, C (eds) Social Archaeology of funerary remains. Oxbow Books. Oxford, pp. 30-56.

FEREMBACH, (1980): "Recommendations for Age and Sex Diagnoses of Skeletons". *In*: *Chiarelli, A. B. (ed). Journal of Human Evolution*. London, Academic Press Inc. 9, pp. 517-449.

FERREIRA, Fátima C. G.; **CARVALHO**, José S.; **PONTE**, Teresa N., coord. (1987): *Guia Urbanístico e Arquitetónico de Lisboa*. Associação de Arquitetos Portugueses, Lisboa.

FERREIRA, MT. (2002): *Cremações de Casal Pianos: relatório preliminar*. Coimbra. Lab. Paleodemografia e Paleopatologia. DAUC.

FIGUEIRA, F.; **PAIS**, A. (2007): "Terminologia para a definição da conservação-restauro do património cultural material". *Conservar Património*, 6, pp. 55-56. Associação Profissional de Conservadores Restauradores de Portugal, Lisboa, Portugal.

FRANÇA, José Augusto (1989): *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitetura Pombalina*. Biblioteca Breve, Volume 12, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação, Amadora.

FRADE, H; **CAETANO**, J. C. (1993): "Ritos funerários romanos no nordeste alentejano". *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 847-873.

FULLER, J. L.; **DENEHY**, G. E. (1999): *Concise dental anatomy and morphology*. 3 Ed. Iowa. Library of Congress.

GHETTI, N. (2015): "Preservação, Salvaguarda e Conservação Arqueológica: A Reserva Técnica de Material Orgânico do Departamento de Arqueologia da UFPE". *Clio Arqueológica*, V30N2, pp. 100-153.

HAMILTON, D. L. (1997): *Basic methods of conserving archaeological material culture*. Texas A&M University, Washington D.C.

HARRIS, Edward C. (1991): *Principios de Estratigrafía Arqueológica.* Editorial Crítica, Barcelona.

HENRY, A.; **PEARCE**, J. (2006): *Stone Conservation. Principles and Practice*. Routledge, London & New York.

HENDERSON, J. (1987): "Factors determining the state of preservation of human remains". *In* Boddington, A., Garland, A. N., Janaway, R. C. (ed). *Death, decay and reconstruction: approaches to archaeology and forensic science*. Manchester, Manchester University Press, pp. 43-54.

HENRIQUES, Fernando J. Robles (2015): *Sondagens Arqueológicas Realizadas em Imóvel Situado no Largo do Intendente, n.º 40 – 42, e Travessa da Cruz aos Anjos, n.º 19 – 21 (Lisboa)*. Relatório da Intervenção arqueológica.

HILLSON, S. (1996): *Dental Anthropology*. Cambridge. Cambridge University Press.

INTERNATIONAL CENTRE FOR UNDERWATER ARCHAEOLOGY IN ZADAR (2014): *Conservation of underwater archaeological finds*. Manual, Zadar.

JORGE, M.: *A importância de uma oficina de Conservação e Restauro no Concelho de Macedo de Cavaleiros*. Trabalho de Licenciatura em Tecnologia de Conservação e Restauro, no Instituto Politécnico de Tomar.

LARSEN, C. S. (1997): *Bioarchaeology. Interpreting behavior from the human skeleton*. Cambridge University Press. Cambridge.

LEWIS, M. E. (2004): "Endocranial lesions in non-adult skeletons: understanding their aetiology". *International Journal of Osteoarchaeology*, 14, pp. 82-97.

LEWIS, M. E. (2017): *Paleopathology of Children: Identification of pathological conditions in the human skeletal remains in non-adults*. UK, Academic Press.

LOPES, F. (2017): "Boas Práticas - Relatório Prévio". *P&C*, 63, pp. 8-11.

LUKACS, J. R. (1989): "Dental Paleopathology: Methods for reconstructing dietary patterns". *In: Iscan, M.Y.; Kennedy, K.A.R. (eds.). Reconstruction of life from the skeleton*. New York, Alan R. Liss, pp. 261-286.

MCKINLEY, J.; **ROBERTS**, C. (1993): *Excavation and post-excavation treatment of cremated and inhumed human remains*. Institute of Field Archaeologists. Technical Paper n. 13.

MURAIL, P.; **BRUZEK**, J.; **HOUËT** F.; **CUNHA**, E. (2005): "DSP: A tool for probabilistic sex diagnosis using worldwide variability in hip-bone measurements". *Bulletins et memories de la Société d'Anthropologie de Paris*, 17, pp. 167-176.

NATIONAL RESEARCH INSTITUTE OF CULTURAL HERITAGE (2012): *Conservation of wooden objects*.

NEVES, M. J.; **FERREIRA**, M. T.; **ALMEIDA**, M.; **BASÍLIO**, L.; **TAVARES**, P. (sd): "A escavação de necrópoles e recuperação de vestígios osteológicos humanos em contextos de emergência: questões de método e de princípio". *Atas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. No prelo.

ORTNER, D.J. (2003): *Identification of pathological conditions in human skeletal remains*. USA, Academic Press.

PAIS, J.; et all. (2006): *Notícia Explicativa da Carta Geológica de Portugal, Folha 34-D Lisboa*. Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Lisboa.

PEARSON, C. (1987): *Conservation of marine archaeological objects*. Canberra College of Advanced Education, Australia.

PEREIRA, André; **HENRIQUES**, Fernando J. Robles; **ANTÓNIO**, Telmo (2016): *Rua do Arco da Graça, 2 – 4 (Santa Maria Maior, Lisboa). Relatório das sondagens arqueológicas realizadas no âmbito de um licenciamento de Obras de Reconstrução, Alteração e Ampliação de um Edifício*.

PÉREZ DE ANDRÉS, C.: "La Conservación del Material Arqueológico Subacuático. El Arqueólogo y el Restaurador Ante las Primeras Intervenciones." *Monte Buciero*, 9, pp. 85-93.

RENFREW, C.; BAHN, P. (1991): *Archaeology. Theories, Methods and Pratice.* Thames and Hudson ed.

ROLO, M. S. (2015): "A necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora)". *In: Branco, G.; Rocha, L.; Duarte, C.; de Oliveira, J.; Ramírez, P. B. (eds.). Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário. Actas do II Congresso Internacional Sobre Arqueologia de Transição (29 de Abril a 1 de Maio 2013)*, pp.146-153.

RUPPÉ, C.V.; **BARSTAD**, J. (2002): *International handbook of underwater archaeology*. The plenum series in underwater archaeology, INA, Texas A&M University

SILVA, F. (1998): "As cremações vistas desde a sua origem até à Época Romana: algumas considerações relativas ao como e porquê desta prática funerária". *Seminário em Antropologia Biológica*. Coimbra. D.A.U.C. Policopiado.

SILVA, F. (1999): "Cremações: métodos e técnicas empregues na análise de restos ósseos humanos". *Monografia de Investigação em Antropologia Biológica*. Coimbra. D.A.U.C. Policopiado.

SILVA, F. (2007): "Abordagem ao ritual funerário da Cremação através da análise dos restos ósseos". *Al-Madan*, IIª série, nº 15.

SCHAEFER, M.; **BLACK**, S.; **SCHEUER**, L. (2009): *Juvenile Osteology: a laboratory and field manual*. San Diego, Elsevier.

SCOTT, G. R.; **IRISH**, J. D. (2017): *Human Tooth Crown and Toot Morphology: The Arizona State University Dental Anthropology System*. Cambridge, Cambridge University Press.

SIANTO, L.; **SANTOS**, A. L. (2014): *Manual resumido para recolha de amostras para estudos paleoparasitológicos e de paleodieta. Cadernos do GEEvH, 3 (2)*, pp. 35-42.

SILVA, A. M. (1995): "Sex assessment using the calcaneus and talus". *Antropologia Portuguesa*, 13, pp. 107-119.

STECKEL, R. H.; **LARSEN**, C. S.; **SCIULLI**, P. W.; **WALKER**, P. L. (2018): "Data Collection Codebook". *In: Steckel, R. H.; Larsen, C. S.; Roberts, C. A. (eds.). The Backbone of Europe: Health, Diet, Work and Violence over Two Millennia*. UK, Cambridge University Press, pp. 397-427.

TENTE, C; **CARVALHO**, A. F. (2015): "Sepulturas e necrópoles alto-medievais na investigação arqueológica portuguesa: metodologias, problemáticas e perspetivas". *In: Castillo, J. A. Q.;*

Sevillanos, S. (eds.). Identidad y etnicidad en Hispania. Propuestas teóricas y cultura material en los siglos V-VIII. Universidad del País Vasco, Espanha, pp. 125-144.

TENTE, C.; **LOURENÇO**, S. (2002): "Sepulturas Medievais do Distrito de Évora". *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 5, nº 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 239-258.

TURNER, C. G., II; **NICHOL**, C. R.; **SCOTT**, G. R. (1991): "Scoring procedures for key morphological traits of the permanent dentition: The Arizona State University Dental Anthropology System". *In: Kelley, M. A.; Larsen, C. S. (eds.) Advances in Dental Anthropology*. New York, Wiley-Liss, pp. 13-31.

UBELAKER, D. (1989): *Human skeletal remains: excavation, analysis, interpretation*. 2nd Ed. Washington. Taraxacum.

UBELAKER, D. (1997): "Taphomic applications in forensic anthropology". *In* Haglund, W. D., Sorg, M. H. (ed.), *Forensic Taphonomy: the postmortem fate of human remains*. Boca Raton. CRC Press, pp. 77-90.

VIEGAS, J. R.; **NOLLEN**, J. U. S.; **DIAS**, M. L. F. (1981); "A necrópole de Santo André". *Conimbriga*, Vol. 20, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra: https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_20_1.

WASTERLAIN, S. (2000): Morphé. *Análise das proporções entre os membros, dimorfismo sexual e estatura de uma amostra da Coleção de Esqueletos Identificados do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra*. Dissertação de Mestrado em Evolução Humana. D.A.U.C. Coimbra.

WASTERLAIN, R. S. N. (2006): *"Males" da Boca: estudo da patologia oral numa amostra das colecções osteológicas identificadas do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra (finais do séc. XIX/ inícios do séc. XX)*. Tese de Doutoramento para a obtenção do grau de Doutor em Antropologia apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra.

WHITE, T. D.; **BLACK**, M. T.; **FOLKENS**, P. A. (2012): *Human Osteology*. 3th Edition. ELSEVIER.

ZBYSZEWSKI, G. (1963): *Carta Geológica dos Arredores de Lisboa – Notícia Explicativa da Folha 4 – Lisboa*. Serviços Geológicos de Portugal, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, Lisboa.

CARTOGRAFIA:

Carta Geológica de Portugal, folha 34D Lisboa, escala 1:50000, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Lisboa, 1993.

Carta Militar de Portugal, escala 1:25000, folha 431 (Lisboa), Instituto Geográfico do Exército, Lisboa.

Planta Topográfica de Lisboa, 1904 – 1910, folhas 5C, 6C, 7C, 8C, 6D, 7D, 8D, 7E, 7F, 7H, 7I e 7J, sob a direcção de Júlio António Vieira da Silva Pinto, Arquivo Municipal de Lisboa (de consulta na Internet).

Portal do Arqueólogo: Base de Dados Nacional de Sítios Arqueológicos - Endovélico), da responsabilidade da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

SIPA, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

Ulysses, sistema de informação do património classificado: Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

Google Earth e ***Google Maps***: Google LLC.

ESTUDOS:

4RS/Câmara Municipal de Lisboa (2017): *Relatório Síntese do Estudo de Impacte Ambiental dos Túneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016-2030*.

HENRIQUES, F. R.; **MONTEIRO**, M. (2017): *Relatório sobre a Avaliação do Fator Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnográfico do Estudo de Impacte Ambiental de Dois Túneis de Drenagem de Lisboa*. Emerita.

MOTA-ENGIL; **SPIE BATIGNOLLES** (2020): Empreitada de Execução dos Túneis de Drenagem da cidade de Lisboa e Intervenções Associadas. Memória Justificativa e Descritiva do Modo de Execução da Obra.

ROCHA, A.; **FIGUEIRA**, N.; **INOCÊNCIO**, J. (2017): *Santa Apolónia – Sondagens Arqueológicas. Plano Geral de Drenagem de Lisboa. Relatório Final*. Arqueohoje.

PLANOS:

Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo, 1.ª Fase. Análise e Diagnóstico da Situação de Referência. Anexo Temático 8 – Usos e Ocupação do Domínio Hídrico, Ministério do Ambiente, Lisboa, 2001.

Plano Diretor Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2012.

WEBGRAFIA:

Arquivo Municipal de Lisboa: arquivomunicipal.cm-lisboa.pt

Câmara Municipal de Lisboa (CML): www.ulisses.cm-lisboa.pt

Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN): www. monumentos.pt

Direção Geral do Património Cultural (DGPC): www.patrimoniocultural.gov.pt

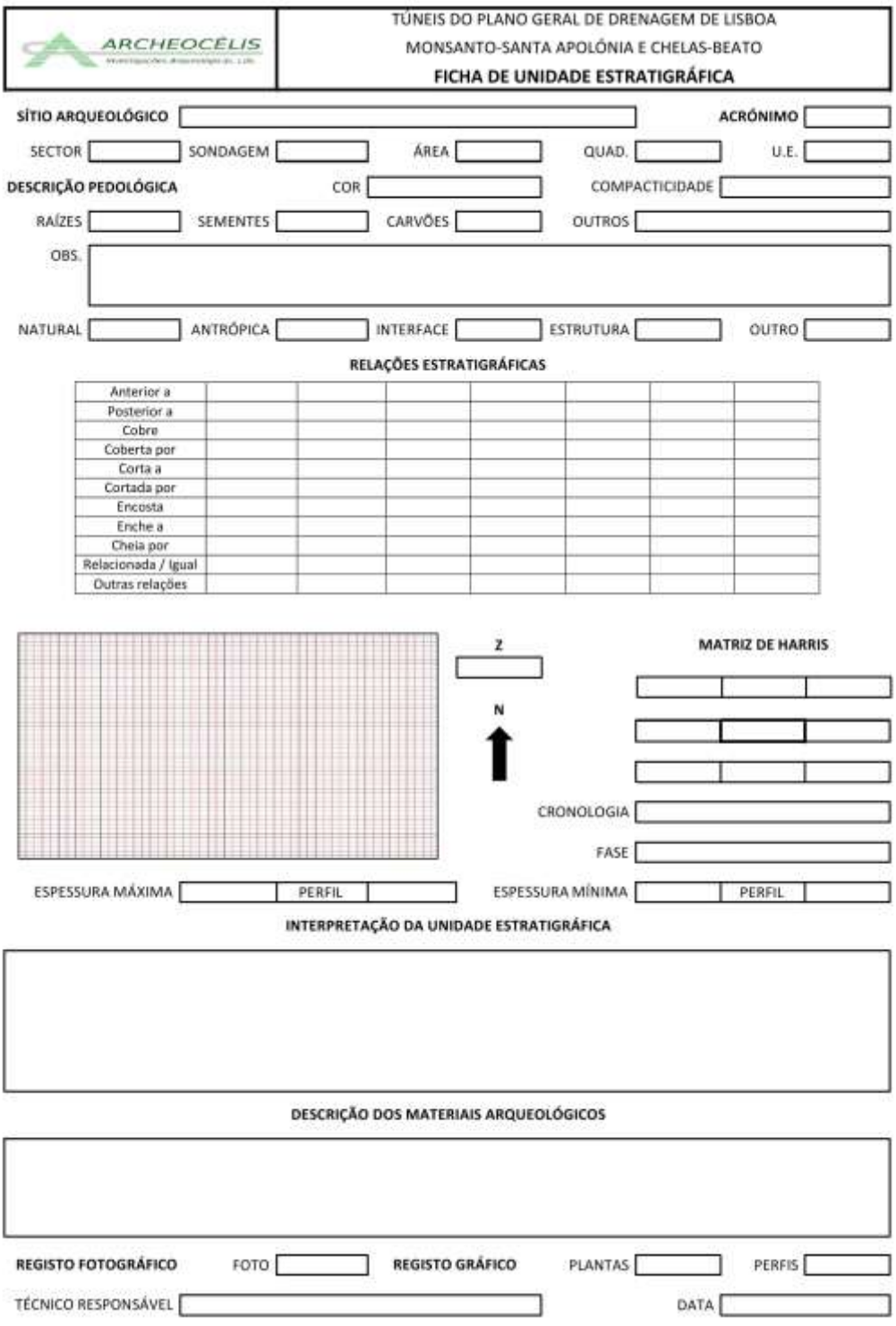
Exército Português: www.exercito.pt/bibliopac

Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR): www.ippar.pt

Património Geológico de Portugal*:* Inventário de geossítios de relevância nacional, da responsabilidade da Universidade do Minho.

ANEXOS

FICHAS DE CAMPO
E
FICHAS DE INVENTÁRIO



TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA
MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO
FICHA DE UNIDADE ESTRATIGRÁFICA

SÍTIO ARQUEOLÓGICO | **ACRÓNIMO**

SECTOR | SONDAGEM | ÁREA | QUAD. | U.E.

DESCRIÇÃO PEDOLÓGICA | COR | COMPACTICIDADE

RAÍZES | SEMENTES | CARVÕES | OUTROS

OBS.

NATURAL | ANTRÓPICA | INTERFACE | ESTRUTURA | OUTRO

RELAÇÕES ESTRATIGRÁFICAS

Anterior a							
Posterior a							
Cobre							
Coberta por							
Corta a							
Cortada por							
Encosta							
Enche a							
Cheia por							
Relacionada / Igual							
Outras relações							

Z

N

MATRIZ DE HARRIS

CRONOLOGIA

FASE

ESPESSURA MÁXIMA | PERFIL | ESPESSURA MÍNIMA | PERFIL

INTERPRETAÇÃO DA UNIDADE ESTRATIGRÁFICA

DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

REGISTO FOTOGRÁFICO | FOTO | **REGISTO GRÁFICO** | PLANTAS | PERFIS

TÉCNICO RESPONSÁVEL | DATA

Figura 23 – Modelo de Ficha de Unidade Estratigráfica (folha 1).

FICHA DE ESTRUTURA

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS					
ESTADO DE CONSERVAÇÃO		DIMENSÕES		POSIÇÃO	
Vestigial		Comprimento		Cota máxima	
Mau		Largura		Cota mínima	
Razoável		Altura		Orientação	
Bom		Diâmetro		Inclinação	
Muito Bom		Espessura			

ESTRUTURA NEGATIVA									
PLANTA		PAREDES		FUNDO		PERFIL		REVESTIMENTO	
Circular		Introvertidas		Plano		Em "U"		Não	
Sub-circular		Extrovertidas		Côncavo		Em "V"		Sim	
Elíptica		Verticais		Convexo		Em "saco"		Tipo de revestimento	
Sub-elíptica		Irregulares		Em "V"		Piriforme		Argila	
Sub-quadrangular		Outra:		Irregular		Troncocónico		Argamassa	
Em "8"				Outro:		Cilíndrico		Outro:	
Irregular						Irregular			

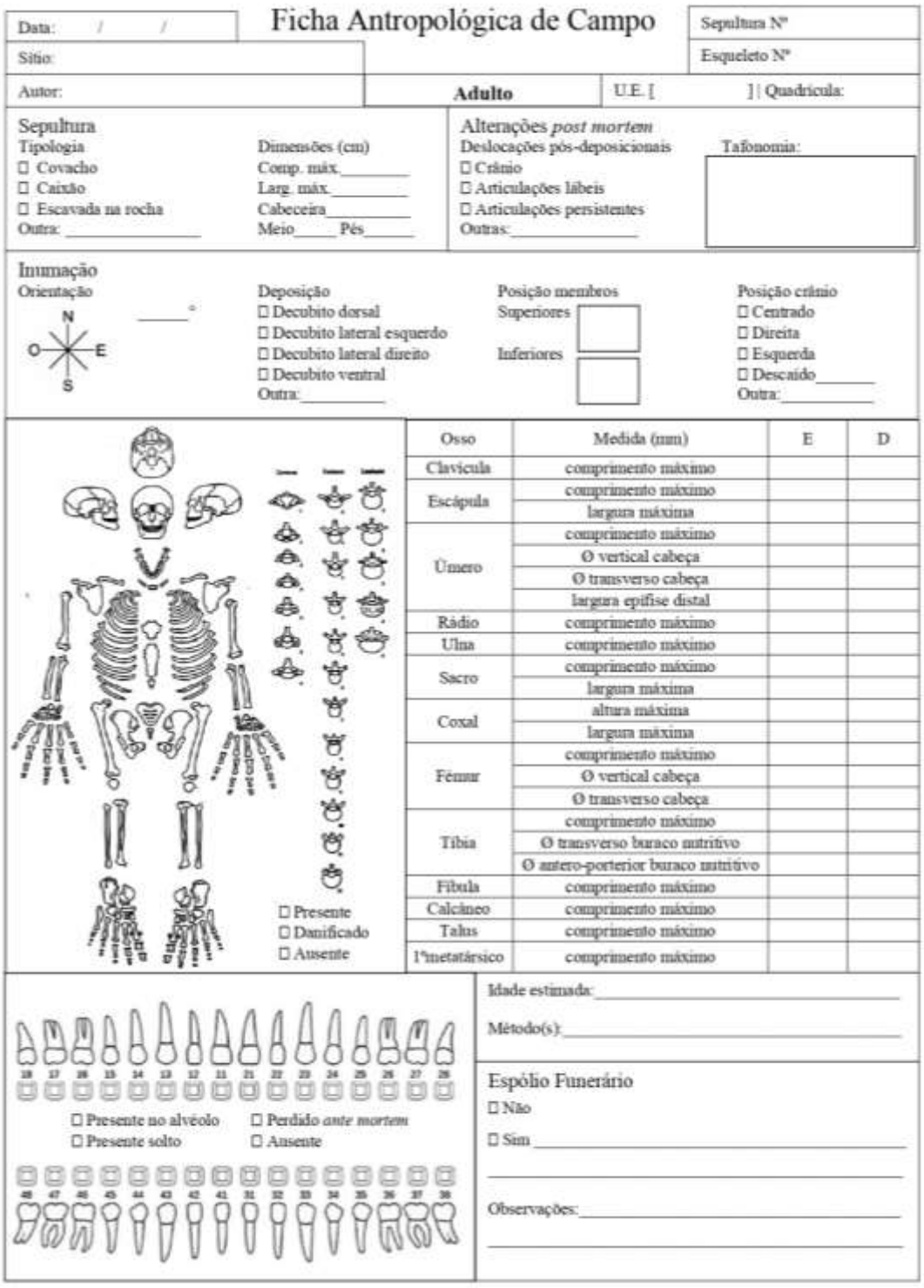
ESTRUTURA POSITIVA									
PLANTA	Retilínea		Circular		Curva		Irregular		Outra:
MATERIAL CONSTRUTIVO									
TIPO		CONSISTÊNCIA		TEXTURA		TAMANHO DO CONSTITUINTE			
Pedra		Muito solta		Muito macia		Muito pequeno			
Madeira		Solta		Macia		Pequeno			
Adobe (terra/argila)		Moderadamente compacta		Média		Médio			
Argamassa Cerâmica		Compacta		Grosseira		Grande			
Metal		Muito compacta		Muito grosseira		Muito grande			
Vegetal		Obs.:							
Outro:									
MATERIAL DE UNIÃO E APARELHO									
TIPO		CONSISTÊNCIA		TEXTURA		APARELHO			
Argamassa		Muito solta		Muito macia		Granito			
Terra		Solta		Macia		Xisto			
Argila		Moderad. Compacta		Média		Calcário			
Cimento		Compacta		Grosseira		Mármore			
Vegetal		Muito compacta		Muito grosseira		Outro:			
Nenhum (em seco)		Outra:		Outra:					
Outro:									

NOTAS:

Figura 24 – Modelo de Ficha de Unidade Estratigráfica (folha 2).



Figura 25 – Modelo de Etiquetas de Espólio Arqueológico.



Ficha Antropológica de Campo

Data: / /
Sepultura Nº
Sítio:
Esqueleto Nº
Autor:
Adulto
U.E. [ ] | Quadrícula:

Sepultura
Tipologia
☐ Covacho
☐ Caixão
☐ Escavada na rocha
Outra: _____
Dimensões (cm)
Comp. máx._____
Larg. máx._____
Cabeceira_____
Meio_____ Pés_____

Alterações *post mortem*
Deslocações pós-deposicionais
☐ Crânio
☐ Articulações lábeis
☐ Articulações persistentes
Outras:_____
Tafonomia:

Inumação
Orientação
N O E S
_____°
Deposição
☐ Decubito dorsal
☐ Decubito lateral esquerdo
☐ Decubito lateral direito
☐ Decubito ventral
Outra:_____
Posição membros
Superiores
Inferiores
Posição crânio
☐ Centrado
☐ Direita
☐ Esquerda
☐ Descaído_____
Outra:_____

☐ Presente
☐ Danificado
☐ Ausente

Osso	Medida (mm)	E	D
Clavícula	comprimento máximo		
Escápula	comprimento máximo		
	largura máxima		
Úmero	comprimento máximo		
	Ø vertical cabeça		
	Ø transverso cabeça		
	largura epífise distal		
Rádio	comprimento máximo		
Ulna	comprimento máximo		
Sacro	comprimento máximo		
	largura máxima		
Coxal	altura máxima		
	largura máxima		
Fémur	comprimento máximo		
	Ø vertical cabeça		
	Ø transverso cabeça		
Tíbia	comprimento máximo		
	Ø transverso buraco nutritivo		
	Ø antero-porterior buraco nutritivo		
Fíbula	comprimento máximo		
Calcâneo	comprimento máximo		
Talus	comprimento máximo		
1ºmetatársico	comprimento máximo		

☐ Presente no alvéolo
☐ Presente solto
☐ Perdido *ante mortem*
☐ Ausente

Idade estimada:_____
Método(s):_____

Espólio Funerário
☐ Não
☐ Sim _____
_____
Observações:_____
_____

Figura 26 – Modelo de Ficha Antropológica de Campo, adaptada (folha 1).

Data: / /

Ficha Antropológica de Campo

Sepultura Nº

Sítio:

Esqueleto Nº

Autor:

Não adulto

U.E. [ ] | Quadrícula:

Sepultura

Tipologia
☐ Covacho
☐ Caixão
☐ Escavada na rocha
Outra: _____

Dimensões (cm)
Comp. máx._____
Larg. máx._____
Cabeceira_____
Meio_____ Pés_____

Alterações *post mortem*

Deslocações pós-deposicionais
☐ Crânio
☐ Articulações lábeis
☐ Articulações persistentes
Outras:_____

Tafonomia:

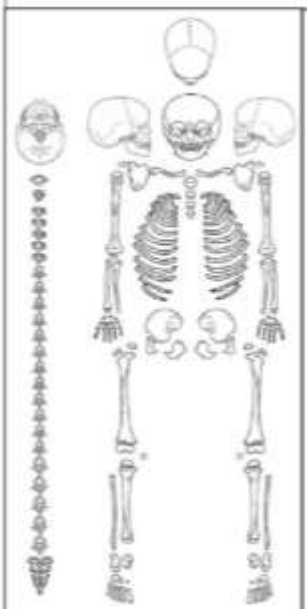
Inumação

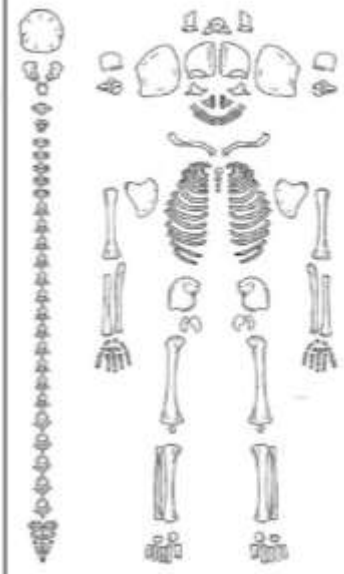
Orientação
N
O E
S
_____°

Deposição
☐ Decubito dorsal
☐ Decubito lateral esquerdo
☐ Decubito lateral direito
☐ Decubito ventral
Outra:_____

Posição membros
Superiores ☐
Inferiores ☐

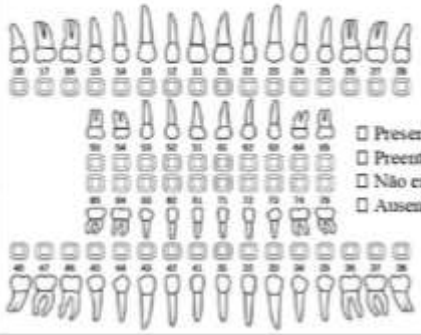
Posição crânio
☐ Centrado
☐ Direita
☐ Esquerda
☐ Descaído_____
Outra:_____





☐ Presente ☐ Ausente ☐ Danificado

Osso	Medida (mm)	E	D
Pars basilaris	comp. máx.		
	comp. sagital		
	larg. máx.		
Pars lateralis	comp. máx.		
	larg. máx.		
Pars Petrosa	comp. máx.		
	larg. máx.		
Mandíbula	comp. corpo		
	largura		
	comp. obl.		
Clavícula	comp. máx.		
Escápula	comp. máx.		
	larg. máx.		
Úmero	comp. max.		
	larg. epífise distal		
Rádio	comp. max.		
Ulna	comp. max.		
Ilium	comp. máx.		
	larg. máx.		
Ischium	comp. máx.		
	larg. máx.		
Pubis	comp. max.		
Fémur	comp. max.		
Tíbia	comp. max.		
Fíbula	comp. max.		
1ºmetatársico	comp. max.		



☐ Presente no alvéolo
☐ Presente solto
☐ Não erupcionado
☐ Ausente

Idade estimada:_____

Método(s):_____

Espólio Funerário

☐ Não

☐ Sim _____

_____

Observações:_____

_____

Figura 27 – Modelo de Ficha Antropológica de Campo, adaptada (folha 2).



Ficha Antropológica de Campo

Data: / /
Sitio:
Autor:
Sepultura Nº
Esqueleto Nº
U.E. [ ] | Quadrícula:

Patologias

☐ Oral:
☐ Infeciosa:
☐ Traumática:
Outras:

Indicadores de Stress Fisiológico

☐ Hipoplasias esmalte dentário
☐ Hiperostose Porótica
☐ *Cribra Orbitalia*
Observações

Notas e esquemas

Croqui

Figura 28 – Modelo de Ficha Antropológica de Campo, adaptada (folha 3).

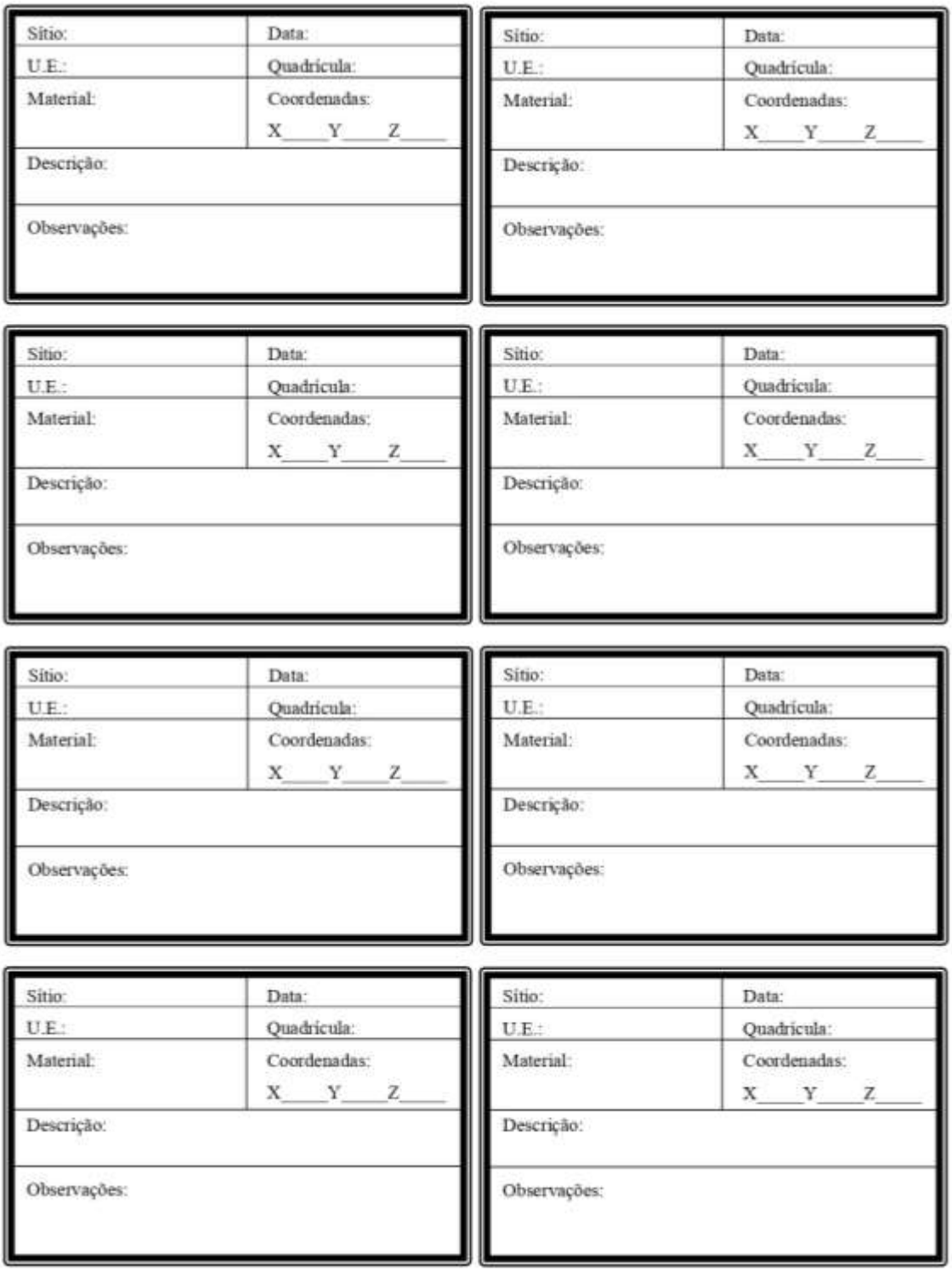


Figura 29 – Modelo de Etiquetas de Registo de Espólio Osteológico.

ARCHEOCÉLIS	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO	
	FICHA DIÁRIA - ARQUEOLOGIA	CÓDIGO:
		DOC. Nº: 001/2021

FICHA DIÁRIA DE ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO

LOCALIZAÇÃO:	PK:
CARTA MILITAR Nº:	COORDENADAS:
DATA:	RESPONSÁVEL:
TIPO DE TRABALHOS:	

DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS:
ESTRATIGRAFIA:

Figura 30 – Modelo de Ficha Diária de Acompanhamento Arqueológico (folha 1).

ARCHEOCÉLIS	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO	
	FICHA DIÁRIA - ARQUEOLOGIA	CÓDIGO:
		DOC. Nº: 001/2021

OCUPAÇÃO DO SOLO:
OCORRÊNCIAS DETETADAS:
MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO PROPOSTAS:
OBSERVAÇÕES / REGISTO FOTOGRÁFICO:

Figura 31 – Modelo de Ficha Diária de Acompanhamento Arqueológico (folha 2).

ARCHEOCÉLIS	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL — DOC. Nº

DESIGNAÇÃO:		Nº:
DISTRITO / CONCELHO / FREGUESIA:		
LUGAR:	COORDENADAS (Graus Decimais):	CARTA MILITAR:

ACESSOS / ENDEREÇO:	
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO:	
TIPOLOGIA / CATEGORIA:	CRONOLOGIA:
CLASSIFICAÇÃO:	
ESPÓLIO:	
FONTE / BIBLIOGRAFIA:	

USO DO SOLO:	ESTADO DE CONSERVAÇÃO:
RISCO DE IMPACTE:	VALOR PATRIMONIAL:

DESCRIÇÃO:

DATA:	RESPONSÁVEL:

Figura 32 – Modelo de Ficha de Ocorrência Patrimonial – Memória Descritiva.

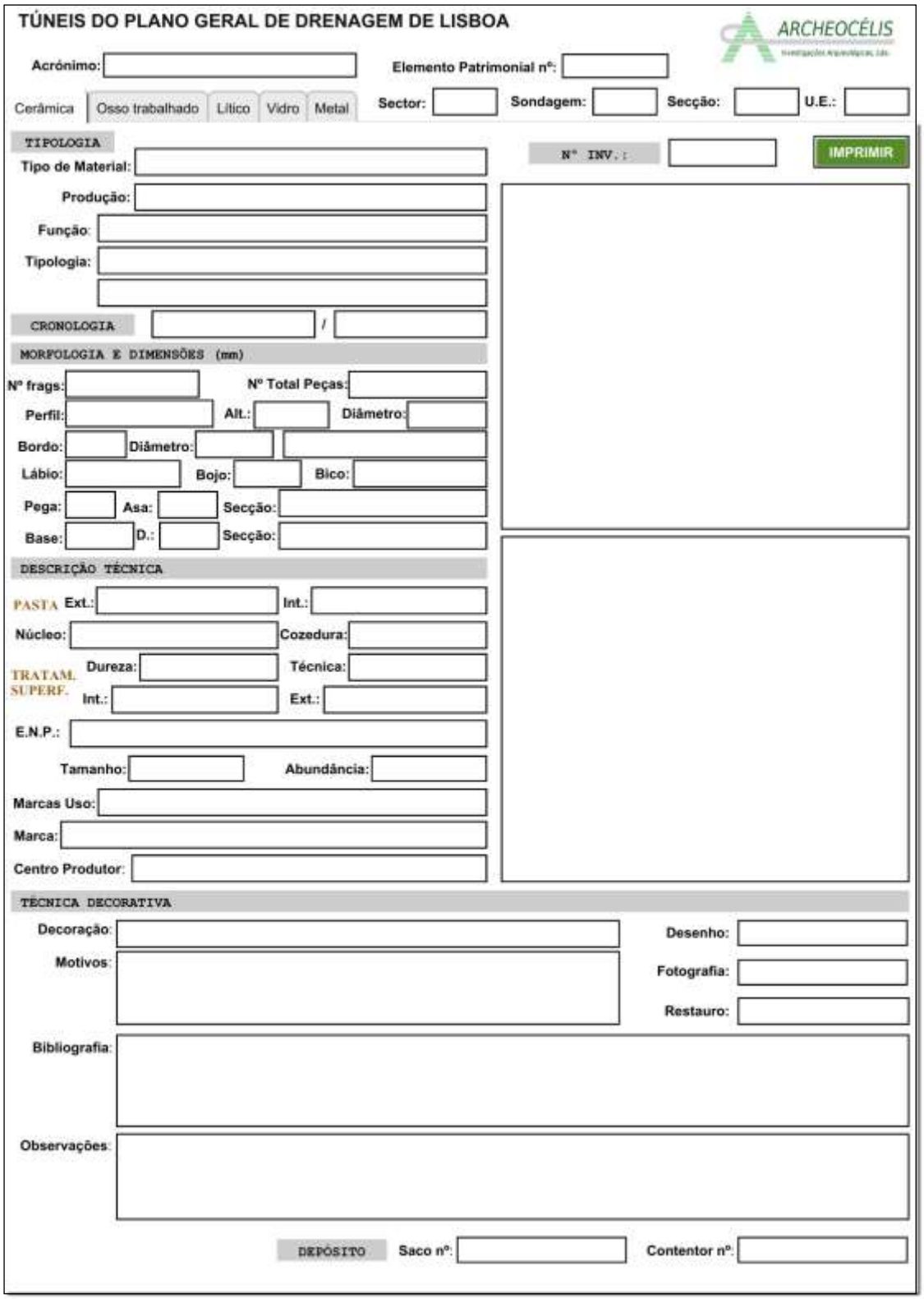


Figura 33 – Modelo de Ficha de Inventário para o espólio arqueológico exumado (cerâmica).

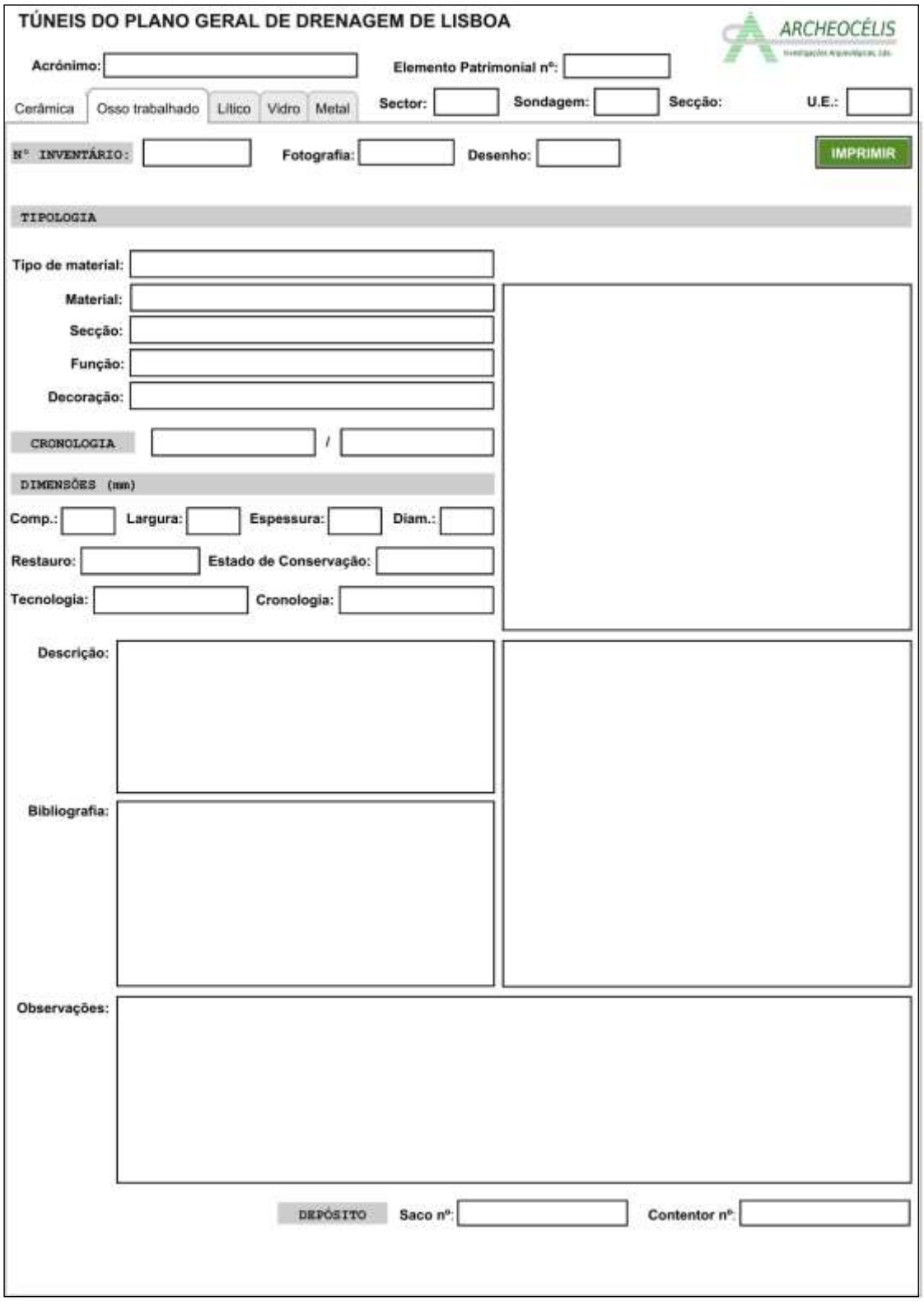


Figura 34 – Modelo de Ficha de Inventário para o espólio arqueológico exumado (material osteológico trabalhado).

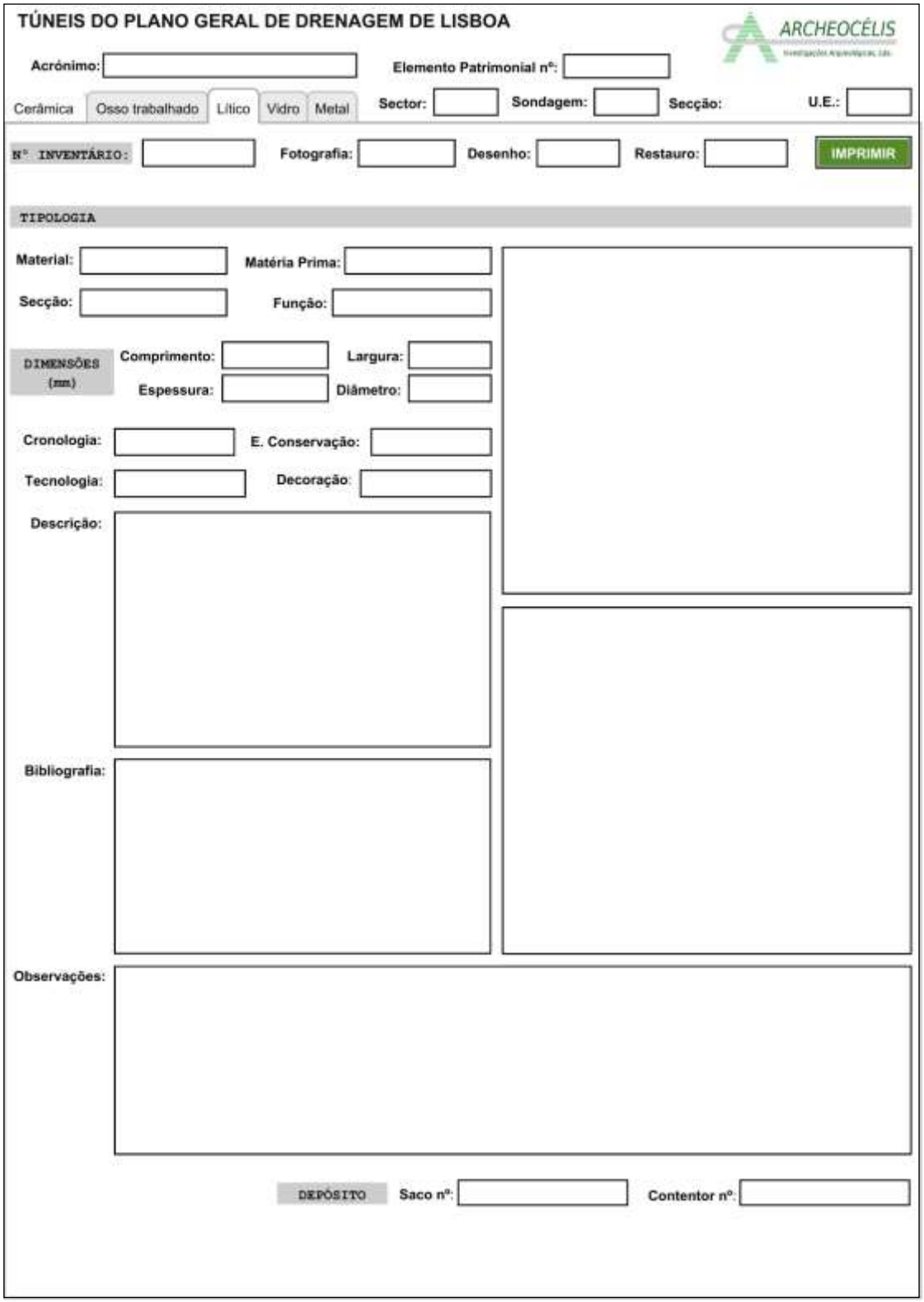


Figura 35 – Modelo de Ficha de Inventário para o espólio arqueológico exumado (líticos).

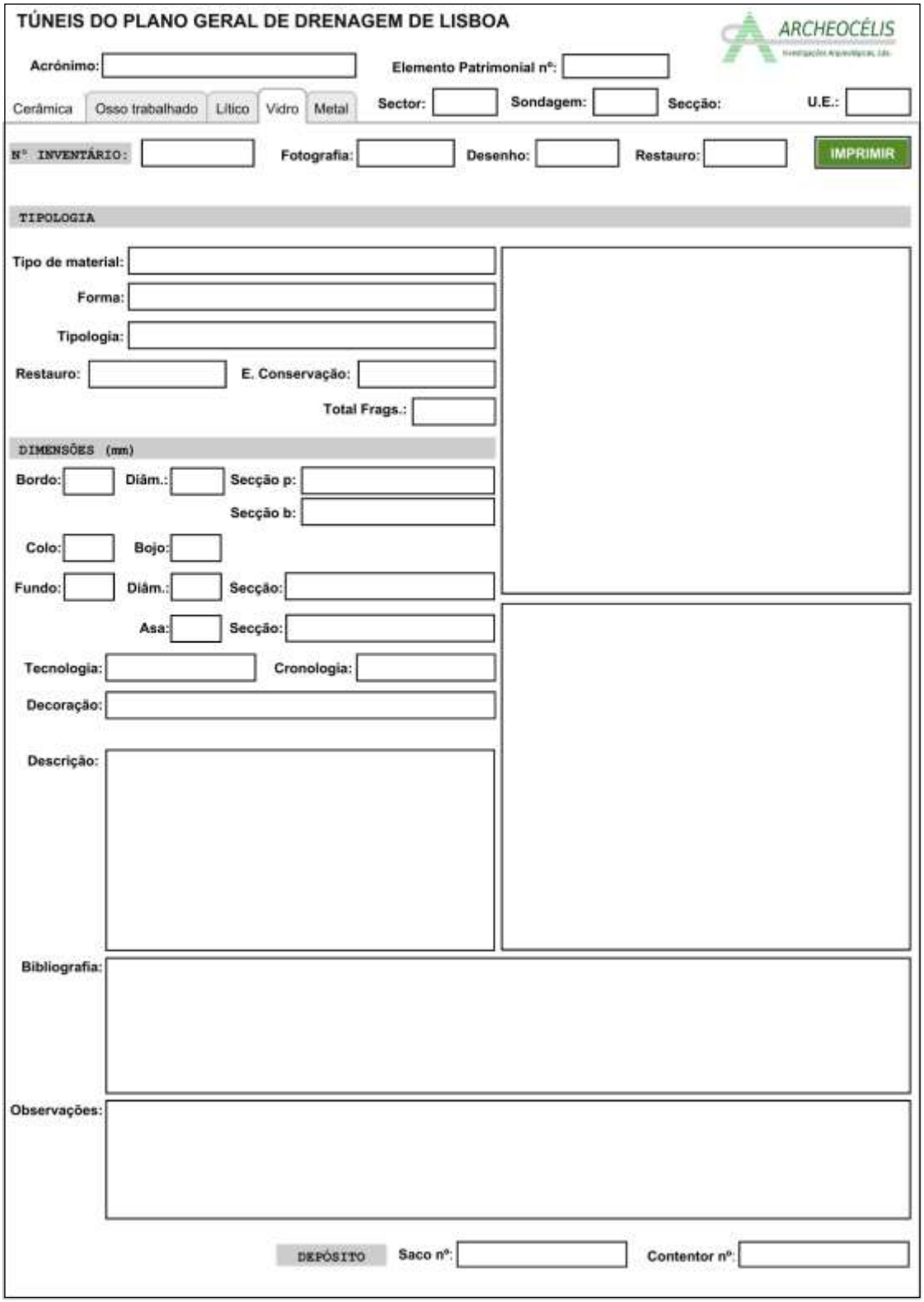


Figura 36 – Modelo de Ficha de Inventário para o espólio arqueológico exumado (objetos em vidro).

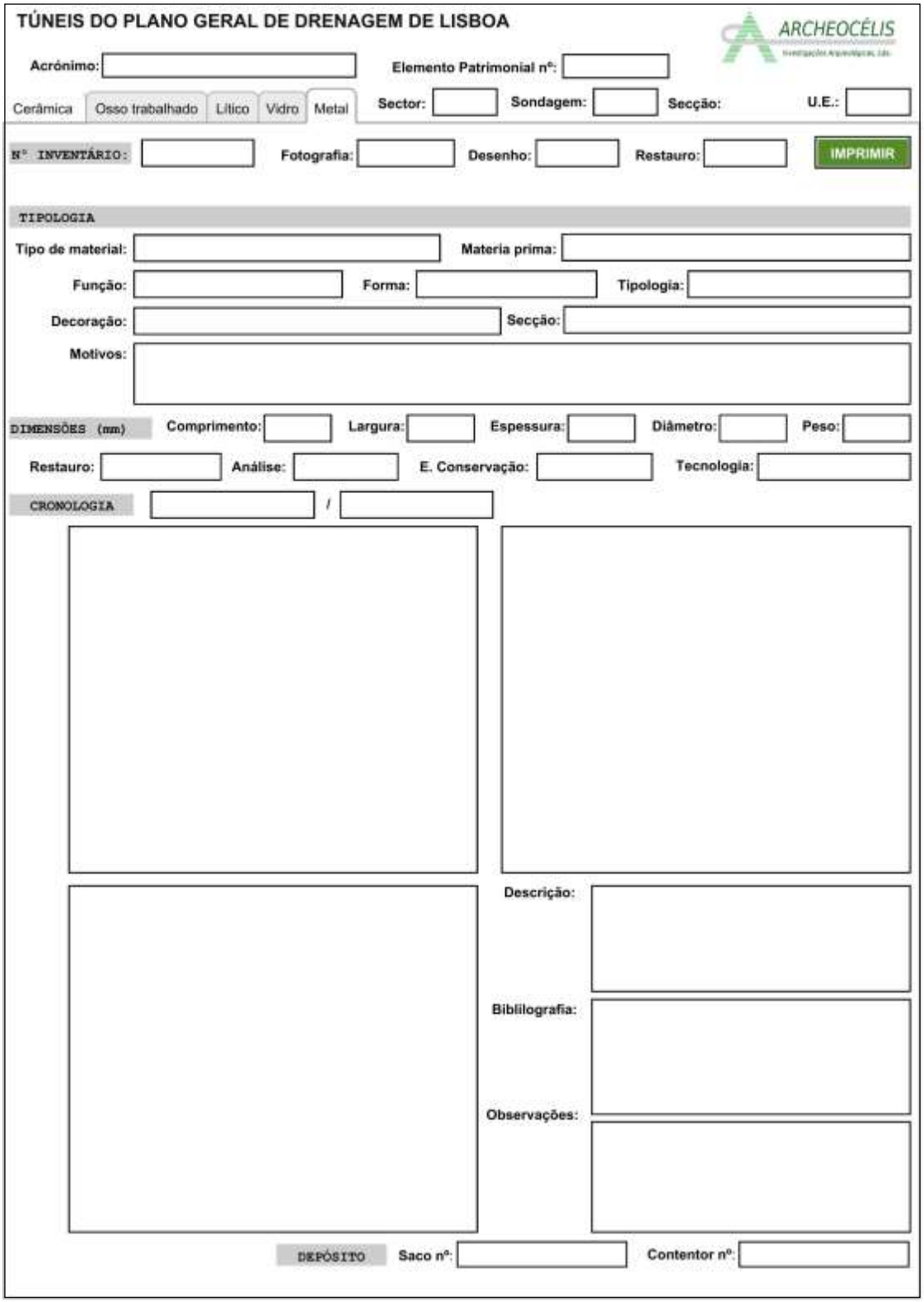


Figura 37 – Modelo de Ficha de Inventário para o espólio arqueológico exumado (objetos em metal).

ARCHEOCÉLIS

Ficha de Prospeção / Mergulho | **Data:**

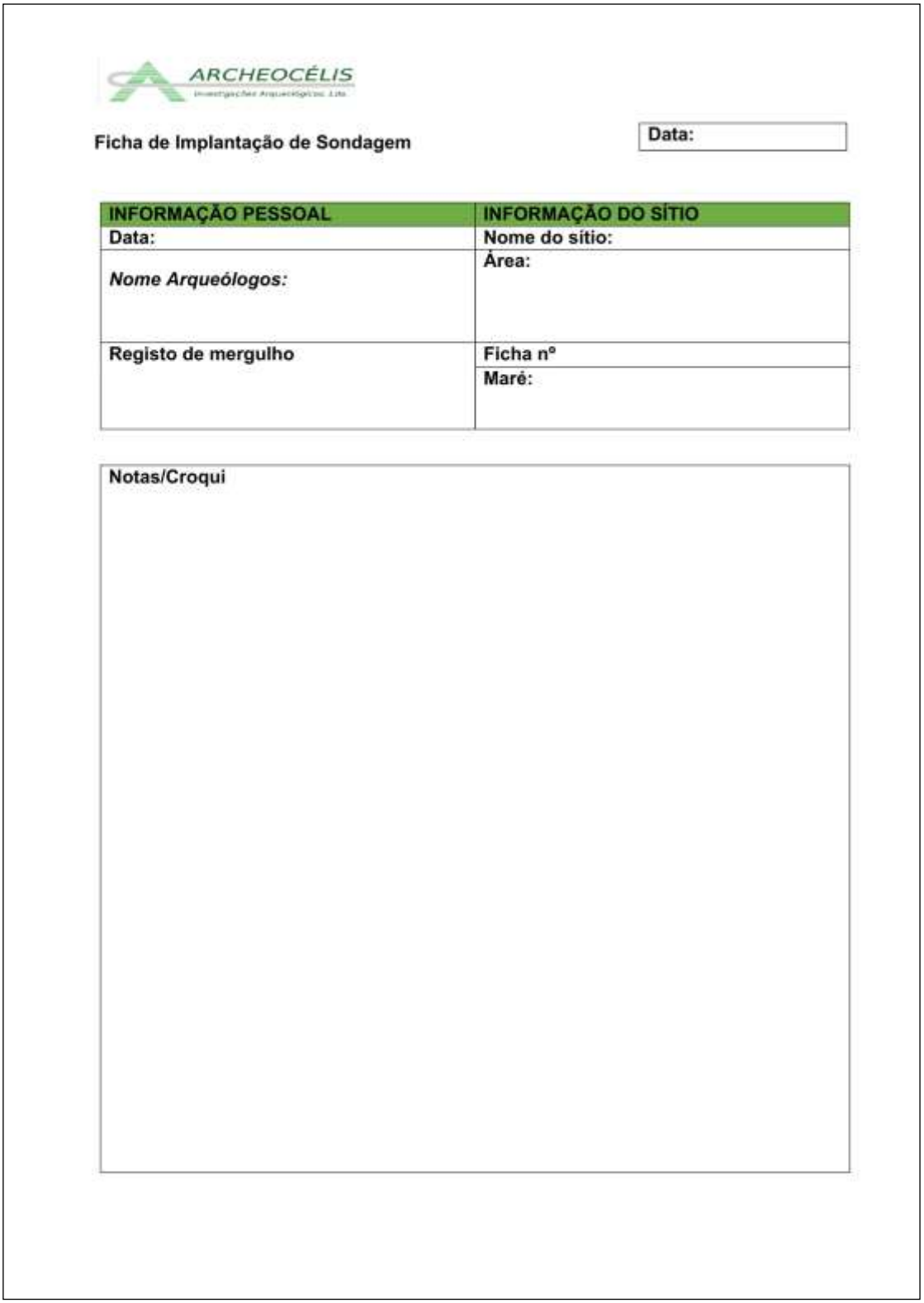
INFORMAÇÃO PESSOAL	INFORMAÇÃO DO SÍTIO
Nome Arqueólogos:	Nome do sítio:
Nome Arqueólogos:	Área:
Nome companheiro/s mergulhador:	Ficha nº
Nome embarcação:	Maré:

INFORMAÇÃO MERGULHOS	
Mergulho 1	
Inicio:	Final:
Tempo Total Fundo:	
Tempo Total Mergulho:	
Gás de início:	
Gás de fim:	
Profundidade:	
Visibilidade:	
Temperatura:	
Corrente:	

TAREFAS
RESULTADOS

Croqui:	Estratigrafia:
Registo fotográfico:	Registo vídeo:
Câmaras:	Câmaras:

Figura 38 – Modelo de Ficha de Prospeção – Mergulho.



ARCHEOCÉLIS

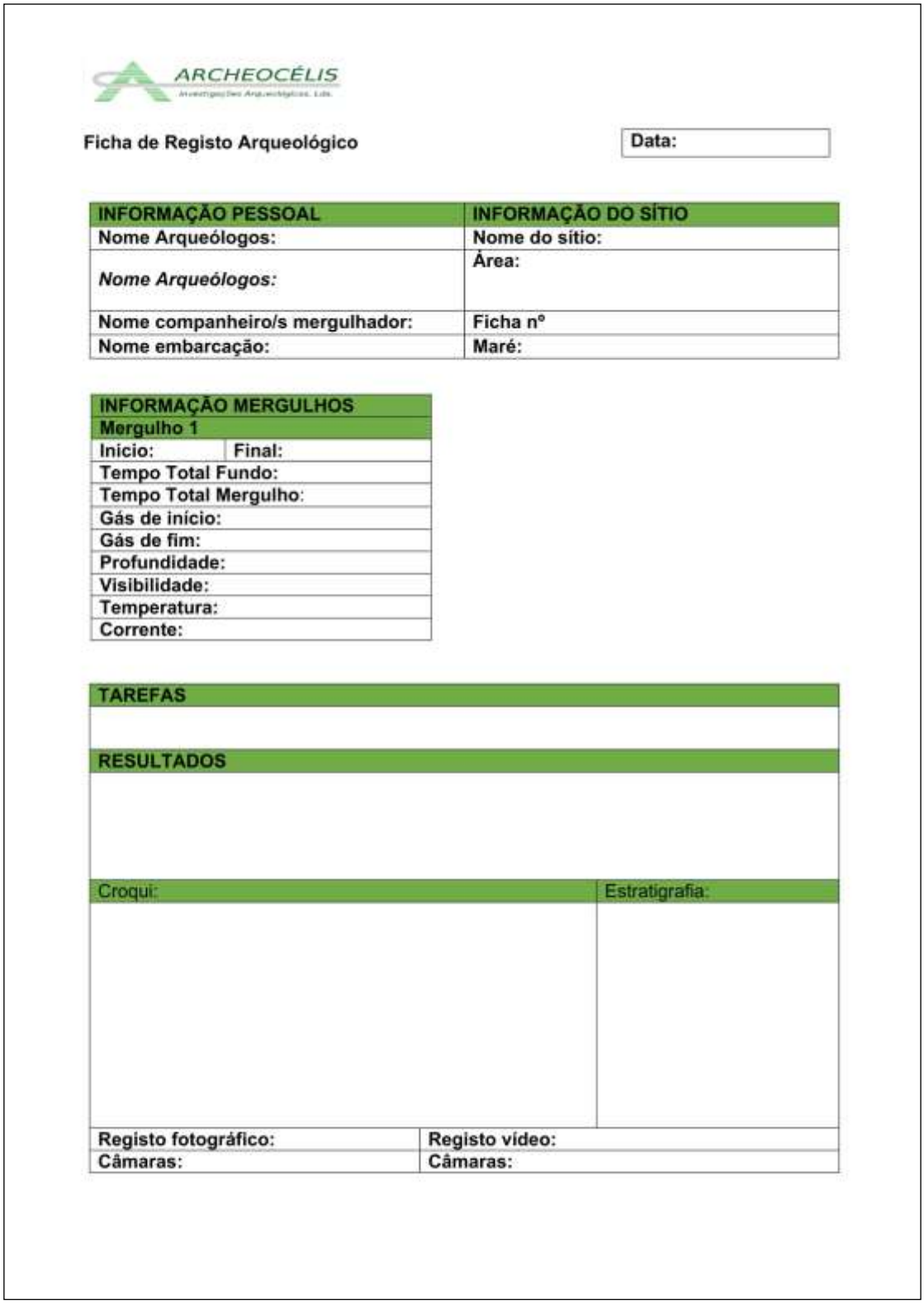
Ficha de Implantação de Sondagem

Data:

INFORMAÇÃO PESSOAL	INFORMAÇÃO DO SÍTIO
Data:	**Nome do sítio:**
Nome Arqueólogos:	**Área:**
Registo de mergulho	**Ficha nº**
	Maré:

Notas/Croqui

Figura 39 – Modelo de Ficha de Implantação de Sondagem.



ARCHEOCÉLIS

Ficha de Registo Arqueológico

Data:

INFORMAÇÃO PESSOAL	INFORMAÇÃO DO SÍTIO
Nome Arqueólogos:	Nome do sítio:
Nome Arqueólogos:	Área:
Nome companheiro/s mergulhador:	Ficha nº
Nome embarcação:	Maré:

INFORMAÇÃO MERGULHOS	
Mergulho 1	
Inicio:	Final:
Tempo Total Fundo:	
Tempo Total Mergulho:	
Gás de início:	
Gás de fim:	
Profundidade:	
Visibilidade:	
Temperatura:	
Corrente:	

TAREFAS	
RESULTADOS	
Croqui:	Estratigrafia:
Registo fotográfico:	Registo vídeo:
Câmaras:	Câmaras:

Figura 40 – Modelo de Ficha de Registo Arqueológico.

ARCHEOCÉLIS

Ficha de Registo de Canhão

Data:

INFORMAÇÃO PESSOAL	INFORMAÇÃO DO SÍTIO
Nº de mergulho:	**Nome do sítio:**
Nome Arqueólogos:	**Nº do canhão**
Registo de mergulho	**Ficha nº**

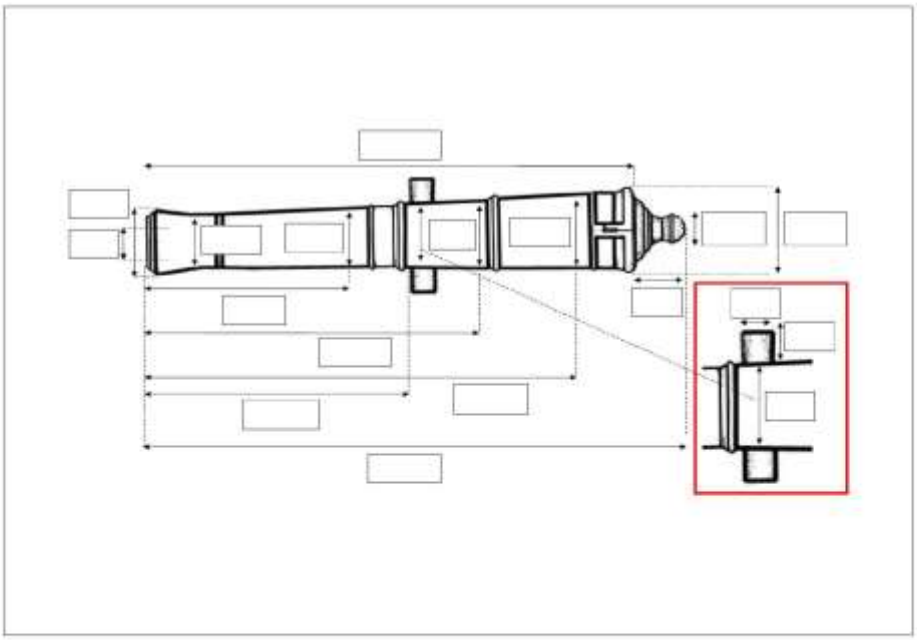


Figura 41 – Modelo de Ficha de Registo de Canhão.

ARCHEOCÉLIS

Fichas de Registo de Madeiras

Data:

Sítio / Projeto	Localização	Responsável

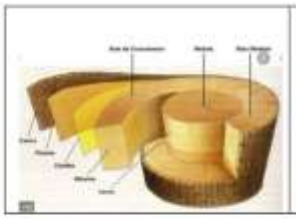
Nº de Individual	Designação	UE
Nº de Conservação	Categoria	Cronologia
Tipo de Registo	Local de depósito	

Comp. Max/min.	Larg. Max/min.	Esp. Max/min.
Outras Medidas:		

Descrição Geral: estado de conservação, orientação no sítio, etc.

Conversão da madeira Tipo (ver esquema), existência ou não de alburno, casca ou superfícies originais (ver esquema)

Figura 42 – Modelo de Ficha de Registo de Madeiras (folha 1).



Marcas de preparação das árvores: instrumento de gume, serra, etc.

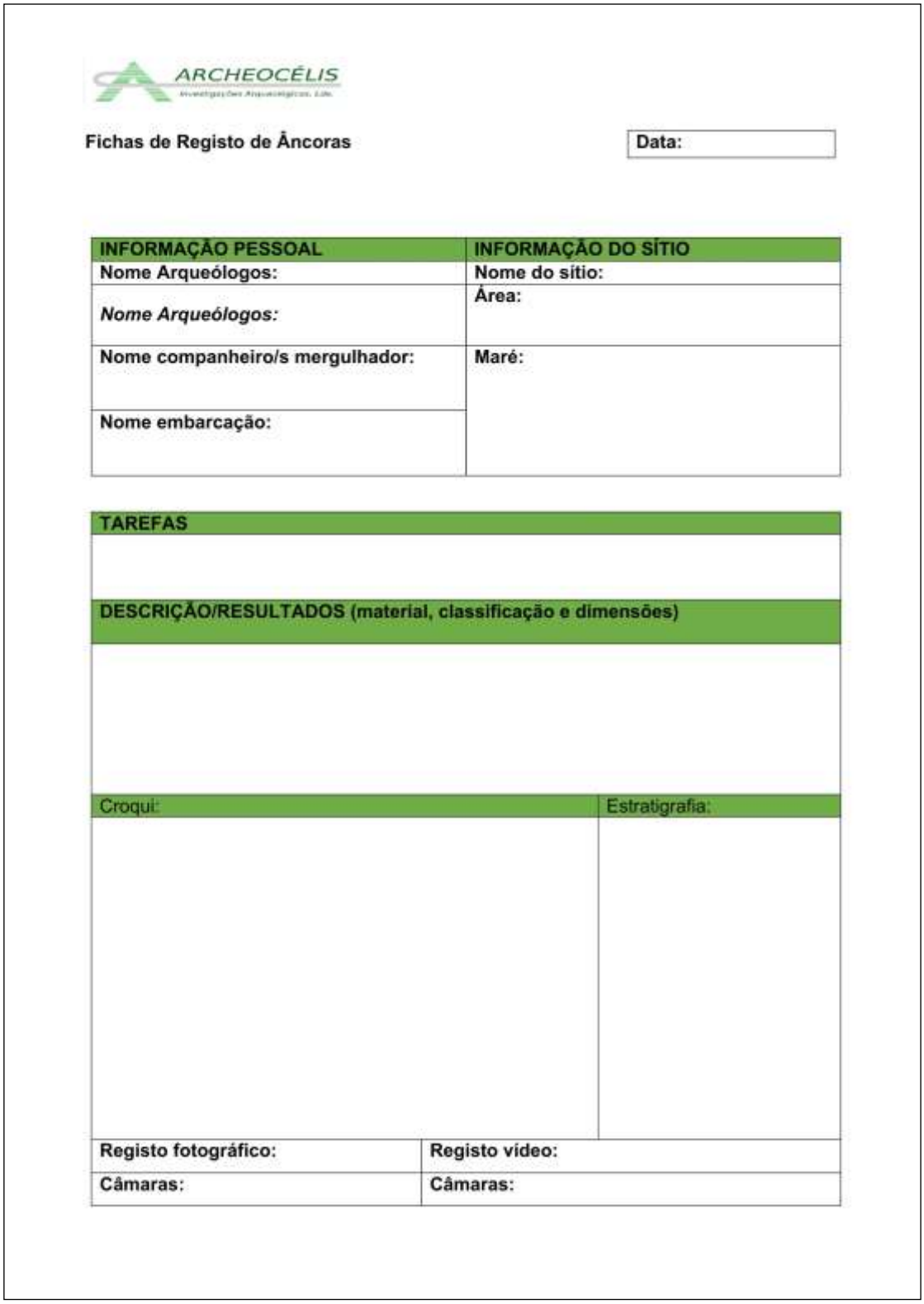
Entalhes ou processos de ligação Tipo, descrição e função

Elementos de ligação (ferragens) Tipo (cavilhas de ferro ou madeira, pregos ou parafusos), descrição e dimensões (orientação, secção e material) e função (peças associadas)

Outras notas descritivas e interpretativas

Registo fotográfico:	Amostras: Sim/Não

Figura 43 – Modelo de Ficha de Registo de Madeiras (folha 2).



ARCHEOCÉLIS

Fichas de Registo de Âncoras | **Data:**

INFORMAÇÃO PESSOAL	**INFORMAÇÃO DO SÍTIO**
Nome Arqueólogos:	**Nome do sítio:**
Nome Arqueólogos:	**Área:**
Nome companheiro/s mergulhador:	**Maré:**
Nome embarcação:	

TAREFAS	
DESCRIÇÃO/RESULTADOS (material, classificação e dimensões)	
Croqui:	Estratigrafia:
Registo fotográfico:	**Registo vídeo:**
Câmaras:	**Câmaras:**

Figura 44 – Modelo de Ficha de Registo de Âncoras.

ARCHEOCÉLIS

Ficha de Registo Fotográfico

Data:

INFORMAÇÃO PESSOAL	INFORMAÇÃO DO SÍTIO
Nome Arqueólogos:	Nome do sítio:
Contato e-mail:	Área:
Telefone:	Ficha nº

Fotografia nº			
Equipamento			
Nº ficheiro	Orientação	Objeto fotografado	Escala – Sim / Não

Figura 45 – Modelo de Ficha de Registo Fotográfico.

ARCHEOCÉLIS

Ficha de Unidade Estratigráfica | **Data:**

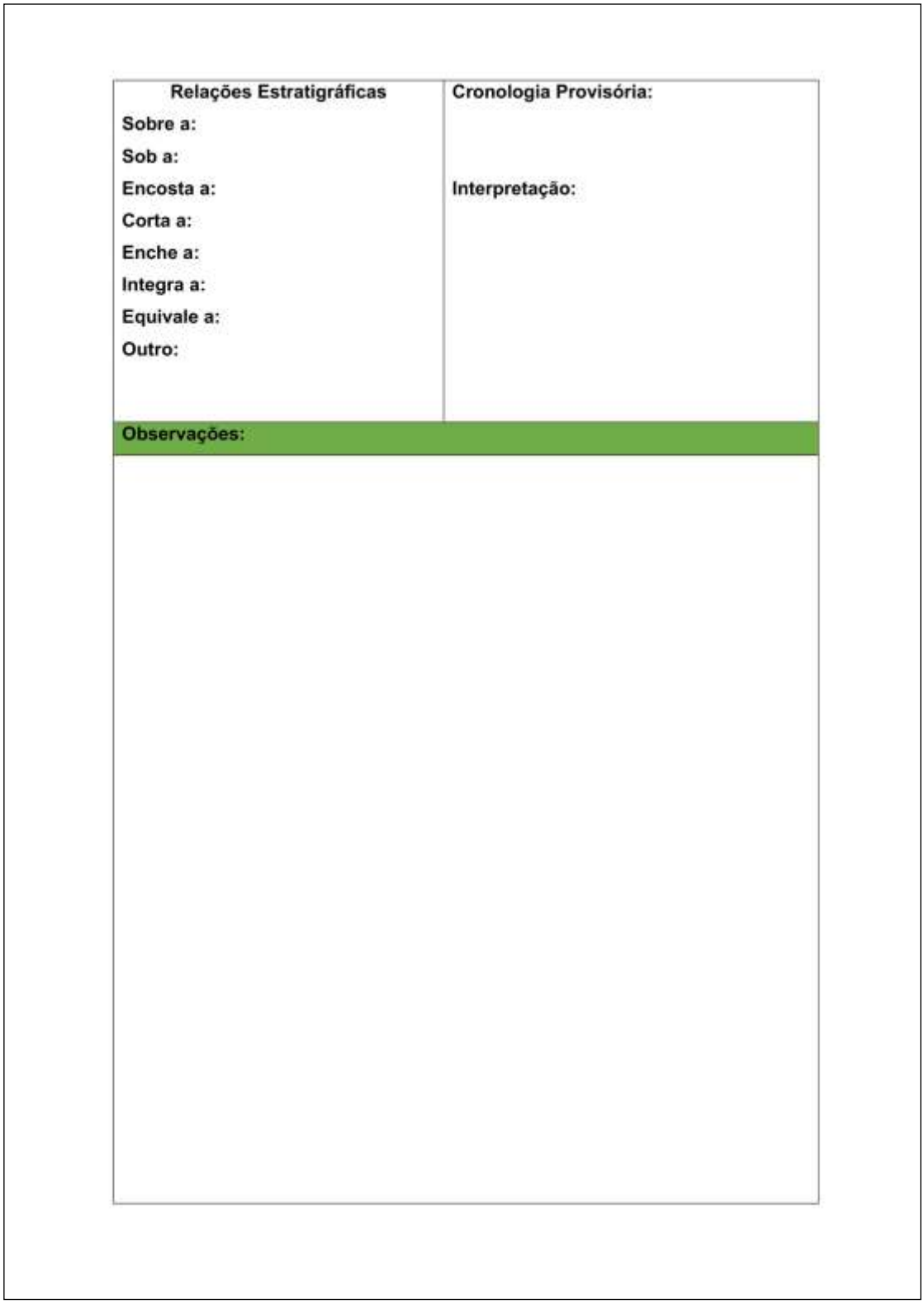
Sitio	Localização	Responsável
Área	Sector	

UE	Cota Sup.	Orientação	Natureza: Natural ☐ Antrópica ☐ Desconhecida ☐	Amostra Sim / Não	Estado de Conservação: Bom ☐ Razoável ☐ Mau ☐

Características			
Compactação:	Homogeneidade:	Composição:	
Compacta ☐	Homogénea ☐	Arenosa ☐	Calcária ☐
Muito Compacta ☐	Muito Homegénea ☐	Argilosa ☐	Siltosa ☐
Pouco Compacta ☐	Pouco Homogénea ☐	Areno-Argilosa ☐	Areão ☐
	Heterogénea ☐	Argilo-Arenosa ☐	Cascalho ☐
		Humífera ☐	Outro ☐
Cor:			

Descrição	Croqui

Figura 46 – Modelo de Ficha de Unidade Estratigráfica (folha 1).



Relações Estratigráficas	Cronologia Provisória:
Sobre a:	
Sob a:	
Encosta a:	Interpretação:
Corta a:	
Enche a:	
Integra a:	
Equivale a:	
Outro:	
Observações:	

Figura 47 – Modelo de Ficha de Unidade Estratigráfica (folha 2).

Mapa de Espécies



Figura 48 – Modelo de Mapa de Espécies.

FOLHETO DE SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO



Figura 49 – Modelo de Folheto de Sensibilização e Formação na Área do Património Cultural (folha 1).



Figura 50 – Modelo de Folheto de Sensibilização e Formação na Área do Património Cultural (folha 2).

TABELAS DAS
OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS

Ocorrências Patrimoniais Identificadas na Área de Estudo do Túnel TMSA

N.º Inv.	Loc. face ao Projeto	Freguesia	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Patrimonial	Classificação
1	AE	Campolide	Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados (Concelhos de Lisboa, Amadora, Odivelas, Ceiras e Sintra)	Contemporâneo	Aqueduto / Arquitetura infraestrutural / Arqueológico	5	ZEP- Zona Especial de Proteção
2	AE	Campolide	Cadeia Penitenciária de Lisboa	Contemporâneo	Cadeia / Arquitetura de segurança / Arqueológico	4	MIP-Monumento de Interesse Público com ZEP-Zona Especial de Proteção
3	AE	Avenidas Novas	Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados (Concelhos de Lisboa, Amadora, Odivelas, Ceiras e Sintra)	Contemporâneo	Aqueduto / Arquitetura infraestrutural / Arqueológico	5	MN - Monumento Nacional
4	AE	Avenidas Novas	Antigo Liceu Feminino de Maria Amália Vaz de Carvalho	Contemporâneo	Escola / Arquitetura educativa	3	MIP – Monumento de Interesse Público incluído na ZEP do Hotel Ritz
5	AI	Avenidas Novas	Hotel Ritz	Contemporâneo	Hotel / Arquitetura civil	3	MIP - Monumento de Interesse Público com ZEP - Zona Especial de Proteção
6	AI + AE	Avenidas Novas, Santo António	Avenida da Liberdade e ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura civil	4	CIP - Conjunto de Interesse Público com ZEP - Zona Especial de Proteção
7	AE	Santo António	Edifício "Franjinhas"	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura de serviços	3	MIP - Monumento de Interesse Público incluído na ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente

8	AE	Santo António	Edifício "Castil"	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura de serviços	3	MIP - Monumento de Interesse Público incluído na ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente
9	AE	Santo António	Edifício do Diário de Notícias	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura de comunicações	3	IIP - Imóvel de Interesse Público incluído na ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente
10	AE	Santo António	Palácio dos Condes de Redondo	Moderno	Palácio / Arquitetura Civil	4	IIP - Imóvel de Interesse Público abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente
11	AE	Santo António	Antiga Igreja do Convento de Santa Marta	Moderno	Igreja / Arquitetura religiosa	4	IIP - Imóvel de Interesse Público abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente
12	AI	Santo António	Palacete Conceição e Silva	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura civil	3	IIP - Imóvel de Interesse Público abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente

13	AE	Santo António	Prédios geminados na Avenida da Liberdade e na Rua Rodrigues Sampaio	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	2	Em Vias de Classificação abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente
14	AE	Santo António	Prédio na Rua de Santa Marta	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	2	IIP - Imóvel de Interesse Público abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente
15	AE	Santo António; Arroios	Campo dos Mártires da Pátria, também denominado «Campo Santana», incluindo as suas vizinhanças de interesse histórico, artístico ou pitoresco	Moderno	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial / Arqueológico	4	IIP - Imóvel de Interesse Público
16	AE	Arroios	Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados (Concelhos de Lisboa, Amadora, Odivelas, Ceiras e Sintra)	Contemporâneo	Aqueduto / Arquitetura infraestrutural / Arqueológico	5	MN - Monumento Nacional
17	AI	Santo António	Antiga Igreja do Convento dos Capuchos, bem como a boca de cisterna revestida a azulejo existente num dos pátios do hospital e ainda todas as dependências decoradas com lambrins de azulejo, incluindo o claustro e a escadaria nobre	Moderno	Igreja e antigo convento / Arquitetura religiosa	4	IIP - Imóvel de Interesse Público

18	AE	Arroios	Capela do Paço da Bemposta	Moderno	Capela / Arquitetura religiosa	4	MN - Monumento Nacional
19	AI	Arroios	Prédio/ Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego	Contemporâneo	Fábrica / Arquitetura industrial	3	IIP - Imóvel de Interesse Público
20	AI + AE	Arroios	Prédio situado no gaveto das ruas Avenida Almirante Reis e Rua Largo do Intendente Pina Manique	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	3	IIP - Imóvel de Interesse Público:
21	AE	Arroios	Edifício situado na Avenida Almirante Reis e Rua Nova do Desterro	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	3	IIP - Imóvel de Interesse Público
22	AE	São Vicente	Capela de Nossa Senhora do Monte	Medieval	Capela / Arquitetura religiosa	4	IIP - Imóvel de Interesse Público com ZEP – Zona Especial de Proteção
23	AE	São Vicente	Bairro Estrela d' Ouro	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	3	CIP – Conjunto de Interesse Público parcialmente abrangido pela ZEP da Capela de Nossa Senhora do Monte
24	AE	São Vicente	«Vila Berta»	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	3	IIP - Imóvel de Interesse Público
25	AE	São Vicente	Convento da Graça / Antigo convento de Nossa Senhora da Graça	Medieval	Convento / Arquitetura religiosa	4	MN - Monumento Nacional
26	AE	Santa Maria Maior	Castelo de São Jorge e resto das cercas de Lisboa	Medieval	Castelo / Arquitetura militar	5	MN - Monumento Nacional
26a	AI	Santa Maria Maior	Cerca Fernandina – Torre e troço de muralha /Porta da Ribeira	Medieval	Castelo / Arquitetura militar / Arqueológico	5	MN – Monumento Nacional

27	AE	São Vicente	Edifício da sede da Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura civil	3	MIP - Monumento de Interesse Público com ZEP – Zona Especial de Proteção
28	AI	São Vicente	Igreja de São Vicente de Fora	Medieval	Igreja / Arquitetura religiosa	5	MN - Monumento Nacional
29	AI	São Vicente	Paço de São Vicente / Mosteiro de São Vicente de Fora	Medieval	Mosteiro / Arquitetura religiosa	5	IIP - Imóvel de Interesse Público
30	AI	Santa Maria Maior	Museu Militar	Moderno	Museu / Arquitetura militar	4	IIP - Imóvel de Interesse Público
42	AI	Santa Maria Maior	Edifício da Associação de Proteção da 1ª Infância	Indeterminado	Edifício / Arquitetura civil	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
43	AE	Santa Maria Maior	Conjunto de (antigos) edifícios de habitação plurifamiliar nas ruas Jardim do Tabaco e Beco da Lapa	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
44	AI	Santa Maria Maior	Ermida do Senhor Jesus da Boa Nova e edifício anexo	Moderno	Capela / Arquitetura religiosa	2	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
45	AI	Santa Maria Maior	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Escadinhas dos Remédios	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
46	AI	Santa Maria Maior	Casa nobre	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
47	AE	Santa Maria Maior	Edifício de habitação plurifamiliar nas ruas do Vigário e rua dos Remédios	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis

48	AI	Santa Maria Maior	Palácio de D. Rosa	Indeterminado	Palácio / Arquitetura civil	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
49	AE	Santa Maria Maior	Palácio Sequeira Freire/ Palácio da Cruz de Santa Helena/ Palácio dos Condes de S. Martinho/ Escola Superior Almeida Garrett/ Universidade Lusófona	Moderno	Palácio / Arquitetura civil / residencial	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
50	AE	Santa Maria Maior	(Antiga) Casa nobre/ Fundação Ricardo do Espírito Santo e Silva – Instituto de Artes e Ofícios	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
51	AE	São Vicente	Casa nobre	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
52	AE	São Vicente	Conjunto de edifícios na rua do Paraíso	Moderno	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	2	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
53	AE	São Vicente	Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo na rua da Verónica	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
54	AE	São Vicente	Edifício de habitação plurifamiliar nas ruas Calçada do Cascão e Campo de Santa Clara	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
55	AE	São Vicente	Campo de Santa Clara	Moderno-Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	4	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis

56	AI	São Vicente	Conjunto de edifícios no Telheiro de S. Vicente	Indeterminado	Conjunto de Edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
57	AI	São Vicente	Fonte ornamental	Indeterminado	Fonte / Elemento de ornamentação	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
58	AE	São Vicente	Palácio Teles de Meneses	Moderno	Palácio / Arquitetura civil	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
59	AE	São Vicente	Palácio dos Condes da Redinha	Indeterminado	Palácio / Arquitetura civil	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
60	AE	São Vicente	Conjunto de edifícios na rua da Voz do Operário	Indeterminado	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
61	AI	São Vicente	Edifício de habitação unifamiliar Travessa da Pereira	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
62	AE	São Vicente	Edifício de habitação unifamiliar na Vila Berta	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
63	AE	São Vicente	Conjunto de edifícios na Rua da Graça, Largo da Graça e Trav. do Monte	Indeterminado	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
64	AI	São Vicente	Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo na Calçada do Monte	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis

65	AI	São Vicente	Edifício de habitação unifamiliar na rua da Senhora do Monte	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	3	IM - Interesse Municipal
66	AE	São Vicente	Miradouro da Senhora do Monte	Contemporâneo	Miradouro / Arquitetura	1	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
67	AE	Arroios	Palácio rua do Benformoso	Indeterminado	Palácio / Arquitetura civil	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
68	AI	Arroios	(Antigo) Palácio do Intendente Pina Manique	Contemporâneo	Palácio / Arquitetura civil	2	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
69	AE	Arroios	Conjunto de edifícios na Avenida Almirante Reis	Contemporâneo	Conjunto de Edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
70	AI	Arroios	Palácio no Largo do Intendente Pina Manique	Indeterminado	Palácio / Arquitetura civil	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
71	AI	Arroios	Palácio na rua dos Anjos	Indeterminado	Palácio / Arquitetura civil	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
72	AI	Arroios	(Antiga) Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego	Contemporâneo	Fábrica / Arquitetura industrial	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
73	AE	Arroios	Parte do eixo urbano Rua da Palma e Avenida Almirante Reis	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis

74	AI	Arroios	(Antigo) Convento do Desterro/ Igreja de Nossa Senhora do Desterro/ Hospital do Desterro	Moderno	Convento e Igreja / Arquitetura religiosa	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
75	AI	Arroios	Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar na rua Antero de Quental (ímpares)	Indeterminado	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
76	AI	Arroios	Conjunto de quatro edifícios de habitação plurifamiliar na rua Antero de Quenta (pares)l	Indeterminado	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
77	AE	Arroios	Conjunto de seis edifícios de habitação plurifamiliar na rua Antero de Quental (pares II)	Indeterminado	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
78	AE	Arroios	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na rua Antero de Quental (ímpares II)	Indeterminado	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
79	AI	Arroios	Igreja Protestante	Indeterminado	Edifício / Arquitetura religiosa	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
80	AE	Arroios	Conjunto de seis edifícios de habitação plurifamiliar no Largo do Mastro e rua Conselheiro Arantes Pedroso	Indeterminado	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
81	AE	Arroios	Chafariz do Largo do Mastro	Contemporâneo	Chafariz / Elemento de ornamentação	1	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
82	AI	Arroios	Palácio do Mitelo	Moderno	Palácio / Arquitetura civil	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis

83	AE	Arroios	Edifício de habitação plurifamiliar na rua da Bempostinha e rua Rafael Andrade	Indeterminado	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bem imóvel de interesse municipal e outros, incluído na ZGP do Campo dos Mártires da Pátria
84	AE	Arroios	(Antigo) Paço Real da Bemposta / Paço da Rainha / Academia Militar e Torre do Relógio	Moderno	Conjunto de edifícios / Arquitetura civil / militar	4	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
85	AE	Arroios	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar no Campos dos Mártires da Pátria	Indeterminado	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
86	AE	Arroios	(Antigo) Recolhimento de Nossa Senhora da Encarnação e do Carmo	Moderno	Edifício / Arquitetura civil	2	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
87	AI	Arroios	Pátio de Sant´Ana	Indeterminado	Palácio / Arquitetura civil	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
88	AE	Arroios	Conjunto arquitetónico/frente de rua Travessa das Recolhidas e Travessa de S. Bernardino	Indeterminado	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
89	AE	Arroios	Palácio do Patriarcado	Moderno	Palácio / Arquitetura civil	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
90	AE	Arroios	Palácio Valmor	Moderno	Palácio / Arquitetura civil	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
91	AE	Arroios	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar na rua de Santo António dos Capuchos	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros, incluído na ZGP da Antiga igreja do Convento dos Capuchos e do Campo dos Mártires da Pátria

92	AE	Arroios	Edifício de habitação plurifamiliar na rua de Santo António dos Capuchos	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura civil	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
93	AI	Santo António	Palácio Centeno	Contemporâneo	Palácio / Arquitetura civil	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
94	AE	Santo António	Conjunto do Hospital Santo António dos Capuchos (Antigo Palácio Mello, Antiga Escola de Enfermagem e Pavilhões do Hospital dos Capuchos)	Moderno	Hospital / Arquitetura de saúde	4	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
95	AE	Santo António	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar na rua do Passadiço	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
96	AI	Santo António	Palácio dos Condes de Penamacor	Indeterminado	Palácio / Arquitetura civil	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
97	AI	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Rodrigues Sampaio	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
98	AE	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar na Avenida da Liberdade	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
99	AI	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar na Calçada de Santo António	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
100	AI	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar na Calçada de Santo António e Trav. de Santa Marta	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis

101	AE	Santo António	Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar na rua Nogueira e Sousa e Trav. de Santa Marta	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
102	AE	Santo António	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo na rua Nogueira e Sousa	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bem imóvel de interesse municipal e outro, incluído na ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e na área envolvente e ZGP do Campo dos Mártires da Pátria
103	AE	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Rodrigues Sampaio, rua Alexandre Herculano e Trav. do Enviado de Inglaterra	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
104	AI	Santo António	Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar na Avenida da Liberdade	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	2	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
105	AI	Santo António	Edifício de serviços	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura de serviços	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
106	AE	Santo António	Edifício que engloba os números de porta Av. da Liberdade nº 215-221 com Rua Rosa Araújo nº 1-9	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
107	AE	Santo António	Edifício de habitação unifamiliar na rua Rosa Araújo	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis

108	AE	Santo António	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na rua Rosa Araújo	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
109	AE	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Rosa Araújo	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
110	AE	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Alexandre Herculano	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
111	AI	Santo António	Conjunto arquitetónico na Avenida da Liberdade, Rua Alexandre Herculano e Rua Mouzinho da Silveira	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	2	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
112	AE	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Duque de Palmela e rua Alexandre Herculano	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
113	AE	Santo António	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar na rua Mouzinho de Silveira e rua Alexandre Herculano	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
114	AE	Santo António	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar geminados na rua Mouzinho de Silveira	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	2	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
115	AE	Santo António	Edifício de habitação unifamiliar com fachada de azulejo na rua Duque de Palmela	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
116	AI	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Duque de Palmela	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis

117	AI	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar (fachada) na rua Duque de Palmela e rua Braamcamp	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	1	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
118	AE	Santo António	Conjunto arquitetónico na Praça do Marquês de Pombal	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
119	AE	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar (fachada) na rua Braamcamp e rua Castilho	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
120	AI	Santo António	Conjunto de seis edifícios de habitação plurifamiliar na rua Braamcamp	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
121	AI	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Joaquim António de Aguiar	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
122	AI	Santo António	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na rua Joaquim António de Aguiar e rua Castilho	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
123	AI	Santo António	Edifício nas ruas Joaquim António de Aguiar, rua Rodrigo da Fonseca, rua Artilharia Um e rua Castilho	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
124	AE	Avenidas Novas	Parque Eduardo VII e miradouro	Contemporâneo	Parque urbano / Arquitetura cultural e recreativa	1	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
125	AI	Avenidas Novas	Limites	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis

126	AE	Avenidas Novas	Quarteirão	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
127	AI	Avenidas Novas	Quarteirão	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
128	AE	Avenidas Novas	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Padre António Vieira	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
129	AI	Avenidas Novas	Edifício nas ruas Rodrigo da Fonseca, rua Padre António Vieira e rua Sampaio e Pina	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
130	AI	Avenidas Novas	Edifício de habitação plurifamiliar nas ruas Padre António Vieira e rua Rodrigo da Fonseca	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
131	AE	Avenidas Novas	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Padre António Vieira	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
132	AI	Avenidas Novas	Edifício de habitação plurifamiliar nas ruas Rodrigo da Fonseca, rua D. Francisco Manuel de Melo e rua Rodrigo da Fonseca	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
133	AE	Avenidas Novas	Edifício de habitação plurifamiliar nas ruas D. Francisco Manuel de Melo e rua Castilho	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis

134	AE	Avenidas Novas	Edifício de serviços	Contemporâneo	Edifício / Arquitetura de serviços	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
135	AI	Avenidas Novas	Edifício nas ruas Rodrigo da Fonseca, rua Marquês de Fronteira, rua Castilho e rua D. Francisco Manuel de Melo	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
136	AI	Avenidas Novas	Conjunto de quatro edifícios de habitação plurifamiliar nas ruas Rodrigo da Fonseca e D. Francisco Manuel de Melo	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
137	AI	Avenidas Novas	Quarteirão	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
138	AE	Campolide	Reservatório Pombal	Contemporâneo	Reservatório / Arqueológico	1	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
139	AE	Campolide	Convento das Irmãzinhas dos Pobres de S. Patrício	Contemporâneo	Convento / Arquitetura religiosa	1.	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
140	AI	Santo António	Estátua a Oliveira Martins	Contemporâneo	Estátua / Elemento escultórico	Indeterminado	
142	AI	Santo António	Estátua a António Feliciano de Castilho	Contemporâneo	Estátua / Elemento escultórico	Indeterminado	
143	AI	São Vicente	Fontanário-bebedouro para Animais da SPA (Sociedade Protetora dos Animais)	Contemporâneo	Fonte / Elemento de ornamentação	Indeterminado	
144	AI	São Vicente	Grupo escultórico "Emigrante Português"	Contemporâneo	Estátua / Elemento escultórico	Indeterminado	

145	AI	São Vicente	Busto de D. Manuel I	Contemporâneo	Estátua / Elemento escultórico	Indeterminado	
146	AI	São Vicente	Conjunto de dois Canhões (Elementos ornamentais junto à fachada do Museu Militar)	Contemporâneo	Elemento Ornamental / Elemento escultórico	Indeterminado	
147	AI	São Vicente	Âncora (Elemento ornamental do Porto de Lisboa, 1997)	Contemporâneo	Elemento Ornamental / Elemento escultórico	Indeterminado	
148	AI	Santo António	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na Rua de Santa Marta	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	2	IIP - Imóvel de Interesse Público abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente
149	AI	Santo António	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na Rua de Santa Marta e Trav. Santa Marta	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
150	AI	São Vicente	Padrão (elemento escultórico em Santa Apolónia)	Contemporâneo	Elemento Ornamental / Elemento escultórico	Indeterminado	
151	AI	São Vicente	Canhão (Elemento ornamental junto à fachada da Esquadra de Turismo, em Santa Apolónia)	Contemporâneo	Elemento Ornamental / Elemento escultórico	Indeterminado	

Ocorrências Patrimoniais Identificadas na Área de Estudo do Túnel TCB

N.º Inv.	Loc. face ao Projeto	Freguesia	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Patrimonial	Classificação
31	AI	Marvila	Portal manuelino e galilé da Igreja de Chelas / Portal e galilé do antigo convento de São Félix e Santo Adrião de Chelas	Medieval (Visigótico/Romano)	Convento / Arquitetura religiosa / Arqueológico	4	MN - Monumento Nacional
32	AE	Marvila	Palácio da Mitra / Quinta da Mitra	Medieval	Palácio / Arquitetura civil	4	MIP - Monumento de Interesse Público; com ZEP - Zona Especial de Proteção
33	AE	Marvila	Conjunto de armazéns	Contemporâneo	Industrial / Arquitetura industrial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
34a	AE	Marvila	Conjunto arquitetónico na Rua Capitão Leitão e Rua Afonso Annes Penedo	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
34b	AI	Marvila	Edifício industrial/ (Antiga) Fábrica de Borracha Luso-Belga	Contemporâneo	Industrial / Arquitetura industrial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
35	AI	Marvila	Biblioteca dos Amigos de Lisboa/ (Antigo) Edifício industrial	Contemporâneo	Industrial / Arquitetura industrial / cultural	1	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
36	AI	Marvila	Mirante da (Antiga) Quinta da Inauguração	*Ca*. 16,5-15 milhões de anos	Geomonumento/Arriba fóssil	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
37	AE	Marvila	Conjunto arquitetónico nas ruas Vale Formoso de Cima e rua Zófimo Pedroso	Contemporâneo	Conjunto de edifícios / Arquitetura residencial	Indeterminado	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis

38	AE	Marvila	Recolhimento de S. Vicente/ Quinta das Veigas ou de S. Vicente/ Casa de S. Vicente	Contemporâneo	Quinta / Arquitetura residencial	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
39	AE	Marvila	Escola Industrial Afonso Domingues	Contemporâneo	Escola / Arquitetura educativa	1	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
40	AE	Marvila	Quinta da Salgada	Contemporâneo	Quinta / Arquitetura residencial	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
41	AE	Marvila	Quinta das Conchas/ Azinhaga da Salgada	Contemporâneo	Quinta / Arquitetura residencial	3	Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis
141	AI	Marvila	Poço da Picheleira	Contemporâneo	Poço / Elemento etnográfico	Indeterminado	

ANEXO 5.5

Programa de Acompanhamento Arqueológico da Obra

EMPREITADA DE E□ECUÇ□O DOS T□NEIS
DE DRENAGEM DA CIDADE DE LISBOA
E INTERVENÇ□ES ASSOCIADAS

Programa de Acompanhamento Arqueológico da Empreitada

OUTUBRO

□2021□

ÍNDICE

ÍNDICE Pág. 2
1. INTRODUÇÃO Pág. 4
2. ENQUADRAMENTO LEGAL Pág. 6
3. DIRETRIZES DA DIA Nº 2961 Pág. 7
3.1. FASE DE CONSTRUÇÃO Pág. 7
3.2. FASE DE EXPLORAÇÃO Pág. 8
4. ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO Pág. 9
4.1. FRENTES DE OBRA ACOMPANHADAS Pág. 10
4.2. AÇÕES CONSTRUTIVAS SOB ACOMPANHAMENTO Pág. 13
4.2.1. DESMATAÇÃO E DECAPAGEM Pág. 13
4.2.2. ESCAVAÇÃO MECÂNICA Pág. 13
4.3. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO Pág. 14
4.3.1. METODOLOGIA DE CAMPO Pág. 15
4.3.1.1. PROSPEÇÃO Pág. 15
4.3.1.2. SONDAGENS DE DIAGNÓSTICO Pág. 16
4.3.1.3. ESCAVAÇÃO MANUAL Pág. 18
4.3.2. METODOLOGIA DE GABINETE Pág. 20
4.3.2.1. RELATÓRIO TÉCNICO Pág. 21
4.4. ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA Pág. 22
4.4.1. METODOLOGIA DE CAMPO Pág. 23
4.4.1.1. PROSPEÇÃO ARQUEOLÓGICA Pág. 23
4.4.1.2. REGISTO DE VESTÍGIOS IDENTIFICADOS Pág. 24
4.4.1.3. RELATÓRIO TÉCNICO Pág. 25
4.5. ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA Pág. 25
4.5.1. METODOLOGIA DE CAMPO Pág. 25
4.5.2. METODOLOGIA DE GABINETE Pág. 27
4.5.2.1. RELATÓRIO TÉCNICO Pág. 28
4.6. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ETNOGRÁFICO Pág. 29
4.6.1. INTERFERÊNCIAS INEVITÁVEIS Pág. 31
4.6.2. METODOLOGIA DE CAMPO Pág. 32
4.6.2.1. FASE PRÉVIA À EXECUÇÃO DA OBRA Pág. 32
4.6.2.2. FASE DE CONSTRUÇÃO Pág. 33
4.6.2.3. FASE DE EXPLORAÇÃO Pág. 34
4.6.3. METODOLOGIA DE GABINETE Pág. 34
4.6.4. REGISTO DE EDIFICADO Pág. 35
4.7. RESTAURO Pág. 36
4.7.1. METODOLOGIA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO PARA BENS MÓVEIS Pág. 37
4.7.2. METODOLOGIA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO PARA ESPÓLIO EM MEIO AQUÁTICO Pág. 39

4.7.3. METODOLOGIA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO PARA BENS IMÓVEIS Pág. 40
4.7.4. RELATÓRIO TÉCNICO Pág. 42
5. RELATÓRIOS DE PROGRESSO Pág. 43
6. FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES Pág. 46
7. EQUIPA TÉCNICA Pág. 47
8. BIBLIOGRAFIA Pág. 48
ANEXOS Pág. 52
CRONOGRAMA DAS PRINCIPAIS FRENTES DE OBRA, SOB ACOMPANHAMENTO Pág. 53
MODELO DE FICHA DIÁRIA DE ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO Pág. 54
MODELO DE FICHA DE UNIDADE ESTRATIGRÁFICA Pág. 56
MODELO DE ETIQUETAS DE ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO Pág. 58
MODELOS DE FICHAS DE INVENTÁRIO DE ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO Pág. 59
MODELO DE FICHA DE PROSPEÇÃO – MERGULHO Pág. 64
MODELO DE FICHA DE IMPLANTAÇÃO DE SONDAGEM Pág. 65
MODELO DE FICHA DE REGISTO ARQUEOLÓGICO (ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA) Pág. 66
MODELO DE FICHA DE REGISTO DE CANHÃO (ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA) Pág. 67
MODELO DE FICHA DE REGISTO DE MADEIRAS (ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA) Pág. 68
MODELO DE FICHA DE REGISTO DE ÂNCORAS (ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA) Pág. 70
MODELO DE FICHA DE REGISTO FOTOGRÁFICO (ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA) Pág. 71
MODELO DE FICHA DE UNIDADE ESTRATIGRÁFICA (ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA) Pág. 72
MODELO DE MAPA DE ESPÉCIES Pág. 74
MODELO DE FICHA ANTROPOLÓGICA DE CAMPO (ADAPTADA) Pág. 75
MODELO DE ETIQUETAS DE REGISTO DE ESPÓLIO OSTEOLÓGICO Pág. 78
MODELO DE FICHA DE OCORRÊNCIA PATRIMONIAL – FICHA DE INVENTÁRIO Pág. 79
MODELO DE ELEMENTO PATRIMONIAL – MEMÓRIA DESCRITIVA Pág. 80

1. INTRODUÇÃO

O presente Programa de Acompanhamento Arqueológico da Empreitada é referente à execução da Empreitada de Execução dos Túneis de Drenagem da Cidade de Lisboa e Intervenções Associadas, a cargo do agrupamento Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A. e Spie Batignolles. Esta empreitada encontra-se prevista no âmbito do Plano Geral de Drenagem de Lisboa (doravante designado por PGDL), para o período 2016-2030, destinada à drenagem das águas pluviais durante eventos pluviométricos extremos.

O projeto consiste na realização dos trabalhos de construção de dois Túneis, nomeadamente o Túnel de Monsanto a Santa Apolónia (doravante designado por TMSA), com uma extensão de 4,4 km, e o Túnel de Chelas ao Beato (doravante designado por TCB), com uma extensão aproximada de 1,4 km. Para ambos os Túneis estão previstas a construção, a céu aberto, de troços na zona de saída e descarga. Na conceção de ambos os Túneis foi considerado que irão transportar caudais centenários, respetivamente a um período de retorno de 100 anos. Para além da construção destas duas grandes infraestruturas, o Projeto contempla a execução das seguintes obras especiais:

- Obra de desvio do Caneiro de Alcântara para a obra de entrada a construir na secção inicial do TMSA, incluindo, entre outras funcionalidades, um sistema de tamisagem, uma bacia antipoluição e um reservatório de água tratada;
- Câmaras de desvio e de interceção de caudais (na Avenida Liberdade, Rua de Santa Marta e Avenida Almirante Reis), e câmaras com queda em vórtice associadas, que concretizam a ligação ao TMSA dos caudais pluviais nas bacias intercetadas;
- Ligação do TMSA à descarga no estuário do Rio Tejo na zona de Santa Apolónia, numa extensão de 200 m, com alargamento progressivo da secção na zona da descarga;
- Sistema de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais da zona baixa da bacia de Santa Apolónia (setor ocidental e oriental), na zona envolvente à descarga do TMSA;

• Requalificação de espaços exteriores em Santa Apolónia, incluindo a requalificação artística do espaço urbano;

• Obra de desvio do Caneiro de Chelas para a obra de entrada a construir na secção inicial do TCB, na zona de Chelas, incluindo, entre outras funcionalidades, um sistema de tamisagem;

• Ligação do TCB à descarga no estuário do Rio Tejo na zona da Doca do Poço do Bispo, numa extensão de 300 m, com alargamento progressivo da secção na zona da descarga;

• Sistema de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais intercetado pelas obras de descarga do TCB.

A realização dos Túneis será de forma mecanizada, com as seguintes soluções técnicas:

• Recurso a uma TBM mista, do tipo EPB, para a escavação e colocação do revestimento definitivo (anéis de aduelas prefabricadas) durante o avanço;

• Utilização de uma só TBM para ambos os Túneis (TMSA e TCB);

• Remoção do material escavado com recurso a um tapete rolante contínuo, desde a frente de escavação até ao ponto de descarga à superfície;

• Abastecimento da frente com meios rodoviários MSV (*Multi Service Vehicle*);

• "Contra-ataque" de cerca de 42 m, entre o PK 4+433,30 e o PK 4+391,30, executado em NATM, na zona da saída da tuneladora, a partir da estrutura do TM5, numa área densamente urbanizada. Este túnel terá um suporte provisório pesado, dimensionado para minimizar os assentamentos à superfície por forma a garantir a segurança do edificado, e será realizado em paralelo com a escavação com TBM;

• A tuneladora desembocará, no PK 4+391,30, neste túnel em NATM, realizado antecipadamente. Na zona da trincheira aberta no TM5, será desmontada e transferida para o TCB.

A crescente evolução e exigência humana assume-se como uma constante ameaça ao património natural e cultural, verificando-se cada vez mais a presença de projetos ou ações que, embora não interfiram diretamente com os Bens, têm potencialidade para afetar negativamente com o estado de preservação dos mesmos, abrangidos no valor patrimonial de um local. Quando os projetos ou ações envolvem trabalhos em profundidade, o risco expande-se para níveis inseridos em âmbito arqueológico.

Este entendimento dos impactes sobre o património assume grande relevância no projeto em estudo, dada a sua inserção numa malha urbana de carácter singular e elevadíssima relevância cultural.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

Na realização dos trabalhos de acompanhamento arqueológico serão cumpridas as normas descritas na Lei nº 107/2001 de 8 de setembro (Lei de Bases do Património Cultural) e no Decreto-lei nº 164/2014 de 4 de novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos).

Segundo o ponto 3, do artigo 76.º, da Lei nº 107/2001 de 8 de setembro (Lei de Bases do Património Cultural):

"Constituem particulares deveres da Administração Pública competente no domínio do licenciamento e autorização de operações urbanísticas:

a) Certificar-se de que os trabalhos por si autorizados, que envolvam transformação de solos, revolvimento ou remoção de terreno no solo, subsolo ou nos meios subaquáticos, bem como a demolição ou modificação de construções, estão em conformidade com a legislação sobre a salvaguarda do património arqueológico."

No Decreto-lei nº 164/2014 de 4 de novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos), artigo 2.º, está exposta a definição destes trabalhos:

"g) «Trabalhos arqueológicos», todas as ações realizadas em meio terrestre e subaquático que, através de metodologias próprias da arqueologia, visem a identificação, registo, estudo, proteção e valorização do património arqueológico, efetuadas por meio de prospeções,

sondagens, escavações, acompanhamentos arqueológicos, ações de registo de contextos, estruturas arqueológicas e estratigrafia da arquitetura e ações de conservação e valorização em monumentos, conjuntos e sítios."

3. DIRETRIZES DA DIA Nº 2961

A Declaração de Impacte Ambiental (DIA nº 2961) associada a este projeto estabelece algumas orientações no processo de salvaguarda do património cultural e o papel a ser desempenhado pela Equipa de Arqueologia responsável pelo Acompanhamento Arqueológico da empreitada. De seguida, expõem-se as Medidas de Minimização (MM), devidamente enquadradas em relação à fase da empreitada.

3.1. FASE PRÉVIA À EXECUÇÃO DA OBRA

MM08 – Efetuar o acompanhamento arqueológico na fase de obra de modo efetivo, continuado e direto por um arqueólogo em cada frente de trabalho sempre que as ações inerentes à realização do projeto não sejam sequenciais, mas simultâneas;

MM09 – Nas zonas ribeirinhas a equipa de arqueologia deve integrar arqueólogos com experiência comprovada na vertente náutica e subaquática bem como um elemento de conservação e restauro, especializado na área do tratamento e conservação de espólio resultante de meio submerso;

MM10 – O acompanhamento arqueológico da obra deve incidir em todos os trabalhos, durante a instalação de estaleiros, nomeadamente as fases de decapagem, desmatação e terraplenagens, abertura de acessos, escavação das valas e de todas as ações que impliquem revolvimento de solos;

MM11 – Efetuar a prospeção arqueológica sistemática das áreas de incidência direta de todas as componentes de obra, após a desmatação;

MM12 – Conservar in situ as ocorrências arqueológicas que forem reconhecidas durante o acompanhamento arqueológico da obra, tanto quanto possível, e em função do valor do seu valor patrimonial (mesmo que de forma passiva), no caso de estruturas, de tal forma que não se degrade o seu estado de conservação atual ou seja efetuada a salvaguarda pelo registo;

MM13 – Os resultados obtidos no acompanhamento arqueológico poderão determinar a adoção de medidas de minimização específicas (registo documental, sondagens de diagnóstico, escavações arqueológicas, entre outras) nomeadamente no caso de não ser possível determinar a importância científica e patrimonial das ocorrências então identificadas;

MM14 – Caso se proceda à exumação de espólio arqueológico submerso, submeter a metodologia de amostragem e depósito à DGPC, para parecer;

MM15 – Os achados arqueológicos móveis encontrados no decurso da obra devem ser colocados em depósito credenciado pelo organismo de tutela;

MM16 – Sinalizar e vedar as ocorrências patrimoniais situadas, até cerca de 50 m da obra, condicionando a circulação de modo a evitar a sua afetação;

MM17 – Prever a colocação de barreiras para minimizar a dispersão de partículas e lamas e a rega da área de circulação, de forma a minimizar a afetação das ocorrências patrimoniais, nomeadamente nos bens imóveis classificados ou em vias de classificação.

3.2. FASE DE EXPLORAÇÃO

MM51 – Sempre que se desenvolverem ações de manutenção ou outros trabalhos, fornecer aos empreiteiros e subempreiteiros a Carta de Condicionantes atualizada com a implantação de todos os elementos patrimoniais identificados, quer no EIA e no RECAPE, quer com os que se venham a identificar na fase de construção;

MM52 – Sempre que ocorram trabalhos de manutenção que envolvam alterações que obriguem a revolvimentos do subsolo, circulação de maquinaria e pessoal afeto,

nomeadamente em áreas anteriormente não afetadas pela construção das infraestruturas (e que não foram alvo de intervenção), efetuar o acompanhamento arqueológico destes trabalhos e cumprir as medidas de minimização previstas para a fase de construção, quando aplicáveis.

4. ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO

O acompanhamento arqueológico é parte integrante do acompanhamento ambiental em obra, destinando-se a verificar o cumprimento das medidas de minimização estabelecidas na DIA e a registar as ações desenvolvidas.

Tem ainda como objetivo permitir uma intervenção atempada de salvaguarda de valores patrimoniais não identificados anteriormente e revelados pela obra, como poderá ser o caso de mais elementos constituintes da Cerca Fernandina (ocorrência patrimonial nº 26a).

Todas as atividades que impliquem a modificação atual dos solos deverão ter acompanhamento arqueológico especializado, permanente e presencial, com um arqueólogo por frente de obra. De entre estas atividades destacam-se:

- Todas as frentes de obra de ligação da superfície aos túneis, criação de estruturas de apoio ao funcionamento dos mesmos e obras complementares, onde se inclui a abertura de acessos, a criação de infraestruturas, a colocação de estaleiros, a instalação de equipamentos, bem como todas as atividades que impliquem a movimentação de terras;
- Condicionamento, transladação e retorno de elementos patrimoniais que, para evitar a sua afetação negativa e direta, necessitem destes procedimentos;
- A preservação *in situ* de imóveis arquitetónicos, inseridos na área de intervenção e sujeitos a afetação por procedimentos e condicionantes da obra.

Nas situações onde estejam identificados valores patrimoniais situados na proximidade de frentes de obra, estaleiros e acessos, deverão ser providenciadas todas as medidas adequadas de modo a evitar eventuais danos ou o uso indevido desses valores durante a

fase de construção, evitando afetar diretamente bens imóveis classificados ou em vias de classificação (cumprindo o exposto na DIA nº 2961, ponto 4 das Condicionantes, p. 18).

O espólio exumado no decorrer do acompanhamento arqueológico será devidamente tratado e seletivamente lavado e referenciado individualmente (achados cerâmicos, vítreos, líticos, metálicos, osteológicos e outros). Achados arqueológicos móveis efetuados no decurso da obra devem ser colocados em depósito credenciado pela DGPC. Estes serão acondicionados de acordo com as características físicas do mesmo, embalados por contextos em saquetas plásticas devidamente identificadas e guardado em contentores plásticos.

O Acompanhamento Arqueológico deverá ser realizado até cessarem todos os trabalhos que impliquem movimentação dos solos, bem como de todos aqueles que impliquem interferências em zonas de reconhecido potencial patrimonial. O Acompanhamento Arqueológico será dado como terminado, somente após a concordância e autorização da DGPC, entidade que regula a atividade arqueológica em território nacional.

Durante o acompanhamento arqueológico dos trabalhos a realizar no âmbito da empreitada, a par do Caderno de Campo, serão utilizadas Fichas Diárias de Acompanhamento Arqueológico, onde se procederá à descrição dos trabalhos realizados e acompanhados, sendo preenchida uma ficha por cada frente de obra (consultar Anexos, figuras 1 a 2).

4.1. FRENTES DE OBRA ACOMPANHADAS

O acompanhamento arqueológico dos trabalhos previstos no âmbito da empreitada tem como objetivo prevenir a afetação de património cultural, uma vez que permite confirmar a aplicação, e acrescentar se necessário, medidas específicas de minimização de impacte. O maior foco será empregue junto dos nove estaleiros (consultar Tabela 1), previstos neste projeto e associados às áreas de maior intervenção e movimentação de máquinas e pessoas.

TÚNEL	ESTALEIRO	ESTRUTURA DE APOIO A
TMSA	Estaleiro de Carnide	Geral
	Estaleiro de Campolide (TM1)	Obra de Entrada Campolide
	Estaleiro de Frente TM2	Poço de Ligação Av. Liberdade
	Estaleiro de Frente TM3	Poço de Ligação Rua Santa Marta
	Estaleiro de Frente TM4	Poço de Ligação Av. Almirante Reis
	Estaleiro de Frente TM5	Obra de Saída Santa Apolónia
	Estaleiro de Frente TM6	Estação Elevatória
TCB	Estaleiro de Chelas (TC1)	Obra de Entrada Chelas
	Estaleiro TC2	Obra de Saída Beato

Tabela 1 – Listagem dos Estaleiros a serem implantados e respetiva função.

Para além destes pontos de maior destaque na construção dos dois Túneis (TMSA e TCB), a empreitada integra a execução das seguintes obras especiais:

- Obra de desvio do caneiro de Alcântara para a obra de entrada a construir na secção inicial do TMSA, que inclui, entre outras funcionalidades, um sistema de tamisagem, uma bacia antipoluição e um reservatório de água tratada;
- Câmaras de desvio e de interceção de caudais (na Av. Liberdade, R. de Santa Marta e Av. Almirante Reis) e câmaras com queda em vórtice associadas, que concretizam a ligação ao TMSA dos caudais pluviais nas bacias intercetadas;
- Ligação do TMSA à descarga no estuário do Tejo na zona de Santa Apolónia, numa extensão de 0,2 km, com alargamento progressivo da secção na zona da descarga;
- Sistema de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais da zona baixa da bacia de Santa Apolónia (setor ocidental e oriental) na zona envolvente à descarga do TMSA;
- Requalificação de espaços exteriores em Santa Apolónia, incluindo a requalificação artística do espaço urbano;
- Obra de desvio do caneiro de Chelas para a obra de entrada a construir na secção inicial do TCB, na zona de Chelas, que inclui, entre outras funcionalidades, um sistema de tamisagem;

- Ligação do TCB à descarga no estuário do Tejo na zona da Doca do Poço do Bispo, numa extensão de 0,3 km, com alargamento progressivo da secção na zona da descarga;
- Sistema de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais que é intercetado pelas obras de descarga do TCB.

Deste modo, as principais frentes de obra, sujeitos a presença constante do necessário acompanhamento arqueológico, incluem doze locais, expressos de seguida:

TÚNEL	FRENTES DE OBRA	
TMSA	1	Montagem da tuneladora e escavação do TMSA
	2	Obra no TM1
	3	Obra no TM2
	4	Obra no TM3
	5	Obra no TM4 e Poço de Ventilação Largo do Intendente
	6	Poço Ventilação Rua dos Remédios
	7	Túnel com escavação em NATM para a saída da TBM + Desmontagem da tuneladora e obra no TM5
	8	TM6 e requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia
TCB	9	Montagem da tuneladora e escavação do TCB
	10	Obra no TC1
	11	Câmaras de desvios e controlo de caudal
	12	Obra no TC2

Tabela 2 – Listagem de Frentes de Obra, a serem acompanhadas pela Equipa de Arqueologia.

Está prevista a presença de um arqueólogo, de forma permanente, por cada frente de obra ativa, sempre que as frentes sejam simultâneas e não sequenciais. A organização e distribuição dos elementos da equipa, terá como base a calendarização definida para os diferentes passos da empreitada. Contudo, apenas as ações que envolvem movimentações do solo (ações abaixo descritas) e que possam gerar marcas de degradação em elementos patrimoniais necessitam de ser acompanhadas. Deste modo, foi estabelecido um cronograma de acompanhamento arqueológico, relativo às frentes de obra de maior escala, com um plano cronológico já definido no projeto inicial (consultar Anexos, figura 1). A comunicação permanente entre o Empreiteiro e o Coordenador da Arqueologia permitirá

complementar este planeamento com novas datas-limite para as frentes de obra em falta ou, em caso de necessidade, de ajuste das pré-definidas.

4.2. AÇÕES CONSTRUTIVAS SOB ACOMPANHAMENTO

4.2.1. DESMATAÇÃO E DECAPAGEM

A supervisão de desmatações e decapagens é essencial, uma vez que representam as primeiras formas de movimentação direta do solo numa obra. A primeira consiste na remoção de árvores e arbustos, de forma mecânica. Enquanto a segunda envolve a remoção da primeira camada vegetal da terra, deixando a superfície livre de resíduos e flora superficiais, a fim de facilitar a visualização da área de intervenção. A maioria dos trabalhos de desmatação e decapagem serão realizados nos primeiros meses de obra, havendo locais a sofrer o processo posteriormente.

Logo após a conclusão destes trabalhos, segue-se a realização de uma prospeção arqueológica minuciosa da área decapada, para se identificarem, atempadamente, vestígios arqueológicos e se apresentar uma proposta com as medidas de minimização a desenvolver, com vista a salvaguardar o património cultural.

4.2.2. ESCAVAÇÃO MECÂNICA

A área de incidência do projeto localiza-se numa área quase integralmente artificializada pela urbanização e aterros de viadutos rodoviários, possuindo uma visibilidade nula para identificação de vestígios arqueológicos de superfície.

As obras de escavação incluem a criação de valas e fundações para implantação de estruturas, estabelecimento de acessos e drenagens, reparação de serviços afetados, entre outros. A supervisão e o registo exaustivo dessas obras são da maior importância, pois muita terra é removida, atingindo elevada profundidade e sujeitando possíveis vestígios arqueológicos a afetação direta.

Em meio urbano, soma-se o risco de afetação do património imóvel próximo à empreitada, uma vez que esta ação construtiva gera intenso movimento de máquinas e recursos humanos e acentuada produção de poeiras e outras formas poluentes. Outra condicionante diz respeito aos vestígios arqueológicos. O rápido crescimento da área urbana da cidade de Lisboa que poderá ter afetado parcialmente, ou até destruído na sua totalidade, sítios arqueológicos. Por outro lado, a prospeção arqueológica realizada não permite a identificação de novos vestígios arqueológicos, muito pela malha urbana existente, que não permite uma atempada e correta visualização da superfície do terreno. Deste modo, o acompanhamento arqueológico efetivo dos trabalhos de escavação, no âmbito da empreitada, constitui a única ferramenta eficaz para a identificação de novos sítios arqueológicos, e com a recomendação das necessárias medidas de mitigação.

4.3. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

A linha orientadora principal passa pela conservação do conhecimento patente em cada elemento patrimonial e respetivo contexto histórico-cultural, através do registo científico completo, em antecipação às atividades suscetíveis de induzir potencial afetação, ou até destruição.

Os métodos aplicados incluem a observação direta e o registo escrito e fotográfico dos pontos associados a movimentações de terra, com o intuito de detetar materiais de superfície e outras ocorrências arqueológicas, colmatar a lacuna de conhecimento sobre a área e evitar qualquer impacto patrimonial direto, na sequência da concretização do projeto.

A equipa de Arqueologia aplicará os mesmos métodos desde o início da intervenção no solo, até se atingir o substrato geológico, níveis arqueologicamente estéreis ou a cota máxima de afetação do projeto, nas áreas de inserção das infraestruturas, bem como nas áreas de apoio à obra.

No caso de deteção de materiais ou estruturas arqueológicas, serão aplicadas medidas de minimização, como sondagens arqueológicas de diagnóstico, registo documental, escavação arqueológica integral, ou conservação *in situ* dos vestígios identificados. A aplicação de um

ou mais métodos irá variar de acordo com a tipologia, cronologia, dimensões, relevância e nível de exposição dos vestígios identificados em cada local. Tal será sempre sujeito a aprovação prévia, via Nota Técnica, pelo Dono de Obra e pela entidade reguladora (DGPC).

Por norma, uma identificação positiva de evidências arqueológicas resulta na seguinte sequência dos trabalhos de acompanhamento:

1) Acompanhamento dos trabalhos de desmatação e decapagem do terreno, onde serão implantadas as frentes de obra;
2) Realização de prospeções arqueológicas da área decapada, onde são introduzidos métodos mais específicos ao processo de observação e registo;
3) Identificação positiva de vestígios arqueológicos superficiais;
4) Estabelecimento de sondagens de diagnóstico, para obtenção de mais dados sobre a origem dos vestígios;
5) Identificação de estruturas ou outro tipo de contexto, indicativos da presença de um sítio arqueológico;
6) Alargamento da área escavada, para exposição total dos elementos patrimoniais – escavação arqueológica manual.

Em contexto de maior urbanização, para alguns pontos sabidos como sensíveis, quer em termos de potencial arqueológico, quer a nível de volume de trabalhos e, consequente, risco de impacte direto, estão já estabelecidas medidas de minimização mais concretas, que serão detalhadas abaixo.

4.3.1. METODOLOGIA DE CAMPO

4.3.1.1. PROSPEÇÃO

A prospeção arqueológica passa por um conjunto de ações que tem como objetivo caracterizar, em termos patrimoniais, uma determinada área de forma não invasiva. Estas ações incluem a observação exaustiva e total da superfície de solo agora exposta, de forma

sistemática, e registo minucioso das condições de observação (condições climatéricas, visibilidade, obstáculos, etc.), quaisquer vestígios arqueológicos identificados e dados relevantes adicionais sobre o local.

A relevância conseguida por este tipo de trabalhos de campo, de natureza não destrutiva, resulta, antes de mais, do facto de possibilitarem a identificação de sítios arqueológicos e de constituírem para a esmagadora maioria deles, uma vez que só uma percentagem diminuta poderá ser objeto de escavação, a única forma de os caracterizar em termos cronológicos e tipológicos.

Na fase prévia à execução da obra, avançou-se com uma prospeção minuciosa de um corredor com 500 metros de largura ao longo do traçado dos dois túneis (250 metros para cada margem a contar do eixo), desde a sua boca até ao local de descarga. Neste pretendia-se detetar ocorrências, quer de natureza arquitetónica, quer arqueológica, que não tivessem sido identificadas em trabalhos prévios, por se encontrarem fora das áreas prospetadas, ou cuja deficiente visibilidade do solo tenha condicionado os trabalhos realizados. Esta prospeção arqueológica estendeu-se, igualmente, para as áreas previstas para a montagem de estaleiros e implantação de vazadouros (depósito de terras).

Como referido, esta forma de intervenção arqueológica será, ainda, aplicada, após decapagem das zonas de implantação das doze frentes de obra, assim como das áreas previstas para a implantação de estaleiros.

4.3.1.2. SONDAGENS DE DIAGNÓSTICO

As sondagens arqueológicas de diagnóstico, que podem ser manuais ou mecânicas, consistem na abertura de pequenas áreas de escavação para avaliar o risco e sensibilidade arqueológica do sítio e, eventualmente, caracterizar os níveis arqueológicos identificados. Uma vez encontrados vestígios superficiais, as sondagens permitiram confirmar a origem dos mesmos, isto é, contexto arqueológico a níveis inferiores ou dispersão de outros locais, não afetos à obra. O reconhecimento de um sítio arqueológico no local, conduz à necessidade de

implantação de medidas minimização, nomeadamente, a sua escavação manual e exposição dos elementos patrimoniais.

As medidas de mitigação patrimonial de carater específico devem ser realizadas numa fase anterior ao início da empreitada, sendo que estas aplicam-se aos sítios identificados no EIA, e referidos na DIA nº 2961. Perante os eventuais impactes negativos diretos, as sondagens arqueológicas de diagnóstico deverão contemplar os seguintes objetivos:

- Confirmar a existência de contextos arqueológicos conservados e determinar a sua extensão;
- Caraterizar e estabelecer a diacronia dos contextos arqueológicos identificados no decorrer das sondagens;
- Caraterizar o seu estado de conservação;
- Avaliar o potencial histórico e arqueológico destes sítios, articulando-os com outros identificados anteriormente na região envolvente.

Mediante indicação exposta na **Medida de Minimização 05 da fase prévia à execução da obra**, da DIA nº 2961, serão executadas sondagens arqueológicas de diagnóstico nos poços de ligação a construir na Rua de Santa Marta com a Rua Barata Salgueiro e na Avenida da Liberdade/Rua Alexandre Herculano, bem como na Avenida Almirante Reis, junto ao cruzamento desta com a Travessa do Maldonado; na área da Estrada e Largo de Chelas, relativa ao desvio dos caneiros e ao Túnel Chelas-Beato (para mais detalhes, consultar a Tabela 3).

LOCALIZAÇÃO	FRENTE DE OBRA ASSOCIADA	Nº	ÁREA
Cruzamento Rua de Santa Marta com Rua Barata Salgueiro	Câmara de desvio de caudal CDC03	1	12 m^2
Cruzamento Rua de Santa Marta com Rua Barata Salgueiro	Câmara de vórtice CV02	1	12 m^2
Cruzamento Avenida da Liberdade com a Rua Alexandre Herculano	Cx. TM2.01	1	12 m^2
Cruzamento Avenida da Liberdade com a Rua Alexandre Herculano	Câmara de vórtice CV01	1	12 m^2
Avenida Almirante Reis, junto ao cruzamento da Travessa Maldonado	Câmara de vórtice CV03	1	16 m^2
Estrada e Largo de Chelas, relativas ao desvio dos caneiros e ao Túnel TCB	TC1, TC2	4	24 m^2

Tabela 3 – Localização, frente de obra associada, quantidade e área de implantação das sondagens de diagnóstico, solicitadas na DIA2961.

Este procedimento será realizado pela equipa de Arqueologia, devidamente autorizada pela DGPC, com o objetivo de assegurar a obtenção de dados que permitam sustentar decisões a tomar relativamente a estratégias a assumir face aos vestígios eventualmente detetados, assim como as medidas necessárias a realizar posteriormente.

4.3.1.3. ESCAVAÇÃO MANUAL

Entre as intervenções arqueológicas de registo científico, enquadra-se a Escavação Arqueológica, seja no âmbito de sondagens de diagnóstico (para a eventual identificação de vestígios arqueológicos), seja no âmbito de escavação em área (após a confirmação da presença de um sítio arqueológico), em concordância com o exposto na DIA nº 2961.

Pese embora a sua natureza destrutiva, já que o processo de escavação arqueológica é irreversível, trata-se de uma ferramenta indispensável para a averiguação de vestígios arqueológicos em áreas de estudo de obras com elevado impacte no ambiente envolvente. Serve a escavação arqueológica para se proceder, atempadamente, ao registo científico de sítios arqueológicos (através da salvaguarda pelo registo arqueológico da totalidade dos vestígios, isto é, escavação integral), cuja destruição, parcial ou total, considera-se inevitável devido a questões técnicas do projeto.

Esta intervenção está prevista na DIA nº 2961, nomeadamente na **Medida de Minimização 06 da Fase Prévia à Execução da Obra**, onde é recomendada a escavação arqueológica integral da zona de afetação dos trabalhos de requalificação em Santa Apolónia, a incluir uma primeira fase de diagnóstico, para definição e caracterização das sequências estratigráficas, sob a forma de sondagens arqueológicas. Deste modo, estão previstas cinco (5) sondagens de diagnóstico, a realizar durante a fase prévia à obra, numa área total de 30 m^2, com posterior escavação arqueológica integral.

Na **Medida de Minimização 07 da Fase Prévia à Execução da Obra** é recomendado que se preveja "a execução de trabalhos arqueológicos na zona de afetação do interface ribeirinho do Beato: diagnóstico, para definição e caracterização das sequências estratigráficas, a ter

lugar sob a forma de sondagens arqueológicas." A implantação das mesmas será definida nos moldes a serem discutidos previamente à fase de execução da empreitada.

Tendo em conta o elevado potencial arqueológico, onde foram já identificados vestígios arqueológicos em trabalhos de campo prévios (nomeadamente, um troço da Muralha Fernandina, com torreão associado, assim como um paredão portuário oitocentista), e a profunda afetação que a área em questão irá ser alvo, torna-se imprescindível o registo científico, rigoroso e exaustivo, da totalidade dos vestígios arqueológicos existentes.

A metodologia a aplicar nos trabalhos de escavação arqueológica, seja através de sondagens de diagnóstico, seja em escavação integral, passa pela adoção do método *Barker / Harris* de escavação por decapagem de níveis naturais. Pretende-se, assim, uma abordagem natural ao terreno decapando sucessivamente as camadas por ordem inversa de deposição das mesmas. Deste modo potencia-se um registo exponencial quer das realidades estratigráficas quer das realidades topográficas de forma a garantir um controlo exaustivo de ambas.

A cada realidade, seja ela natural, seja construída, é atribuído um número designado por Unidade Estratigráfica (doravante designada por U.E.) de forma a definir um diagrama cronológico, designado por *Matriz de Harris*, que permitirá aferir a sequência temporal do sítio em questão. Por cada U.E. que seja identificada é preenchida uma ficha de unidade que inclui uma série de variáveis caracterizadoras da mesma. Serão também preenchidas fichas de registo de espólio e achados particulares.

A implantação das sondagens, estruturas detetadas e outros achados relevantes será efetuada em plantas à escala conveniente, com recurso a um aparelho tipo estação total.

O registo gráfico a efetuar durante a escavação contempla o desenho dos planos dos depósitos e estruturas detetados, bem como alçados e cortes estratigráficos, com indicações altimétricas em cotas absolutas.

O registo fotográfico contemplará a realização de fotografias de estruturas, planos, alçados e cortes, assim como de todos os elementos arqueológicos relevantes. Serão também efetuadas fotografias em diapositivo colorido que documentem os principais aspetos do

trabalho e ação dos intervenientes, com vista a eventuais publicações ou outras iniciativas de divulgação.

Durante a intervenção arqueológica, a par do Caderno de Campo, serão utilizadas Fichas de Unidade Estratigráfica, onde se procederá à descrição exaustiva e rigorosa de todos os trabalhos realizados, assim como Etiquetas de Espólio Arqueológico, para armazenamento e identificação do espólio exumado (consultar Anexos, figuras 3 a 5).

4.3.2. METODOLOGIA DE GABINETE

Após os trabalhos de campo, deverão ser realizados os necessários trabalhos de gabinete. Nestes trabalhos, com o objetivo de elaboração do relatório final da intervenção realizada, proceder-se-á à organização, tratamento, análise, estudo e avaliação de toda a informação obtida durante o trabalho de campo, nomeadamente:

- Estudo exaustivo do espólio exumado que, após lavagem, marcação e colagem, será inventariado, descrito, desenhado, fotografado e classificado segundo critérios tecnológicos;
- Tratamento gráfico dos levantamentos realizados, como desenhos e/ou fotografias de cortes, alçados e plantas;
- Análise, estudo e interpretação da estratigrafia, estruturas, materiais e restantes informações obtidas;
- Pesquisa bibliográfica exaustiva;
- Elaboração do relatório final, cujo conteúdo dará resposta ao disposto no Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.

Durante os trabalhos de gabinete, o espólio arqueológico mais relevante (ou seja, todo aquele que permita estabelecer cronologias através das suas características técnicas) será devidamente inventariado numa base de dados. As Fichas de Base de Dados serão individualizadas pelas seguintes categorias: materiais cerâmicos, materiais em osso trabalhado, materiais líticos, materiais em vidro e materiais em metal (consultar Anexos, figuras 6 a 10).

4.3.2.1. RELATÓRIO TÉCNICO

Após os trabalhos de campo, e os necessários trabalhos de gabinete, deverá ser elaborado um relatório final (ou preliminar, caso os intervenientes, em concordância com a DGPC, assim o solicitem) com a apresentação dos trabalhos realizados, assim com os resultados obtidos.

A estrutura dos relatórios técnicos será elaborada em conformidade com o exposto nos artigos 14º, 15º e 16º do Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos). Também será cumprido o exposto na seguinte legislação da DGPC, o Despacho de 12 de agosto de 2010 (Documentação Fotográfica a Constar nos Relatórios de Trabalhos Arqueológicos), e a Circular de 27 de dezembro de 2011 (Circular de Documentação Gráfica Digital).

Os relatórios deverão ser apresentados e sujeitos à aprovação da DGPC (Tutela), nos moldes a serem definidos previamente à fase de execução da empreitada.

Os relatórios técnicos deverão ser elaborados respeitando os seguintes pontos:

- Discriminação exaustiva dos contextos arqueológicos detetados, quer depósitos de terras, quer estruturas arquitetónicas;
- Inventário exaustivo dos materiais arqueológicos registados individualmente e que possam contribuir decididamente para o estabelecimento da cronologia da ocupação do sítio;
- Apresentação da documentação fotográfica, bem como de medidas preventivas de salvaguarda e eventuais recomendações tendo em vista a proteção do local.

Face o exposto, os relatórios devem apresentar a seguinte estrutura:

1. Introdução

2. Área de incidência do projeto

3. Descrição da ocorrência patrimonial

4. Período temporal dos trabalhos de campo

5. Equipa

6. Objetivo dos trabalhos

7. Metodologia

8. Descrição dos trabalhos realizados:

- Trabalhos de campo;
- Trabalhos de gabinete;
- Descrição da ocorrência patrimonial;
- Espólio arqueológico exumado.

8. Resultados e conclusão

9. Bibliografia

10. Anexos:

- Ficha de sítio;
- PATA – Autorização para a realização dos trabalhos arqueológicos;
- Desenhos de campo;
- Desenhos do espólio exumado;
- Inventário do espólio exumado;
- Registo fotográfico;
- Registo cartográfico.

4.4. ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA

Considerando o elevado potencial arqueológico nas áreas ribeirinhas junto ao Rio Tejo, será necessário integrar na equipa de arqueologia um arqueólogo especialista em acompanhamento subaquático.

A arqueologia náutica e subaquática constitui um ramo da arqueologia que recorre às técnicas de acesso ao meio subaquático, ramo que, progressivamente, se vem afirmando como atividade científica e recurso patrimonial ímpar.

Os trabalhos de acompanhamento arqueológico das zonas imersas incidirão nas áreas de descarga dos túneis TMSA e TCB, nomeadamente nas zonas ribeirinhas (áreas imersas).

4.4.1. METODOLOGIA DE CAMPO

4.4.1.1. PROSPEÇÃO ARQUEOLÓGICA

As áreas ribeirinhas deverão ser alvo de prospeção subaquática, prévia à realização dos trabalhos da empreitada, de modo a identificar-se, antecipadamente, vestígios que possam sofrer impactes negativos, propondo-se as necessárias medidas de mitigação a desenvolver. A ficha de prospeção subaquática corresponde ao trabalho de mergulho que foi efetuado, onde se descreve a prospeção que se realizou através do ponto de GPS (ponto central).

A metodologia de prospeção a aplicar difere daquela utilizada em meio terrestre/seco, e varia de acordo com as condições físicas e a localização da área a prospetar, tal como a acessibilidade, a profundidade, as correntes, a visibilidade e a temperatura. A metodologia de prospeção subaquática será através de buscas circulares. Consubstancia-se, primeiramente, no assinalar com boia os pontos georreferenciados com as coordenadas identificadas e alvo de prospeção. A boia tem de possuir cabo de comprimento suficiente para preencher a profundidade existente e para não ficar submersa quando o pico da preia-mar. Poita usada para fixar boia tem de ter peso suficiente para aguentar com a corrente sentida em alturas de encher e descer a maré. Após a marcação do sítio, os mergulhadores descem pelo cabo associado à boia de marcação, até à poita presente no fundo marinho. Chegando lá, atam uma fita métrica de roldana e começam a prospeção circular, aumentando o raio do círculo conforme completam uma volta completa. Espaçamento entre mergulhadores, variável conforme visibilidade e realidade observada.

4.4.1.2. REGISTO DE VESTÍGIOS IDENTIFICADOS

As intervenções arqueológicas a realizar em meio subaquático, quando a identificação de vestígios arqueológicos, carecem de uma metodologia específica, que difere da utilizada nos trabalhos em meio terrestre.

Na implantação das sondagens deve-se, inicialmente, delimitar-se o sítio arqueológico, e se possível obter uma primeira foto mosaico. A dimensão das sondagens pode variar consoante a extensão, e tipologia, dos vestígios identificados, sendo de 1x1, 2x2 ou 4x4 metros de dimensão. Estas sondagens designam-se de quadrículas e devem ser implantadas com estacas em meio húmido ou aquático, com o auxílio de 2 fitas métricas para se proceder à marcação das sondagens. Sempre que possível as quadrículas a implementar são sempre direcionadas a Norte.

Os trabalhos deverão prever, inicialmente, o primeiro registo fotográfico, registo planimétrico e altimétrico. No desenho planimétrico deve confirmar-se qual a escala a utilizar no desenho (1:10, 1:20 ou 1:50). A escavação arqueológica é realizada por unidades estratigráficas com auxílio de ferramentas apropriadas ao contexto.

No meio húmido e subaquático o registo gráfico é feito com a indicação das medidas da estaca que se está a utilizar, o X (linha utilizada da quadrícula e indicação do ponto cardeal, ponto colateral ou ponto subcolateral de referência), a diagonal que se faz da estaca e indicação da quadrícula onde se está a trabalhar. Por último, sempre que se finalizar a escavação ou unidade estratigráfica, deve refazer-se o registo fotográfico e altimétrico.

Durante a intervenção arqueológica, serão utilizadas fichas específicas de registo. As fichas de arqueologia subaquática são compostas por duas partes. A primeira parte corresponde a informações pessoais (o nome dos mergulhadores) e a segunda parte prende-se com informações de carácter laboral, tal como a data dos trabalhos realizados, informações relativas ao sítio, a área do trabalho e o número da ficha (sequencial).

Por fim, deve se colocar a referência do número da estaca a que pertence o X ou Y (linhas diretoras), a distância da diagonal (partindo do ponto da estaca selecionado) e a referência da quadrícula (por exemplo, 1,2, 3, etc.). Esta informação deverá ser acrescentada numa

tabela anexa. Em anexo (consultar Anexos, figuras 11 a 21) encontram-se dois exemplos de como preencher as fichas. A primeira é uma súmula do trabalho do arqueólogo em meio terrestre e ambientes húmidos, nas zonas interditais, e a segunda remete para o trabalho em zonas submersas, em contexto de mergulho.

4.4.1.3. RELATÓRIO TÉCNICO

À semelhança do acompanhamento arqueológico realizado em meio terrestre, devem ser elaborados relatórios técnicos com os resultados do acompanhamento (com a periodicidade previamente definida em fase prévia à execução da empreitada), onde se procederá ao registo dos trabalhos acompanhados no âmbito da execução da obra, os resultados obtidos e as medidas de minimização propostas. Estes relatórios serão enquadrados no Relatório de Progresso do Acompanhamento Arqueológico, constituindo um capítulo próprio, e seguindo os critérios definidos para o primeiro.

4.5. ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA

Durante a realização dos trabalhos de campo, seja através de sondagens arqueológicas de diagnóstico, seja em escavação arqueológica integral, podemos encontrar contextos funerários. Neste cenário, os trabalhos de campo deverão ser, obrigatoriamente, desenvolvidos por um especialista com formação e experiência comprovados em Antropologia Biológica, sob a coordenação do Arqueólogo Coordenador da equipa de Arqueologia.

4.5.1. METODOLOGIA DE CAMPO

Sempre que se encontrem contextos que contenham vestígios ósseos humanos é necessária a intervenção de um especialista, na personagem do antropólogo, para a sua escavação, exumação, acondicionamento, análise e elaboração dos respetivos relatórios técnicos.

Os sedimentos devem ser escavados segundo a proposta de *Harris* (*Harris*, 1991). Nas estruturas funerárias realiza-se a decapagem dos esqueletos do crânio para os pés, com o auxílio de ferramentas específicas (prospetores dentários e teques, por exemplo), pincéis e pás de vários tamanhos e baldes.

Perante um depósito secundário dos elementos ósseos, como é o caso de um ossário, a decapagem é realizada em camadas artificiais com aproximadamente 10 cm, por quadrícula ou em área, dependendo da sua dimensão e do acordado em campo com o responsável da equipa de Arqueologia.

O tempo de escavação de cada contexto será condicionado pelas suas dimensões, complexidade e estado de preservação, pelo tipo de solo e pelas condições climatéricas. Por exemplo, numa sepultura individual (indivíduo adulto) inserida em solo arenoso, em bom estado de preservação e com um clima ameno, estima-se o período de dois a três dias de trabalho (com uma carga de 8 horas/dia) para a sua total decapagem, registo, exumação e acondicionamento.

Cada peça será mantida *in situ* (incluindo espólio arqueológico funerário) até ao registo e posterior exumação. Do registo devem constar: fotografias do contexto arqueológico e pormenores do esqueleto com escala, norte e identificação; desenho de campo e croqui; ficha antropológica de campo. A ficha antropológica de campo consiste num registo completo de campo onde são incluídos todos os pormenores possíveis de observar, incluindo as medidas realizadas com craveira e fita métrica. Esta informação irá permitir a compreensão da natureza do ritual funerário e processos tafonómicos, assim como dados preliminares de perfil biológico e paleopatológico.

Os indivíduos e deposição(ões) secundária(s) são exumados peça a peça (individualizadas em diferentes sacos de polietileno perfurados), todas etiquetadas com data, identificação da peça, unidade estratigráfica (U.E.) e acrónimo da escavação. Cada indivíduo deve ser acondicionado em contentor próprio, devidamente identificado.

Todos os contextos (sepultura ou ossário) devem ser exumados na íntegra. Se necessário, deverá ser alargado o limite da área de escavação ou ser deixado in situ preservado com geotêxtil colmatado com brita calcária para proteção das agressões ambientais.

Sempre que possível deve ser salvaguardado material para futuros estudos complementares: amostras de sedimento para estudos palinológicos (com e sem relação ao esqueleto) e parasitológicos (da zona pélvica e abdominal), assim como um dente de cada indivíduo recolhido de forma controlada (prevenindo a contaminação) para estudos genéticos. Para ajudar na interpretação dos fatores tafonómicos, o pH do solo poderá ser medido, em vários locais das sondagens com um medidor digital.

Deve-se, ainda, crivar o sedimento retirado do interior do local de depósito dos remanescentes humanos na possibilidade de ser recuperando espólio que possa ter passado despercebido durante a decapagem e exumação. Por último, todo o material deve ser acondicionado junto do restante espólio arqueológico em gabinete até posterior deslocação para um laboratório.

Durante os trabalhos de campo, a par do Caderno de Campo, serão utilizadas Fichas Antropológicas de Campo e Fichas de Espólio Osteológico, onde se procederá à descrição de todos os trabalhos realizados (consultar Anexos, figuras 22 a 25).

4.5.2. METODOLOGIA DE GABINETE

Para o tratamento de material osteológico exumado, em gabinete, a metodologia a aplicar é a que se expõe em seguida. Inicialmente, procede-se à limpeza dos ossos com escovas de dentes macias, pincéis, prospetores dentários e auxílio de luz branca até se ter uma boa observação da superfície óssea. Cada peça óssea será inventariada no programa Microsoft Excel e poderá ser identificada com bandas de Paraloid onde será escrito, com caneta de acetato, o acrónimo da intervenção arqueológica, a unidade estratigráfica do indivíduo e número da peça. O espólio exumado, até ao final dos trabalhos de campo, ficará depositado em gabinete, à semelhança do espólio arqueológico.

Devem ser realizadas novas medidas utilizando tábua osteométrica, craveira, fita métrica e compasso craniométrico. Na aplicação das medidas osteométricas em métodos paleodemográficos, usam-se os elementos ósseos do lado esquerdo por convenção, embora possa ser usado o lado direito, caso seja necessário.

Sempre que necessário deve ser feito o registo fotográfico dos ossos considerados como relevantes (que apresentem, por exemplo, a presença de patologias, variações anatómicas, entre outras), assim como o desenho digital em complemento do desenho de campo e/ou croqui. Por último, e caso assim seja necessário, a metodologia aplicada à amostra será a habitualmente empregue em estudos antropológicos, utilizando métodos clássicos e aqueles mais recentes.

4.5.2.1. RELATÓRIO TÉCNICO

Os relatórios técnicos deverão ser elaborados respeitando os seguintes pontos:

1. Introdução:

- Área de incidência do projeto;
- Enquadramento da área intervencionada.

2. Materiais e Metodologia:

- Identificação dos materiais necessários para a realização de trabalhos;
- Metodologia dos trabalhos realizados em campo;
- Metodologia dos trabalhos realizados em gabinete;
- Medidas de proteção e conservação dos vestígios biológicos.

3. Resultados e Discussão:

- Localização e integração da necrópole em relação à área escavada;
- Caracterização da necrópole e dos processos funerários envolvidos;
- Descrição da tipologia, processo construtivo e utilização dos sepulcros;
- Apresentação do espólio arqueológico funerário associado;
- Contexto histórico e arqueológico do local e cronologia estimada;
- Exposição das condicionantes tafonómicas presentes e, consequente, estado de preservação do material osteológico;
- Caracterização dos perfis biológico e patológico dos indivíduos.

4. Conclusões Finais

5. Bibliografia

6. Anexos:

- Registo fotográfico;
- Registo gráfico;
- Registo cartográfico;
- Fichas de campo;
- Fichas de gabinete.

4.6. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ETNOGRÁFICO

A movimentação constante de maquinaria e recursos humanos nos acessos e no interior da obra, irão gerar riscos acrescidos sobre o património imóvel circundante. Deste modo, um dos objetivos do Acompanhamento Arqueológico passará por monitorizar a integridade física dos elementos patrimoniais através da identificação de sinais de degradação pré-existentes ou que surjam no decorrer da obra.

Trinta e quatro (34) são o número de ocorrências patrimoniais sob risco de impacte negativo (tabela 4), motivado pelas distâncias a que as estas se localizam do TMSA e do TCB, das interferências à superfície, e onde os túneis se desenvolvem a profundidades iguais ou inferiores a 20 metros. Doze (12) foram identificadas e registadas no decorrer do estudo prévio do projeto, concretizado pela empresa EMÉRITA. No desenvolvimento dos trabalhos de prospeção e levantamento patrimonial, realizados pela presente equipa de Arqueologia, somaram-se novas ocorrências que apresentam o mesmo nível de risco associado, e não identificadas no estúdio prévio. Assim, de um total de 153 ocorrências patrimoniais identificadas na área de estudo dos túneis de drenagem, consideramos que podem ocorrer impactes negativos em 34 das ocorrências patrimoniais inventariadas.

Nº OCORR.	ELEMENTO PATRIMONIAL	FRENTE DE OBRA ASSOCIADA
12	Palacete Conceição e Silva	TM2; TM3
19	Prédio no Largo do Intendente, nº 24-26 (Antiga Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego)	TM4
26ª	Cerca Fernandina (Torre e troço de muralha / Porta da Ribeira)	TM5
30	Museu Militar	TM5
31	Portal manuelino e galilé da Igreja de Chelas/Portal e galilé do antigo convento de São Félix e Santo Adrião de Chelas	TC1
34b	Edifício industrial/(Antiga) Fábrica de Borracha Luso-Belga	TC2
35	Biblioteca dos Amigos de Lisboa/(Antigo) Edifício industrial	TC2
36	Mirante da (Antiga) Quinta da Inauguração	TC2
42	Edifício da Associação de Proteção da 1ª infância	TM5
44	Ermida do Senhor da Boa Nova e edifício anexo	TM5
45	Edifício de habitação plurifamiliar na rua Escadinhas dos Remédios	TM5
46	Casa nobre	TM5
48	Palácio de D. Rosa	TM5
68	(Antigo) Palácio do Intendente Pina Manique	TM4
70	Palácio no Largo do Intendente Pina Manique	TM4
71	Palácio na rua dos Anjos	TM4
72	Antiga Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego	TM4
73	Conjunto de edifícios (eixo urbano na Av. Almirante Reis)	TM4
74	Antigo Convento do Desterro/Igreja de Nossa Senhora do Desterro/Hospital do Desterro	TM4
75	Conjunto Arquitetónico de Habitação na Rua Antero de Quental (ímpares)	TM4
76	Conjunto Arquitetónico de Habitação na Rua Antero de Quental (pares)	TM4
111	Conjunto Arquitetónico na Avenida da Liberdade, Rua Alexandre Herculano e Rua Mouzinho da Silveira	TM2
140	**Estátua a Oliveira Martins**	TM2
141	**Poço da Picheleira**	TC1
142	**Estátua a António Feliciano de Castilho**	TM2
143	**Fontanário-bebedouro para Animais da SPA**	TM5
144	**Grupo escultórico "Emigrante Português"**	TM5
145	**Busto de D. Manuel I**	TM5
146	**Conjunto de dois canhões (Museu Militar)**	TM5
147	**Âncora (Elemento ornamental do Porto de Lisboa, 1997)**	TM5
148	**Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na Rua de Santa Marta**	TM3
149	**Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar na Rua de Santa Marta e Travessa de Santa Marta**	TM3
150	**Padrão (Elemento escultórico em Santa Apolónia)**	TM5
151	**Canhão**	TM5

Tabela 4 – Ocorrências Patrimoniais com Risco de Impacte Negativo (demarcação a branco – ocorrências localizadas junto ao TMSA; demarcação a verde-claro – ocorrências localizadas junto ao TCB; elementos a negrito – ocorrências acrescentadas pela presente equipa de arqueologia).

4.6.1. INTERFERÊNCIAS INEVITÁVEIS

Analisando e cruzando o nível de solidez construtiva e resistência dos 34 elementos da Tabela 4, com a sua distância e nível de sujeição a frentes de obra, assim como áreas de estaleiros, permitiu-nos identificar duas (2) ocorrências patrimoniais que consideramos em risco de interferência inevitável, nomeadamente:

- **Ocorrência nº 147 –** Âncora (Elemento Ornamental do Porto de Lisboa, 1997):

Este elemento patrimonial localiza-se na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia, e a aproximadamente 1 metro de distância do TM5. As medidas de minimização recomendadas passam pela transladação, cuidadosa e temporária, do elemento patrimonial, evitando a sua afetação direta durante o curso dos trabalhos da empreitada. Deverá ser acondicionada, temporariamente, em local a definir pelo Dono de Obra, com o conhecimento da DGPC e do Dono de Obra. Após o término dos trabalhos previstos, o elemento deverá ser colocado no seu local de origem. Estes trabalhos devem ser coordenados por um técnico especialista em Conservação e Restauro;

- **Ocorrência nº 150 –** Padrão (Elemento Ornamental em Santa Apolónia):

Este elemento patrimonial localiza-se na área onde serão realizados os trabalhos de requalificação dos espaços exteriores em Santa Apolónia. As medidas de minimização recomendadas passam pela transladação, cuidadosa e temporária, do elemento patrimonial, evitando a sua afetação direta durante o curso dos trabalhos da empreitada. Deverá ser acondicionada, temporariamente, em local a definir pelo Dono de Obra, com o conhecimento da DGPC e do Dono de Obra. Após o término dos trabalhos previstos, o elemento deverá ser colocado no seu local de origem. Estes trabalhos devem ser coordenados por um técnico especialista em Conservação e Restauro.

4.6.2. METODOLOGIA DE CAMPO

4.6.2.1. FASE PRÉVIA À EXECUÇÃO DA OBRA

Numa fase prévia ao início da obra, foram realizados trabalhos de levantamento patrimonial, sistemáticos e dirigidos, com o objetivo de confirmar e avaliar as ocorrências detetadas no estudo prévio para o projeto, quer de natureza arquitetónica, quer arqueológica, e identificar e analisar novas. Deste modo, foi prospetado um corredor com 500 metros de largura ao longo do traçado dos dois túneis (250 metros para cada margem a contar do eixo), desde a sua boca até ao local de descarga. Esta prospeção arqueológica incidiu, igualmente, nas áreas previstas para a montagem de estaleiros e implantação de vazadouros (depósito de terras).

Durante a prospeção de campo, a par do Caderno de Campo, foram utilizadas Fichas de Ocorrência Patrimonial e Memória Descritiva, onde se procedeu à descrição de cada uma das ocorrências identificadas (consultar Anexos, figura 26).

O passo a seguir será tomado durante a fase de instalação das estruturas de apoio à obra, nomeadamente estaleiros e demais infraestruturas inerentes, abertura de acessos e em todas as situações que impliquem a circulação de veículos pesados e de maquinaria em vias existentes, ou a construir, que passem junto aos 71 elementos patrimoniais referidos (lista consultável na tabela 4, apresentada no capítulo anterior).

Além da identificação clara destes por sinalização apropriada e pela sua divulgação junto das equipas de trabalho, deverão ser protegidos fisicamente através da colocação de vedações e guardas metálicas nas bermas mais próximas das vias a utilizar pelo tráfego relacionado com a obra. Esse mesmo tráfego deverá ser reduzido ao estritamente necessário.

Como discutido previamente, existem duas (2) interferências inevitáveis sob especial foco por parte da equipa de Arqueologia e para as quais se determinaram as seguintes medidas de minimização:

- **Ocorrência nº 147 –** Âncora (Elemento Ornamental do Porto de Lisboa, 1997):

Transladação, cuidadosa e temporária, do elemento patrimonial, evitando a sua afetação direta durante o curso dos trabalhos da empreitada. Deverá ser acondicionada, temporariamente, em local a definir pelo Dono de Obra, com o conhecimento da DGPC e do Dono de Obra. Após o término dos trabalhos previstos, o elemento deverá ser colocado no seu local de origem. Estes trabalhos devem ser coordenados por um técnico especialista em Conservação e Restauro.

- **Ocorrência nº 150 –** Padrão (Elemento ornamental em Santa Apolónia):

Transladação, cuidadosa e temporária, do elemento patrimonial, evitando a sua afetação direta durante o curso dos trabalhos da empreitada. Deverá ser acondicionada, temporariamente, em local a definir pelo Dono de Obra, com o conhecimento da DGPC e do Dono de Obra. Após o término dos trabalhos previstos no âmbito da empreitada, o elemento deverá ser colocado no seu local de origem. Estes trabalhos devem ser coordenados por um técnico especialista em Conservação e Restauro.

4.6.2.2. FASE DE CONSTRUÇÃO

O programa de monitorização deve aplicar-se desde o início das intervenções de obra e deve acompanhar a continuação da prática das medidas mitigadoras de carácter preventivo propostas, nomeadamente a sinalização e vedação dos quinze sítios em relação ao trânsito associado à obra e à proximidade de instalações e frentes de trabalho.

A monitorização deverá ser executada através de vistorias diretas aos elementos patrimoniais identificados nas condições acima expressas e para os quais tenham sido recomendadas medidas específicas de proteção e salvaguarda. Estas deverão ter uma periodicidade regular durante toda a fase de construção e ficar registadas na Ficha de Elemento Patrimonial – Memória Descritiva (consultar Anexos, figuras 27 a 31). A periodicidade será ajustada ao cronograma de trabalhos mais próximos e ao nível de risco definidos para cada ocorrência.

4.6.2.3. FASE DE EXPLORAÇÃO

O programa de monitorização para a fase de exploração aplica-se a três situações específicas:

- Aferição dos efeitos da possível transladação no estado de preservação da Âncora (Elemento Ornamental do Porto de Lisboa, 1997) (ocorrência nº 147);
- Aferição dos efeitos da possível transladação no estado de preservação da Padrão (Elemento escultórico em Santa Apolónia) (ocorrência nº 150);
- Aferição dos efeitos dos trabalhos de construção na integridade física dos elementos patrimoniais a conservar *in situ*.

Nesta fase, no que toca à estatuária presente, caso se tenha optado pela transladação da peça, é essencial acompanhar e registar todo o processo de retorno da mesma ao local original de depósito. Este deve incluir uma verificação minuciosa da manutenção da qualidade e segurança do acondicionamento do elemento (e, se necessário, reforçar), a observação direta e registo descritivo e fotográfico do transporte e depósito no destino final e uma análise exaustiva do estado de conservação, após remoção de proteções, para tomada de decisão relativa a necessidade de intervenção de técnico especializado em conservação e restauro.

Em relação aos elementos patrimoniais a conservar *in situ*, também se aplica a observação detalhada de toda a superfície e estruturas destes, com memória descritiva e fotografias a acompanhar, no sentido de avaliar o seu estado de conservação pós-obra e decidir se carecem de uma intervenção de conservação e restauro. De notar que tal incluirá as ocorrências nº 147 e 150.

4.6.3. METODOLOGIA DE GABINETE

Após os trabalhos de campo, anteriores ao começo da empreitada, foi produzido um Relatório Técnico com os resultados obtidos, o registo fotográfico, a descrição de cada uma das ocorrências patrimoniais identificadas, e a localização em cartografia, de cada uma das

ocorrências, assim como a recomendação de medidas de minimização complementares a desenvolver, caso assim se justificasse.

Das vistorias efetuadas, durante a fase de construção, deverá resultar um Relatório Técnico que registe e reúna todos os dados da monitorização, incluindo o estado de preservação dos diferentes elementos, as medidas assumidas e os resultados obtidos, ao longo da obra.

4.6.4. REGISTO DE EDIFICADO

Relativamente às medidas de minimização específicas a aplicar em possíveis ocorrências patrimoniais de carácter edificado / arquitetónico que venham a ser destruídas pela implementação do projeto, preconiza-se a elaboração de uma memória descritiva exaustiva. Este documento deverá contar com os seguintes dados:

- Levantamento de planta e alçado de cada unidade arquitetónica (à escala 1:500 e com amostragens do aparelho construtivo à escala 1:20);
- Registo fotográfico exaustivo do edifício, após a limpeza da vegetação;
- Elaboração da memória descritiva, na qual se caracterizam exaustivamente os elementos arquitetónicos, os elementos construtivos e as técnicas de construção usadas;
- Levantamento Arquitetónico – no caso de um levantamento de pormenor, este será efetuado com aparelho de topografia tipo estação total e apresentado no mínimo à escala 1:100 (ocorrência e envolvência topográfica), escala 1:50 (plantas, alçados e cortes), escala 1:20 (detalhes da técnica construtiva) e escala 1:10 (pormenores arquitetónicos significativos); nos restantes casos, para além da escala de projeto, estes serão apresentados à escala 1:100 (plantas da ocorrência);
- Cartografia da localização da estrutura composta por extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1:25000, e cartografia de projeto, à escala 1:2000.

Quer a limpeza inicial da área de implantação do edifício, para observação e registo, quer o desmantelamento das construções diretamente impactadas pela obra, serão acompanhadas pela equipa de Arqueologia.

Este registo aplica-se a todo o tipo de ocorrências como habitações, estruturas da arquitetura de produção e vernacular, caminhos, casas de apoio agrícola, muros de propriedade, poços, manifestações de religiosidade popular, etc.

Um estudo final sobre os elementos edificados sujeitos a demolição, destruição, abandono ou relocalização será produzido, conjugando pesquisa documental, com trabalho de campo e com tratamento da informação, de forma a obter uma leitura integrada e completa das estruturas e o seu enquadramento historiográfico, socioeconómico e cénico/paisagístico.

4.7. CONSERVAÇÃO E RESTAURO

A conservação e restauro compreendem todas as medidas ou ações que tenham como objetivo a salvaguarda do património cultural material, assegurando a sua acessibilidade às gerações presentes e futuras. Todas estas medidas e ações deverão respeitar o significado histórico e artístico e as propriedades físicas dos bens culturais.

Tendo em conta o elemento arqueológico referido na área de Santa Apolónia, o troço da Muralha Fernandina (ocorrência patrimonial nº 26a), assim como o espólio arqueológico previsível de se exumar durante as escavações arqueológicas a realizar na fase prévia da empreitada, será necessário incluir na equipa de arqueologia um especialista em Conservação e Restauro. Este elemento será o responsável pela coordenação, em campo, de todos os trabalhos necessários a aplicar nos elementos patrimoniais, assim como pelos trabalhos de gabinete (registo documental, inventariação, tratamento, registo fotográfico e desenhos técnicos).

4.7.1. METODOLOGIA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO PARA BENS MÓVEIS

Durante as explorações arqueológicas terrestres, as normas para a recuperação e para a documentação dos achados enquadram-se mais especificamente no quadro das normas relativas à metodologia das escavações. No que respeita à conservação e o restauro devem observar-se disposições que, durante essas operações de escavação, garantam a conservação imediata dos achados, especialmente se estes forem mais facilmente degradáveis, e a posterior possibilidade da sua salvaguarda e restauro definitivos.

No caso de achados de elementos soltos de decorações em estuque, em pintura, em mosaico ou em *opus sectile* é necessário, antes e durante a sua remoção, proceder à consolidação, de forma a facilitar a sua recomposição e o seu restauro em laboratório.

Na recuperação de vidros é aconselhável não se proceder a nenhuma limpeza durante a escavação, pela facilidade que eles têm em se partirem. No que respeita à cerâmica e à terracota a recomendação mantém-se, de forma a não colocar em perigo a eventual presença de pinturas, vernizes ou inscrições. A limpeza destes materiais deve ser efetuada em laboratório, de forma o menos intrusiva possível. Outros tipos de intervenção, mediante relevância da peça, devem ser levados acabo por técnicos de conservação e restauro.

Impõe-se uma delicadeza especial na recolha de objetos ou fragmentos de metal, especialmente se oxidados, recorrendo-se, antes de mais a sistemas de consolidação e, eventualmente, até a suportes mais adequados. Deve ser prestada uma atenção especial a possíveis vestígios ou marcas de tecidos.

Caso seja relevante, existe a possibilidade de se obterem moldes negativos de plantas e de materiais orgânicos perecíveis, pela aplicação de gesso líquido nos vazios que permaneceram no terreno.

As alterações que ocorrem nos materiais arqueológicos, numa visão mais geral, têm as mais diversas causas:

- Fatores físicos: a prolongada exposição no solo; a permeabilidade do solo à humidade e ao ar; as condições climáticas (temperaturas altas ou negativas, vento, exposição

solar, entre outros); movimentações do solo, naturais ou provocadas pelo Homem; e um fator muito importante, a humidade relativa;

- Fatores químicos: o PH do solo, ácido ou alcalino; presença no solo de sais solúveis;
- Fatores biológicos: a ação de roedores, de microrganismos e a ação das raízes (através de ações físicas e químicas).

A seguir estão dispostas as principais etapas, procedimentos e técnicas utilizadas pela conservação arqueológica na preservação do material arqueológico:

1 – Registo e descrições;

2 – Exumação dos artefactos:

- Meio terrestre,
- Meio aquático;

3 – Limpeza e exames:

- Métodos não interventivos,
- Métodos interventivos;

4 – Estabilização:

- Técnicas passivas,
- Técnicas ativas;

5 – Acondicionamento;

6 – Armazenamento/Exposição do material.

A conservação de materiais pode ser alcançada por vários métodos diferentes. O método escolhido é geralmente selecionado mediante a condição do objeto, a experiência prévia do técnico de restauro e conservação, o tempo disponível e o local de armazenamento final. Deste modo, o plano de intervenção terá analisado, discutido e definido, tendo em conta estes fatores. Tal englobará peças de composição diferentes das supracitadas.

4.7.2. METODOLOGIA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO PARA ESPÓLIO EM MEIO AQUÁTICO

A mudança abrupta de ambiente no desenvolvimento de uma escavação arqueológica subaquática, traz problemas derivados do próprio método de intervenção. O curso do mesmo obriga à submissão de objetos a uma mudança de um ambiente estável, mais ou menos favorável, mas com o qual eles estavam em equilíbrio, para um novo ambiente mais agressivo física, química e biologicamente. São exemplo, maior calor, luz mais intensa, alteração no nível de humidade relativa e novos agentes biológicos. Tal deve ser antecipado, tanto quanto possível.

A metodologia e os materiais utilizados devem ser selecionados, no sentido de alcançar as condições mais favoráveis para a conservação dos objetos, evitando, ao máximo, os riscos de degradação. A deterioração pode conduzir ao desaparecimento dos dados referentes ao objeto e à sua história, ou mesmo ao desaparecimento do próprio objeto.

Caso surjam vestígios arqueológicos subaquáticos, ainda antes de se tocar nos materiais, será concretizada uma boa documentação no local. Esta englobará fotografias, desenhos, recolha de amostras de sedimento e registo escrito de todos os dados observáveis.

O passo seguinte passará por estabelecer um conjunto de princípios de interesse patrimonial e atuação, acordados entre a Coordenação geral da Arqueologia, o arqueólogo especialista em Subaquática e o técnico de Conservação e Restauro. Tais serão reunidos num plano de intervenção (sujeito a aprovação tutelar), que descreva o contexto arqueológico e histórico, a relevância patrimonial das evidências encontradas, as limitações do local e do respetivo ambiente e as medidas sugeridas, no sentido de garantir a correta extração, armazenamento e transporte até chegarem ao laboratório, onde será realizado o tratamento e conservação mais apropriados.

Para a proposta referida, será revista a necessidade de extrair a totalidade ou só uma parte dos remanescentes, deixando os objetos in situ, convenientemente protegidos. Outra possibilidade passará por efetuar moldes, debaixo de água, por exemplo, com silicone, para reproduções posteriores.

Uma vez decidida a extração dos vestígios, será tida em conta a diferença entre os materiais inorgânicos (cerâmica, pedra ou metais) e os orgânicos. Os primeiros tenderão a suportar melhor a manipulação necessária para os extrair. Os segundos podem estar muito frágeis, existindo o risco de danos. Logo, serão preparados recipientes com uma camada de areia, para depósito, suporte e possível cobertura com mais areia. Outra opção passará pela extração dos materiais com a areia ou lodo que os cobriam originalmente e a colocação num leito macio e/ou rígido (variável com as características do objeto), previamente preparado.

Mediante o tipo de material, deverá ser avaliada uma atuação simples de extração e armazenamento, para transladação para local mais bem equipado, ou a necessidade de intervenção mínima, com limpezas superficiais e consolidações, para facultar alguma resistência para os passos seguintes. Serão sempre evitados produtos e procedimentos de difícil remoção ou retrocesso, que contaminem de tal forma, que comprometam ou impossibilitem a realização de futuras análises ou estudos.

Para o armazenamento, serão necessários espaço e materiais adequados ao procedimento, nomeadamente: prateleiras, mesas, piscinas de dessalinização e conservação, recipientes plásticos de diversos tamanhos, etiquetas plásticas (que deverão permanecer fixas ao objeto, até ao final do processo de restauro e secagem) e produtos químicos (de acordo com os materiais em causa). Poderá ser imprescindível criar condições ambientais artificiais, para garantir a preservação dos materiais. Será o caso de estruturas ou aparelhos que condicionem e estabilizem a temperatura, humidade e luz, ou suportes para peças com formatos mais irregulares.

4.7.3. METODOLOGIA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO PARA BENS IMÓVEIS

A conservação e restauro do património arquitetónico, uma das componentes previstas neste projeto, têm como objetivo preservar, e, se possível, melhorar as mensagens e os valores dos bens culturais.

Qualquer intervenção no património arquitetónico deve ter presente padrões de ética internacionalmente aceites, nomeadamente:

- A situação atual do elemento patrimonial deve ser registada antes de qualquer intervenção;
- Os testemunhos históricos não devem ser destruídos, falsificados ou removidos;
- As ações de conservação e restauro devem respeitar o princípio da intervenção mínima;
- Qualquer intervenção deve reger-se pelo respeito pela integridade estética, histórica e física dos bens culturais;
- Todos os métodos e materiais utilizados devem ser devidamente documentados.

As intervenções em património arquitetónico devem ainda:

- Ser reversíveis ou repetíveis, se tecnicamente possível, ou pelo menos não prejudicarem uma futura intervenção;
- Preservar, o máximo possível, os materiais e as técnicas construtivas autênticas;
- Ser harmoniosas em cor, textura, forma e escala, caso se verifiquem adições, devendo as mesmas ser também identificáveis, embora menos percetíveis do que o material original;
- Ser empreendidas por técnicos especializados, qualificados para os trabalhos em causa.

Deste modo, os trabalhos de restauro e conservação de bens imóveis serão iniciados com um levantamento descritivo e fotográfico do elemento patrimonial sob afetação. Neste processo será realizada uma análise exaustiva da arquitetura, decoração e elementos de valor cultural presentes, do enquadramento urbanístico e da condição estrutural (fragilidades e patologias).

Uma vez concluídos os registos iniciais, será necessário algum trabalho de gabinete, através do estudo teórico e bibliográfico da estrutura arquitetónica, no sentido de compreender o meio físico e social envolvente, o sistema construtivo aplicado e os valores históricos e artísticos associados. Do cruzamento desta informação com os dados relativos ao seu estado

de conservação, resultará o estabelecimento de uma proposta de intervenção, adequado a cada caso.

Na análise do estado de conservação dos rebocos, registar-se-ão cores, lesões, destacamento, lacunas, entre outros. No que toca aos elementos pétreos, será revista a sua integridade, lacunas, incrustações, formação de crostas (origem, natureza e estabilidade) e a presença ou não de elementos decorativos mais salientes e/ou frágeis.

A proposta deverá garantir a durabilidade efetiva das intervenções. A duração das partes antigas e das modernas (adições) deve ser substancialmente igual. Para a substância protetora e para os trabalhos de manutenção, pode-se aceitar uma duração de cinco a dez anos, enquanto que para as intervenções de substituição ou de integração, a sua duração deve ser comparável à das partes originais envolventes.

Devem ser evitadas todas as tentações de restituição do "traço antigo" ou da imitação "ao estilo". Por conseguinte, os problemas de reinterpretação da estrutura arquitetónica devem ser resolvidos pela execução de adições a serem definidas caso a caso, sem responder a regras previamente fixadas ou a dogmas.

Mediante a aprovação da metodologia e materiais propostos por parte das principais entidades responsáveis – dono de obra, construtora e tutela, avançar-se-á com o seu emprego. Novos registos descritivos e fotográficos, quer durante o processo, quer após conclusão do mesmo (descritivo e fotográfico), serão efetuados e integrados no relatório técnico final (ou intermédio, caso seja requerido pelas entidades reguladoras).

4.7.4. RELATÓRIO TÉCNICO

Após os trabalhos de campo, e os necessários trabalhos de gabinete, deverá ser elaborado um relatório final (ou preliminar, caso os intervenientes, em concordância com a DGPC, assim o solicitem) com a apresentação dos trabalhos realizados, assim como os resultados obtidos.

Os relatórios deverão ser apresentados e sujeitos à aprovação da DGPC (Tutela), nos moldes a serem definidos previamente à fase de execução da empreitada.

Face o exposto, os relatórios devem apresentar a seguinte estrutura:

1. Introdução

2. Área de incidência do projeto

3. Descrição do elemento intervencionado

4. Período temporal dos trabalhos de campo e de gabinete

5. Equipa

6. Objetivo dos trabalhos

7. Metodologia de atuação

8. Descrição dos trabalhos realizados:

- Trabalhos de campo;
- Trabalhos de gabinete.

8. Resultados e conclusão

9. Bibliografia

10. Anexos:

- Registo fotográfico;
- Registo cartográfico.

5. RELATÓRIOS DE PROGRESSO

Devem ser elaborados Relatórios Técnicos de periodicidade mensal (ou nos moldes previamente definidos em fase prévia à execução da empreitada), onde se procederá ao

registo dos trabalhos acompanhados no âmbito da execução da obra, assim como os resultados obtidos.

Após o término do Acompanhamento Arqueológico, após autorização da DGPC, deverá ser elaborado um Relatório Final, onde se documentará exaustivamente a totalidade dos trabalhos realizados, e acompanhados pela equipa de arqueologia, durante toda a fase de execução da empreitada.

Os relatórios deverão ser apresentados e sujeitos à aprovação da DGPC (Tutela), nos moldes a serem definidos previamente à fase de execução da empreitada.

Tendo em conta o exposto, os Relatórios de Progresso do Acompanhamento Arqueológico deverão contemplar os seguintes pontos:

1. Introdução:

- Identificação do projeto;
- Enquadramento legal;
- Área de incidência do projeto;
- Período temporal em que o relatório se enquadra, e os trabalhos anteriormente realizados.

2. Trabalho de Campo:

- Metodologia dos trabalhos;
- Descrição Pormenorizada do atual estado da empreitada (obra), com indicações das zonas de obra que foram objeto de Acompanhamento;
- Indicação dos vestígios eventualmente detetados, os quais devem ser remetidos para os respetivos mapas de localização (escala de projeto) e acompanhados dos devidos elementos fotográficos;
- No caso anterior deverão ser explicitadas quais as medidas de minimização aplicadas / recomendadas.

3. Conclusões:

- Resumo dos principais aspetos do trabalho desenvolvido.

4. Anexos Técnicos:

- Esboço corográfico (Esc. 1/25.000) com localização colorida da área onde incidiu o trabalho de campo;
- As plantas de projeto deverão ser incluídas apenas quando forem identificados elementos de carácter patrimonial, os quais deverão aqui ser localizados com rigor;
- Fotografias com respetiva legenda;
- Fichas diárias do acompanhamento arqueológico.

5. Bibliografia

Por sua vez, o Relatório Final do Acompanhamento Arqueológico deverá cumprir os seguintes pontos:

1. Introdução:

- Identificação do projeto;
- Enquadramento legal;
- Área de incidência do projeto.

2. Enquadramento Geográfico.

3. Enquadramento Geomorfológico.

4. Enquadramento Histórico.

5. Estratégias e Metodologia da Intervenção.

6. Trabalhos de Campo:

- Descrição dos elementos patrimoniais e arqueológicos e seus respetivos contextos, funcionalidades, cronologias e faseamentos;

- Descrição detalhada do espólio recolhido.

7. Definição e interpretação dos elementos patrimoniais e arqueológicos detetados.

8. Definição de medidas complementares de minimização.

9. Conclusões.

10. Bibliografia.

11. Equipa Técnica.

12. Anexos:

- Inventário total do espólio exumado e desenho dos materiais mais significativos;
- Fichas diárias do acompanhamento arqueológico;
- Plantas dos depósitos estratigráficos e das estruturas identificadas;
- Cortes, perfis estratigráficos e alçados de depósitos sedimentares e das estruturas identificadas;
- Registo fotográfico das diversas fases dos trabalhos e das principais;
- Planta geral de localização do(s) sítios escala 1:25 000 com indicação da(s) folha(s) da CMP;
- Levantamento topográfico do local com indicação das áreas intervencionadas com indicação de escala;
- Planta de projeto com a incidência das áreas intervencionadas com indicação de escala.

6. FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Um passo que conduzirá à prevenção de alguns dos riscos referidos para os elementos patrimoniais, passa por uma breve formação e sensibilização de todos os novos elementos integrados na obra, sobre a relevância do património material da cidade, a necessidade de contribuir para a sua proteção e conservação e importância de assumir os devidos cuidados, durante a execução dos trabalhos.

Esta medida de minimização é, também, assinalada na DIA nº 2961:

MM20 – Realizar ações de formação e de sensibilização para os trabalhadores e encarregados envolvidos na execução das obras relativamente às ações suscetíveis de causar impactes ambientais e às medidas de minimização a implementar, designadamente normas e cuidados a ter no decurso dos trabalhos.

Adicionalmente, será reforçada a disponibilidade da equipa para receber questões ou dúvidas posteriores e reportes de algum incidente identificado. Um breve resumo dos dados facultados será entregue, sob a forma de folheto informativo.

7. EQUIPA TÉCNICA

A equipa definida para esta intervenção será constituída por técnicos devidamente competentes, em número suficiente para as frentes de obra ativas, e com experiência em trabalhos desta natureza, devendo o responsável científico[1] ser reconhecido e habilitado pela DGCP (Direção Geral do Património Cultural), para elaboração de trabalhos desta natureza e coordenação da equipa de arqueologia. A empreitada em causa envolve diferentes especialidades relacionadas com Património Cultural, pelo que envolverá os seguintes elementos (tal como indicado no Mapa de Quantidades, no âmbito da empreitada):

- Arqueólogo Coordenador;
- Arqueólogo Especialista em Acompanhamento Subaquático;
- Técnico Desenhador;
- Técnico de Conservação e Restauro;
- Técnico de Inventário de Espólio;
- Técnico Assistente;
- Antropólogo.

[1] A DGPC não reconhece a designação de Coordenador de Arqueologia, pelo que deveremos referir-nos ao Responsável Científico do Acompanhamento Arqueológico da Empreitada.

8. BIBLIOGRAFIA

- 4RS/Câmara Municipal de Lisboa (2017): Relatório Síntese do Estudo de Impacte Ambiental dos Túneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016-2030.
- ALQAHTANI, S. J.; HECTOR, M.P.; LIVERSIDGE, H. M. (2010): "Brief communication: The London Atlas of human development and eruption". American Journal of Physical Anthropology, 142, pp. 481-290.
- AUFDERHEIDE, A.; RODRÍGUEZ-MARTÍN, C. (1998): The Cambridge encyclopedia of human paleopathology. Cambridge, Cambridge University Press.
- BRANDI, C. (2003): Teoria da Restauração. Tradução de António de Borja Araújo (Engenheiro Civil IST).
- BRUZEK, J. (2002): "A Method for Visual Determination of Sex, Using the Human Hip Bone". American Journal of Physical Anthropology, 117, pp. 157-168.
- BUIKSTRA, J.E.; UBELAKER, D.H. (1994): Standards for data collection from human skeletal remains: Proceedings of a Seminar at the Field Museum of Natural History. Fayetteville, Arkansas Archaeological Survey.
- CARANDINI, A. (1997): Historias en la Tierra. *Manual de Excavación Arqueológica*. Editorial Crítica.
- CARDOSO, H. F. V. (2005): Patterns of Growth and Development of the Human Skeleton and Dentition in Relation to Environmental Quality. A Biocultural Analysis of a 20th Century Sample of Portuguese Documented Subadult Skeletons. McMaster University Hamilton, Ontario. [PhD thesis of Philosophy].
- FEREMBACH, (1980): "Recommendations for Age and Sex Diagnoses of Skeletons". In: Chiarelli, A. B. (ed). Journal of Human Evolution. London, Academic Press Inc. 9, pp. 517-449.
- FIGUEIRA, F.; PAIS, A. (2007): "Terminologia para a definição da conservação-restauro do património cultural material". Conservar Património, 6, pp. 55-56. Associação Profissional de Conservadores Restauradores de Portugal, Lisboa, Portugal.

- GHETTI, N. (2015): "Preservação, Salvaguarda e Conservação Arqueológica: A Reserva Técnica de Material Orgânico do Departamento de Arqueologia da UFPE". Clio Arqueológica, V30N2, pp. 100-153.
- HARRIS, Edward C. (1991): Principios de Estratigrafía Arqueológica. Editorial Crítica, Barcelona.
- HENDERSON, J. (1987): “Factors determining the state of preservation of human remains”. In Boddington, A., Garland, A. N., Janaway, R. C. (ed). Death, decay and reconstruction: approaches to archaeology and forensic science. Manchester, Manchester University Press, pp. 43-54.
- HENRIQUES, F. R.; MONTEIRO, M. (2017): Relatório sobre a Avaliação do Fator Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnográfico do Estudo de Impacte Ambiental de Dois Túneis de Drenagem de Lisboa. Emérita.
- HILLSON, S. (1996): Dental Anthropology. Cambridge. Cambridge University Press.
- INTERNATIONAL CENTRE FOR UNDERWATER ARCHAEOLOGY IN ZADAR (2014): Conservation of underwater archaeological finds. Manual, Zadar.
- Jorge, M. A importância de uma oficina de Conservação e Restauro no Concelho de Macedo de Cavaleiros. Trabalho de Licenciatura em Tecnologia de Conservação e Restauro, no Instituto Politécnico de Tomar.
- LARSEN, C. S. (1997): Bioarchaeology. Interpreting behavior from the human skeleton. Cambridge University Press. Cambridge.
- LOPES, F. (2017): "Boas Práticas - Relatório Prévio". P&C, 63, pp. 8-11.
- MOTA-ENGIL; SPIE BATIGNOLLES (2020): Empreitada de Execução dos Túneis de Drenagem da cidade de Lisboa e Intervenções Associadas. Memória Justificativa e Descritiva do Modo de Execução da Obra.
- NEVES, M. J.; FERREIRA, M. T.; ALMEIDA, M.; BASÍLIO, L.; TAVARES, P. (sd): “A escavação de necrópoles e recuperação de vestígios osteológicos humanos em contextos de emergência: questões de método e de princípio”. Atas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. No prelo.
- ORTNER, D.J. (2003): Identification of pathological conditions in human skeletal remains. USA, Academic Press.

- PEARSON, C. (1987): Conservation of marine archaeological objects. Canberra College of Advanced Education, Australia.
- PÉREZ DE ANDRÉS, C. "La Conservación del Material Arqueológico Subacuático. El Arqueólogo y el Restaurador Ante las Primeras Intervenciones." Monte Buciero, 9, pp. 85-93.
- ROCHA, A.; FIGUEIRA, N.; INOCÊNCIO, J. (2017): Santa Apolónia – Sondagens Arqueológicas. Plano Geral de Drenagem de Lisboa. Relatório Final. Arqueohoje.
- RENFREW, C.; BAHN, P. (1991): Archaeology. Theories, Methods and Pratice. Thames and Hudson ed.
- RUPPÉ, C.V.; BARSTAD, J. (2002): International handbook of underwater archaeology. The plenum series in underwater archaeology, INA, Texas A&M University
- SILVA, F. (2007): "Abordagem ao ritual funerário da Cremação através da análise dos restos ósseos". Al-Madan, IIª série, nº 15.
- SCHAEFER, M.; BLACK, S.; SCHEUER, L. (2009): Juvenile Osteology: a laboratory and field manual. San Diego, Elsevier.
- SCOTT, G. R.; IRISH, J. D. (2017): Human Tooth Crown and Toot Morphology: The Arizona State University Dental Anthropology System. Cambridge, Cambridge University Press.
- SILVA, A. M. (1995): "Sex assessment using the calcaneus and talus". Antropologia Portuguesa, 13, pp. 107-119.
- STECKEL, R. H.; LARSEN, C. S.; SCIULLI, P. W.; WALKER, P. L. (2018): "Data Collection Codebook". In: Steckel, R. H.; Larsen, C. S.; Roberts, C. A. (eds.). The Backbone of Europe: Health, Diet, Work and Violence over Two Millennia. UK, Cambridge University Press, pp. 397-427.
- TURNER, C. G., II; NICHOL, C. R.; SCOTT, G. R. (1991): "Scoring procedures for key morphological traits of the permanent dentition: The Arizona State University Dental Anthropology System". In: Kelley, M. A.; Larsen, C. S. (eds.) Advances in Dental Anthropology. New York, Wiley-Liss, pp. 13-31.
- UBELAKER, D. (1989): Human skeletal remains: excavation, analysis, interpretation. 2nd Ed. Washington. Taraxacum.

- WASTERLAIN, R. S. N. (2006): "Males" da Boca: estudo da patologia oral numa amostra das colecções osteológicas identificadas do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra (finais do séc. XIX/ inícios do séc. XX). Tese de Doutoramento para a obtenção do grau de Doutor em Antropologia apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra.
- WHITE, T. D.; BLACK, M. T.; FOLKENS, P. A. (2012): Human Osteology. 3th Edition. ELSEVIER.

WEBGRAFIA

- Arquivo Municipal de Lisboa: arquivomunicipal.cm-lisboa.pt;
- Câmara Municipal de Lisboa (CML): www.ulisses.cm-lisboa.pt;
- Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN): www. monumentos.pt;
- Direção Geral do Património Cultural (DGPC): www.patrimoniocultural.gov.pt;
- Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR): www.ippar.pt

ANEXOS

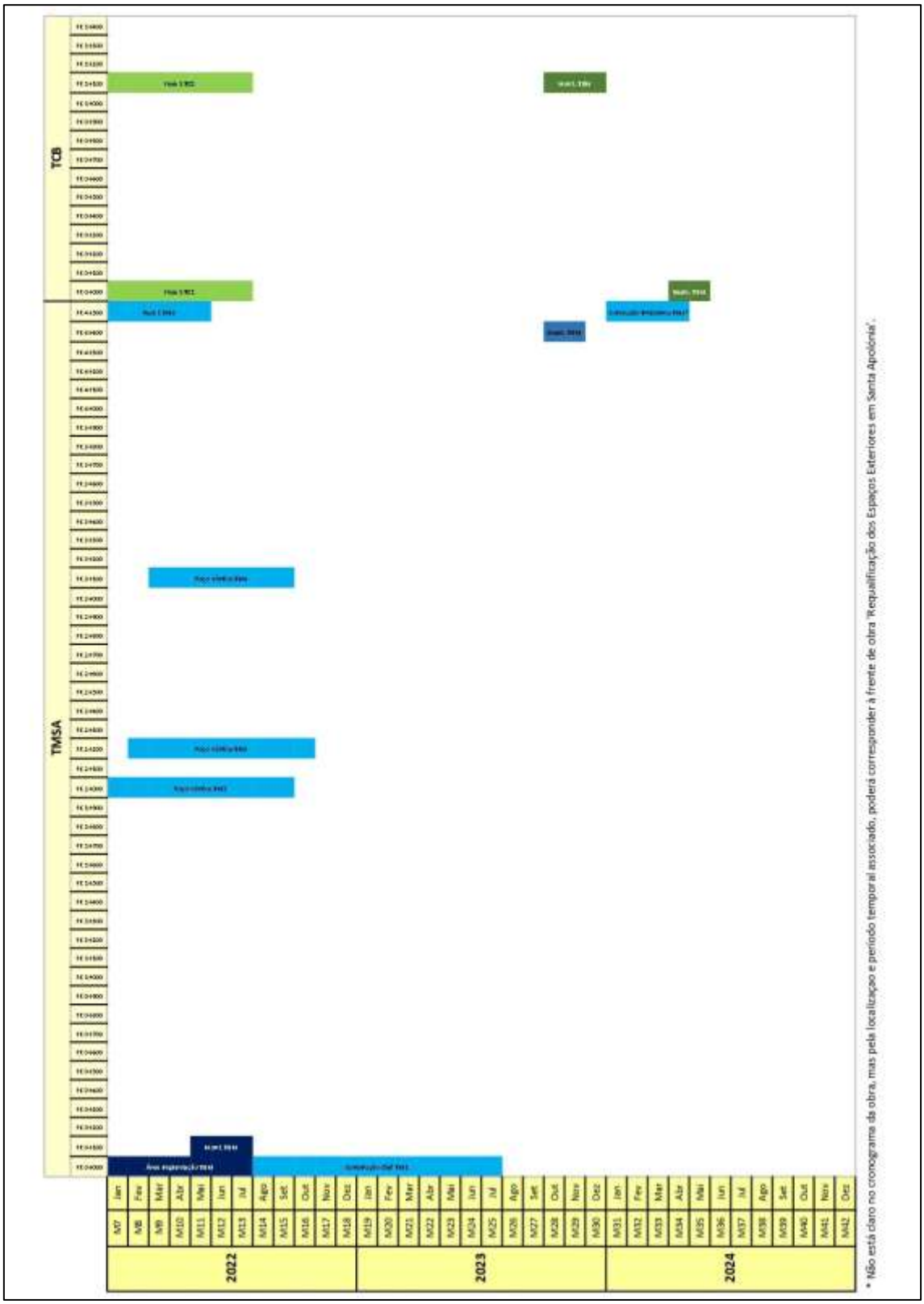
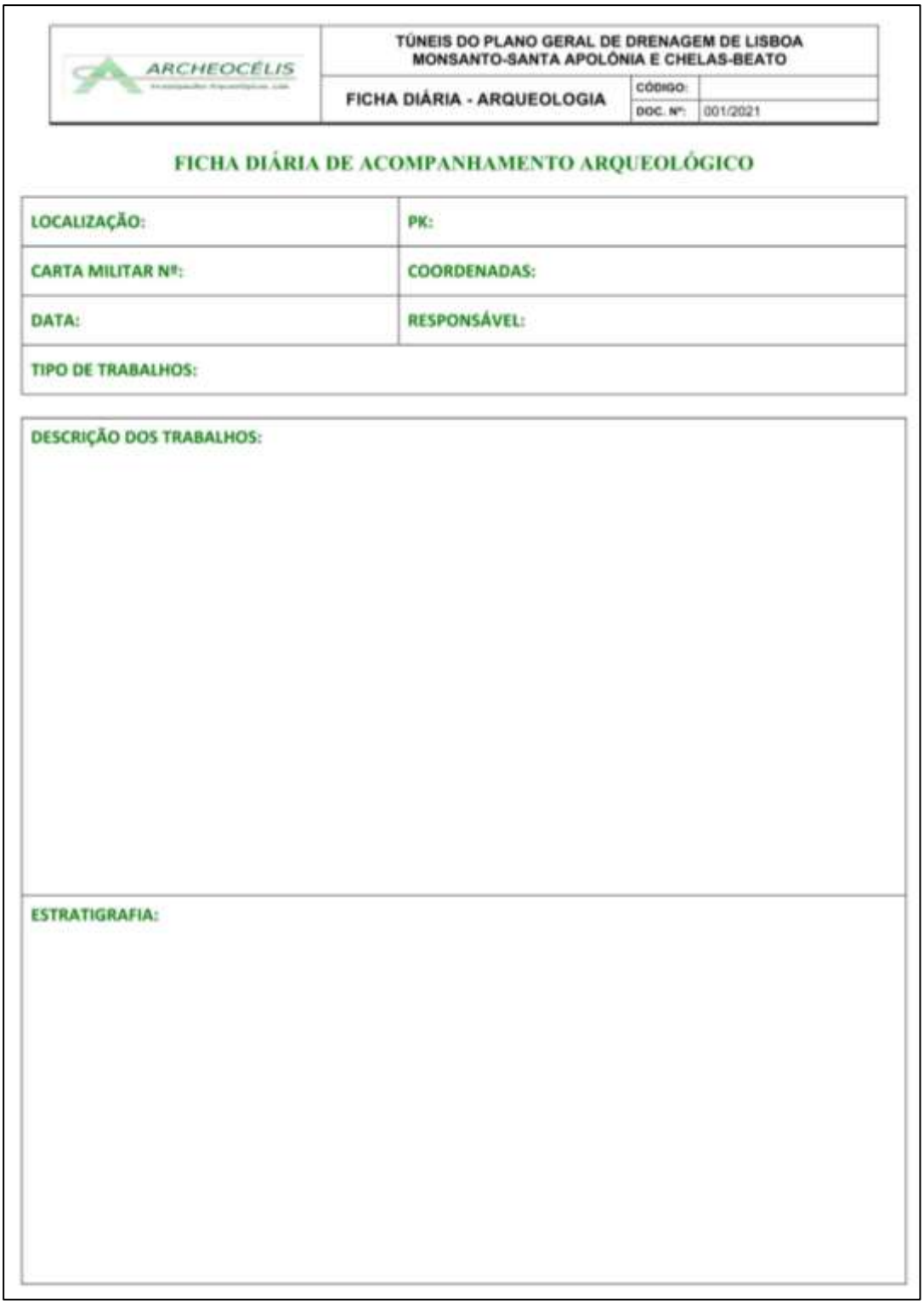


Figura 1 – Cronograma das Principais Frentes de Obra, sob Acompanhamento.



ARCHEOCÉLIS	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO	
	FICHA DIÁRIA - ARQUEOLOGIA	CÓDIGO:
		DOC. Nº: 001/2021

FICHA DIÁRIA DE ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO

LOCALIZAÇÃO:	PK:
CARTA MILITAR Nº:	COORDENADAS:
DATA:	RESPONSÁVEL:
TIPO DE TRABALHOS:	

DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS:

ESTRATIGRAFIA:

Figura 2 – Modelo de Ficha Diária de Acompanhamento Arqueológico (folha 1).



	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
ARCHEOCÉLIS	FICHA DIÁRIA - ARQUEOLOGIA	CÓDIGO:	
		DOC. Nº:	001/2021

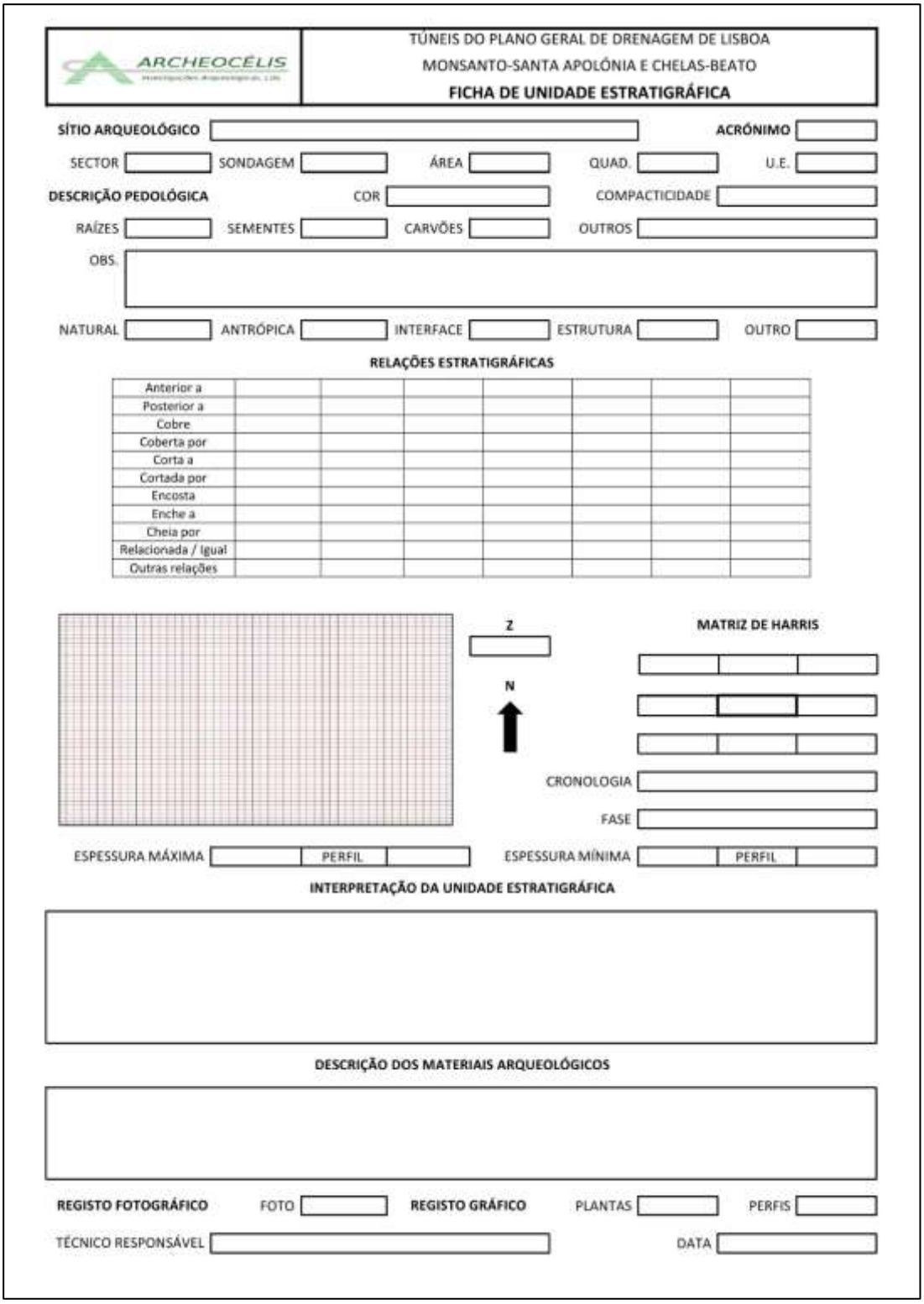
OCUPAÇÃO DO SOLO:

OCORRÊNCIAS DETETADAS:

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO PROPOSTAS:

OBSERVAÇÕES / REGISTO FOTOGRÁFICO:

Figura 3 – Modelo de Ficha Diária de Acompanhamento Arqueológico (folha 2).



TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA
MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO
FICHA DE UNIDADE ESTRATIGRÁFICA

SÍTIO ARQUEOLÓGICO | ACRÓNIMO
SECTOR | SONDAGEM | ÁREA | QUAD. | U.E.
DESCRIÇÃO PEDOLÓGICA | COR | COMPACTICIDADE
RAÍZES | SEMENTES | CARVÕES | OUTROS
OBS.
NATURAL | ANTRÓPICA | INTERFACE | ESTRUTURA | OUTRO

RELAÇÕES ESTRATIGRÁFICAS

Anterior a							
Posterior a							
Cobre							
Coberta por							
Corta a							
Cortada por							
Encosta							
Enche a							
Cheia por							
Relacionada / Igual							
Outras relações							

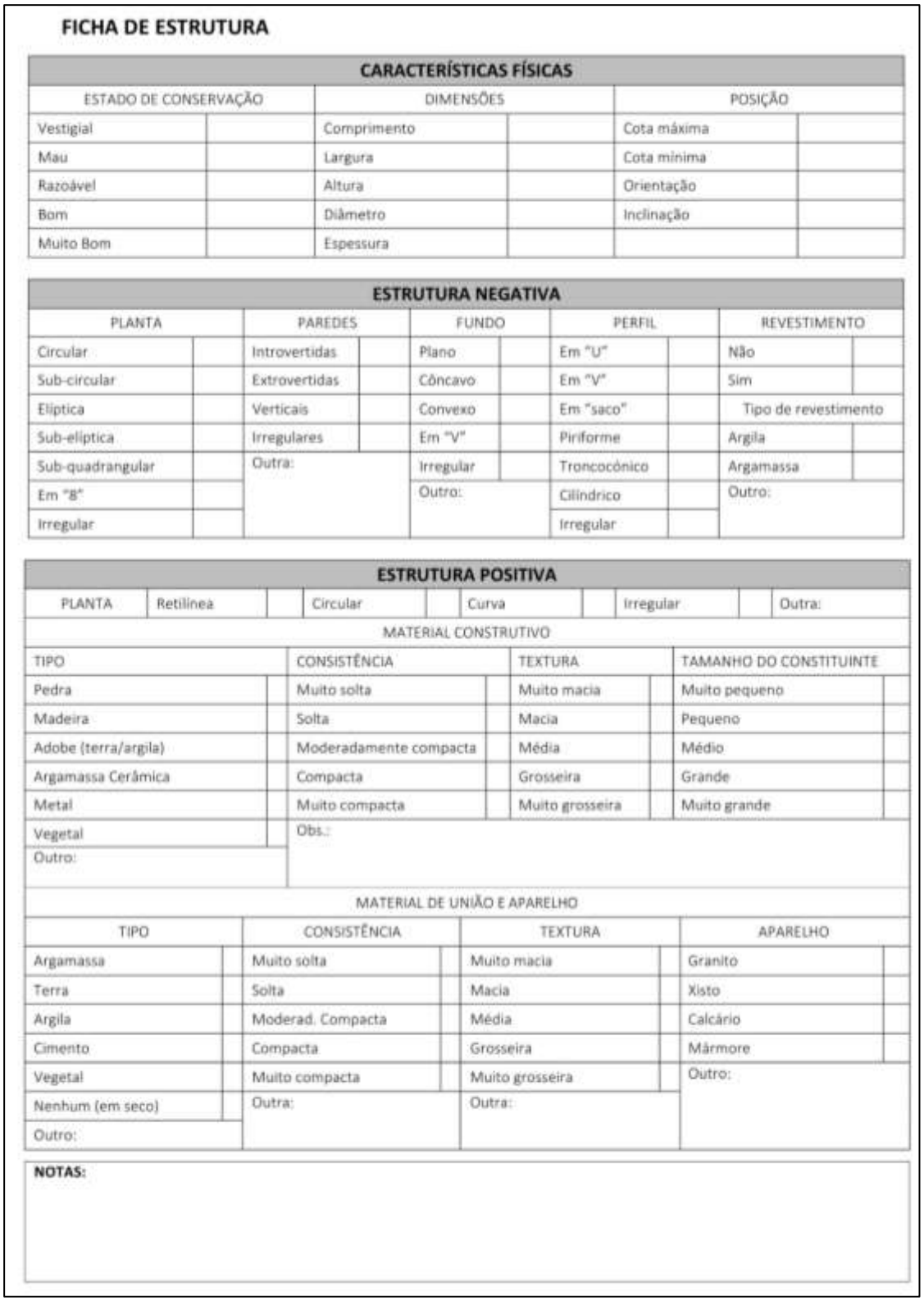
Z
N
MATRIZ DE HARRIS
CRONOLOGIA
FASE
ESPESSURA MÁXIMA | PERFIL
ESPESSURA MÍNIMA | PERFIL

INTERPRETAÇÃO DA UNIDADE ESTRATIGRÁFICA

DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

REGISTO FOTOGRÁFICO | FOTO | REGISTO GRÁFICO | PLANTAS | PERFIS
TÉCNICO RESPONSÁVEL | DATA

Figura 4 – Modelo de Ficha de Unidade Estratigráfica (folha 1).



FICHA DE ESTRUTURA

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS					
ESTADO DE CONSERVAÇÃO		DIMENSÕES		POSIÇÃO	
Vestigial		Comprimento		Cota máxima	
Mau		Largura		Cota mínima	
Razoável		Altura		Orientação	
Bom		Diâmetro		Inclinação	
Muito Bom		Espessura			

ESTRUTURA NEGATIVA									
PLANTA		PAREDES		FUNDO		PERFIL		REVESTIMENTO	
Circular		Introvertidas		Plano		Em "U"		Não	
Sub-circular		Extrovertidas		Côncavo		Em "V"		Sim	
Elíptica		Verticais		Convexo		Em "saco"		Tipo de revestimento	
Sub-elíptica		Irregulares		Em "V"		Piriforme		Argila	
Sub-quadrangular		Outra:		Irregular		Troncocónico		Argamassa	
Em "8"				Outro:		Cilíndrico		Outro:	
Irregular						Irregular			

ESTRUTURA POSITIVA									
PLANTA	Retilínea		Circular		Curva		Irregular		Outra:
MATERIAL CONSTRUTIVO									
TIPO		CONSISTÊNCIA		TEXTURA		TAMANHO DO CONSTITUINTE			
Pedra		Muito solta		Muito macia		Muito pequeno			
Madeira		Solta		Macia		Pequeno			
Adobe (terra/argila)		Moderadamente compacta		Média		Médio			
Argamassa Cerâmica		Compacta		Grosseira		Grande			
Metal		Muito compacta		Muito grosseira		Muito grande			
Vegetal		Obs.:							
Outro:									
MATERIAL DE UNIÃO E APARELHO									
TIPO		CONSISTÊNCIA		TEXTURA		APARELHO			
Argamassa		Muito solta		Muito macia		Granito			
Terra		Solta		Macia		Xisto			
Argila		Moderad. Compacta		Média		Calcário			
Cimento		Compacta		Grosseira		Mármore			
Vegetal		Muito compacta		Muito grosseira		Outro:			
Nenhum (em seco)		Outra:		Outra:					
Outro:									

NOTAS:

Figura 5 – Modelo de Ficha de Unidade Estratigráfica (folha 2).



Figura 6 – Modelo de Etiquetas de Espólio Arqueológico.

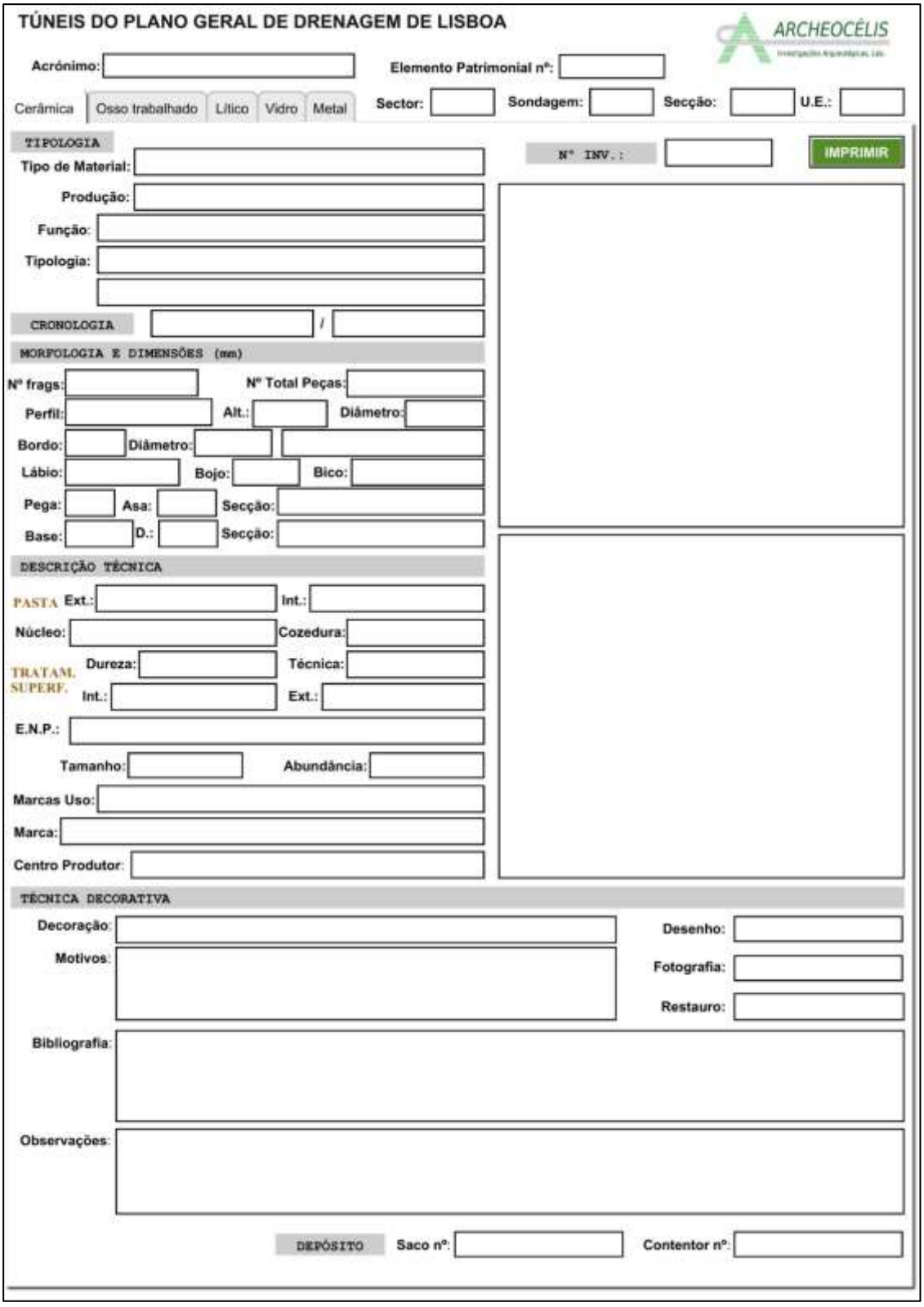


Figura 7 – Modelo de Ficha de Inventário para o espólio arqueológico exumado (cerâmica).

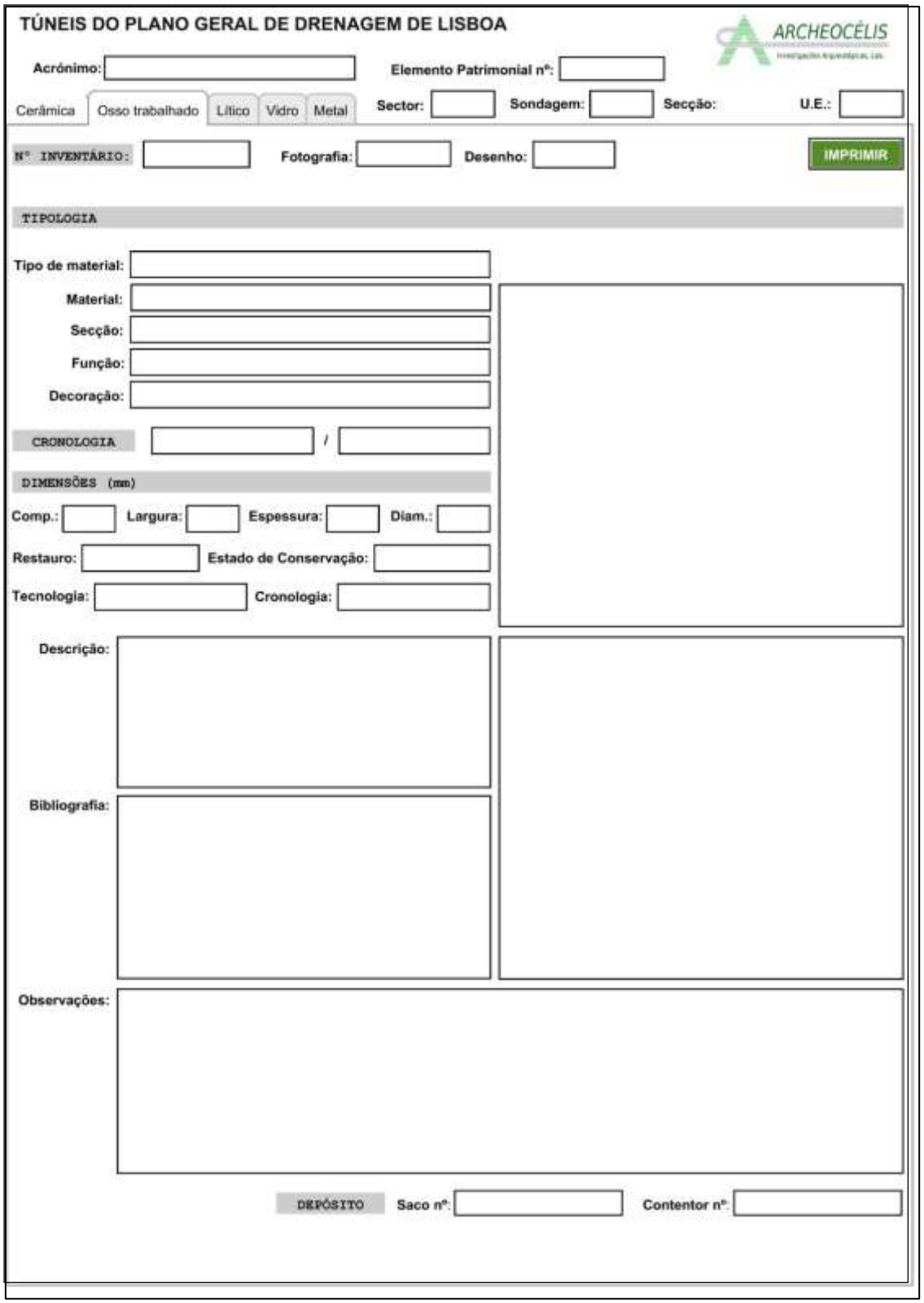


Figura 8 – Modelo de Ficha de Inventário para o espólio arqueológico exumado (material osteológico trabalhado).

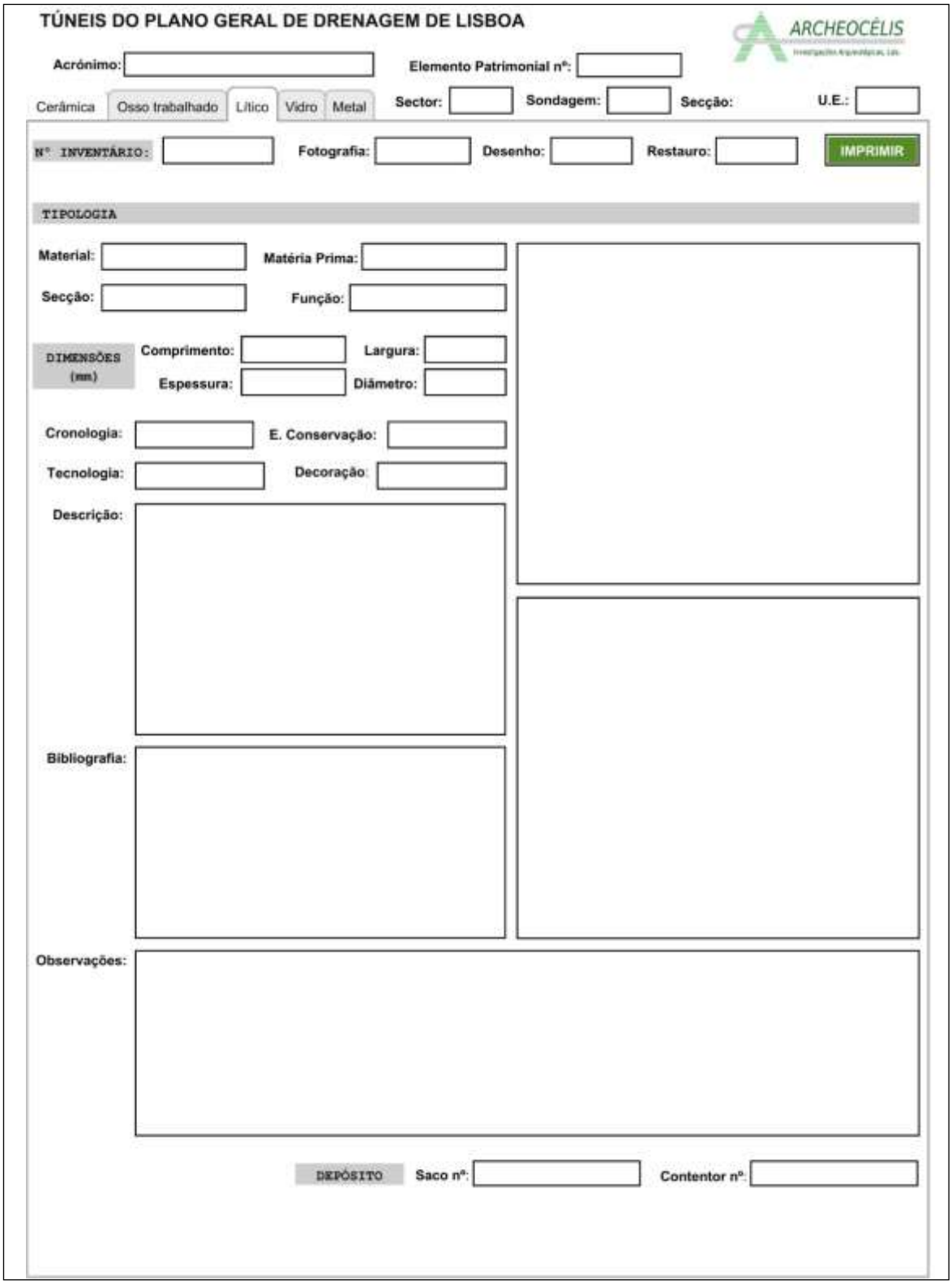


Figura 9 – Modelo de Ficha de Inventário para o espólio arqueológico exumado (líticos).

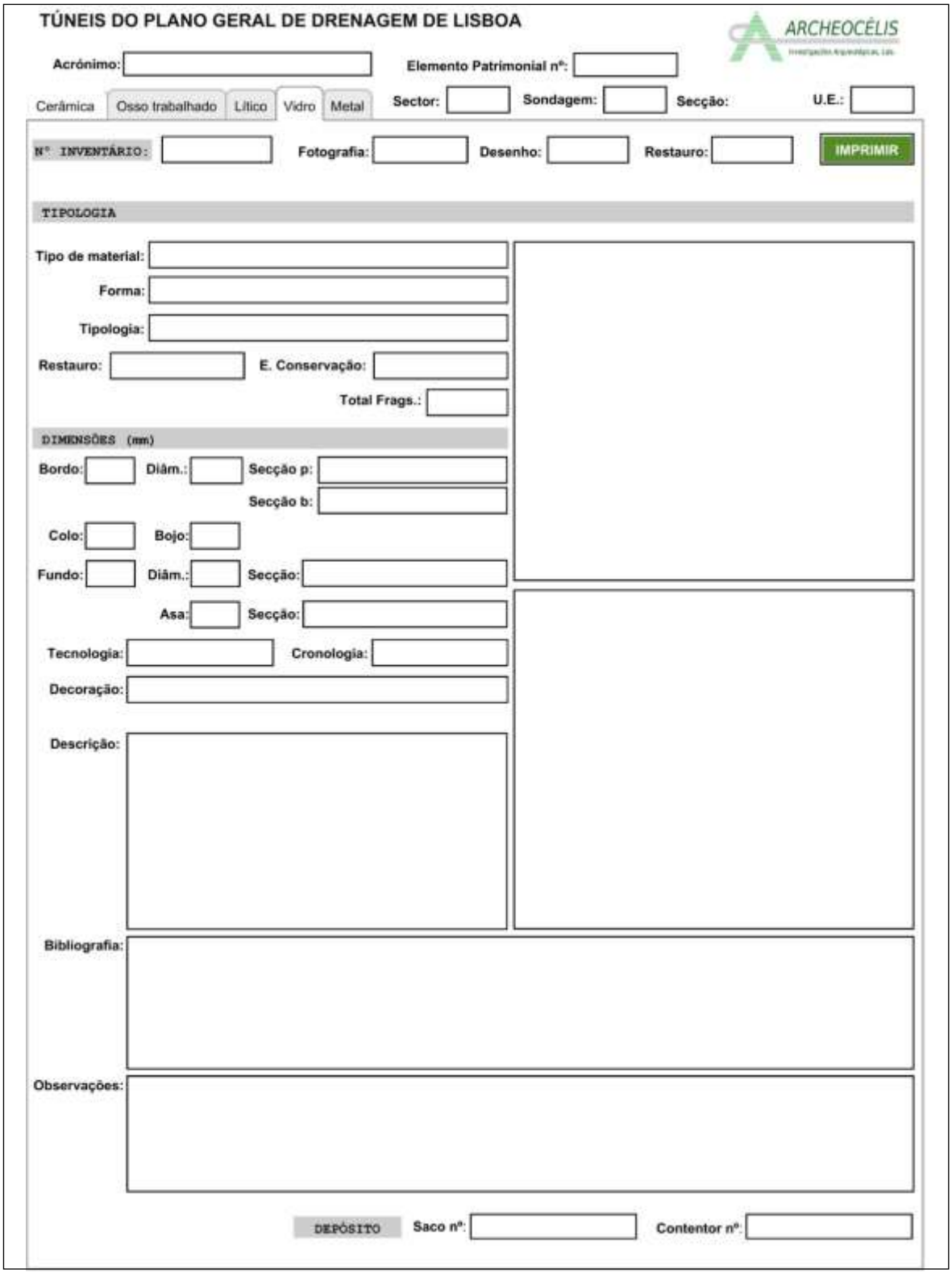


Figura 10 – Modelo de Ficha de Inventário para o espólio arqueológico exumado (objetos em vidro).

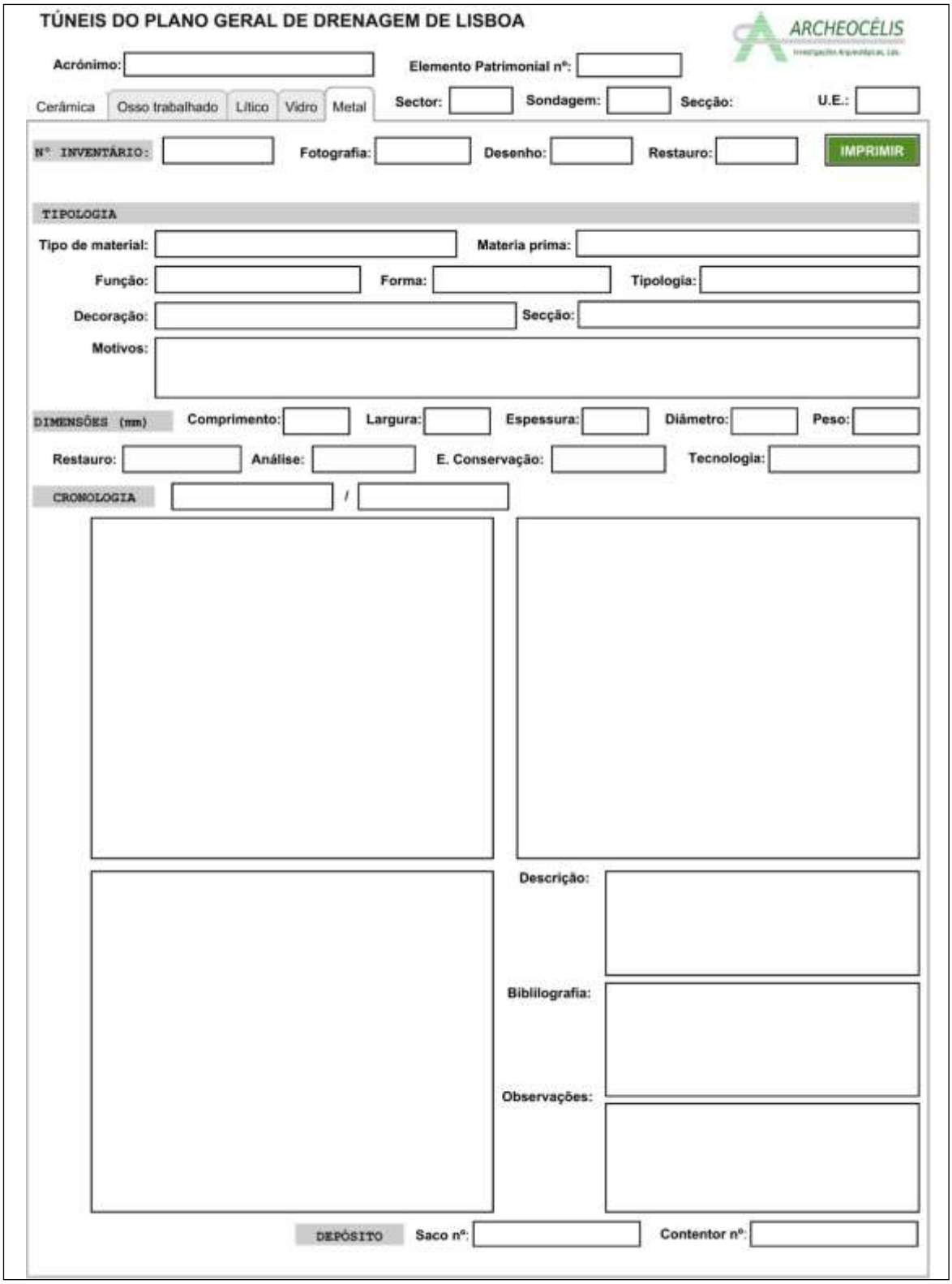


Figura 11 – Modelo de Ficha de Inventário para o espólio arqueológico exumado (objetos em metal).

ARCHEOCÉLIS

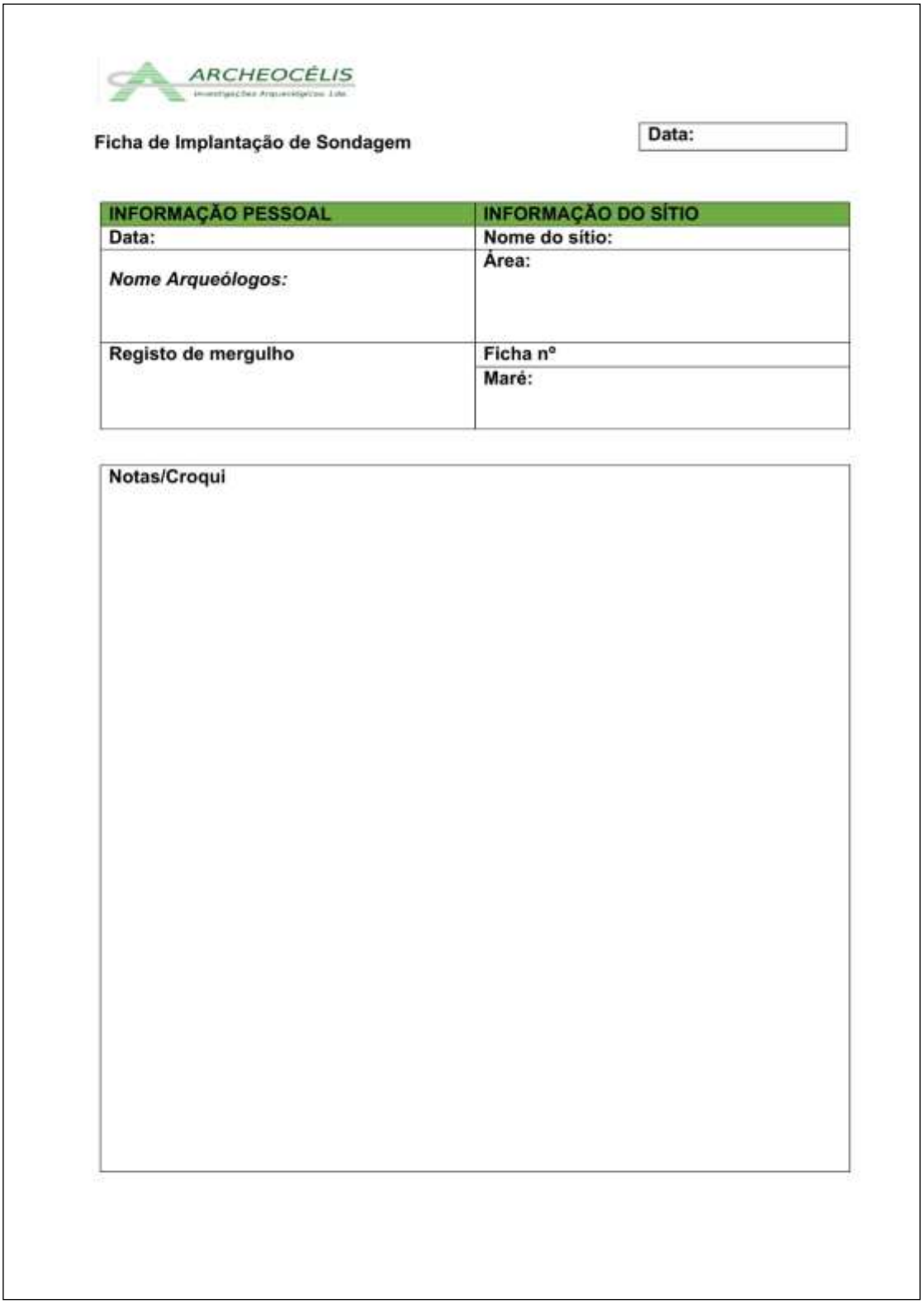
Ficha de Prospeção / Mergulho | **Data:**

INFORMAÇÃO PESSOAL	INFORMAÇÃO DO SÍTIO
Nome Arqueólogos:	Nome do sítio:
Nome Arqueólogos:	Área:
Nome companheiro/s mergulhador:	Ficha nº
Nome embarcação:	Maré:

INFORMAÇÃO MERGULHOS	
Mergulho 1	
Início:	Final:
Tempo Total Fundo:	
Tempo Total Mergulho:	
Gás de início:	
Gás de fim:	
Profundidade:	
Visibilidade:	
Temperatura:	
Corrente:	

TAREFAS	
RESULTADOS	
Croqui:	Estratigrafia:
Registo fotográfico:	Registo vídeo:
Câmaras:	Câmaras:

Figura 12 – Modelo de Ficha de Prospeção – Mergulho.



ARCHEOCÉLIS

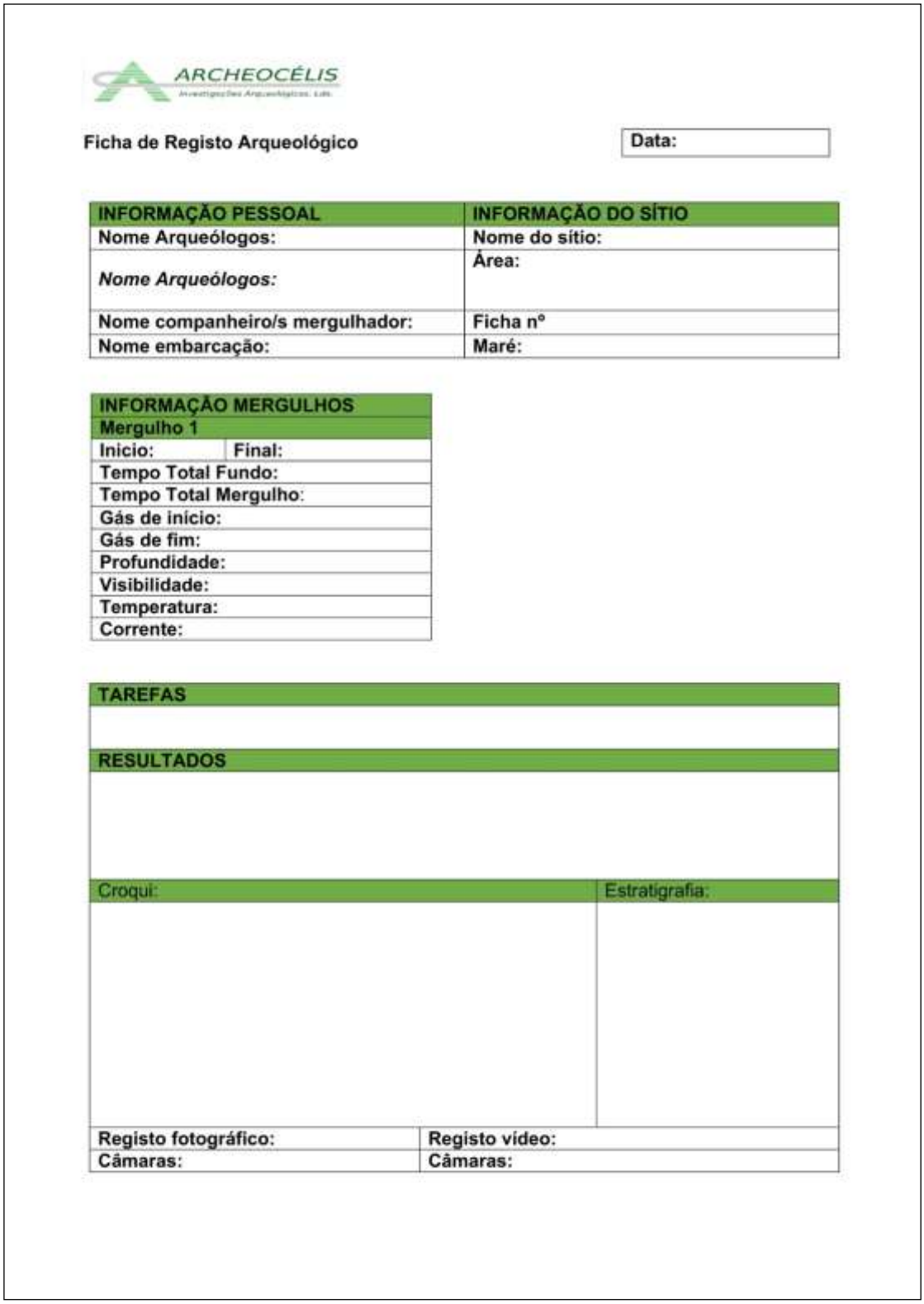
Ficha de Implantação de Sondagem

Data:

INFORMAÇÃO PESSOAL	INFORMAÇÃO DO SÍTIO
Data:	Nome do sítio:
Nome Arqueólogos:	Área:
Registo de mergulho	Ficha nº
	Maré:

Notas/Croqui

Figura 13 – Modelo de Ficha de Implantação de Sondagem.



ARCHEOCÉLIS

Ficha de Registo Arqueológico **Data:**

INFORMAÇÃO PESSOAL	INFORMAÇÃO DO SÍTIO
Nome Arqueólogos:	Nome do sítio:
Nome Arqueólogos:	Área:
Nome companheiro/s mergulhador:	Ficha nº
Nome embarcação:	Maré:

INFORMAÇÃO MERGULHOS	
Mergulho 1	
Inicio:	Final:
Tempo Total Fundo:	
Tempo Total Mergulho:	
Gás de início:	
Gás de fim:	
Profundidade:	
Visibilidade:	
Temperatura:	
Corrente:	

TAREFAS	
RESULTADOS	
Croqui:	Estratigrafia:
Registo fotográfico:	Registo vídeo:
Câmaras:	Câmaras:

Figura 14 – Modelo de Ficha de Registo Arqueológico.

ARCHEOCÉLIS

Ficha de Registo de Canhão

Data:

INFORMAÇÃO PESSOAL	INFORMAÇÃO DO SÍTIO
Nº de mergulho:	**Nome do sítio:**
Nome Arqueólogos:	**Nº do canhão**
Registo de mergulho	**Ficha nº**

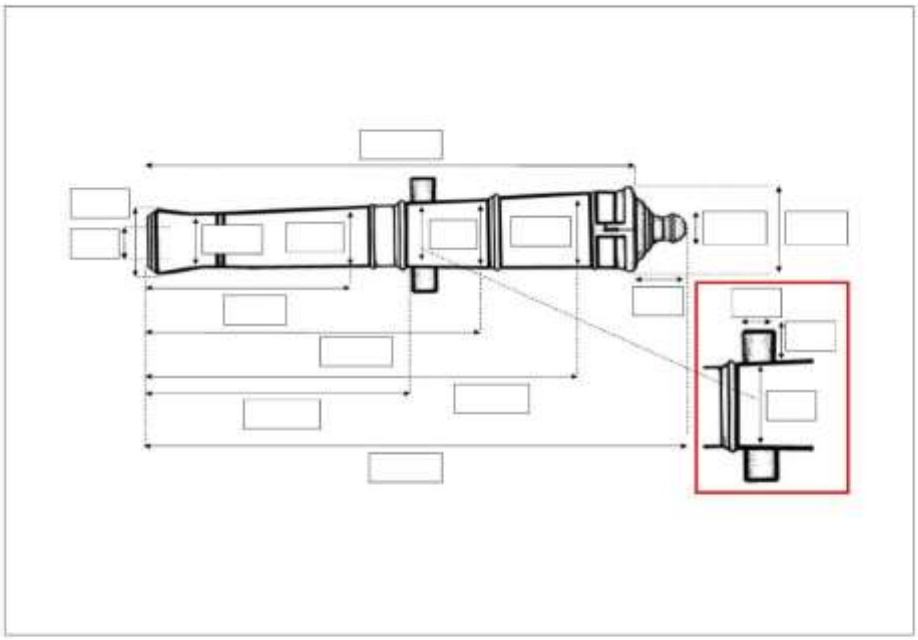
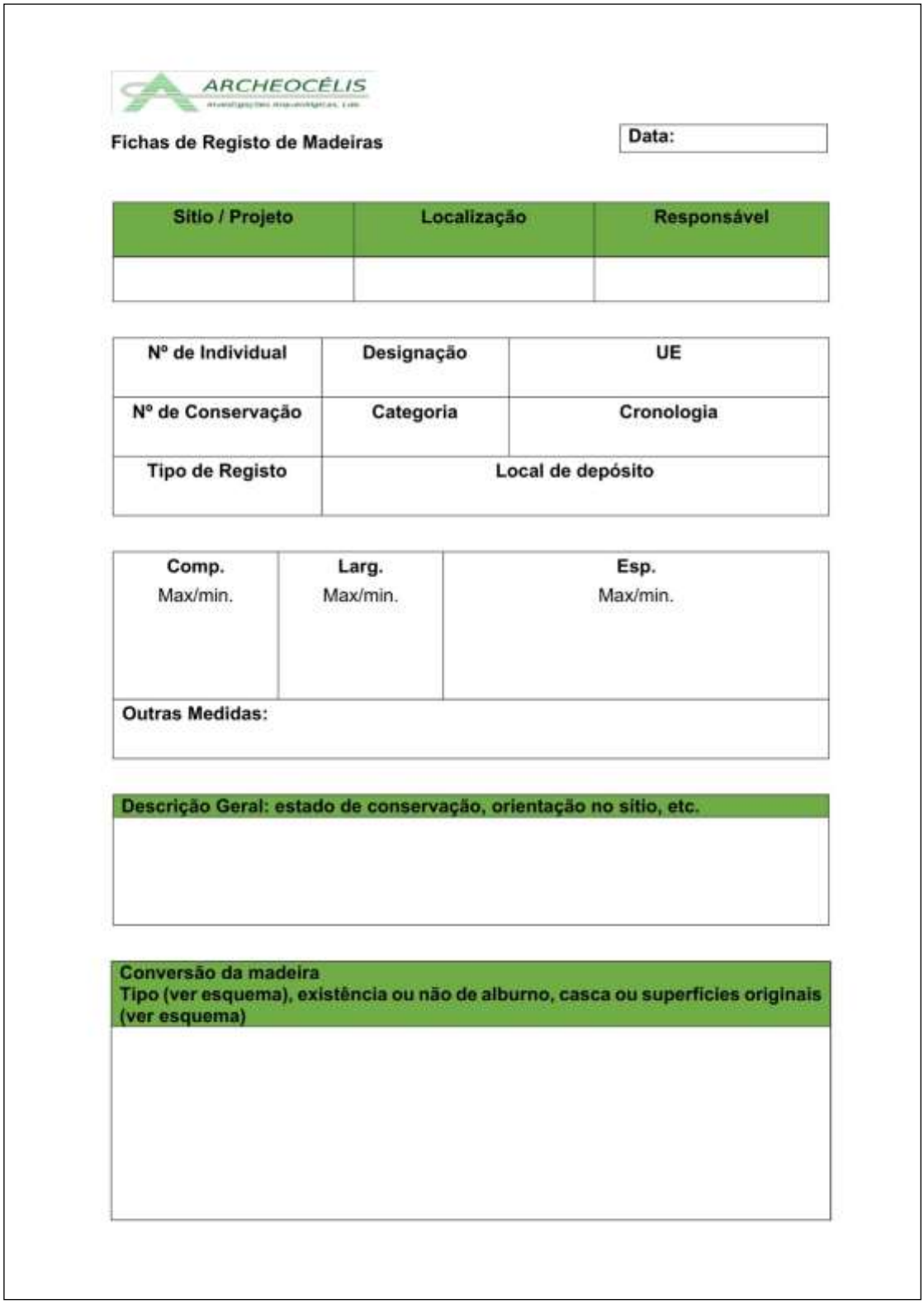


Figura 15 – Modelo de Ficha de Registo de Canhão.



ARCHEOCÊLIS

Fichas de Registo de Madeiras

Data:

Sítio / Projeto	Localização	Responsável

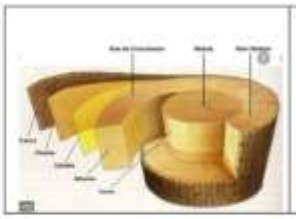
Nº de Individual	Designação	UE
Nº de Conservação	Categoria	Cronologia
Tipo de Registo	Local de depósito	

Comp. Max/min.	Larg. Max/min.	Esp. Max/min.
Outras Medidas:		

Descrição Geral: estado de conservação, orientação no sítio, etc.

Conversão da madeira Tipo (ver esquema), existência ou não de alburno, casca ou superfícies originais (ver esquema)

Figura 16 – Modelo de Ficha de Registo de Madeiras (folha 1).



Marcas de preparação das árvores: instrumento de gume, serra, etc.

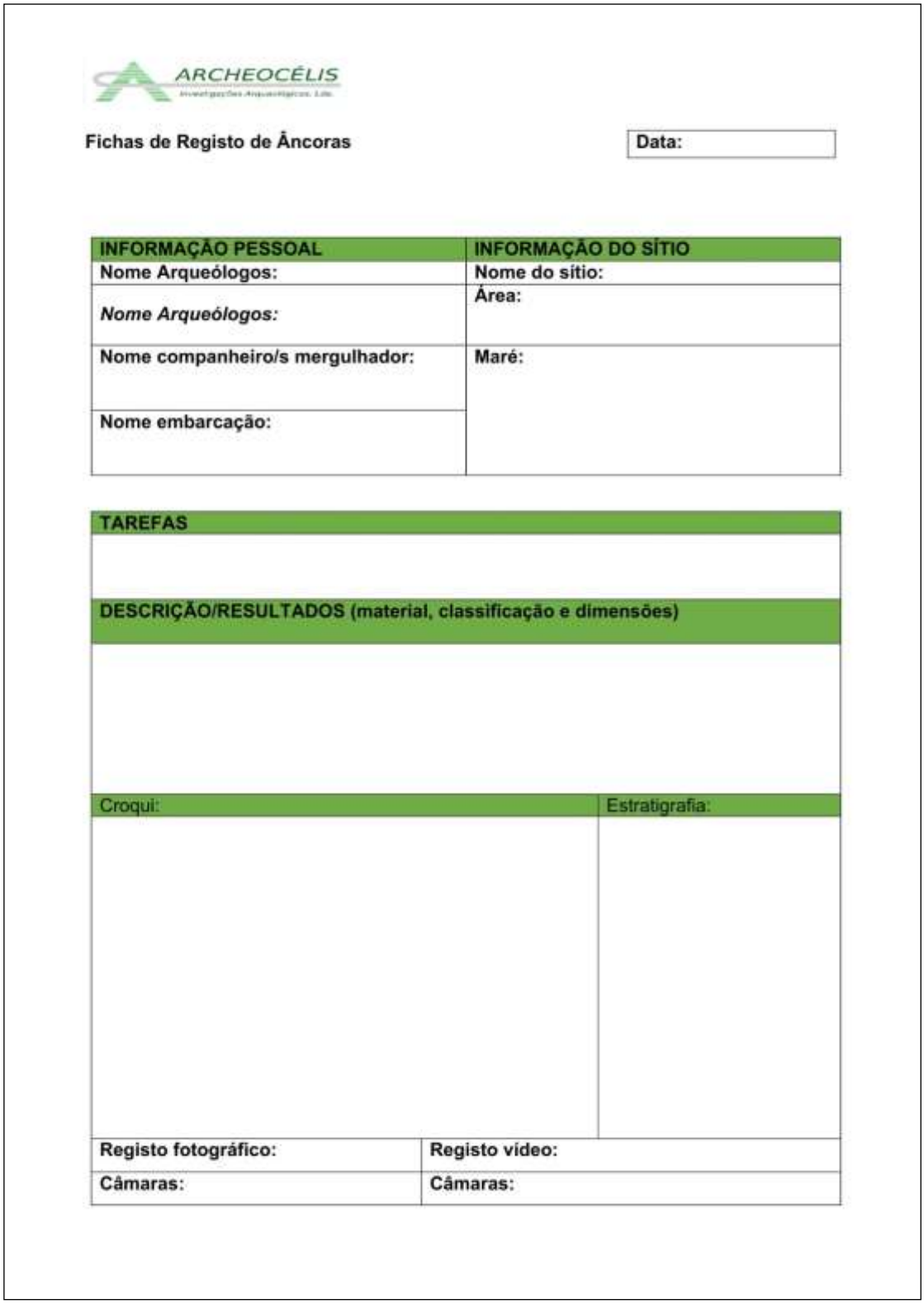
Entalhes ou processos de ligação **Tipo, descrição e função**

Elementos de ligação (ferragens) **Tipo (cavilhas de ferro ou madeira, pregos ou parafusos), descrição e dimensões (orientação, secção e material) e função (peças associadas)**

Outras notas descritivas e interpretativas

Registo fotográfico:	**Amostras: Sim/Não**

Figura 17 – Modelo de Ficha de Registo de Madeiras (folha 2).



ARCHEOCÉLIS

Fichas de Registo de Âncoras | **Data:**

INFORMAÇÃO PESSOAL	**INFORMAÇÃO DO SÍTIO**
Nome Arqueólogos:	**Nome do sítio:**
Nome Arqueólogos:	**Área:**
Nome companheiro/s mergulhador:	**Maré:**
Nome embarcação:	

TAREFAS	
DESCRIÇÃO/RESULTADOS (material, classificação e dimensões)	
Croqui:	Estratigrafia:
Registo fotográfico:	**Registo vídeo:**
Câmaras:	**Câmaras:**

Figura 18 – Modelo de Ficha de Registo de Âncoras.

ARCHEOCÉLIS

Ficha de Registo Fotográfico

Data:

INFORMAÇÃO PESSOAL	INFORMAÇÃO DO SÍTIO
Nome Arqueólogos:	Nome do sítio:
Contato e-mail:	Área:
Telefone:	Ficha nº

Fotografia nº			
Equipamento			
Nº ficheiro	Orientação	Objeto fotografado	Escala – Sim / Não

Figura 19 – Modelo de Ficha de Registo Fotográfico.

ARCHEOCÉLIS

Ficha de Unidade Estratigráfica | **Data:**

Sitio	Localização	Responsável
Área	Sector	

UE	Cota Sup.	Orientação	Natureza: Natural ☐ Antrópica ☐ Desconhecida ☐	Amostra Sim / Não	Estado de Conservação: Bom ☐ Razoável ☐ Mau ☐

Características			
Compactação:	Homogeneidade:	Composição:	
Compacta ☐	Homogénea ☐	Arenosa ☐	Calcária ☐
Muito Compacta ☐	Muito Homegénea ☐	Argilosa ☐	Siltosa ☐
Pouco Compacta ☐	Pouco Homogénea ☐	Areno-Argilosa ☐	Areão ☐
	Heterogénea ☐	Argilo-Arenosa ☐	Cascalho ☐
		Humífera ☐	Outro ☐
Cor:			

Descrição	Croqui

Figura 20 – Modelo de Ficha de Unidade Estratigráfica (folha 1).

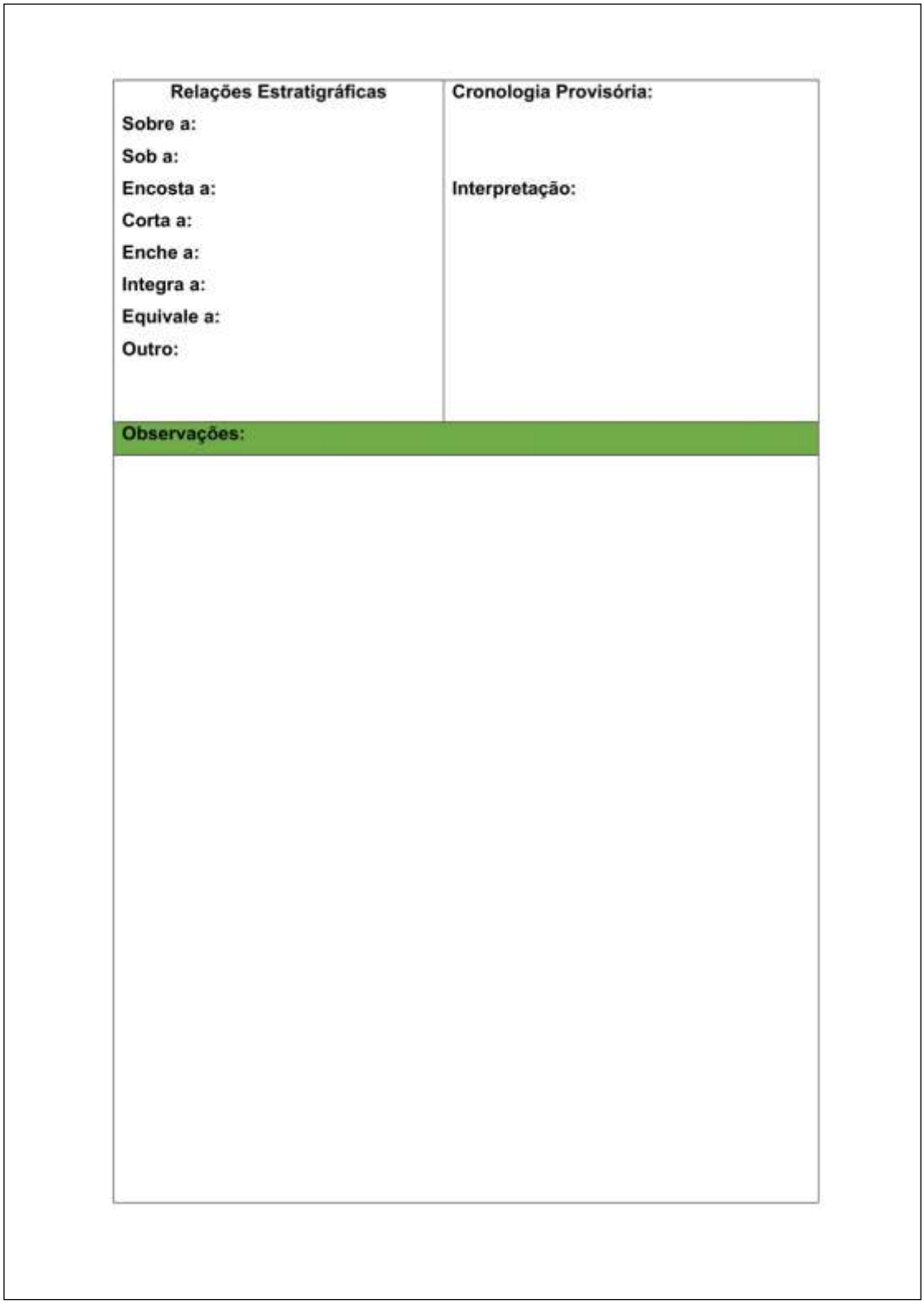
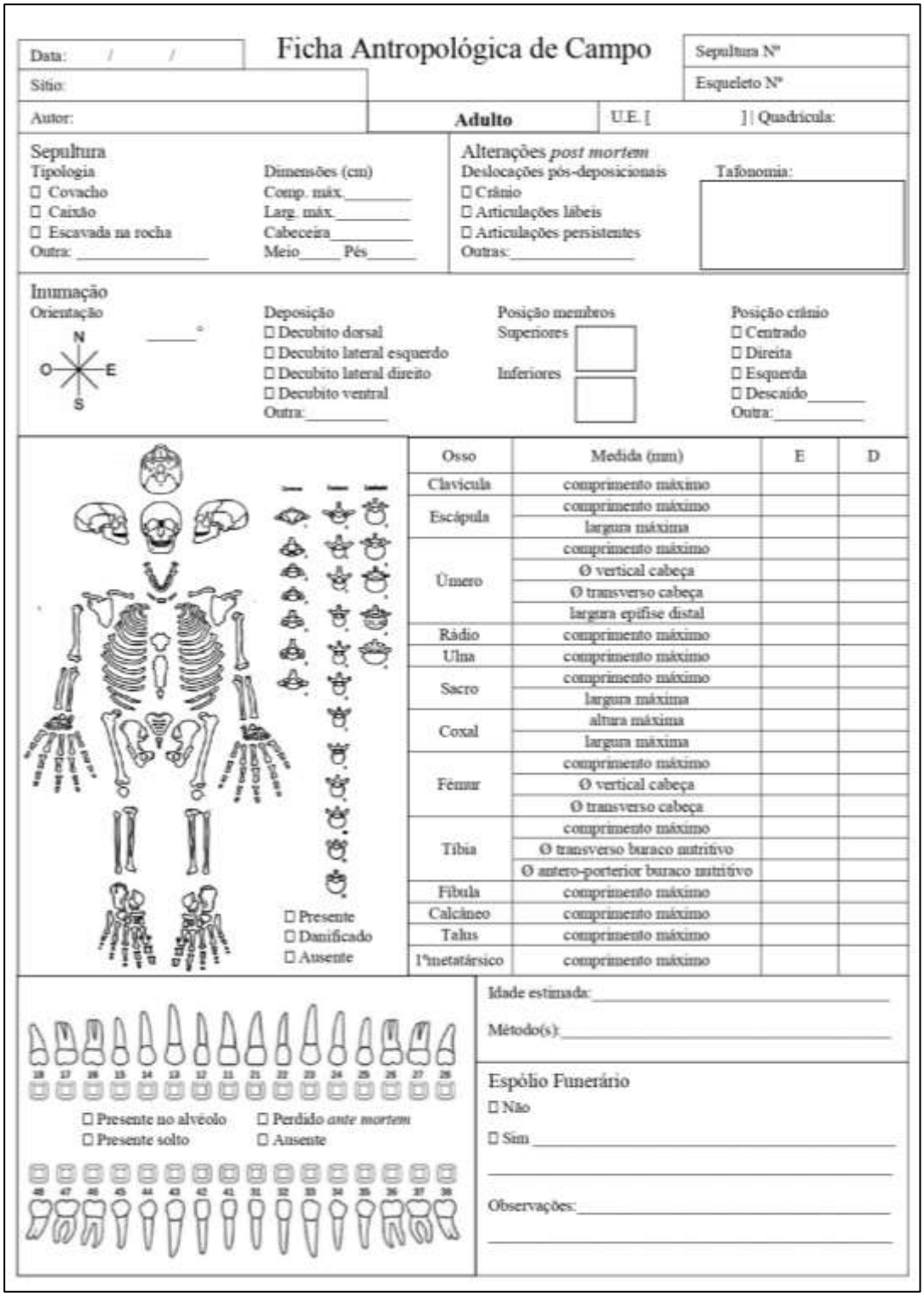


Figura 21 – Modelo de Ficha de Unidade Estratigráfica (folha 2).



Figura 22 – Modelo de Mapa de Espécies.



Ficha Antropológica de Campo

Data: / /
Sítio:
Autor:
Sepultura Nº
Esqueleto Nº
Adulto
U.E. [ ] | Quadrícula:

Sepultura
Tipologia
☐ Covacho
☐ Caixão
☐ Escavada na rocha
Outra: _____
Dimensões (cm)
Comp. máx._____
Larg. máx._____
Cabeceira_____
Meio_____ Pés_____

Alterações *post mortem*
Deslocações pós-deposicionais
☐ Crânio
☐ Articulações lábeis
☐ Articulações persistentes
Outras:_____
Tafonomia:

Inumação
Orientação
N O E S
_____°

Deposição
☐ Decubito dorsal
☐ Decubito lateral esquerdo
☐ Decubito lateral direito
☐ Decubito ventral
Outra:_____

Posição membros
Superiores
Inferiores

Posição crânio
☐ Centrado
☐ Direita
☐ Esquerda
☐ Descaído_____
Outra:_____

Osso	Medida (mm)	E	D
Clavícula	comprimento máximo		
Escápula	comprimento máximo		
	largura máxima		
Úmero	comprimento máximo		
	Ø vertical cabeça		
	Ø transverso cabeça		
	largura epífise distal		
Rádio	comprimento máximo		
Ulna	comprimento máximo		
Sacro	comprimento máximo		
	largura máxima		
Coxal	altura máxima		
	largura máxima		
Fémur	comprimento máximo		
	Ø vertical cabeça		
	Ø transverso cabeça		
Tíbia	comprimento máximo		
	Ø transverso buraco nutritivo		
	Ø antero-porterior buraco nutritivo		
Fíbula	comprimento máximo		
Calcâneo	comprimento máximo		
Talus	comprimento máximo		
1ºmetatársico	comprimento máximo		

☐ Presente
☐ Danificado
☐ Ausente

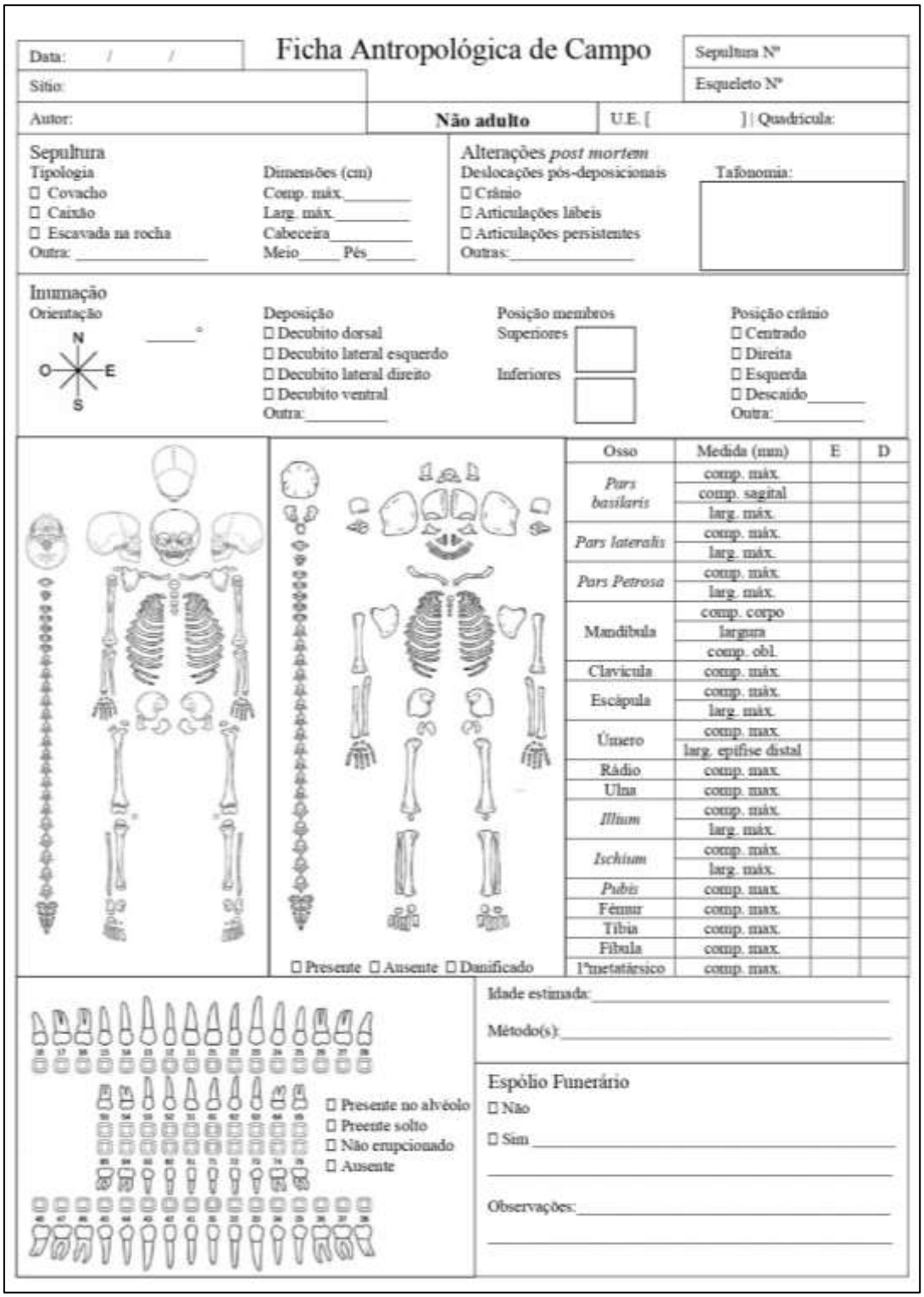
☐ Presente no alvéolo
☐ Presente solto
☐ Perdido *ante mortem*
☐ Ausente

Idade estimada:_____
Método(s):_____

Espólio Funerário
☐ Não
☐ Sim _____

Observações:_____

Figura 23 – Modelo de Ficha Antropológica de Campo, adaptada (folha 1).



Ficha Antropológica de Campo

Data: / /
Sepultura Nº
Sítio:
Esqueleto Nº
Autor:
Não adulto
U.E. [ ] | Quadrícula:

Sepultura
Tipologia
☐ Covacho
☐ Caixão
☐ Escavada na rocha
Outra: _____
Dimensões (cm)
Comp. máx._____
Larg. máx._____
Cabeceira_____
Meio_____ Pés_____

Alterações *post mortem*
Deslocações pós-deposicionais
☐ Crânio
☐ Articulações lábeis
☐ Articulações persistentes
Outras:_____
Tafonomia:

Inumação
Orientação
N O E S
_____°

Deposição
☐ Decubito dorsal
☐ Decubito lateral esquerdo
☐ Decubito lateral direito
☐ Decubito ventral
Outra:_____

Posição membros
Superiores
Inferiores

Posição crânio
☐ Centrado
☐ Direita
☐ Esquerda
☐ Descaído_____
Outra:_____

☐ Presente ☐ Ausente ☐ Danificado

Osso	Medida (mm)	E	D
Pars basilaris	comp. máx.		
	comp. sagital		
	larg. máx.		
Pars lateralis	comp. máx.		
	larg. máx.		
Pars Petrosa	comp. máx.		
	larg. máx.		
Mandíbula	comp. corpo		
	largura		
	comp. obl.		
Clavícula	comp. máx.		
Escápula	comp. máx.		
	larg. máx.		
Úmero	comp. max.		
	larg. epífise distal		
Rádio	comp. max.		
Ulna	comp. max.		
Ilium	comp. máx.		
	larg. máx.		
Ischium	comp. máx.		
	larg. máx.		
Pubis	comp. max.		
Fémur	comp. max.		
Tíbia	comp. max.		
Fíbula	comp. max.		
1ºmetatársico	comp. max.		

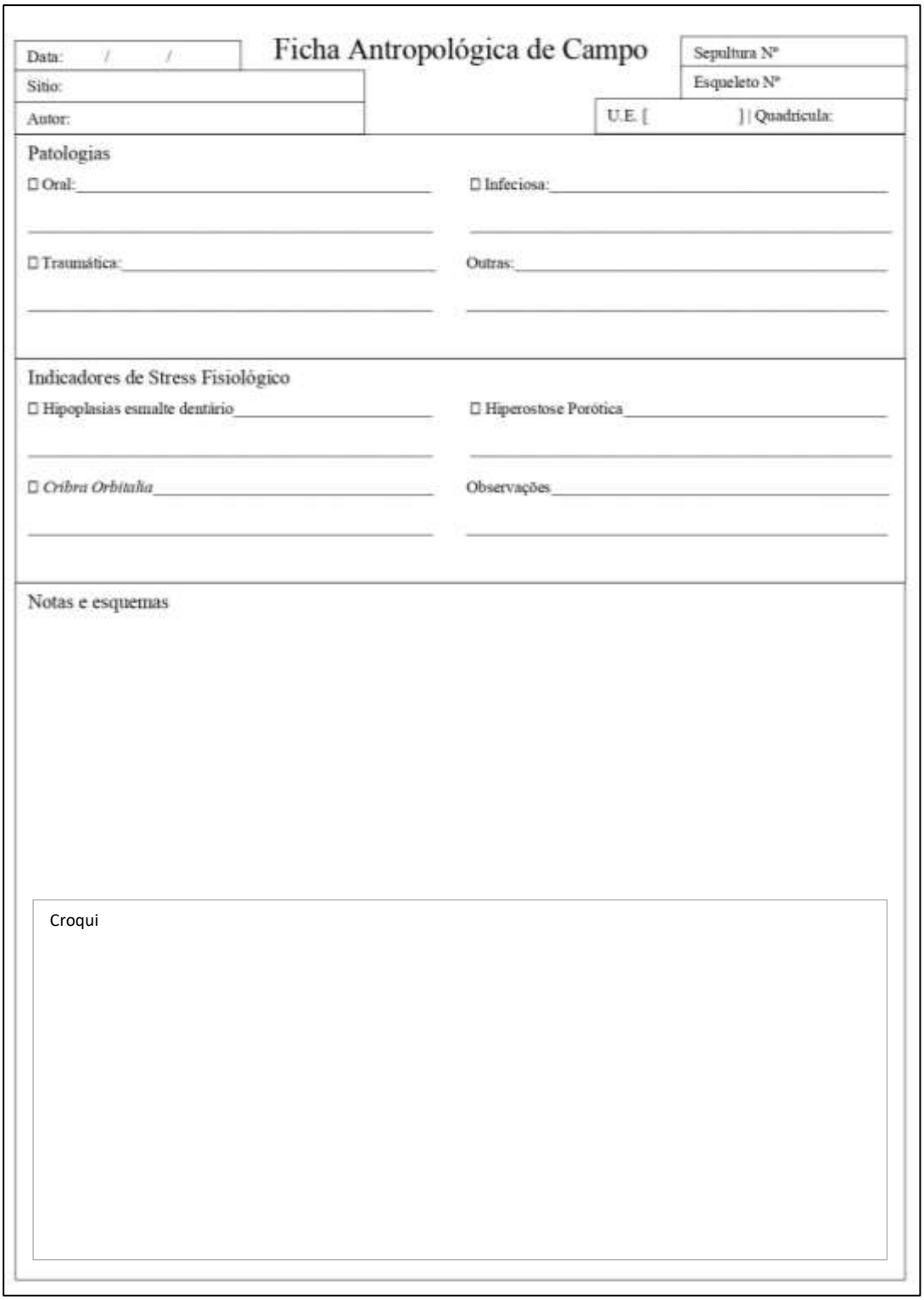
☐ Presente no alvéolo
☐ Preente solto
☐ Não erupcionado
☐ Ausente

Idade estimada:_____
Método(s):_____

Espólio Funerário
☐ Não
☐ Sim _____

Observações:_____

Figura 24 – Modelo de Ficha Antropológica de Campo, adaptada (folha 2).



Ficha Antropológica de Campo

Data: / /
Sitio:
Autor:
Sepultura Nº
Esqueleto Nº
U.E. [ ] | Quadrícula:

Patologias

☐ Oral:_____ ☐ Infeciosa:_____

☐ Traumática:_____ Outras:_____

Indicadores de Stress Fisiológico

☐ Hipoplasias esmalte dentário_____ ☐ Hiperostose Porótica_____

☐ *Cribra Orbitalia*_____ Observações_____

Notas e esquemas

Croqui

Figura 25 – Modelo de Ficha Antropológica de Campo, adaptada (folha 3).

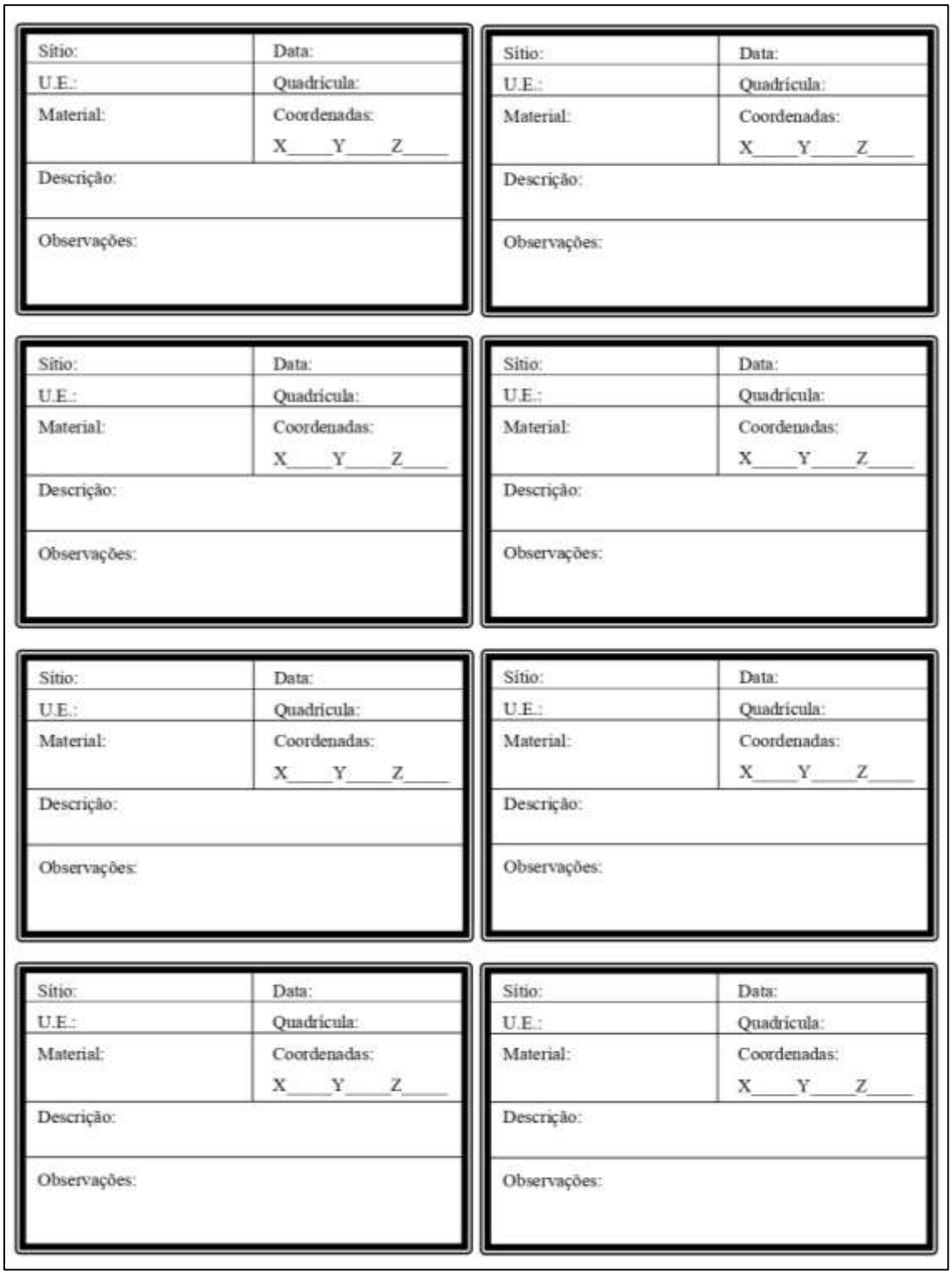
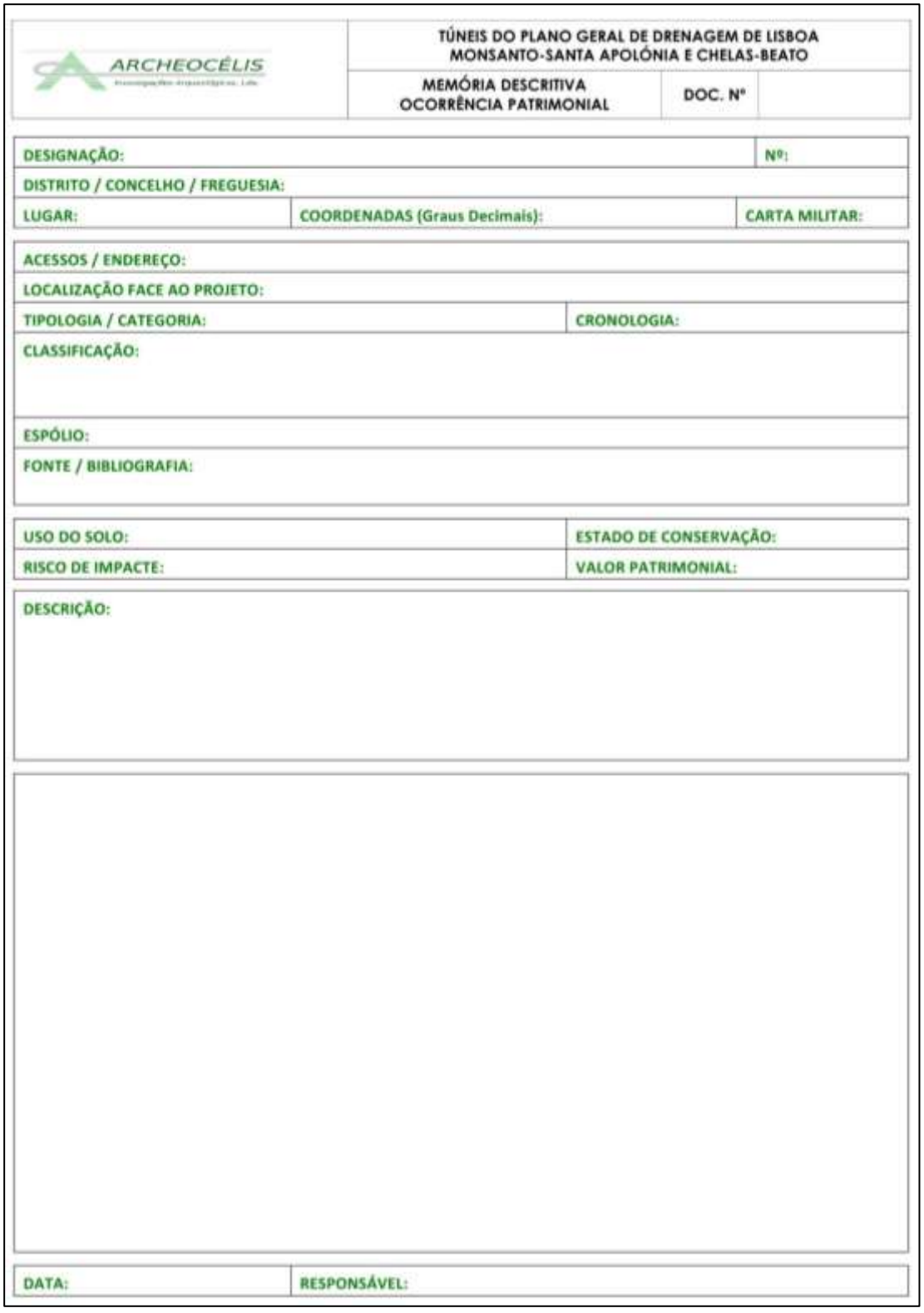


Figura 26 – Modelo de Etiquetas de Registo de Espólio Osteológico.



ARCHEOCÉLIS	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO		
	MEMÓRIA DESCRITIVA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	DOC. Nº	

DESIGNAÇÃO:		Nº:
DISTRITO / CONCELHO / FREGUESIA:		
LUGAR:	COORDENADAS (Graus Decimais):	CARTA MILITAR:

ACESSOS / ENDEREÇO:	
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO:	
TIPOLOGIA / CATEGORIA:	CRONOLOGIA:
CLASSIFICAÇÃO:	
ESPÓLIO:	
FONTE / BIBLIOGRAFIA:	

USO DO SOLO:	ESTADO DE CONSERVAÇÃO:
RISCO DE IMPACTE:	VALOR PATRIMONIAL:

DESCRIÇÃO:

DATA:	RESPONSÁVEL:

Figura 27 – Modelo de Ficha de Ocorrência Patrimonial – Ficha de Inventário.

ARCHEOCÉLIS	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO	
	MEMÓRIA DESCRITIVA ELEMENTO PATRIMONIAL	CÓDIGO:
		DOC. Nº: 001/2021

FICHA DE ELEMENTO PATRIMONIAL – MEMÓRIA DESCRITIVA

IDENTIFICAÇÃO:	
DISTRITO / CONCELHO / FREGUESIA:	
CARTA MILITAR Nº:	**COORDENADAS:**
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO (PK):	**ALTITUDE:**
CONDICIONANTES:	**OUTROS:**
DATA:	**RESPONSÁVEL:**

DESCRIÇÃO:

Figura 28 – Modelo de Elemento Patrimonial – Memória Descritiva (folha 1).

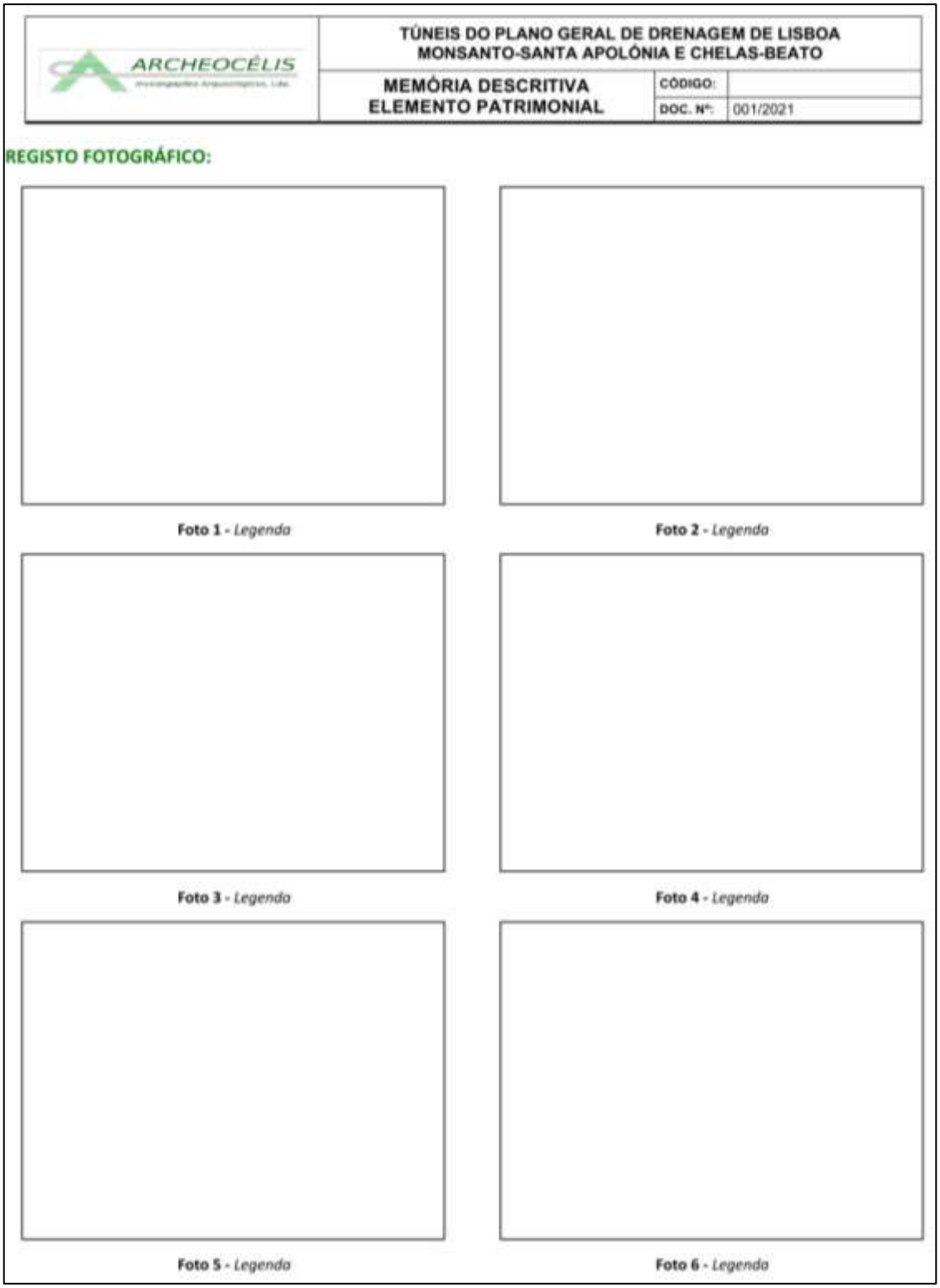
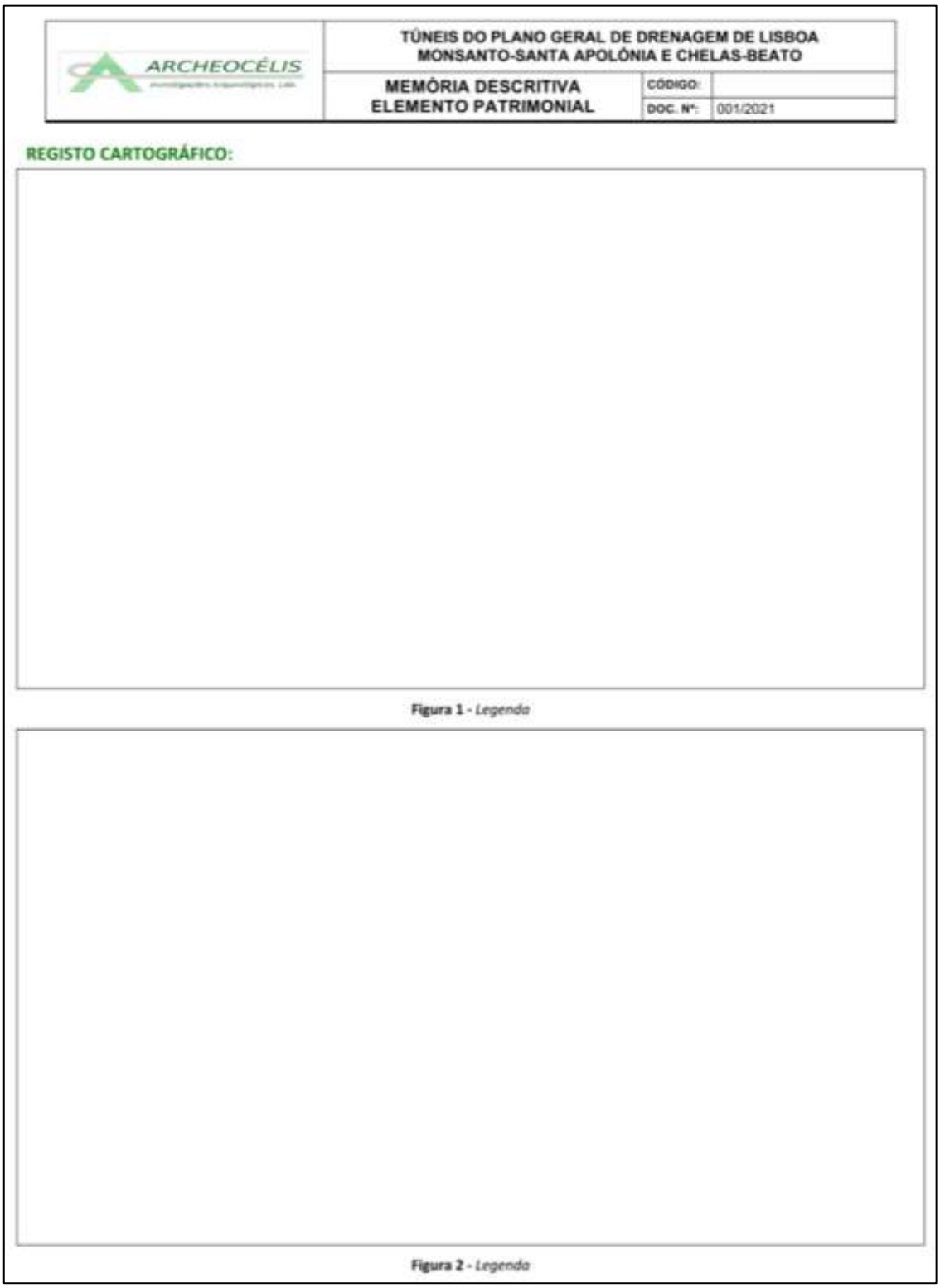


Figura 29 – Modelo de Elemento Patrimonial – Memória Descritiva (folha 2).



TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA
MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO

MEMÓRIA DESCRITIVA
ELEMENTO PATRIMONIAL

CÓDIGO:

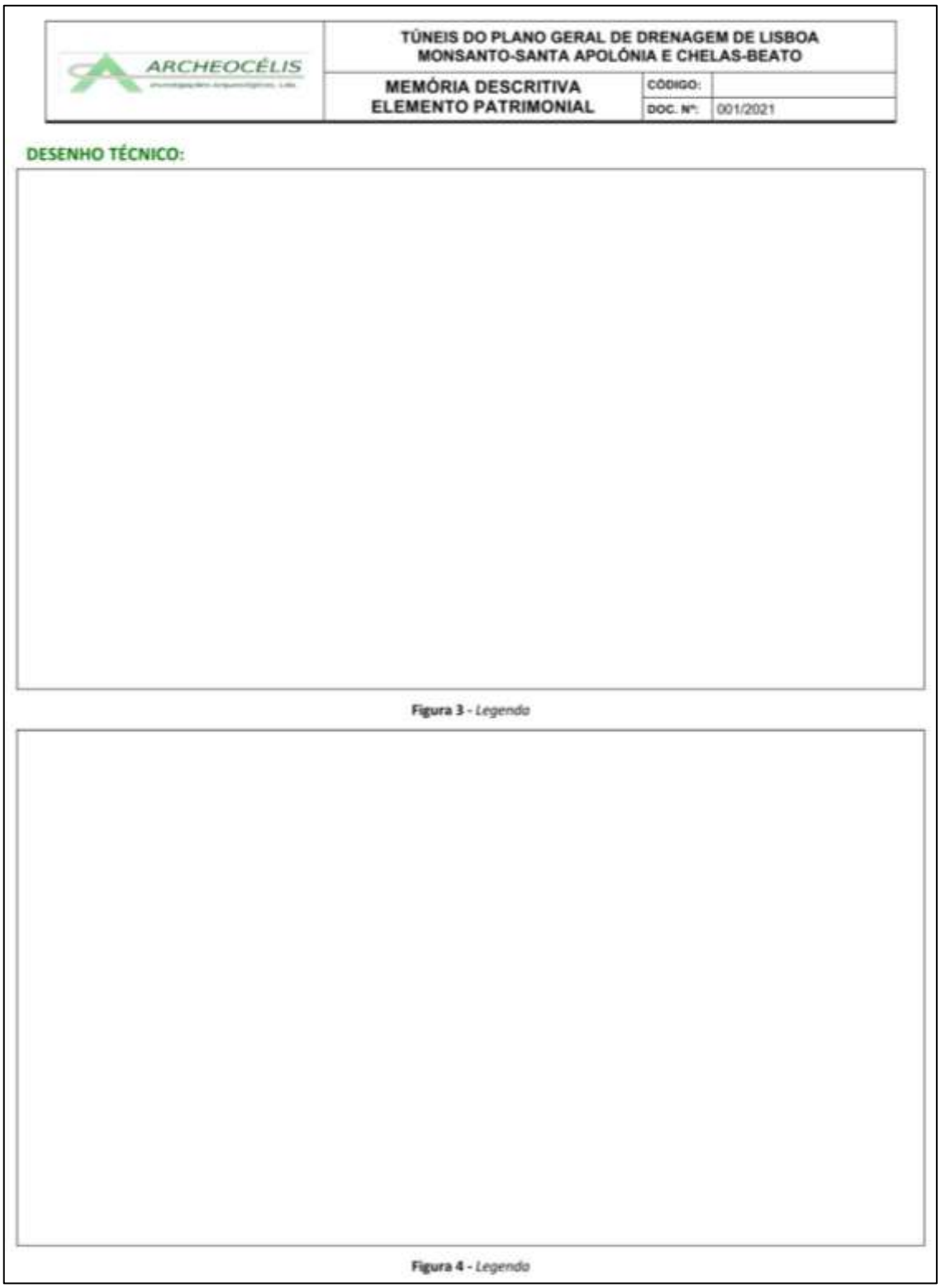
DOC. Nº: 001/2021

REGISTO CARTOGRÁFICO:

Figura 1 - *Legenda*

Figura 2 - *Legenda*

Figura 30 – Modelo de Elemento Patrimonial – Memória Descritiva (folha 3).



	TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA MONSANTO-SANTA APOLÓNIA E CHELAS-BEATO	
ARCHEOCÉLIS	MEMÓRIA DESCRITIVA ELEMENTO PATRIMONIAL	CÓDIGO:
		DOC. Nº: 001/2021

DESENHO TÉCNICO:

Figura 3 - *Legenda*

Figura 4 - *Legenda*

Figura 31 – Modelo de Elemento Patrimonial – Memória Descritiva (folha 4).

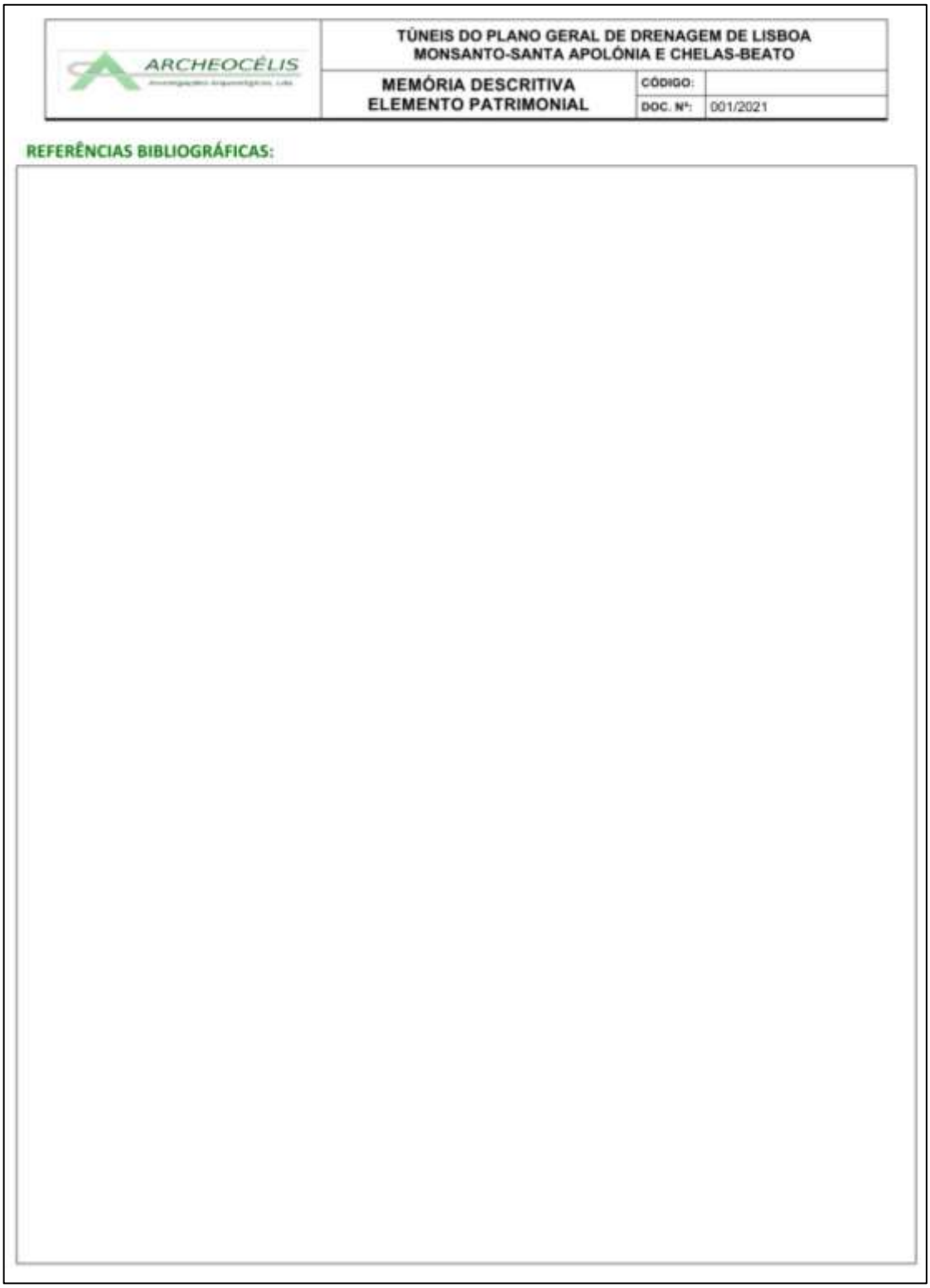


Figura 32 – Modelo de Elemento Patrimonial – Memória Descritiva (folha 5).

ANEXO 5.6

P.A.T.A.

OUSSES: 31/8/21
PICATO: 3/9/21

REPÚBLICA PORTUGUESA
CULTURA

PATRIMÓNIO CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural

URGENTE

Assunto : PATA (prospecção) Drenagem da Cidade de Lisboa: Execução dos túneis Monsanto-Santa Apolónia e Chelas-Beato e intervenções associadas.

Requerente : António Manuel Palheiro Coutinho Carvalho

Local : Túneis Monsanto-Santa Apolónia e Chelas-Beato Lisboa

Servidão Administrativa :

Inf. n.º: S-2021/562139 (C.S:1533174) **Cód. Manual**
N.º Proc.: DSPAA/2016/11-06/343/PATA/19064 (C.S:225158) **Data Ent. Proc.:** 13/08/2021

Concordo, propondo a emissão de parecer favoravel condicionado nos termos do parecer tecnico.
À consideração superior

01 SET 2021

António Batarda Fernandes
Chefe da Divisão de Inventariação, Estudo e Salvaguarda do Património Arqueológico

Aprovo nos termos propostos

João Carlos dos Santos
Diretor-Geral

2021-09-03

INFORMAÇÃO n.º 1533174/DIESPA/LISBOA/2021 **data:** 25.08.2021 **csp:** 225158

processo nº: 2016/1(249)

assunto: PATA_Pedido de autorização para trabalhos arqueológicos (Prospecção Terrestre e Subaquática) a realizar no âmbito do RECAPE do Processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) n.º 2961 - Projeto dos Túneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa: Monsanto-Santa Apolónia e Chelas-Beato. Análise e parecer.

ENQUADRAMENTO LEGAL

A presente apreciação fundamenta-se nas disposições da legislação em vigor, nomeadamente:

- Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.
- Decreto-Lei n.º 164/97 de 27 de junho, que harmoniza a legislação que rege a atividade arqueológica em meio subaquático com a aplicável à atividade arqueológica em meio terrestre.
- Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro, que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.
- Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de maio, que cria a Direção-Geral do Património Cultural.
- Portaria n.º 223/2012 de 24 de julho, que estabelece a Estrutura Nuclear da Direção-Geral do Património Cultural, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 263/2019, publicada no Diário da República n.º 162, I.ª Série, de 26 de agosto de 2019.

PARECER TÉCNICO DE ARQUEOLOGIA

1. Enquadramento administrativo.

1.1. O Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos (PATA), da responsabilidade técnico-científica dos arqueólogos **António Manuel Palheiro Coutinho Carvalho** e **Marta Santos Pérez**, respeita à realização de uma intervenção no âmbito e no local indicados em epígrafe. Corresponde a uma acção arqueológica de Categoria C – acções preventivas – definida na alínea *c)* do artigo 3.º do Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos (RTA).

1.2. Para efeitos da aplicação do disposto no n.º 6 do artigo 5.º do mesmo diploma legal, a entidade enquadrante é a empresa Archeocelis-Investigações Arqueológicas, Lda e a entidade contratante é o consórcio denominado "Consórcio MEEC/SPIE-Túneis de Drenagem de Lisboa", constituído pela Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A. e pela Spie Batignolles Internacional-Sucursal em Portugal.

2. Antecedentes.

O processo regista antecedentes. Para a presente apreciação foram considerados os seguintes:

(a) 23/01/2017 – Despacho de aprovação, do relatório preliminar dos trabalhos de diagnóstico, realizados no troço final do túnel Monsanto/Santa Apolónia. Foi exarado nos termos da informação técnica n.º 167/DBC/LISBOA/2017 (csp: 153245) e comunicado à direcção científica pelo ofício n.º S-2017/419605 (cs:1158297), de 24/01/2017.

A instruir o relatório foi apresentada uma nota técnica, subscrita pela equipa de projecto do Plano Geral de Drenagens, com uma proposta de relocalização da zona de transição para a construção a céu aberto, definida em função dos resultados da sondagem 1 e destinada a possibilitar a salvaguarda da integridade

patrimonial da totalidade das estruturas pertencentes à Cerca Fernandina (torreão e troço de cortina/porta). Neste contexto, o despacho acima referido determinou o seguinte:

(i) «*A relocalização da zona de transição para a construção a céu aberto, com vista à preservação da integridade patrimonial do monumento nacional, é considerada extremamente positiva, uma vez que vai totalmente ao encontro das disposições da Lei de Bases do Património Cultural relativas à salvaguarda dos bens imóveis classificados. Neste sentido, a futura configuração do projecto, a apresentar em fases posteriores do processo, deverá obedecer a esta proposta*;»;

(ii) No que respeita às medidas de minimização, «(...) [na futura zona de descarga] *deverá ser equacionada a realização de escavações arqueológicas, a ter lugar numa fase prévia ao início da execução em obra do projecto*;»;

(b) 28/09/2017- Despacho de emissão de parecer favorável, condicionado, ao projeto objeto do AIA n.º n.º 2961, designadamente ao cumprimento das condicionantes e medidas de minimização preconizadas. Foi exarado nos termos da informação n.º 2910/DBC/UCEIA/2017 (csp: 164360), comunicado à Agência Portuguesa do Ambiente pelo ofício n.º S-2017/440698 (cs:1213698), de 28/09/2017.

(c) 15/11/2017 – Emissão da Declaração de Impacte Ambiental (DIA), anexa ao Título Único Ambiental (TUA) n.º TUA20171114000242, com sentido de decisão Favorável Condicionado.

(d) 13/07/2021 – Reunião com os requerentes do PATA para esclarecimentos. Sobre os principais assuntos abordados foi elaborado um memorando interno (informação n.º 1523952/DIESPA/2021).

(e) 16/07/2021 – Reunião entre a direcção da DGPC e os coordenadores do PGDL para apresentação do projecto.

(f) 04/08/2021 – Despacho de indeferimento do requerimento de PATA, submetido pelos mesmos proponentes e no mesmo âmbito. Foi exarado pela Sr.ª Directora do Departamento de Bens Culturais da DGPC, nos termos da informação técnica n.º 1527274/DIESPA/LISBOA/2021 (csp: 224156), comunicado aos requerentes pelo ofício n.º S-2021/560040 (cs:1528060), de 04/08/2021.

3. Apreciação técnica.

3.1. Plano de trabalhos arqueológicos (adiante referido como PTA).

3.1.1. Calendarização

Estima-se o início da acção após a aprovação do PATA (cf. ponto 9.6, p. 33).

3.1.2. Situação de referência.

(a) De acordo com a informação aferida no processo de AIA – fase de Estudo Prévio- com o projecto de construção dos túneis do Plano Geral de Drenagens de Lisboa (adiante referido como PGDL) pretende-se a resolução do problema das inundações rápidas urbanas.

(b) O PGDL é composto por um conjunto de intervenções, cujas componentes estruturantes correspondem a dois coletores, de grandes dimensões, a construir em túnel. Estes permitirão captar as águas pluviais em zonas específicas, fazendo o seu transporte em profundidade, com descarga directa no Rio Tejo. Pretende-se assim assegurar a capacidade de drenagem, sem afetação das zonas mais baixas da cidade de Lisboa. Um destes túneis estruturantes, com 5,5m de diâmetro interno, terá uma extensão de aproximadamente 5km e um traçado compreendido entre Campolide e Santa Apolónia (túnel Monsanto-

Santa Apolónia, adiante referido como TMSA) e o outro, com cerca de 1,5 km, terá um traçado compreendido entre Chelas e o Beato (túnel Chelas-Beato, adiante referido como TCB).

(c) Na construção do TMSA foram identificados diversos impactes patrimoniais, designadamente na zona de transição para construção a céu aberto, devido à expectável localização de uma das portas da Cerca Fernandina (Porta da Ribeira) e na zona de descarga, devido à presença expectável de vestígios relacionados com as actividades náuticas da antiga zona ribeirinha. Neste contexto, numa fase muito preliminar do processo foram promovidos trabalhos arqueológicos de diagnóstico, na área prevista para a localização do troço final do TMSA, destinados à recolha de informação sobre as condições de jazida dos vestígios da muralha fernandina (cf. alínea *(a)* do ponto 2-Antecedentes, da presente informação técnica).

3.1.3. Proposta de intervenção arqueológica

(a) Constata-se que o PTA foi reformulado, procurando dar resposta às questões que fundamentaram o indeferimento do requerimento anterior.

(b) Da leitura do texto constata-se ainda a existência de informação distinta, da apresentada na fase de EIA. Pese embora se admita resultar do desenvolvimento do Estudo Prévio, importa todavia que esta questão seja devidamente esclarecida no relatório final da acção arqueológica.

(c) A acção incidirá sobre duas vertentes – a terrestre e a subaquática. Dando cumprimento às determinações da DIA, consistirá na realização de prospecções arqueológicas, cujos resultados irão ser incluídos no RECAPE. A mesma direcção científica indica-se como responsável pela apresentação do Plano de Salvaguarda Patrimonial, documento que irá igualmente integrar o RECAPE.
As alterações introduzidas no PTA permitem agora referenciar as intervenções programadas, em função de cada túnel. Assim:

3.1.3.1. TMSA:

(a) De acordo com a descrição do projecto, apresentada no PTA, constata-se a alteração da extensão do túnel, relativamente aos dados disponibilizados pelo EIA na fase de Estudo Prévio: ao invés de 5 Km, a construção desenvolver-se-á agora ao longo de 4,4 Km de extensão- «*O Túnel tem início junto à Quinta do Zé Pinto, na zona de Campolide, interceptando o caneiro de Alcântara a jusante da confluência de dois ramais (de Benfica-Campolide e das Avenidas Novas), desenvolvendo-se até á zona de Santa Apolónio, onde descarrega os caudais interceptados para o Rio Tejo.*» (cf. pp. 8-9);

(b) À lista das intervenções programadas para serem executadas à superfície ao longo do traçado, apresentada no EIA e correspondentes à construção de vários poços de ligação ao túnel – obra de entrada na ligação ao Caneiro de Alcântara, em Campolide (agora designado TM1), Avenida da Liberdade (agora designado TM2), Rua de Santa Marta (agora designado TM3) e Avenida Almirante Reis (agora designado TM4) e troço final do túnel, na zona de Santa Apolónia (TM6) – acrescem agora «(...) *câmaras de desvio/interseção de caudal* (...) [às quais se associam] (...) *câmaras com queda em vórtice, que irão permitir uma queda controlada dos caudais pluviais no interior do túnel.*» (cf. p. 9) e dois poços de ventilação – o TM4, localizado no Largo do Intendente Pina Manique e o TM5, localizado na Rua dos Remédios.

No âmbito destas alterações, em sede de relatório final, deverá ser equacionada a adopção das medidas de salvaguarda patrimoniais que vierem a ser consideradas adequadas, sendo que no caso do património arqueológico, estas se encontram previstas nas disposições dos IGT's aplicáveis.

(c) O PTA faz ainda referência a uma proposta de requalificação dos espaços exteriores na zona de Santa Apolónia, enunciando algumas das intervenções previstas. A área de incidência do programa inclui o Largo dos Caminhos de Ferro/Avenida Infante D. Henrique, Santa Apolónia e a envolvente à Ermida do Senhor da Boa Nova.
A área em causa encontra-se abrangida por diversas servidões administrativas, instituídas por património cultural classificado. Neste contexto, o sistema de gestão documental desta Direcção Geral regista a emissão de um parecer, em 28/09/2016, sobre um anteprojecto respeitante a uma intervenção de requalificação. O parecer foi comunicado à Câmara Municipal de Lisboa/Direcção Municipal de Urbanismo, na qualidade de requerente, pelo ofício n.º S-2016/410059 (cs:1131788), de 03/10/2016.
A avaliação da proposta, no presente âmbito, deverá sempre atender à necessidade de emissão de parecer, com carácter prévio e autónomo relativamente ao processo de AIA, por parte da DGPC.

3.1.3.2. TCB:

(a) Constata-se a alteração da extensão do túnel, relativamente aos dados disponibilizados na fase de EIA: ao invés de 1,5 Km, a construção desenvolver-se-á agora ao longo de 1,4 Km de extensão. O túnel iniciar-se-á junto à Estrada de Chelas (no cruzamento com a Calçada da Picheleira) e terminará no Rio Tejo, na zona da Doca do Poço do Bispo. (cf. pp. 9-10).

(b) À lista das intervenções programadas para serem executadas à superfície ao longo do traçado, apresentada no EIA e correspondentes ao desvio dos caneiros a montante, a um troço em vala a jusante, no Beato, com cerca de 500 m e ao troço final do túnel, acresce agora a construção de três câmaras de desvio de caudal, designadas «(...) *respectivamente do Quartel, Broma e Picheleira*. (...) [Terão como função] (...) *encaminhar, para os colectores que afluem à ETAR de Chelas, os caudais em tempo seco e, na ocorrência de precipitação, até três vezes os caudais de ponta de tempo seco, sendo o excedente desviado para o Túnel TCB*.» (cf. p. 10).
À semelhança do referido para o TMSA, chama-se a atenção para a necessidade de, no âmbito destas alterações, em sede de relatório final, ser equacionada a adopção das medidas de salvaguarda patrimoniais que vierem a ser consideradas mais apropriadas.

Dando cumprimento ao solicitado no despacho referido na alínea (f) do ponto 2 da presente apreciação técnica, são enunciadas no texto e representadas graficamente as áreas de incidência da prospecção arqueológica e respectiva localização.

3.1.3.3. Identificação das frentes de obra, localização de estaleiros e manchas de empréstimo e vazadouros.

(a) Segundo o referido no texto, «(...) *será apenas utilizada uma tuneladora para a escavação de ambos os túneis, sendo que estes irão ser construídos por fases, e não em simultâneo*.» (cf. p. 24). Os

trabalhos principiarão pela construção do TMSA. A tuneladora será desmontada e transferida para o TCB na zona da trincheira aberta do TM5 (cf. p. 3) . Neste contexto, são identificadas doze (12) frentes de obra, a saber: montagem da tuneladora e início da escavação do TMSA, TM1 (ambas localizadas em Campolide); TM2 (Avenida da Liberdade), TM3 (Rua de Santa Marta), TM4 (Avenida Almirante Reis e Largo do Intendente Pina Manique), TM5 (Rua dos Remédios), TM6 (Santa Apolónia), montagem da tuneladora e início da escavação do TCB, TC1 (Estrada de Chelas) e TC2 (troço final do túnel/zona de descarga no Beato).

(b) São identificadas nove (9) áreas de estaleiro, a saber: Carnide, Campolide (coincide com a zona TM1), Chelas (coincide com a zona TC1), Avenida da Liberdade (coincide com a zona TM2), Rua de Santa Marta (coincide com a zona TM3), Avenida Almirante Reis (coincide com a zona TM4), Santa Apolónia (coincide com a zona TM5), Avenida Infante D. Henrique (coincide com a zona TM6) e Beato (coincide com a zona TC2).

(c) São referenciadas quatro (4) áreas, programadas para utilização como vazadouro e/ou empréstimo, a saber: Ribeiro do Cavalo, n.º 3 (Sesimbra), Vazadouro da Moita (Moita), vazadouro Soarvimil (Quinta de Valadares – Corroios) e vazadouro Sarminas (Sesimbra).

Dando cumprimento ao solicitado no despacho referido na alínea (f) do ponto 2 da presente apreciação técnica, são enunciadas no texto e representadas graficamente as áreas de incidência da prospecção arqueológica e respectiva localização.

3.1.3.4. Relatório da acção arqueológica.

(a) No âmbito da reformulação da proposta anterior, foram introduzidas alterações à estrutura deste documento. O *Programa de Acompanhamento Arqueológico da Empreitada* e o *Programa de Monitorização do Acompanhamento Arqueológico dos Trabalhos de Escavação* são agora considerados como capítulos. Em esclarecimento às dúvidas elencadas no ponto 3.2.3.4. **(**Documentos complementares ao relatório da acção arqueológica), da informação técnica n.º 1527274/DIESPA/LISBOA/2021 (cf. alínea (f) do ponto 2 da presente apreciação), refere-se: «*Programa de Acompanhamento arqueológico da Empreitada, com a apresentação das medidas e respectivas metodologias, a desenvolver durante a fase prévia da empreitada; Programa de Monitorização do Acompanhamento Arqueológico dos Trabalhos de Escavação, com a apresentação das acções que devem ser realizadas para monitorizar os trabalhos de escavação a decorrer durante a fase de construção da empreitada.*» (cf. p. 19).

(b) Dando cumprimento à determinação estabelecida no despacho de indeferimento do anterior requerimento, foi incluído um capítulo respeitante à apresentação de peças projectuais, destinadas a fundamentar, por um lado, a proposta de identificação e avaliação de impactes e, por outro, a sequente proposta de medidas de minimização. Todavia, numa perspectiva clarificadora da matéria, reitera-se o referido à data: "*o relatório final deverá ser instruído com as peças desenhadas das várias especialidades que integram o projecto que norteia o diagnóstico, incluindo versões simplificadas das soluções de*

fundações e estrutura, de contenção periférica (quando aplicável) e do traçado das redes de infraestruturas, com vista à fundamentação das considerações que serão apresentadas no texto.".

3.1.3.5. Prospecção arqueológica em meio subaquático (cf. pp. 24-25).
O requerimento encontra-se instruído com um conjunto de elementos e esclarecimentos que procuram dar resposta às questões que fundamentaram o indeferimento do requerimento anterior.
O parecer sobre esta matéria específica será emitido posteriormente.

3.3. Conformidade do PATA com o RTA.

(a) Artigo 4.º - Os arqueólogos requerentes reúnem os requisitos para a direcção de trabalhos arqueológicos, em meio terrestre, tal como se encontram definidos no diploma legal.

(b) Artigo 5.º - Consultado o sistema de informação e gestão de dados do património arqueológico-Endovelico – apurou-se que o António Carvalho não regista sobreposição de direcções científicas (consultado em 30.08.2021. A informação apresentada poderá não estar totalmente actualizada);

(c) Artigo 6.º - Para efeitos da aplicação do previsto na alínea *a)* do n.º 7 deste artigo, a entidade enquadrante é empresa Archeocelis-Investigações Arqueológicas, Lda. Após consulta ao sistema de informação e gestão de dados do património arqueológico *-Endovelico*, constatou-se que a entidade enquadrante regista seis (6) relatórios finais por entregar e três (3) relatórios finais cuja aprovação se encontra pendente (consultado em 30.08.2021. A informação apresentada poderá não estar totalmente actualizada);

(d) Artigo 7.º - Considera-se que cumpre, genericamente, o disposto no n.º 1 deste artigo, no que se refere aos requisitos e à documentação que devem instruir o PATA para trabalhos de arqueologia em meio terrestre;

(e) Artigo 14.º - No que respeita ao cumprimento das disposições deste artigo constatou-se, após consulta ao sistema de informação e gestão de dados do património arqueológico – *Endovelico*, que arqueólogo António Carvalho regista vinte e cinco (25) relatórios finais por entregar e um (1) relatório final cuja aprovação se encontra pendente;

(f) Artigo 18.º - Para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 3 deste artigo, o espólio ficará à guarda dos arqueólogos requerentes, que se propõem constituir como fiéis depositários, na morada indicada no formulário.

3.3.1. O requerimento apresenta ainda as seguintes desconformidades com o RTA:

(i) O incumprimento do disposto no artigo 14.º n.º 2 alínea *a)* do diploma legal, por parte do arqueólogo António Carvalho configura a aplicação do disposto no n.º 5 do mesmo artigo: «*A não entrega*

dos relatórios nos prazos referidos nos números anteriores determina a não concessão de novas autorizações ao diretor científico até que a situação seja regularizada».

(ii) O incumprimento do disposto no artigo 14.º n.º 2 alínea *a)* do diploma legal, por parte da entidade enquadrante, configura a aplicação do disposto na alínea *a)* do n.º 7 do artigo 6.º do mesmo diploma legal. «[a autorização depende ainda] *Do cumprimento pelo requerente e pela entidade enquadrante das obrigações relativas a trabalhos anteriormente autorizados, nomeadamente entrega e aprovação de relatórios, publicação de resultados e depósito de espólio*».

3.3.2. No contexto supra alerta-se para o seguinte: Tendo como objetivo «o cumprimento pelo requerente e pela entidade enquadrante das obrigações relativas a trabalhos anteriormente autorizados, nomeadamente a entrega e aprovação de relatórios, publicação de resultados e depósito de espólios» (n.º 7 do artigo 6.º do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 164/2014, de 4 de Novembro), devem os arqueólogos e as entidades enquadrantes que se encontrem em situação de incumprimentos proceder à regularização destas situações com a máxima urgência. A concessão de novas autorizações para a realização de trabalhos arqueológicos ficará, nos termos legais, dependente do cumprimento desta obrigação.

3.3.3. O requerimento encontra-se instruído com um conjunto documental que procura esclarecer as diversas questões que assistem ao incumprimento dos prazos legais para entrega de relatórios finais por parte da direcção científica proposta e da entidade enquadrante.
Esta matéria foi objecto de análise autónoma na informação técnica n.º 1532769/DBC/DIESPA/SIA/2021, pelo que os requerentes deverão aguardar a notificação do respectivo parecer.

4. Proposta de decisão.
Face ao exposto, propõe-se:

4.1. Sem prejuízo do parecer que vier a ser emitido sobre a vertente de arqueologia náutica e subaquática, a concessão da autorização para a realização dos trabalhos arqueológicos requeridos para meio terreste.

4.2. Tendo presente o disposto no n.º 6 do art.º 6.º do RTA, «*A DGPC pode fixar no despacho de autorização condicionalismos especiais necessários à melhor execução dos trabalhos.*», o estabelecimento das seguintes condicionantes:

(a) As datas de início, eventual suspensão e conclusão dos trabalhos, deverão ser obrigatoriamente comunicadas para o endereço electrónico Lisboa@dgpc.pt, para efeitos de fiscalização e acompanhamento técnico.

(b) O cumprimento do teor das seguintes alíneas:

- Alínea (b) do ponto 3.1.3;
- Alíneas (b) e (c) do ponto 3.1.3.1;
- Alínea (b) do ponto 3.1.3.2;
- Alínea (b) do ponto 3.1.3.4.

(c) Atendendo ao estipulado no n.º 3 do Artigo 14.º do RTA, o relatório final da acção deverá ser submetido prévia e atempadamente à apresentação do RECAPE.

(d) Informar os requerentes e a entidade enquadrante que sobre as diversas questões que assistem ao incumprimento dos prazos legais para entrega de relatórios finais deverão aguardar notificação do despacho a exarar sobre a informação técnica n.º 1532769/DBC/DIESPA/SIA/2021.

(e) Alertar para o cumprimento no disposto no n.º 3 do art.º 18.º, no que se refere ao local de depósito provisório do espólio, deverá ser obrigatoriamente definida pela direcção científica em sede de relatório final, sob pena de se considerar que o documento não reúne as condições legalmente requeridas para a sua aprovação. Mais se informa que deverão ser obrigatoriamente remetidos a esta Direcção Geral cópias dos autos de entrega do espólio arqueológico no local anteriormente aprovado.

(f) Caso seja este o entendimento superior, que se dê conhecimento do teor do presente parecer à equipa de projeto para o Plano Geral de Drenagem de Lisboa (contactos: jose.silva.ferreira@cm-lisboa.pt; goncalo.diniz.vieira@cm-lisboa.pt; manuel.saldanha@cm-lisboa.pt.

À consideração superior.

Maria José Sequeira, arqueóloga